

VOZES NA PANDEMIA

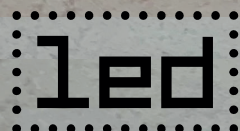


ORGANIZADORES _____

ANTÔNIO AUGUSTO BRAIGHI _____

CLÁUDIO HUMBERTO LESSA _____

LUCIANA APARECIDA SILVA DE AZEREDO _____



ORGANIZADORES _____

ANTÔNIO AUGUSTO BRAIGHI _____

CLÁUDIO HUMBERTO LESSA _____

LUCIANA APARECIDA SILVA DE AZEREDO _____

VOZES NA PANDEMIA



SUMÁRIO

9 PREFÁCIO / PRÉFACE
Patrick Charaudeau

13 APRESENTAÇÃO
*Antônio Augusto Braighi, Cláudio Humberto Lessa
e Luciana Aparecida Silva de Azeredo*

EIXO 1 - VOZES DA CIÊNCIA

16 Les « récits d'informations » autour des vaccins et variants de la
Covid-19
Sophie Moirand

42 A crise bioética no contexto do “salve-se quem puder”
Adriana do Carmo Figueiredo

63 A pesquisa em ciências sociais e humanas: uma questão de
utilidade?
Sabrina Borges de Mello Hetti Bahia e Daiana Bastos da Silva

83 Estéticas e discursos de uma pandemia midiaticizada: a Covid-19 e as
diferenças no/do contemporâneo
Mariana Ramalho Procópio e Rennan Lanna Martins Mafra

103 Análise discursiva da (in)formação divulgada no Manual Telessaúde
Covid da UFV
Cristiane Cataldi dos Santos Paes

EIXO 2 - VOZES DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA

- 120 Análise do discurso da desigualdade social na pandemia: o ensino remoto e a resistência dos alunos (in)fames
Luciana Azeredo, Márcia Aparecida Amador Mascia e Maria Amélia Assis Nader Bartholomeu
- 141 Silenciamento do sujeito professor no período de Pandemia da Covid-19
Renata Pinheiro Loyola e Suzanne Silva Rodrigues
- 165 O lugar e a função social da Biblioteca: possibilidades e desafios em tempos de Pandemia
Francilene Ramos Lourenço Soares, Fabiana Pés do Nascimento e Webert Junio Araújo
- 183 Éramos em bando – encenação discursiva de novos tempos, espaços e interações no fazer teatral
Flávia Pereira Dias Menezes, Giani David Silva e Leila Marli de Lima Caeiro

EIXO 3 - VOZES POLÍTICAS

- 201 Das blusas amarelas às painéis: Memórias, imaginários e polêmicas nos protestos em tempos de pandemia
Antônio Augusto Braighi e Cláudio Humberto Lessa
- 227 O discurso presidencial na manifestação do dia do Exército durante a pandemia: sentidos de liberdade, democracia e povo.
Fernando Miranda Arraz e Fagner Ribeiro Sena
- 243 Entre messianismo e metáforas: o enfrentamento da Covid-19 no discurso de políticos mineiros
Priscila Nespolo Vanti e Paula Roberta da Silva Souza

- 261 A fórmula (re)confinamento no discurso do governo francês relativo à Covid-19
Glaucia Muniz Proença Lara e Tatiana Emediato Corrêa
- 281 Narrativas de vidas indígenas em tempos de pandemia: uma análise retórico-discursiva no site *Inumeráveis*
Ana Carolina Gonçalves Reis e Pollyanna Júnia Fernandes Maia Reis
- 305 “Não é um número”: uma análise discursiva do memorial digital que homenageia as vítimas do novo coronavírus no Brasil
Giselle Luz e Danielle Fullan

EIXO 4 - VOZES (IN)VISIBILIZADAS

- 331 Vozes negadas na pandemia: os impactos da suspensão das audiências de custódia para pessoas trans*
Ana Paula Andrade e Izabella Riza Alves
- 353 Masculinidades hegemônicas e o uso de máscaras na pandemia do novo coronavírus
Venan Lucas de Oliveira Alencar
- 369 Resignificação e agência: analisando a hashtag #CoisadeViado
Maria Carmen Aires Gomes e Alexandra Bittencourt de Carvalho
- 381 O riso na pandemia: a hipertrofia do humor nas redes sociais e a construção da imagem do brasileiro no enfrentamento da Covid-19
Rony Petterson Gomes do Vale
- 411 A pandemia, as cidades e os efeitos de narrativas de vida: a reconstrução do sujeito
Letícia Santana Gomes e Leilane Tolentino Stauffer

PREFÁCIO¹

Em tempos de crise sanitária, muitos discursos circulam no espaço público como uma espécie de catarse, uma forma de afastar o mal. Porém, esses discursos, por causa de seu entrelaçamento, criam confusão e um efeito duplo, às vezes de tranquilização das mentes, às vezes de pânico. Foi isso que a pandemia de Covid-19 dos anos 2020-2021 causou em todo o mundo.

Para analisar os discursos gerados por uma pandemia, vários fatores devem ser levados em conta. Em primeiro lugar, um fator histórico, para colocá-lo em uma perspectiva temporal. De fato, quando olhamos para o passado, vemos que essa pandemia não é a primeira. Houve a Peste Negra na Idade Média, a cólera no século XIX, a chamada gripe espanhola no início do século XX, e algumas outras de menor importância, mas é bom fazer referência à história porque ela nos permite colocar o presente em perspectiva e evitar dizer: "esta é a primeira vez". Em segundo lugar, há um fator geográfico no sentido de que qualquer fenômeno social depende, para seu tratamento e explicação, do contexto sociocultural em que se desenvolve. É assim que podemos perceber a interação que ocorre entre os dirigentes encarregados de regular a crise e as populações que reagem de acordo com seu imaginário social. Uma pandemia é um "acontecimento discursivo", e podemos ver até que ponto ela pode influenciar modos de relações sociais ao ponto de gerar conflitos.

Esta obra coletiva organizada pelo Cefet-MG é um bom exemplo de análise de fenômenos sociais, como a pandemia do coronavírus: reúne diferentes vozes que foram ouvidas no contexto brasileiro, marcado por um regime político autoritário e analisa os discursos em diferentes situações de comunicação. Discute os debates e controvérsias que surgiram das declarações e decisões (ou falta delas) do atual presidente; a contestação sobre a "máscara" que se tornou um símbolo de jogos de poder; a vacinação que dividiu o país. Mas este livro também se interessa pelas histórias de vida que demonstram a maneira como certos fragmentos da população vivenciaram a crise, pelas situações de vitimização que evidenciaram maiores desigualdades sociais, pelas consequências da pandemia em certos setores da vida social, como a cultura, e até pelas reações humorísticas que são tão necessárias para combater a escuridão prevalecente.

¹ Tradução de Nina Layotte.

Surgem algumas características que, em parte, são comuns às de outros contextos socioculturais e, ao mesmo tempo, específicas do contexto brasileiro.

Primeiro, existe o fato de que uma crise sanitária revela duas outras crises: a dos governos e a das pessoas. É evidente que os governos são pegos de surpresa e têm que improvisar medidas para conter a propagação da epidemia. É nesse contexto que são reveladas as orientações políticas dos dirigentes entre autoritarismo e laxismo, com as suas consequências tanto no âmbito da saúde como nos planos econômico e humano. Pelas análises deste livro, fica claro o que o governo brasileiro fez. Além disso, existe o fato de que qualquer crise provoca pânico, ódio e a busca de um bode expiatório para ser a fonte da desgraça, uma forma de dar uma explicação racional para a angústia vivida pela população. Porém, ao mesmo tempo, vários setores da população procuram se tranquilizar, refugiando-se em um discurso religioso, argumentando que a epidemia é um castigo de Deus e que é Ele quem vai salvar a humanidade. A crise traz à luz aspectos da vida social que tinham sido ocultados: por um lado, descobrimos os heróis cotidianos que são os cuidadores de todo tipo, que são aplaudidos por sua coragem; por outro lado, acentuam-se certas desigualdades sociais, devido à falta de conhecimento e de recursos de certa parte da população.

Finalmente, esses discursos revelam, paralelamente à crise sanitária, uma crise de conhecimento e de confiança. Por um lado, os cientistas não são capazes de fornecer uma explicação clara e única, e, por outro lado, os políticos, veiculados pela mídia, usam essas dúvidas científicas para impor sua própria solução. Nesse sentido, a leitura deste livro nos permite enxergar os benefícios de trabalharmos juntos, em coletividade.

Paris, 7 de dezembro de 2021.

Patrick Charaudeau
Université Sorbonne Paris Nord
CNRS-LCP-CERLIS

PRÉFACE

En temps de crise sanitaire, de nombreux discours circulent dans l'espace public comme une sorte de catharsis, une façon de conjurer le mal. Mais en même temps, ces discours, de par leur entrecroisement, créent la confusion, et il s'ensuit un double effet, tantôt de tranquillisation des esprits, tantôt de panique. C'est ce que cette pandémie du Covid 12 des années 2020-2021 a provoqué dans le monde entier.

Pour analyser les discours qu'engendre une pandémie, il faut tenir compte de plusieurs facteurs. D'abord un facteur historique, pour la placer dans une perspective temporelle. Et en effet, quand on jette un coup d'œil sur le passé, on s'aperçoit que cette pandémie n'est pas la première. Il y eut la peste noire au Moyen âge, le choléra au dix-neuvième siècle, ladite grippe espagnole au début du Vingtième siècle, et quelques autres encore de moindre importance, mais il est bon de se référer à l'histoire parce que cela permet de relativiser le présent, et d'éviter de dire : « c'est la première fois ». Ensuite un facteur géographique du fait que tout phénomène de société dépend, pour son traitement et son explication, du contexte socio-culturel dans lequel il se déploie. Et c'est ainsi que l'on peut percevoir l'interaction qui se produit entre les dirigeants qui sont en charge de régler la crise et les populations qui réagissent en fonction de leur imaginaire social. Et puis, une pandémie, c'est un « événement de parole », et l'on voit à quel point elle peut influencer les modes de relations sociales au point de générer des conflits.

Cet ouvrage collectif organisé par le CEFET est un bon exemple d'étude d'un phénomène social, telle la pandémie du coronavirus : il réunit différentes voix qui se sont fait entendre dans le contexte brésilien marqué par un certain régime politique autoritaire, et il analyse les discours dans différentes situations de communication. Ainsi est-il question des débats et des polémiques qui ont surgi suite aux déclarations et décisions (ou manque de décisions) du président en exercice ; des contestations à propos du « masque » devenu un symbole des jeux de pouvoir ; de la vaccination qui a divisé le pays. Mais cet ouvrage s'intéresse également aux récits de vie qui témoignent de la façon dont certains fragments de population ont vécu la crise, aux situations de victimisation qui ont mis en évidence davantage d'inégalités sociales, aux conséquences de la pandémie

dans certains secteurs de la vie sociale comme celui de la culture, et même aux réactions humoristiques si nécessaires à lutter contre une morosité ambiante.

Il en ressort certaines caractéristiques qui, pour une part, sont communes à celles d'autres contextes socio-culturelles, et en même temps spécifiques du contexte brésilien.

Il y a d'abord le fait qu'une crise sanitaire révèle deux autres crises : celle des gouvernements et celle des populations. Les gouvernements sont évidemment pris de court et doivent improviser les mesures destinées à freiner l'expansion de l'épidémie. C'est là que se révèlent les orientations politiques des dirigeants entre autoritarisme et laxisme, avec les conséquences qui s'ensuivent tant sur le plan sanitaire que sur le plan économique et humain. Et l'on voit bien, d'après les études présentes dans ce livre, ce que fut l'action du gouvernement brésilien. Il y a ensuite le fait que toute crise provoque auprès des populations des réactions de panique, de haine, et de recherche d'un bouc émissaire qui serait la source du malheur, une façon de se donner une explication rationnelle à l'angoisse que connaissent les populations. Mais en même temps, différents fragments de la population cherchent à se rassurer en se réfugiant dans un discours religieux, arguant que l'épidémie est un châtement de Dieu, et en même temps que c'est lui qui sauvera l'humanité. La crise fait surgir des aspects de la vie sociale qui étaient cachés : d'une part, on découvre ces héros du quotidien que sont les soignants de toute sorte que l'on applaudit pour leur courage ; d'autre part, sont accentuées certaines inégalités sociales, du fait de manque de connaissances et de moyens de la part de certaines parties de la population, ce que montre cet ouvrage.

Enfin, ces discours révèlent, parallèlement à la crise sanitaire, une crise du savoir et de la confiance, car, d'une part, les scientifiques ne sont pas en mesure d'apporter une explication claire et unique, et d'autre part, les politiques relayés par les médias instrumentalisent ces doutes scientifiques pour imposer leur propre solution. On voit par la lecture de cet ouvrage tout le bienfait qu'apporte un travail collectif.

Paris, le 7 décembre 2021.

Patrick Charaudeau
Université Sorbonne Paris Nord
CNRS-LCP-CERLIS

APRESENTAÇÃO

2020 ficará para sempre marcado, infelizmente, como o ano em que fomos abalroadas/os pela pandemia do novo Coronavírus. Naqueles idos e em razão das peculiaridades daquele momento que vivemos, uma série de *vozes* emergiram; ecoavam aos quatro cantos a bradar, ora por direitos, ora até pelo retrocesso. Nesse contexto, surgiu o intuito de organizar este e-book, o qual tinha, e esperamos ter cumprido, o intuito de fomentar reflexões, a partir de diversas abordagens em Análise do Discurso (AD), sobre as práticas sociodiscursivas que ocorreram no contexto supramencionado (2020/2021).

Acreditávamos que a AD — em suas múltiplas possibilidades e ancoragens metodológicas, cada uma a partir de seu viés teórico — poderia contribuir para uma tentativa de interpretar a complexidade das relações entre discursos e condições de produção vivenciadas em nossa formação socioideológica, a partir do exame de diversos *corpora* e suportes e dos diversos estratos semióticos que estruturam a linguagem. O resultado não poderia ser melhor e o apresentamos nas páginas a seguir.

Antes, porém, devemos agradecer ao conjunto de autoras¹ e autores que ajudaram a construir este projeto. Nosso sumário evidencia trabalhos desenvolvidos por excelentes pesquisadoras e pesquisadores, os quais trabalham com materialidades ora distintas, ora complementares, oportunizando um panorama muito particular e complexo de como fomos afetados pela Covid-19 e suas consequências.

Dessa forma, esta coletânea é composta por 20 capítulos, divididos em 4 eixos que se imbricam e se complementam. Vale dizer que foi tarefa árdua nomear as seções, pois tudo é Político (com P maiúsculo, sim), bem como se apresentou difícil alocar esses excelentes trabalhos nas respectivas divisões. Abrimos o e-book com o incisivo prefácio do admirado professor Patrick Charaudeau, por quem ampliamos nossa estima e gratidão. Em seguida, apresentamos para leitura o eixo *Vozes da Ciência*. Optamos por colocar tal campo em primeiro lugar, uma vez que ele se apresentou tão desacreditado por quem, na tentativa de sustentar as crenças que tem, preferiu negar e mentir ainda que sob as mais óbvias evidências².

¹ E colocá-las aqui, em primeiro lugar, não é só uma gentileza, pois é destacável a presença delas nesta publicação.

² O leitor encontrará o texto de Sophie Moirand apenas em francês. Nosso objetivo tem a ver, de um lado, com a

Tentando estabelecer uma linha fluida em nosso sumário, justapomos como segundo eixo as *Vozes da Educação e da Cultura*, espaço que aborda questões antigas, mas escancaradas no momento socio-histórico em que vivemos, como as imensas desigualdades sociais e a precarização do trabalho docente. No terceiro eixo, levantam-se vozes sobre questões *políticas*, algumas delas exacerbadas durante a pandemia. Saímos, nessa seção, do discurso da “gripezinha” para desaguar em seus impactos, alguns deles incomensuráveis, que estão para além do número (“real”) de vítimas do novo Coronavírus. Por último, trazemos as *Vozes (in)visibilizadas*, vozes de resistência, vozes engendradas na/pela pandemia ou que buscam vida diante das práticas de silenciamento de um Estado opressor.

Todo esse conjunto intrincado de vozes compõem, porém, apenas um pequeno fragmento de um cenário muito mais amplo, do qual não pretendemos dar conta com esta publicação, mas apenas oferecer *uma* chave de leitura, a qual permita aos leitores/estudiosos/estudantes compreenderem um pouco mais e melhor do que vivemos pouco tempo atrás.

Este e-book, o qual demorou muito para ser publicado, haja vista o impacto da Covid-19 também em nossas vidas, é fruto do trabalho de várias mãos e vozes. Agradecemos, então, ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG) e ao Departamento de Linguagem e Tecnologia (DELTEC), ao qual pertencemos, por oportunizar condições para que nos encontrássemos e, juntos, organizássemos este trabalho. Somos gratos, também, aos colegas que fizeram parte do Comitê Científico desta obra, dando-nos importantes conselhos. Destacamos, também, o brilhante e resiliente trabalho de nossa equipe de revisão, especialmente o da professora Dilma Campelo Rio Verde, coordenadora destes ofícios, bem como o dos colegas Denise de Souza Assis, Gbènoukpo Gérard Nouatin e Mateus Esteves de Oliveira.

Ratificamos, também, a importante contribuição da LED: editora-laboratório do curso de Letras do Cefet-MG. Muito agradecidos somos por isso, bem como pela forma como este projeto editorial foi tão bem acolhido pelos professores José de Souza Muniz Jr. e Elaine Martins, assim como por suas/seus monitoras/es e discentes. Nesse contexto, não podemos nos esquecer de agradecer também a sempre solícita e competente Letícia Santana Gomes.

Feitos esses destaques iniciais, desejamos que as *vozes* aqui elencadas, assim como tantas outras que ecoam sem cessar no Brasil e no mundo, possam ser ouvidas e que a leitura deste e-book possa contribuir para o vislumbre de formas outras de olhar para a situação vivenciada, para o mundo. Ótima leitura!

Os organizadores

internacionalização desta publicação e, de outro, com a manutenção dos sentidos empregados pela autora em sua língua-mãe. No caso do Prefácio, prontamente e gentilmente escrito pelo Prof. Patrick Charaudeau, optamos por traduzi-lo, tendo contado com a preciosa ajuda de Nina Layotte, leitora de francês em nossa instituição, para tal tarefa.

EIXO 1

VOZES DA CIÊNCIA

LES « RÉCITS D'INFORMATIONS »
AUTOUR DES VACCINS ET VARIANTS DE LA
COVID-19 DANS LA PRESSE QUOTIDIENNE
FRANÇAISE ET LA PRESSE ÉTRANGÈRE

SOPHIE MOIRAND¹

Plus une pandémie s'étire dans le temps, plus on est confronté à des formes de récits spécifiques aux médias, et qui affectent plus ou moins les habitants d'un pays quel qu'il soit. Je prendrai pour exemple le pays où je vis en travaillant sur un corpus mixte : deux journaux de la presse quotidienne (*le Monde* et *le Parisien Aujourd'hui en France*) ainsi que *Le journal du Dimanche*, et un hebdomadaire (*Courrier international*), qui traduit en français des articles parus dans les presses nationales de nombreux pays du monde, corpus que j'étudie depuis le début de la pandémie² (Moirand 2020a, 2020-2021).

Ces récits d'information, qui s'étirent dans le temps long d'une pandémie, s'enracinent plus ou moins dans la presse quotidienne des différents continents, mais différemment, en raison du rythme de propagation de la pandémie d'une part, mais également du traitement que les médias en font dans chacun des pays concernés, et en fonction des évolutions de la pandémie. Le temps long de cette pandémie donne lieu à différents « moments » et « instants » discursifs (Moirand 2004, 2020-2021), qui constituent le contexte de ces récits médiatiques, récits qui, à la différence des récits historiques, littéraires et filmiques, ne peuvent être racontés en fonction d'une fin que l'on connaît, comme l'ont fait à propos d'autres pandémies des auteurs littéraires (Defoe, Camus pour la peste)³, ou un cinéaste comme Youssef Chahine racontant une épidémie de choléra en Égypte.

C'est donc cette forme particulière d'un récit dont personne ne connaît la fin que l'on tente d'analyser ici lors d'un moment discursif-clé repéré dans la presse télévisuelle, radiophonique et en ligne, et jusque sur le téléphone portable, lorsque les premiers vaccins contre le Sars-Cov2 sont reconnus et validés par les autorités sanitaires nationales et/ou internationales et européennes. On est donc face à une dynamique narrative qui espère une fin probable, ou tout au moins

¹ Équipe d'accueil CLESTHIA, Axe Sens et Discours – Université Sorbonne Nouvelle. Doutora em Ciências da Linguagem. Professora emérita da Universidade Sorbonne Nouvelle - Équipe Clesthia (Axe sens et discours). e-mail: sophie.moirand@sorbonne-nouvelle.fr

² Ce texte s'inscrit dans la suite d'un premier travail sur des corpus recueillis au début de la pandémie et lors du premier confinement en France, ainsi que sur des écrits d'écran relevés sur une chaîne d'information en continu (BFMTV) : on s'était alors davantage interrogé sur le sens des chiffres et des mots des écrits d'écran, et sur la signification d'une « crise sanitaire » dans les démocraties actuelles, et en particulier autour des notions de « confiance » et « défiance » (voir Moirand 2020b, 2021) – et beaucoup moins aux « récits d'information ».

³ ... jusqu'à un « *brouillage de la communication* », comme le montre R. Varga 2020 à propos du traitement à la chloroquine préconisé par le professeur Raoult pour des patients atteints par le Sars-Cov2. Voir également dans Moirand 2021b.

temporaire, à cette pandémie, car personne ne sait s'il y aura réellement « une fin », ou des périodes de répit suivies de retours sporadiques comme pour la grippe et d'autres épidémies. Quant à l'arrière-plan conceptuel dont on s'inspire, il est né d'une triple réflexion : sur les notions de « petit corpus » (voir Moirand 2018 – traduction 2020a au Brésil), d'« actualité » (Moirand 2020b), ainsi que sur celle de « récits d'information », que l'on a tenté de mettre à l'épreuve du « dialogisme » et de « l'explication », telles qu'on les avait déjà travaillées en période de crise, et en particulier de crise sanitaire (Moirand 2007).

UN « PETIT CORPUS » DE RÉCITS D'INFORMATION

Le récit médiatique est en effet différent des récits historiques et littéraires, et ne peut être assimilé totalement aux théories du récit, y compris celle inspirée par Paul Ricœur⁴, comme le montrent les auteur.e.s réuni.e.s autour de travaux sur « les récits d'information » à l'Institut français de Presse de l'université Paris 2 – Panthéon-Assas au début des années 2000 (Arquembourg et Lambert éds 2005).

Mais le récit médiatique⁵ sur les crises sanitaires ne se contente pas seulement de « raconter », il tente également d'« expliquer » ce qui se passe entre les différents groupes sociaux confrontés à l'épidémie, voire dans le cadre de l'analyse du discours française entre différentes « formations discursives » (à la suite de M. Foucault et M. Pêcheux en France – Baronas dir. 2011), parfois re-pensées en « communautés discursives » (Moirand dans Baronas *ibidem*), et à distinguer des « communautés interprétatives », sur lesquelles s'appuient des travaux comme ceux de J. Simonin et E. Wolff (2009), J. Simonin (2011) sur la crise du chikununya à la Réunion.

Raconter par exemple que certains groupes sociaux contestent les mesures prises par le gouvernement (qu'il s'agisse des confinements/décon-

⁴ On ne reprendra pas ici les théories du récit, entreprises en narratologie sur des textes littéraires. On peut consulter à ce propos l'entrée « Récit » du *Dictionnaire d'analyse du discours* (Charaudeau et Maingueneau dirs), rédigée par J.-M. Adam, p. 484-487, ainsi que le n° 8 de la revue *Communications* (1966) qui regroupe des textes de recherche sémiologiques sur « L'analyse structurale du récit » (Barthes, Greimas, Bremond, Eco, Gritti, Morin, Metz, Todorov et Genette), approche antérieure et différente de celle proposée ici.

⁵ On peut consulter également, dans le n°13 de la revue *Semen* sur les « Genres de la presse écrite et analyse du discours », dirigée par J.-Adam, Thierry Herman et Gilles Lugrin, des travaux réalisés à l'Observatoire du Récit médiatique de l'Université Catholique de Louvain par A. Dubied et M. Lits, sur « le fait-divers », un « récit médiatique » particulier, qu'on rencontre également parmi la diversité des genres de la presse convoqués pour traiter de la pandémie, mais dont on ne traitera pas ici.

finements, du couvre-feu, du port du masque ou de la vaccination, qu'on ne peut rendre obligatoire, même si elle est gratuite), c'est tenter également d'« expliquer » les raisons de ces refus : manque de confiance dans l'efficacité d'un vaccin, par peur des vaccins ou d'un nouveau type de vaccins... Car, comme le disent les coordinateurs de la revue *Réseaux* citée *supra*, p. 17-18 : « *Le récit n'est plus un objet fini mais en mouvement, une action partagée dans les temps de l'actualité et par des acteurs de la scène publique* », et « *le récit n'est pas un objet clôt [sic]. Il vit la dynamique conflictuelle* ». Non seulement « les récits médiatiques “nomment” les conflits », voire les mettent en scène⁶, mais ils circulent d'un support à un autre, du numérique au papier, du papier à l'audiovisuel : « *on s'en empare, on les déconstruit, on les reconstruit dans un autre contexte* » et « *un récit médiatique d'information, par exemple, ne finit pas dans les pages du journal, ni au journal télévisé, mais se poursuit dans les salles de cinéma ou sur les affiches publicitaires* » (*ibidem*) ainsi que sur les réseaux sociaux, les blogs et les forums, désormais. C'est pourquoi, comme le dit J. Arquembourg dans ce même numéro, p. 27-50, si pour P. Ricœur, tout récit opère une médiation de l'action et des événements, « c'est bien le lien entre ce qui arrive et ce que racontent les médias qu'il convient d'interroger ».

C'est le parti-pris que j'ai suivi à partir d'un « petit corpus » d'environ 60 000 signes, qui a été recueilli entre le 10-11-2020 et le 21-12-2020, lorsque les premiers résultats sur le vaccin Pfizer-BioNtech sont publiés dans la revue scientifique *The Lancet*, (et le vaccin validé par l'Agence de Santé étatsunienne), et jusqu'au jour où le journal *le Monde* titre à la une : *Le vaccin anti-covid, nouvelle arme géo-politique*, ce qui devenait alors un nouvel angle de traitement de la pandémie dans les médias, marqué également par l'arrivée de nouveaux variants. Pratiquant également la technique du « micro-trottoir » (empruntée aux travaux de J. Simonin), j'ai recueilli des avis sur « les vaccins » dans la rue, les parcs et jardins parisiens, aux arrêts de bus, dans les files d'attente, auprès de Français rencontrés par hasard, mais aussi de voisins, de commerçants, d'étudiants, d'amis, à l'université et au club de gym, etc. Ayant entendu des assertions « définitives » comme « moi j'attendrai le vaccin de l'Institut Pasteur » (voir dessin de presse en annexe) de personnes... qui se sont précipitées à l'ouverture des centres de vaccinations proposés à Paris fin décembre 2020, je m'interrogeais, au-delà des récits médiatiques, sur l'influence des discours des autorités médicales et/ou politiques sur les comportements des Parisiens. Un écrit d'écran sur la

⁶ En particulier lors des polémiques, et davantage encore que dans la presse, dans les émissions de télévision et sur les chaînes d'information en continu (voir Moirand 2021b).

chaîne télévisée d'information en continu *BFMTV* quelques mois plus tard, le vendredi 21 mai 2021 à 11h 57, n'a fait que confirmer ce que je percevais depuis quelques temps déjà :

« COVID-19 : L'ADHÉSION DES FRANÇAIS AU VACCIN EN HAUSSE ».

Il y aurait en effet à ce jour « 73% des Français qui valideraient l'assertion selon laquelle « *le bénéfice collectif de la vaccination vaut la peine de se faire vacciner contre la Covid-19* » (*ibidem*). Avec une réserve, semble-t-il, la possibilité de pouvoir choisir son vaccin..., alors qu'il n'y a toujours pas de vaccin « Pasteur », ni de vaccin « Sanofi » (celui d'un Institut de recherche et d'une entreprise français.e.s étant encore « à venir »).

DES TRAVAUX AUTOUR DE LA NOTION DE « RÉCIT D'INFORMATION »

L'intérêt pour les récits n'est pas nouveau, comme le rappellent dans leur présentation J. Arquembourg et F. Lambert qui coordonnent le n° 132 de la revue *Réseaux* consacré aux « *récits d'information* » et, qui précisent : « *sous des formes et des supports extrêmement variés, les récits qui circulent dans les sociétés contemporaines interpellent la recherche en sciences sociales. Qu'il s'agisse de récits médiatiques, filmiques, de témoignages ou de récits liés à l'éclosion des nouvelles technologies, jeux vidéos ou autobiographies d'internautes, par exemple, les récits contemporains requièrent des outils pluriels et le croisement d'approches pluridisciplinaires* » (p. 9). Ainsi, depuis le début de la pandémie, cette énorme production de « récits » divers et diversifiés conduit à s'interroger sur la notion de « récit d'information » à partir de la réflexion qu'ils proposent :

« L'un des apports majeurs de Paul Ricœur est d'avoir pris suffisamment de distance par rapport à la fragmentation narrative produite par les analyses structurales afin de proposer du récit, la vision d'un tout. Mais qu'est-ce qu'un tout ? Ce qui a un début, un milieu, une fin. [...] C'est la fin qui conduit la dynamique narrative chargée d'articuler les parties du récit en vertu d'une logique interne » (p. 14)

« L'autre apport décisif consiste à considérer l'acte de raconter comme une mise en ordre du réel destinée à le comprendre. "Raconter, c'est expliquer". [...] « En amont, cette activité configurante s'appuie sur

une préfiguration de l'action au sens pratique. En aval, elle conduit à sa refiguration par la lecture. [...] »

« C'est dans la lecture que le récit se trouve en quelque sorte activé, la configuration narrative ne se suffisant pas à elle-même. Le caractère dynamique du récit se déploie donc à deux niveaux : au niveau interne de la mise en intrigue, et au niveau plus général de l'articulation entre les différents plans de la compréhension de l'action. L'herméneutique de Paul Ricœur y puise ses racines. Au niveau le plus fondamental, tout récit met en ordre une expérience du temps. » (p.14-15)

Mais, comme le disent les auteurs, « *les récits d'actualité s'inscrivent dans une temporalité différente des récits traditionnels* ». Ils circulent, ils passent d'un support à un autre ; ils rapportent, transforment, reprennent le discours des autres, ils passent de l'oral à l'écrit, de la parole au texte, du texte à l'image, au dessin de presse, à l'infographie : « *Ils recyclent les voix d'une multitude de narrateurs [...] sur les supports les plus variés* » (p. 16). Et c'est bien cette diversité discursive que l'analyse du discours essaie à la fois de décrire, de comprendre et d'analyser, en particulier, lors des crises sanitaires (Moirand 2007), et que les éditeurs de ce numéro posent comme « spécifiques » des récits médiatiques, par exemple à propos des « *récits de controverses ou d'événements historiques faisant l'objet de débats* », qui ne sont pas seulement « *dans un rapport de plus ou moins grande exactitude à l'égard des faits, comme si le monde du récit était un reflet du monde réel* » (p. 20) :

« En agencant des matériaux sous une description, ils participent à la détermination des situations et des événements, mais cette participation n'est pas détachée des autres processus de détermination. Les récits disent ce qu'est la situation ou l'événement, mais ils portent aussi la trace de la manière dont s'est constituée la détermination de l'événement ou de la situation, entre les acteurs. Il s'agit là d'un dédoublement qui dépasse le clivage usuel entre l'énoncé et l'énonciation puisqu'il renvoie à l'ensemble des énonciateurs qui participent à la production du récit ainsi qu'à l'ensemble des acteurs concernés » (p. 20).⁷

Cinq ans plus tard, J. Arquembourg s'interroge sur « *les enjeux politiques des récits d'information* » (2010-2011, p. 37-45), qu'on a tendance à relier aux « *récits d'événements* », récits de guerre ou de crise, en particulier :

⁷ « Ce numéro est l'aboutissement d'un travail collectif mené lors d'un séminaire à l'Institut Français de Presse [...] et lors d'un colloque *Nos Récits* organisé par le Centre d'analyse et de recherches interdisciplinaires sur les médias (CARISM) de l'Université Paris 2 – Panthéon-Assas » (présentation des coordinateurs).

« à la différence des récits traditionnels, les récits médiatiques ne sont pas constitués à l'avance, ils n'obéissent à aucune intentionnalité d'un narrateur qui en connaîtrait préalablement la fin. Si l'on veut s'en tenir à leur matérialité, on constate qu'ils n'existent qu'à l'état de puzzles, fragments épars livrés quotidiennement sur des supports variés et qui sont assemblés de manière assez lâche par la titraille ou l'usage de quelques indices énonciatifs. Récits a posteriori, là où la littérature et les mythes nous offraient la certitude rassurante de récits a priori. » (p. 37)

J. Arquembourg emprunte à l'Observatoire des récits médiatiques de Louvain (voir note 4 ci-dessus) la distinction de niveaux de récit : *le macro-récit*, c'est « le texte formé de l'ensemble des récits que l'on peut rattacher à une question, une affaire, un événement, un problème » et, à l'intérieur de ces grandes unités narratives, il y aurait *des micro-récits*, par exemple un récit « sur un média spécifique » ou « sur un groupe de médias » ou « dans une aire géographique donnée ».

Mais ce qui tend à rapprocher ces travaux sur les récits d'information de travaux sur grands et petits corpus de l'analyse des médias effectuée par des spécialistes d'analyse du discours et de sciences du langage, c'est que dans le relevé des observables sur lesquels vont porter les analyses, une place importante est donnée aux caractéristiques langagières des paroles des acteurs, ainsi qu'à la diversité de ces derniers. C'est ce qui conduit à

« imbriquer de manière polyphonique une multitude d'autres récits dont ils ne sont que l'aboutissement : narrations produites par des acteurs sociaux sur le terrain des événements, récits des faits repris, produits, voire anticipés dans leur version officielle, par des acteurs politiques, témoignages variés, etc. **Les récits d'information se présentent comme des architectures énonciatives sophistiquées**, plus ou moins unifiées ou plus ou moins dissonnantes selon les cas. Ils forment des emboîtements dépourvus d'auteurs mais qui imbriquent une pluralité d'énonciateurs et de locuteurs. De la sorte, ils mettent en tension plusieurs récits où se jouent les rapports entre médias, ainsi qu'entre chaque média et différents acteurs, dans le cadre de choix éditoriaux, de mises en scène médiatiques et de dispositifs spécifiques. » (p. 30).

C'est ainsi qu'on a décidé de s'interroger, dans le cadre de travaux sur la Covid-19, sur la notion de récits médiatiques en la mettant à l'épreuve du « dialogisme », tel qu'on l'avait utilisé lors de travaux sur l'événement (Moirand 2008, Moirand 2014), mais également à l'épreuve de « l'explica-

tion », objets de travaux personnels en analyse du discours, et qu'on est en train de re-travailler dans le cadre de nouveaux programmes de recherche sur la médiatisation des événements (catastrophes « naturelles », comme la découverte d'un volcan sous-marin, ou crises sanitaires, comme la pandémie de la Covid-19).

DES RÉCITS MÉDIATIQUES SUR LES VACCINS ET VARIANTS DE LA PANDÉMIE

Rappelons que ce « petit corpus » a été recueilli dans la presse quotidienne française après la publication des résultats des essais dans la revue scientifique *The Lancet*, et la validation par l'Agence de Santé étatsunienne des vaccins Astra Zeneca et Pfizer.

DES RÉCITS SUR LA VALIDATION DES VACCINS

Le journal *le Monde* du jeudi 10 décembre 2020 consacre sa page 11 aux vaccins, page signée par Chloé Aeberhardt et Nathaniel Herzberg. On y trouve également une photo, prise dans une usine de fabrication en Inde, où sont inspectées « des fioles de vaccin », un « énoncé détaché » (Maingueneau 2006), en bleu sur la page du journal (et indiqué ainsi dans les extraits des corpus reproduits ci-après : >), ainsi qu'une information courte sur un autre vaccin, Johnson & Johnson, qui « prévoit des résultats sur des essais de son vaccin anti-Covid-19 “fin janvier” »⁸ :

Vaccins anti-Covid : les premiers résultats publiés
Les données d'AstraZeneca et de Pfizer sont validées par « The Lancet » et l'agence de santé américaine
[titre et sous-titre de la page 11]
>C'est sur le terrain de l'efficacité et du bon dosage que vont se concentrer les éventuelles études complémentaires
[phrase détachée en bleu au milieu de la page, et reprise du texte de l'article]

L'article retrace les étapes « obligées » de la validation scientifique à travers les critiques adressées aux deux sociétés pharmaceutiques qui ont communiqué « avant » la validation par les publications, et on peut remar-

⁸ Dans les extraits du corpus, c'est nous qui soulignons « les observables » principaux sur lesquels s'appuie l'analyse.

quer au passage l'ironie critique sous-jacente au récit à la lecture d'énoncés comme « *la science des communiqués de presse* » et « *la course aux communiqués de presse* » (c'est nous qui soulignons dans les extraits du corpus les segments repérés par l'analyse textuelle) :

Depuis un mois, de nombreux scientifiques dénonçaient la « science des communiqués de presse ». La société pharmaceutique Pfizer, la première, suivie par sa concurrente Moderna, puis par la compagnie anglo-suédoise AstraZeneca, avaient annoncé le succès de leurs candidats vaccins contre le Covid-19, mais sans apporter tous les détails nécessaires à la bonne interprétation de leurs résultats ni offrir la caution d'une revue scientifique de premier plan.

C'est désormais chose faite, mardi 8 décembre, pour AstraZeneca. « *On nous demandait de la transparence, c'est exactement ce que nous réalisons aujourd'hui*, a insisté Mene Pangalos, vice-président exécutif du laboratoire. *Et nous sommes les premiers à le faire.* » Devancée par ses deux concurrents dans la course aux communiqués de presse, la société installée à Cambridge a passé la première épreuve de la publication. La revue *The Lancet* et ses relecteurs ont ainsi validé les résultats avancés le 22 novembre par la firme pharmaceutique et sa partenaire, l'université d'Oxford. [Le Monde 10-12-2020]

Au fil du récit de cette page du *Monde*, on suit les parcours complexes de la recherche vaccinale ainsi que la diversité et le rôle de ses différents acteurs, que beaucoup d'auditeurs et de lecteurs découvraient à cette occasion, chacun des paragraphes introduisant le rôle des différents acteurs concernés, accompagnés d'extraits de leurs déclarations (« entre guillemets » et parfois traduites de l'anglais) :

Innocuité à long terme [intertitre]

Côté validation, la revue soutient que le vaccin « est sûr » [...]

C'est pourtant sur le terrain de l'efficacité et du bon dosage que vont se concentrer les regards et les éventuelles études complémentaires.[...]

Seul problème : « *L'échantillon est insuffisant pour tirer des conclusions* » indique l'infectiologue Odile Launay, qui coordonne le Centre d'investigation clinique de Cochin-Pasteur. [Centre Hospitalier Universitaire et Institut de Recherche]

[...] Si les relecteurs du *Lancet* n'y ont pas trouvé à redire, ce sont désormais les autorités sanitaires qui vont devoir se prononcer.

Les agences médicales britanniques (MHRA) et européennes

(EMA) ont déjà été saisies afin de réclamer une autorisation « conditionnelle ». Mais que vont-elles étudier ? Et que vont-elles recommander ?

Pour Andrew Pollard, directeur de l'Oxford Vaccine Group, qui a conçu le produit, les autorités régulatrices devraient se pencher sur le schéma initial, à deux doses pleines, « *c'est ce qu'ils avaient prévu, mais nous leur avons fourni toutes les données, à eux de décider* »

[...]

De plus, AstraZeneca présente deux avantages majeurs : son vaccin, promis à 2,50 euros la dose est six à dix fois moins cher que ceux de ses deux concurrents. [...]

La Food and Drug Administration (FDA) américaine, elle, a d'ores et déjà fait savoir qu'elle exigeait ces fameuses études complémentaires. Pas assez de personnes âgées ni de minorités ethniques – autre groupe à risque – dans l'essai initial. [...]

C'est donc sur deux autres candidats – les vaccins de Pfizer et de Moderna – que la FDA va se pencher en priorité.

On comprend le désarroi du public s'il lit attentivement ces récits, où l'on s'interroge sur les doses, sur les prix, sur l'efficacité, sur la pertinence des essais et des doses, où l'on prend conscience du poids des institutions sanitaires (et forcément politiques), ainsi que de la diversité de ces autorités sanitaires, et du poids des laboratoires qui fabriquent les vaccins. Et cela ne s'arrange pas au fil du temps, lorsqu'on se rend compte, en France, de la multiplication des « instances de conseil », dont certaines ont été créées à l'occasion de cette pandémie, et, qui loin d'être perçues comme une garantie, sont ressenties par les lecteurs/auditeurs des médias comme une cacophonie, d'autant plus grande qu'il est fréquent qu'on se contente souvent d'indiquer les sigles, y compris à l'oral : Haute Autorité de Santé, Conseil scientifique Covid-19, Comité scientifique sur les vaccins Covid-19, Conseil d'orientation de la stratégie vaccinale, Haut Conseil de la Santé publique, Conseil citoyen sur la vaccination, etc. (*Le Monde* du 31 janvier-1^{er} février 2021, p. 27 publie pour faire le point et les présenter une infographie, qui occupe une page entière du journal).

Comme le prévoyait le dossier sur « L'enseignement supérieur et la recherche au temps du coronavirus » (n° 424-421 de janvier-juin 2020 de la revue syndicale *VRS La vie de la recherche scientifique*, déjà cité dans Moirand 2021b à propos de « la confiance »), une pandémie mondiale implique une mobilisation mondiale contre le virus, or « *Le développement d'éventuels vaccins contre la Covid-19 est marqué par le conflit entre les reven-*

dications de biens communs pour combattre une pandémie et le capitalisme financiarisé des pharmas et des biotech qui entendent capter un immense marché potentiel. Si elle est loin d'être acquise, l'institution d'un bien commun mondial implique un grand nombre d'acteurs de la santé mondiale et de gouvernements. » (Maurice Cassier, p. 57).

Mais en France le récit de la vaccination ne fait que commencer et le vendredi 11 décembre, *Le Monde* publie un article sur « *les généralistes face aux interrogations de leurs patients* » (p. 11) car, comme dit le sous-titre, « *depuis quelques semaines, les médecins de ville sont assaillis de questions sur l'efficacité et l'innocuité des vaccins contre le Sars-CoV-2* », article qui est accompagné d'une photo montrant « un homme [qui] reçoit la première injection du vaccin Pfizer-BioNTech dans un hôpital de Londres, le 8 décembre » (dit la légende), et qui s'inquiète de l'attitude des Français face à ces nouveaux vaccins. D'autant que circulent sur les réseaux sociaux un certain nombre d'infox (*fake news*) qui contribuent à alimenter les peurs, et que les médecins essaient, souvent en vain, de démentir : « non, il ne s'agit pas de modifier le génome du patient vacciné », répond un médecin à son patient à propos de l'ARN messager (ibidem, p. 8). On peut se demander par ailleurs pourquoi on a multiplié à la télévision et dans les journaux les vidéos ou les photos où l'on voyait deux personnes masquées, l'une l'épaule dénudée, l'autre en train de piquer... Car ces photos ou vidéos montrant des épaules dénudées sur les écrans n'apportaient aucune information sur les vaccins, et ne donnaient pas envie de se faire vacciner, même lorsqu'il s'agissait de personnes célèbres sollicitées pour « donner l'exemple ».

QUAND LE RÉCIT D'INFORMATION S'APPARENTE AU « RÉCIT DE VIE »

Mais une autre forme de récit, qui semble hésiter entre « le portrait » et « le récit de vie » surgit dans la presse, et on prendra un exemple dans *Courrier international* (rubrique *Transversales : Focus Vaccins*) dans des extraits traduits en français du journal allemand *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, sous un titre et surtout un sous-titre, assurément accrocheurs :

Qui est BioNTech, le labo allemand, derrière le vaccin ?
Associée à l'américain Pfizer, cette biotech de Mayence fondée par un couple de chercheurs, tous deux enfants d'immigrés turcs, a inventé un vaccin contre le Covid-19
[*Courrier international* n°1568, 19-25 novembre 2020, p. 40]

C'est ainsi qu'on apprend l'histoire de ce premier vaccin, à travers l'annonce faite par Ugur Sahin, directeur général, et fondateur avec sa femme, Özlem Türecy, de la société BioNTech, en 2008, et « racontée » ainsi par ce journal de Francfort :

Face à l'euphorie générale, Ugur Sahin, dont l'entreprise [BioNTech] a suscité l'espoir dans la lutte contre le coronavirus, a fait preuve de calme. [...] : « *La première analyse intermédiaire de notre étude de phase III globale indique qu'un vaccin peut contrer le Covid-19* », a-t-il lapidairement déclaré le lundi [9 novembre]. Un ton conforme à sa nature : l'homme est sobre, réservé, concentré sur l'essentiel. Il n'aime guère les déclarations enflammées et tonitruantes, pas plus que les gestes. Ce qui compte, pour lui, c'est la science. [...]

[...] bien des choses ont changé depuis au cours des derniers mois : depuis que la société a annoncé, au début de l'année, qu'elle travaillait dans ses propres laboratoires à Mayence sur un vaccin contre le Covid-19, tout s'est emballé. En mars, BioNTech a fait savoir qu'elle avait trouvé un premier partenaire pour la poursuite du développement, l'entreprise chinoise Fosun. Peu après, on apprenait qu'elle collaborait également avec Pfizer. [...]

Ainsi se construit au fil du texte « le récit de la réussite » d'un des deux premiers vaccins « reconnus » par la communauté scientifique, et que l'Europe des 27 commandera en masse. Ainsi se construit aussi le « récit de vie » de ce couple innovateur autour de « la passion » (de la science), « le mariage », « l'argent » et « la réussite » :

Tandis que BioNTech et Pfizer développaient leurs installations de production, de nombreux gouvernements se sont assurés d'avoir des centaines de millions de doses du vaccin. À ce propos, Ugur Sahin n'a pas caché ce qu'il pensait de l'activisme national : « *La coopération est un élément déterminant pour répondre à ce défi international. Il est hors de question que l'on puisse envisager qu'il n'y ait un vaccin que pour la Chine, l'Allemagne ou l'Amérique* ». Cela tient peut-être aussi à ses origines. Ugur Sahin, fils d'immigrés turcs, a grandi à Cologne, où il a fait ses études de médecine. Il partage sa passion pour la recherche avec son épouse, qu'il a rencontrée au CHU de Hombourg, dans la Sarre, au début des années 1990. C'est là qu'elle a étudié la médecine. Fille d'un médecin émigré turc, Türeci a grandi non loin d'Osnabrück, en Basse-Saxe. Au début des années 2000, elle

rachète avec son mari l'entreprise de biotechnologies Ganymed, revendue en 2016 pour une somme rondelette au groupe pharmaceutique japonais Astellas. BioNTech pourrait toutefois être leur plus grande réussite : après l'envolée du cours de son action [après l'annonce du 9 novembre], l'entreprise a été valorisée à près de 25 milliards de dollars.

L'alliance de BioNtech avec Pfizer lui a donné accès à d'immenses ressources, ce qui lui a permis d'avancer aussi vite que possible sur la mise au point du vaccin. Le PDG de Pfizer, Albert Bourla, ancien vétérinaire d'origine grecque, a fait de l'élaboration d'un vaccin contre le Covid-19 la priorité absolue de son entreprise.

Mais on apprend aussi au fil des extraits de cet article (ce que confirme d'autres articles de la presse quotidienne française) :

– que le procédé de ce vaccin n'a jamais été utilisé encore chez l'homme, ce qui peut expliquer une certaine méfiance de la population (il a été utilisé dans le monde animal par des vétérinaires)

– que Albert Bourla (Pfizer) « a été rattrapé par la campagne de la présidentielle » aux États-Unis et mis sous pression par le gouvernement de Donald Trump, et qu'il a écrit « une remarquable lettre ouverte à ses collaborateurs », « se disant “déçu” de voir combien la question du vaccin était abordée de manière politique et non scientifique par les deux candidats ».

La question des vaccins⁹ n'est pas seulement scientifique, en effet, et elle prend dans le monde entier un tour économique et politique, à l'échelon d'un pays, ou d'un groupe de pays comme l'Union Européenne. Ce qui se manifeste un mois plus tard et permet de s'interroger sur la stratégie vaccinale de l'Europe des 27.

DES RÉCITS MÉDIATIQUES SUR LA POLITIQUE VACCINALE DE L'EUROPE

Le jeudi 17 décembre 2020, *le Monde* publie à la page 12 sous le bandeau « Pandémie de Covid-19 » un article qui vient de « *Bruxelles-Bureau européen* », et qui inscrit définitivement la stratégie vaccinale de la France

⁹ Sur la même page une note signale un sondage d'opinion réalisé pour la radio *France Info* et un quotidien français *Le Figaro*, publié le jeudi 12 novembre : « 50% des Français interrogés refuseraient de se faire vacciner si un tel vaccin était prochainement utilisé en France ». Depuis, l'opinion a changé.

dans l'Europe des 27, ainsi que dans les relations entre le monde scientifique, le monde médical, le monde économique et le monde politique ; c'est ce que confirme une photo de l'Agence Française de Presse, sur laquelle figurent, masqués, trois hommes-clés de cette politique en France à ce moment du « récit » : « *L'immunologiste Alain Fisher, le premier ministre Jean Castex, et le ministre de la santé, Olivier Véran, à Paris, le 3 décembre* », dit la légende.

Vaccins : les Vingt-Sept dans l'attente

L'Agence européenne des médicaments doit se prononcer le 21 décembre sur le sort du vaccin de Pfizer-BioNTech
[titres]

Deux phrases « détachées », en bleu et en capitales, fracturent l'espace de cet article qui, avec la photo, occupe les deux-tiers de la page et se termine page 13 :

- > En France, où la défiance est particulièrement forte, « le maître mot, c'est la transparence »
- > « Les laboratoires auront l'obligation de rapporter les effets secondaires imprévus » précise l'Agence européenne des médicaments

Ce qu'on « raconte » ici, c'est que « certains ne comprennent pas pourquoi le Royaume-Uni, les États-Unis et le Canada ont déjà commencé leur campagne de vaccination », alors que les Européens ne l'ont pas encore démarrée :

A commencer par le gouvernement allemand, qui fait pression sur l'Agence européenne des médicaments (EMA), l'instance délivrant le feu vert pour tous les vaccins et les médicaments en Europe, pour que le vaccin des laboratoires américain Pfizer et allemand BioNtech soit approuvé « *avant Noël* », a fait savoir Berlin, mardi 15 décembre.

« Les citoyens européens se demandent pourquoi les agences européennes ne vont pas plus vite », a affirmé de son côté le premier ministre polonais, Mateusz Morawiecki, lors du Conseil européen qui rassemblait les Vingt-Sept à Bruxelles, jeudi 10 et vendredi 11 décembre. À l'inverse dans l'opinion, les plus méfiants envers les vaccins s'interrogent sur le sérieux des procédures dans l'Union européenne (UE), qui doivent permettre d'autoriser la mise sur le marché d'un premier vaccin dans des délais bien plus rapides que d'habitude. L'Agence européenne des médicaments se retrouve donc prise en étau entre ceux qui lui demandent

d'accélérer et ceux qui s'inquiètent de la voir aller si vite.
Mardi, elle a finalement fait savoir qu'elle se réunirait le 21 décembre, soit une semaine plus tôt qu'annoncé, pour se prononcer sur Pfizer-BioNTech. L'avis sur le candidat vaccin de Moderna doit, lui, intervenir d'ici au 12 janvier. Autrement dit, moins d'un mois et demi après la demande d'autorisation de mise sur le marché (AMM) introduite le 1^{er} décembre par les deux laboratoires en tête de la course au vaccin, là où en temps normal il lui faut plus de six mois. **Explications** sur le processus en cours. [...]

Ce qui m'interroge, c'est ce qu'on entend ici par « explications ». Dans la mesure où, ici, il ne s'agit pas d'expliquer un phénomène scientifique (par exemple comment fonctionne un vaccin à ARN messager par rapport à un vaccin « traditionnel » – voir ci-après), mais de dire les façons dont fonctionnent les relations entre les différentes « agences », ici agences nationales et agences européennes (compréhension rendue d'autant plus perturbante parce que le sigle EMA pour l'Agence européenne du médicament ne correspond pas au sigle en français mais au sigle de la traduction en anglais – langue du Parlement européen, que le Royaume Uni a quitté), et, de manière générale par la multiplicité des institutions :

« au sein de l'EMA, le sort des candidats-vaccins se trouve plus précisément entre les mains du Comité des médicaments à usage humain (CHMP), où siège un représentant de chaque État membre ». Un rapporteur et un co-rapporteur sont nommés pour chaque dossier et les autres membres commentent leurs recommandations.

« La France est impliquée en tant que rapporteuse ou co-rapporteuse sur l'un des deux [vaccins], se borne à indiquer [...] la directrice générale de l'Agence nationale de sécurité des médicaments et des produits de santé (ANSM), **le gendarme du médicament en France** ». Ce Comité rend un avis qui est transmis ensuite à la Commission européenne.

On comprend que, loin de rassurer, la diversité des Directions/Agences/Autorités qui interviennent décourage le lecteur (et davantage encore l'auditeur de la radio ou de la télévision) qui n'a pas sous les yeux un organigramme ou plutôt une infographie représentant les relations entre les différentes institutions concernées par la pandémie (voir ci-dessus, p. X).

C'est ainsi que les récits « explicatifs » des relations et des responsabilités entre les différentes institutions de santé publique ne paraissent pas

forcément rassurants pour celui qui n'est pas convaincu par la vaccination – ou qui n'aime pas les gendarmes... Ce qu'on retient du récit des discussions qui ont lieu au niveau européen, c'est que s'il n'est déjà pas facile de gérer une pandémie au niveau d'un seul pays, gérer l'achat et la distribution des vaccins entre 27 pays européens, n'est pas de tout repos, ne serait-ce qu'en raison de la diversité des institutions qui interviennent dans chacun des pays.

DES RÉCITS À VISÉE « EXPLICATIVE » ?

Une catégorie comme « l'explication » (Moirand 1999, 2008) mérite ainsi d'être re-travaillée à l'occasion ce type de corpus inédit (la dernière pandémie, la grippe espagnole, remontant à l'année 1918 et les médias n'étaient pas autant présents qu'aujourd'hui), et parce qu'elle tient une place importante dans toutes les phases de la pandémie : dans les explications *scientifiques* sur la pandémie, mais également dans les explications *justificatives* des gestes barrières et du confinement (lorsqu'on en donne, et qu'on ne se contente pas de dire « Stay at home » comme le montrent Smith et Kable 2021 commentant l'ordre de Boris Johnson au Royaume Uni à partir d'un « petit corpus »), ainsi que dans les explications des décisions économiques prises par les différents gouvernements.

S'il existe, dans la plupart des journaux quotidiens, des informations télévisées et des informations en continu, des interventions de locuteurs divers qui regrettent l'absence de la France dans la course aux vaccins, et s'interrogent sur *les raisons* de cette absence, ceux-ci ne cherchent pas toujours à expliquer le fonctionnement « nouveau » de certains vaccins (d'où l'inquiétude manifestée par les résultats du sondage signalés en note, p. XX).

L'infographie du n° 1568 de *Courrier international*, 19-25 novembre 2020, tente de « raconter » le fonctionnement du vaccin, répondant ainsi à la question « comment » :

Comment fonctionne le vaccin de Pfizer/BioNtech [Source : Pfizer]

- Les vaccins à ARN messager (ARNm) fournissent au système immunitaire les instructions génétiques lui permettant de reconnaître le virus [dessin]
- Les chercheurs se concentrent sur la séquence génétique des protéines S du virus, les pics autour de sa membrane. À partir de cette séquence, ils vont synthétiser des brins d'ARNm, autrement dit des instructions que les cellules pourront utiliser pour fabriquer des protéines S.

- L'ARNm de synthèse voyage dans une capsule de nanoparticules de lipides qui transmet les instructions à une cellule.
- Une fois la capsule à l'intérieur, la mécanique cellulaire obéit aux instructions de l'ARNm pour produire la protéine virale. À la surface de la cellule, la protéine est récupérée par le système immunitaire, qui produit alors des anticorps.

Il n'est pas évident de suivre ce cheminement (fourni par le laboratoire) sans explicitation du vocabulaire, mélange de termes spécialisés (ARN messenger, capsule, nanoparticules, système immunitaire, protéine virale, anticorps, etc.) et de termes de vocabulaire courant (reconnaître, instructions, voyage, obéir, fabriquer). Il était déjà difficile, lors de la crise de « la vache folle » (Encéphalopathie Spongiforme Bovine) de faire comprendre la différence entre une bactérie et un virus, et « le prion » qui n'était ni l'une ni l'autre. D'où sans doute le refuge sur les réseaux sociaux, puisqu'aujourd'hui ils existent, quitte à être victimes des infox (fake-news), Or si la presse traditionnelle veut lutter contre celles-ci, c'est sur les formes d'explication qu'elle propose qu'on peut s'interroger.

LE RÔLE DE L'EXPLICATION DANS LES RÉCITS D'INFORMATION SUR LES VARIANTS ET LES VACCINS

Alors qu'on attend le feu vert de l'Europe pour démarrer la vaccination, la question des *variants* vient s'inviter dans la campagne de vaccination qui devait commencer fin décembre. Les récits d'information s'emploient à tenter d'« expliquer » l'existence de ces « mutations » et leurs conséquences. Ce qui conduit à s'interroger sur les formes d'explication rencontrées dans la presse quotidienne destinée au grand public, ici dans *Le Parisien / Aujourd'hui en France*, avant

de revenir sur la difficulté à diffuser des connaissances qui ne sont pas encore stabilisées.

COMMENT « EXPLIQUER » LES MUTATIONS

Une information sur les mutations du virus est signalée à la une du *Parisien* le 16 décembre 2020, et renvoie à la page 4 :

VIRUS MUTANT

Une nouvelle souche du coronavirus vient d'être repérée.

Explications sur ce phénomène. [p. 1]

Pourquoi les virus mutent

Une nouvelle souche inquiète l'Angleterre sans qu'on connaisse encore son impact sur l'épidémie. Ce qui est sûr, c'est que les variantes sont fréquentes, c'est même une question de survie pour elles.

Par Aline Gérard [titres, p. 4]

>Est-ce que ça rend le virus plus grave ? Les effets du vaccin sont-ils altérés par cette mutation ? Voilà les questions qui se posent et nous n'avons aucune information suggérant que ce soit le cas. MICHAEL RYAN, DE L'OMS [phrase détachée]

Ainsi les récits sur les vaccins et les variants empruntent aux formes de l'explication, que l'on a souvent rencontrées dans les écrits médiatiques lors des crises sanitaires. La forme discursive des questions posées (comment, pourquoi) est une des marques de ce type de discours, qui prend explicitement une coloration de didacticité, par exemple sous forme de questions que les locuteurs interrogés formulent explicitement, ce qui est une des marques de cette intention à visée didactique (...Pourquoi ? Parce que...). Autre récit qui suit « le parcours » du virus mutant, c'est de mettre celui-ci en position sujet dans la description de sa transformation (comment ?), et de le colorer, avec ses « pics », en rouge, sur l'infographie qui accompagne le texte qui suit (*Le Parisien*, 16-12-2020, p. 4 – le gras reproduit celui du journal) :

Comment le coronavirus se propage et se transforme [infographie à l'appui]

1. Le virus se lie à **la membrane** d'une cellule.
2. Il **pénètre la cellule et libère son génome** (ARN) dans la cellule.
3. Le **noyau de la cellule réplique de nombreux ARN** viraux.
4. **L'ARN se recrée une enveloppe virale** dans la cellule infectée.
5. Une fois reconstitué, le **virus quitte la cellule et part contaminer d'autres cellules.**

Durant la répllication, des mutations du code génétique peuvent survenir. Ces mutations donnent de nouveaux caractères au virus. S'ils permettent au virus de mieux s'adapter et de se reproduire, ils sont conservés dans le génome [encadré rattaché au dessin du noyau de la cellule].

Ce que retiennent, semble-t-il, des lecteurs interrogés au hasard, c'est que le virus serait un « être » doté de stratégies, qui se bat pour sa survie et sa reproduction... Les variants ou variantes font peur, d'autant qu'on ne sait pas encore si les vaccins sauront ou non s'adapter à ces mutations.

UNE « EXPLICATION » D'AVANTAGE DOCUMENTÉE

L'hebdomadaire *Courrier international* revient sur la question des vaccins dès la semaine du 19 au 25 novembre. La rubrique *transversales : sciences* du n° 1568, p. 38-39, *Vaccins, un espoir et des questions*, est ainsi organisée sous la forme de questions/réponses, reposant sur différentes formes d'explications (Moirand 2007, 20008). Mais *Courrier international* use de prudence, et du conditionnel français, dans les traductions des citations et de données empruntées aux rédactions de revues spécialisées (*Science*, *Nature*, *New scientist*, *Medical Xpress*, par ex.), plutôt qu'aux journaux quotidiens ou aux chaînes d'information en continu ou généralistes, qui privilégient ou provoquent davantage d'échanges polémiques (Varga 2021, Moirand 2020-2021).

C'est une grande prudence qui apparaît à ce stade de connaissances à travers des formes modales particulières bien connues des linguistes (on en soulignera quelques-unes) dans les réponses fournies aux questions posées :

1/ Que sait-on exactement ?

Le vaccin développé par Pfizer et BioNtech fait appel à une technologie innovante_(voir schéma ci-contre) [infographie expliquant le fonctionnement des vaccins à ARN messenger (ARNm)]

2/ Ce vaccin protège-t-il contre toutes les formes de la maladie, légères et sévères ?

Difficile à dire pour le moment. Le communiqué ne donne aucun détail sur la nature des infections contre lesquelles le vaccin protège

3/ Empêche-t-il de transmettre le virus ?

[...] Pour cela, il faudrait notamment qu'il prévienne aussi les cas asymptomatiques ou les formes très légères de la maladie. Et ce n'est pas gagné [...] En résumé, on ne sait pas si le vaccin empêche la transmission

4/ Le vaccin est-il efficace pour toutes les catégories de personnes ?

Là encore, les données manquent pour pouvoir se prononcer

5/ Combien de temps protège-t-il ?

« Va-t-il être efficace quelques mois, comme le vaccin contre la grippe ? Est-ce que ça va être comme pour la rougeole ou

la variole, où l'immunité est permanente ? » se demande, dans le *Wall Street Journal*, Gregory Poland, directeur du groupe de recherche sur les vaccins de la Mayo Clinic. Il est encore trop tôt pour le dire. Mais au vu de l'état des connaissances actuelles sur la réponse du système immunitaire au Sars-CoV-2, il est probable que la protection du vaccin ne dure pas plusieurs années.

6/ Est-il sans danger ? [...]

[...] les effets indésirables peuvent être trop rares pour être détectés au cours de l'essai clinique, mais ils peuvent être suffisamment graves pour rendre le vaccin impropre à une utilisation généralisée.

« Il est également important de continuer à surveiller ceux qui ont reçu le vaccin pendant des années », indique *Boomborg* [...]

Un suivi à long terme d'autant plus nécessaire que la technologie à ARN messenger n'a encore jamais été utilisée pour développer un vaccin destiné à l'homme.

Etc.

Ainsi, les Français apprennent, souvent avec étonnement et au fur et à mesure du développement de la pandémie, le fonctionnement du monde de la recherche scientifique, que beaucoup semblent ignorer : l'importance des publications dans des revues « reconnues » par la communauté scientifique (une recherche qui n'est pas publiée n'existe pas), l'exigence de reconnaissance par les pairs, en même temps que le fonctionnement des laboratoires de recherche sur les vaccins qui, dans les démocraties des pays développés, fonctionnent la plupart du temps avec des fonds privés, tout en les faisant souvent fabriquer dans des pays où les coûts de production sont moins chers...

Tout cela n'est pas forcément rassurant, et c'est ce qui se traduit par ce sentiment de méfiance ou de défiance que l'on a décrit dans un texte précédent (Moirand 2020-21), face au monde scientifique qui « s'interroge », et au monde politique qui prend des « décisions », sans forcément tenir compte des réponses et des mises en garde du premier.

RETOUR SUR LA MÉTHODE : CONCEPTS ET CATÉGORIES D'ANALYSE

Travailler sur « le récit d'information » contraint l'analyste à partir de l'ordre du texte et non pas d'extraire des mots accompagnés de leurs contextes, en les éloignant définitivement de la progression du texte d'origine,

ce qu'on fait parfois en sémantique du discours, en particulier lorsqu'on travaille sur des nominations ou des dénominations, par exemple sur les « mots » de la pandémie, qu'on les soumette ou non à des logiciels de lexicométrie¹⁰. Mais les deux approches ne sont pas contradictoires, elles restent intensément complémentaires.

Ici, les éléments soulignés dans les exemples sont analysés en fonction du rôle qu'ils jouent dans l'ordre du texte et dans la compréhension de ces textes, ce qui tend à rapprocher ces analyses de l'analyse textuelle de J.-M. Adam (et notamment de sa réflexion sur les genres) ainsi que de la logique naturelle de J.-B. Grize, auquel nous empruntons la notion de schématisation (Adam, Grize, Ali Bouacha éds 2004), qui nous paraît ici apte à comprendre la complexité de la communication « en temps de pandémie ».

Cette notion m'a permis de re-visiter le modèle dialogique de l'explication¹¹, tel que je l'avais envisagé à la fin des années 2000, au cœur des relations entre mémoires, savoirs et explication (Moirand 2007, 2008), et qui me paraît fournir aujourd'hui une façon de réconcilier les réflexions sur « ces architectures énonciatives sophistiquées » que sont « les récits médiatiques » (voir *supra* p. XX) avec une approche dialogique et discursive des discours de la presse ordinaire ou spécialisée.

Qu'il s'agisse de l'expert, du scientifique, du journaliste scientifique ou du journaliste généraliste, s'engager dans la diffusion de connaissances scientifiques auprès des publics est toujours une situation inconfortable qui repose sur des structures actanciennes compliquées (Moirand 2008), telles que¹² :

X explique Y / X n'explique pas Y
J dit que X explique Y ou que X n'explique pas Y
S dit que X pourrait expliquer Y
S dit à P que [X pourrait expliquer Y]
J dit que S dit que [X pourrait expliquer Y]

¹⁰ Voir par exemple en bibliographie les travaux de Née *et al.* pour une réflexion sur les logiciels qui facilitent l'approche des cotextes et contextes des mots et des textes, Brunner et Pordeus-Ribeiro 2020 pour une analyse autour du mot « inégalités » dans la presse française, Veniard 2013 sur la nomination des événements dans la presse et Serrano 2012 sur la nomination du conflit armé en Colombie à la télévision.

¹¹ On n'aborde pas ici la question de « l'explication » à la télévision, que Charaudeau a traité à partir d'une interrogation : « La télévision peut-elle expliquer ? » lors d'un colloque publié en 1999 – voir ici en bibliographie. Mais on a pu remarquer la difficulté que les professeurs et chercheurs invités à débattre à la télévision rencontraient pour expliquer qu'« on ne savait pas », si bien que leurs interventions devenaient souvent, y compris entre eux, des polémiques... (voir Varga 2021).

¹² J = journaliste, la presse, S = scientifique, la science, P = public (lecteur ou auditeur), X, Y sont des « faits ».

Mais cette situation est d'autant plus complexe lorsqu'on est face à un nouveau virus et à une nouvelle maladie, qu'on n'a aucune certitude scientifique, et que cette incertitude se communique aux mondes économique, politique et sociale de la planète¹³.

La complexité des structures actanciennes, qui repose ici sur des hypothèses de travail chez les chercheur.e.s, s'actualise en discours par une grande diversité de textures énonciatives qui conduit à travailler sous l'angle du dialogisme, et à différencier un dialogisme intertextuel d'un dialogisme interactionnel, ce dernier se manifestant par exemple par les questions explicitement exprimées que pourraient poser les lecteurs ou les auditeurs :

A la une CORONAVIRUS

Ce qu'on sait Ce qu'on ne sait pas [...]

Qu'est-ce que ce virus, baptisé Sars-Cov-2, a de si particulier ?

Que fait-il au corps ?

Comment le détecter, traiter la maladie qu'il provoque, la prévenir ?

Et surtout que reste-t-il à savoir, car de nombreuses inconnues demeurent ?

Nous y répondrons ici avec la presse étrangère, notamment scientifique

[*Courrier international*, n°1540 du 7 au 13 mai, à la une, p. 6-15]

On imagine à travers les dire de cette introduction (ou chapeau) les traces de dialogisme interactionnel auquel on fait appel (on anticipe les questions des lecteurs) et les traces de dialogisme intertextuel (les traductions des propos empruntés à la presse étrangère scientifique) que l'on trouve dans les pages qui suivent. On peut s'attendre, que les questions soient posées explicitement ou non, à la présence de différentes voix qui constituent la texture énonciative particulière de ces récits d'information, et qui vont intervenir dans les configurations explicatives des genres convoqués.

Mais comme les connaissances sont encore controversées et que les conséquences de la pandémie sont également économiques et politiques, on sait que malgré les efforts des journalistes pour traiter de la maladie, les explications de la science ont tendance à s'effacer derrière une explication du sens social de cet événement, et que à côté de ces quelques pages d'information scientifique, la plupart des « Pages spéciales coronavirus » vont traiter d'autres faits liés à la pandémie : par exemple, dans le numéro de

¹³ Voir C. Postal-Vinay « Les récits de l'incertitude planétaire. Discordance ou pluralisme » dans Lazar M., Plantin G., Ragot X. éd.s : *Le Monde d'aujourd'hui. Les sciences sociales au temps de la Covid*. Presses de Sciences Po, 2020.

Courrier international cité *supra*, de la stratégie brouillonne du déconfinement en France, de l'empathie de la première ministre en Nouvelle Zélande (voir Moirand 2021), de la gestion controversée du directeur général de l'Organisation mondiale de la santé, etc. Ainsi l'explication du sens social, qui surgit dans d'autres récits médiatiques, tend à tisser des liens avec l'histoire, et pas seulement l'histoire récente des relations entre science, nature et société. Or ce genre d'explications échappent aux modèles « cause-conséquence » de l'explication, qui s'appuient sur une représentation des sciences formelles ou des sciences de l'observation. C'est pourquoi plus on avance dans la pandémie, plus les questionnements scientifiques s'estompent – et moins de professeur.e.s-chercheur.e.s prennent la parole – dans des récits médiatiques, qui portent davantage désormais sur les conséquences sociales et mondiales de la pandémie.

Ces travaux sur corpus entrepris à propos de la pandémie conduisent à réfléchir aux relations entre une approche « au ras du texte », que privilégient les linguistes, et une approche du récit d'information, telle que je l'ai formulée ici, tout en éludant la question de la description fine des formes du discours, que je pratique aussi, avant de revenir au déroulement de la parole « située ».

Deux concepts pourraient jouer pour moi un rôle central dans l'approche des récits d'information, concepts qui permettent de « penser » l'analyse, et de regrouper les résultats obtenus à partir d'une description qui s'appuie sur des catégories qui rendent compte des « observables » que l'on repère au fil du texte (comme j'ai tenté de l'expliquer dans un numéro collectif sur « Les frontières du discours » – Moirand 2018a).

– le concept de dialogisme tel qu'on peut l'associer aux différentes facettes de la mémoire : domaines de mémoire de Foucault, mémoire discursive de Courtine, mémoire collective d'Halbwachs, et aussi mémoires cognitives de Tulving, tentant ainsi de réconcilier le discursif, l'histoire, le social et le cognitif. Il permet en effet de construire des corpus « en boule de neige » à partir d'un récit d'information isolé ou de plusieurs récits d'information regroupés, et de revenir ensuite aux « observables du discours » afin repérer la façon dont des éléments textuels divers se distribuent au fil du déroulement de la parole, et donc du récit.

– le concept de schématisation, concept emprunté à la logique naturelle de Grize, qui permet, comme le suggère J.-M. Adam (dans l'introduction de l'ouvrage collectif sur *Texte et Discours : catégories pour l'analyse* 2004, p. 8-10), de réconcilier « la part résultative du concept de texte (comme énoncé) et la part dynamique (comme énonciation) de celui de discours ».

Ainsi, lorsqu'un sujet A produit un énoncé, il propose à son interlocuteur B une sorte de reconstruction d'un monde qui reflète la façon dont A se représente la situation, mais cette schématisation repose sur la finalité de A, sur les représentations que A se fait de B, sur celles qu'il veut donner de lui-même, sur l'éclairage qu'il donne à l'objet de discours dont il parle, et du micro-univers qu'il construit au fil du discours.

Il s'agit ensuite d'articuler ensuite à ces concepts des catégories descriptives, qui rendent compte localement, au fil du récit, des opérations de référenciation, de prédication, d'énonciation sous-jacentes, et permettent de dégager « les observables » de ces récits d'information avant de revenir au déroulement de la parole située et de les relier à des catégories globales (le genre de texte, la situation, la schématisation, l'explication). Il reste alors, et cela ne peut être qu'un projet collectif, à replacer l'ensemble des travaux sur les récits d'information autour de cette pandémie dans un projet global qui s'interrogerait sur les effets à plus ou moins long terme de tels récits sur le fonctionnement des sociétés actuelles.

RÉFÉRENCES BIBLIOGRAPHIQUES¹⁴

Adam J.-M. (2004) : Introduction dans Adam J.-M., Grize J.-B. & M. Ali Bouacha édés (2004) : *Texte et discours : catégories pour l'analyse*, Éditions Universitaires de Dijon, collection Langages, p. 5-19.

Adam J.-M. (2018) : « Les opérations de liages micro-textuels : un premier palier de délimitation des unités textuelles » dans *Semiotica* n° 223, *Les frontières du discours*, p. 33-48. En ligne sur www.degruyter.com/semiotica

Arquembourg J. (2010-2011) : « Les enjeux politiques des récits d'information : d'un objet introuvable à l'institution d'un monde commun », *Quaderni* n°74, p. 37-45. En ligne : <http://journals.openedition.org/quaderni/338>

Arquembourg J. (2011) : *L'Événement et les médias : les récits des tsunamis et des débats publics (1755-2004)*. Paris, Archives contemporaines.

Arquembourg J. & F. Lambert édés (2005) : « Présentation », *Réseaux* 132, *Les Récits médiatiques*, Paris, Lavoisier, 2011. En ligne <https://www.cairn.info/revue-reseaux1-2005-4-page-9.htm>

Baronas Roberto Leiser, org. (2011) : *Análise do discurso : Apontamentos para uma história de noção-conceito de Formação Discursiva*. Pedro & João Editores, São Carlos-SP

¹⁴ Em respeito às normas bibliográficas vigentes no país de origem da autora, mantivemos aqui uma padronização diferente da adotada no restante do livro. (N.E.)

Brunner P. & Pordeus-Ribeiro M. (2020) : « Inégalité(s) dans le discours de la presse française : usages discursifs et dimensions sémantiques d'un mot », *Corela Cognition, représentation, langage* Vol. 18-2. En ligne

Charaudeau P. (1999) : « La télévision peut-elle expliquer ? » dans Bourdon G., Jost F. éd. : *Penser la télévision*. Paris, Nathan-INA, p. 249-274.

Foucault, M. (1969) : *L'archéologie du savoir*. Paris, Gallimard.

Maingueneau D. (2006) : « Les énoncés détachés dans la presse écrite. De la surassertion à l'aphorisation », *Tranel* n° 44, p. 107-120. En ligne

Moirand S. (2007) : « Mémoire et médias » dans *Les discours de la presse quotidienne*, Paris, Presses Universitaires de France, p. 114-156 (ouvrage traduit en arabe en 2009 ; en espagnol en Argentine en 2018 et en italien en 2020 avec des post-faces et une bibliographie réactualisée).

Moirand S. (2008) : « Un modèle dialogique de l'explication », dans Hudelot C., Salazar-Orvig A., Veneziano E. éd. *L'Explication : enjeux cognitifs et communicationnels*, Louvain, Peeters, p. 77-88.

Moirand S. (2011) : « Le dialogisme : de la réception d'un concept à son appropriation en analyse du discours », dans *Cahiers de praxématique* 57, en ligne, traduction à paraître dans un ouvrage collectif au Brésil, sous presse.

Moirand S. (2018a) : « Le discontinu des catégories linguistiques confronté aux catégories et concepts de l'analyse du discours et au continu du déroulement de la parole », dans *Semiotica* n°223, p. 49-70. En ligne sur www.degruyter.com/semiotica.

Moirand S. (2018b) : « L'apport de petits corpus à la compréhension des faits d'actualité », dans *Corpus* n° 18, 2018. En ligne sur www.scholar.google.fr et sur le site de la revue *Corpus*

Moirand S. (2020a) : texte précédent, traduite en portugais par Fernando Gibin et Julia Costa dans la revue *Linguasagem*, São Carlos, volume 36, 2020, p. 20-41.

Moirand S. (2020b) : « Dire l'actualité aujourd'hui : éléments pour un parcours transdisciplinaire dans les discours des médias », Introduction, dans M. Donot, É. Samouth & Y. Serrano dir. *Les médias en Amérique latine. Dire et construire l'actualité latino-américaine*, p. 21-42.

Moirand S. (2020-2021) : « Regards médiatiques sur la Covid-19 : “instants discursifs” d'une pandémie sous l'angle des chiffres, des récits médiatiques et de la confiance », visio-conférence du 23-09-2020, Université São Carlos, Brésil : <<https://www.youtube.com/watch?v=luEE9FbBBOs>>. Texte publié dans la revue *Linguasarem*, vol. 35, dossier *Discurso em tempos de pandemia, junho/2021*, p. 213-241. En ligne

Moirand S., Pordeus Ribeiro M. & S. Reboul-Touré (2015) : « La vulgarisation scientifique au croisement de nouvelles sphères d'activité langagière », *Bakhtiniana, Rev. Estud. Discurso*, UCSP, Brésil (Texte en portugais, en anglais et en français disponibles sur le site de la revue).

Née E. dir. & Barats C., Fleury S., Leblanc J.-M. Sitri F. & M. Veniard (2017) : *Méthodes et outils informatiques pour l'analyse des discours*, Presses universitaires de Rennes

Paveau M.-A. (2006) : *Les prédiscours. Sens, mémoire, cognition*. Paris, Presses Sorbonne nouvelle. En ligne sur www.openeditionbooks.com (traduit en portugais au Brésil)

Pordeus-Ribeiro M. (2018) : Une sémantique discursive en contraste : propositions d'une étude de vocabulaire politique en français et en portugais, dans *Vers une sémantique discursive : propositions théoriques et méthodologiques*, *Langages* 210. En ligne

Ricœur P. (1982-1984) : *Temps et récit*, t. 1, 2, 3. Paris, Seuil.

Ricœur P. (2000) : *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris, Seuil.

Serrano Y. (2012) : *Nommer le conflit armé en Colombie*. Paris, L'Harmattan.

Simonin J. (2011) : « Circulations pandémiques : le proche/le lointain en confiance. Aperçu sur la médiatisation de la crise du chikungunya à la Réunion et dans l'Océan Indien (2005-2006) », dans Idelson B. & G. Ledegen éds 2011, *Chikungunya : la médiatisation d'une crise*, Éditions Modulaires Européennes, Belgique, 63-88.

Simonin J. & E. Wolff (2009) : « Communauté d'interprétation et analyse du discours » dans Albertini F & N. Pélissier : *Les sciences de de l'information et de la communication à la rencontre des Cultural Studies*, Paris, L'Harmattan, 215-229.

Smith S. & J. Kabele (2021) : « The spring 'stay at home' coronavirus campaign communicates by pending accounts », *Journal of Pragmatics* 177, 170-182. En ligne

Varga R. (2020) : « “La polémique Raoult” : brouillage de la communication », REFSICOM, *Communication de crise, médias et gestion des risques du Covid n°19*. En ligne <http://www.refsicom.org/783>

Veniard M. (2013) : *La nomination des événements dans la presse. Essai de sémantique discursive*. Presses universitaires de Franche-Comté.



france

Recherche. Pourquoi le pays de Pasteur n'a-t-il pas "son" vaccin ?

Les annonces du retard pris par Sanofi et de l'abandon déclaré par l'Institut Pasteur dans leur projet respectif de vaccin anti-Covid ont blessé la fierté de la France. Pourtant, la dégringolade scientifique s'explique assez facilement.



A CRISE BIOÉTICA NO CONTEXTO DO “SALVE-SE QUEM PUDER”

ADRIANA DO CARMO FIGUEIREDO¹

Resumo: O cenário desolador provocado pela crise bioética decorrente da cultura do “salve-se quem puder” é o ponto de partida da problemática que norteia este estudo. Com a constante ameaça de uma segunda onda da pandemia da Covid-19, no Brasil e no mundo, notam-se atos e discursos de agentes públicos que colocam em xeque princípios humano e constitucional, como o direito social à saúde. O objetivo desta pesquisa é analisar discursos, como “o Brasil tem que deixar de ser um país de maricas”, que ferem o respeito à dignidade humana. Além disso, objetiva-se compreender a base principiológica que alicerça a Bioética, especialmente, por meio de estudos do jurista argentino Andorno (2012) e da *Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos*, proclamada pela UNESCO, em 2005. Metodologicamente, este estudo é de natureza qualitativa e apresenta uma pesquisa bibliográfica dialogada entre a Teoria Social de Habermas (1999 [1981]), a Bioética e a Análise do Discurso, para uma discussão de conceitos como hiperenunciador, conforme Maingueneau (2008), força ilocutória dos atos de linguagem, na perspectiva de Kerbrat-Orecchioni (2001), discurso polêmico, como propõe Amossy (2017) e outros aspectos enunciativos que formam o arcabouço teórico da discussão sobre a crise bioética. Como resultado, verificamos que há desrespeito a preceitos humanos e constitucionais propagado por agentes políticos em atos enunciativos. Por fim, concluímos que essa propagação discursiva parece indicar a fuga da responsabilidade sanitária por meio da reafirmação do preconceito em posições oficiais como resposta ao enfrentamento da pandemia provocada pelo SARS-CoV-2.

Palavras-chave: Covid-19. Discursos. Bioética. Hiperenunciador. Direitos Humanos.

Abstract: The devastating scenario brought about by the bioethical crisis resulting from the “it’s every man for himself” culture is the starting point of the problem that guides this study. With the constant threat of a second wave of the Covid-19 pandemic, in Brazil and in the world, there are actions and speeches by public agents that call into question human and constitutional principles such as the social right to health. The objective of this research is to analyze speeches, such as “Brazil has to stop being a country of sissies”, which hurt respect for human dignity. In addition, the objective is to understand the principio logical basis that underlies Bioethics, through studies by the Argentine jurist Andorno (2012) and the *Universal Declaration on Bioethics and Human Rights*, proclaimed by UNESCO, in 2005. Methodologically, this study is qualitative in nature and presents a bibliographic research dialogued between Habermas Social Theory (1999 [1981]), Bioethics and Discourse Analysis, to a discussion of concepts as a hyper announcer, according to Maingueneau (2008), illocutionary force, in the perspective of Kerbrat-Orecchioni (2001), controversial discourse, as proposed by Amossy (2017) and other aspects that form the theoretical framework of the discussion on the bioethical crisis. As a result, we find that there is disrespect for human and constitutional precepts propagated by political agents in enunciative acts. We conclude that this discursive propagation seems to indicate the escape from health responsibility, through the reaffirmation of prejudice in official positions as a response to the confrontation of the SARS-CoV-2 pandemic.

Keywords: Covid-19. Speeches. Bioethics. Hyper announcer. Human Rights.

¹ Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Advogada constitucionalista e docente na Fundação CEFETMINAS (FCM) e no Instituto de Educação Superior Latino-americano (IESLA). E-mail: acfigueiredo.prof@gmail.com

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Com a constante ameaça de uma segunda onda da pandemia da COVID-19, no Brasil e no mundo, nota-se uma retórica política que escancara a cultura do “salve-se quem puder”. Vivemos a maior crise bioética dos últimos tempos e, nesse cenário desolador, identificamos atos e discursos de agentes públicos que colocam em xeque princípios constitucionais como o direito humano e social à saúde e à qualidade de vida.

Nesse sentido, o objetivo deste estudo é analisar discursos, como “o Brasil tem que deixar de ser um país de maricas”, que ferem o respeito à dignidade humana, um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, conforme preceitua o artigo 1º, inciso III, da *Constituição da República Federativa do Brasil* de 1988 (CRFB/88). Além disso, objetiva-se discutir a dimensão enunciativa de princípios bioéticos proclamados na *Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos*, em outubro de 2005, pela Conferência Geral da UNESCO.

Metodologicamente, empregamos procedimentos da análise qualitativa para uma breve discussão teórica de conceitos assentados em enunciados jurídicos como “Bioética”, “princípio da não discriminação”, “dignidade da pessoa humana”, “saúde pública”, entre outros. Com esse propósito analítico, delineamos o nosso referencial teórico, construído por meio do estudo de enunciações extraídas da Declaração Universal, que foi supracitada em diálogo com a Constituição Federal de 1988.

Tendo em vista essa perspectiva metodológica procedimental alicerçada na dimensão discursivo-enunciativa, selecionamos alguns conceitos específicos da Análise do Discurso (AD) de vertente francesa, propostos por Dominique Maingueneau (2008), como as noções de enunciação e hiperenunciador. Essas categorias analíticas foram empregadas para a compreensão da carga axiológica extraída da Declaração sobre Bioética com o objetivo de delinear o valor enunciativo desse texto jurídico declaratório e o suposto desrespeito aos direitos humanos propagado por atos enunciativos veiculados por agentes públicos.

Acrescentamos que, ainda nesse percurso metodológico de viés analítico-teórico, buscamos esclarecer a nossa abordagem sobre a Bioética alicerçada nos estudos discursivos, na doutrina jurídica desenvolvida pelo pensador argentino Roberto Andorno (2012) e na Teoria Social proposta por Habermas (1999 [1981]), para que possamos compreender o arcabouço principiológico que sustenta a junção entre Bioética, Discurso e Direito.

Nessa trajetória de análise, perpassamos também por algumas lições de Kerbrat-Orecchioni (2001), referentes à força ilocutória dos atos de linguagem. Acreditamos que esse entrecruzamento teórico se justifica e se faz necessário para a composição da análise discursiva de uma provável retórica política, que parece ter como objetivo ocultar ou desviar o dever de responsabilidade dos agentes políticos em relação à proteção da vida em todas as suas formas de manifestação.

Nas considerações finais, constatamos que o desrespeito a preceitos universais, constitucionais e bioéticos dá corpo ainda a uma retórica violadora de direitos humanos perpetuada pela violência verbal, conforme abordagem pautada nas Teorias da Argumentação desenvolvidas por Amossy (2017). Essa propagação discursiva parece se alimentar da força enunciativa de proferimentos emitidos por autoridades públicas, quando reafirmam o preconceito em suas posições oficiais como resposta ao enfrentamento da pandemia provocada pelo SARS-CoV-2.

NOTAS SOBRE BIOÉTICA E DIGNIDADE HUMANA

Inicialmente, gostaríamos de situar a terminologia “bioética” com base em sua dimensão histórico-enunciativa, para que possamos compreender a noção de “crise bioética” que tem assolado a nossa convivência social nos últimos tempos. Em linhas gerais, podemos afirmar que o termo bioética está alicerçado em duas palavras gregas: *bios* (vida) e *ethikós* (ética).

Andorno (2012) comenta que a palavra “bioética” foi empregada, pela primeira vez, nos Estados Unidos, em 1971, pelo oncologista Van Rensselaer Potter em seu livro *Bioethics: bridge to the future*. A partir de então, esse neologismo também foi utilizado para nomear uma instituição fundada por Andrew Hellegers, na Universidade de Georgetown (Washington), que se dedicava ao estudo de questões relacionadas à ética da reprodução humana com foco na perspectiva bioética.

Entretanto, em razão da complexidade proveniente dos avanços biotecnológicos e dos discursos alinhados aos sistemas de poder, a Bioética não se restringiu ao campo da biomedicina. Por esse motivo, os estudos bioéticos adquiriram um contorno global e prospectivo, cujo propósito é dar orientações sobre os novos dilemas contemporâneos, que envolvem valores humanos, identitários e subjetivos.

Assim, a Bioética passa a ser caracterizada como um campo de estudo sistematizado da conduta humana interconectada às ciências da vida e da

saúde, à luz dos direitos humanos e dos princípios morais universais, como o direito à sadia qualidade de vida, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme preceitua a Constituição Federal de 1988, em seu art. 225: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

Andorno (2012) esclarece essa perspectiva sistemática e transdisciplinar da Bioética, pois ao se interessar diretamente pelo valor da vida humana e pelas repercussões sociais dos novos avanços, os estudos bioéticos não se restringem “[...] somente aos médicos e biólogos, mas também aos juristas, filósofos, teólogos, autoridades públicas, psicólogos etc.” (ANDORNO, 2012, p. 12, tradução nossa)¹. Acrescentamos que as pesquisas sobre a ética da vida necessariamente englobam também a dimensão discursiva que afeta não apenas os indivíduos de forma isolada, mas especialmente a natureza humana em sua coletividade.

Dessa forma, o viés enunciativo extraído do vocábulo bioética pode ser compreendido como a necessidade de preservação da vida em sua eticidade, cujo núcleo de interesse se centra principalmente na noção de pessoa e dignidade humana. Com essa abordagem, a Bioética esboça a sua prospecção valorativa e deposita suas esperanças na humanidade, como se esta instituisse o sentido da sua existência pelas bases constitutivas do respeito, da igualdade e do bem-estar para as presentes e futuras gerações.

Esclarecemos que a compreensão dessa dimensão discursiva do termo bioética provém da relação entre linguagem e visões de mundo como um constructo intersubjetivo elaborado pelos sujeitos languageiros e suas propostas enunciativas. Conforme Maingueneau (2016), a noção de enunciação “[...] por um lado, permite representar fatos no enunciado, mas, por outro, constitui por si mesma um fato, um acontecimento único definido no tempo e no espaço” (MAINGUENEAU, 2016, p. 1931).

Dessa forma, acreditamos que a Bioética se instaura como um acontecimento discursivo que, em seu cerne, representa a própria dimensão ética do “mundo da vida” (HABERMAS (1999 [1981])², que integra o com-

¹ No original: “[...] no concierne sólo a los médicos y biólogos, sino también a los juristas, filósofos, teólogos, autoridades públicas, psicólogos, etc.”.

² Esclarecemos que esta leitura discursiva da Bioética dialogada com a categoria do “mundo da vida”, desenvolvida na Teoria Social de Habermas (1999 [1981]), é uma proposta de construção teórica nossa, decorrente dos estudos que fizemos em nossas pesquisas doutorais em Estudos Linguísticos, desenvolvidas na Faculdade de Letras (POSLIN/UFMG) e na *Facultad de Derecho* da *Universidad de Buenos Aires* (UBA). Em 2016, participamos de um seminário doutoral sobre Bioética e Direito, na UBA (Argentina), ministrado pelo jurista Roberto Andorno. É importante comentar que Andorno foi membro do Comitê

portamento humano e suas visões que se perfilam no agir social e no comunicativo. De acordo com Habermas (1999), podemos definir o mundo da vida como se fosse um depositário de sentido que se instaura numa teia de significações. Trata-se de sentidos compartilhados ao longo da história e que permanecem acomodados de maneira não refletida. Logo, o mundo da vida permite que orientemos a nossa ação para um agir comunicativo.

Nessa perspectiva, podemos compreender o mundo da vida por meio de objetos estruturados simbolicamente que encarnam componentes de um saber pré-teórico, cuja composição se dá com a própria colaboração de “sujeitos capazes de linguagem e de ação” (HABERMAS, 1999, p. 154). São, portanto, esses sujeitos que constituem os objetos e instauram uma teia de significações. Dessa rede de sentidos, podemos compreender também o alcance discursivo da Bioética e da sua relação com a moralidade humana. Assim, Andorno afirma:

a bioética é acima de tudo ética. Isso significa que faz parte daquele ramo da filosofia que trata do estudo da moralidade da ação humana. A ética é, com efeito, a disciplina que considera os atos humanos como bons ou maus. Mas a bioética é uma parte integrante da ética [...]. Ela se ocupa da vida como tal. A questão central que norteia [o estudo da bioética] é: *como devemos tratar a vida, acima de tudo, a vida humana?* (ANDORNO, 2012, p. 10, tradução e colchetes nossos)³.

Portanto, o respeito à vida compõe o eixo-central do debate bioético. Nesse sentido, é também importante enfatizar que, por ser a Bioética uma área do conhecimento da natureza humana, é precisamente essa característica que nos permite conduzir reflexões diversas relativas não somente à ética voltada para a medicina; mas, também, às questões éticas que brotam das condutas sociais cotidianas. Uma das questões que norteia o debate bioético é a valoração do ser humano, em sua dignidade e corporeidade, em face de discursos e ações que tocam nesses aspectos.

Dessa forma, embora a dignidade seja um valor preexistente ao Direito, torna-se necessário o seu reconhecimento não apenas pela ordem jurí-

Internacional de Bioética da UNESCO, como representante da Argentina (1998-2005). Na ocasião, participou da redação da *Declaração Internacional de Dados Genéticos Humanos* (2003) e da *Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos* (2005).

³ No original: “*La bioética es ante todo ética. Esto significa que forma parte de aquella rama de la filosofía que se ocupa de estudiar la moralidad del obrar humano. La ética es, en efecto, la disciplina que considera los actos humanos en tanto buenos o malos. Pero la bioética es una parte de la ética y no toda la ética. Ella se ocupa de la vida en cuanto tal. La pregunta central que se plantea es: ¿cómo debemos tratar a la vida, sobre todo, a la vida humana?*”.

dica vigente, mas por todas as circunstâncias que definem a vida. Portanto, enfatizamos que a base axiológica da dignidade humana deve ser reconhecida cotidianamente por todos os setores da sociedade. Em especial, destacamos a necessidade de reconhecimento da dignidade pelos mecanismos da política, por meio de ações afirmativas, ou de atitudes e de discursos de agentes públicos no cumprimento do dever de responsabilidade pela vida em sociedade.

Segundo Andorno (2012), todo ser humano possui uma dignidade que lhe é própria e merece ser respeitado como um fim em si mesmo, independentemente do seu grau de desenvolvimento, da sua saúde física e também mental e, acrescentamos, da sua identidade como ser integrante do mundo da vida. Trata-se de uma visão personalista sobre a matéria, pois a noção de respeito advém da ideia de pessoa, como um “*ser dotado de espírito*” (ANDORNO, 2012, p. 32).

Logo, o reconhecimento da existência da dignidade da pessoa humana, como um dos pilares do Estado Democrático de Direito, deve ser erguido pelas condições necessárias para um consenso sociocultural abrangente de que qualquer violação à esfera da dignidade humana é sempre injusta e fere preceitos bioéticos alinhados aos direitos fundamental e humano. Esses preceitos podem ser encontrados na *Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos* proclamada pela Conferência Geral da UNESCO, em 2005, como afirmamos. Esse marco temporal sinaliza relevante momento histórico na órbita do Direito Internacional, pois, pela primeira vez na história da Bioética, os Estados-membros e a comunidade internacional comprometeram-se a respeitar e aplicar os princípios bioéticos fundamentais condensados num único texto.

Essa Declaração incorpora princípios extraídos dos enunciados que norteiam as regras referentes ao respeito à dignidade humana, pela óptica dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Dessa forma, é importante comentar que a referida Declaração Universal é uma Carta de Valores que nos convida a tomar as medidas adequadas para assegurar a efetividade declaratória, incluindo a sua divulgação em dimensão ampla.

Desse modo, desde o seu Preâmbulo, notamos os compromissos da comunidade internacional sobre a existência humana em suas diferentes formas de manifestação. Vejamos alguns deles, a seguir.

A Conferência Geral,

Consciente da capacidade única dos seres humanos de reflectir sobre a sua existência e o seu meio ambiente, identificar a

injustiça, evitar o perigo, assumir responsabilidades, procurar cooperação e dar mostras de um sentido moral que dá expressão a princípios éticos, [...]

Convicta de que é necessário e oportuno que a comunidade internacional enuncie princípios universais com base nos quais a humanidade possa responder aos dilemas e controvérsias, cada vez mais numerosos, que a ciência e a tecnologia suscitam para a humanidade e para o meio ambiente, [...]

Consciente de que os seres humanos fazem parte integrante da biosfera e têm um papel importante a desempenhar protegendo-se uns aos outros e protegendo as outras formas de vida, em particular os animais, [...]

Reconhecendo que a saúde não depende apenas dos progressos da investigação científica e tecnológica, mas também de factores psicossociais e culturais, [...]

Tendo presente que a diversidade cultural, fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, é necessária à humanidade e, neste sentido, constitui património comum da humanidade, mas *sublinhando* que ela não pode ser invocada em detrimento dos direitos humanos e das liberdades fundamentais,

Tendo igualmente presente que a identidade da pessoa tem dimensões biológicas, psicológicas, sociais, culturais e espirituais, [...]

Considerando que todos os seres humanos, sem distinção, devem beneficiar das mesmas elevadas normas éticas no domínio da medicina e da investigação em ciências da vida, *Proclama* os princípios que se seguem e *adopta* a presente Declaração (UNESCO, 2005, preservamos a ortografia e os itálicos do original).

Com base no excerto entrecortado por nós, podemos afirmar que os princípios da Bioética repousam sobre a potencial consciência da humanidade em refletir sobre a existência humana e sua relação com o meio ambiente. Essa consciência resulta na convicção de princípios universais que, no plano do *dever ser*, se voltam para a cooperação entre todos os entes (Estados-membros, comunidade internacional, governos, sociedade e agentes públicos) no sentido de identificar a injustiça e evitar danos à integridade humana, por intermédio da prática responsável de compromissos éticos.

A responsabilidade surge, dessa dimensão, como um juízo moral universal, cujo bem maior é a preservação da vida em todas as suas formas de manifestação. A saúde, na perspectiva do Biodireito, não se concentra apenas nos progressos científicos e tecnológicos, mas leva em consideração fatores psicossociais, culturais e discursivos que constituem a morada do ser.

Dessa forma, brota a noção multifacetada da identidade da pessoa humana que deve ser protegida em sua totalidade, tendo em vista as dimensões biológica, psicológica, social, cultural e espiritual.

A Bioética, assim, é construída por meio de princípios que visam à proteção dessa consciência ética e jurídica sobre a vida em sociedade. Entre eles, destacamos os princípios da diversidade, da igualdade, da não discriminação e autonomia, alinhados ao direito às identidades pessoal e coletiva, à biodiversidade, a não comercialização do corpo humano e à sadia qualidade de vida. Esses princípios devem ser compreendidos de forma sistematizada, para que possam ser aplicados à proteção do bem jurídico maior caracterizado pela dignidade da pessoa humana.

Ainda é importante destacar que os denominados princípios bioéticos não devem ser compreendidos como uma teia valorativa afastada da teoria ética em sua base filosófico-discursiva. Na verdade, esse arcabouço principiológico é válido para o amplo espectro que envolve o fazer humano. Enfatizamos que esse labor humano compreende não apenas as intervenções clínicas ou as decisões tomadas pelas ciências médicas; mas, sim, todas as manifestações administrativas e político-discursivas que também afetam as formas de vida saudável na sociedade.

A dignidade humana, portanto, pode ser compreendida com base na ideia de que cada indivíduo possui um valor intrínseco e inalienável. Para que haja respeito à vida, devem ser observados os componentes axiológicos que determinam a personalidade, tendo em vista que a identidade da pessoa humana é determinada “[...] pelas dimensões biológicas, psicológicas, sociais, culturais e espirituais” [...], (UNESCO, 2005), conforme extraímos do Preâmbulo da *Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos*.

Dessa forma, quando sugerimos uma reflexão sobre a possível crise bioética que se deixa entrever nas relações entre diferentes sujeitos integrantes de uma coletividade, especialmente agentes públicos e respectivos interlocutores, torna-se necessário avaliar a ressonância reflexiva da atividade enunciativa proposta por esses seres de fala (agentes). É preciso analisar em que medida a veiculação de certos enunciados reverbera referências estereotipadas que ferem a dignidade humana em sua dimensão ética. Recordamos que, para Maingueneau (2016), o enunciado refere-se ao mundo, quando traz a reflexão do próprio ato de enunciação que o alicerça. Dessa noção, brota a dimensão ilocutória da natureza do enunciado que se faz notar por meio da sua enunciação.

Nesse sentido, é importante esclarecer que, na perspectiva de Kerbrat-Orecchioni (2001, p. 146), o ato de linguagem, na dimensão ilocucionária, pode ser compreendido como uma proposição linguística dotada de

certo “valor ilocutório” que tem como propósito operar sobre o destinatário “certo tipo de transformação”. Assim, quando o sujeito de fala assume o papel de agente e enuncia algo com essa força ilocutória, há certamente a intencionalidade de produzir algum efeito sobre o outro, por meio de mecanismos que implicam proibição, ordem, conselho, recomendação, entre outros efeitos integrantes da natureza do ato.

Portanto, acreditamos que o ato ilocutório, entendido como aquele efetuado ao dizer alguma coisa, é constituído com o principal atributo de articular uma determinada força transformadora sobre o interlocutor. Essa força pode inclusive assumir nuances de constrangimento, de ameaça ou de promessa sobre um fato discursivo. Os atos ilocutórios também correspondem a diversas ações que podem ser realizadas por mecanismos linguageiros que pretendem estabelecer críticas, além de determinar comportamentos e condutas. Se considerarmos que um enunciado é direcionado a vários destinatários, um suposto auditório social, é possível compreender a carga valorativa que compõe a natureza do enunciado, e os efeitos de sentido que se produzem em diferentes situações discursivas, considerando, inclusive, os pontos de vista e as identidades dos múltiplos sujeitos.

A CRISE BIOÉTICA QUE BROTA DA INVERSÃO DO VALOR ILOCUCIONÁRIO

Nos últimos tempos, temos assistido a um bombardeio de enunciados emitidos por agentes públicos que evocam a não eticidade para o discurso, por intermédio de (falsas) promessas de zelo pelo meio ambiente e pela saúde pública que, em verdade, se traduzem em ofensas e críticas a certas malhas sociais integrantes de grupos minoritários. Valores como vida, coragem, respeito e saúde vêm sendo invertidos dentro de uma lógica discursiva obscurantista que prega a banalização da morte em detrimento do direito à vida.

Nesse sentido, vejamos um fragmento do discurso do presidente Jair Bolsonaro, proferido no dia 10 de novembro de 2020, durante uma cerimônia do Palácio do Planalto, quando afirmou que o Brasil “tem que deixar de ser um país de maricas” e enfrentar a doença, referindo-se à Covid-19.

“Tudo agora é pandemia, tem que acabar com esse negócio, pô. Lamento os mortos, lamento. Todos nós vamos morrer um dia, aqui todo mundo vai morrer. Não adianta fugir disso, fugir da

realidade. Tem que deixar de ser um país de maricas” [...] ([fala de Bolsonaro], ISTO É, 2020).⁴

Ao analisar o fragmento supracitado, podemos afirmar que, preliminarmente, nota-se uma força ilocutória irracional extraída de enunciados como: “tem que acabar com esse negócio, pô” [referindo-se a um suposto pânico oriundo da pandemia], “todo mundo vai morrer”, “Não adianta fugir disso”, entre outros. Esses enunciados revelam uma nítida violação à dignidade não apenas em relação ao viés intrínseco que caracteriza a pessoa humana, mas especialmente em relação ao valor atribuído à vida. Além disso, como efeito da irracionalidade dessa força ilocucionária, há uma nítida inversão da lógica protetiva que se espera sobre a responsabilidade sanitária como recomendação oficial do Poder Executivo. Essa inversão recorre à estigmatização de grupos sociais — “Tem que deixar de ser um país de maricas” — para dar sustentação a um falso ato de coragem que, na visão oficial do agente público, deveria ser o ato protocolar recomendável para o enfrentamento do contexto pandêmico.

É relevante esclarecer que, com essa abordagem, não estamos afirmando que o papel ilocucionário traz, em seu cerne, um viés irracional, como se fosse um contraponto do conteúdo proposicional sobre o mundo, que funda a validade de um argumento. Interessa-nos compreender, tendo em vista o *corpus* selecionado, como se move o componente discursivo emitido pelo enunciador Bolsonaro, dada a condição do sujeito falante como autoridade pública.

De acordo com Habermas (1999, p. 28), uma proposição sobre o mundo apenas pode ser considerada racional se “[...] o falante cumpre as condições que são necessárias para a realização do fim ilocucionário de busca do entendimento sobre algo no mundo [...]”⁵, tendo em vista os participantes do ato comunicativo. Habermas esclarece, ainda, que as razões assumem diferentes papéis pragmáticos. Desse modo, um provável desacordo entre os participantes de um ato comunicativo deve ser esclarecido, para que haja a proposta de um diálogo, com vias a um suposto entendimento. O orador, portanto, quando faz uma declaração, deve ter uma espécie de “reserva de boas razões” (HABERMAS, 1999, p. 28), com as quais, se necessário, po-

⁴ Enunciados proferidos pelo presidente Jair Bolsonaro, no dia 10 de novembro de 2020, no Palácio do Planalto, em um evento organizado com empresários do setor de turismo. Cf.: ISTO É. ‘Tem que deixar de ser um país de maricas’, diz Bolsonaro sobre Covid-19. Disponível em: <https://istoe.com.br/tem-que-deixar-de-ser-um-pais-de-maricas-diz-bolsonaro-sobre-covid-19/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

⁵ No original: “A una afirmación sólo se la puede llamar racional si el hablante cumple las condiciones que son necesarias para la consecución del fin ilocucionario de entenderse sobre algo en el mundo al menos con otro participante en la comunicación”.

derá convencer os interlocutores sobre a verdade daquilo que se afirmou e, assim, poderá chegar a um acordo racionalmente motivado.

Dessa forma, ao determinar a noção de coragem como banalização da morte (“aqui todo mundo vai morrer”), em oposição à defesa da vida em todas as suas formas de manifestação e, ainda, ao atribuir o valor de covardia pejorativamente ao enunciado estigmatizado “país de maricas”, notamos a ausência de esclarecimento e o reforço na recusa de um acordo racionalmente motivado, que deveria ter como pilares o respeito e a tolerância. Na natureza desse ato enunciativo dirigido ao público, em uma solenidade oficial, no Palácio do Planalto, é possível identificar também violações a preceitos promulgados na *Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos*, no que se refere à proibição de estigmatização ou de discriminação de pessoas ou grupos sociais, consoante o exposto a seguir.

Nenhum indivíduo ou grupo deve, em circunstância alguma, ser submetido, em violação da dignidade humana, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, a uma discriminação ou a uma estigmatização (UNESCO, 2005, grifos nossos).

O art. 11º da referida Declaração versa sobre o princípio da não discriminação e da não estigmatização, que deve ser observado em todas as circunstâncias da vida humana. No plano enunciativo, reconhecemos a indicação do *dever ser* extraída do preceito: “Nenhum indivíduo ou grupo social deve, em circunstância alguma, ser submetido [...] a uma discriminação ou a uma estigmatização” (UNESCO, 2005, grifos nossos).

Logo, o caráter deôntico desse preceito nos parece evidente como forma declaratória de proibição a comportamentos discriminatórios. A noção de justiça alinhada aos direitos humanos e às liberdades fundamentais se debruça sobre esse viés deôntico destacado na natureza do enunciado. Nesse sentido, afirma Figueiredo (2020):

De maneira geral, os modalizadores deônticos indicam que o enunciador considera a proposição e seu conteúdo como um estado de coisas que deve ou precisa ocorrer obrigatoriamente. Assim, a modalidade deôntica se faz notar com clareza nos processos linguísticos de interação, quando há uma cena discursiva em que o enunciador deseja atuar sobre o interlocutor (FIGUEIREDO, 2020, p. 135).

Observamos que, na Declaração sobre Bioética, o enunciador se imiscui na figura do hiperenunciador que, por sua vez, assume as vozes coletivas

da Conferência Geral da UNESCO, por meio do comprometimento dos Estados-membros e da comunidade internacional. Dessa forma, essas vozes coletivas, quando proclamaram a referida Declaração, se comprometeram a respeitar e a aplicar os princípios fundamentais da Bioética condensados nessa lógica deontológica extraída da Carta de Valores.

Maingueneau (2008) esclarece que a figura do hiperenunciador está associada aos sistemas de “participação”. Esse termo pode ser compreendido como uma categoria discursiva composta de uma “palavra-valise” que une dois elementos: “participação” e “citação” (MAINGUENEAU, 2008, p. 93). Nas palavras do linguista francês:

Essa categoria fundamentalmente pragmática atravessa vários gêneros, sem que, para isso, corresponda a um procedimento. *Mutatis mutandis*, poder-se-ia dizer que se trata de um procedimento comparável ao dos linguistas que, seguindo a linha de Benveniste (1966), distinguem vários sistemas enunciativos (ao menos dois), segundo a relação que se estabelece entre enunciado e situação de enunciação (MAINGUENEAU, 2008, p. 93).

Na *Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos*, reconhecemos essa voz coletiva, em uma situação de enunciação, que veicula o comprometimento dos Estados-membros e da comunidade internacional, como afirmamos, em respeitar os direitos humanos e as liberdades fundamentais sob a égide da ética da vida. Entendemos essa voz como uma espécie de locutor coletivo que explicita sua adesão aos preceitos bioéticos, compondo discursivamente “um tesouro de enunciados” (MAINGUENEAU, 2008, p. 94) indissociáveis e reveladores do compromisso assumido na Conferência Geral da UNESCO.

Para que possamos compreender as noções de “tesouro” e de “locutor” propostas em nosso estudo, destacamos as proposições de Maingueneau (2008), no excerto a seguir:

O locutor que cita mostra sua adesão ao enunciado citado, que pertence àquilo que se poderia denominar um tesouro de enunciados de contornos mais ou menos fluidos, indissociável de uma comunidade onde esses enunciados circulam e que, precisamente, se define de maneira privilegiada por compartilhar tal tesouro. [...]

Esse tesouro e a comunidade correspondente recorrem a um hiperenunciador cuja autoridade garante menos a verdade do enunciado – no sentido estrito de uma adequação a um estado

de coisas do mundo –, e mais amplamente sua “validade”, sua adequação aos valores, aos fundamentos de uma coletividade (MAINGUENEAU, 2008, p. 94-95, aspas do original).

É importante lembrar que valores como “direitos naturais”, “liberdades fundamentais”, “igualdade”, “dignidade humana”, “resistência à opressão”, entre outros, compõem esse tesouro de enunciados universais que já foram citados, desde a Revolução Francesa, adquirindo, desse modo, o discurso de autoridade sobre o estado de coisas no mundo convocado pela figura do hiperenunciador. Esse tesouro proveniente da discursividade das vozes das Assembleias Nacionais Constituintes, desde o período revolucionário francês, indica a validade de preceitos humanos e fundamentais adequados aos valores pleiteados pelo próprio sistema democrático contemporâneo.

Também é relevante dizer que esse tesouro é perpetuado pela voz do locutor coletivo, que se deixa notar na Declaração sobre Bioética de 2005, proclamada pela UNESCO. Dessa forma, o hiperenunciador assume, nesse texto declaratório, a voz de uma coletividade que busca reafirmar o compromisso declaratório a respeito de questões suscitadas pela medicina, pelas ciências e pelas formas de conduta referentes à saúde e à vida. Essa voz inevitavelmente evoca as memórias das lutas que se ergueram no passado contra os sistemas de opressão.

Acrescentamos que esse tesouro é também resgatado pelo locutor coletivo que assina a nossa *Constituição da República Federativa do Brasil*, promulgada em 05 de outubro de 1988, com o objetivo de adequar esses preceitos universais ao componente discursivo que trata da saúde pública brasileira em suas variadas manifestações. Há, portanto, um compartilhamento de enunciados circulantes, desde o período Iluminista, que busca legitimar uma adequação entre os valores deônticos e os fundamentos do bem-estar da coletividade.

É precisamente nessa adequação entre discurso, valores deônticos e coletividade que notamos uma crise bioética instaurada pela voz ilocutória do agente político que, ao tratar da saúde pública, parece violar o compromisso pactuado nas esferas internacional e nacional, de respeito à vida em benefício de todos os seres integrantes da sociedade. Nesse sentido, vale considerar o artigo 14º da *Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos*, que versa sobre o objetivo dos governos na temática da saúde, e ressalta que “a promoção da saúde e do desenvolvimento social em benefício dos respectivos povos é um objectivo fundamental dos governos que envolve todos os sectores da sociedade” (UNESCO, 2005, preservamos a ortografia do original).

No art. 14º da referida Declaração, notamos também o potencial deontológico extraído do objetivo dos governos como dever de cuidado de todos os setores da sociedade na promoção da saúde. Assim, o Presidente da República e seus Ministros de Estado (mas não apenas eles) devem criar os mecanismos necessários para que se cumpram, simultaneamente, a promoção da saúde e o desenvolvimento social, criando as condições necessárias para que a população tenha acesso a medidas sanitárias de qualidade, juntamente com o fornecimento de medicamentos essenciais.

Além disso, o artigo 196 da Constituição Federal preceitua que

a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988).

E ainda há a prescrição sobre a relevância pública das ações e dos serviços de saúde, conforme previsão do artigo 197 do texto constitucional, que pode ser visto a seguir.

São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado (BRASIL, 1988).

Dessa forma, para que se possa assegurar o acesso universal e igualitário às ações e aos serviços de saúde, é fundamental que haja um alinhamento entre o Poder Público e a sociedade. Além disso, é importante comentar que, de acordo com o artigo 76 da Constituição Federal de 1988: “O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado” (BRASIL, 1988). No que se refere à responsabilidade do presidente da República, vale destacar a função dupla que se extrai da natureza jurídica desse cargo, pois ele deverá cumprir as funções de chefe de Estado e de governo na figura de uma única pessoa.

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988, no artigo 84, atribui competências privativas ao presidente da República, tanto na condição de chefe de Estado — Representante da República Federativa do Brasil nas Relações Internacionais — quanto na função de chefe de governo — quando atua nas práticas de atos de administração e de natureza política. Dessa forma, a respeito das atribuições do presidente da República, o constituciona-

lista José Afonso da Silva destaca que, além daquelas previstas como chefe de Estado e de governo, há ainda que se considerar a “Chefia da Administração Federal – com as matérias previstas no art. 84, II, VI, XXIV (também é, em certo sentido, ato de administração) e XXV” (SILVA, 2014, p. 490).

Portanto, ao tratar a saúde pública com dizeres que evocam a estigmatização da coragem, por meio de enunciados depreciativos como: “não adianta fugir disso, fugir da realidade. Tem que deixar de ser um país de maricas”, entendemos que há um desrespeito aos valores humano, universal e constitucional, instaurando uma crise bioética, em razão da tratativa do agente público sobre a pandemia da Covid-19. Essa crise ocorre por uma falha retórico-discursiva do agir comunicativo do chefe de Estado e de governo, como condutor responsável pelas ações do processo sanitário, tanto na esfera internacional quanto no ambiente interno da nação dentro da administração pública.

É válido esclarecer que o agir comunicativo, na perspectiva de Habermas, considera a relevância da ação dos seres de fala dentro de um processo pragmático de interação linguística. Dessa forma, podemos afirmar que, na abordagem habermasiana, a ação comunicativa nasce das relações interpessoais entre os sujeitos, capazes de falar e agir. O objetivo desse contorno comunicativo é alcançar uma possível compreensão sobre a situação na qual ocorre a interação, com vistas a coordenar as ações pelo entendimento. Por isso, designamos como racional:

[...] uma pessoa que se mostra disposta ao entendimento e que, diante das perturbações da comunicação, reage refletindo sobre as regras linguísticas. [...] Nossas considerações podem ser resumidas dizendo que a racionalidade pode ser entendida como uma disposição dos sujeitos capazes de linguagem e de ação. Ela se manifesta em formas de comportamento para as quais existem boas razões de acordo com cada caso (HABERMAS, 1999, p. 42-43, tradução nossa).⁶

Ao enunciar que “não adianta fugir disso, fugir da realidade”, abre-se um pressuposto de que não há uma predisposição do sujeito falante em buscar um consenso racional sobre as medidas de enfrentamento da pandemia. Nota-se certo distanciamento de uma solução oficialmente possível para o

⁶ No original: “Llamamos racional a una persona que se muestra dispuesta al entendimiento y que ante las perturbaciones de la comunicación reacciona reflexionando sobre las reglas lingüísticas. [...] Nuestras consideraciones pueden resumirse diciendo que la racionalidad puede entenderse como una disposición de los sujetos capaces de lenguaje y de acción. Se manifiesta en formas de comportamiento para las que existen en cada caso buenas razones.”

controle pandêmico, na visão do presidente, e, ainda, há uma prescrição normativa, vinda do Poder Executivo, de que a “morte é uma realidade” que deve ser encarada de frente.

Em outras palavras, os enunciados veiculados por Bolsonaro também se apresentam carregados de conteúdo deontico, mas com nítida inversão do potencial semântico do “dever ser” requerido de atos ilocucionários oficiais oriundos do Poder Executivo, cujo agente cumpre as funções de chefe de Estado e de governo, como afirmamos. Nessa perspectiva, perde-se a obrigatoriedade que deveria ser garantida pelo Estado, com a promoção da saúde pública, e invoca-se a responsabilidade exclusiva do próprio sujeito integrante da vida em sociedade, no que se refere ao cuidado da saúde. Com essa inversão, surge a cultura do “salve-se quem puder” que, por mais irracional que pareça, alcança de forma assustadora a adesão de certos núcleos sociais.

Ademais, é importante recordar o desrespeito a certos preceitos estipulados, na Declaração sobre Bioética, sobre o papel dos Estados no cumprimento do zelo pela saúde, que deverá ser orquestrado por uma ação coletiva conforme explicita o artigo 22º, a seguir.

1. Os Estados devem tomar todas as medidas apropriadas – legislativas, administrativas ou outras – para pôr em prática os princípios enunciados na presente Declaração, em conformidade com o direito internacional relativo aos direitos humanos. Tais medidas devem ser apoiadas por uma acção nos domínios da educação, da formação e da informação ao público (UNESCO, 2005, preservamos a ortografia do original).

No que tange à informação ao público, não há dúvidas de que os enunciados veiculados pelo presidente da República revelam também o tom agressivo que caracteriza o discurso polêmico. Nesse sentido, esclarece Amossy (2017) que podemos detectar algumas categorias que nos permitem compreender a violência verbal, embora haja certas dificuldades de traduzi-la em termos linguísticos. Entre essas categorias, destacaremos apenas uma que nos parece esclarecer o tom agressivo extraído das palavras de Bolsonaro, quando se dirige oficialmente ao público para falar sobre a pandemia, como o exposto no seguinte excerto:

[...] o locutor se coloca como aquele que tem o direito de desqualificar o outro, colocando-o em uma posição inferior, e o faz frequentemente diante de um auditório: “caso o insultado não seja convencido de que é um pobre tolo, alguns membros

do público poderiam sê-lo, multiplicando a possibilidade de propagação do insulto,” [...]. Para Goffman (1967), o insulto é um ato agressivo que ameaça a face do receptor – mas que pode se voltar contra aquele que produz o ato (AMOSSY, 2017, p. 171-172, aspas do original).

Dessa forma, a enunciação “Tem que deixar de ser um país de maricas”, veiculada pela fala de um agente político que ocupa a função dupla de chefe de Estado e de governo, fere não apenas as regras de civilidade, mas também a responsabilidade administrativa de gestão da saúde pública. Além disso, desqualifica a figura do outro como justificativa para a inversão do ato de coragem, pois se traduz em meio de enfrentamento distorcido de uma crise sanitária. Trata-se de uma ameaça à identidade do receptor que, mediante o insulto, é deslocado para uma posição de covardia e inserido na cruel ridicularização de sua masculinidade. Em outro momento do seu discurso, afirmou o presidente: “aqui começam a amedrontar povo brasileiro com segunda onda. Tem que enfrentar, é a vida. Temos que enfrentar, (ter) peito aberto, lutar [...]” ([fala de Bolsonaro], ISTO É, 2020).

O enfrentamento, extraído da enunciação “Tem que enfrentar, é a vida. Temos que enfrentar, (ter) peito aberto”, nos remete à ideia de descuido das medidas sanitárias que podem salvar vidas. É como se o Poder Executivo, representado pelo presidente da República, zombasse de quem se cuida, pois, no seu ponto de vista, não se está enfrentando o vírus de “peito aberto”. Além disso, a violência desse ato enunciativo coloca em evidência o próprio contorno atribuído ao conceito de masculinidade. Cria-se, assim, uma perspectiva irracional no enfrentamento da doença, desconsiderando como cada organismo humano poderia reagir diante do vírus.

Dessa forma, a correlação estabelecida entre “coragem” e “valentia para enfrentar o vírus”, como processo comunicativo de interlocução social, é absurda, pois nega o desempenho do organismo humano diante das ameaças da Covid-19. Além disso, implica a transposição de um julgamento moral sobre o outro e, ainda, não leva em consideração preceitos bioéticos, especialmente no que se refere à consciência “[...] de que os seres humanos fazem parte integrante da biosfera e têm um papel importante a desempenhar protegendo-se uns aos outros e protegendo as outras formas de vida [...]” (UNESCO, 2005).

Pelo exposto, conforme afirmou Kerbrat-Orecchioni (2001), não há dúvidas de que existe uma força ilocutória proveniente do sujeito de fala. Para Habermas (1999), por meio de atos ilocucionários, o agente realiza uma ação ao dizer algo. Na condição de chefe de Estado e de governo, essa

força se duplica e provoca, às vezes, efeitos sociais devastadores. O rompimento com os valores constitucionais e humanos estipulados pelos documentos jurídicos declaratórios, conforme analisamos, revela a face sombria da intencionalidade de ridicularização, materializada na banalização da morte e no negacionismo da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, buscamos traçar algumas reflexões a respeito da provável crise bioética que se deixa transparecer no agir comunicativo do presidente da República, quando analisado como discurso polêmico que veicula evidente violência verbal de crítica ao comportamento social sobre cuidados com a saúde pública. A forma sugerida como enfrentamento da pandemia provocada pelo SARS-CoV-2 indica uma cultura do “salve-se quem puder”, em que a responsabilidade sanitária recai sobre a individualidade dos seres sociais e desconsidera preceitos humanos de solidariedade e de respeito à vida em diferentes formas de manifestação.

Acreditamos que a distorção do valor ilocutório na veiculação de certos enunciados oficiais reverbera referências estereotipadas que ferem a dignidade humana e a ética da vida. A pulverização de enunciados violentos configura ainda a materialização do discurso do ódio, na medida em que inverte valores atribuídos a atos de coragem.

Em nossa análise, resgatamos alguns princípios bioéticos e preceitos declaratórios, para a compreensão da crise que se instaurou na cultura do “salve-se quem puder”. Buscamos também explicitar a dimensão do tesouro de enunciados, em sua potencialidade deôntica, veiculada por meio de hiperenunciadores convocados pelos textos jurídicos, em contraponto ao conteúdo deôntico extraído de atos ilocutórios proferidos pelo agente político. Na intencionalidade desses atos, notamos também uma inversão do “dever ser”, que se ergue por meio de valores hipermoralizantes distorcidos em referência aos cuidados sanitários.

Há, sem dúvida, uma incitação a atos de violência contra os outros que não se perfilam nos moldes da masculinidade definida pelo discurso oficial. Esse apelo comportamental indica, ainda, um movimento de culpabilização individualista generalizado, como se fosse um ato de meritocracia o resultado positivo decorrente da luta pela vida. O valor discriminatório atribuído à coragem é perpetrado na cena discursiva como elemento garantista de uma falsa proteção da saúde pública, ou de fuga da responsabilidade sanitária atribuída ao agente político, que prega a noção de destino, extraída

da enunciação “Todos nós vamos morrer um dia”, fatalmente conduzida à resignação sobre a qual não se tem nenhum controle ou poder.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, R. *Apologia da polêmica*. Coordenação da tradução: Mônica Magalhães Cavalcante; tradução: Rosalice Botelho Wakim Souza Pinto *et al.* São Paulo: Contexto, 2017.

ANDORNO, R. *Bioética y dignidad de la persona*. 2. ed. Versión española ampliada y actualizada del texto original en francés: *La bioéthique et la dignité de la personne*, Presses Universitaires de France, Paris, 1997. Madrid: EDITORIAL TECNOS (GRUPO ANAYA, S.A.), 2012.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pela emenda constitucional nº 108 de 26 de agosto de 2020. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 19 jan. 2021.

CHARAUDEAU, P. *Discurso Político*. 2. ed. Tradução: Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2015.

FIGUEIREDO, A. C. *Narrativas de vida de Antígona (Sófocles), Sor Juana e Olympe de Gouges: a Justiça no divã da Análise do Discurso*. Orientadora: Dra. Ida Lucia Machado, 2020. 300 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos PosLin). Faculdade de Letras (FALE), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa*. Tomo II: Crítica de la razón funcionalista. Madrid: Taurus, 1987.

HABERMAS, J. *Teoría de la Acción Comunicativa*, I – racionalidad de la acción y racionalización social. Tradução: Manuel Jiménez Redondo. Madrid: Grupo Santillana de Ediciones, S. A., 1999.

ISTO É. “Tem que deixar de ser um país de maricas”, diz Bolsonaro sobre Covid-19. *ISTO É*. Brasil. 10 nov. 2020. Disponível em: <<https://istoe.com.br/tem-que-deixar-de-ser-um-pais-de-maricas-diz-bolsonaro-sobre-covid-19/>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. *Les actes de langage dans le discours: théorie et fonctionnement*. Paris: Nathan, 2001.

MAINGUENEAU, D. *Cenas da enunciação*. Organização Sírio Possenti; Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAINGUENEAU, D. Enunciação. In: CHARAUDEAU, P; MAINGUENEAU,

Dominique (org.). *Dicionário de análise do discurso*. Coordenação da tradução: Fabiana Komesu. 3.ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016. p. 1931.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Paris, 1948. Proclamação pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, através da Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA(UNESCO). *Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos*. Adotada por aclamação no dia 19 de Outubro de 2005 pela 33ª sessão da Conferência Geral da UNESCO. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001461/146180por.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

POTTER, V.R. *Bioethics: Bridge to the Future*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall Pub., 1971.

SILVA, J. A. *Comentário contextual à Constituição*. 9ª. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

A PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS: UMA QUESTÃO DE UTILIDADE?

SABRINE BORGES DE MELLO HETTI BAHIA¹
DAIANA BASTOS DA SILVA²

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar como a relevância das pesquisas em Ciências Sociais e Humanas, no contexto pandêmico, vem sendo pautada na bibliografia pesquisada. O trabalho estrutura-se na articulação dos estudos foucaultianos, nas pesquisas da área de educação e sobre a qualidade na educação. Nela, faz-se presente a seguinte questão: como são visibilizados os discursos sobre a relevância das pesquisas em Ciências Sociais e Humanas no contexto pandêmico? O estudo teve dimensão qualitativa e utilizou como materialidade empírica reportagens sobre o tema, veiculadas entre os meses de janeiro e dezembro de 2020, na revista do Instituto Humanitas Unisinos (IHU – On-line) e em textos acadêmicos relacionados à temática no Brasil. Constatamos que o contexto neoliberal brasileiro reforça a deslegitimação das pesquisas nessa área e exacerba o questionamento utilitário: para que servem essas pesquisas? Ainda, é possível apontar para um movimento de desvalorização que intensifica a desconfiança/descrédito sobre os resultados dessas pesquisas e possibilita que outros campos de saberes, com lógicas mercantilistas e de competição, adentrem o espaço educacional. Essa desvalorização e esse questionamento da qualidade de tais pesquisas não é algo atual, mas, no contexto pandêmico, percebemos uma exacerbação dos discursos que negam sua legitimidade. Por fim, concluímos que o que caberia à pesquisa em educação é evidenciar que, na aparente inutilidade destes trabalhos, há utilidades sociais que nos fazem pensar de outros modos, problematizar, resistir e colocar sob suspeita verdades historicamente estabelecidas. Além disso, essas áreas nos possibilitam pesquisar de forma mais comprometida e ética com a alteridade e com o enfrentamento às desigualdades.

Palavras-chave: Pesquisa em Educação. Ciências Sociais e Humanas. Pandemia. Utilidade.

Abstract: This essay aims to analyze how the relevance of research in the Social Sciences and Humanities, in the pandemic context, has been guided in the examined bibliography. The text is structured over the articulation of Foucauldian studies, in the research field of education and quality of education. Our question is: how were made visible the discourses about the relevance of research in Social Sciences and Humanities in the pandemic context? The study has a qualitative dimension and employs as empirical materiality reports on this topic, published between January and December of 2020, in the journal of the Instituto Humanitas Unisinos (IHU - On-line) and other academic texts related to the theme in Brazil. We found that the Brazilian neoliberal context reinforces the delegitimization of research in this area and exacerbates the utilitarian questioning: "What's the benefit of this research?" It's also possible to underline a devaluation movement that intensifies distrust/ discredit about the results of these types of research, and allows other fields of knowledge, with mercantilist and competition logics, to enter the educational space. This devaluation and questioning of its quality is not a present-day phenomenon, but in the pandemic context we notice an exacerbation of the discourses that deny its legitimacy. We conclude that what should be done for educational research is demonstrate that in the apparent inutility of these research there is a social utility, that helps to think in other ways, problematize, resist, and put under suspicion historically established truths, as well as makes possible to research in a more ethically committed mode with the alterities and to confront inequalities.

Keywords: Research in Education. Social Sciences and Humanities. Pandemic. Benefit.

¹ Mestra em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Bolsista integral Proex/Capes. e-mail: sabrinebm@gmail.com

² Mestra em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Técnica Administrativa em Educação na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). e-mail: daianaa_bs@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Ainda nas primeiras semanas da pandemia no Brasil, no dia 19/3, o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) publicou a Portaria 1.122, *priorizando apenas áreas de tecnologia e inovação nos projetos de pesquisa*. Dias depois, o MCTIC publicou a Portaria 1.329, em 27/03, alterando o documento anterior *e admitindo a importância das ciências sociais e humanas*. (IHU, 2020, n.p. grifos nossos).

Iniciamos este breve artigo³ com o excerto extraído da reportagem publicada na Revista do Instituto *Humanitas* Unisinos (IHU) intitulada “Precisamos das Ciências Sociais e Humanas para compreender e enfrentar a pandemia de Covid-19”. Nele, há a apresentação de uma nota, que foi publicada pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) sobre a importância das Ciências Humanas e das Ciências Sociais em tempos de pandemia, a partir de uma portaria publicada pelo Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Nesse sentido, na dita nota, interessa-nos discutir o seguinte questionamento: ainda se faz necessário admitir a importância das ciências sociais e humanas?

As questões colocadas na nota a seguir, nos ajudam a pensar em modos de resistência⁴ e evidenciam aspectos relevantes das pesquisas em humanidades nas lutas social, política, educacional, entre outras. Tais aspectos apresentam possibilidades de enfrentamento da pandemia disponibilizadas pelas pesquisas e possibilitam examinar as novas situações sociais. Dessa forma, a referida nota apresenta seis aspectos que reforçam o argumento dessa defesa. Entre eles, destacamos alguns pontos importantes:

- As múltiplas transformações sociais e a orientação tomada pelas mudanças sociais no pós-pandemia;
- O impacto do sofrimento sobre a saúde mental de indivíduos e grupos;
- As diferentes repercussões sobre distintos segmentos sociais em função das desigualdades sociais internas aos países e entre as nações;
- A acentuação da vulnerabilidade de grupos sociais específicos que já viviam situações agudas de exposição a outros fatores de risco socioambiental e econômico (como as populações indígenas, os imigrantes, as

³ Esta pesquisa contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

⁴ Compreendemos esses modos de resistência “[...] não mais [somente] como oposição explícita, mas como construção de novos sentidos [...]. Considerando a noção foucaultiana de linhas de fuga.” (LUCAS; HOFF, 20017, p.1).

pessoas em situação de encarceramento); • As variadas *formas de violência desencadeadas* ou intensificadas nesse *momento de agravamento da crise econômica, de distanciamento social e de confinamento* (violências estruturais, violências intrafamiliares, os suicídios); • Os *desfechos sobre as classes trabalhadoras* (maior exposição à própria contaminação ao coronavírus, o risco de perda importante de renda e do desemprego); • A ameaça de *decisões autoritárias e extraconstitucionais* com base na excepcionalidade da pandemia. (ABRASCO, 2020, p. 1-2, grifos nossos).

Mesmo em um exercício reflexivo, excluindo o contexto atual da pandemia mundial, a pergunta central deste texto poderia ser feita em qualquer momento histórico: Precisamos das Ciências Sociais e Humanas para pensar/problematizar a sociedade? Acreditamos que sim e também pontuamos que essa interrogação carrega uma potência por si só. Logo, é sobre essa afirmação que pretendemos desenvolver nosso argumento ao longo deste trabalho.

Para iniciar essa discussão, consideramos importante ressaltar que o nosso recorte dentro da grande área das Ciências Humanas e das Ciências Sociais esteve voltado para as especificidades das pesquisas em educação, que é nossa área de atuação. Nessa perspectiva, acreditamos que, de modo mais abrangente, muitas das colocações possam ser pensadas para as diferentes dimensões dessas grandes áreas.

Nesse sentido, é importante salientar que Charlot (2006) fez pontuações importantes sobre as ciências da educação numa conhecida palestra proferida na Conferência de abertura da 28ª Reunião Anual da ANPEd. Posteriormente, ela foi publicada como texto, cujo título é “A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber”. Nesse texto, o autor nos apresenta alguns motivos pelos quais ainda é necessário trabalhar nas Ciências Humanas e nas Ciências Sociais a questão da memória dos saberes construídos historicamente, por meio de uma indagação, conforme mostramos a seguir.

Como avançam as ciências “duras” (física, química, biologia...)? Elas avançam a partir de seus pontos de chegada: quando constroem um objeto novo, elas o abrem, o questionam para saber do que ele é feito. [...]. Quando temos um gene, o abrimos e trabalhamos o DNA. Essas ciências trabalham a partir de seu ponto de chegada, por isso são consideradas ciências cumulativas. Mesmo quando esse trabalho sobre os pontos de chegada leva à redefinição dos pontos de partida, a perspectiva anterior permanece integrada como um caso particular da nova

perspectiva (o universo de Newton é um caso particular do universo de Einstein). (CHARLOT, 2006, p.17, grifos nossos).

Charlot (2006) destaca alguns pontos que embasam o discurso das “ciências duras” enquanto saber reconhecidamente científico. Dessa forma, podemos considerar essas especificidades para buscar compreender os discursos da não legitimidade, da falta de rigor e de critérios de qualidade das ciências consideradas “não duras ou moles⁵”, entre elas, as pesquisas em humanidades. Além disso, podemos ainda levantar possibilidades de pensar o que já foi produzido nessa área de saber, por meio da memória, o que reafirma a relevância dessas pesquisas para a produção de conhecimento científico.

A partir dessa breve contextualização, organizamos este texto em quatro seções. Na primeira seção, intitulada “Uma questão discursiva”, apresentamos as ferramentas teórico-metodológicas que utilizamos neste artigo. Na segunda, designada como “Uma questão de qualidade”, apresentamos brevemente alguns dos desafios, mapeados no material pesquisado, das pesquisas em educação para se legitimarem como ciência e terem reconhecidas seus critérios de qualidade na comunidade científica.

Na terceira seção, cujo título é “Uma questão de desigualdade”, apresentamos uma reflexão argumentativa sobre a importância das pesquisas no que tange à discussão e à visibilidade das questões sociais em especial à desigualdade. Na última seção, intitulada “Uma questão de utilidade”, procuramos estabelecer uma articulação entre qualidade, desigualdade e utilidade; elencando, assim, possibilidades para o embasamento da importância dessas ciências para a sociedade como um todo, a partir do entendimento de “utilidade do inútil”, aplicado por Ordine (2016).

Dessa forma, neste trabalho, buscamos desenvolver argumentos em torno da relevância das Ciências Humanas e das Ciências Sociais (no contexto da pandemia, mas para além dele), mais especificamente das ciências da educação. A partir desse quadro argumentativo, em diálogo com teorias de pesquisadores da área, procuramos pensar possíveis formas de “legitimação” dos conhecimentos produzidos nessas áreas do conhecimento.

UMA QUESTÃO DISCURSIVA

Ao analisarmos o contexto pandêmico que estamos vivenciando, bem como a conjuntura política atual, em articulação com reportagens veicu-

⁵ Essa nomenclatura, em alguns casos, pode corroborar a ideia de uma ciência com menos rigor ou critérios de confiabilidade.

ladas sobre as pesquisas nas Ciências Humanas e nas Ciências Sociais, optamos por utilizar como nossa principal ferramenta analítica o conceito de discurso. Tal conceito foi desenvolvido por Foucault, na aula inaugural, no *Collège de France*, pronunciada em 02 de dezembro de 1970, intitulada “A Ordem do Discurso”. De acordo com Ferreira e Traversini (2013, p. 208), as indagações de Foucault (1970), a partir do conceito de discurso “[...] são encaminhadas no sentido de compreender as formas pelas quais os poderes se ligam a determinados discursos, a fim de produzir efeitos de verdade”. Diante do entendimento das potencialidades do discurso como ferramenta metodológica, juntamente com várias pesquisas que têm utilizado esse conceito, também nos propomos a construir esse caminho teórico-metodológico que nos permitiu analisar, suspeitar e problematizar como essas verdades sobre a “utilidade ou não” das pesquisas são constituídas. Nesse sentido, convém ressaltar que, para Foucault (2007), discurso é:

um bem — finito, limitado, desejável, útil — que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização: um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas “aplicações práticas”), a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política. (FOUCAULT, 2007, p. 136-137).

Essa compreensão de discurso não o reconhece como um “[...] conjunto de signos que expressaria um pensamento, ou algo que distorceria a realidade ou mesmo que faria as coisas ‘falarem’ – trazer à tona seus significados ocultos — por meio da palavra [...]”. (FERREIRA; TRAVERSINI, 2013, p. 209). A temporalidade na análise do discurso precisa ser entendida além das ideias do que são os ditos em um lugar e tempo, pois sua análise arqueológica deve principalmente dar conta de como se instaura certo discurso, quais suas condições de emergência ou suas condições de produção (FISCHER, 2012). Assim, ao analisar e descrever o discurso, consideramos suas especificidades e ainda que seu funcionamento:

[...] não está pré-definido à espera de nossas leituras, como se bastasse irmos com um arsenal de ferramentas metodológicas e um “modelo” de dinâmica discursiva para decifrá-lo. Cada discurso tem suas peculiaridades que as teorias que o analisam, amplamente, não dão conta de todas as suas idiossincrasias, até porque, no seu exterior, povoam inúmeros discursos distintos que lhe alteram a constituição e ordenação interna. (FERREIRA; TRAVERSINI, 2013, p. 211).

Observamos que Foucault, em suas pesquisas, mostra uma forma diferente de se fazer análise, o que lhe permitiu avançar e apresentar uma segunda definição de discurso. Em seus estudos, este autor apresenta um tipo de análise específica que propõe como aquele que deve ser desenvolvido em análises discursivas. Assim, ele salienta que essa forma de se analisar um discurso deve levar em consideração:

Práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. E esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 2007, p. 55).

A opção por uma análise de discurso de inspiração foucaultiana envolve considerar esse *mais* e exige uma série de precauções que são propostas pelo filósofo, começando pelo estabelecimento de uma distinção “[...] qual seja, a de que a noção de discurso rompe com os sentidos correntes do campo da linguística, calcados no binarismo significante-significado e em ‘uma oposição dicotômica entre os fenômenos da língua – social – e da fala – individual’ (Palamidessi, 1996, p. 192, tradução livre)”. (SOMMER, 2007, p. 58). Dessa forma, é importante ressaltar que, em Foucault, discursos são práticas que organizam a realidade “[...] que estabelecem hierarquias, distinções, articulam o visível e o dizível. Quer dizer, o foco não estaria ‘no significado das palavras, mas sim no papel do discurso nas práticas sociais’” (Palamidessi, p. 193, tradução livre)”. (SOMMER, 2007, p. 58).

Para analisarmos os discursos no interior de suas condições, seus jogos e seus efeitos, devemos tomar três decisões que, segundo Foucault (2007, p. 48), são: “[...] questionar nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimentos; suspender, enfim, a soberania do significante”. Além disso, convém afirmar que o referido autor, ao pensar sobre seu trabalho, apresenta algumas exigências de método que serão descritas a seguir.

Primeiramente, o filósofo fala sobre o princípio de inversão, no qual, segundo a tradição, cremos estar a fonte dos discursos que parecem desempenhar um papel positivo, mas que, ao contrário, trazem o jogo negativo do discurso. Em segundo lugar, há um princípio de descontinuidade. Nele, observa-se que não se deve pensar o discurso como algo que tenha que ser descoberto; mas, sim, como práticas descontínuas que se cruzam algumas vezes.

Em terceiro, tem-se um princípio de especificidade. Tal princípio evidencia que não se deve transformar o discurso em um jogo de significações

prévias, mas concebê-lo como uma violência que fazemos às coisas, para que assim os acontecimentos do discurso possam encontrar certa regularidade. Por fim, em quarto lugar, há um princípio de exterioridade que ressalta que não se deve passar o discurso para o seu interior escondido; mas, sim, às condições externas de possibilidade do discurso, que dá lugar a uma série aleatória de acontecimentos e fixa suas fronteiras. (FOUCAULT, 2007).

Também nos utilizamos da teorização sobre o tema para compor um conjunto analítico. Dessa forma, compreendemos que esses materiais “[...] não são resultado da manifestação de sujeitos individuais [...], mas obedecem a um conjunto de regras historicamente situadas que estão submetidas a um regime de verdade que as tornam possíveis e necessárias”. (DAL’IGNA, 2005, p. 66). A partir desse entendimento, consideramos que “o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história”. (FOUCAULT, 1986, p.146).

Optamos por constituir nosso material analítico, por meio de reportagens da “Revista do Instituto Humanitas Unisinos – IHU online⁶, visto que escolhemos tal título devido a sua grande abrangência, bem como a diversidade de temas abordados em suas edições e a quantidade de entrevistas e de reportagens que abordam o tema deste artigo. Para a seleção das reportagens, utilizamos como recurso, primeiramente, o recorte temporal limitado ao ano de 2020 e como filtro principal o descritor: “Pandemia”. Nessa primeira inserção, encontramos mais de 100 resultados depois de um processo de “garimpo” (PIMENTEL, 2001). Por meio da leitura dos títulos, selecionamos, desconstruímos e reconstruímos a materialidade empírica para a composição do corpo analítico dessa reflexão. Segundo Cellard (2012, p. 304), “[...] o pesquisador desconstrói, tritura seu material à vontade; depois, procede a uma reconstrução”. Após a seleção das reportagens, compomos categorias de análise conforme as recorrências. Tais categorias foram exploradas nas seções: “Uma questão de qualidade”, “Uma questão de desigualdade” e “Uma questão de utilidade”.

UMA QUESTÃO DE QUALIDADE

- a. O que caracteriza um trabalho científico? Qual a relação entre conhecimentos científicos e outros tipos de conhecimento? [...]
- b. Como julgar o que é uma boa pesquisa? Quem define esses critérios? [...].
- c. Que procedimentos devem ser seguidos para

⁶ IHU On-Line é a revista do Instituto *Humanitas* Unisinos - IHU, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos.

manter o rigor na coleta e análise dos dados? (ANDRÉ, 2001, p.55).

Os questionamentos que compõem a epígrafe dessa seção, colocam-se como interrogações constantes ao se pensar na validação (ou não) de uma pesquisa ou área do saber. É a partir dessas perguntas que desenvolvemos o argumento principal de que o discurso predominante sobre as pesquisas em educação está vinculado à contestação do que se refere à qualidade de suas pesquisas, ao rigor científico e à relevância/utilidade dos resultados produzidos.

Dessa forma, Charlot (2006) salienta que a especificidade da disciplina “educação” é essa mestiçagem e essa circulação na qual se cruzam conhecimentos, metodologias e conceitos das mais variadas áreas de saber. Isso a torna por definição uma disciplina etimologicamente fraca, ao mesmo tempo, que é uma matéria capaz de apontar a complexidade. Nesse contexto, Charlot (2006) propõe repensar as especificidades da educação como um campo de conhecimento, o que pressupõe algumas questões e possibilidades para a pesquisa em educação, que possui “fronteiras borradas,” pois não há pretensão de estipular demarcações fixas e definitivas. Ainda, uma das possibilidades que se apresentam no âmbito da pesquisa seria a busca por consolidar algumas especificidades com o intuito de compreender a educação como uma área de saber e não como um objeto.

Em decorrência disso, muitos pesquisadores e grupos de pesquisa têm se ocupado em pesquisar os critérios de validação e de julgamento dos resultados das pesquisas, bem como os pressupostos, os métodos e as técnicas utilizados nas pesquisas em educação. (LANGEMAN, SHULMAN, 1999). De acordo com André (2001), esses critérios estabelecidos devem levar em conta as subjetividades e as especificidades das pesquisas, em sua maioria qualitativas, e principalmente considerar que essa tarefa é coletiva entre os pares. Tal questão deve ser realizada para “[...] que o trabalho de pesquisa seja devidamente planejado, que os dados sejam coletados mediante procedimentos rigorosos, que a análise seja densa e fundamentada e que o relatório descreva claramente o processo seguido e os resultados alcançados”. (ANDRÉ, 2001, p.57).

Desde sua emergência nas Ciências Humanas e nas Ciências Sociais, as pesquisas realizadas nestas áreas tiveram que buscar por “padrões de legitimidade”. De acordo com Chizzotti (2016), ao realizar um retrospecto histórico, podemos identificar diferentes caminhos, que foram construindo os fundamentos de cada disciplina científica na área das Ciências Humanas. Em relação a essa questão, o autor ressalta que:

[...] a história floresce no âmbito do historicismo e a escola dos Annales; a sociologia emerge com o positivismo e a militância acadêmica de Durkheim e a conciliação de Weber; a psicologia com o desenvolvimento da psicofisiologia e os estudos do comportamento; a antropologia, como os estudos etnográficos; a educação consolida-se como uma subárea das ciências humanas, de grande interesse social, atraindo profissionais de diferentes áreas científicas. Até a metade do século passado, as atividades educacionais permaneceram reunidas em torno da noção de pedagogia e recorriam, principalmente, aos fundamentos dessas quatro disciplinas fundadoras, que se firmaram no campo acadêmico: a filosofia, a psicologia, a sociologia e a história. (CHIZZOTTI, 2016, p. 1566).

Podemos perceber historicamente que a substituição da pedagogia pela denominação de “ciências da educação” e a institucionalização universitária das ciências da educação é relativamente recente. Nesse sentido, é importante conceitualizar a educação como ciência dos processos educativos com o objetivo de ter como finalidade formativa “[...] elevar o conhecimento e a prática do educando [...]. É uma prática científica e social contextualizada, implicando sujeitos, ações, valores, objetivos e, implícita ou explicitamente, está comprometida com a conservação ou conquista do saber e do poder.” (CHIZZOTTI, 2016, p. 1570).

A partir desta concepção sobre as ciências da educação, é possível salientar que ela tem se constituído a partir do que o autor chama de controvérsias, a saber, a produção científica e a qualidade dessas produções. Sobre essa questão, Chizzotti (2016) afirma:

as polêmicas que desqualificam as ciências da educação são, pois, as mesmas que alimentam as controvérsias científicas sobre os fundamentos ontológicos, epistemológicos e metodológicos entre o paradigma experimental das ciências da natureza e o paradigma interpretativo das ciências humanas e sociais, entre paradigma explicativo empírico-positivista e paradigma compreensivo. O reconhecimento científico da área da educação pressupõe a retomada de controvérsias reinantes no âmbito da ciência e sua atividade básica: a produção científica de pesquisadores e a qualidade dessa produção em educação. (CHIZZOTTI, 2016, p. 1570).

A nossa problematização deve ser pontuada por meio do entendimento de que o reconhecimento científico da área da educação pressupõe a retomada das controvérsias sobre a qualidade e a legitimidade das pesquisas.

Além disso, a retomada do conhecimento que foi produzido historicamente, mediante uma atitude de pesquisa, que valoriza a memória e a continuidade do que podemos chamar de “legado”, também deve ser considerada, seja para ampliá-lo ou para contestá-lo.

Nesse sentido, Charlot (2006) ressalta que um discurso científico sobre a educação não deve ser um discurso de opinião, pois “[...] ele não é científico se não controla seus conceitos e não se apoia em dados. A pesquisa em educação (ou sobre a educação) produz um saber rigoroso como é todo saber científico. Assim, podemos sustentar, e nós particularmente arriscamos pontuar, que há diferentes formas de rigor”. (CHARLOT, 2006, p.11). Esse “rigor” e compromisso com a produção de conhecimento, que dialogue com a sociedade, com a comunidade, com os grupos sociais, com a escola e com os sujeitos deste estudo, é o que faz com que pesquisas como estas sejam relevantes e transmitam mudanças política, social e educacional.

Nessa perspectiva, reforçamos a necessidade de que tais “critérios de qualidade” sejam considerados a partir de debates em uma comunidade científica, entre os pares, e em departamentos de ciências da educação. Compreendemos, ainda, que há normas para a produção científica, já que “[...] elas são diversas em relação a alguns pontos, por vezes são até conflitantes, mas essas normas existem. Se não há regras, ou se não há uma comunidade para controlá-las, não há mais pesquisa, há uma conversa de botequim sobre a educação”. (CHARLOT, 2006, p.11).

UMA QUESTÃO DE DESIGUALDADE

Outra questão importante no que se refere à pesquisa em ciências humanas e sociais, ainda mais no contexto pandêmico, é a desigualdade. De acordo com Comparato (2020, n.p.), “[...] a política de desigualdade sempre existiu e dificilmente será abandonada, enquanto a pandemia do coronavírus – como todas as pestes que assolaram a humanidade – não vai durar para sempre”. Nesse sentido, nessa recente entrevista concedida à Revista IHU, intitulada “Pandemia da covid-19 deve ampliar ainda mais o abismo da desigualdade”, tal pesquisador, ao pensar sobre os cenários possíveis pós pandemia, afirma que “[...] a conta é sempre maior para os mais pobres” (COMPARATO, 2020, n.p.).

Diante disso, consideramos importante retomar a nota da Abrasco, que destaca quanto o tema “desigualdades” é enfocado, quando se pretende

defender as ciências humanas e sociais no contexto pandêmico. Dentre elas, destacamos as diferentes repercussões sobre os distintos segmentos sociais em função das desigualdades internas nos países e entre as nações. Além disso, cabe ressaltar também a acentuação da vulnerabilidade e as variadas formas de violência desencadeadas ou intensificadas nesse momento de agravamento da crise econômica, de distanciamento social e de confinamento. (ABRASCO, 2020).

Podemos observar ainda a recorrência no conjunto de reportagens, entrevistas e artigos veiculados na Revista IHU relacionadas ao alargamento das desigualdades sociais e as suas possíveis consequências para a sociedade como um todo. Tal cenário é exacerbado e confrontado, conforme os materiais, com a desvalorização da pesquisa e a falta e/ou inexistência de investimento nas ciências humanas e sociais, nas chamadas humanidades, e no descrédito de tal área diante do cenário brasileiro de neoliberalismo.

Em entrevista à Revista IHU, Andrea Fumegalli, ao ser indagado quanto às consequências sociais da crise atual, respondeu afirmando que as consequências sociais serão fortes e que as desigualdades econômicas se intensificarão. O pesquisador enfatiza ainda que, como a história nos ensina, as epidemias nunca são neutras e os mais pobres sempre são os que sofrem as consequências mais fortes (IHU, 2020).

A questão discutida aqui, também, foi abordada na reportagem “A crise do coronavírus empobrecerá 35 milhões de pessoas na América Latina”, de Icíar Gutiérrez, publicada pelo El Diario, em abril de 2020, traduzida pelo Cepat, e também divulgada pela Revista IHU. Nessa matéria, são apresentados dados substanciais da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) sobre a perspectiva do agravamento, do aumento e do empobrecimento da população na América Latina pós-pandemia, como consequência da crise hodierna que vivemos. Tais apontamentos fortalecem a evidente necessidade das pesquisas em Ciências Sociais e Humanas no enfrentamento e no mapeamento dos impactos sociais no contexto pandêmico.

Um significativo exemplo sobre a importância das pesquisas nesse campo é exposto por Dubet (2001). Em seu texto “As desigualdades multiplicadas”, o autor apresenta a questão da massificação escolar e, em especial, a situação das meninas, que continua bastante distante da chamada “igualdade”. Desse modo, o autor relata que:

[...] assim, as meninas são as grandes beneficiárias da massificação escolar; mas, ao mesmo tempo em que obtêm melhores resultados que os rapazes, elas não se orientam para carreiras mais rentáveis, sobretudo as de formação científica. Os estudos mostram que as mulheres não ganharam em todas as frentes e que essa

incontestável igualdade é ‘paga’ por novas desigualdades, tanto mais insuportáveis por entrarem em choque com uma progressão ‘objetiva’ da igualdade. (DUBET, 2001, p.11).

Quanto mais se refinam e se aprofundam os estudos, mais se evidencia a manutenção ou a consolidação de microdesigualdades. Essa é uma das funções da pesquisa, ou seja, mostrar que, mesmo num discurso de “igualdade”, as condições são diferentes, o que para o autor não é “[...] renunciar à busca da igualdade, [mas mostrar que] a dupla natureza de nossas sociedades exige que constituamos uma política de reconhecimento do sujeito”. (DUBET, 2001, p.20).

Nesse viés, as pesquisas podem “trazer à tona” temas e lutas muitas vezes “invisibilizados” nos discursos dominantes e possibilitar um exercício crítico de análise, de desnaturalização e de problematização das construções históricas, colocadas como verdades absolutas. Essas “lutas” são os motivos pelos quais ainda precisamos reforçar a importância das pesquisas em Ciências Sociais e nas Ciências Humanas, ainda mais no contexto de crise e de exacerbação da desigualdade.

A deslegitimação das Ciências Humanas e das Ciências Sociais é real e pode ser comprovada pela redução de financiamentos nessas áreas.⁷ Esse fato muitas vezes é pautado no “discurso da inutilidade dessas pesquisas”, bem como nas questões que tangem a uma pandemia mundial. Logo, devemos, nós, pesquisadores do campo, como vimos na portaria do MCTIC em que foi necessário “admitir sua importância”, argumentar em favor da consolidação e da legitimação dessas ciências. Esses são alguns aspectos destacados sobre a relevância de pensarmos a pesquisa como um “front”, como um “território de luta.” (CALVINO, 2009, p.195).

Dessa forma, Campos (2009), por meio de outra leitura do panorama da pesquisa em educação, suscita algumas inquietações aos interessados pela educação como um todo e, principalmente, para os pesquisadores dessa área. Os questionamentos são: a que demandas nossas pesquisas respondem na atualidade? De que forma escolhemos nossos objetos de pesquisa? Devemos, nós pesquisadores, nos dedicar a responder a demanda social, a política, a econômica e a cultural do nosso tempo?

Tais questionamentos carregam em si uma grande complexidade, pois envolvem muitas questões, como o financiamento de pesquisas e os

⁷ “A previsão é que em 2020 o Ministério da Educação sofra ainda mais cortes do que neste ano. Segundo a proposta orçamentária apresentada pelo Governo de Jair Bolsonaro, o valor repassado ao MEC será 18% menor do que em 2019 — em valores absolutos, cai de R\$ 122 bilhões para R\$ 101 bilhões. O corte que vai se refletir em todos os níveis educacionais, do Ensino Básico ao Superior, incluindo a pesquisa. O Capes, no entanto, é o que mais sentirá os efeitos”. (GUIA DO ESTUDANTE, 2020, n.p).

relacionamentos interinstitucionais com gestores de políticas e com órgãos e agências financiadoras de tais políticas. Este último revela questões a nível micro e macro, bem como pontuações subjetivas. Diante de tantas implicações inerentes e que se apresentam ao pesquisador em educação, a busca por um equilíbrio, um espaço e uma possibilidade ambivalente para se refletir e principalmente para se produzir pesquisa em educação se apresenta como um caminho plausível na atualidade. Nesse sentido, Campos (2006) salienta que

poderíamos argumentar que é bom que seja assim, pois se é verdade que as demandas dos sistemas e do fazer pedagógico são urgentes e precisam de respostas rápidas, o pensamento crítico, a análise cuidadosa de dados empíricos e a reflexão teórica são processos que demandam condições diferentes, não só de tempo, mas de um distanciamento em relação a esse cotidiano, necessário para constituí-lo como objeto de pesquisa, recordando o alerta de Charlot. (CAMPOS, 2006, p. 281).

Na atualidade, o ato de pesquisar se coloca como um grande desafio diante de deslocamentos e das transformações social, cultural, política e econômica tão inesperadas, bem como diante da velocidade significativa com que tais mudanças acometem todos os indivíduos. Tais aspectos contribuem para o alargamento das desigualdades sociais, porém esse fato não deveria ser negligenciado por nenhum pesquisador que se interesse pelas questões educacionais. Dessa forma, se precisamos responder às demandas sociais, ou se, de alguma forma, conseguiremos fazer isso, é uma questão em aberto e muito complexa. No entanto, o que parece é que não podemos deixar de considerar, nas nossas pesquisas e nos objetos pesquisados, o processo de alargamento das desigualdades sociais como, talvez, a grande demanda que se apresenta para a sociedade como um todo no século XXI.

UMA QUESTÃO DE UTILIDADE

A partir dos estudos de Ordine (2016) sobre “utilidade do inútil”, trazemos mais discussões que embasam a importância das Ciências Humanas e das Ciências Sociais, pois, por meio delas, compreendemos a sociedade e as suas especificidades, já que elas “alimentam” e desenvolvem o que nos tornam humanos. De acordo com Ordine (2016), é possível dizer que:

Não nos damos conta, de fato, de que a literatura e os saberes humanísticos, a cultura e a educação constituem o líquido

amniótico ideal no qual podem se desenvolver vigorosamente as ideias de democracia, liberdade, justiça, laicidade, igualdade, direito à crítica, tolerância, solidariedade e bem comum. (ORDINE, 2016, p. 22).

Assim, a partir dos resultados de pesquisa de tais áreas, podemos questionar, visibilizar e desnaturalizar as verdades construídas historicamente e colaborar na construção de políticas e de programas que auxiliem nas mudanças necessárias nos diversos temas abordados. Logo, é por meio dessas ciências que podemos desenvolver “[...] as ideias de democracia, liberdade, justiça, laicidade, igualdade, direito à crítica, tolerância, solidariedade e bem comum” (ORDINE, 2016, p.22).

De acordo com Ordine (2016), a ideia que move o mundo hoje é a de que tudo aquilo que não dá lucro é inútil, ou seja, tudo que não pode ser mensurado por sua utilidade imediata não precisa ser considerado importante. Nesse universo do utilitarismo, “[...] um martelo vale mais que uma sinfonia, uma faca mais que um poema, uma chave de fenda mais que um quadro: porque é mais fácil compreender a eficácia de um utensílio, enquanto é sempre mais difícil compreender para que podem servir a música, a literatura ou a arte”. (ORDINE, 2016, p.12).

Ao retomar as críticas às pesquisas nas Ciências Humanas e nas Ciências Sociais, em especial, às que se referem à educação, podemos apontar que muitas delas vão ao encontro destes questionamentos: Qual é a sua utilidade? Para que serve? Como poderá ser aplicado? Desse modo, ao pensar sobre a utilidade da investigação científica, Ordine (2017) aponta que:

Os financiamentos confluem cada vez mais para a investigação ‘aplicada’ (dirigida a um tipo de investigação orientada, em tempos brevíssimos, para a realização de um produto), enquanto que a investigação ‘de base’ (a investigação ‘teórica’ ou ‘fundamental’, não orientada para a realização de um produto) sofre repetidos cortes, porque o Estado deixou de estar disponível para investir dinheiro na investigação que não oferece um retorno econômico imediato. Certamente: também a investigação ‘aplicada’ ajuda à progressão da ciência, mas as grandes revoluções científicas da história da humanidade foram determinadas precisamente por aquele tipo de investigação considerada ‘inútil’, por ter nascido fora de qualquer propósito utilitarista. (ORDINE, 2017, p. 23, grifos nossos).

Dessa forma, observamos, nas reportagens da revista IHU, a predominância dos financiamentos nas investigações orientadas e a escassez de

investimentos em investigações de base, no que diz respeito aos cortes realizados nas bolsas de pesquisa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). É possível perceber que o impacto foi realmente muito grande, já que levou as entidades de pesquisa a se articularem em um movimento chamado de “Conhecimento sem cortes”, que denunciou a “morte lenta da ciência no país devido à redução constante dos investimentos”, evidenciado no contingenciamento. Tal questão foi pontuada na revista, a qual expressou que:

[...] de 42,27% das despesas do MCTIC coloca em risco o financiamento de cerca de 11 mil projetos e 80 mil bolsas financiadas pela principal agência de fomento à pesquisa do país. [...] O contingenciamento de 42,27% das despesas do MCTIC coloca em risco o financiamento de cerca de 11 mil projetos e 80 mil bolsas financiadas pela principal agência de fomento à pesquisa do país O Brasil investe menos de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) na área de ciência, tecnologia e inovação. Em alguns países europeus, o percentual gira em torno de 3%, e nos Estados Unidos, é de cerca de 2%. (IHU, 2019, n.p).

É importante ressaltar que a pandemia só agravou o desmonte da educação, como podemos ver na entrevista do pesquisador Carlos Eduardo Pinho, intitulada “Pandemia global, governo e desigualdade no Brasil: um olhar das Ciências Sociais”, pois a falta de investimento ressalta como essa área não é considerada importante ou útil. Quanto a essa questão, o autor expõe que: “[...] finalmente, a pandemia também mostra que a ciência, a tecnologia, a inovação, a educação, a pesquisa, alvos de drásticos cortes no Orçamento e do obscurantismo anticientífico são fundamentais para o desenvolvimento, a soberania nacional e o enfrentamento de crises desta complexidade”. (IHU, 2020, n.p).

Dessa forma, concluímos com a reflexão advinda do título do texto de Campos (2009), “Para que serve a pesquisa em educação?” com o qual a autora mostra que é por meio da desconfiança/descrédito que outras áreas, com lógicas de mercado e de competição, têm tomado espaço importante tanto no financiamento quanto na divulgação de resultados de pesquisas consideradas eficientes. Assim, ela ressalta que,

na realidade, a desconfiança em relação a pesquisas acadêmicas que não são concebidas exclusivamente com finalidades práticas imediatas também se manifesta entre nós, [...]. A demanda por aquilo que os norte-americanos chamam de accountability, isto

é, a necessidade de se prestar contas à sociedade do uso que se faz dos recursos públicos, em todas as áreas de atuação, produz um impacto na forma de avaliar a educação, reforçando a preferência por estratégias que permitam comparações e induzam a uma competição por melhores resultados, vistas como uma forma de incentivo a administradores, escolas e professores para que se tornem mais eficientes. (CAMPOS, 2009, p. 280).

Esses são alguns dos motivos pelos quais ainda se faz necessário defender as pesquisas nas Ciências Sociais e nas Ciências Humanas. Além disso, é preciso compreender que muitas críticas têm a pretensão de deslegitimá-las por não atenderem a uma agenda utilitarista e às demandas do mercado. Com esse argumento também reforçamos a defesa pelo investimento na pesquisa em educação, já que aquilo que é “[...] considerado inútil para aqueles que governam (porque se trata de saberes que não produzem receita [imediata]) torna-se cada vez mais necessário” (ORDINE, 2017, p. 25).

Ao longo dos séculos, “muitos filósofos, escritores, artistas, cientistas insistiram na importância dos saberes inúteis para tornar a humanidade mais humana” (ORDINE, 2017, p. 25), assim, nesse contexto, nós ousaríamos pensar que a humanidade, como nos mostra Nietzsche (1878), já é humana, demasiada humana, com todos os seus históricos de massacres e de extermínios. Nesse sentido, a desvalorização e o questionamento da qualidade das pesquisas nas Ciências Humanas e nas Ciências Sociais que foram aqui apontadas não é algo atual, mas, no contexto pandêmico, percebemos uma exacerbação dos discursos que negam a legitimidade de tais estudos.

Por fim, concluímos que o que caberia à pesquisa em educação é evidenciar que, na aparente inutilidade destas pesquisas, há utilidades sociais que nos fazem pensar de outros modos, problematizar, resistir e colocar sob suspeita verdades historicamente estabelecidas. Além disso, elas nos possibilitam pesquisar de forma mais comprometida e ética com a alteridade e com o enfrentamento às desigualdades, para além de uma visão utópica, mas pensando em linhas de fuga.

Ainda, convém dizer que tais pesquisas nos permitem pensar formas de vida menos precárias (BUTLER, 2011), com um comprometimento ético com a alteridade, visto que “[...] a representação da alteridade constitui-se num meio de humanização/desumanização, de reconhecimento do vínculo ético-moral com o Outro ou de justificativa para sua eliminação.” (BUTLER, 2011, p.1). Desse modo, cabe ressaltar que essas são algumas possibilidades de pensar para que servem as pesquisas nas Ciências Humanas e nas Ciências Sociais e, em especial, as pesquisas em Educação.

REFERÊNCIAS

- ABRASCO. Precisamos das Ciências Sociais e Humanas para compreender e enfrentar a pandemia de COVID-19, 2020. *Revista IHU*. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2020/04/Precisamos-dasCi%C3%A7%C3%A2ncias-Sociais-e-Humanas-para-compreender-e-enfrentar-a-pandemia-deCOVID-19.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2020.
- ANDRÉ, M. Pesquisa em Educação: buscando rigor e qualidade. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 113, p. 51-64, julho. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n113/a03n113.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2020.
- BUTLER, J. Vida precária. Contemporânea. *Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, n.1, p. 13-33. 2011.
- CALVINO, I. *Assunto encerrado*: discursos sobre literatura e sociedade. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- CAMPOS, M. M. Para que serve a pesquisa em Educação. *Cadernos de Pesquisa*, v. 39, n. 136, p. 269-283, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v39n136/a1339136.pdf>. Acesso em: 12 jun.2020.
- CELLARD, A. *A análise documental*. In: POUPART, J. et al. (org.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- CHARLOT, B. A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 31, p. 7-18, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n31/a02v11n31.pdf>. Acesso em 12 jun.2020.
- CHIZZOTTI, A. As Ciências Humanas e as Ciências da Educação. *Revista e-Curriculum*. São Paulo, v.14, n.04, p. 1556 – 1575 out./dez. 2016. Disponível em:<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum> 1557. Acesso em: 15 jul. 2020.
- COMPARATO, F. Pandemia da covid-19 deve ampliar ainda mais o abismo da desigualdade. Entrevista especial com Fábio Konder Comparato. *Revista IHU*. Ricardo Machado 23 Abril 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/598269-pandemia-da-covid-19-deve-ampliar-ainda-mais-o-abismo-da-desigualdade-entrevista-especial-com-fabio-konder-comparato>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- DAL'IGNA, M. C. “*Há diferença*”? *Relações entre desempenho escolar e gênero*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2005.

DUBET, F. As desigualdades multiplicadas. Tradução: Maria do Carmo Duffles Teixeira. Revisão Técnica: Léa Pinheiro Paixão e Maria José Jacques G. de Almeida. *Revista Brasileira de Educação*. Maio/Jun/Jul/Ago, nº 17, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/DYTMchb9qK7FQdSNpcZpBnC/?lang=pt&format=pdf> Acesso em 20 jun. 2020.

FERREIRA, M; TRAVERSINI, C. A Análise Foucaultiana do Discurso como Ferramenta Metodológica de Pesquisa. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 207-226, jan./mar. 2013. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade. Acesso em: 03 mai. 2020.

FISCHER, R.M. Foucault e a análise do discurso em educação. *Cadernos de Pesquisa*, n. 114, p. 197-223, novembro. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/SjLt63Wc6DKkZtYvZtzgg9t/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 abr. 2020.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

FUMAGALLI, A. Enfrentamento da pandemia requer um Estado que crie condições de bem-estar e a reapropriação coletiva dos bens comuns. Entrevista especial com Andrea Fumagalli. *Revista IHU*. 28 Abril 2020.

Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/598409-enfrentamento-da-pandemia-requer-um-estado-que-crie-condicoes-de-bem-estar-e-a-reapropriacao-coletiva-dos-bens-comuns-entrevista-especial-com-andrea-fumagalli>. Acesso em 29 abr. 2020.

GUIA DO ESTUDANTE. *Governo prevê mais cortes para o MEC em 2020*. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/universidades/governo-preve-mais-cortes-para-o-mec-em-2020/>. Acesso em: 05 jul. 2020.

GUTIÉRREZ, I. A crise do coronavírus empobrecerá 35 milhões de pessoas na América Latina. Tradução: Cepat. *Revista IHU*. Março, 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597527-a-crise-do-coronavirus-empobrecera-35-milhoes-de-pessoas-na-america-latina>. Acesso em: 23 abr. 2020.

LANGEMAN, E. C.; SHULMAN, L. S. *Education research problems and possibilities*. São Francisco. Jossey Bass Publishers, 1999.

LUCAS, L; HOFF, T. *Resistência e emancipação social*: a cidadania como condição participante na construção da produção simbólica. XVI Encontro da Compós Curitiba, Junho. 2007. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_211.pdf> Acesso em: 12 jul. 2020.

MACHADO, R. Pandemia da covid-19 deve ampliar ainda mais o abismo da desigualdade. Entrevista especial com Fábio Konder Comparato. *Revista IHU*. Rio Grande do Sul,

2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/598269-pandemia-da-covid-19-deve-ampliar-ainda-mais-o-abismo-da-desigualdade-entrevista-especial-com-fabio-konder-comparato>. Acesso em: 23 abr. 2020.

NEHER, C. O desmonte da ciência brasileira. 2019. *Revista IHU*, Rio Grande do Sul, 09 abr. 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/588220-o-desmonte-da-ciencia-brasileira>. Acesso em: 20 abr. 2020.

NIETZSCHE, F. *Humano Demasiado Humano*. Tradução: Paulo Cezar de Souza. 1^o ed. 1878. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ORDINE, N. *A Utilidade do Inútil*. São Paulo: Zahar, 2016.

ORDINE, N; GOUVEIA, R. *A utilidade dos saberes inúteis*. Coleção: Questões-Chave da Educação. Edição: Fundação Francisco Manuel dos Santos. 1.^a edição. Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2017.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cadernos de Pesquisa*, n. 114, p. 179-195, nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a08n114.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2021.

PINHO, C.E.S. Pandemia global, governo e desigualdade no Brasil: Um olhar das ciências sociais, *Revista IHU*, Rio Grande do Sul, 20 abr. 2020. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597877-pandemia-global-governo-e-desigualdade-no-brasil-um-olhar-das-ciencias-sociais>. Acesso em: 23 abr. 2020.

REVISTA IHU. Precisamos das Ciências Sociais e Humanas para compreender e enfrentar a pandemia de Covid-19. *Revista IHU*, 23 Abril 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598293-precisamos-das-ciencias-sociais-e-humanas-para-compreender-e-enfrentar-a-pandemia-de-covid-19>. Acesso em: 20 jul 2021.

SOMMER, L.H. A ordem do discurso escolar. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/hCZ54CNygVzChkwDRPvC7Qj/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 20 jun. 2020.

ESTÉTICAS E DISCURSOS DE UMA PANDEMIA MIDIATIZADA: A COVID-19 E AS DIFERENÇAS NO/DO CONTEMPORÂNEO

RENNAN LANNA MARTINS MAFRA¹
MARIANA RAMALHO PROCÓPIO²

Resumo: Neste texto, de caráter ensaístico, objetivamos apresentar fundamentos teórico-conceituais para problematizar as diferenças na pandemia da Covid-19, a partir de sua configuração por meio de processos de midiáticação. Para isso, utilizamos referências conceituais com base em cinco principais noções: contemporâneo, midiáticação, diferenças, estéticas e discursos. A partir de nossa reflexão conceitual, propomos, como resultado, a adoção de uma abordagem metodológica para investigação das diferenças no contemporâneo, amparada nas lentes do discurso e da estética. Acreditamos que tal abordagem considera as dimensões de sentido e de presença, que são fundamentais para a investigação de um fenômeno em curso, cujas afetações e relações de força nos atravessam.

Palavras-chave: Estéticas. Discursos. Diferenças. Contemporâneo. Midiáticação.

Abstract: In this essay, we aim to present theoretical and conceptual foundations to discuss the differences in the Covid-19 pandemic, based on its configuration through mediatication processes. For this, we use conceptual references based on five main notions: contemporary, mediatication, differences, aesthetics and discourses. Based on our conceptual reflection, we propose, as a result, the adoption of a methodological approach for investigating differences in the contemporary, supported by the lens of discourse and aesthetics. We believe that such an approach considers the dimensions of meaning and presence, which are fundamental for the investigation of an ongoing phenomenon, whose affectations and power relations cross us.

Keywords: Aesthetics. Discourses. Differences. Contemporary. Mediatication.

¹ Doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor na Universidade Federal de Viçosa (UFV). e-mail: rennan.mafra@ufv.br.

² Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora na Universidade Federal de Viçosa (UFV). e-mail: mariana.procopio@ufv.br.

UMA INTRODUÇÃO AMPLIADA DIANTE DE UMA PANDEMIA MEDIATIZADA

De repente, 2020. Um ano recém-nascido que, aos olhos de todo o mundo, já se inaugura assinalado por derradeiras e preocupantes notícias, disseminadas entre os últimos dias de 2019: um novo tipo de vírus, surgido por uma suposta mutação em animais na cidade de Wuhan, na China, passou a infectar rápida e assustadoramente seres humanos. O vírus, identificado como Coronavírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2 (SARS-CoV-2) (GORBALENYA et. al., 2020), passa a ser apontado como o causador de uma doença infecciosa, a Covid-19 (do inglês Coronavirus Disease 2019); um termo que, em poucos dias, se tornou forçosamente comum nos cotidianos globais. Tão logo, dois meses do ano novo se passaram, a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 11 de março, caracterizou a Covid-19 como uma pandemia (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2020).

O que veio depois disso está fresco e vivo em nossas memórias, rotinas e corações. Medidas de isolamento social foram preconizadas como formas de prevenção principais e, até naquele momento, únicas; rapidamente, elas foram adotadas por governos e por pessoas em meio a um conjunto de disputas discursivas sobre a proliferação do vírus. Profissionais de saúde e especialistas comprometidos vieram (e continuam a vir) a público para oferecerem entendimentos sobre cuidados coletivos e mudanças de hábitos necessárias, ao mesmo tempo em que foram (e continuam sendo) colocados sob suspeita, a partir da emergência de discursos econômicos neoliberais e governamentais — estes últimos têm colaborado para a construção de uma narrativa que considera as ações recomendadas pelos órgãos de saúde contrárias à continuidade do funcionamento das atividades tanto econômicas quanto comerciais. Cientistas de todas as áreas do conhecimento têm se mobilizado para oferecer respostas sociais ao que temos vivido — gesto este presente também neste texto —, embora contextos como os do Brasil estejam vivenciando uma indigesta e lastimável contenda pública, pautada por um Governo Federal que tumultua as rotinas, provoca desarmonias entre os territórios estadual e municipal, questiona a eficácia dos estudos científicos a partir da promessa de fórmulas mágicas e enquadramentos religiosos e parece se equilibrar justamente no desequilíbrio que teima em alimentar.

Junto a isso, milhares e milhares de pessoas têm enfrentado situações extremas de miséria e de pobreza, em meio às circunstâncias já em si degra-

dantes de adoecimento e morte provocadas pela Covid-19. Para se ter uma ideia, os dados de 13 de junho de 2020 registraram, no Brasil, 487.476 mortes provocadas pela Covid-19 e 17.413.996 casos confirmados da doença (PORTAL G1, 2021). No mundo, já são mais de 3.803.592 mortes. O vírus demonstra ter comportamentos instáveis nos corpos humanos e ainda imprevisíveis, o que dificulta um retorno às atividades sociais com segurança, embora já exista uma mobilização de cientistas em prol de uma rápida oferta de vacinas; contudo, no caso do Brasil, encontra-se no poder um Governo Federal que tem se pautado por facções e por discursos que têm apresentado fortes indícios de não priorização da vacinação como protagonista de sua política pública de saúde. Um senso de urgência, como definem Rancière; Inzerillo (2020), ganha a vida pública de Estados, de organizações tanto privada quanto pública bem como de sujeitas e sujeitos, senso este ironica e simultaneamente contrastado pela inércia e lentidão dos movimentos na rua, no relógio e no dinheiro, agravados pelas medidas de isolamento social.

Sim, a pandemia da Covid-19 tem sido reveladora da exclusão, da marginalização e da periferização, e, para sempre, tem escancarado, ao mundo, os contundentes argumentos propostos por Mbembe (2011), a respeito da instituição de uma necropolítica, entendida como consequência última da própria modernidade em crise. Nesse mesmo sentido, Butler (2018) também reflete a respeito das condições precária e radicalizada pelos sistemas neoliberais quando postos no comando das políticas econômicas dos Estados. Assim, temos assistido, de camarote e em horário integral, às decisões do Estado sobre as vidas que valem a pena ser vividas, normalmente aquelas que, de algum modo, já estão protegidas pela proximidade com o epicentro da força centrífuga dos sistemas capitalistas, ou pelo tempo de vida daqueles corpos que demonstrem ser dóceis o suficiente para serem sequestrados novamente ao mundo da produtividade, como pontua Foucault (1996). Ainda assim, apesar de o contágio e os impactos da pandemia serem distribuídos de acordo com os próprios relevos do tecido social; o vírus, quando adentra corpos desprevenidos e desprotegidos, não escolhe suas vítimas pela quantia de dinheiro. É importante salientarmos que esse processo de contágio ainda se apresenta como um mistério sobre o qual a ciência tem buscado se debruçar. Em meio a isso, discursos de otimismo sobre uma suposta renovação da vida ambiental nos distraem e aliviam o peso de uma experiência de vida e de morte radicalizadas; sem, contudo, apresentarem-se como garantias de ruptura com a máquina que move os sistemas excludentes e depredatórios, ou mesmo, sem qualquer anúncio de que permanecerão purificados após findado o isolamento, como refletem Rancière e Inzerillo (2020). Desespe-

ro, morte, aceleração, limitação, pausa. Após a Covid-19, as vidas de todas as pessoas nunca mais serão as mesmas.

É de tal sorte que, em meio a esforços de inúmeras e de inúmeros pesquisadoras e pesquisadores, este texto, de caráter ensaístico, pretende problematizar três recortes temáticos em particular, que demandam compreensões relativas aos contextos sociais revelados pela pandemia: as diferenças, o contemporâneo e a mediação. Com relação ao primeiro recorte — as diferenças —, desde o final de 2018, em particular, temos enfileirado diversas temáticas das pesquisas que desenvolvemos em torno da noção de diferença, sobretudo a partir da criação do Diz — Grupo de Pesquisa em Discursos e Estéticas da Diferença. Nesses quase três anos em atividade, o Diz tem sido um espaço de pesquisa e de desenvolvimento de métodos cujo objetivo é o de se pensar a experiência social contemporânea a partir de uma abordagem interdisciplinar, que reúne pesquisadores do Departamento de Comunicação Social e dos Programas de Pós-Graduação em Letras e em Educação da UFV; e, mais recentemente, em Comunicação, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Nosso interesse tanto se apresenta em torno dos marcadores sociais e dos interseccionais da diferença (etnia/raça, gênero, sexualidade, classe) quanto se mobiliza por um desejo de compreender a diferença/as diferenças como fenômenos que provocam rupturas em diversos cenários experimentados por sujeitos e sujeitas na vida social contemporânea.

A temática da diferença, inevitavelmente, solicitou-nos a escolha do segundo recorte temático aqui apresentado: o contemporâneo. Entender, nos termos de Gumbrecht (2015), esse *cronótopo*, ou seja, este tempo-espaço, é partilhar de um movimento hermenêutico que nos convoca, como pesquisadoras/pesquisadores, à instigante e à árdua tarefa de observar as experiências sociais em meio ao seu (e ao nosso) próprio experimentar. Esse movimento interpretativo arriscado que o contemporâneo nos provoca é necessário e urgente: observar o nosso próprio tempo-espaço é gesto que nos responsabiliza e nos compromete não apenas a estudar o contemporâneo como categoria heurística, mas também a investigá-lo a partir de um gesto inevitável de ação em meio ao nosso próprio espaço-tempo.

Tanto as diferenças quanto o contemporâneo, no gesto hermenêutico que propomos, fazem parte de um mesmo tônus interpretativo, constituído por uma tríade da qual também participa o terceiro recorte temático elegido para reflexão neste ensaio: a mediação. Este complexo fenômeno social, nos termos de Braga (2011), enuncia um modo de compreender como as relações sociais são, historicamente, instituídas/atravessadas/ tonalizadas por mídias — materialidades e aparatos técnicos que participam de processos de

produção e de circulação de sentidos. Entretanto, na visão do autor, algo se torna novo em nossas sociedades contemporâneas: a presença dessas materialidades em profusão, a partir de um gesto industrial e tecnologicamente instituído, que tonaliza os processos interacionais de uma forma nunca antes vivenciada na história da humanidade. Assim, mediação é, para muito além de um uso das mídias, um modo de viver, de se relacionar e de existir socialmente nas/pelas mídias (BRAGA, 2011, 2012).

Tal processo, também definido por Agamben (2009) por meio da noção de dispositivo, evidencia: 1) um contemporâneo, em si mesmo, constituído por uma presença radical dessas materialidades técnicas, presença essa tonalizada por circunstâncias inéditas e instituidora de dinâmicas singulares de produção e de circulação de poder; 2) um tempo-espaço em meio ao qual nossas subjetividades e modos de existir socialmente atravessam, inevitavelmente, as experiências de manejo e apropriação dessas mídias e 3) a emergência de uma dinâmica social nova, determinada e condicionada por lógicas e por gestos umbilicalmente vinculados a mecanismos mediados que possibilitam a emergência, a permanência e/ou a ruptura de interações sociais. Estar ou não nas mídias não se caracteriza, portanto, como uma escolha: trata-se de inevitável traço definidor da vida (bio) e da morte (necro) de/em nosso próprio tempo.

Tais compreensões permitem que apareçam relações de poder, tensões, formas de acesso e de distribuição de forças junto aos processos de mediação — fenômeno este que provoca uma disputa nova em torno de enquadramentos, de visibilidade e de construção de imagem (SIBILIA, 2016; BRAGA, 2011, 2012). Nesse ínterim, campos profissionais, como jornalismo, publicidade, relações públicas e *marketing* ganham notoriedade, no sentido de produzirem estratégias voltadas a conquistar o espaço público, em meio a uma exaustiva e ininterrupta disputa retórica. Pessoas comuns são desafiadas a existir no engajamento em redes sociais e em aplicativos, e processos de trabalho/parâmetros de produtividade são, indubitavelmente, atravessados pelas novas lógicas da mediação.

Tudo isso não escapa ao contexto da pandemia da Covid-19: como fenômeno contemporâneo, trata-se de uma pandemia mediada, em meio a qual somos bombardeadas/bombardeados com notícias, com informações científicas, com número de mortos, com narrativas de vida, com contendas governamentais, com posturas irresponsáveis e genocidas de figuras públicas e de governantes, com métodos de contágio e de análises/previsões sociais, como salientam Procópio, Gonçalves, Procópio (2021), a seguir.

O caso brasileiro foi também agravado pelo fenômeno da desinformação, desencadeado pela falta de transparência na divulgação de informações, bem como pela proliferação de notícias falsas, impulsionadas nas redes sociais. Tal questão foi combatida, em diversos momentos, pela imprensa do país, que adotou uma postura colaborativa para disseminar informações sobre o vírus. A informação se tornou não só uma preocupação, mas também uma necessidade e aliada no combate à doença. Nesse sentido, grande parte da produção jornalística do país (seja de modelos comerciais públicos ou privados) se reorganizou para atender a essa nova demanda. (PROCÓPIO, GONÇALVES, PROCÓPIO, 2021, p.20)

É também nas/pelas mídias que somos convidadas/convidados a estabelecer o contato social com nossos afetos, com o trabalho, com a formação educacional, com as compras, com o recebimento de auxílios, com as denúncias, com a doença, com as mortes, com a cura, com as vulnerabilidades. As mudanças ocasionadas, diariamente, pelas atualizações das mídias e da vida em rede afetam também a forma de experienciar a pandemia. Em um mundo de desigualdades social, econômica, política e tecnológica, o acesso, o uso, a apropriação e a produção de informação são, também, muito desiguais e muito assimétricos.

Dessa forma, partindo das temáticas da diferença, do contemporâneo e da midiaticização, assim questionamos: em meio a cenários contemporâneos de uma pandemia notoriamente midiaticizada, como diferenças aparecem? Mulheres, homens, ricas/ricos, pobres, idosas/idosos, crianças, pessoas cisgênero, pessoas transgênero, gays, lésbicas, negras/negros, profissionais de saúde, profissionais da comunicação — como esses e muitos outros modos de viver e de morrer, tonalizadores de rupturas com o estabelecido, têm experimentado a midiaticização da Covid-19? Como as formas de afetação — as estéticas da pandemia — são capazes de revelar, discursivamente, nuances/faces/retratos de um contemporâneo, experimentados por todas/todos nós? Por tudo isso, as questões investigativas supracitadas podem ser reunidas em torno da seguinte pergunta, norteadora deste ensaio: como estéticas e discursos da pandemia midiaticizada da Covid-19 revelam modos pelos quais diferenças emergem no e, no mesmo lance, constituem o contemporâneo?

Imbuídas/imbuídos dessa questão de pesquisa, justificamos a relevância deste texto, tanto no que se refere aos seus aspectos científicos quanto aos sociais. Indubitavelmente, a ciência torna-se campo organizacional fundamental à construção de entendimentos sobre a pandemia da Covid-19: nossas instituições historicamente são constituídas por *modus operandi* aptos a

lidar com perguntas e a mobilizar métodos para buscar responder a elas, a partir de um gesto controlado por comunidades científicas, voltadas a construir o complexo jogo da refutação/aceitabilidade científica. Sendo assim, para além de reconhecer a extrema validade desse processo de controle e de segurança quanto aos resultados de uma pesquisa, cabe dizer que inúmeras concepções de ciência e múltiplos campos de conhecimento são, em meio a esse contexto, desafiados a construir respostas epistêmicas sobre a pandemia de um modo transversal. De tal sorte, investigações voltadas ao desenvolvimento de vacinas, por exemplo, são contrastadas com pesquisas que geram entendimentos sobre contextos sociais e interpretações coletivas sobre a doença, em meio aos quais qualquer vacina terá ou não eficácia. Estudos sobre a presença das mídias e das diferenças, como este, serão postos em diálogo, inevitavelmente, com pesquisas sobre perfis e experiências de sujeitas/sujeitos infectadas/infectados, curadas/curados, mortas/mortos. Sendo assim, reconhecendo o caráter plural e transversal próprio às pesquisas das humanidades, unimo-nos em uma perspectiva ampliada de saúde a outras/outros cientistas comprometidas/comprometidos com um conhecimento que, por princípio, exige bases de ação inter e transdisciplinares.

O resultado desse esforço certamente aponta para a segunda relevância deste texto: a possibilidade da produção de ofertas interpretativas a inúmeras organizações e sujeitas/sujeitos sociais, a respeito de aspectos cotidianos e institucionais revelados publicamente pelas dinâmicas instituídas pela/com a pandemia. Isso significa que investimentos públicos em ciência se apresentam como oportunidades contundentes à explicitação de compreensões sobre o nosso próprio tempo, sobretudo no que se refere à possibilidade do aperfeiçoamento de práticas de justiça e de equidade a inúmeros coletivos e a grupos sociais afetados por relevos sociais instaurados pela pandemia. Em especial, partilhamos da convicção que reconhece as humanidades como campo científico propício à construção de forças sociais democráticas, capazes de fortalecer sujeitas/sujeitos sociais em vulnerabilidade, diante de uma luta que se dá, em muitas outras instâncias institucionais, por políticas públicas, pela ampliação do acesso a equipamentos sociais básicos e por uma conquista contínua de experiências de justiça.

Sendo assim, para além desta Introdução Ampliada, este ensaio se organiza em mais três outras seções. A seguir, em *Entre estéticas e discursos, as diferenças do/no contemporâneo*, tentamos compreender, teoricamente, as diferenças a partir de perspectivas tanto estéticas quanto discursivas, como gestos evidenciadores *de um tempo-espaço — do contemporâneo —*, por se constituírem como experiências *nesse* próprio tempo-espaço, *no con-*

temporâneo. Adiante, na seção *Para investigar uma pandemia midiaticizada: caminhos metodológicos e apostas*, indicamos a configuração de uma lente metodológica constituída por um gesto estético e discursivo para a investigação dos contextos contemporâneos da pandemia midiaticizada da Covid-19. Acreditamos que essa lente em específico nos permite mobilizar conceitos e categorias que buscam apreender as dimensões do sentido e da presença das diferenças vindas à tona no contemporâneo. Por fim, nas *Considerações Finais*, apontamos desafios postos ao estudo das diferenças no contexto da pandemia da Covid-19.

ENTRE ESTÉTICAS E DISCURSOS, AS DIFERENÇAS NO/DO CONTEMPORÂNEO

Delinear uma pesquisa sobre a pandemia da Covid-19 midiaticizada pelas lentes da estética e do discurso, a fim de se observarem os modos como diferenças emergem e constituem nosso próprio tempo (o contemporâneo), é gesto que, aqui, se fundamenta recortado, a partir dos seguintes embasamentos conceituais: a) uma noção de contemporâneo; b) um olhar sobre a estética; c) uma visada sobre o discurso; e d) uma problematização das diferenças.

Pensadores como Gumbrecht (2014) propõem pensar o contemporâneo a partir de uma ideia benjaminiana de clima/ *stimmung* /tonalidade afetiva: trata-se de um *cronótopo* (tempo-espço) em meio ao qual sentimos, diferentemente, o correr das horas, o movimentar no espaço e as dinâmicas das experiências. Assim, estaríamos diante de um novo fenômeno próprio à experiência contemporânea com o tempo, identificado por Gumbrecht (2015) como presente amplo (*broad present*), conforme exposto no excerto a seguir.

Para nós, o futuro não se apresenta mais como horizonte aberto de possibilidades; ao invés disso, ele é uma dimensão cada vez mais fechada a quaisquer prognósticos – e que, simultaneamente, parece aproximar-se como ameaça. (...) Apesar de todo o discurso sobre como supostamente perdemos o passado (...), deixamos de ser capazes de legar seja o que for para a posteridade. Em vez de deixarem de oferecer pontos de orientação, os passados inundam o nosso presente (...). Entre os passados que nos engolem e o futuro ameaçador, o presente transformou-se numa dimensão de simultaneidades que se expandem (GUMBRECHT, 2015, p. 16).

Se por um lado Gumbrecht (2015) entende que o presente simultâneo cede espaço a um movimento em direção a um passado e a um futuro; por outro, ele também reconhece que tal movimentação tende a se constituir como uma “mobilização intransitiva”, que acaba prendendo as/os sujeitas/sujeitos nesse presente, atrofiando suas possibilidades de vislumbrar horizontes concretos. Nesse sentido, se um futuro atrofiado torna impossível a ação, “pois nenhuma ação poderá ocorrer onde não houver lugar para projetar a sua realização”, o amplo presente parece “redundar no regresso ao ponto de partida”, de modo que “tal movimento imóvel frequentemente revela estar estagnado, revela o fim do propósito dirigido” (GUMBRECHT, 2015, p. 16). Essa sensação de estagnação que tonaliza a contemporaneidade, nos termos de Rodrigues e Rangel (2018, p. 69), contrasta, ironicamente, com a aceleração moderna do tempo (que continua no presente amplo), e “não diz respeito à ausência de novos fatos ou experiências”, mas corresponde a uma espécie de “enfraquecimento da expectativa de que esses fatos possam abrir uma transformação efetiva e progressiva da história”.

No caso brasileiro, por exemplo, Rodrigues e Rangel (2018) identificam como a atmosfera de estagnação impede que as atuais crises político-econômicas sejam tematizadas para além das próprias crises — tautologia imposta pela autorreferencialidade da ideologia do progresso (BENJAMIN, 1987) —, como também impossibilita que discursos consigam fugir da dependência em relação a uma expectativa de futuro ideal. Nesse cenário, a democracia é culpada por impedir o progresso, sobretudo por lideranças e novos grupos que defendem a violência como um valor e disseminam ódio em relação às diferenças — movimentos estes com forte adesão popular e são balizados por um discurso moralista (RODRIGUES e RANGEL, 2018).

Sendo assim, o contemporâneo é *cronótopo*, marcado por inúmeras latências, questões não explicitadas e tolhidas pela aposta numa noção de progresso, esta que, apesar de filosoficamente falida, anima a própria distribuição material da vida moderna, a partir das lógicas do Estado e do Mercado. Entendemos por latências o que Gumbrecht (2010b) denomina como clima ou atmosfera definidora da presença de algo que tem ligação direta com um tempo, com um passado e com um espaço. Nas palavras do autor:

por “latência”, quero indicar a situação que o historiador holandês Eelco Runia definiu como “presença”. Runia ilustra seu conceito utilizando o passageiro clandestino como metáfora. Numa situação de latência e, sobretudo na presença de um clandestino, nós estamos certos de que existe algo lá que não conseguimos apreender — e que esse “algo” tem articulação material e por isso requer espaço (GUMBRECHT, 2010, p. 313).

A clandestinidade, de algum modo, aponta diferenças em relação ao *status* social estabelecido e revela repressões e possibilidades de não existir. Assim, uma latência pode ser facilmente compreendida como *algo que não passou* e que se mostra presente nos sentimentos frente a um processo histórico marcado por impossibilidades. O contemporâneo, portanto, é tempo-espaco marcado por simultaneidades e latências, âmbito no qual projetos falidos insistem em capturar os sujeitos, ao mesmo tempo em que impedem a emergência de novas possibilidades; instituindo, portanto, climas de estagnação, conforme pontuam Mafra e Marques (2019).

Pautados por silêncios, não-ditos, latências (pilhas de passados muitas vezes mal resolvidos, mal redimidos, mal-ditos, mal recolocados, num presente amplo); e, ao mesmo tempo, por discursos oficiais de certeza e de futuro (movidos pela ideologia do progresso), porém amplamente criticados e sentidos em sua própria falência (...) numa tentativa hercúlea de linearizar as dobras simultâneas do tempo que experimentamos na contemporaneidade (MAFRA e MARQUES, 2019, p. 17-18) [texto cuja grafia original está em desacordo com a reforma ortográfica].

Uma compreensão do contemporâneo por essa visada se institui, inevitavelmente, pela mobilização de um gesto estético, conforme preconiza Dewey (1980). Tal gesto evidencia que nossa relação com as coisas do mundo não se dá unicamente pela via da hermenêutica, mas também em um âmbito sensível, incontrolável, no qual a separação “corpo x mente” não faz sentido algum (DEWEY, 1980) – já que nossa interpretação (sentido) não se desvincula de nossa presença tanto material quanto espacial nos ambientes, como reflete Gumbrecht (2010a). Por tudo isso, a experiência estética não é necessariamente a experiência artística; mas, sim, aquela marcada por forças emocionais que nos fazem rever nossa relação com o ambiente; é uma experiência de atualização, em que o cognitivo e o emocional geram novas composições e novos modos de existir. Uma estética, nos termos de Arendt (2007), é dinâmica que faz aparecer, tem caráter de fenômeno: algo emerge e se irrompe sobre o correr da vida. Uma estética do aparecer, como proposta por Martin Seel (2010, p. 55), pode ser assim compreendida:

o que acompanha este demorar-se diante da particularidade sensível de alguma coisa é um sentir-a-si-mesmo-estando-presente. A presença particular do objeto e da percepção está sujeita, deste modo à presença particular da realização desta percepção. Não podemos atender ao presente de um objeto sem acontecer conscientes de nosso próprio presente.

Esse sentir-a-si-mesmo-estando-presente se constitui de movimento fenomênico que nos empurra para a historicidade mesma do aparecer estético, em acerto de contas que acontece em nossa própria cena de atualidade. Por isso, todo gesto estético provoca uma espécie de atualização, de modo que *atualizar* é verbo que insinua um movimento no/do presente: indica que novas práticas/valores/movimentos diferentes existem/buscam existir no espectro do agora. A experiência do e no contemporâneo, portanto constitui-se em um espaço estético em que se aglomeram vários estratos de tempos anteriores simultaneamente presentes (sem que haja referência, necessariamente, a um antes e a um depois), e acolhe um horizonte de expectativas que projeta as criaturas para um futuro ainda não vivido, mas previsto e experimentado com a imaginação – como “aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser completado” (KOSELLECK, 2006, p. 311).

Nessa toada, podemos compreender que o gesto de atualização do contemporâneo provocado pela estética do aparecer se dá, eminentemente, no fluir de fenômenos discursivos, estes que se apresentam como valiosos gestos à compreensão de dinâmicas identitárias e de relações de poder. Dito em outras palavras, discursos fazem emergir relações de força que se estabelecem entre identidade e diferença (SILVA, 2000), de modo que toda fala, insinuada por qualquer materialização discursiva, atualiza tensões significantes, de modo que discursos nunca são aleatórios e/ou desprovidos de intenção. Silva (2000, p. 81) assim afirma que, por serem discursivas, tais relações estão sujeitas “[...] a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas, elas são impostas.” São disputadas, portanto, e essas disputas atualizam questões sociais, políticas e econômicas mais amplas: “a afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. [...] A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes.” (SILVA, 2000, p. 81). Nesse processo, não existe sujeita/sujeito; mas, sim, um “tornar-se sujeita/sujeito”, processo discursivo este denominado no campo teórico de “subjetivação.” (FOUCAULT, 1999).

No contexto da pandemia da Covid-19, diferenças emergem discursiva e esteticamente. Assim sendo, têm o poder de afetar contextos e anunciar indícios e leituras de nosso próprio tempo. Discursos sobre a pandemia midiaticizada ofertam-se mediante *cenar enunciativas* (MAINGUENEAU, 2001) e procedimentos linguístico-discursivos em meio aos quais determinados sujeitas/sujeitos são mais dignas/dignos de viver do que outras/outros – desvelando, portanto, um cenário em que vidas importam mais do que outras (BUTLER,

2018; MBEMBE, 2014). Tais escolhas e afetações, longe de serem aleatórias, revelam um complexo jogo de forças, em torno dos direitos à saúde, ao trabalho, ao aparecimento público, ao Estado — e, ao mesmo tempo, são fissurados por matizes mercadológicas e produtivas — cujas promessas, ainda que socialmente falidas, tentam se precipitar e prometer um futuro que já parece ter chegado. Maingueneau (2020) nos alerta que

estudar o papel desempenhado pelo discurso na atual crise de Coronavírus está além das capacidades de um indivíduo e mesmo de um grande número de indivíduos, pois a interpenetração entre o discurso e a epidemia é forte. E a tarefa é ainda mais difícil quando se escreve em um momento em que não apenas a epidemia não acabou, mas também a natureza do vírus, seus efeitos, sua evolução, sua transmissão e sua reinfecção permanecem amplamente desconhecidos. Porém, uma coisa é certa: esse vírus desperta medo no mundo inteiro e o discurso é chamado a responder a esse medo. Houve um tempo em que foi, sobretudo, o discurso religioso que se encarregou desse medo, transferindo-o para outro: o medo do castigo divino. Hoje, são outros recursos discursivos que são mobilizados, dois em particular, complementares e intimamente ligados: o recurso às palavras de cientistas e à encenação de números. (MAINGUENEAU, 2020, p.2).

Sendo assim, estéticas e discursos da pandemia da Covid-19 midiaticizada revelam não apenas modos pelos quais determinadas diferenças emergem e se pronunciam no contemporâneo; mas, sobretudo, o modo como nosso próprio tempo se forma a partir das afetações e das relações de força que orientam e capturam nossas existências.

PARA INVESTIGAR A PANDEMIA DA COVID-19 MIDIATICIZADA: CAMINHOS METODOLÓGICOS E APOSTAS

Os caminhos de pesquisa nos levam a crer que o desafio de investigação incide, sobremaneira, na definição de um arcabouço metodológico capaz de apreender a complexidade do fenômeno investigado — a pandemia da Covid-19 midiaticizada — e as experiências e os sentidos que ela produz.

Expresso de outra forma, acreditamos que o desafio é encontrar um instrumental analítico que nos permita observar e produzir sentido sobre as experiências sociais da pandemia da Covid-19 em meio ao seu (e ao nosso) próprio experienciar.

Como apostas para a análise da pandemia da Covid-19 midiaticizada compreendemos que a configuração de uma lente analítica que considere a composição entre abordagens tanto estéticas quanto discursivas se relaciona, antes de tudo, à filiação a um campo epistemológico-teórico-metodológico qualitativo, cuja validade se legitima a partir da abertura de possibilidades interpretativas e sensíveis diante dos materiais coletados e não a partir de critérios estatístico-amostrais. Em tal campo, sinalizamos afinidades com análises indiciárias (GINZBURG, 1989; BRAGA, 2008) e discursivas (MAINGUENEAU, 2001, 2008, 2010, 2020), em meio às quais é possível eleger afetações e enunciações sobre inúmeras diferenças, em contextos midiaticizados da Covid-19.

No que tange à abordagem discursiva, acreditamos que, por meio da Análise do Discurso, notadamente de orientação francesa, seja possível encontrar um objeto multidimensional resultante da interação entre o mundo, como realidade, e linguagem, na condição de produção social de forma e sentido. A Análise do Discurso

(...) visa a apreender a estrutura dos enunciados através da atividade social que os carrega. Ela relaciona as palavras a lugares. Através da multiplicidade das situações de comunicação, o discurso eclode numa multiplicidade de gêneros, cujas condições de possibilidades, rituais e efeitos se devem analisar. (MAINGUENEAU, 2001, p.17)

Conforme Orlandi (2007), a análise do discurso possibilita entender a prática de linguagem, isto é, compreender a língua produzindo sentidos e estabelece a mediação entre a pessoa e a realidade natural e social; permitindo, por meio desta relação, analisar unidades além das frases. Os estudos discursivos possibilitam estudar a língua não apenas como uma estrutura, mas como um acontecimento, no qual e pelo qual o sistema linguístico não é usado somente como um mecanismo de transmissão de informações, mas como mediador da relação entre os sujeitos, a produção dos sentidos e a da realidade.

Ao analista do discurso, cabe compreender que a linguagem não é transparente e que os sujeitos estão sendo constituídos e estão passando por processos de significação. Dessa maneira, a análise do discurso apresenta

que “o sujeito do discurso se faz (se significa) na/pela história.” (ORLANDI, 2007, p.95). Os efeitos de sentidos são produzidos nos dizeres a partir de determinadas situações e resultam da forma como se diz; portanto é na materialidade linguística que se encontram os vestígios que, relacionados à exterioridade do discurso, às suas condições de produção e de recepção, devem ser o objeto de investigação do analista do discurso. Cabe ressaltar que os sentidos produzidos envolvem o que foi dito explicitamente, o que não foi dito, o que poderia ter sido dito ou que foi dito em outras localidades.

Especificamente no tocante à problemática do discurso na pandemia, Maingueneau nos sinaliza que

o caráter discursivo da pandemia é reforçado no caso da Covid19 e nas prováveis crises sanitárias a surgirem: as populações estão de agora em diante constantemente conectadas às massas de enunciados provenientes de múltiplos atores sociais e através de canais muito diversos, mas também estão expostas a um conjunto muito grande de enunciados que discutem, comentam os enunciados desses atores. Essa conexão não é pura passividade por parte de quem lê ou escuta: graças às tecnologias digitais as pessoas não param de produzir e de difundir enunciados sobre essa problemática, cujos “autores” não são reconhecidos por um estatuto oficial ou pelos canais de informação reconhecidos. (MAINGUENEAU, 2020, p.17)

Assim, interessa-nos estudar a pandemia do Coronavírus em sua dimensão discursiva, entendendo-a como um acontecimento histórico e também discursivo, que se apresenta em diferentes modos de circulação, capaz de revelar e de fazer emergir sentidos, estratégias, disputas, presenças, assimetrias, violências e silenciamentos. A compreensão do discurso como fenômeno capaz de revelar dinâmicas identitárias, bem como de descortinar relações de força/poder é gesto de pesquisa relevante para a construção de análises da pandemia da Covid-19.

Respaldados em Maingueneau (2001), para quem o discurso é transfrástico, orientado, interativo, contextualizado, assumido (inclusive em um interdiscurso) e também é uma forma de ação, interessa-nos compreender a complexidade da produção de sentido, inclusive deslocando-a de sua própria centralidade. Não podemos partir de uma constatação simples e óbvia de que a representação “das coisas do mundo real” no discurso seja suficiente para que elas existam e para que tomemos consciência delas.

O modo como localizamos nossa perspectiva discursiva, compreende que o processo de significação envolve, sim, operações linguísticas, cogniti-

vas, representacionais, mas não se restringe a elas. Para além das operações sociointeracionais e psicossociolinguageiras, parece-nos ser necessário lançar luz sobre os efeitos de presença ou sobre a emergência de determinadas coisas, seres, sensações, corpos, sujeitos, a fim de que outros processos de significação se realizem. E, nesse lugar, a estética delinea-se como possibilidade de compreender, em meio a tais emergências, afetações, forças emocionais, energias sentimentais e latências que se configuram, discursivamente, e que podem ser apreendidas a partir de efeitos de presença, conforme anunciado por Gumbrecht (2010). Para fins de uma análise estética, propomos a adoção, nesse sentido, da perspectiva indiciária dos estudos de caso, conforme proposto por Braga (2008), inspirado nos processos histórico-interpretativos de Ginzburg (1989). Segundo Braga (2010), é preciso que a investigação de realidades específicas fuja do risco de produção de análises meramente descritivas, dirigidas somente a aspectos particulares da realidade analisada. Nessa toada, a abordagem qualitativa proposta justifica a validade das inferências produzidas pela capacidade demonstrada de tensionamento epistêmico entre os aspectos teóricos e a realidade problematizada (BRAGA, 2010), em meio à tentativa de delineamento e de apreensão de atmosferas, de latências e de emergências estéticas, produzidas pelas diferenças nos contextos da pandemia da Covid-19 midiaticizada.

Sendo assim, a abordagem qualitativa, pautada pelo paradigma indiciário (GINZBURG, 1989; BRAGA, 2008) compreende que o conhecimento científico pode ser produzido por pistas/indícios/ sinais, ao considerar a impossibilidade de totalização de interpretações no estudo de realidades altamente dinâmicas, como é o caso de análises comunicacionais dos fenômenos (BRAGA, 2008). Por esse prisma, a validade epistêmica das análises produzidas nesse tipo de estudo — que abandona a crença na pesquisa entendida como lugar de busca por fenômenos típicos/genuínos ou por leis gerais — encontra seu rigor analítico no esforço interpretativo que produz inferências como resultantes de um tensionamento entre indícios teóricos (os conceitos e as lentes teóricas levantadas) e indícios empíricos (fragmentos coletados de uma realidade complexa e mutante). Por isso, as inferências analíticas são sempre possibilidades interpretativas, nunca prescrições ou “comprovações” (GINZBURG, 1989).

A potência epistêmica de uma pesquisa qualitativa, de inspiração indiciária e com análise suficientemente representativa, está, portanto, em sua capacidade de deslocamento interpretativo e de ampliação dos horizontes reflexivos de seus destinatários (tanto interlocutores acadêmicos quanto públicos leigos); sem que, para isso, haja necessariamente concordância com

as inferências produzidas, mas um claro reconhecimento do esforço analítico de tensionamento entre indícios teóricos e empíricos por parte dos pesquisadores, o que configura um trabalho para muito além de uma opinião. De tal sorte, a compreensão da estética como gesto que afeta sujeitas/sujeitos e faz aparecer não somente experiências da diferença; mas, sobretudo, nuances de nosso próprio contemporâneo é gesto de pesquisa que pode ser apreendido a partir de um gesto indiciário, na medida em que faz revelar as atmosferas, as energias sentimentais, as historicidades e as latências experienciadas por inúmeras diferenças nos cenários da pandemia.

Por fim, cabe-nos reforçar que qualquer escolha dos materiais a serem analisados se pauta por uma noção de mídia em consonância com o fenômeno da midiaticização. Quanto a essa noção, Antunes e Vaz (2006, p. 44-45) afirmam,

de saída, mídia pede uma definição, para além de um aparato técnico (da qual ela se compõe) e de uma forma discursiva (que ela permite produzir). A mídia é, então, algo capaz de transmissão que permite uma modalidade de experiência assentada no transporte e deslocamento incessante de signos. Tal processo de midiaticização, muito mais do que meio, afigura-se também para além de um estado. A melhor tradução de seu processo é a de um fluxo onde se dão as operações, onde se mesclam e entrecruzam mundos simbólicos e materiais que tem os meios à montante e à jusante, e que em seu curso carrega grande parte das narrativas na contemporaneidade: cotidianas e institucionais, corriqueiras e especializadas, midiáticas e não midiáticas.

É por esse caminho que entendemos que materiais coletados no espaço das mídias sobre a pandemia da Covid-19, como redes sociais, jornais em formatos impressos e multimídia, e materiais organizacionais, não devem ser balizados por uma análise midiacêntrica, uma vez que tais materialidades devem ser tomadas como partes de fenômenos midiaticizados, compreendidos, entre outras abordagens, a partir da noção de dispositivo, também trabalhada por Antunes e Vaz (2006): trata-se de gesto produzido tecnicamente com: a) um certo arranjo espacial que se constitui; b) uma forma de ambiência (um meio em que) eles se dão a ver; e c) um tipo de enquadramento que institui um mundo próprio de discurso. Por essa perspectiva, as materialidades — ou mídias — serão compreendidas como dispositivos midiáticos que articulam:

1) uma forma específica de manifestação material dos discursos, de formatação de textos; 2) um processo de produção de significação, de estruturação de sentido; 3) uma maneira de modelar e ordenar os processos de interação; e 4) um procedimento de transmissão e difusão de materiais significantes (ANTUNES, VAZ, 2006, p. 47).

Por tudo isso, as diferenças que emergem pela pandemia da Covid-19 midiaticizada podem ser apreendidas, estética e discursivamente, pela diversidade de cenas enunciativas e de experiências possíveis, entre ofertas de narrativas de pessoas (comuns e/ou figuras públicas), de organizações, de instituições jornalística e midiática, entre outros.

Ademais, acreditamos que análises empíricas das diferenças realizadas pelas lentes da estética e do discurso serão capazes de revelar, entre outros: (i) a materialização discursiva das experiências do corpo e de sua historicidade; (ii) a afirmação de um lugar de enunciação a partir da diferença experienciada; (iii) a possibilidade de (re)significação da existência ou mesmo de uma (re)existência a partir da demarcação da diferença, do controle narrativo da própria história e da legitimação dos corpos e da experiência vivida. Em síntese, a análise de experiências midiaticizadas de diferenças, a partir de lentes estéticas e também discursivas, são capazes de revelar faces de nosso próprio contemporâneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diferenças se apresentam, em nosso gesto de pesquisa, como fenômenos da experiência, e demandam reflexões sobre emergências, historicidades, sentidos e horizontes, já que provocam novas necessidades de compreensão e de mudança social. Partilhamos de um movimento investigativo que considera as interpretações resultantes de nossas investigações e reflexões como ações: as abordagens discursivas e também estéticas às quais nos filiamos nos auxiliam a entender as significações como territórios de disputas, definidoras de sentidos (símbolos e horizontes) intimamente relacionados à distribuição de aspectos que determinam/condicionam as possibilidades da vida material.

Sendo assim, compreender as temáticas das diferenças e do contemporâneo é movimento que evoca uma compreensão das diferenças tanto em meio ao nosso próprio espaço-tempo (as diferenças no contemporâneo), quanto do nosso próprio espaço-tempo (as diferenças do contemporâneo), uma vez que, a depender das diferenças e dos estratos de tempo. Confor-

me propõe Koselleck (2014), existem muitos contemporâneos, diacrônicos, síncronos, assíncronos, como fenômenos emergentes num tempo presente sempre por se completar (em devir).

Por fim, interessa-nos demarcar, assim como Maingueneau (2020), que uma epidemia vai ser espontaneamente apreendida pelas suas realidades biológica, médica e social. Contudo, ao problematizarmos a pandemia também pelo prisma da midiatização, somos convocados a refletir sobre as diversas afetações e sentidos que a experiência desse acontecimento histórico e também discursivo faz emergir, sobretudo quando considerados os contextos de diferenças e vulnerabilidades. A experiência cotidiana da pandemia da Covid-19 é tonalizada pelas mídias - materialidades e aparatos técnicos que participam de processos de produção e de circulação de sentidos que, por sua vez, promovem os atravessamentos entre as realidades de apreensão do fenômeno em questão.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. O que é um dispositivo? In: *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó/SC: Argos, 2009. pp.7-51.

ANTUNES, E.; VAZ, P. B. Mídia: um aro, um halo e um elo. In: GUIMARÃES, César; FRANÇA, Vera (orgs.). *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano*, Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 43-60.

ARENDT, H. *A condição humana*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BENJAMIN, W. *Obras escolhidas*. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRAGA, J. L. Comunicação, disciplina indiciária. *Revista Matrizes*, São Paulo, ano 2, n. 2, p. 73-88, abr. 2008.

BRAGA, J. L. Constituição do Campo da Comunicação. *Verso e Reverso*, v. 25 (58), jan.-abr (edição revista, anotações de atualização). São Leopoldo: Unisinos, 2011, p. 62-77.

BRAGA, J. L. Circuitos versus Campos Sociais. In: MATTOS, M. A.; JANOTTI JÚNIOR, J.; JACKS, N. (orgs.). *Mediação e Midiatização*. Livro Compós 2012. Salvador: EDUFBA, p. 31-52, 2012.

BUTLER, J. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

MORTES E CASOS DE CORONAVÍRUS NOS ESTADOS. Portal G1, 2021. Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/estados-brasil->

mortes-casos-media-movel/?_ga=2.109452741.1554509425.1623693095-e0c7081d-9ea8-c28a-a3f8-fade0ab3dbe1 . Acesso em: 14 jun. 2021.

DEWEY, J. Tendo uma experiência. In: _____. *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 12 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 1999.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. in: *Mitos, emblemas, sinais – morfologia e história* [1986]. São Paulo, Companhia da Letras, 1989.

GORBALENYA, A.E.; BAKER, S.C.; BARIC, R.S. et al. The species Severe acute respiratory syndrome-related coronavirus: classifying 2019-nCoV and naming it SARS-CoV-2. *Nat Microbiol* 5, 536–544, 2020.

GUMBRECHT, H. U. *Produção de Presença – o que o sentido não consegue transmitir*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed-Puc Rio, 2010a.

GUMBRECHT, H. U. Uma rápida emergência do “clima de latência”. *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 303-317, Dec. 2010b.

GUMBRECHT, H. U. *Atmosfera, ambiência e Stimmung: sobre um potencial oculto da literatura*. Tradução: Ana Isabel Soares. 1.ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed PUC-Rio, 2014.

GUMBRECHT, H. *Nosso amplo presente: o tempo e a cultura contemporânea*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, R. *Estratos do Tempo*. Estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2014.

MAFRA, R. MARQUES, A. ORGANIZAÇÕES, MODERNIDADE E DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA: diferenças desatualizadas e climas de estagnação. In: *Encontro Anual da Compós*, 28, 2019, Anais eletrônicos... Porto Alegre: Compós, 2019. p. 1-20. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_0NY39AYU3LF88PWDE6IY_28_7687_21_02_2019_16_52_18.pdf. Acesso em: 20 maio 2020.

MAINGUENEAU, D. Resposta ao medo. *Revista Linguagem*, São Carlos, v. 35, n. 1, p. 1-17, set. 2020. Dossiê Discurso em tempos de pandemia. Disponível em: <http://www.linguagem.ufscar.br/index.php/linguagem/article/view/763>. Acesso em: 02 jun. 2021.

MAINGUENEAU, D. *Doze conceitos em Análise do Discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MAINGUENEAU, D. *O contexto da obra literária: enunciação, escritor e sociedade*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MBEMBE, A. *A Crítica da Razão Negra*. Portugal: Antígona, 2014.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. <https://www.paho.org/bra/>, 2021. Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus). Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 14 jun. 2021.

PROCÓPIO, C. GONÇALVES, I. PROCÓPIO, M. Opinião pública e enquadramentos sobre o COVID-19: uma análise do contexto prisional brasileiro. *Temática*, ano XVII, n. 03, p.17-32, março/2021. Disponível em <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica/article/view/58147> Acesso em: 19 maio 2021.

RANCIÈRE, J; INZERILLO, A. Viralidad/Inmunidad: dos preguntas para interrogar la crisis. *Revista Latinoamericana do Colégio Internacional de Filosofia*, Seção Livre Tiempos. <http://www.revistalatinoamericana-ciph.org/>, 2020. Disponível em: <http://www.revistalatinoamericana-ciph.org/2020/05/18/782/> . Acesso em: 19 maio 2020.

RODRIGUES, T.; RANGEL, M.. Temporalidade e crise: sobre a (im)possibilidade do futuro e da política no Brasil e no mundo contemporâneo. *Revista Maracanan*, [S.l.], n. 18, p. 66-82, jan. 2018.

SEEL, M. *Aesthetics of appearing*. Stanford: Stanford University Press, 2005.

SIBILIA, P. *O Show do Eu: a intimidade como espetáculo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

SILVA, T. T da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz T. da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73-102.

ANÁLISE DISCURSIVA DA (IN)FORMAÇÃO DIVULGADA NO MANUAL TELESSAÚDE COVID DA UFV

CRISTIANE CATALDI DOS SANTOS PAES¹

Resumo: Considerando o aporte teórico e metodológico da Análise do Discurso da Divulgação Científica, este trabalho busca verificar o tratamento linguístico-discursivo conferido às informações apresentadas na primeira versão, atualizada em 28 de maio de 2020, do Manual Telessaúde Covid, elaborado por meio de uma parceria entre o Departamento de Medicina e Enfermagem da Universidade Federal de Viçosa e a Secretaria Municipal de Saúde de Viçosa (MG). Este Manual visa esclarecer sobre o serviço implementado a partir das modalidades de teleatendimento e telemonitoramento para a população residente no município de Viçosa da seguinte forma: as pessoas que apresentem sintomas respiratórios sugestivos de Covid-19 e tenham dúvidas ou história de contato com algum caso confirmado ou suspeito da doença, são aconselhadas a entrarem em contato com o Telessaúde Covid, para que a equipe ofereça orientações e acompanhamento, além do encaminhamento ao serviço adequado, quando necessário, e de acordo com o fluxo da rede de saúde do município. A partir desse serviço, oferece-se à comunidade um atendimento de qualidade a distância, por meio de tecnologias; evitando-se, assim, que o paciente precise sair de casa desnecessariamente. Em função desse direcionamento epidemiológico para o público em geral da cidade de Viçosa, percebe-se que o conhecimento apresentado neste Manual é de caráter divulgativo, já que desempenha os papéis social e sanitário de (in)formar os moradores desta cidade sobre várias questões referentes à Covid-19. No que se refere à realização da análise discursiva, serão considerados os procedimentos linguístico-discursivos de expansão, redução e variação e as estratégias divulgativas que caracterizam o processo de recontextualização (CIAPUSCIO, 1997; CASSANY, LÓPEZ e MARTÍ, 2000; CATALDI, 2003, 2007a, 2016), ou seja, de recriação do conhecimento científico em conhecimento divulgativo para o público leigo. De forma geral, observa-se que as informações sobre a Covid-19 desse Manual apresentam uma linguagem formal, mesclando procedimentos e estratégias divulgativas com traços da escrita acadêmica usados no âmbito da medicina/enfermagem, sem que isso comprometa o caráter divulgativo do conhecimento enfocado.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Divulgação Científica; Manual Telessaúde Covid UFV.

Abstract: Taking into account the theoretical and methodological contributions of Discourse Analysis of Scientific Communication, this study intends to verify the discursive-linguistic treatment attributed to pieces of information presented in the first version, updated on May-28th-2020, of UFV's Covid Telehealth Manual, elaborated in a partnership between the Health Sciences and Nursing Department and the Health Secretary of Viçosa's town hall (MG). This manual aims at clarifying facts around the currently implemented service responsible for teleassistance and telemonitoring directed to the local population of Viçosa as it follows: people who present respiratory difficulties associated with Covid-19; those with doubts about it, and any confirmed or suspected case must get in touch with the city's Covid Telehealth. Thus, the staff can offer proper orientation and support, besides forwarding the patient to the most adequate health facility given the city hospitals' availability. Through this service, the community is offered a quality follow-up remotely, by using technologies to prevent the patient from leaving their homes unnecessarily. According to such epidemiological targeting to the general public of the city of Viçosa, one can notice that the body of knowledge contained in this Manual is of an informative nature, once it performs a social and sanitary role by providing information to the inhabitants on several issues regarding Covid-19. As for the discourse analysis elaboration, discursive-linguistic notions of expansion, reduction, and variation, as well as communication strategies which characterize the recontextualization process will be taken into account (CIAPUSCIO, 1997; CASSANY, LÓPEZ e MARTÍ, 2000; CATALDI, 2003, 2007a, 2016). In other words, the re-creation of scientific knowledge in informational knowledge for the layman. In general terms, one can observe that this manual's information on Covid-19 point at a formal language, blending procedures and informative strategies which resemble the academic discourse of Healthcare Sciences/Nursing without compromising the informative nature of the targeted knowledge.

Keywords: Discourse Analysis; Scientific Popularization; UFV's Covid Telehealth Manual.

¹ Professora Titular do Departamento de Letras da Universidade Federal de Viçosa (UFV). e-mail: cristiane.cataldi@ufv.br.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, tem-se observado um interesse progressivo e constante em relação aos temas procedentes do âmbito científico; devido, sobretudo, às transformações sociais, culturais, educacionais, éticas, políticas, ambientais, sanitárias, econômicas e jurídicas proporcionadas pelos diversos avanços científicos e tecnológicos. Em função disso, constata-se que o grande desafio da divulgação científica é estreitar as relações entre ciência e público, para que se possa estabelecer uma efetiva inter-relação entre o mundo científico e o mundo cotidiano com o propósito de se atender às expectativas e à necessidade de (in)formação do cidadão comum, seja ele jovem ou adulto, propiciando, dessa forma, uma significativa e profícua troca de saberes entre ciência e sociedade.

Tem-se constatado, portanto, que, na esfera social, o interesse do público em geral pelas informações sobre ciência existe e cresce a cada dia, o que tem dinamizado, de forma significativa, tanto a comunicação impressa quanto a virtual. Calsamiglia (1997) ratifica essa posição quando ressalta que a ciência não tem sentido se não chega aos cidadãos.

Diante dessa realidade, Bueno (2011, p. 184) destaca que “é necessário envolver toda a população, independente de gênero, raça ou idade, na divulgação científica”. Nesse momento de intensa comunicação, principalmente em relação à pandemia da Covid-19, constata-se que, cada vez mais, “a ciência atravessa a vida social” (LUCAS, 2001, p. 25). Assim, as novas descobertas científicas e tecnológicas produzem um fluxo rápido e contínuo de informação, a partir de itinerários diversos, permitindo uma comunicação instantânea, na qual os parâmetros de espaço e de tempo se minimizam paulatinamente.

Considerando os itinerários discursivos do saber, Calsamiglia (1997) destaca que a transmissão do conhecimento no âmbito social tem dois canais fundamentais: (I) o institucional, que ocorre nos estabelecimentos de ensino nos níveis fundamental, médio e superior e que tem a função social de organizar, transmitir e avaliar o saber científico de cada disciplina; (II) o dos meios de comunicação, que por ser de acesso livre, não implica uma avaliação e, em geral, está relacionado aos acontecimentos da atualidade. O primeiro canal corresponde ao âmbito do ensino, já o segundo pode ser considerado como um importante canal de divulgação científica. Endossando essa perspectiva, van Dijk (2011, p. 19) ressalta que “grande parte do que sabemos aprendemos a partir dos meios de comunicação. Para a maioria dos cidadãos, isso é especialmente verdade para o novo conhecimento científico (...)”.

Partindo dessa abordagem, ao considerar que os meios de comunicação correspondem a um importante canal de transmissão, construção e divulgação do saber para o público em geral, os diversos materiais divulgados em várias plataformas *on-line* são fontes de (in)formação imprescindíveis no processo de compreensão do conhecimento científico. Em função disso e, considerando o contexto atual da pandemia da Covid-19, as cartilhas e os manuais elaborados, principalmente no âmbito dos institutos e das universidades públicas, por pesquisadores brasileiros, constituem importantes recursos de apoio a todo e qualquer cidadão por propiciar o acesso à informação de qualidade por meio das tecnologias digitais.

Com base nessas considerações, torna-se necessário e relevante observar as sutilezas linguísticas do discurso de divulgação científica no *Manual Telessaúde Covid*, elaborado numa parceria entre o Departamento de Medicina e Enfermagem da Universidade Federal de Viçosa e a Secretaria Municipal de Saúde de Viçosa (MG), já que esse Manual visa esclarecer sobre o serviço implementado a partir de um teleatendimento para a população residente no município de Viçosa. Em função das características desse Manual, percebe-se que o conhecimento apresentado nele é de caráter divulgativo, já que desempenha o papel social e sanitário de (in)formar os moradores desta cidade sobre várias questões e procedimentos referentes à Covid-19.

ANÁLISE DO DISCURSO DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

A Análise do Discurso é um campo de estudo interdisciplinar em pleno desenvolvimento, que tem como objetivos identificar, descrever e analisar os distintos fenômenos linguísticos implicados na linguagem em uso. Considerando os aportes teórico e metodológico da Análise do Discurso, cada texto, como unidade de análise, deve ser focado a partir do seu contexto real de aparição, de acordo com os propósitos e as finalidades de cada situação comunicativa.

Assim, a Análise do Discurso, baseada na integração de diversas disciplinas que enfocam o uso linguístico em contexto, como a pragmática, a análise da conversação, a teoria da enunciação, a ciência cognitiva e a retórica, permite relacionar os elementos da língua com as condições contextuais da divulgação científica, de forma que o uso das unidades linguísticas concretas, as expressões e os procedimentos discursivos, as formas de construção

textual e os gêneros discursivos sejam contemplados desde o ponto de vista dos propósitos e dos protagonistas do intercâmbio comunicativo. Calsamiglia (2011, p. 41-42) destaca que o estudo do discurso revela “o poder que tem a palavra na formação de marcos de interpretação da realidade, a partir do exercício comunicativo onipresente em todos os âmbitos da vida social”.

A aproximação entre dois universos discursivos completamente distintos: os conhecimentos técnico e científico, por um lado, e os conhecimentos social e cotidiano, por outro, requerem a aparição de um comunicador que seja capaz de compreender, analisar e explicar o discurso das ciências, destacando algumas particularidades do mundo científico, isto é, identificando, selecionando e transmitindo aqueles conhecimentos que respondam às necessidades cognitivas e sociais do público em geral. Calsamiglia (1997) ressalta que nem o fazer científico tem valor sem transcender à vida social, nem a sociedade contemporânea pode permanecer sem informação sobre os avanços da ciência.

Dessa forma, a tarefa de divulgar a ciência e a tecnologia apresenta-se como uma prática discursiva dinâmica e complexa, determinada por uma série de recursos e de procedimentos linguístico-discursivos. O fato de a divulgação ser a representação de um discurso acerca de outro discurso revela as dimensões cognitiva, intertextual e social que caracterizam esta prática discursiva: o saber é representado em textos e estes são sucessivamente reformulados, segundo os circuitos de difusão de cada conhecimento científico.

O PROCESSO DE RECONTEXTUALIZAÇÃO COMO PRÁTICA DISCURSIVA

A divulgação de informações de caráter científico apresenta-se a partir de uma variedade de estratégias comunicativas que abarcam questões de seleção da informação e de reformulação discursiva que permitem observar o tratamento dado pelo comunicador à informação científica que está sendo enfocada.

O processo de recontextualização do conhecimento científico na mídia caracteriza-se por re-criar este tipo de conhecimento para cada público (CALSAMIGLIA, BONILLA, CASSANY, LÓPEZ e MARTÍ, 2001). Nessa concepção, o conhecimento científico está diretamente relacionado com a sua representação discursiva, inserida e dependente de um contexto comunicativo concreto, que pressupõe a identidade e o *status* dos interlocu-

tores, e as circunstâncias temporais, espaciais, econômicas, sociais, políticas, culturais de cada evento comunicativo.

Portanto, a tarefa divulgadora não somente exige a elaboração de uma forma discursiva adequada às novas circunstâncias (conhecimentos prévios do destinatário, interesses, canal comunicativo etc.), mas também à reconstrução — a recriação — do mesmo conhecimento para um público diferente. De acordo com essa concepção, a divulgação da ciência é enfocada a partir de uma perspectiva essencialmente discursiva, ao considerar a organização e a reformulação textual, as especificidades léxico-semânticas, as particularidades enunciativas e retóricas que evidenciam a dinâmica da recontextualização do discurso científico em discurso divulgativo.

Nessa perspectiva, van Dijk (2011, p. 37-38) ressalta que, para comunicar o conhecimento científico para o público em geral, são necessárias “estratégias específicas para recontextualizar o discurso científico e reformular (retextualizar) o conhecimento científico, empregando-se termos que possam ser inteligíveis pelo público geral”. E ainda acrescenta que o objetivo da “popularização pode não ser somente informar os leitores sobre os novos (...) conhecimentos científicos, mas também informar sobre as consequências dessas descobertas científicas na vida do público geral, como é tipicamente o caso das descobertas médicas e tecnológicas”.

Constata-se, dessa forma, que a recontextualização da informação científica é um processo dinâmico e complexo, já que a ciência depende da linguagem e esta depende dos indivíduos e das comunidades. Como as pessoas são diferentes e têm interesses diversos, também se aproximam da ciência a partir de diferentes perspectivas. Assim, a tarefa divulgadora consiste em recontextualizar o conhecimento científico para cada público. Essa prática não implica resumir ou reduzir aleatoriamente os dados científicos, mas saber selecionar, reorganizar e reformular as informações de caráter científico para os leitores que têm objetivos diferentes ao encontrar uma explicação para os fatos científicos (CATALDI, 2007a; 2011, 2016).

Os distintos recursos linguístico-discursivos, como expansão, redução e variação (CIAPUSCIO, 1997; CASSANY, LÓPEZ e MARTÍ, 2000; CATALDI, 2003, 2007a), utilizados para recontextualizar as informações sobre ciência, com o objetivo de garantir a compreensão do público em geral e, conseqüentemente, impulsionar a efetiva participação cidadã nas transformações sociais são muitos e variados e têm uma importância vital, já que da utilização dos procedimentos mais apropriados dependerá o ciclo comunicativo, que permitirá o diálogo entre ciência, tecnologia e sociedade.

Em relação ao procedimento de expansão, o comunicador utiliza esse recurso com o objetivo de introduzir informações necessárias no texto de

divulgação que garantam a participação cognitiva e comunicativa do leitor. Por outro lado, o procedimento de redução é utilizado com o objetivo de suprimir determinada informação do âmbito científico que não seja necessária e relevante para ser incluída na versão divulgada. Outra forma de redução é a condensação: conteúdos específicos do âmbito científico são sintetizados no texto de divulgação. Por fim, o procedimento de variação refere-se às diversas mudanças de caráter léxico-semântico ocorridas do texto fonte para o texto meta a ser divulgado.

A atividade de divulgar informações de caráter científico na mídia apresenta-se a partir de uma variedade de estratégias divulgativas (CAS-SANY e MARTÍ, 1998; CALSAMIGLIA, 2003; CATALDI, 2003, 2004, 2007b; 2011, 2016) as quais compreendem um vasto espectro que vai desde a definição, por um lado, até a metáfora por outro, passando pela aposição explicativa, paráfrase, denominação, exemplificação, comparação, analogia, explicação, entre outras. É muito provável que em um mesmo texto sejam tomadas, várias vezes e em momentos distintos, decisões diferentes sobre se deve ou não usar um determinado conceito e com que recursos expressivos. Nesse contexto, a missão do comunicador consiste no “recrutamento de certas estratégias para que as informações específicas do campo científico atinjam um interlocutor inscrito no quadro do ‘público geral’ ” (NOCCIO-LI; PAES, 2018, p. 28).

Assim, cada procedimento discursivo contribui de forma específica para a difusão da informação de caráter científico. Segundo Gomes (2007), cada escolha sintática, semântica ou lexical é determinada pela busca da forma mais adequada de se obter o efeito de sentido e a compreensibilidade desejados.

MANUAL TELESSAÚDE COVID: ENFOQUE TEÓRICO-METODOLÓGICO DISCURSIVO

A linguista argentina Guiomar Ciapuscio (1997, p. 19), na epígrafe de um de seus artigos sobre divulgação científica, cita uma reflexão de Albert Einstein que evidencia como ele percebe a linguagem científica: “A maior parte das ideias fundamentais da ciência são em si mesmas simples e em geral podem traduzir-se em uma linguagem compreensível para todos”². Einstein, que é considerado como uma das figuras mais influentes da ciência, revela, nessa afirmativa, a essência do discurso de divulgação

² Tradução minha do texto original: “La mayor parte de las ideas fundamentales de la ciencia son en sí mismas sencillas y en general pueden traducirse en un lenguaje comprensible para todos”.

científica: a maior parte do conhecimento científico pode ser reformulado para ser compreendido pelas pessoas.

Diante dessa perspectiva, considera-se que é importante conhecer as condições de produção do discurso de divulgação científica e de que forma se realiza o processo de recontextualização do discurso acadêmico-científico para o discurso divulgativo. Como o discurso é objeto de estudo de várias disciplinas, van Dijk (2011, p. 20) ressalta que “a comunicação científica geralmente se materializa através de vários tipos de *discurso*, como dos meios de comunicação, da Internet, da educação ou das exposições em museus”. Esse autor destaca ainda que “a comunicação, a mídia, a ciência, a educação, a política e a cultura são fenômenos discursivos”.

A metodologia de análise proposta nesse artigo tem como objetivo observar as especificidades linguísticas e discursivas que caracterizam as informações divulgadas pelo *Manual Telessaúde Covid*, elaborado em uma parceria entre o Departamento de Medicina e Enfermagem da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Viçosa (MG). Este Manual visa esclarecer sobre o serviço implementado a partir de um teleatendimento e de um telemonitoramento para a população residente no município de Viçosa da seguinte forma: as pessoas que apresentem sintomas respiratórios sugestivos de Covid-19, tenham dúvidas ou história de contato com algum caso confirmado ou suspeito da doença, devem entrar em contato com o Telessaúde Covid para que a equipe ofereça as orientações e o devido acompanhamento, além do encaminhamento ao serviço adequado, quando necessário, e de acordo com o fluxo da rede de saúde do município³.

A partir desse serviço, oferece-se à comunidade um atendimento de qualidade a distância, por meio de tecnologias, evitando que o paciente precise sair de casa desnecessariamente, diminuindo a sobrecarga nos serviços de saúde e a propagação do vírus na comunidade por meio do direcionamento adequado, seja para acompanhamento domiciliar, seja para avaliação presencial na unidade de saúde adequada, conforme os sintomas relatados, seguindo o plano de contingência do município. A equipe de professores do Departamento de Medicina e Enfermagem da UFV que elaborou esse Manual destaca que o conteúdo desta obra se baseia em documentos do Ministério da Saúde, de Secretarias Estaduais de Saúde e de outras instituições científicas, com adaptação e articulação à rede de saúde local, em todos os níveis de atenção, e de acordo com as pactuações entre a SMS e a UFV⁴. O

³ Informações disponibilizadas no *Manual Telessaúde Covid*. Versão 01 – Atualizada em: 28/05/2020. A Versão 02, atualizada em 14/10/2020, não se encontra disponível na Internet.

⁴ Informações disponibilizadas no *Manual Telessaúde Covid*. Versão 01 – Atualizada em: 28/05/2020.

Telessaúde Covid iniciou os atendimentos em Viçosa em março de 2020 e foi um dos primeiros serviços do tipo em Minas Gerais⁵.

O *Manual Telessaúde Covid* está disponível na Internet e constitui-se como um importante documento no qual foram disponibilizadas várias informações bastante esclarecedoras com o objetivo de proporcionar assistência de qualidade aos moradores do município de Viçosa (MG). O documento tem 65 páginas e foi organizado a partir de tópicos relacionados ao teleatendimento e ao telemonitoramento. Devido à abrangência do referido documento e considerando a necessidade de se selecionar informações de caráter divulgativo para serem analisadas neste artigo, escolheu-se o tópico inicial do documento intitulado “05. Curso Clínico da Covid-19” e os seus respectivos subtópicos (5.1 Sinais e Sintomas; 5.2 Diagnóstico; 5.2.1 RT-PCR em tempo real; 5.2.2 Testes Sorológicos; 5.3 Manejo Terapêutico) para o desenvolvimento da análise linguístico-discursiva proposta.

Partindo do princípio, de acordo com Almeida (2002, p. 68), de que “ao leigo não interessa, nem é necessário saber, a minúcia técnica, e sim apenas as grandes linhas essenciais de um conjunto importante de conhecimentos”, serão identificadas e analisadas as informações formuladas no tópico selecionado do referido Manual a partir de um registro que evidencie a relação do conhecimento científico com as questões de interesse social necessárias no contexto da pandemia da Covid-19.

Isso posto, pretende-se realizar uma análise discursiva, nas informações selecionadas do *Manual Telessaúde Covid*, para que se possa observar de que forma os procedimentos linguístico-discursivos de expansão, redução e variação foram utilizados no processo de recontextualização do conhecimento científico focado e que estratégias divulgativas foram escolhidas para que as (in)formações sobre a Covid-19 fossem transmitidas aos viçosenses de forma efetiva, segura e inteligível. Ao orientar cada cidadão sobre que atitudes tomar diante do vírus, minimizam-se os impactos em relação aos riscos sanitários e se contribui para que haja maior compreensão e conscientização da população nesse contexto de pandemia.

ANÁLISE LINGUÍSTICO-DISCURSIVA A PARTIR DOS PROCEDIMENTOS UTILIZADOS

As pessoas envolvidas no âmbito da comunicação da ciência enfrentam um grande desafio quando têm que divulgar conhecimentos produzidos

Disponível em: <https://www2.dti.ufv.br/noticias/files/anexos/1591023147.pdf> Acesso em: 28 maio 2021.

⁵ Informação disponível em: <https://www.vicoso.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/telessaude-covid-ja-realizou-mais-de-13-mil-atendimentos-durante-a-pandemia-em-vicoso/82607> Acesso em: 28 maio 2021.

em um registro linguístico altamente especializado — que faz uso de conceitos pré-estabelecidos e cujos textos têm um alto grau de abstração — para um público amplo e heterogêneo, que por ter pouco ou nenhum contato com esse registro, apresenta, em geral, dificuldades para compreendê-lo de forma satisfatória. Assim, para que se efetive a comunicação, o divulgador deve recontextualizar determinados conhecimentos científicos aproximando-os da experiência social cotidiana.

Partindo desse princípio, foram identificadas e selecionadas informações no tópico inicial “05. Curso Clínico da Covid-19” do *Manual Telessaúde Covid* procedentes do discurso científico. O fragmento (1), a seguir, refere-se ao primeiro parágrafo do tópico “5.1. Sinais e Sintomas”:

- (1) Em média, o período de incubação é estimado entre 4 e 5 dias, podendo variar de 0 a 14 dias. O paciente com a doença COVID-19 apresenta geralmente os seguintes sintomas e sinais: febre ($\geq 37,8^{\circ}\text{C}$); tosse; dispneia; mialgia e fadiga; sintomas respiratórios superiores; e sintomas gastrointestinais, como diarreia (mais raros). Porém outros sintomas devem ser levados em consideração, como: anosmia, disgeusia e cefaleia. E considerado que 80% dos casos podem cursar sem sintomas [1]. (p. 11-12) (Grifo nosso)

Observa-se, nesse fragmento, que foram utilizadas palavras e expressões específicas do âmbito da medicina/enfermagem, sem que ocorresse a devida explicação para o público alvo do Telessaúde Covid, que são as pessoas residentes no município de Viçosa (MG). Na expressão “período de incubação”, que topicaliza a informação, ocorreu a supressão do termo “do vírus” que especifica o referente que está sendo introduzido no texto. Logo depois, foram apresentados os sintomas e sinais da Covid-19. Algumas palavras utilizadas em relação aos sintomas fazem parte do conhecimento prévio dos leitores como: “febre”, “tosse”, “fadiga”, “diarreia” e “cefaleia”; já outros termos são mais específicos do âmbito da medicina como: “dispneia”, “mialgia”, “anosmia” e “disgeusia” e, em geral, são desconhecidos da população. A informação “sintomas respiratórios superiores” foi colocada depois da menção desses sintomas, ela deveria ter sido colocada antes, o que levou a uma falta de paralelismo com a informação “sintomas gastrointestinais”. Outro termo de uso específico identificado foi o verbo “cursar”, que, nesse contexto, significa “transcorrer” sem sintomas. No final desse parágrafo, observa-se a colocação de uma nota de referência “[1]” que remete à bibliografia consultada que indica que essa informação procede do “Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Protocolo de Manejo Clínico do Coronavírus (Covid-19) na Atenção Primária à Saúde. Versão 9. 2020”.

Essa análise em relação ao parágrafo inicial do primeiro tópico do Manual revela que, na transposição do discurso científico para o discurso divulgativo, ocorreu a utilização do procedimento linguístico-discursivo de redução em relação a certas explicações necessárias para a compreensão do leitor no que se refere aos sintomas e sinais da Covid-19. As autoras do Manual primaram pelo critério de relevância comunicativa para o leitor, já que especificaram os sintomas e sinais da Covid-19, mas prescindiram das suas respectivas explicações, o que pode acarretar em uma compreensão parcial em relação à informação apresentada. Se considerarmos que parte desses leitores procedem do âmbito da medicina/enfermagem, as informações serão compreendidas na sua integralidade.

O trecho (2), a seguir, refere-se ao segundo parágrafo do tópico “5.1. Sinais e Sintomas”:

- (2) Estima-se que a frequência de febre (88,7%), tosse (57,6%) e dispnéia (45,6%) foram as manifestações clínicas mais prevalentes. Outros menos frequentes incluem cefaleia, dor de garganta, rinorreia e sintomas gastrintestinais (náusea e diarreia). (p. 12) (Grifo nosso)

Verifica-se também, nesse fragmento, que foram utilizadas palavras e expressões específicas do âmbito da medicina/enfermagem em relação aos sintomas da Covid-19 como “dispnéia” e “rinorreia” sem que ocorressem as devidas explicações, o que caracteriza a utilização do procedimento linguístico-discursivo de redução. A expressão “mais prevalentes” tem seu sentido contrastado a partir do uso da informação “menos frequentes”, o que leva o leitor a perceber o sentido da palavra “prevalente”.

O fragmento (3), a seguir, refere-se ao quinto parágrafo do tópico “5.1. Sinais e Sintomas”:

- (3) Anosmia e disgeusia (alterações do olfato e paladar), já citadas anteriormente vêm sendo relatadas como sintomas encontrados em pacientes com COVID-19, sendo propostos como possíveis manifestações iniciais da doença [10,12]. (p. 12) (Grifo nosso)

Observa-se que, nesse trecho, as autoras apresentaram os sintomas “anosmia” e “disgeusia” com a respectiva explicação entre parênteses e mencionaram que essas alterações em relação à Covid-19 já haviam sido “citadas anteriormente”. Essa atitude discursiva das autoras revela que esses termos não são usuais para a maioria dos leitores, por isso elas decidiram esclarecê-los, mesmo que em um momento posterior no texto. A inclusão da estratégia divulgativa explicação revela a utilização do procedimento linguístico-discursivo de expansão necessário para a compreensão do leitor em relação a esses termos.

O trecho (4), a seguir, refere-se ao sétimo parágrafo do tópico “5.1. Sinais e Sintomas”:

- (4) Manifestações cutâneas como rash, petéquias, urticária e vesículas foram descritos, mas até o momento não há relação causal clara identificada entre alterações de pele e a COVID-19 [4]. (p. 13) (Grifo nosso)

Constata-se nesse trecho que também foram utilizadas palavras específicas como “rash”, “petéquias” e “vesículas” do âmbito da medicina/enfermagem sem que ocorresse a devida explicação para o leitor, com exceção do termo “urticária”, que é mais conhecido. Contudo, a partir do referente inicial “manifestações cutâneas” e da retomada coesiva lexical ao final “alterações de pele”, percebe-se que esses termos mencionados referem-se a tipos de lesões dermatológicas. O uso de expressões denominativas semelhantes, nesse fragmento, revela a utilização do procedimento linguístico-discursivo de variação importante para a compreensão do leitor em relação aos termos mencionados.

O fragmento (5), a seguir, refere-se ao segundo parágrafo do tópico “5.2. Diagnóstico”:

- (5) Observação: A suspeita da COVID-19 pode não se restringir a quadros de síndrome gripal. A presença de anosmia, ageusia, sintomas sugestivos sem manifestações respiratórias, com ou sem febre, ou a suspeita da doença a partir do julgamento clínico do profissional de saúde, também são situações que podem ser consideradas suspeitas da COVID-19. (p. 15) (Grifo nosso em anosmia e ageusia)

Verifica-se, nesse trecho, que novamente o termo “anosmia” foi utilizado e o termo “ageusia” foi introduzido, ambos procedentes do âmbito da medicina/enfermagem, sem que ocorresse a devida explicação para o leitor, o que evidencia a utilização do procedimento linguístico-discursivo de redução. A presença desses termos referentes aos sintomas da Covid-19, em um trecho destacado a partir da palavra em negrito e caixa alta “**OBSERVAÇÃO**”, revela a importância dessa informação para o leitor. Portanto, a utilização da estratégia divulgativa explicação seria fundamental para esclarecer o sentido desses termos para o leitor.

O fragmento (6), a seguir, refere-se ao primeiro parágrafo do subtópico “5.2.1 RT-PCR em tempo real”:

- (6) O diagnóstico laboratorial considerado padrão-ouro para a identificação do novo coronavírus (2019-nCoV), agora denominado SARS-CoV-2, continua sendo a RT-PCR em tempo real

(qRT-PCR). Esses testes moleculares baseiam-se na detecção de sequências únicas de RNA viral, com confirmação por sequenciamento de ácidos nucleicos, quando necessário. Esse tem sido o método de referência no Brasil para confirmar COVID-19 tanto por estabelecimentos de saúde pública como também da saúde suplementar. (p. 15) (Grifo nosso)

Observa-se, nesse trecho, que o “diagnóstico laboratorial considerado padrão-ouro” foi explicado para o leitor, de forma que se mesclam termos procedentes do discurso geral e termos mais característicos do âmbito científico. Esse tipo de explicação permite relacionar conhecimentos mais específicos como “testes moleculares”, “sequências únicas de RNA viral”, “sequenciamento de ácidos nucleicos” com informações de interesse geral, nesse caso, quando menciona que “esse tem sido o método de referência no Brasil para confirmar COVID-19”. A inclusão da estratégia divulgativa explicação revela a utilização do procedimento linguístico-discursivo de expansão necessário para a compreensão do leitor. Esse contraste entre o discurso científico e o discurso divulgativo evidencia que certas terminologias são imprescindíveis na abordagem de determinados conhecimentos, nesse caso específico, aquelas que fazem referência ao diagnóstico da Covid-19.

Nesse fragmento, observa-se também a utilização do procedimento linguístico-discursivo de variação, a partir da estratégia divulgativa denominação, quando as autoras fazem referência ao “diagnóstico laboratorial considerado padrão-ouro” da seguinte forma: “agora denominado SARS-CoV-2”. Essa é uma importante estratégia léxico-semântica utilizada, nesse caso, para mostrar ao leitor que o diagnóstico, a partir de “agora”, será denominado dessa forma.

O trecho (7), a seguir, refere-se ao terceiro parágrafo do subtópico “5.2.2 Testes sorológicos”:

- (7) Já os testes rápidos imunocromatográficos têm sensibilidade que varia de 20-87% e especificidade de 91%, variabilidade que depende do fabricante, atualmente, há muitas empresas produzindo testes rápidos para diagnosticar COVID-19. Estão disponíveis no mercado dois tipos de testes rápidos: de antígeno (que detectam proteínas na fase de atividade da infecção) e os de anticorpos (que identificam uma resposta imunológica do corpo em relação ao vírus). (p. 17) (Grifo nosso)

Verifica-se, nesse trecho, que as autoras apresentaram dois tipos de testes rápidos que estão disponíveis no mercado com as respectivas explicações entre parênteses, o que revela a inclusão do procedimento linguístico-discursivo de expansão, a partir da estratégia divulgativa explicação, necessária para a compreensão do leitor. Essas explicações evidenciam uma atitude discursiva das autoras como interlocutoras entre o âmbito científico

e a sociedade ao apresentarem esses dois tipos de testes rápidos disponíveis no mercado nesse momento da pandemia da Covid-19.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os textos de divulgação científica que têm circulado nas plataformas *on-line* constituem fontes de (in)formação importantes e bastante significativas no atual contexto da integração social do saber científico. Considerando o aporte teórico-metodológico referente à Análise do Discurso da Divulgação Científica, a difusão do conhecimento científico nos diversos meios de comunicação pressupõe um enfoque que abarca tanto o campo da análise linguística geral como o processo de recontextualização discursiva a partir da utilização dos procedimentos linguístico-discursivos de expansão, redução e variação e das estratégias divulgativas.

Tendo em vista a importância de o conhecimento científico alcançar a população, para que essa possa agir conscientemente diante das várias circunstâncias que afetam direta e indiretamente a vida de cada cidadão, mostrou-se relevante analisar como foram divulgadas as informações no *Manual Telessaúde Covid* a partir da perspectiva linguístico-discursiva.

A estratégia divulgativa de explicação, inerente à divulgação da ciência nos diversos meios de comunicação, foi utilizada para esclarecer algumas informações apresentadas no tópico inicial “05. Curso Clínico da Covid-19” do *Manual Telessaúde Covid*. Essa atitude revela como as autoras conduziram os seus leitores no percurso comunicativo da reformulação discursiva e ratifica o que Gomes (2007, p. 170) ressalta “ter competência explicativa deveria ser requisito fundamental para quem produz textos de divulgação científica”.

A partir da análise realizada, constata-se que as informações inseridas no *Manual Telessaúde Covid* apresentam uma linguagem formal, na qual se mesclam procedimentos linguístico-discursivos e estratégias divulgativas que revelam alguns traços característicos da escrita acadêmica do âmbito da medicina/enfermagem, sem que isso comprometa o caráter divulgativo dos conhecimentos enfocados relacionados à Covid-19.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. O. A vulgarização do saber. In: MASSARANI, L.; MOREIRA, I. C.; BRITO, F. (Org.). *Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Ciência, 2002, p. 65-71.

BUENO, C. C. Imagens de crianças, ciências e cientistas na divulgação científica para o público infantil. *Anais do Seta*. Campinas: Instituto de Estudo de Linguagem, Unicamp, n. 5, p. 184-195, 2011.

CALSAMIGLIA, H. Divulgar: itinerarios discursivos del saber. *Quark*. Barcelona: Observatorio de la Comunicación Científica, Universitat Pompeu Fabra, n. 7, p. 9-18, 1997.

CALSAMIGLIA, H. (Ed.) Popularization discourse. *Discourse Studies*. London: Sage, v. 5, n. 2, p. 139-146, 2003.

CALSAMIGLIA, H. Falemos de ciência com suas palavras – um gênero da interação oral: a entrevista televisiva. In: GOMES, M. C. A.; CATALDI, C.; MELO, M. S. S. (Org.). *Estudos discursivos em foco: práticas de pesquisa sob múltiplos olhares*. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2011, p. 41-70.

CALSAMIGLIA, H. (Coord.), BONILLA, S., CASSANY, D., LÓPEZ, C., MARTÍ, J. Análisis discursivo de la divulgación científica. *Lengua, Discurso, Texto* (I Simposio Internacional de Análisis del Discurso), Madrid, v. II, p. 2639-2646, 2001.

CASSANY, D.; MARTÍ, J. Estrategias divulgativas del concepto prión. *Quark*. Barcelona: Observatorio de la Comunicación Científica, Universitat Pompeu Fabra, n. 12, p. 56-66, 1998.

CASSANY, D.; LÓPEZ, C.; MARTÍ, J. La transformación divulgativa de redes conceptuales científicas. Hipótesis, modelo y estrategias. *Discurso y Sociedad*. Barcelona: Gedisa, v. 2, n. 2, p.73-103, 2000.

CATALDI, C. *Los transgénicos en la prensa española: una propuesta de análisis discursivo*. 2003. 409p. Tese (Doutorado). Barcelona, Universitat Pompeu Fabra.

CATALDI, C. El debate sobre los transgénicos en la prensa española: cómo los actores sociales denominan esta biotecnología. *Quark*. Barcelona: Observatorio de la Comunicación Científica, Universitat Pompeu Fabra, n. 33, p. 57-68, 2004.

CATALDI, C. A divulgação da ciência na mídia impressa: um enfoque discursivo. In: GOMES, Maria Carmen Aires; MELO, Mônica Santos de Souza; CATALDI, Cristiane (Org.). *Gênero discursivo, mídia e identidade*. Viçosa – MG: Ed. UFV, 2007a, p. 155-164.

CATALDI, C. Análise discursiva da denominação utilizada na mídia impressa para representar e divulgar o conhecimento sobre planta transgênica. In: GOMES, Maria Carmen Aires; MELO, Mônica Santos de Souza; CATALDI, Cristiane (Org.). *Gênero discursivo, mídia e identidade*. Viçosa – MG: Ed. UFV, 2007b, p. 193-209.

CATALDI, C. O discurso sobre ciência: os transgênicos em foco na mídia impressa. In: GOMES, Maria Carmen Aires; CATALDI, Cristiane; MELO, Mônica Santos de Souza (Org.). *Estudos discursivos em foco: práticas de pesquisa sob múltiplos olhares*. Viçosa – MG: Ed. UFV, 2011, p. 71-92.

CATALDI, C. A utilização do argumento de autoridade como estratégia divulgativa no âmbito da comunicação da ciência. *Anais do IV SIAD Simpósio Internacional sobre Análise do Discurso: Discurso e Desigualdades Sociais*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2016.

CIAPUSCIO, G. Linguística y divulgación de ciencia. *Quark*. Barcelona: Observatorio de la Comunicación Científica, Universitat Pompeu Fabra, n. 7, p. 19-28, 1997.

GOMES, I. M. A. M. O texto e o discurso na revista *Ciência Hoje*. In: GOMES, Maria Carmen Aires; MELO, Mônica Santos de Souza; CATALDI, Cristiane (Org.). *Gênero discursivo, mídia e identidade*. Viçosa – MG: Ed. UFV, 2007, p. 165-191.

LUCAS, F. O. Razones de la divulgación o razones de la ciencia. *Treballs de la Societat Catalana de Biologia*, v. 51. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, p. 23-34, 2001.

NOCCIOLI, C. A. M.; PAES, C. C. S. A cobertura sobre ciência no jornal *Folha de S. Paulo*: uma análise das publicações na seção *Ciência*. *Linguasagem*. São Paulo, v. 28, p. 27-53, 2018.

VAN DIJK, T. A. Por uma teoria da comunicação científica: discurso, conhecimento, contexto e compreensão da sociedade. In: GOMES, Maria Carmen Aires; CATALDI, Cristiane; MELO, Mônica Santos de Souza (Org.). *Estudos discursivos em foco: práticas de pesquisa sob múltiplos olhares*. Viçosa – MG: Ed. UFV, 2011, p. 19-40.

EIXO 2

VOZES DA EDUCAÇÃO
E DA CULTURA

O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL E A RESISTÊNCIA DOS ALUNOS (IN)FAMES: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA DESIGUALDADE SOCIAL NA PANDEMIA¹

LUCIANA APARECIDA SILVA DE AZEREDO²

MÁRCIA APARECIDA AMADOR MASCIA³

MARIA AMÉLIA ASSIS NADER BARTHOLOMEU⁴

Resumo: A sensação de crise, há muito vivenciada, foi intensificada pela pandemia e suas consequências para a vida, para a economia e para a educação. Entre os vários questionamentos neste contexto pandêmico, destacamos o escancaramento da desigualdade social pelo/no Ensino Remoto Emergencial (ERE)⁵. Diante do exposto, este capítulo visa trazer à tona as vozes de sujeitos duplamente excluídos da educação: pela pobreza e pela pandemia de Covid-19, com o intuito de problematizar os abismos imensos existentes no campo educacional. Ancoramo-nos teórica e metodologicamente na convergência da Análise do Discurso pecheutiana e dos estudos arquegenealógicos foucaultianos, no que se refere às relações de poder-saber e à resistência e, também, na concepção de “vidas infames”. O *corpus* é composto por reportagens — disponíveis em ecossistemas digitais — sobre alunos da educação básica pública em relação ao acesso ao ensino remoto (2020 e 2021). Observou-se que se, por um lado, as relações de poder instauradas cerceiam o acesso ao saber, neste caso, disponibilizado por meio de plataformas digitais, aplicativos, portais na internet etc., por outro, o aluno, ainda que sem acesso à internet e/ou aos equipamentos, resiste, buscando formas alternativas para não ser excluído desta modalidade de ensino.

Palavras-chave: Covid-19. Ensino Remoto Emergencial. Vidas Infames. Resistência.

Abstract: The long-experienced sense of crisis was heightened by the pandemic and its consequences for life, for the economy and for education. Among the various questions in this pandemic context, we highlight the widening of social inequality by/in Remote Emergency Education (ERE). Given the above, this chapter aims to bring to light the voices of subjects doubly excluded from education: by poverty and by the Covid-19 pandemic in order to problematize the immense gaps that exist in the educational field. We are theoretically and methodologically anchored in the convergence of Pêcheux's Discourse Analysis and Foucault's archegenealogical studies, with regard to the relations of power and knowledge and resistance, and also in his text “Lives of Infamous Men”. The *corpus* is composed of pieces of news, available in digital ecosystems, about public basic education students in relation to access to remote education (2020 and 2021). It was observed that, if on the one hand, the established power relations restrict access to knowledge, in this case, made available through digital platforms, Apps, internet portals etc.; on the other hand, students, even without access to the internet and/or equipment, resist, looking for alternative ways not to be excluded from this learning modality.

Keywords: Covid-19. Emergency Remote Learning. Infamous Lives. Resistance.

¹ Este capítulo faz parte de pesquisas realizadas pelo Grupo de Estudos Foucaultianos e Educação.

² Doutora em Educação. Professora no Departamento de Linguagem e Tecnologia e no Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG). e-mail: luciana.azeredo@cefetmg.br.

³ Doutora em Linguística Aplicada. Docente no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco, Campus Itatiba-SP. e-mail: marcia.mascia@usf.com.br.

⁴ Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade São Francisco, Campus Itatiba-SP. e-mail: amelia.nader@hotmail.com.

⁵ Regulamentado pela Portaria MEC nº 544, de 16 de junho de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia.

INTRODUÇÃO

A sensação de crise, há muito vivenciada, foi intensificada devido à pandemia e suas consequências para a vida, para a economia e para a educação, foco deste capítulo. Nesse contexto inesperado, indesejado e inusitado, surgem vários questionamentos e mal-estares no campo educacional. Entre eles, destacamos o escancaramento da desigualdade social pelo/no Ensino Remoto Emergencial (ERE), num país de dimensões continentais, e nos questionamos, por exemplo, como é possível acompanhar o ERE quando o acesso à internet é restrito ou inexistente e/ou quando não há equipamentos para acessar Apps e sites? Ou, ainda, quando falta energia elétrica? Críticas e reflexões têm emergido, veladas ou não, em ecossistemas digitais, como mídias sociais, *sites*, *blogs* etc., mas a lógica neoliberal do discurso materializado em “a educação não pode parar” parece-nos vigente, dominante e naturalizada. Há um enaltecimento do ensino remoto, apontado como panaceia para os problemas educacionais decorrentes da pandemia, fazendo ouvidos surdos e olhos cegos ao fato de que a educação parou em muitos rincões do Brasil, para muitos alunos das classes menos favorecidas.

Levando-se em consideração o contexto acima, este capítulo tem como proposta empreender uma análise discursiva com o intuito de trazer à tona as vozes de sujeitos duplamente excluídos da educação: pelo contexto de pobreza e pela pandemia de Covid-19. Buscamos (des)vendar as representações discursivas daqueles excluídos em nosso mundo contemporâneo, veiculadas em reportagens disponíveis em sites, tendo sido algumas também exibidas na televisão e/ou em canais do *YouTube*.

O capítulo se ancora teórica e metodologicamente na convergência da Análise do Discurso de base pecheutiana e dos estudos arquegenealógicos foucaultianos, no que se refere às relações de poder-saber e à resistência e, também, na concepção foucaultiana de “vidas infames”, entendidas como “vidas sem fama, ou seja, não famosas”, as dos pobres e dos excluídos pelo ERE, em nosso caso. Para Foucault (1979), as relações de poder e de saber encontram-se imbricadas nas microrrelações cotidianas e, portanto, são passíveis de fazer emergir as resistências, não existindo, portanto, relação de poder sem resistência. Um dos tipos de resistência pode se dar pela violação das regras, o que fizeram os (in)fames analisados por Foucault, que, ao resistirem ao poder, tornaram-se visíveis, justamente por resistirem à exclusão, como os nossos sujeitos-alunos.

O *corpus* é composto por depoimentos encontrados em reportagens, disponíveis em ecossistemas digitais, sobre alunos da educação básica pública em relação ao acesso ao ensino remoto, nos anos de 2020 e 2021.

Com base na análise realizada, observamos a resistência dos alunos e das famílias para ter acesso à internet e, conseqüentemente, ao ensino remoto. Se, por um lado, as relações de poder instauradas cerceiam o acesso ao saber, neste caso, disponibilizado por meio de plataformas digitais, aplicativos, portais na internet etc., por outro lado, o aluno, ainda que sem acesso à internet e/ou aos equipamentos, resiste, buscando formas alternativas para não ser excluído dessa modalidade de ensino, subindo em uma árvore, sentando-se na frente de um açougue ou ainda estudando em uma barraca no meio do mato com um celular emprestado, para obter sinal e acessar a internet, como os alunos das reportagens analisadas. Exclusão essa que pode trazer prejuízos futuros em suas vidas acadêmica e profissional, mantendo-os na condição de (in)fames, à margem da sociedade.

Esta análise se justifica por fazer coro junto às vozes dos (in)fames no intuito de contribuir para o debate no âmbito acadêmico, suscitando reflexões sobre a (não) educação na (pós) pandemia, suas implicações nas práticas discursivas atuais e nas futuras na/sobre a educação de modo a buscarem-se brechas para pensar a educação de outro modo, o que pode começar por, de fato, reconhecer os abismos imensos existentes no campo educacional, sobretudo em nosso país, como trouxeram à tona os alunos (in)fames a serem aqui apresentados.

O artigo se subdivide em três movimentos: 1) fundamentação teórica, na qual são discutidas as diferenças entre o Ensino a Distância (EaD) e o ERE e é apresentada a vida dos homens (in)fames; 2) parte analítica, na qual é brevemente mencionado o referencial teórico-metodológico por meio do qual a análise será empreendida e são trazidos os excertos comentados à luz dos pressupostos teóricos expostos na parte 1; 3) algumas considerações, seguidas das referências.

O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL (ERE) E A INTENSIFICAÇÃO DA EXCLUSÃO EDUCACIONAL

A pandemia de Covid-19 chegou ao Brasil por volta de março de 2020. Fomos pegos de surpresa por essa inusitada e aterrorizante situação, apesar da visibilidade dos acontecimentos nos países europeus e asiáticos. Embora a questão do vírus seja eminentemente biológica, a pandemia não se reduz ao campo científico-biológico, e se tornou uma realidade a ser encarada em todos os setores: social, econômico, político e educacional, mas

este último é o que mais nos afeta, uma vez que estamos inseridas no campo educacional, cujas discussões trazemos no presente capítulo deste livro.

Desde que a pandemia foi constatada em nosso país, as discussões sobre a EaD e o ERE tornaram-se protagonistas na área educacional, uma vez que, urgentemente, as instituições de ensino, desde a educação infantil ao ensino superior, tiveram que absorver algumas ferramentas da EaD para enfrentar os desafios de (re)construção e de (re)significação de novas formas de ensino e de aprendizagem.

Antes de darmos sequência ao nosso debate, à problematização e às reflexões em face da enorme desigualdade socioeconômica dos brasileiros e da conseqüente falta de recursos necessários para o acompanhamento das aulas remotas por grande parte dos alunos, faz-se necessário esclarecer o equívoco em considerar Educação a Distância e Ensino Remoto como modalidades de ensino semelhantes.

Partindo do conceito clássico de EaD, apresentado por Moore e Kearsley (2011), além do uso da tecnologia e da temporalidade no processo, para que seja considerada EaD, deve haver a presença de alunos e professores em um espaço virtual, organizado com base em pressupostos didático-pedagógicos que orientem as atividades propostas e a sua avaliação.

Portanto, existem concepções teóricas, fundamentos metodológicos e especificidades que amparam essa modalidade de ensino. Um dos importantes documentos brasileiros sobre EaD é o Decreto no. 9.057, de 25 de maio de 2017 (BRASIL, 2017), no qual o termo aparece conforme exposto a seguir.

Art. 1º Para fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (BRASIL, 2017).

Por sua vez, ensino remoto emergencial (ERE) não pode ser considerado uma modalidade de ensino como é a EaD, pois não pretende ser um modelo de ensino permanente, caracterizando-se por ser excepcional e temporário.

No artigo “A diferença entre ensino remoto emergencial e aprendizagem online”, Hodges *et al.* (2020) propõem uma definição de ensino remoto, explicitada no excerto a seguir.

Ao contrário das experiências planejadas desde o início e projetadas para serem on-line (educação a distância), o ensino remoto emergencial (ERE) é uma mudança curricular temporária e alternativa devido a circunstâncias de crise. Envolve o uso de soluções de ensino totalmente remotas para instrução ou educação que, de outra forma, seriam ministradas pessoalmente ou em cursos híbridos e que retornarão a esse formato assim que a crise ou emergência seja reduzida. O objetivo principal nessas circunstâncias não é recriar um ecossistema educacional robusto, mas fornecer acesso temporário a instruções e apoios instrucionais de uma maneira que seja rápida de configurar e esteja disponível de maneira confiável durante uma emergência ou crise.⁶ (HODGES *et al.*, 2020, p.6)

Nessa circunstância, transporta-se o ensino presencial para o ensino mediado por ferramentas digitais ou pela viabilização nas escolas de materiais impressos, devido à circunstância da crise.

Em seus relatos, Hodges *et al.* (2020) comentam que o modelo tem sido usado em outros países, como nos Estados Unidos, em áreas que sofrem devastações com os fenômenos naturais, como tornados e furacões. Segundo os autores, em um estudo com crianças sobre o papel da educação em situações semelhantes de fragilidade, violência, conflitos, como no Afeganistão, em que as próprias escolas eram alvos de ataques, foram usados DVDs e educação via rádio para manter as crianças seguras, tirando-as da rua e, assim, expandindo o acesso educacional e promovendo a educação. Fica evidente que é preciso, em condições como estas, buscarem-se soluções criativas para ajudar a atender às novas necessidades de alunos(as) e comunidades.

No Brasil, o ERE foi adotado, como acenamos anteriormente, em decorrência da pandemia, sendo que cada estado estabeleceu procedimentos diferenciados. No caso das escolas públicas (estaduais e municipais) de ensino básico, que praticamente não adotavam plataformas e ambientes virtuais antes da suspensão das atividades presenciais (apenas 14%, segundo levantamento divulgado no G1 em 09 de junho de 2020⁷), o desafio tornou-se

⁶ Em inglês “In contrast to experiences that are planned from the beginning and designed to be online emergency remote teaching (ERT) is a temporary shift of instructional delivery to an alternate delivery mode due to crisis circumstances. It involves the use of fully remote teaching solutions for instruction or education that would otherwise be delivered face-to-face or as blended or hybrid courses and that will return to that format once the crisis or emergency has abated. The primary objective in these circumstances is not to re-create a robust educational ecosystem but rather to provide temporary access to instruction and instructional supports in a manner that is quick to set up and is reliably available during an emergency or crisis” (tradução feita pelas autoras).

⁷ OLIVEIRA, E. Quase 40% dos alunos de escolas públicas não têm computador ou tablet em casa,

hercúleo, sobretudo, tendo em mente que, em junho de 2020, mês da regulamentação do ERE, o levantamento divulgado apontou que quase 40% dos alunos das escolas públicas urbanas não tinham acesso a computadores, a *laptops* e a *tablets* e que 21% dos alunos tinham acesso à internet apenas por celulares.

Nesse sentido, segundo o estudo “Cenário da exclusão escolar no Brasil — um alerta sobre os impactos na pandemia da Covid-19 no Brasil”, a pandemia, até novembro de 2020, elevou a mais de 5 milhões o número de crianças sem acesso à Educação, número próximo ao que o Brasil tinha no início do ano 2000.

Os obstáculos enfrentados pelos estudantes das escolas públicas, tais como, as dificuldades de acesso à internet; o uso de celulares, devido à falta de computadores; a falta de espaço adequado para o estudo em casa; o despreparo escolar das famílias para auxiliá-los e maior exposição às violências física, sexual e psicológica, foram aspectos abordados por uma reportagem do G1⁸. Para Santos (2020), em “A Cruel Pedagogia do Vírus”, a quarentena torna a injustiça, a discriminação, a exclusão social mais visíveis, provocando um sofrimento imerecido, em especial, aos alunos (in) famos aliados da educação em tempos de pandemia, conforme estamos postulando neste capítulo.

A VIDA DOS HOMENS INFAMES

A obra de Foucault gira em torno do sujeito, ou melhor, do modo como as práticas discursivas engendraram, ao longo dos últimos quatro séculos, por meio dos saberes e dos poderes, aquele que é conhecido como sujeito moderno. Foi aos mecanismos de fabricação desse sujeito que Foucault dedicou a sua obra, conforme ele mesmo declara em “O Sujeito e o Poder” (FOUCAULT, 1995, p. 231): “meu objetivo foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos”.

Os estudos empreendidos por Foucault costumam ser entendidos em três fases ou domínios. Adotamos os critérios descritos por Morey (1991),

aponta estudo. 09 jun. 2020. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/06/09/quase-40percent-dos-alunos-de-escolas-publicas-nao-tem-computador-ou-tablet-em-casa-aponta-estudo.ghtml>. Acesso em: 10 jun. 2020

⁸ TENENTE, L. Sem internet, merenda e lugar para estudar: veja obstáculos do ensino à distância na rede pública durante a pandemia de Covid-19. 05 maio 2020. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/05/05/sem-internet-merenda-e-lugar-para-estudar-veja-obstaculos-do-ensino-a-distancia-na-rede-publica-durante-a-pandemia-de-covid-19.ghtml>. Acesso em: 10 jun. 2021.

como especificados por Veiga-Neto (2005, p. 48): “ser-saber, ser-poder e ser-consigo”.

O primeiro domínio tematiza o saber na constituição do sujeito, o segundo e o terceiro domínios tematizam respectivamente as ações de uns sobre os outros e a ação de cada um consigo mesmo.

Este capítulo versará sobre o segundo domínio. Assim, antes de discutirmos a obra “A Vida dos Homens Infames”, é importante esclarecer o conceito de poder postulado por Foucault. O poder, para Foucault, não é um objeto que tenha existência própria, não é uma coisa, mas uma prática, ou melhor, o poder não existe, mas consiste em relações de poder que atravessam os sujeitos fabricando-os. Segundo Machado (FOUCAULT, 1979), na Introdução do livro “Microfísica do Poder”, o poder “intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos — o seu corpo — e [...] se situa em nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e, por isso, pode ser caracterizado como micro-poder ou sub-poder”⁹ (FOUCAULT, 1979, p. XII).

Não existem aqueles que detêm o poder e aqueles que dele se encontram alijados, mas o poder funciona como uma rede e ninguém escapa dele. “Na realidade, existem relações de poder, relações de poder entre as pessoas, isto é, entre os agentes onde um e outro, uns e outros, estão em posições diferentes, assimétricas” (FOUCAULT, 2019, p. 77-78). Se o poder é uma relação,

esse caráter relacional do poder implica que as próprias lutas contra seu exercício não possam ser feitas de fora, de outro lugar, do exterior, pois nada está isento de poder. Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede de poder, teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar [...] e como onde há poder há resistência, não existe propriamente o lugar de resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social (FOUCAULT, 1979, p. XIV)

Nessa perspectiva, o poder é produtivo, pois produz saber e produz sujeitos adaptáveis aos sistemas sociopolíticos. Mas, como visto na citação precedente, o poder não é opressor, no sentido de blindar a resistência, na verdade, poder e resistência andam juntos, onde há poder, há resistência. Ou melhor, se os poderes são micros, as resistências, também, o serão, como as que evidenciamos neste capítulo.

⁹ Optamos por manter a grafia como no texto referenciado.

Ademais, Foucault nos apresenta os dispositivos disciplinares de fabricação dos corpos na era moderna e na sociedade ocidental operam pela administração do espaço e do tempo: pela classificação entre normais e anormais, entre incluídos e excluídos, situando os ilustres no campo dos normais e incluídos, e os infames entre os anormais e excluídos. O poder opera no sentido de treinar, classificar e normatizar e/ou normalizar.

Entre as grandes contribuições de Foucault para pensarmos a sociedade ocidental, citamos seus estudos sobre os excluídos. O autor nos faz entender que as personagens à margem da história devem ser reconhecidas como suas protagonistas. Assim, o filósofo empreende um estudo genealógico desses sujeitos da história no ensaio “A Vida dos Homens Infames”, escrito em 1977, e que apresenta as vidas (in)fames, entendidas como “vidas não famosas ou sem fama”, as dos pobres e dos excluídos, como as que serão objeto de estudo neste artigo. Vidas que passariam sem deixar rastros, mas que, de algum modo, resistiram.

Trata-se, nas palavras do autor, de uma “antologia de existências”. Vidas de algumas linhas ou de algumas páginas, desventuras e aventuras sem nome, juntadas em um punhado de palavras. Vidas breves, encontradas por acaso em livros e documentos” (FOUCAULT, 2006, p. 203). Na obra, são analisados pequenos trechos, registros, pequenas narrativas que são tomadas como “fragmentos de discurso carregando os fragmentos de uma realidade da qual fazem parte. Não é uma compilação de retratos que se lerá aqui: são armadilhas, armas, gritos, gestos, atitudes, astúcias, intrigas cujas palavras foram instrumentos” (FOUCAULT, 2006, p. 207). Segundo o autor (2006), são “existências reais” e que por “trás desses nomes [houve] homens que viveram sofrimentos” (FOUCAULT, 2006, p. 206). E o autor nos convida a ver, a ouvir estas vidas. Em suas palavras:

Essas vidas, por que não ir escutá-las lá onde, por elas próprias, elas falam? Mas, em primeiro lugar, do que elas foram em sua violência ou em sua desgraça singular, nos restaria qualquer coisa se elas não tivessem, em um dado momento, cruzado com o poder e provocado suas forças? (FOUCAULT, 2006, p. 208)

São vidas atravessadas pelo poder justamente por se chocarem com ele e resistirem a ele. Vidas condenadas à exclusão, mas, ao se chocarem com o poder, “se debatem com ele, tentam utilizar suas forças ou escapar de suas armadilhas” ((FOUCAULT, 2006, p. 208), causando algum tipo de ruído que atravessa o tempo. O poder incide sobre essas vidas pela resistência a ele, na desgraça ou na raiva, “eles tocam o poder” (FOUCAULT, 2006, p. 208).

Assim como apontado por Foucault (2006), nossos sujeitos de pesquisa, que, pela desigualdade social, estariam fadados à exclusão escolar na pandemia, como vidas que nunca tivessem existido, passam a existir e “só sobrevivem do choque com um poder que não quis senão aniquilá-los, ou pelo menos apagá-los, vidas que só nos retornam pelo efeito de múltiplos acasos, eis aí as infâmias das quais eu quis, aqui, juntar alguns restos” (FOUCAULT, 2006, p. 210).

OS (IN)FAMES BRASILEIROS DO/NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

Nesta seção, serão analisados dizeres de/sobre alunos (in)fames, cuja luta/resistência para não pararem de estudar durante a pandemia, apesar da exclusão digital, da falta de espaço apropriado para os estudos e da dupla jornada (trabalho para complementar a renda familiar e os estudos), os quais chamaram a atenção da mídia local e até nacional. Para empreender a análise, calcar-nos-emos no entre-lugar do analista, entre a interpretação e a descrição, como proposto por Pêcheux (2006), entendendo o discurso, não como estrutura, mas como um acontecimento circunscrito em um determinado contexto sócio-histórico-ideológico.

Além do conceito de infâmia apresentado na seção anterior, outro conceito a ser mobilizado na análise será o da Formação Discursiva, relacionada “ao que se pode dizer somente em determinada época e espaço social, ao que tem lugar e realização a partir de condições de produção específicas, historicamente definidas” (FERNANDES, 2007, p. 56). Trata-se “da possibilidade de explicitar como cada enunciado tem o seu lugar e sua regra de aparição, e como as estratégias que o engendram derivam de um mesmo jogo de relações” (FERNANDES, 2007, p. 64). Porém, uma FD não se limita a uma época apenas;

em seu interior, encontramos elementos, que tiveram existência em diferentes espaços sociais, em outros momentos históricos, mas que se fazem presentes sob novas condições de produção, integrando um novo contexto histórico e, conseqüentemente, possibilitando outros efeitos de sentido. (FERNANDES, 2007, p. 58-59).

Cabe mencionar, antes de iniciarmos nossa análise, dois aspectos que chamaram nossa atenção nas buscas realizadas on-line, que embora não

sejam foco deste estudo, são relevantes, a nosso ver, e poderão ser abordadas em estudos futuros: 1) há também reportagens sobre alunos em situação semelhante em outros países, como um salvadorenho¹⁰, que também estuda em cima de uma árvore; 2) ao longo das buscas realizadas, notamos maior quantidade de reportagens sobre sujeitos do sexo masculino.

Iniciaremos por apresentar os alunos (in)fames escolhidos para compor este capítulo de forma esquemática, na forma do quadro a seguir. Entre os fatores de exclusão/seleção do *corpus* levantado, citamos alunos que não tinham o ENEM e/ou vestibulares como uma das motivações imediatas para continuar seus estudos.

Quadro 1: Alunos (in)fames

Nome	Idade	Série	Localidade	Forma de resistência
Willian Marciel	13 anos	8º ano	Região Metropolitana Goiânia	Comprar celular com a venda de latinhas e usar a conexão de um açougue
Artur Ribeiro Mesquita	15 anos	1º ano do Ensino Médio	Alenquer, no oeste do Pará	Estudar em cima de uma árvore para poder acessar a internet
José Caique	13 anos	7º ano	Zona rural de Olho D'Água, cidade a 95 km de Teresina-PI	Estudar em uma barraca de palha no meio da mata, único lugar com internet acessível, com um celular emprestado

Fonte: elaborado pelas autoras (2021)

A análise a ser empreendida toma os dizeres proferidos pelos alunos (in)fames e pessoas relacionadas a estes, retirados de reportagens disponibilizadas em sites de notícias, mencionados em notas de rodapé. Optamos por trazer história a história, com o intuito de respeitar sua singularidade, apesar

¹⁰ Sem internet em casa, estudante sobe em árvore para captar o sinal e assistir a aulas on-line. Disponível em: <https://www.revistapazes.com/sem-internet-casa-aulas-online/>. Acesso em: 10 de maio. 2020.

de apresentarem traços em comum sobre os quais nos debruçaremos nas considerações. Vale mencionar que, além de reportagens escritas sobre os alunos (in)fames selecionados para este recorte, há entrevistas exibidas em canais de televisão, cujos *links* se encontram nas próprias matérias escritas.

WILLIAN MARCIEL:

O (IN)FAME DO AÇOUGUE¹¹

Segundo reportagem do G1, Globo, Willian Marciel, de 13 anos, morador da Região Metropolitana de Goiânia, distrito de Nova Fátima, em Hidrolândia, comprou um celular com a venda de latinhas e passou a estudar em um banco de uma praça, em frente a um açougue, com a internet emprestada pelo dono do açougue. A reportagem destaca que, por causa da pandemia, o aluno foi dispensado das aulas, das provas e das atividades escolares. Contudo, continuou estudando por conta própria durante duas horas por dia. A reportagem continua dizendo que o dono do açougue Marcos ficou impressionado, ao ver o menino com o celular e cadernos, depois de ter lhe emprestado o acesso ao *wifi* do açougue, conforme dito por Marcos no trecho a seguir.

Eu fiquei curioso e perguntei pra ele o que era, e ele me explicou que havia pedido a internet para estudar, porque na casa dele não tinha.

Marcos tirou uma foto do menino estudando na praça e postou em uma mídia social. A imagem começou a ser compartilhada e comoveu a internet. Com a repercussão de sua história, foi feita uma "vaquinha" on-line, por meio da qual foram arrecadados mais de R\$ 50 mil reais para investimento nos estudos de Willian: na construção de um quarto para ele estudar, já que dividia o cômodo com a prima e a irmã, na casa da avó; na instalação da internet em sua casa e ainda em uma bolsa para estudar on-line.

Willian atribui seu desejo de estudar ao incentivo da avó, a pessoa que pressupostamente cuidou e cuida dele, como mostrado a seguir.

Minha avó sempre me falou que, se eu quiser ser alguém na vida, eu preciso estudar. Como eu quero fazer vários cursos, eu não posso perder tempo.

¹¹ BARBOSA, M. Aluno de escola pública comove a web ao estudar usando wi-fi de açougue, em Goiás. 10 jun. 2020. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2020/06/10/aluno-de-escola-publica-comove-a-web-ao-estudar-usando-wi-fi-de-acougue-em-goias.ghtml> Acesso em: 10 de maio. 2021.

A reportagem traz, ainda, o depoimento de uma professora do aluno. Segundo a reportagem, a professora de matemática do estudante alega que Willian sempre foi um aluno modelo e usa seu exemplo para estimular outros alunos, como se vê no excerto a seguir.

Eu fiz questão de compartilhar com outros alunos para que eles pudessem ver que, mesmo com todas as dificuldades, ele não deixou de estudar. É o que sempre falo, quando a gente quer, a gente vai atrás e consegue.

Em nossa análise, apontamos as estratégias de resistência de Willian, materializadas tanto em suas ações para conseguir acesso à internet quanto em sua fala, referendada pelas falas da professora e do dono do açougue. Se sua vida estava destinada a passar como mais uma daqueles milhões de vidas dos estudantes do Brasil na pandemia, ou seja, despercebida, apagada, silenciosa e silenciada pelo poder, sem deixar rastros, Willian, a seu modo, resistiu e fez vir à tona uma vida de pobreza, escancarando a desigualdade social em nosso país. Ousamos dizer que histórias como as de Willian, como as outras que apresentaremos aqui, simbolizam os destinos cruéis dos pobres e excluídos dos bens sociais em nosso país, como a educação, quando contrastamos tais histórias com as de alunos socialmente privilegiados, que tiveram acesso à internet na pandemia, que tiveram uma família que os amparou, que tiveram um espaço próprio para assistir às aulas on-line, tudo aquilo que foi ceifado dos Willians deste imenso Brasil. Contraditoriamente, a mesma internet que o afastou dos estudos, em um primeiro momento, deu notoriedade a sua história e fez com que ele, de infame, passasse a “ter fama”, a ser “famoso”, conseguindo um financiamento para os estudos, neste caso.

Os sentidos que ecoam nos dizeres da professora e do aluno atribuem um valor salvacionista à educação, porque mostra sua atitude como um exemplo a ser seguido pelos outros e uma atitude de bom filho, neste caso particular, de bom neto, ao seguir os conselhos da avó. A postura do neto em ver a avó como espelho a ser seguido, do ponto de vista da materialidade linguística, pode ser ilustrada na fala de William, que a inicia com o adjetivo possessivo de primeira pessoa do singular “minha”, atribuído à avó, “minha avó”.

É muito comum, no Brasil, as famílias menos abastadas terem a avó, uma figura feminina, como responsável pelos netos, como se pressupõe neste caso, já que ele não fez referência nem ao pai, nem à mãe. Ou seja, essa materialidade marca um contexto social de carência, de infâmia, como estamos postulando neste capítulo. Além disso, em “minha avó sempre me

falou” reverbera a repetição do incentivo familiar para os estudos, materializado no advérbio de tempo “sempre”, neste caso, a avó sempre falou que, se ele quisesse ser alguém na vida, precisaria estudar. Chama-nos à atenção o enunciado “ser alguém na vida”, como se ele não fosse alguém. Tal sentido se encontra inscrito em uma formação discursiva que atravessa a educação em nosso mundo contemporâneo, tais como a de formação de cidadãos e a de preparação para o mundo do trabalho, já que postulamos um não dito, de que, se ele não estudar, não vai ser alguém, fará parte dos infames para sempre. Willian termina o seu dizer com: “Como eu quero fazer vários cursos, eu não posso perder tempo”. Observamos o que disse sobre a impossibilidade de ele e todos aqueles alijados dos estudos, por falta da internet, acompanharem as aulas durante a pandemia: estão perdendo tempo, tempo este perpassado pela lógica neoliberal do “time is money”.

Por sua vez, o dizer da professora reitera a escola como salvacionista, resvalando em um sentido de meritocracia, tão naturalizado no momento contemporâneo, particularmente quando se refere aos sucessos e fracassos escolares. Ela o usa como exemplo, assim como a reportagem o faz, para mostrar a sua resiliência e a sua superação, como em: “É o que sempre falo, quando a gente quer, a gente vai atrás e consegue”. Isso nos remete a uma das características comuns da racionalidade neoliberal: a responsabilização do sujeito por suas escolhas, o apagamento da desigualdade social, a desoneração do Estado.

É importante pontuarmos que em nenhum momento na reportagem e nas falas dos sujeitos são feitas críticas ao contexto social excludente no qual o menino vive e que é exemplo de milhares de alunos. Se a história de Willian apaga os verdadeiros responsáveis pelas mazelas da educação, da discriminação e da exclusão social em nosso país, ela também faz emergir a voz de um infame corporificado em um adolescente, que, ao cruzar-se com o poder, conseguiu temporariamente escapar das armadilhas deste; causando, assim, algum tipo de ruído em nossa sociedade e em nosso tempo.

ARTUR: O ESTUDANTE (IN)FAME DA ÁRVORE¹²

O aluno Artur Ribeiro Mesquita, de 15 anos, estava, em 2020, no 1º ano do Ensino Médio e teve que se mudar para o campo, a 17 quilômetros

¹² BRITO, G. Estudante adapta 'sala' em cima de árvore para acompanhar aulas remotas, no PA: 'construindo um sonho'. 14 mar. 2021. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2021/03/14/estudante-adapta-sala-em-cima-de-arvore-para-acompanhar-aulas-remotas-no-pa-construindo-um-sonho.ghtml>. Acesso em 10 de maio. 2021.

do centro da cidade, em Alenquer, devido à pandemia. Artur tem que estudar em cima de uma mangueira para não perder as aulas remotas, que considera essenciais para a compreensão do conteúdo, uma vez que sentiu dificuldade por estudar apenas com as apostilas impressas que o pai buscava na escola, de moto. A impossibilidade de questionar e dialogar sentida por Artur é vivenciada por tantos outros Artures espalhados pelo Brasil, muitos dos quais não têm acesso à internet e/ou a equipamentos, para poder interagir com professores e com os colegas de sala, como Artur do Pará. A descoberta por acaso do sinal próximo a uma mangueira e a construção de uma plataforma improvisada têm facilitado a continuidade de seus estudos, bem como o estímulo recebido dos pais para tal. Artur não pode ficar na cidade, como seus dois irmãos mais novos, Alex e Alan, que, devido à deficiência auditiva, precisam de acompanhamento de professores especializados, ao qual só têm acesso na cidade, pois ele precisa ajudar os pais na lida diária no campo. A este respeito, diz a mãe Lúcia:

Ele [Artur] ajuda a gente na roça trabalhando e também tira as horas para estudar. Fico emocionada vendo eles estudando, é muita luta. Um ajuda o outro, todo mundo unido.

Na contramão de um destino (in)fame, a mãe aponta a “luta”. Estudar em tempos remotos nos mais distantes recônditos de nosso país é, certamente, um ato de luta, luta contra as condições sociais de miséria, luta contra um tempo perdido na pandemia, luta contra o pouco tempo que lhe sobra para os estudos depois de ter trabalhado na roça, luta contra o espaço físico que lhe tolhe o acesso à internet. Em face dessa luta diária, a mãe se diz “emocionada” e termina com o sentido de uma família unida na luta pelo direito à educação.

De acordo com Artur,

Com a aula remota ficou um pouco mais fácil para entender o assunto.

É importante destacar que, segundo a reportagem, o pai ia de moto até a cidade para buscar as atividades do filho, mas o menino não tinha com quem tirar suas dúvidas, por isso ele comenta que ficou mais fácil compreender a matéria, já que, nas aulas remotas, ele pode questionar diretamente o professor e dialogar com os colegas. E continua Artur:

A gente tem que aproveitar as oportunidades. Estou aqui na roça, mas vou seguindo. Quero terminar meus estudos e começar uma faculdade. A gente vai construindo um sonho. Apesar das dificuldades, a gente não desiste.

Chamam-nos à atenção, no enunciado precedente, algumas expressões usadas, como “aproveitar as oportunidades”, “construir um sonho” e “não desistir”. Tais materialidades carregam sentidos já apontados em relação a Willian, na análise anterior, de resistência, resiliência, dedicação; em suma, fazem parte da formação discursiva de meritocracia, conceito usado em empresas, com o objetivo de estimular os profissionais a produzirem mais e ascenderem profissionalmente pelos seus próprios méritos, ou seja, seus esforços e dedicação.

Também, como na história de Willian, um professor se manifesta, tomando Artur como exemplo e afirma:

Eles moram na zona rural onde o acesso é mais precário. Mesmo com todas as limitações, o Artur acessa a plataforma e faz as lições. Ele a usa como um todo. Ele aproveita ao máximo as atividades e as aulas. Quando vejo um aluno como o Artur me enche de esperança. Nós [professores] que devemos agradecer ao Artur pela inspiração que ele nos dá para continuar lutando por uma educação melhor. Professor que é professor é aluno sempre, porque assim como ensina aprende com a classe.

O professor começa destacando a precariedade do acesso à internet e as limitações, mas pontua que, apesar disso, o aluno “aproveita ao máximo as atividades e as aulas”. Observa-se que o professor vê o aluno como “esperança” e “inspiração” para a própria educação. O sentido de superação é construído, neste enunciado, por dois polos: por um lado, vemos as condições negativas (zona rural, acesso precário, limitações) e, por outro, a superação dessas condições (acessar a plataforma, fazer as lições, aproveitar como um todo, aproveitar ao máximo, encher de esperança, inspiração e continuar lutando). O professor, em verdade, reitera o que a mãe já havia aventado para Artur, ao dizer a seu filho que estudar é luta.

A reportagem termina ressaltando o apoio familiar e o fato de que Artur pretende fazer faculdade voltada às tecnologias do campo, de modo a retribuir à família o incentivo recebido. Há, aqui, ainda, o efeito de sentido de gratidão, retribuição à família pelo apoio nos estudos, comumente observado nos alunos das classes menos favorecidas.

É importante ressaltar que a educação não é vista como direito, mas como algo a ser conquistado, algo para o qual é preciso lutar, ou ainda, como resistência na trama de poder em que todos estamos enredados. Poder este atrelado ao saber, ao qual os menos desfavorecidos têm acesso restrito, poder que finge que todos têm armas iguais para lutar por um futuro melhor: basta esforçar-se. Porém, no caso de Artur, ao invés de sua vida passar “sem deixar rastros”, sua luta pela educação, materializada em algumas páginas da reportagem, faz vir à tona fragmentos de uma realidade que a sociedade não deseja enxergar.

JOSÉ CAIQUE: O (IN)FAME DA CABANA DE PALHA NO MEIO DO MATO¹³

O último aluno (in)fame deste artigo, lembrando que há inúmeros pelo Brasil e pelo mundo afora, é José Caique, de 13 anos, que faz o 7º ano do Ensino Fundamental e mora na zona rural a 95 quilômetros de Teresina-PI. Em agosto de 2020, quando a família foi informada pela escola que as aulas presenciais não seriam retomadas, ficaram todos muito preocupados, lembra sua mãe Benedita Pereira: “Vai ter que ser online, mas não tenho celular moderno com internet”, fato que ocorreu/ocorre com tantos e tantos Josés neste país¹⁴.

Considerando as condições nas quais o menino já vivia, a pandemia e o advento das aulas remotas potencializaram a sua exclusão escolar, pois uma série de novas demandas se tornaram necessárias: ter “celular moderno” que acessa internet, ter internet e ter um lugar próprio para estudar. Ou seja, essas novas demandas potencializaram novas exclusões.

Francisco Sobral, seu pai, estimulou-o a continuar os estudos, fazendo uma barraca de palha para ele, no meio do mato. Após 30 minutos de pedaladas, José Caique chega ao local onde o sinal da internet é mais forte e possibilita a realização de videochamadas. Diz o pai:

Ele é um guerreiro. Eu não consegui estudar, tive que ir para roça. Ele se esforça muito.

¹³ G1 PI. Pai monta barraca de palha na mata a 500 m de casa para filho ter acesso à internet e assistir a aulas no PI. 25 ago. 2020. G1 Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2020/08/25/pai-monta-barraca-de-palha-na-mata-a-500-m-de-casa-para-filho-ter-acesso-a-internet-e-assistir-a-aulas-no-pi.ghtml> Acesso em: 10 de maio, 2021.

¹⁴ Um outro exemplo é o aluno Alan, de 11 anos do Rio Grande do Sul, que também estuda em uma barraca improvisada <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/08/24/pai-constroiu-barraca-de-madeira-e-lona-para-filho-acompanhar-aulas-virtuais-em-estrela-velha.ghtml>

Como ocorre nas vidas de Willian e Artur, o papel da família é crucial, aqui a mãe se lamenta de não ter ‘celular moderno’, mas tanto ela como o pai o estimulam a continuar os estudos, sendo estes vistos como uma possibilidade de salvação para ele e para a família, pois o pai se projeta no filho dizendo não ter conseguido estudar por ter que trabalhar na roça. Vê-se, como nos meninos anteriores, materialidades linguísticas circunscritas ao campo lexical da guerra: “ele é um guerreiro”, “ele se esforça muito”. O estudo e a escola não são vistos como um direito, mas como um bem pelo qual é preciso lutar, como se estivéssemos em uma guerra, e estamos.

Para Caique ter acesso às aulas remotas, além de estudar em uma barraca de palha, feita pelo pai para protegê-lo do sol da tarde, pois as aulas síncronas são das 13h às 15h, ele usa o celular emprestado pela tia Das Dores, que também é professora:

Aqui somos uma família, o que é de um é do outro. Ofereci meu celular que já era utilizado para fazer pesquisa por nós e ele usa o aparelho para as aulas sem nenhum problema.

Como dissemos anteriormente para os outros meninos (in)fames, o papel da família é importante; neste caso, vemos a tia também, uma professora que compartilha com ele um celular que acessa a internet. É importante chamar a atenção para o nome da tia Das Dores, pois ela toma as dores do sobrinho, ou da família: “somos uma família, o que é de um é do outro”. Destacamos, ainda, o espaço improvisado construído pelo pai, “uma barraca de palha” no meio da mata, de onde era possível ter acesso à internet.

Como nas histórias anteriores, as vozes dos professores fazem-se também presentes, atestando as condições adversas enfrentadas pelos alunos para poderem estudar, como podemos ver na fala da professora de português, Joana Borba, citada a seguir:

Eu fico bastante feliz de saber que ainda existem pessoas interessadas na educação, querendo um futuro promissor.

A professora demonstra felicidade em saber que existem “ainda pessoas interessadas na educação”. Chamamos à atenção para o uso do advérbio de tempo, “ainda”, cujo efeito de sentido aponta para a descrença na educação ou para a não existência de pessoas que acreditem na educação, restando poucos, como esse aluno. E a educação aparece novamente atrelada ao salvacionismo, a um “futuro promissor”.

Quando questionado¹⁵ sobre o motivo do sonho de ser bancário, José Caique respondeu: “Porque eu quero ajudar a minha mãe e o meu pai”.

O desejo de retribuição aos pais aparece na fala de Caique, que diz querer ser bancário. Trata-se de um dizer até de senso comum, compartilhado pelos bons alunos ou alunas mais dedicados(as) aos estudos, estudantes estes de uma classe menos favorecida, que precisam “ajudar a mãe e o pai”. Como vimos nos (in)fames anteriores, se a educação é vista não como um direito, mas como um bem pelo qual a criança e a família precisam lutar, então aqueles que têm acesso a ela, como fruto do apoio de outros, dos familiares, neste caso, deveriam “pagar” a oportunidade recebida. Para a formação discursiva neoliberal, a educação é vista como investimento. Embora nenhum dizer apresente essa ideia, pode-se perceber a sua emergência nas entrelinhas, por meio dos seguintes trechos: se alguém investe em mim, preciso retribuir.

Os três meninos citados nos dão uma fotografia do nosso imenso Brasil e de como a exclusão educacional foi intensificada com o advento da pandemia, devido à falta de acesso ao ensino remoto, que se instalou como alternativa para a educação. Contudo, esse mundo digital do qual foram excluídos, em um primeiro momento, deu-lhes visibilidade na mídia, levando-os de (in)fames, de sem fama a famosos. Ou, nas palavras de Foucault, essas vidas “se tornaram descritíveis e passíveis de transcrição, na própria medida em que foram atravessadas pelos mecanismos de um poder político” (FOUCAULT, 2006, p. 216).

CONSIDERAÇÕES

Como professoras e investigadoras na área de Educação, na interface com os estudos da Linguística Aplicada, fomos instigadas a problematizar o momento contemporâneo que estamos vivendo, de pandemia e de ensino remoto. Assim, iniciamos este capítulo com o objetivo de trazer à tona as vozes dos duplamente excluídos da educação: pela pobreza e pela pandemia. Para tanto, resgatamos o conceito de ensino remoto e seu uso em situações emergenciais, como este que estamos vivendo. Também, revisitamos estatísticas sobre a exclusão escolar no Brasil, que chegou, em 2020, a mais de 5 milhões de crianças fora da escola. Não temos ideia ainda dos efeitos dessa tragédia, o que deverá ser fruto de futuras discussões e pesquisas.

Para sustentar teoricamente nossa discussão, respaldamo-nos em Foucault (2006), particularmente na obra “A vida dos homens infames” e, tam-

¹⁵ BAND JORNALISMO. Pai monta barraca no meio do mato para filho estudar à distância. 28 ago. 2020. 1 vídeo (3 min). Publicado pelo Canal Band Jornalismo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SY-KzpQT0ZA>. Acesso em: 10 maio. 2021.

bém, nos estudos de Pêcheux (2006) e comentadores no Brasil. Do ponto de vista metodológico, para a coleta de dados, buscamos reportagens na Internet que trouxessem depoimentos de alunos e de familiares e o impacto da pandemia em suas vidas escolares e pessoais. Escolhemos as histórias de vida de três meninos que se aproximavam, por serem pobres, por ajudarem os pais no trabalho, sem, contudo, deixarem de estudar, e por residirem em lugares de pouco acesso à internet.

No (entre)cruzamento das análises, afloram muitos pontos de proximidade entre as três vidas desses sujeitos (in)fames. Nos dizeres dos meninos, de seus familiares, de professores e de um amigo açougueiro, até então desconhecido, se entrelaçam desejos, sonhos, reconhecimento pelo esforço para estudar, todos perpassados por uma esperança de que a educação possa tirá-los da (in)fâmia. Em todas as falas e atitudes dos envolvidos, percebemos a presença de uma forma de escape, de um modo de resistência, de um desejo muito intenso de que as situações cruéis, exacerbadas pela pandemia, se revertam e que aqueles que estão sendo assujeitados pelas forças da mão fria e indiferente dessa sociedade excludente sejam “guerreiros vitoriosos” e possam, assim, deixar de ser (in)fames, passando a ser enxergados nesta sociedade que insiste em não querer vê-los.

De um lado, os sonhos e o desejo de ascensão na vida para poderem ajudar a família aparecem como uma forma de resistência à condição de vida que lhes é imposta pelo poder e pela sociedade em que vivem(os); a ajuda dada pelos familiares e amigos com o empréstimo de acesso à internet, de celular, a construção de um local “mais adequado” para o estudo, seja ele uma plataforma na árvore ou uma cabana de palha no meio da mata, também são modos de resistir e lutar contra as condições precárias a que esses meninos/famílias estão submetidos. Por sua vez, consideramos que essa resistência se encontra filiada à formação discursiva da meritocracia neoliberal que atravessa a educação, conclamando os alunos e familiares a se esforçarem, a lutarem e a se responsabilizarem pela própria educação e vida, denegando as condições sócio-histórico-econômicas a que são submetidos. Nesse contexto, a educação é vista como uma forma de resistir, como algo a ser conquistado, com muito esforço, como absolutamente importante e necessária para que os jovens superem suas condições atuais de vida.

Em suma, ainda que enredados por formações discursivas associadas ao neoliberalismo, à meritocracia e a uma visão salvacionista da educação, que nos perpassa a todos, como sujeitos desse tempo histórico, não só aos três alunos (in)fames, pois, a nosso ver, eles adotam uma contraconduta, por não aceitarem a exclusão da educação, do saber. Em seus atos singelos efetivam seu direito de estudar, constante em nossa Constituição Federal,

adquirem fama e escancaram, ainda que, por pouco tempo, a desoladora situação da educação excludente no Brasil, sobretudo no momento de pandemia, de isolamento social e de ensino remoto emergencial.

Quanto a nós, docentes, cabe-nos fazer coro a estas vozes, de forma que não sejam abafadas pelo discurso de que a “educação não para”, e indagar para quem? Como? A que preço? Encerramos este capítulo convidando os leitores a ouvir estes e tantos outros (in)fames e, assim, como nos conclama Veiga-Neto (2006, p. 35), a ver “nesse cenário de rápidas, amplas e profundas mudanças sociais e educacionais [...] pensar, enquanto docentes, o que estamos fazendo, seja com os outros, seja com cada um de nós mesmos”.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.

Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. *Coronavírus: monitoramento nas instituições de ensino.* Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/coronavirus/>>. Acesso em: 21 de jan. 2021.

FERNANDES, C. A. *Análise do discurso: reflexões introdutórias.* 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2007.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder.* Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. *Michel Foucault.* Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. A vida dos homens infames. In: MOTTA, M. B. (org.) *Ditos e Escritos IV.* Tradução Vera Lúcia Avelar Ribeiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, M. *O enigma da revolta: entrevistas inéditas sobre a Revolução Iraniana.* Trad. Lorena Balbino. São Paulo: n-1edições, 2019.

HODGES, C.; MOORE, S.; LOCKEE, B.; TRUST, T.; BOND, A. *The Difference Between Emergency Remote Teaching and Online Learning.* 27 mar. 2020. Educause Review. Disponível em <https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remoteteaching-and-online-learning>. Acesso: em 22 de jan. 2021.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. *Educação a distância: uma visão integrada*. Trad. Roberto Galman. São Paulo: Centage Learning, 2011.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 4. ed. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas-SP: Pontes Editores, 2006.

SANTOS, B.S. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Edições Almedina, S/A, 2020.

VEIGA-NETO, A. *Foucault e a Educação*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

VEIGA-NETO, A. Dominação, violência, poder e educação escolar em tempos de Império. In: (Org.) RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 13-38.

SILENCIAMENTO DO SUJEITO PROFESSOR NO PERÍODO DE PANDEMIA DA COVID-19

SUZANNE SILVA RODRIGUES DE MORAIS¹
RENATA PINHEIRO LOYOLA²

Resumo: Este trabalho propõe uma investigação acerca do silenciamento do sujeito professor, prática que foi reforçada no segundo semestre do ano de 2020, no período de pandemia da Covid-19, devido à intensificação das discussões sobre o retorno ou não das aulas presenciais. Para tanto, foi feito um recorte de um corpus analítico composto por três reportagens de capa das revistas *Veja*, *Isto É* e *Época*, as quais foram publicadas nos meses de agosto e setembro, período este em que alguns estados brasileiros optaram pela volta às aulas. A partir dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso, discutimos as concepções de discurso, segundo Bakhtin (1997). Esse autor define discurso como a língua viva, já que ele se efetiva nas práticas de linguagem. Na perspectiva do autor, este é dialógico, muitas vezes perpassado pelas vozes de outrem. Logo, compreender tais discursos é reconhecer as diversas vozes que o compõem. Discutimos também as concepções de heterogeneidade mostrada e de heterogeneidade constitutiva, de Authier-Revuz (2004), bem como as discussões apresentadas por Orlandi (2007) sobre os sentidos do silêncio no discurso. Segundo a autora, para que haja compreensão da linguagem, faz-se necessário entender o silêncio para além de sua dimensão política” (ORLANDI, 2007, p. 29). Nessa perspectiva, este artigo visa compreender como a voz do professor se inscreve, entre outras vozes, no debate presente nas reportagens selecionadas. As análises mostram que os textos reproduzem as vozes do professor em diferentes perspectivas, em sua maioria de forma institucionalizada, seja por instituições de ensino, ou por representantes como sindicatos, conselhos e secretarias. Por mais que nas reportagens existam uma proposta de trazer a voz do professor, percebe-se, pelo enquadramento destacado no gênero, o apagamento do sujeito professor, uma vez que as citações trazem de forma ínfima, seja no discurso direto ou indireto, a voz desse profissional.

Palavras-chave: Silenciamento. Professor. Análise do Discurso. Heterogeneidade.

Abstract: This paper proposes an investigation about the silencing of the teacher subject, reinforced in the second semester of the year 2020, in the Pandemic period of Covid-19, in which discussions about whether or not to return to face-to-face classes were intensified. To this end, we cut out an analytical corpus composed of three cover stories from the magazines *Veja*, *Isto É* and *Época*, which were published in the months of August and September, a period in which some Brazilian states chose to go back to school. Based on the theoretical assumptions of Discourse Analysis, we discuss the concepts of discourse, according to Bakhtin (1997), which defines discourse as the living language, since discourse is effective in language practices and that such practices are generators of discourse. In the author's perspective, such discourse is dialogical, often permeated by the discourse of others and that understanding such discourses is to recognize the diverse voices that compose it. We also discuss the concepts of heterogeneity shown and constitutive heterogeneity, by Authier-Revuz (2004) and the discussions presented by Orlandi (2007) about the meanings of silence in the discourse. According to the author, in order to understand language, it is necessary to “understand silence beyond its political dimension” (ORLANDI, 2007, p. 29). In this perspective, this article aims to understand how the teacher's voice is inscribed, among other voices, in the debate present in the selected reports. The analyzes show that the reports bring the voices of the teacher from different perspectives, mostly in an institutionalized way, either by educational institutions, or by representatives such as unions, councils and secretariats. As much as in the reports there is a proposal to bring the voice of the teacher, it is clear from the framework given in the report, the erasure of the teacher subject, since the citations bring in a very small way, whether in the direct or indirect speech, the voice of the teacher professional.

Keywords: Silence. Teacher. Discourse Analysis. Heterogeneity.

¹ Doutoranda e mestre em Estudos de Linguagens pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG). Professora de Língua Portuguesa e Produção de Textos na Rede Estadual de MG e da Rede de Ensino Apogeu em Divinópolis-MG. e-mail: suzannesrmoraes@gmail.com.

² Doutoranda em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em Estudos de Linguagens pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG). Professora da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) - Unidade Divinópolis-MG. e-mail: renataloyolasim@gmail.com.

INTRODUÇÃO

No contexto atual, torna-se imprescindível discutir os discursos propagados em relação ao tema Covid-19, bem como os impactos dessas manifestações para as diversas áreas sociais. Isso é importante, pois o discurso se constitui como “a língua em sua integridade concreta e viva” (BAKHTIN, 1997, p. 181), ou seja, a língua como atividade social, na qual o homem se constrói e se revela por meio da linguagem.

A pandemia da Covid-19 mudou o cenário mundial no ano de 2020. Com a necessidade de isolamento social, várias instituições no mundo inteiro, como, por exemplo, as escolas, tiveram que paralisar suas atividades, a fim de conter o avanço da pandemia. Para cumprir as determinações da Organização Mundial de Saúde (OMS), as instituições de ensino brasileiras encerram as atividades em março de 2020 com o desafio de reorganizar a estrutura escolar para atender alunos de todo o país e de todos os segmentos de ensino.

Nesse cenário, o Ministério da Educação (MEC) publicou a Portaria nº 343, que substituiu as atividades presenciais por aulas remotas, durante a pandemia, primeiramente no ensino superior, seguido dos demais segmentos. À medida que a pandemia evoluiu, outras portarias e medidas uniram-se à primeira com o objetivo de estabelecer os rumos da educação neste ano de crise sanitária. Nesse sentido, foi necessária a reformulação do calendário escolar, por meio da Medida Provisória 934/2020, que definiu medidas excepcionais sobre o cumprimento do calendário letivo da educação básica e do ensino superior.

Juntamente às discussões sobre a reorganização do calendário escolar, sobre o ensino remoto e sobre os desafios do ensino a distância, emergiram discursos em relação ao retorno das aulas presenciais no Brasil e no mundo. Nesse contexto, a organização não governamental Todos pela Educação lançou, em maio de 2020, a nota técnica intitulada *O retorno às aulas presenciais no contexto da pandemia da Covid-19*, que procura, segundo a instituição, “contribuir, buscando qualificar o debate público e subsidiar os tomadores de decisão acerca de questões relevantes a serem consideradas na futura reabertura das escolas” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020, p. 5).

Tal discussão intensificou-se, no início de agosto de 2020, quando o estado do Amazonas anunciou o retorno às aulas presenciais da rede estadual de ensino para o dia 10 de agosto de 2020 para os alunos do ensino médio. Dessa forma, os discursos sobre o retorno das aulas presenciais irromperam nas mídias televisiva, impressa e digital. Assim, jornais e revistas, bem como

diversas instituições nacionais utilizaram especialistas no assunto para discutir o destino da educação no Brasil. Tais profissionais partiram do seguinte questionamento: “Voltar ou não voltar às aulas?” (Capa da Revista IstoÉ) para que as discussões fossem norteadas.

Este artigo se configura como uma tentativa de compreender como a voz do professor se inscreve, entre outras vozes, no debate presente nas reportagens de capa, que foram publicadas nos meses de agosto e setembro de 2020, nas revistas *Veja*, *IstoÉ* e *Época*. Tais publicações se referem ao retorno às aulas presenciais no contexto da pandemia da Covid-19. Dessa forma, com base nas diversas opiniões acerca do tema e, segundo Authier-Revuz (2004, p. 68), que afirma que “todo discurso se mostra constitutivamente atravessado pelos “outros discursos” e pelo “discurso do Outro”³”, objetiva-se ainda identificar quais as vozes presentes nesses discursos (BAKHTIN, 1992; AUTHIER-REVUZ, 2004). Além disso, pretende-se analisar o que/quem essas vozes representam e como a escolha de algumas em detrimento de outras contribui para a construção do silenciamento/apagamento de algumas vozes discursivas (ORLANDI, 2007).

CAMINHOS TEÓRICOS

Para a discussão teórica aqui proposta, optou-se por apresentar brevemente o conceito de discurso, algumas de suas características (MAINGUENEAU, 2004) e observações a respeito de seu caráter dialógico, polifônico e heterogêneo (BAKHTIN *apud* FIORIN, 2006; AUTHIER-REVUZ, 2004; DUCROT, 1984). Em seguida, serão discutidos o gênero reportagem e o discurso de outro, por meio da heterogeneidade mostrada e da heterogeneidade constitutiva (AUTHIER-REVUZ, 2004). Por fim, serão expostas as concepções sobre o silêncio no discurso a partir da abordagem feita por Orlandi (2007).

DISCURSO E OS SUJEITOS DO DISCURSO

Orlandi (2009, p. 15) entende discurso como “a palavra em movimento, prática de linguagem” e afirma que “as relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre locutores” (OR-

³ Nesta e nas demais citações de Authier-Revuz (2004), os grifos demarcados pelo uso das aspas e do itálico, quando houver, são próprios da autora.

LANDI, 2009, p.21). Para a linguística, o termo “discurso” é compreendido como o uso da língua. Porém, há uma preocupação, por parte dos estudiosos, em diferenciar “discurso e frase, discurso e língua e discurso e texto” (MAINGUENEAU, 2004, p. 52).

Para definir o termo discurso, Maingueneau (2004) apresenta algumas características que diferem tal conceito de categorias como língua, frase e texto. Segundo o autor, “o discurso é uma organização situada para além da frase” (MAINGUENEAU, 2004, p. 52), uma vez que mobiliza estruturas significativas que se inserem além da frase. O discurso é, ainda segundo o autor, “orientado”, pois constrói-se de acordo com uma finalidade. Além disso, ele também é considerado “uma forma de ação”, na medida em que tenta modificar uma situação. O linguista também define o conceito citado como “interativo”, já que ele se constrói na relação entre dois parceiros da linguagem. Pode-se dizer também que o discurso é “contextualizado”, porque não se pode atribuir significado a ele sem considerar o contexto ao qual este está inserido. Tal conceito também é “assumido por um sujeito”, que se coloca como responsável pelo que se está sendo dito, bem como “regido por normas” e “considerado no bojo de um interdiscurso”, visto que só adquire significado na relação com outros discursos (MAINGUENEAU, 2004, p. 52-57).

Nosso objetivo, porém, não é nos deter às características; mas, sim, definir discurso por meio de seu caráter interativo, de acordo com o conceito de dialogismo de Bakhtin (1988), e a relação entre o discurso e o interdiscurso. Segundo Bakhtin, apud Fiorin (2006, p. 18), todo discurso é dialógico, pois “se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa”, ou seja, constitui-se *na e da* interação com o outro para a produção de sentido. Ao apreender o conceito de dialogismo, entende-se que o discurso é construído por meio da interação e, para todo ato de enunciação ou a produção do discurso, faz-se necessário observar o contexto em que ele está inserido e as relações dialógicas ali estabelecidas, visto que todo enunciado é construído por meio de outro enunciado. Desse modo, Fiorin (2006), ao fazer uma introdução ao pensamento de Bakhtin, aponta para dois conceitos de dialogismo, que serão discutidos nesta seção.

Dessa forma, o primeiro discurso é aquele que é perpassado por diversas vozes que não se mostram “no fio do discurso” (FIORIN, 2006, p.32), que é construído a partir da formação discursiva⁴ do sujeito. Nesse sentido,

⁴ Não cabe neste momento discutir a formação discursiva dos sujeitos do discurso, pois não é nosso foco central, porém faz-se necessário definir tal conceito, uma vez que ele corrobora para a construção do sujeito do discurso. Segundo Orlandi (2007, p.20), “as formações discursivas são diferentes regiões que

a partir desse conceito, compreende-se que “o dialogismo é o modo de funcionamento real da linguagem, é o princípio constitutivo do enunciado” (FIORIN, 2006, p. 24). Ainda convém dizer que, ao elucidar a teoria sobre a heterogeneidade do discurso, Authier-Revuz (2004, p. 36) retoma a teoria dialógica de Bakhtin e afirma que “não é senão *em relação* aos outros discursos, *no* “meio” que eles formam e “*com*” eles que se constrói todo discurso: os outros discursos são seu “exterior constitutivo”. Isso se trata então do que a autora chama de heterogeneidade constitutiva, que se configura como a presença constante das palavras do outro no discurso, ou seja, como um discurso dialógico.

O segundo conceito de dialogismo, que foi apresentado por Bakhtin apud Fiorin (2006, p.32), “trata-se da incorporação pelo enunciador da voz ou das vozes de outro(s) no enunciado”. Tal concepção será abordada ainda neste trabalho, quando forem discutidas, por meio da heterogeneidade mostrada de Authier-Revuz (2004), as questões relacionadas ao gênero reportagem e às vozes do discurso.

REPORTAGEM E O DISCURSO DE OUTRO: AS VOZES DO DISCURSO

Segundo Authier-Revuz (2004, p. 12), “no fio do discurso que, real e materialmente, um locutor *único* produz um certo número de formas, linguisticamente detectáveis no nível da frase ou do discurso, inscrevem, em sua linearidade, o *outro*”. Também Orlandi (2009, p. 26) resume uma das funções da Análise do Discurso (AD) como “a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos”. Desse modo, se o discurso, como afirma Authier-Revuz (2004), é heterogêneo, perpassado por diversas vozes e se, na AD, observam-se os sentidos produzidos pelo discurso, faz-se necessário apreender como as diversas vozes perpassam o discurso, por meio do discurso citado, a fim de compreender os reais sentidos produzidos por essas vozes.

Nesse sentido, Bakhtin introduziu a noção de polifonia⁵ para o estudo da literatura romanesca e, a partir de então, ela tem sido utilizada pela linguística para analisar as diversas vozes presentes no discurso. O linguista

recortam o interdiscurso (o dizível, a memória do dizer) e que refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes”.

⁵ Bakhtin (1997) formula o conceito de polifonia em Problemas da Poética de Dostoiévski. Segundo o autor, “a multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis e a autêntica polifonia de vozes plenivalentes constituem, de fato, a peculiaridade fundamental dos romances de Dostoiévski.” (BAKHTIN, 1997, p. 4)

ainda afirma que tal discurso “é visto pelo falante como a enunciação de uma *outra* pessoa, completamente independente na origem, dotada de uma construção completa, e situada no contexto narrativo” (BAKHTIN, 1992, p. 144).

Apropriando-se da concepção bakhtiniana de polifonia, Ducrot (1984), em seu texto *O Dizer e o Dito*, elabora sua teoria polifônica da enunciação. Apesar de se basear na obra do linguista russo, ambos possuem características distintas no que concerne ao conceito de polifonia, visto que Ducrot (1984) aborda aspectos linguísticos com o intuito de analisar as diferentes vozes presentes no enunciado. Dessa forma, com o avanço dos estudos sobre os tipos de sujeitos presentes no discurso, Ducrot (1984) amplia o conceito de locutor, bem como a concepção de enunciadores. Sobre os estudos de Ducrot (1984) e a ampliação dos conceitos de locutor e de enunciador, Barbisan e Teixeira (2002) ressaltam que,

na concepção de 1984, o autor diz que as vozes veiculadas através da enunciação expressam pontos de vista que o locutor organiza para identificar-se com os mesmos ou para se opor a eles. [...] Os enunciadores são seres considerados como se expressando através da enunciação, sem que para tanto lhe sejam atribuídas palavras precisas. diz-se que eles falam, mas somente no sentido em que a enunciação expressa seu ponto de vista, sua posição, mas não, no sentido material (BARBISAN; TEIXEIRA, 2002, p. 168).

Ao analisar os enunciados numa perspectiva dialógica, Ducrot (1984) observa que, ao dar voz a enunciadores diversos, o locutor assume posicionamentos diferentes no que tange aos pontos de vista expostos no enunciado. Nesse sentido, Barbisan e Teixeira (2002, p. 170) afirmam que “há três posições possíveis: aquela em que o locutor se identifica com um dos enunciadores; [...] aquela em que ele o aprova; [...] finalmente aquela em que há oposição entre locutor e enunciador”. Desse modo, tais pontos, segundo Ducrot (1984), dependerão da intenção do locutor, que pode escolher reforçar seu posicionamento com base na enunciação do enunciador, ou mesmo “fazer ouvir uma voz que representa certo grupo ou classe social com a qual concorda” (BARBISAN; TEIXEIRA, 2002, p. 170).

Ainda é importante salientar que, ao conceber o sujeito no discurso, Authier-Revuz (2004) apresenta os conceitos de heterogeneidade mostrada e de heterogeneidade constitutiva. Para a autora, a heterogeneidade constitutiva é compreendida como aquela que não mostra o outro, pois é percebida no nível do interdiscurso e “não dependente de uma abordagem linguísti-

ca” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 21). Diferentemente, a heterogeneidade mostrada, na perspectiva da autora, apresenta de forma explícita a presença do discurso do outro no discurso do sujeito, ou seja, a voz do outro se faz presente no primeiro discurso. Assim, na heterogeneidade mostrada, “o locutor dá lugar explicitamente ao discurso de um outro em seu próprio discurso” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 12), seja de forma marcada, por meio do discurso direto, indireto, aspas, itálicos, glosa, entre outros; seja de forma não marcada, mas velada, por intermédio do discurso indireto livre, da ironia, das metáforas, da imitação, dos jogos de palavras, na qual as formas linguísticas não são facilmente identificadas, mas podem ser recuperadas.

Apesar de compreender, conforme nos mostra Authier-Revuz (2004), que a heterogeneidade mostrada pode se manifestar de diversas formas no discurso do locutor⁶, para fins da análise aqui proposta, nosso olhar volta-se para o que Bakhtin (1992) e Authier-Revuz (2004) chamam de discurso relatado, por intermédio do discurso direto e do discurso indireto presentes na composição das reportagens analisadas. Nesse contexto, Authier - Revuz (2004) expõe que,

No discurso indireto, o locutor se comporta como tradutor: fazendo uso de suas próprias palavras, ele remete a um outro como fonte do “sentido” dos propósitos que ele relata. No discurso direto, são as próprias palavras do outro que ocupam o tempo – ou o espaço – claramente recortado da citação da frase; o locutor se apresenta como simples “porta-voz”. Sob essas duas diferentes modalidades, o locutor *dá lugar* explicitamente ao discurso de um outro em seu próprio discurso (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 12).

Também é considerável apontar que a reportagem, na condição de gênero discursivo, é fortemente demarcada pela heterogeneidade mostrada, visto que uma de suas características é a presença de outras vozes no decorrer do texto. Desse modo, compreendido por Lage (1985, p. 46) como um texto que “não cuida da cobertura de um fato ou de uma série de fatos, mas do levantamento de um assunto conforme ângulo preestabelecido”, esse gênero é considerado pelo autor como autônomo. Além disso, Charaudeau (2009), no campo da linguística, também se dedicou ao estudo da reportagem e afirma que “a reportagem jornalística trata-se de um fenômeno social

⁶ Cabe destacar que neste estudo não se fez uma diferenciação entre os termos “locutor” e “sujeito” do discurso. Os termos aparecerão em diversos momentos com o mesmo sentido, daquele que produz/profere o discurso.

ou político, tentando explicá-lo” (CHARAUDEAU, 2009, p. 221). Tal fenômeno é percebido pelo pesquisador como uma série de eventos produzidos no/pelo espaço público, que geram o interesse da sociedade.

Uma das características desse gênero, conforme Faria e Zanchetta Jr. (2007), é o seu caráter objetivo, que aparece mesmo quando o assunto é exposto por um viés pessoal, já que geralmente a reportagem é assinada por um repórter. Logo, isso caracteriza o olhar específico desse profissional. Outro aspecto apontado pelos autores é a inserção de outras vozes no texto, a partir da heterogeneidade mostrada. Segundo Silva (2012, p. 194), essa inclusão permite que o texto seja visto como abordando o tema de uma forma global e que o jornalista se isente da apresentação dos fatos”. Tais questões possibilitam identificar outros discursos, para além do discurso do repórter, que contribuem para a produção de sentido do gênero retratado. Portanto, segundo Silva (2012, p. 194), é recorrente em textos que instanciam o gênero reportagem a utilização de discurso direto e indireto, com o intuito de marcar as outras vozes trazidas para o texto”.

O SILÊNCIO NO DISCURSO

Com o propósito de compreender os efeitos de sentido apreendidos da inscrição da voz do professor no discurso, ora por meio da institucionalização, ora pela presença do sujeito professor, ora por seu silenciamento, busca-se, neste momento, entender como o silêncio se inscreve no discurso e como este corrobora para a construção dos sentidos do discurso. Na obra “As formas do silêncio”, Orlandi (2007) discute os efeitos de sentido produzidos pelo silêncio no discurso. Segundo a autora, compreender tais sentidos significa

Compreender que o sentido não está (alocado) em lugar nenhum, mas se produz nas relações: dos sujeitos, dos sentidos, e isso só é possível, já que sujeito e sentido se constituem mutuamente, pela sua inscrição no jogo das múltiplas formações discursivas (que constituem as distintas regiões do dizível para os sujeitos) (ORLANDI, 2007, p. 20).

Essa produção de sentido do discurso, segundo a autora, passa pelo silêncio, visto que este não é ausente de significação. Orlandi (2007) explica ainda que para a assimilação de tais efeitos, faz-se importante também “compreender a necessidade da ideologia na constituição dos sentidos e

dos sujeitos” (ORLANDI, 2007, p. 21,22). Ademais, a autora afirma que “falar em “efeitos de sentido” é, pois, aceitar que se está sempre no jogo, na relação das diferentes formações discursivas, na relação entre diferentes sentidos” (ORLANDI, 2007, p. 21,22). Nessa compreensão dos efeitos do sentido, está o silêncio, que se coloca como o “não dito” presente na linguagem, ou seja, o “silêncio significante” (ORLANDI, 2007, p. 23).

Para uma análise do silêncio presente no discurso, Orlandi (2007) destaca os seguintes princípios: i) o silêncio significa, uma vez que podemos compreender seus sentidos; ii) o silêncio pode ser dividido em fundador e político, levando em consideração que o primeiro é aquele que possibilita as condições de significação e o segundo é o que define a divisão entre o dizer e o não dizer; iii) o silêncio não é ausência de palavras, visto que tais palavras se apresentam carregadas de silêncio e; iv) o silêncio e o implícito não são iguais, já que o implícito é um dos efeitos do silêncio.

Ao distinguir entre o “silêncio fundador”, aquele que revela o não dito e a “política do silêncio” (ORLANDI, 2007, p. 24), subdividida em silêncio constitutivo e o silêncio local, a autora destaca o silenciamento, próprio do silêncio constitutivo, e a censura, própria do silêncio local. Nosso foco neste estudo é observar os efeitos do silêncio constitutivo, o qual nos indica que, “para dizer é preciso não dizer (uma palavra apaga necessariamente as “outras” palavras)” (ORLANDI, 2007, p. 24). Ao voltar o olhar para a política do silêncio, observa-se que o sentido é produzido de um lugar, a partir da posição do sujeito, por meio de escolhas entre o dizer e o não dizer. Na nossa análise, o dito e o não dito se configuram nas escolhas de determinadas vozes em detrimento de outras.

Por fim, ao apresentar os efeitos do silêncio, a autora afirma que “a relação com o não dizer se abre para um espaço de recorrência de processos de significação muito mais complexos e que não estacionam apenas em um dizer que está à espera de explicitação (ORLANDI, 2007, p. 169). A linguista também completa que “com o silêncio, ultrapassa-se o sentido do não dito como aquilo que se pode dizer mas não é preciso, ou o não dito que exclui, para se atingir o funcionamento da significação” (ORLANDI, 2007, p. 170).

DEFINIÇÃO DO CORPUS DE ANÁLISE

Para a presente análise, foram selecionadas como *corpus* três reportagens de capa das revistas Veja, IstoÉ e Época. Tal escolha se deu depois

de observarmos o crescente aumento das discussões sobre o retorno às aulas presenciais durante a pandemia ao final de julho de 2020. Concomitantemente ao aumento da discussão nas mídias televisiva e digital, as revistas IstoÉ, Veja e Época trouxeram o tema como reportagem de capa de suas edições impressas nos meses de agosto e de setembro de 2020. A escolha desses veículos midiáticos foi feita por compreendermos a relevância dessas publicações no cenário brasileiro, já que todas possuem mais de vinte anos de circulação em todo o território nacional. Por uma questão de organização, cada reportagem será abordada, seguindo a ordem cronológica das publicações. Na sequência, serão apresentadas as análises desenvolvidas.

Inicialmente, é importante dizer que a edição nº 2641 da revista IstoÉ foi publicada, em 21 de agosto de 2020, e traz em sua capa o questionamento “Voltar ou não voltar às aulas?”. A reportagem de capa está localizada nas páginas 38 a 43, traz o título “O risco de uma catástrofe geracional” (VILADARGA, FERRARI, 2020, p. 38) e é assinada pelos repórteres Vicente Vilardaga e Mariana Ferrari.

A segunda reportagem analisada trata-se da edição nº 1158 da Revista Época, que foi publicada, em 21 de setembro de 2020, e traz em sua capa o título “Hora de Voltar”. A reportagem de capa está presente nas páginas 20 a 27, tem o título “Precisamos falar sobre educação” (CAMPBELL, LEÃO e ALFANO, p. 20) e é de autoria dos repórteres Ullisses Campbell, Ana Letícia Leão e Bruno Alfano.

Por fim, a edição nº 2705 da Revista Veja foi publicada, em 23 de setembro de 2020, e traz em sua capa o título “A vez das Escolas”. A reportagem de capa está inserida nas páginas 60 a 65, apresenta o título “A chance de não perder o ano” (FERRAZ, SAMPAIO e GESTEIRA, 2020, p. 60 e 61) e é assinada pelos repórteres Ricardo Ferraz, Jana Sampaio e Thaís Gesteira, com a colaboração de Matheus Deccache, Amanda Péchy, Paula Pacheco e Vinícius Novelli. Os dados acima apresentados estão sintetizados no quadro a seguir.

Quadro 1: Reportagens de Capa

Revista	Edição	Publicação	Título	Páginas
IstoÉ	2.641	21/08/2020	Voltar ou não voltar às aulas?	38 a 43
Época	1.158	21/09/2020	Hora de Voltar	20 a 27
Veja	2.705	23/09/2020	A vez das escolas	60 a 65

Fonte: Próprias autoras

ANÁLISE

A proposta deste artigo, como explicitada, é compreender como a voz do professor se inscreve, entre outras vozes, no debate presente nas reportagens selecionadas, no que concerne ao retorno às aulas presenciais no contexto de pandemia. Para tanto, por uma questão metodológica, optou-se, primeiramente, por identificar as vozes presentes em cada uma das reportagens selecionadas. Em seguida, foi feita uma análise de como a voz do professor se faz presente nos discursos relatados e, por fim, foi realizada uma discussão sobre os efeitos do silenciamento/apagamento da voz do professor e sobre os efeitos de sentido produzidos pelas escolhas/ou não de tais vozes. Na tabela 1, a seguir, estão sintetizados o quantitativo de vozes e ocorrências de discurso encontrados.

Tabela 1: Quantitativo de vozes e ocorrências de discurso

Revista	Sujeitos/Vozes	Ocorrências de Discurso Direto e Indireto
IstoÉ	8	22
Época	12	19
Veja	15	21

Fonte: Próprias autoras

AS VOZES REPRESENTADAS

É importante salientar que a reportagem da revista IstoÉ, assinada por Vilar daga e Ferrari (2020), defende a não retomada das aulas presenciais, apesar de apresentarem o questionamento “Voltar ou não voltar?” na chamada de capa. A publicação inicia-se com o trecho “Não, ainda não é hora de voltar às aulas. O risco de contágio pelo coronavírus continua altíssimo” (VILARDAGA e FERRARI, 2020, p. 39), e as escolhas de outras vozes discursivas ao longo do texto contribuem para a defesa do ponto de vista exposto pela revista. Durante a matéria, podemos observar a presença de vinte e duas ocorrências da heterogeneidade mostrada, por meio de oito vozes/sujeitos diferentes, marcadas pelo discurso direto ou indireto, que contribuem para a defesa do não retorno às aulas presenciais. O discurso citado varia

entre o discurso direto, por meio de marcas linguísticas, como as aspas, e o discurso indireto, bem como os sujeitos que contribuem para a construção do discurso, variam entre representantes das áreas governamental, médica, educacional, como os pais e os alunos.

A primeira voz apresentada pela reportagem é do secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Antônio Guterres, ora por meio do discurso direto, ora pelo discurso indireto. Essas vozes podem ser observadas nas citações a seguir.

[...] o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Antônio Guterres, disse que o mundo está diante de uma “catástrofe geracional” por causa da interrupção ou da precarização das aulas em todo o mundo.

[...] Segundo Guterres, até meados de julho, as escolas estavam fechadas em 160 países, afetando diretamente mais de 1 bilhão de estudantes.

Agora encaramos uma catástrofe geracional que pode desperdiçar incontável potencial humano, prejudicar décadas de progresso e exacerbar desigualdades entrincheiradas”, disse o secretário-geral da ONU. (VILARDAGA e FERRARI, 2020, p. 41).

Nos três discursos expostos acima, podemos observar a presença de marcas linguísticas responsáveis por demarcar as citações, como a presença das *aspas* no terceiro trecho e as expressões “*disse que*” e “*Segundo Guterres*”. Tais demarcações revelam que “a enunciação do narrador, tendo integrado na sua composição uma outra enunciação, elabora regras sintáticas, estilísticas e composicionais para assimilá-la, parcialmente, para associá-la à sua própria unidade sintática, estilística e composicional” (BAKHTIN, 1992, p. 145). Observa-se ainda que os repórteres utilizam a expressão “catástrofe geracional”, proferida pelo secretário, para compor parte do título da reportagem. Esse uso configura uma apropriação da voz do outro na constituição do discurso dos repórteres.

Ao analisarmos o discurso de Antônio Guterres, que foi destacado acima, faz-se necessário observar a escolha das palavras e expressões com o objetivo de compreender o dito e o não dito. Ao proferir que o mundo está diante de uma catástrofe geracional decorrente da interrupção ou da precarização das aulas em todo o mundo, é possível perceber a preocupação do secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU) com a educação de forma geral, em todos os países do mundo, que foi interrompida como forma de evitar a contaminação com o novo coronavírus. Nesse mesmo

contexto, sua fala é reforçada a partir da exposição de que mais de 1 bilhão de estudantes estão sendo afetados diretamente.

Por outro lado, o ponto mais relevante da fala do secretário está em colocar em situação de igualdade a educação e os estudantes de todos os países, como se todos vivenciassem a mesma realidade, antes e durante a pandemia. Em países subdesenvolvidos, em especial no Brasil, a educação precarizada e sucateada já é vivenciada antes mesmo da pandemia. Ao afirmar que tal situação irá “prejudicar décadas de progresso e exacerbar desigualdades entrincheiradas”, faz-se necessário pontuar, mais uma vez, que o progresso sempre esteve presente nos países ricos e que, por isso, as desigualdades mundiais não são consequência apenas da pandemia.

A segunda voz veiculada no discurso da reportagem representa a área médica, na pessoa do infectologista, Leonardo Weissmann, do hospital Emílio Ribas. Nas frases proferidas pelo médico Leonardo Weissmann, os repórteres optaram apenas pelo uso do discurso direto com a utilização das aspas. De todas as vozes selecionadas por Vilaridaga e Ferrari (2020), a área médica é representada apenas por um sujeito, já que são observadas apenas duas ocorrências do discurso direto. Desse modo, isso nos leva a subentender que tal escolha se deu apenas para confirmar, como afirma o médico, que a pandemia ainda está fora de controle. Além disso, esse uso apresenta a necessidade de se discutir o retorno às aulas presenciais com o respaldo da área médica.

Ao observarmos a fala do médico, é importante destacar que, para ele, o grande desafio é “fazer com que as crianças respeitem as regras durante todo o tempo” (VILARDAGA; FERRARI, 2020, p. 42). Em nenhum momento, o profissional faz qualquer observação dos desafios que os professores enfrentarão nos aspectos profissional, comportamental ou de saúde. Portanto, percebe-se uma intencionalidade no olhar para apenas um dos lados envolvidos nessa questão, que são os discentes, especialmente as crianças.

As três vozes representantes da área educacional são da conselheira do Conselho de Gestão de Educação do governo de São Paulo Raquel Teixeira, da educadora Maria Helena Castro, membro do Conselho Nacional de Educação (CNE) e presidente da Associação Brasileira de Avaliação Educacional (Abave), e o professor catedrático da USP Mozart Neves. Todos eles se posicionam preocupados com os efeitos da pandemia para a educação e para o desempenho dos alunos. Ademais, observam a herança da pandemia para a educação, porém com muita cautela quanto ao retorno das aulas presenciais.

Todos os discursos citados que representam a área educacional reforçam a ideia do cuidado com o retorno às aulas presenciais e com os efeitos

da pandemia para a educação. Dessa forma, reforça-se a perspectiva da “catástrofe geracional” apresentada pelos autores desde o início da reportagem.

Em um primeiro momento, é importante destacar a escolha das vozes da área educacional. Há apenas um único professor ouvido, Mozart Neves, como já citado acima, professor catedrático da USP. Desse modo, observa-se a ausência da voz do docente da educação básica, aquele que, nas situações de retorno às aulas presenciais, será o responsável por atender a grande maioria do alunado brasileiro, por contribuir com as estratégias para minimizar os efeitos da pandemia no aprendizado do aluno e por ajudar a garantir as regras de distanciamento social impostas pela área médica. É importante ressaltar que a fala da educadora Maria Helena Castro também aponta para uma preocupação com os alunos, em especial, com a evasão no ensino médio e com os estudantes mais vulneráveis. No entanto, mais uma vez, não é percebida a mesma preocupação com os profissionais de educação.

No que se refere à instância familiar, a reportagem traz a voz de pais e de alunos que vivenciam a experiência com o ensino remoto. Essas vozes são representadas pelos pais Paulo Curio, diretor executivo do aplicativo *IFood*, e Juliana Portella, mãe do estudante de 15 anos, Rodrigo Portella, estudante também ouvido pela publicação. Ambos os pais e o aluno Rodrigo Portella avaliam as dificuldades do ensino remoto e os impactos da pandemia para o aprendizado dos estudantes, porém os responsáveis pelos discentes apresentam ainda apreensão quanto ao retorno às aulas presenciais.

Após a fala dos pais, é importante destacar o seguinte trecho da reportagem, representada pela voz da revista.

Ainda que o quadro de enorme desigualdade educacional que existe no Brasil tenda a se agravar e o risco de uma catástrofe seja real, a experiência da pandemia contribuiu para transformar a escola, num movimento sem volta. Silenciosamente, a educação está sendo reinventada (VILARDAGA e FERRARI, 2020, p. 43).

Ao dizer que a educação, pela experiência da pandemia, está sendo reinventada, as autoras da reportagem reforçam a proposta de que a escola e o aprendizado acontecem de forma independente, sem a necessidade da presença do professor. Isso é explicado pelo fato de esses profissionais não terem sido escolhidos para participar da matéria e serem desconsiderados por todas as vozes apresentadas.

Ao final da reportagem, há um quadro que destaca os quatro lados do futuro incerto da educação, representados pelos pais, alunos, professores e infectologistas, respectivamente. No que se refere ao espaço destinado ao docente, há um resumo generalizado dos diversos enfrentamentos vivencia-

dos por esses profissionais. Assim, cabe salientar que não há qualquer diferenciação das realidades desses professores, que atuam em escolas pública ou privada, ou nos níveis infantil, fundamental, médio ou universitário.

Na revista *Época*, Campbell, Leão e Alfano (2020) apresentam em seus discursos a necessidade de se discutir a educação e posicionam-se abertamente ao debate sobre o retorno ou não das aulas presenciais. Apesar de apresentar na capa a expressão “Hora de voltar”, o título da reportagem “Precisamos falar sobre educação” aponta para a abertura do diálogo e indica que até o presente momento essa temática não foi exposta como uma discussão necessária. A reportagem propõe-se a apresentar os dois lados da discussão, “os que defendem o adiamento, por acreditarem que a retomada é obrigatoriamente sinônimo de aumento do contágio e os que querem uma volta total, para estancar os enormes prejuízos educacionais” (CAMPBELL, LEÃO e ALFANO, 2020, p. 22). No início da reportagem, os autores apresentam diversos sujeitos que se inscrevem na discussão sobre a hora de retornar às escolas. Eles afirmam que

Passados seis meses desde a suspensão das aulas em todo o Brasil por causa da pandemia do novo coronavírus, *pais, alunos, professores, governos estaduais e municipais, especialistas em educação, médicos* e, em alguns casos, até *juízes* se perguntam se é hora de voltar às escolas e como esse processo deve se dar (grifo nosso) (CAMPBELL, LEÃO e ALFANO, 2020, p. 21).

Na reportagem, podemos observar 19 ocorrências da heterogeneidade mostrada, por meio de 12 vozes/sujeitos diferentes, marcadas pelo discurso direto ou indireto, que reforçam a discussão sobre voltar ou não às escolas. O discurso citado utiliza tanto o discurso direto quanto o discurso indireto. O primeiro se dá a partir do uso de marcas linguísticas como as aspas. Entretanto, o discurso indireto e a grande maioria dos sujeitos do discurso relatado podem ser observados por meio de instituições e organizações governamentais responsáveis pela organização da educação no país.

As vozes da área educacional escolhidas pelos autores são: a presidente da ONG “Todos pela Educação” Priscila Cruz, os secretários estaduais de educação, dos estados de Manaus e São Paulo, Luis Fabian Pereira e Rossieli Soares, respectivamente, a presidente do Sindicato dos Professores do Estado de Manaus Ana Cristina Pereira Rodrigues, a fundadora do “Vozes da Educação” Carolina Campos, e o fundador da ONG “Impulso” João Abreu. Na escolha desses discursos, há uma oposição entre aqueles que defendem o retorno às escolas e os que não acham correto regressar neste momento.

Tais variações podem ser observadas nas falas do secretário de educação de Manaus Luis Fabian Pereira e da presidente do Sindicato dos Professores Ana Cristina Pereira Rodrigues, que foram expostas a seguir:

Pelas contas do sindicato dos professores, que faz campanha contra a volta às aulas presenciais, somente 30% dos alunos têm frequentado as escolas. Já a Secretaria de Educação afirma que o percentual é de 70% (CAMPBELL, LEÃO e ALFANO, 2020, p. 24).

Porém, ao analisar as vozes dos profissionais da área educacional, observa-se que a voz do professor é inserida de uma forma institucionalizada, representada por funcionários da secretaria de educação, dos sindicatos e por Organizações da Sociedade Civil (OSC) relacionadas ao ensino. Logo, em nenhum momento, observamos o sujeito professor da educação básica relatando sua experiência com o retorno às aulas ou expressando sua opinião quanto à discussão proposta pela reportagem.

Nesse sentido, é importante destacar alguns trechos, a fim de observarmos os principais pontos de cada fala. Priscila Cruz, presidente da ONG “Todos pela Educação”, apesar de não abordar o ponto de vista dos profissionais da educação, apresenta sua preocupação com a questão política, pelo calendário eleitoral, uma vez que há uma apreensão por parte dos candidatos em desagradar o eleitorado com as suas decisões. Para além da situação da pandemia, ela aponta para uma realidade brasileira que, de maneira direta, tem determinado a educação brasileira. Dessa forma, é possível observar que mais do que um projeto social de desenvolvimento, a educação brasileira, desde o governo Bolsonaro, vem sofrendo ataques e cortes de verbas. Dessa forma, há uma inviabilização de pesquisas, decorrente da diminuição de bolsas de pesquisas por todo o país.

Assim, observa-se o descaso do atual governo com a educação brasileira, já que, durante a gestão atual, houve três ministros diferentes à frente do Ministério da Educação. Além disso, em um determinado momento, entre final de junho e início de julho de 2020, tal ministério ficou sem representação. Isso reflete a falta de preparação e de coordenação de ações da pasta para o enfrentamento da Covid-19 nas escolas de todo Brasil. Além disso, no atual cenário pandêmico, até a finalização deste artigo, não foi cogitada a vacinação de professores, na maioria dos estados brasileiros, apesar de muitas escolas privadas estarem voltando às aulas presenciais de forma escalonada, por meio de rodízio entre os alunos, com o intuito de não lotarem as salas de aula.

Também é possível perceber duas falas contrárias no que se refere ao percentual de alunos que têm frequentado as aulas presenciais em Manaus. Nesse sentido, cabe dizer que o sindicato dos professores afirma que apenas 30% dos alunos estão presentes, em contrapartida a Secretaria de Educação relata que são 70%. Tal contradição também reafirma que as medidas defendidas pelo governo do Estado não estão sendo tomadas de forma organizada e criteriosa e apontam para um descaso com a questão.

A reportagem traz ainda sujeitos ligados à área econômica, nas vozes de Ricardo Henrique, superintendente executivo do “Instituto Unibanco” João Pedro Azevedo, economista líder da área de educação do Banco Mundial, e da presidente do Instituto “Questão de Ciência” Natália Pasternak. Para representar a área médica, as vozes que aparecem são a da professora do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Lígia Bahia, e a da pneumologista da Fiocruz Patrícia Canto.

Nas escolhas entre o discurso direto e o indireto, observamos a opção pelo primeiro, já que a grande maioria, totalizando 13 ocorrências, foram marcadas pelo uso de aspas. Assim, podemos entender, segundo Authier-Revuz (2004), que a escolha da heterogeneidade mostrada, por meio do discurso direto, permite-nos perceber que há um distanciamento do sujeito-falante de parte de seu discurso, uma vez que os autores não se posicionam a favor ou contra o retorno às aulas e trazem vozes que defendem ambas as posições. Nesse sentido, segundo Authier-Revuz (2004),

o discurso direto é uma forma [...] particularmente clara do distanciamento; o locutor-relator ali se representa como sendo, na parte citada, somente a “voz” que *pronuncia* palavras, dependendo, realmente, de um outro ato de enunciação – outro par de interlocutores, outro tempo, etc. (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 70).

Ainda segundo a autora, faz-se necessário questionar o posicionamento do locutor, que se coloca exteriormente fora do discurso por meio do discurso direto. Por mais que os autores da reportagem se posicionem exteriores à discussão, “é irredutível à *divisão* que o constitui e que constitui também sua fala” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 70).

No que se refere às vozes que representam a área econômica, é interessante observar que elas têm muito mais espaço na reportagem do que outros sujeitos envolvidos na educação. Portanto, ao analisar os discursos, observamos a apresentação de dados que revelam uma preocupação focada apenas na perda da circulação de dinheiro.

Na reportagem veiculada pela revista *Veja*, Ferraz, Sampaio e Gesteira (2020) defendem a retomada das aulas presenciais. Assim, podemos depreender que a chamada da capa “A vez das escolas” revela que, depois da reabertura de shoppings, bares, restaurantes e do comércio em geral, chegou a hora de as escolas retomarem às aulas presenciais. Essa perspectiva é reforçada pelo título da reportagem “A chance de não perder o ano” (FERRAZ, SAMPAIO e GESTEIRA, 2020, p. 60,61) e pela introdução apresentada pelos autores, que afirmam que “com os cuidados sanitários necessários garantidos, já está na hora de as escolas brasileiras tocarem a campainha e comecem a aula” (FERRAZ, SAMPAIO e GESTEIRA, 2020, p. 61). Desse modo, pode-se inferir, por essa afirmação, que a única forma de não perder o ano, como é afirmado no título, será a partir da retomada das aulas.

Também é importante ressaltar que foi possível observar 21 ocorrências da heterogeneidade mostrada, mediante 15 vozes/sujeitos diferentes. Elas foram inscritas com o uso de discurso direto ou indireto, que reforçam a opinião da revista sobre a necessidade do retorno às escolas. Da mesma forma que, nas outras reportagens analisadas, o discurso citado varia entre o discurso direto, por intermédio de marcas linguísticas como as aspas, e o uso do discurso indireto. A maioria dos sujeitos do discurso relatado são da instância familiar, na voz de mães de alunos e dos próprios alunos, que reafirmam a ansiedade pelo retorno. Os demais sujeitos apresentados dividem-se entre as vozes institucionais das escolas particulares, das associações de professores, da Organização Mundial de Saúde (OMS), da Unicef, bem como das vozes de indivíduos representantes das áreas médica e educacional.

Enquanto as reportagens das revistas *IstoÉ* e *Época* nomeiam os sujeitos do discurso relatado e evidenciam o nome de pessoas representantes de diversas áreas da sociedade, em alguns momentos, a revista *Veja* institucionaliza tais vozes. Logo, essa publicação não dá um nome ao discurso citado, o que é observado na citação indireta das vozes das escolas particulares, da associação de professores e de órgãos governamentais, conforme trechos a seguir.

Veja consultou 120 escolas particulares do país, a maioria absoluta – 77% – disse que só aguarda a liberação das autoridades para abrir as portas.

Algumas associações de professores também resistem à volta, alegando questões de segurança. (FERRAZ, SAMPAIO e GESTEIRA, 2020, p. 61).

[...] tanto a Organização Mundial de Saúde quanto o Unicef [...] recomendam que as escolas sejam reabertas até antes das demais atividades (FERRAZ, SAMPAIO e GESTEIRA, 2020, p. 62).

Todas as vozes da instância familiar selecionadas para a produção da reportagem defendem a volta às escolas, o que reforça a convicção dos autores sobre o retorno das aulas particulares, como apresentado no trecho a seguir.

A empresária Sania Dornelas, 42 anos, mãe de Lorena, 9, de Brasília afirma que: “Por mais que minha filha se esforce, ela não tem maturidade. Desaprendeu até a tabuada. Eu tento ajudar como posso. Os portões precisam reabrir”, diz (FERRAZ, SAMPAIO e GESTEIRA, 2020, p. 62).

Acresce dizer que, na medida em que, nas revistas IstoÉ e Época, a voz do educador é apresentada de forma institucionalizada, mediante as vozes das secretarias de educação, de sindicatos e de OSC da área educacional, a revista Veja é a única que nomeia a voz do docente. Essa nomeação é feita pela apresentação do discurso do professor de física Raphael Barbosa, por meio do discurso direto. Logo após apresentar as medidas tomadas pelo educador, durante a pandemia, a reportagem destaca as impressões do docente sobre tais questões. A fala de Barbosa pode ser observada a seguir.

Entusiasta do ensino digital, o professor de física Raphael Barbosa, 35 anos, do Colégio pH, do Rio, investiu 500 reais em equipamentos e montou um ministúdio em casa para ensinar a distância. “Sei que a física não é a matéria preferida deles e me esforcei para tornar o conteúdo aprazível e interessante. Acho que consegui”, diz. [...] (Raphael) passou a devorar canais de educação na internet para assimilar o idioma das redes: “hoje, consigo oferecer um bom material”, avalia (FERRAZ, SAMPAIO e GESTEIRA, 2020, p. 63).

De acordo com Authier-Revuz (2004, p. 74), “através dessas marcas, *designando o outro localizadamente*, o sujeito empenha-se em *fortalecer o estatuto do um*”. Isso pode ser observado no trecho que apresenta a voz do professor, pois a escolha do discurso relatado do educador serve para reforçar a opinião primeira da necessidade de reabrir as escolas e corrobora a defesa de que a reabertura, por meio de um ensino híbrido, pode dar certo. Por mais que haja uma tentativa e da revista de apresentar a voz do sujeito docente no discurso citado, tal escolha não representa plenamente o sujeito professor de educação básica, pois, segundo o INEP (2009, p. 25), “na caracterização

geral dos professores da educação básica, [...] apenas 16,4% dos professores atuam exclusivamente na rede privada”. Assim, a voz do educador Raphael Barbosa, mesmo se configurando como a voz do sujeito professor, não o representa em sua completude.

Ao analisarmos as configurações de heterogeneidade mostrada, por intermédio do discurso direto e do discurso indireto que se inserem nas reportagens analisadas, observa-se que a voz do professor se inscreve, na maioria das vezes, de forma institucionalizada, mediante instituições que nem sempre o representam. Dessarte, segundo Authier-Revuz (2004, p. 74), “estudar a maneira pela qual funcionam as formas da heterogeneidade mostrada nos diversos tipos de discurso é dar-se acesso a um aspecto da representação que o locutor dá de sua enunciação”.

Segundo Orlandi (2007, p. 73), “a política do silêncio se define pelo fato de que, ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada”, o que é observado nas escolhas das vozes presentes nas reportagens. Ao escolher citar o discurso de médicos, pais, secretários de educação ou especialistas de diversas áreas, as revistas *IstoÉ* e *Época* silenciam a voz do professor. Isso é feito pela institucionalização dessas vozes, que não representam claramente tal sujeito. Ainda, convém pontuar que a revista *Veja*, ao escolher dar voz ao educador, por meio de um profissional da rede particular, não representa esse sujeito em sua totalidade e traz, na voz do professor Raphael, uma realidade bem diferente daquela vivida pelo docente educação básica e daqueles da rede pública.

Logo, podemos inferir que o discurso do docente de educação básica é o sentido possível, mas indesejável, conforme afirma Orlandi (2007), visto que essa voz é silenciada ou institucionalizada. Nessa perspectiva, podemos afirmar, conforme Orlandi (2007, p. 73), que “se diz “x” para não (deixar) dizer “y”, este sendo o sentido a se descartar do dito”. Desse modo, compreende-se que se escolhem determinadas vozes (x), em prejuízo de outras vozes (y), na tentativa de apagar os sentidos que se quer evitar. No caso analisado, há esse apagamento do dizer dos professores de educação básica, que estão envolvidos e interessados na discussão sobre o retorno às aulas presenciais.

Segundo Orlandi (2007, p. 29), “o silêncio pode ser considerado tanto parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência)”. Portanto, pode-se inferir que, nas reportagens analisadas, a ausência da voz do professor, nas escolhas do discurso citado, significa uma tentativa de apagar esse sujeito do debate proposto. Tal tentativa pode ser entendida como um reforço da não valorização

do professor, discurso que é propagado constantemente na sociedade brasileira. Dessa maneira, ao compreendermos a imagem docente que circula socialmente, entendemos que ela é construída, ao longo de processos de construção de significados, por meio do discurso. Assim, essa imagem de um sujeito que não precisa ser ouvido ou que não tem o que falar é reforçada nas escolhas das vozes do discurso, as quais compõem as reportagens das três revistas analisadas.

CONCLUSÃO

Conforme a análise aqui proposta, observa-se que o silenciamento do sujeito professor está presente nas reportagens sobre o retorno às aulas presenciais das revistas IstoÉ, Época e Veja. Segundo Bakhtin (1992, p. 153), “é importante levar sempre em conta a posição que um discurso a ser citado ocupa na hierarquia social de valores”. Dessa forma, um dos sentidos que podemos apreender é que, ao silenciar o sujeito professor ou mesmo institucionalizar sua voz, as revistas, mediante a voz de seus repórteres, afirmam, mesmo de forma implícita, que o discurso do sujeito professor é desvalorizado e irrelevante para as discussões propostas.

Segundo Authier-Revuz (2004, p. 14), a heterogeneidade mostrada “se insere no fio do discurso como marcas de uma atividade de *controle-regulação do processo de comunicação*”. Isso nos leva a deduzir que há uma tentativa de controle dos discursos propostos pelos repórteres, uma vez que estes não consideram em seus discursos as falas dos professores da educação básica.

Longe de finalizar a discussão desta temática, a análise aqui proposta desperta várias inquietações e abre inúmeras possibilidades de novas pesquisas sobre o silenciamento dos sujeitos no que tange à heterogeneidade discursiva. Desse modo, ao compreendermos que o discurso é dialógico e perpassado por uma heterogeneidade marcada pelo discurso do outro, reforça-se a necessidade de analisar os discursos que emergem sobre a temática educacional, nesse contexto de pandemia, bem como as diversas vozes que se mostram presentes nessa conjuntura.

Por fim, no que diz respeito à discussão sobre a voz do professor, vale destacar ainda que, no silenciamento, se produz “um recorte entre o que se diz e o que não se diz” (ORLANDI, 2007, p. 73) e, perpassando tal recorte, “proíbem-se certas palavras para se proibirem certos sentidos” (ORLANDI, 2007, p. 76). Portanto, fazem-se necessárias outras análises que consideram o silêncio como um produtor de efeitos de sentido.

REFERÊNCIAS

- AUTHIER-REVUZ, J. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Apresentação Marlene Teixeira; revisão técnica da tradução: Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre. EDIPUCRS, 2004.
- BARBISAN, L.B.; TEIXEIRA, M. Polifonia: origem e evolução do conceito de Oswald Ducrot. In.: *Organon*, Porto Alegre, v. 16, n. 32/33, p. 161-180, 2002.
- BAKHTIN, M. (V.N. VOLOCHINOV). *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira com a colaboração de Lúcia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. 2. ed. rev. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- BRASIL. INEP. *Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007* / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. – Brasília: Inep, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. *MEDIDA PROVISÓRIA Nº 934 / 2020*. Brasília: Diário Oficial da União, 1 de abril de 2020. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.
- CAMPBELL, U.; LEÃO, A.L.; ALFANO, B. Precisamos falar sobre educação. In: *Revista Época*. nº 1158, p. 20-27, de 21 de agosto de 2020.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2009.
- DUCROT, O. *O Dizer e o Dito*. Campinas, São Paulo. Pontes, 1984. p. 161-218.
- FARIA, M. A.; ZANCHETTA JR., J. *Para ler e fazer o jornal na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2007.
- FERRAZ, R.; SAMPAIO, J.; GESTEIRA, T. A chance de não perder o ano. In: *Revista Veja*. ano 53, nº 39, edição 2705, Editora Abril. p. 60-65, de 23 de setembro de 2020.
- FIORIN, J. L. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2006.
- LAGE, N. *Estrutura da notícia*. São Paulo: Ática, 1985.
- MAINGUENEAU, D. *Análise de Textos de Comunicação*. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- ORLANDI, E. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6º ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009. 100p.

SILVA, T. S. O gênero discursivo reportagem de revista: um estudo de suas características e análise de exemplares da revista IstoÉ. In: *Soletras, Revista*. n° 23. p. 191-206, jan-jun. 2012.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *O retorno às aulas presenciais no contexto da pandemia da Covid-19*. Nota técnica – maio, 2020.

VILARGADA, V.; FERRARI, M. O risco de uma catástrofe geracional. In: *Revista IstoÉ*. Ano 43, n° 2641, p. 38-43, de 21 de agosto de 2020.

O LUGAR E A FUNÇÃO SOCIAL DA BIBLIOTECA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS EM TEMPOS DE PANDEMIA

FRANCILENE RAMOS LOURENÇO SOARES¹

FABIANA PÉS DO NASCIMENTO²

WEBERT JÚNIO ARAÚJO³

Resumo: Nossa intenção é relatar nossa experiência durante a pandemia na função de servidores lotados na biblioteca do campus Contagem do CEFET-MG. Temos por objetivo, também, discutir o lugar e a função social da biblioteca, apontando os desafios que estão sendo colocados neste período, visto que este é um espaço essencialmente de convivência e de acesso à informação. Para tanto, problematizamos o contexto em que estamos inseridos (pandemia, educação, isolamento social), relacionando-o com os discursos políticos que o tangencia. Assim, neste trabalho de natureza qualitativa, apresentamos, como *corpus* de análise, o pronunciamento do presidente Jair Bolsonaro no início da pandemia no Brasil, uma vez que esse discurso influenciou muitas ações que têm impactado diretamente a educação e, consequentemente, a nossa atuação no âmbito da biblioteca. No percurso metodológico, para coleta dos dados, recorremos à pesquisa bibliográfica, e para análise e interpretação dos dados, adotamos os procedimentos e princípios da Análise do Discurso de linha francesa. Assim, entendemos que o primeiro discurso presidencial contribuiu para, ao negar e/ou minimizar os efeitos devastadores do vírus, termos problemas com a aquisição dos insumos para a vacina, dificultando, com isso, a vacinação bem como o correto isolamento social pela população. Como consequência, nossas ações, na condição de servidores da educação na biblioteca, foram sendo realizadas dentro de um contexto incerto, no entanto, sem perder o foco da sua importância para a comunidade a qual atende.

Palavras-chave: Biblioteca. Pandemia da Covid-19. Análise do Discurso.

Abstract: This study's purpose is to report on our experiences as workers in the CEFET-MG Library during the pandemic, contextualizing the Library in this scenario. We aim to discuss the Library's place and social function, pointing out the challenges that are being posed in this period, since this is essentially a space for coexistence and access to information. Therefore, we problematize the context in which we are inserted (pandemic, education, social isolation), relating it to the political discourses that touch it. Thus, in this qualitative work, we have as a corpus of analysis, the statement of President Jair Bolsonaro at the beginning of the Pandemic in Brazil, since this speech influenced many actions that directly impacted education, and consequently our performance within the scope of the Library. In the methodological path, for data collection, we used bibliographic research, and for data analysis and interpretation, we adopted the procedures and principles of French discourse analysis. Thus, we understand that the first presidential speech contributed to, by denying and / or minimizing the virus, having problems with the acquisition of inputs for the vaccine and, hampering vaccination as well as the correct social isolation by the population. As a consequence, our actions as workers of education in the Library were carried out within an uncertain context, however, without losing the focus of its importance for the community it serves.

Keywords: Library. Covid-19 Pandemic. Discourse Analysis.

¹ Mestre em Educação pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Auxiliar de Biblioteca no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - Unidade Contagem (Cefet-MG). E-mail: franrls@cefetmg.br

² Mestre em Educação Profissional pelo Profept. Bibliotecária no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - Unidade Contagem (Cefet-MG). e-mail: fabipes@cefetmg.br.

³ Doutor em Gestão e Organização do Conhecimento pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bibliotecário no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - Unidade Contagem (Cefet-MG). e-mail: webert@cefetmg.br.

INTRODUÇÃO

A pandemia ocasionada pelo novo Coronavírus modificou a compreensão do espaço e de tempo. Aprendemos novas formas de comunicar, de viver e de socializar. As desigualdades sociais tornaram-se mais aparentes, e nesse contexto, a educação tornou-se objeto de discussão. O ensino passou a lidar com novos desafios. Entre eles, ficam evidentes as tomadas de decisões dos gestores públicos da educação, as políticas de acesso e de permanência na escola, as novas metodologias de ensino e de aprendizagem e os desafios enfrentados na utilização e na aquisição dos recursos tecnológicos pelos diversos atores sociais envolvidos.

Diante do isolamento social e demais obstáculos impostos pela pandemia, os profissionais da biblioteca tiveram que (re)pensar suas ações e criar possibilidades para que seu lugar e sua função social não se perdessem, além de tentar evitar que os usuários ficassem prejudicados sem acesso a conteúdos informacionais.

Neste estudo, optamos por adjetivar a biblioteca em que trabalhamos como Biblioteca Escolar, pelo fato de ela atender alunos do ensino médio profissional e Biblioteca Universitária, por ser parte constituinte de uma instituição de ensino superior, com acervo e espaço que atendem usuários dos cursos de graduação e de pós-graduação, além de pesquisadores da instituição.

Se, por um lado, o contexto da pandemia exigia cautela e cuidado para com os brasileiros; por outro, assistiu-se ao descaso do Estado Brasileiro para com a população, pois houve críticas, por parte do governo federal, ao isolamento social e às medidas mais duras de contenção do vírus. Isso nos provocou a refletir sobre as narrativas que surgiram em torno da pandemia e analisar como alguns discursos influenciaram os caminhos da educação nesse período. Esses discursos podem ser “nocivos”, visto que nunca são neutros, ao contrário, são carregados de sentidos e de intencionalidades. Assim, neste trabalho, optamos por analisar o discurso do presidente Jair Bolsonaro sobre o Coronavírus no início da pandemia no Brasil. Para tanto, selecionamos, como *corpus* de análise, um pronunciamento oficial do presidente, em março de 2020.

Para realização deste trabalho, de natureza qualitativa, recorreremos à pesquisa bibliográfica e aos princípios da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, com o entendimento de que a contribuição da AD permite-nos ter uma relação menos ingênua com a linguagem (ORLANDI, 2009). Os embasamentos teórico e metodológico dialogam com autores que discutem

a Análise do Discurso, a função social da biblioteca e a educação em tempos de pandemia. Entre eles podemos citar: Bernardino e Suaiden (2011), Caregnato e Mutti (2006), Milanesi (1983), Orlandi (2009), Santos e Fossá (2020), Tanus e Sánchez-Tarragó (2020), Vicentini et al (2007) e outros.

BIBLIOTECA: UM LUGAR EM MOVIMENTO

Milanesi (1983), em seu livro intitulado “O que é Biblioteca”, faz importantes considerações a respeito do papel social das bibliotecas. Apesar das críticas que o autor tece em razão à maneira como são tratadas as bibliotecas brasileiras (precariedade da estrutura física, do acervo, e ausência de profissionais), ele ressalta que “são setores valorizados pela sociedade, haja vista a existência de inúmeras pequenas bibliotecas populares espalhadas pelas cidades” (MILANESI, 1983, p. 37), bem como as bibliotecas públicas, que, para Bernardino e Suaiden (2011, p. 31), “são espaços de cultura, acesso e disponibilidade da informação e do conhecimento para quaisquer cidadãos”.

Milanesi (1983) destaca a importância da biblioteca dentro das instituições escolares, uma vez que, para o estudioso, “não é possível ter desenvolvimento sustentável na sociedade sem um “embasamento sólido do sistema escolar” (1983, p. 23). Nesse sentido, a biblioteca é um setor chave, uma vez que é um espaço democrático de disseminação da informação.

Outro ponto considerado relevante por Milanesi (1983) é a presença indispensável do bibliotecário neste setor, visto que este profissional, ao manter a organização e a atualização do acervo, consegue oferecer aos usuários uma diversidade de materiais que abordam, por exemplo, um mesmo tema sob óticas e suportes diferentes; evitando-se, assim, o adestramento dos pesquisadores, isto é, o usuário, de posse de um tema sob pontos de vista distintos, poderá elaborar seu próprio conhecimento, ou tirar suas próprias conclusões. Além disso, a biblioteca é espaço de pesquisa não apenas dos futuros cientistas, escritores, estudiosos, políticos e outros, mas é principalmente local de estudo de profissionais que já atuam no mundo do trabalho e, nesse sentido, importante espaço social para o desenvolvimento de uma nação. Isso posto, a biblioteca é “um conjunto de discursos” (MILANESI, 1983, p. 48) e, justamente, por isso não deve haver censura no conteúdo de seu acervo.

Mais uma vez, nota-se a importância do bibliotecário, que, por meio do estudo dos usuários e do contexto onde a biblioteca está inserida, consegue manter o equilíbrio do acervo por intermédio do processo contínuo de

seleção, de aquisição e de descarte das obras. Infelizmente, apesar de todas as pontuações acima, a biblioteca ainda é vista como local de despesas, uma vez que o valor da informação e da própria biblioteca não gera lucro financeiro visível e imediato.

Vicentini *et al* (2007, p. 5) destacam a biblioteca como espaço de exercício de cidadania e de inclusão social e ressaltam que

a concepção de cidadania evoca direitos e deveres dos cidadãos, formas de inserção do indivíduo na sociedade, participação, estar informado, liberdade para o fazer e o pensar. Numa sociedade democrática, uma pessoa tem de estar informada para poder exercer conscientemente a sua cidadania. Hoje isso implica o acesso à sociedade de informação. (VICENTINI *et al*, 2007, p. 5).

Assim, destacamos também a relevância da biblioteca como espaço de formação cultural e de lazer, pois, em tempos de isolamento social, ficou mais nítida a relevância da cultura e a do lazer para a saúde tanto física quanto mental. Por essas perspectivas, a biblioteca, que antes da pandemia era usada como espaço de eventos culturais variados, teve que lidar com os desafios que estavam postos, identificando as necessidades culturais e de lazer ao seu redor, e também informando e mostrando ao seu público a versatilidade das suas ações para além do seu espaço físico. Nesse sentido, a biblioteca é uma célula viva “[...] uma imagem muito forte do que a biblioteca representa para a comunidade a qual está inserida, um organismo que converge seus objetivos em favor do usuário, para suas necessidades e particularidades” (MIRANDA, 1978, p. 69 citado por BERNARDINO e SUAIDEN, 2011, p. 34). Ao afirmar a biblioteca como espaço de atividades culturais e de lazer, desconstruímos a imagem obsoleta de local de silêncio absoluto e de castigo, e damos a ela sons, cores e comunicação.

Outro ponto importante a ser destacado é o fato de a biblioteca oferecer acesso livre e “gratuito” a itens que têm valor financeiro elevado à maioria da população, como livros, cultura e lazer; contribuindo, assim, para a ampliação do capital cultural (BOURDIEU, 1979) dos seus usuários, visto que os “bens culturais podem ser objeto de uma apropriação material, que pressupõe capital econômico, e de uma apropriação simbólica, que pressupõe o capital cultural” (BOURDIEU, 1979, p. 4). Desse modo, entendemos que o “desejo por cultura” não é natural e inato, ele necessita ser despertado e alimentado (BOTELHO, 2017), e a biblioteca, junto com os bibliotecários, assume um importante papel nesse processo.

Para Cabral (1989), citado por Pereira (2014, p. 39)

o agente cultural bibliotecário deve tornar a biblioteca um local propício ao diálogo e ao exercício da produção e criação culturais. Somente assim a biblioteca cumprirá também sua função criativa e poderá alcançar a verdadeira democratização da cultura, reduzindo o fosso entre a chamada “cultura erudita” e “cultura popular”. Para alcançar esta meta, o bibliotecário terá que modificar profundamente sua prática buscando meios alternativos de desenvolvimento das ações, assim como repensar os próprios objetivos e funções da biblioteca tradicional. (CABRAL, 1989, p. 157-158 citado por PEREIRA, 2014, p. 39).

Para além de toda sua reconhecida importância sociocultural, a biblioteca é também espaço de terapia. Para Alves (1982), citado por Vicentini *et al* (2007, p, 6), a biblioteca “é um programa de atividades selecionadas que envolvem materiais de leitura planejada, sendo utilizada de forma conduzida e controlada, para tratamento de problemas emocionais, sob orientação médica”. Diante disso, é preciso que haja todo um suporte e cuidado tanto para a escolha do acervo quanto, principalmente, para as indicações.

Em quaisquer das situações em que a biblioteca esteja inserida, seja como espaço de formação cidadã, de cultura ou de debates, é importante lembrar que ela, em sua totalidade, é permeada pela leitura. Bernardino e Suaiden (2007, p. 32) entendem que é por intermédio da democratização da leitura que é possível a consolidação de uma sociedade da informação e do conhecimento. Assim, a leitura faz mais do que organizar signos, formar palavras e texto. De acordo com Oliveira (2019), em artigo para o Conselho de Biblioteconomia de Minas Gerais, a leitura é algo mais profundo e amplo, pois

cada vez que lemos podemos reagir à mensagem e relacioná-la com nossas experiências e conhecimentos. Podemos concordar com ela ou discordar dela. Por isso dizemos que ler, no sentido profundo do termo, é o resultado da tensão entre leitor e texto. Isto é, a comunicação que se estabelece entre o escritor que elaborou, escreveu e teve divulgado o seu pensamento, e o leitor que se interessou, leu e aprendeu o que lhe foi exposto, além de confrontá-lo com sua experiência de vida e de outras leituras. (OLIVEIRA, 2019, n.p).

No entanto, todo o fazer biblioteconômico e grande parte das funções da biblioteca precisaram ser adaptadas ao novo cenário ocasionado pela Covid-19. E assim — por meio dos recursos que possuem e das condições de

funcionamento, considerando as necessidades informacionais dos seus usuários — as bibliotecas se (re)inventaram na pandemia; assumindo, portanto, o compromisso com a sociedade por intermédio das suas ações educativas de incentivo, de promoção da leitura e do acesso à informação e ao conhecimento.

A PANDEMIA: UM CENÁRIO DE INCERTEZAS

Em março de 2020, o isolamento social tornou-se uma realidade dura para a população mundial. Escolas, comércios e tantos outros serviços e atividades foram interrompidos, permanecendo só os considerados essenciais. O futuro, a partir desse cenário, tornou-se mais incerto, e ninguém sabia como lidar exatamente com tudo o que estava acontecendo. Justo ou não, o isolamento social foi um dos caminhos mais indicados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de forma a conter ou a diminuir a contaminação pelo vírus. O mundo mudou drasticamente. Nesse contexto, Tanus e Sánchez-Tarragó (2020) lembram a realidade do Brasil quando afirmam que

no Brasil, o governo federal tem demonstrado despreparo diante dessa complexa situação, evidenciado seja por meio de várias falas do presidente da República minimizando a importância da doença e seu real impacto em número de vidas perdidas, e pela sua defesa ferrenha de medicamentos sem eficácia comprovada cientificamente, seja pela substituição de dois ministros da saúde em um curto espaço de tempo em meio à crise da pandemia e o embate com autoridades de saúde e governadores que defendem a adoção da medida de distanciamento social. (TANUS; SÁNCHEZ-TARRAGÓ, 2020, p. 3).

Apesar de todo o caos provocado pela atuação confusa do governo na política nacional, a vacina surge como esperança de dias melhores, de uma suposta volta à “normalidade”. O mundo todo, portanto, voltou-se à pesquisa de vacinas que pudessem conter ou pelo menos amenizar o avanço da Covid-19. No entanto, no Brasil, inúmeros discursos do presidente vieram no sentido de não apenas minimizar o poder destrutivo do vírus, como também fazer críticas ao isolamento e aos cuidados pessoais, como, por exemplo, o uso da máscara. As consequências imediatas desses discursos vieram em forma de dificuldades na compra, na distribuição e na vacinação da população. E o Brasil, antes referência em vacinação⁴, passou a ser

⁴ <http://www.blog.saude.gov.br/index.php/52930-brasil-e-referencia-mundial-em-producao-de-vacinas>

um dos mais atrasados na imunização, o que impactou diretamente todas as atividades sociais.

Assim, a pandemia trouxe notoriedade a uma triste realidade: a desigualdade social e a maior evidência da pobreza e da extrema pobreza da população brasileira. Na educação, essa desigualdade trouxe inúmeros impactos, entre eles o número de crianças e de jovens que, fora da proteção dos muros da escola, se viram em real dificuldade de acesso ao ensino, uma vez que este está ocorrendo de forma remota, isto é, exigindo conexões de internet e suportes tecnológicos para ter contato com os conteúdos curriculares. Nesse contexto, a biblioteca — não apenas como espaço de empréstimo de livros, mas, principalmente, como espaço de convivência, de acesso à informação e ao conhecimento — passou a fazer falta, em especial para aqueles alunos, que, diante de realidades tão assimétricas, passaram a ser privados de espaço para estudar e de acesso a obras e a material informacional. Na contramão, o governo federal ainda propôs a taxaçoão dos livros, com a justificativa de que os livros não são consumidos pela população mais pobre⁵.

Estamos presenciando e vivendo momentos delicados, mas que são fruto, em grande parte, de discursos e de ações, ou de não ações, que têm colocado, cada vez mais, nossas vidas em risco.

OS DISCURSOS DO GOVERNO FEDERAL E O NEGACIONISMO AO VÍRUS

De acordo com Orlandi (2009), o discurso é o lugar em que se pode observar a relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos; o discurso é efeito de sentido entre locutores, e a Análise do Discurso, segundo essa autora (2009), “visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos. Essa compreensão, por sua vez, implica explicitar como o texto organiza os gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido” (ORLANDI, 2009, p. 26-27). Nessa perspectiva, a Análise do Discurso

busca compreender o funcionamento de um discurso, como está sendo articulado, quem são os sujeitos que falam e que ouvem, suas posições ocupadas, que sentidos são produzidos, quais os modos de controle do poder-dizer. De acordo com essa linha, o

⁵ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/11/reforma-tributaria-pode-fazer-livro-ficar-mais-car0>

sujeito não fala com plena liberdade, pois é condicionado por sua história, cultura e ideologia; e o discurso é marcado pela interdiscursividade, pois não há discurso que não seja atravessado, ele mesmo, por outros discursos e pelo já-dito em outros lugares (ORLANDI, 2001 citado por SANTOS; FOSSÁ, 2020, p. 9).

A partir dessa compreensão sobre o discurso e sua análise, propomos explorar o pronunciamento realizado pelo presidente Jair Bolsonaro, em rede nacional, no dia 24 de março de 2020. Entendemos que esse discurso, primeiro de muitos, veio impactar e influenciar, não apenas as ações do governo federal, mas também o posicionamento das pessoas em relação à pandemia de modo geral. No início da pandemia, o governo fez um pronunciamento em rede nacional, que expomos a seguir.

Boa noite. Desde quando resgatamos nossos irmãos em Wuhan, na China, numa operação coordenada pelos Ministérios da Defesa e Relações Exteriores, surgiu para nós o sinal amarelo. Começamos a nos preparar para enfrentar o Coronavírus, pois sabíamos que mais cedo ou mais tarde ele chegaria ao Brasil. Nosso ministro da saúde reuniu-se com quase todos os Secretários de Saúde dos Estados para que o planejamento estratégico de enfrentamento ao vírus fosse construído. E, desde então, o Dr. Henrique Mandetta vem desempenhando um excelente trabalho de esclarecimento e preparação do SUS para atendimento de possíveis vítimas. Mas, o que tínhamos que conter naquele momento era o **pânico, a histeria e ao mesmo tempo traçar a estratégia para salvar vidas e evitar o desemprego em massa**. Assim fizemos, quase contra tudo e contra todos. **Grande parte dos meios de comunicação foram na contramão**. Espalharam exatamente a sensação de pavor, tendo como carro-chefe o anúncio do grande número de vítimas na Itália. Um país com grande número de idosos e com um clima totalmente diferente do nosso. O cenário perfeito, potencializado pela mídia, para que uma verdadeira histeria se espalhasse para o nosso país. Contudo, percebe-se que de ontem para hoje **parte da imprensa mudou seu editorial: pede calma e tranquilidade**. Isso é muito bom, parabéns imprensa brasileira. É essencial que o equilíbrio e a verdade prevaleçam entre nós. O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e **brevemente passará**. Nossa vida tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos. O sustento das famílias deve ser preservado. Devemos sim voltar à normalidade. **Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, a proibição de transportes, o fechamento do comércio e o confinamento em**

massa. O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos. **Então, por que fechar escolas?** Raros são os casos fatais de pessoas sãs com menos de 40 anos de idade. Noventa por cento de nós não teremos qualquer manifestação, caso se contamine. **Devemos sim é ter extrema preocupação em não transmitir o vírus para os outros, em especial aos queridos pais e avós, respeitando as orientações do Ministério da Saúde. No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão. Enquanto estou falando, o mundo busca um tratamento para a doença.** O FDA americano e o Hospital Albert Einstein, em São Paulo, buscam a comprovação da eficácia da Cloroquina no tratamento da COVID-19. Nosso governo tem recebido notícias positivas sobre esse remédio fabricado no Brasil, largamente utilizado no combate à malária, ao lúpus e à artrite. Acredito em Deus, que capacitará cientistas e pesquisadores do Brasil e do mundo na cura dessa doença. Aproveito para render a minha homenagem a todos os profissionais de saúde: médicos, enfermeiros, técnicos e colaboradores, que na linha de frente nos recebem nos hospitais, nos tratam e nos confortam. Sem pânico ou histeria, como venho falando desde o princípio, venceremos o vírus e nos orgulharemos de estar vivendo nesse novo Brasil, que tem tudo, sim, tudo para ser uma grande nação. Estamos juntos, cada vez mais unidos. Deus abençoe nossa Pátria querida (BRASIL, 2020, grifos nossos).

Nesse pronunciamento, é importante atentar para seu contexto sócio-histórico de produção, visto que, no dia 24 de março de 2020, o Brasil já possuía 2.201 casos do novo coronavírus e 46 óbitos confirmados, segundo dados do Repositório Coronavírus Brasil do Ministério da Saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021). Apesar de a pandemia estar no início em território brasileiro, esse era um momento de cautela, de orientação à população e tomadas de decisões assertivas para conter o vírus, uma vez que ainda existia pouco conhecimento sobre ele.

Chama-nos à atenção também no discurso a forma como o presidente se vê, ao citar a si mesmo como atleta que veio de um passado militar. É interessante destacar o seu lugar de fala na qualidade de sujeito. Fez da política sua profissão ao ser deputado federal por longos 27 anos. Viés político de extrema direita, homem, branco, heterossexual, casado com mulher jovem e branca, pai de 4 filhos e 1 filha. Características que nos remetem

à imagem de um lugar privilegiado de fala. Assim, podemos dizer que o lugar do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz (ORLANDI, 2009). Nesse sentido, Jair Bolsonaro, na posição de presidente da República, assume o topo da hierarquia nas relações do poder político. Orlandi lembra que “as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas “tiram” seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem” (ORLANDI, 2009, p. 42–43).

Na política, as demonstrações de força são visíveis nos pronunciamentos. Nelas, observam-se as relações simbólicas de hierarquias e de poder, condicionadas pela posição e pelo lugar que o sujeito ocupa na sociedade, que se fazem valer na comunicação (ORLANDI, 2009). Como observa Santos e Fossá (2020), “em uma democracia, a conquista do poder político é indissociável da conquista da opinião pública” (SANTOS; FOSSÁ, 2020, p. 9). Nessa perspectiva, é importante lembrar que a “formação discursiva constitui-se na relação com o interdiscurso e o intradiscurso” (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 681). O intradiscurso pode ser conceituado como “a materialidade (fala), ou seja, a formulação do texto; o fio do discurso; a linearização do discurso” (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 681), e quanto ao interdiscurso, os autores acrescentam que

a linguagem vai além do texto, trazendo sentidos pré-construídos que são ecos da memória do dizer. Entende-se como memória do dizer o interdiscurso, ou seja, a memória coletiva constituída socialmente; o sujeito tem a ilusão de ser dono do seu discurso e de ter controle sobre ele, porém não percebe estar dentro de um contínuo, porque todo o discurso já foi dito antes. (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 681).

No caso particular dessa análise, como exemplo do interdiscurso, o pronunciamento do presidente mobiliza conceitos como o de “terra arrasada”, desconhecido por muitos brasileiros, a que se pode apenas inferir significados, quando não são explicados e lembrados. Conhecido como “terra arrasada” ou “terra queimada”, o conceito refere-se a uma estratégia militar de defesa, quando não há mais meios de vencer a guerra, o lado que está perdendo destrói certas infraestruturas, tais como meio de transporte e meios econômicos, para que, ao tomar posse, os inimigos não encontrem abrigo e tenham que recuar.

Por meio de vários meios de comunicação, em horário nobre e com uma linguagem simplória, o governo federal falava à nação brasileira, numa

tentativa de minimizar, suavizar e até mesmo negar a pandemia. O presidente tenta “tranquilizar” a população, comparando o vírus a uma “gripezinha” ou a um “resfriadinho”. Além disso, percebe-se como o chefe de Estado não se importava com a ciência, ao argumentar, sem parâmetros, que o número de mortes na Itália era alto porque o país possuía um grande número de idosos e que o clima, diferente do Brasil, contribuía para esse índice de óbitos. Nesse contexto, não havia qualquer estudo científico comprovando que a propagação do coronavírus estava associada a um determinado clima.

Ao afirmar que a pandemia passará brevemente, não apresenta qualquer argumento ou evidência. Já naquela época, os cientistas afirmavam que, provavelmente, teríamos que conviver com o coronavírus, assim como convivemos com o vírus da gripe Influenza.

Passados mais de um ano desde o pronunciamento do presidente, percebe-se o quão prejudicial foram suas falas para a contenção do coronavírus. A pandemia não passou e, infelizmente, fez mais de 380⁶ mil vítimas no Brasil.

O presidente ainda questionava, em seu pronunciamento, o descaso com o isolamento social. Isso pode ser evidenciado quando ele lembra que “o que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos. Então, por que fechar escolas?”. (BRASIL, 2020). Realmente, na época do discurso, as principais vítimas eram pessoas idosas. Porém, há falta de pensamento lógico do presidente, uma vez que desconsidera que uma parcela relevante dos alunos tem contato com os seus avós, seja porque os avós cuidam das crianças para os pais trabalharem, seja porque moram na mesma casa. Ainda, muitos idosos dependem do cuidado de outros familiares. Além disso, os países mais afetados pela pandemia optaram por fechar as escolas. Portanto, percebem-se ações de outras nações que poderiam servir de exemplo para o Brasil.

O presidente afirma que noventa por cento da população brasileira não terá qualquer manifestação, caso se contamine. Nessa afirmação, é possível perceber como, mais uma vez, o presidente apresenta informações sem comprovação, sem qualquer evidência ou fonte. O que nós perguntamos é: com base em que estudo ele afirma que 90% da população não terá qualquer manifestação, caso se contamine? É perceptível que Bolsonaro escolhe uma porcentagem positiva aleatória. A gravidade é tentar tranquilizar a população com desinformação e notícias falsas (*fake news*).

Esse pronunciamento do governo federal chegou à população por meio de várias tecnologias da comunicação, tais como televisão, rádio, com-

⁶ Registro em abril de 2021.

putadores, celulares, e impactou toda a nação. Nesse cenário, é importante lembrar que “o desafio enfrentado pelos atores políticos consiste em como conquistar o poder político. A menos que tome o poder pela força, faz-se necessário recorrer ao domínio da linguagem” (SANTOS; FOSSÁ, 2020, p. 9). Santos e Fossá (2020) destacam também que em situação de governança e de exercício do poder, a Linguagem é um instrumento poderoso de persuasão “para que a instância política possa convencer a instância cidadã dos fundamentos do seu programa e das decisões tomadas”. (SANTOS; FOSSÁ, 2020, p. 9).

Percebe-se também, no discurso presidencial, o ataque a vários setores, em especial à mídia nacional, às recomendações da OMS e também a todo o saber científico mundial. Isto é, nota-se que ele ignora, a todo momento, qualquer saber e ou conhecimento para além do que ele imagina ou cria, numa postura totalmente egocêntrica (na psicologia: conjunto de atitudes ou de comportamentos indicando que um indivíduo se refere essencialmente a si mesmo).

A partir dessa análise do pronunciamento do presidente da República, e situando nosso lugar de analista, lembramos que, ao analisar o discurso, devemos considerar também o analista do discurso, compreender seu lugar de análise, a questão que desencadeou a análise, a mobilização de conceitos, e a construção do seu dispositivo analítico, visto que sua prática de leitura, sua interpretação, tem a forma de seu dispositivo analítico (ORLANDI, 2009). Desse modo, “o próprio pesquisador é um sujeito que produzirá sentidos sobre os textos analisados, com o diferencial de que terá um aparato teórico-metodológico à disposição para a compreensão textual” (SANTOS; FOSSÁ, 2020, p. 9). Assim, muitas outras leituras e interpretações podem ser feitas a partir desse pronunciamento, considerando o lugar de fala do analista, sua posição, seus objetivos, os dispositivos analítico e teórico.

O LUGAR SOCIAL DA BIBLIOTECA NA PANDEMIA

As bibliotecas, de modo geral, são espaços sociais de convivência, onde as pessoas vão para estudar individualmente, em grupos, realizar pesquisas em objetos físicos e ou virtuais, fazer leituras de livros, jornais, revistas ou simplesmente ter um ambiente para distração e lazer. Isso faz com que as bibliotecas sejam sinônimo de muito barulho, no sentido de produção intelectual, de geração de informação e de conhecimento. Diante disso,

para que todas as engrenagens da biblioteca possam funcionar de modo satisfatório e atender seu público, existe uma série de técnicas de organização, de planejamento e de gestão.

O espaço físico das bibliotecas é pensado para receber os usuários de acordo com suas necessidades e particularidades; precisa haver determinado distanciamento entre as estantes, de forma que o usuário tenha mobilidade, é preciso haver espaçamento entre os livros, não apenas para a expansão futura do acervo, como também para o manuseio adequado dos livros pelos usuários, a iluminação e a ventilação do espaço devem ser confortáveis para a estada na biblioteca.

No quesito gestão do acervo, existe todo um trabalho que, a partir do estudo de usuários, permite ao bibliotecário adequar o acervo às demandas reais e potenciais dos usuários, o que interfere na seleção, na aquisição e no descarte das obras. Além disso, o trabalho biblioteconômico envolve o uso de softwares de gestão de bibliotecas que vieram agilizar atividades, como a catalogação das obras, o empréstimo e a devolução, o registro de reservas e o de renovações online, fornecimento de links diretos com outros dados, a oferta de textos completos (desde que respeitados os direitos autorais), a seleção e o descarte de materiais. Enfim, existe todo um processo no fazer da biblioteca e todo ele gira em torno do usuário, suas demandas e necessidades.

A biblioteca do CEFET-MG, unidade de Contagem, não foge ao foco no usuário e possui ainda uma particularidade: ela está inserida em um contexto maior que é o Sistema de Bibliotecas do CEFET-MG. Como a instituição CEFET-MG possui ensino médio profissionalizante, graduação e pós-graduação, a biblioteca do campus CEFET-MG Contagem pode ser classificada como universitária, uma vez que “é parte integrante de uma instituição de ensino superior e sua finalidade é oferecer apoio ao desenvolvimento de programas de ensino e à realização de pesquisas” (PIMENTEL, BERNARDES, SANTANA, 2007, p. 23). Ao mesmo tempo, pode também ser classificada como escolar, uma vez que o campus Contagem oferece, até o momento, apenas cursos técnicos de nível médio, atendendo às necessidades informacionais dos cursos que a escola possui. Nesse sentido, “atua como espaço de recursos educativos que estão integrados ao processo de ensino-aprendizagem” (PIMENTEL, BERNARDES, SANTANA, 2007, p. 23).

Assim, a Biblioteca da Unidade Contagem é um espaço que atende um público variado (alunos do ensino da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, da graduação, da pós-graduação, pesquisadores e também a comunidade em geral, uma vez que a instituição escolar CEFET-MG é órgão público). Além disso, entendemos também que ela é lugar social

que atua para “ultrapassar os limites do espaço acadêmico para promover a leitura, o acesso à informação e, através desta, a democratização do conhecimento, fator decisivo para o pleno exercício da cidadania e inclusão social” (VICENTINI *et al*, 2007, p. 4). O fazer da biblioteca está, assim, para além da realização de empréstimo de livros.

Com a chegada da pandemia e de todo um novo contexto, percebemos que todo o nosso fazer foi afetado e os serviços oferecidos pela biblioteca teriam que ser repensados, pois a biblioteca é um espaço de “aglomeração” por natureza, e a maioria dos seus serviços se dava de forma presencial (empréstimos/devoluções, gestão dos livros didáticos, pesquisas acadêmicas). Apesar de toda a tecnologia que agilizava o trabalho e facilitava o acesso às obras, percebemos que, na pandemia, não conseguiríamos atender às demandas dos usuários de forma satisfatória se não repensássemos nossas ações.

Desse modo, pouca coisa poderia ser feita de forma tão rápida, no entanto, em um trabalho articulado com a gestão da escola, a equipe do Sistema de Bibliotecas colocou-se em ação dentro do que existia de possibilidade remota para atender às demandas dos usuários. E, assim, para tentar minimizar o impacto do fechamento do espaço da biblioteca, foram realizadas assinaturas de coleções digitais, aqui denominadas bibliotecas digitais e assinatura de bases de dados.

Para além desse trabalho em conjunto com o Sistema de Bibliotecas, a biblioteca da Unidade Contagem, que, antes do isolamento social, já fazia uso das mídias sociais como o *Instagram* e *Facebook*, passou a se beneficiar dessas ferramentas de forma mais intensa. Assim, avisos sobre atividades remotas da biblioteca, produção e compartilhamento de vídeos de leitura, divulgação de eventos culturais que estivessem sendo realizados virtualmente ou mesmo o compartilhamento de informações de outras bibliotecas passaram a fazer parte da nossa rotina. A intenção era não deixar de prestar nossos serviços e, ao mesmo tempo, oferecer conteúdos leves e culturais que buscassem oferecer uma válvula de escape para nosso público em um cenário de notícias excessivas.

Em complemento a tais atividades, houve um movimento importante do Sistema de Bibliotecas que montou uma comissão, da qual fizemos parte, que elaborou um documento, com base nas orientações da Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias, com recomendações tanto para atividades virtuais quanto para o retorno das atividades após o fim do tempo de isolamento social. Quanto ao oferecimento de serviços online, a Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU) indica

que priorizem a aquisição de conteúdo eletrônico; aprimorem os serviços online existentes e o conteúdo digital; ampliem os serviços de atendimento remoto e divulgação dos existentes (referência virtual); divulguem todos os conteúdos digitais disponíveis, inclusive os que estão sendo oferecidos pelos editores neste período de crise; ofereçam informações sobre a pandemia baseadas em fontes oficiais contribuindo com a diminuição da desinformação e *fake news*; façam uso intensivo das redes sociais para manter a comunidade de usuários informada sobre datas de abertura e oferta de serviços. (CBBU, 2020).

Entre outras ações realizadas pelo Sistema de Bibliotecas do CEFET-MG, nas quais a Biblioteca do CEFET-MG Contagem possui representante, podemos citar a criação da Comissão Responsável pela Implantação do Repositório Institucional. A comissão tem o intuito de reunir toda a memória da instituição em um só local; facilitando, assim, o acesso ao conhecimento contribuindo para a visibilidade da instituição por meio das suas produções intelectuais, tais como teses, dissertações e livros técnicos. Além disso, foi criada uma comissão responsável pela assinatura de bases de dados e bibliotecas digitais, que tem como principal foco suprir a demanda da comunidade cefetiana por acesso à informação bibliográfica de qualidade. Essa comissão tem desempenhado um trabalho extremamente relevante, principalmente em razão do atual contexto em que os usuários não podem acessar os acervos das bibliotecas. Sendo assim, os recursos digitais têm sido uma alternativa, apesar de não substituírem o acervo físico que é mais rico e totalmente direcionado para os nossos usuários.

A partir do exposto, observa-se que as ações desenvolvidas no contexto do Sistema de Biblioteca do CEFET-MG estão alinhadas com as diretrizes do Manifesto para Bibliotecas Digitais da UNESCO e IFLA (*International Federation of Library Associations and Institutions*) conforme podemos observar nos excertos a seguir.

A IFLA incentiva bibliotecas a colaborarem com outras instituições de patrimônio cultural e científico para fornecer recursos digitais ricos e diversos que deem suporte à educação e à pesquisa, ao turismo e às indústrias criativas. (IFLA, 2021, p. 3). [...] os bibliotecários são incentivados a participar ativamente na formulação e implementação de estratégias nacionais de tecnologia da informação e iniciativas de comunicação para apoio nacional e internacional de bibliotecas digitais através de programas de digitalização em grande escala, para aumentar o acesso de todos à informação cultural e científica. (IFLA, 2021, p. 4).

Desse modo, o diálogo constante com o Sistema de Bibliotecas foi de vital importância para orientar nosso trabalho durante a pandemia, além de contribuir para o planejamento do retorno futuro das atividades presenciais das bibliotecas do CEFET-MG.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da discussão do lugar social da Biblioteca na sua relação com a análise do pronunciamento do presidente Jair Bolsonaro, observamos que os discursos do governo federal durante a pandemia, na condição de oficiais, influenciaram as ações de muitas pessoas no processo de contenção do vírus, o que fez com que algumas afirmações feitas por ele se tornassem verdades absolutas para uma grande parcela da população brasileira. Isso gerou um desencontro de informações e surgimento de muitas notícias falsas em relação ao vírus e aos seus efeitos.

Na nossa perspectiva, na posição de servidores da biblioteca e de pesquisadores da Educação e da Ciência da Informação, acreditamos que a dificuldade do Brasil em contornar a crise do coronavírus inviabiliza a volta às aulas presenciais e, conseqüentemente, o acesso ao espaço físico da biblioteca. Isso dificulta o exercício, adequadamente, de uma de suas principais funções, que é ser um espaço cultural, com ambiente calmo e que possibilita tanto estudos individuais quanto debates em grupo. Portanto, advoga-se que as estratégias adotadas, ou a falta delas, pelo governo federal contribuíram indiretamente para que parte das funções da biblioteca escolar e universitária ficassem prejudicadas, visto que o digital e o online não são capazes de substituir muitos dos serviços e ações que acontecem no espaço físico da biblioteca.

Desse modo, percebemos os desafios impostos pela pandemia e quais estratégias poderíamos adotar para contornar alguns dos desafios. Notamos que nossa atuação poderia fazer a diferença no processo de acesso à informação e, por conseguinte, contribuir para a problematização e a interpretação da informação de forma crítica.

Em suma, houve necessidade de (re)pensarmos nossas ações como servidores da educação na biblioteca, compreendendo, desse modo, que perdemos o espaço físico da biblioteca, no período da pandemia; mas, não, a função social desse lugar.

REFERÊNCIAS

BERNARDINO, M. C. R.; SUAIDEN, E. J.. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 16, n. 4, p. 29-41, out./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pci/v16n4/v16n4a04.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2021.

BOTELHO, I. Cultura e universidade: uma relação indissociável. In: GOBIRA, Pablo; ROLLA, M. P.; SILVEIRA, Y. S.; LEMOS, Flávia (org.). *Refletindo sobre cultura: política cultural, memória e universidade*. Belo Horizonte, Ed. UEMG, 2017.

BOURDIEU, P. «Les trois états du capital culturel», publicado originalmente in *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, n. 30, novembro de 1979, p. 3-6.

BRASIL. Presidente (2019-2022: Jair Messias Bolsonaro). Pronunciamento oficial. Brasília, 24 de março de 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VL_DYb-XaAE. Acesso em: 23 abr. 2021.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R.. *Pesquisa Qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, 15(4): 679-84, out-dez. 2006.

COMISSÃO BRASILEIRA DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS. Recomendações da Comissão Brasileira de Bibliotecas para elaboração de planejamento de reabertura das bibliotecas universitárias. 2020. Disponível em: ebab.org.br/cbbu/wp-content/uploads/2020/05/Recomendações-14-de-maio-1.pdf. Acesso em: 30 abr. 2021.

IFLA. IFLA/UNESCO Manifesto for Digital Libraries. Disponível em: <<https://www.ifla.org/publications/iflaunesco-manifesto-for-digital-libraries>>. Acesso em: 03 maio 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Repositório Coronavírus Brasil. Brasil. Ministério da Saúde, 2021 Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 5 abr. 2021.

MILANESI, L. *O que é Biblioteca*. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983 (Coleção Primeiros Passos; 94).

OLIVEIRA, A. de. O que é ler? O que é leitura? *Revista Biblio*: cultura informacional, jan. 2019. Disponível em: <https://biblio.info/o-que-e-ler-o-que-e-leitura/>. Acesso em: 10 maio 2021.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PEREIRA, Rachel de Melo Vellozo. A biblioteca como espaço de lazer: análise dos estudos sobre entretenimento no pensamento biblioteconômico-informacional. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: http://www.unirio.br/cchs/eb/arquivos/tccs-acima-de-9-0-2014.2/RachelPereira_TCC_VersaoFinal.pdf. Acesso em: abril 2021.

PIMENTEL, G.; BERNARDES, L.; SANTANA, M.. Biblioteca Escolar. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/biblio_esc.pdf. Acesso em: 20 mar. 2021.

SANTOS, M. da C. ;. FOSSÁ, M. I. T. A disputa pelo poder político em meio à Pandemia de Covid-19: análise do confronto entre João Doria e Jair Bolsonaro. *Panorama*, Goiânia, v. 10, n. 21, p.08-013, jan/jun., 2020. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/panorama/article/view/8297>. Acesso em: 28 abr. 2021.

TANUS, G. F. de S. C.; SÁNCHEZ-TARRAGÓ, N. Atuação e desafios das bibliotecas universitárias brasileiras durante a pandemia de COVID-19. *Revista Cubana de Información en Ciencias de la Salud*, Ciudad de La Habana, 2020. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/744/1007/1050>. Acesso em: 06 maio 2021.

VICENTINI, L. A. *et al.* O papel da biblioteca universitária no incentivo à leitura e promoção da cidadania. *Revista Biblios*, ano 8, n. 27, fev./mar. 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/161/16102706.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.

ÉRAMOS EM BANDO :
ENCENAÇÃO DISCURSIVA DE NOVOS TEMPOS,
ESPAÇOS E INTERAÇÕES NO FAZER TEATRAL

FLÁVIA PEREIRA DIAS¹

GIANI DAVID SILVA²

LEILA MARLI DE LIMA CAEIRO³

Resumo: Uma das áreas mais afetadas pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19) foi a Arte, principalmente o teatro, já que estar diante da plateia é inerente à apresentação desses artistas. No entanto, a aproximação física foi, durante o ano de 2020, impossível devido ao isolamento social necessário para se combater o avanço do vírus. Diante disso, surgem alguns questionamentos: Quais os desafios dos artistas durante a pandemia? Como eles estão se reinventando para sobreviver por meio da arte? Nesse contexto, a proposta deste artigo é observar, por meio do documentário *Éramos em bando*, produzido pelo Grupo Galpão, como se deu o processo de resignificação de espaços e de temporalidades no fazer teatral em tempos de pandemia. Em um jogo de apresentações e de representações, *Éramos em bando* amalgama realidade e ficção, cinema e teatro, personagens e pessoas, arte e cotidiano, e nos conduz, em sua narrativa, a refletir sobre as relações e as experiências proporcionadas pela tecnologia em tempos de pandemia, bem como compreender a relação entre a individualidade e o coletivo, o privado e o público. O filme documenta um cotidiano sem máscaras, no qual os artistas se mostram e são mostrados em meio ao reconhecimento de uma nova realidade. Concluimos que esse processo de produção coletiva se transformou em uma nova forma de encenar o gênero teatral, agora, em ambiente virtual.

Palavras-chave: Grupo Galpão. Documentário. Pandemia. Teatro. *Éramos em bando*.

Abstract: One of the areas most affected by the pandemic of the new coronavirus (Covid-19) was Art, especially theatre, since being in front of the audience is inherent to the presentation of these artists and physical approximation is, at this time, impossible due to the imposed social isolation. What were or are the artists' challenges during the pandemic? How are they reinventing themselves to survive through art? In this context, the purpose of this article is to understand, through the documentary *Éramos em bando*, produced by Grupo Galpão, how the process of redefinition of spaces and temporalities occurred in theatrical making in times of pandemic. In a game of presentations and representations, *We were a group* that amalgamates reality and fiction, cinema and theater, characters and people, art and everyday life, thus leading us in its narrative to reflect on the relationships and experiences provided by technology in times of pandemic, and also, reflect the relationship between individuality and the collective, the private and the public. The film documents an everyday life without masks, in which artists show themselves and are shown amidst the recognition of a new reality. We conclude that this collective production process has become a new way of staging the theatrical genre, now in a virtual environment.

Keywords: Galpão. Documentary. Pandemic. Theater. *Éramos em bando*.

¹ Doutora em Estudos de Linguagens pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG). Jornalista do Cefet-MG. e-mail: flaviapdmenezes@gmail.com.

² Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do Cefet-MG. e-mail: gianids@gmail.com.

³ Doutora em Estudos de Linguagens pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG). Professora de Língua Portuguesa - SEE-MG. e-mail: leila.caeiro@gmail.com.

O ESPETÁCULO NÃO PODE PARAR

O uso de plataformas virtuais foi a opção escolhida pelos integrantes do Grupo Galpão para os ensaios de um espetáculo durante a pandemia da Covid-19. O documentário *Éramos em bando* mostra-nos esses ensaios e as dificuldades de adaptação à nova forma de se fazerem os ensaios, muito diferente do convencional, e ao uso da tecnologia, já que são outros formatos possíveis e outras linguagens necessárias. Dessa forma, o novo palco passou a ser a casa de cada um dos atores e dos diretores, o espaço privado é invadido pela câmera do computador e dos celulares, e o novo cenário é apresentado ao público. Um mosaico de telas individuais compõe em uma grande tela de um computador e constrói o novo palco dos artistas, no qual a interação entre eles acontece, mas, ao mesmo tempo, com cada um em seu espaço, as individualidades se ressaltam. Dessarte, o filme documenta um cotidiano sem máscaras em que os artistas se mostram e são mostrados em meio ao reconhecimento de uma nova realidade. Esse processo de produção coletiva de um novo gênero teatral, agora em ambiente virtual, faz-se um objeto instigante de análise.

Assim, tomando como base a Teoria Semiolinguística, analisamos, por meio de alguns de seus elementos, tais como *ethos* e os imaginários sociodiscursivos, o processo de semiotização dessa realidade, encenada nessa peça-vídeo, da qual se pretende depreender as estratégias discursivas, os efeitos de sentido possíveis e entender essa nova dimensão espacial e temporal do teatro. Porém, antes de analisarmos a proposta desse “fazer diferente”, em meio à pandemia, trazemos um pouco da história do grupo mineiro de teatro.

O Galpão foi criado em 1982 e tornou-se uma das companhias mais importantes do cenário teatral brasileiro. Esse grupo tem sede na capital mineira, Belo Horizonte, e alia seu formato à tradição do teatro popular e de rua. Com várias viagens/apresentações pelo país e pelo exterior, participou de inúmeros festivais em países da América Latina, da América do Norte e da Europa. O Galpão é formado por doze atores, dirigidos por diferentes diretores, geralmente convidados, além dos diretores integrantes do próprio grupo. A companhia de teatro desenvolve trabalhos que incorporam rigor, pesquisa e uma busca constante de possibilidades de linguagens para esse fazer teatral. Tal empenho comumente resulta na montagem e na representação de peças que possuem grande apelo e comunicação com o público.

O referido grupo de teatro construiu uma linguagem artística própria a partir desses diferentes encontros, criando um teatro que dialoga com o

popular e com o erudito, com a tradição e com a contemporaneidade, com o teatro de rua e com o de palco, com o universal e com o regional brasileiro. Sem se enquadrar em um determinado formato, o Galpão sempre pautou sua prática por um teatro de grupo que não só monta espetáculos, mas que se propõe também a uma permanente reflexão sobre a ética do ator e do teatro, inserido em um amplo universo social e também cultural.

Com a pandemia, a rotina de ensaios e as apresentações do grupo foram transformadas. Isso aconteceu, pois a arte foi uma das áreas mais afetadas, principalmente o teatro, já que o público é primordial para a apresentação dos artistas. Nesse sentido, para se adequar a essa nova realidade, o grupo produziu o documentário *Éramos em bando*, a partir de recortes dos ensaios realizados por videoconferência.

Inicialmente, é necessário pensarmos: Como essa ideia de fazer teatro no meio virtual aconteceu? No período pré-pandemia, o grupo estava ensaiando para estrear o 25º espetáculo. Com as ações limitadas pela necessidade do isolamento e do distanciamento social, o espetáculo não pôde ser estreado. Como forma de se reajustar e buscar um novo rumo diante de um momento que se fazia longo e limitante para as ações teatrais convencionais, os atores e as atrizes do grupo despertam-se para uma experiência artística no ambiente virtual. Tratava-se, no entanto, de um grande desafio, que envolveria novo formato, novas tecnologias e novas linguagens, que precisavam ser adaptadas e, mais do que isso, precisavam ser conhecidas e aprendidas. Assim, a materialização do discurso teatral do Grupo Galpão saiu do espaço urbano das ruas e vai se apresentar nas multitelas possibilitadas pelas novas tecnologias.

UMA PANDEMIA “SEM CORTES”

A transposição dos ensaios presenciais para o ambiente virtual permitiu que os artistas descobrissem novas possibilidades da performance teatral e utilizassem o audiovisual como forma de comunicar e de interagir entre eles. Dessa forma, o ambiente coletivo, marcado pelos encontros periódicos dos artistas, deu lugar ao individual, e cada artista fez de sua casa seu palco e passou a compartilhar esse espaço particular. O filme/documentário é, portanto, o resultado desses encontros virtuais dos atores e das atrizes do grupo que se reuniam para ensaiar a peça, que já tinha data marcada para a estreia.

Quando nos referimos a essa pandemia “sem cortes”, entendemos que o documentário se torna um registro histórico desse período, que pode ser interpretado a partir de uma multiplicidade de olhares. Um deles pode

ter como referência a sensação de solidão e de falta de perspectiva, pois o isolamento social torna-se potencializador de diversos medos. Isso se dá, porque estamos confinados em nossos ambientes privados, e o que nos permite contato com o mundo externo são as tecnologias e, por meio delas, encontramos a possibilidade de afeto. Assim, elas se tornam as mediadoras de nossos olhares para um mundo dominado por um vírus desconhecido que vai deixando um rastro de dor. Dor pela perda de inúmeras pessoas e dor por impedir que nos abracemos, que estejamos próximos e que confortemos uns aos outros.

No documentário, o efeito patêmico é potencializado quando, em meio ao ensaio, os artistas mencionam fatos recentes, como a morte por suicídio do ator Flávio Migliacio, bem como o falecimento por Covid-19 do compositor e do cronista Aldir Blanc. Esses momentos, intercalados nas representações teatrais, produzem um efeito de verdade, seja por ser uma narrativa da vida real, seja pelas emoções provocadas nos atores. Trata-se de um atravessamento histórico em que essa representação de vida vivida se configura em um ato reflexivo e avassalador nesse momento em que o país sofre grandes perdas, e o teatro precisa, com urgência, reestruturar-se, reinventar saídas, e, ao mesmo tempo, imprimir uma carga de leveza e de comédia que possa amenizar a dor.

Aprender, mostrar-se aprendiz no uso das tecnologias pode criar um campo de identificação, uma vez que estamos todos nesse mesmo barco que precisa ser redirecionado em plena tempestade. Mas, afinal, estamos lidando com o gênero documentário ou com o gênero teatral, lembrando que cada gênero do discurso resulta em formas-padrão “relativamente estáveis” de um enunciado, determinadas sócio-historicamente. Nesse sentido, Bakhtin (2003) pontua que só nos comunicamos, falamos e escrevemos por meio de gêneros do discurso. Além disso, esse autor ressalta que os sujeitos têm um infundável repertório de gêneros e, muitas vezes, nem se dão conta disso. Assim, até mesmo em uma conversa informal, o discurso é moldado pelo gênero em uso. Logo, para o autor,

a riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo (BAKHTIN, 2003, p.262).

Nesse sentido, para definirmos os gêneros, é preciso entendê-los como um conjunto de enunciados circulantes na sociedade. O enunciado pode

ser compreendido como unidade real do discurso, realizado em um ato de comunicação específico. Nesse viés, o que faz com que o filme do Grupo Galpão seja categorizado como documentário? O que o constitui para ser assim identificado? Trata-se de uma série de vídeos feitos (na verdade videokonferências gravadas) montados e editados de maneira tal que poderiam ser denominados como documentário?

Os gêneros, segundo Bakhtin (2003), estão divididos em primários, ou simples (bate-papo, carta etc.), e secundários ou complexos (romances, pesquisas científicas etc.). Embora, segundo o autor, exista um sem-número de gêneros do discurso, considerando-se a quantidade infinita de esferas da atividade humana, podemos definir um enunciado como gênero do discurso com base em três elementos: composição (modo de organização do enunciado), estilo (seleção léxico-gramatical) e conteúdo temático.

Para Jost (1999), a análise dos gêneros audiovisuais passa pela discussão dos modos de enunciação. No caso do filme, ele estaria entre o modo autenticante, no qual o conjunto de enunciados se comprometem com asserções verdadeiras sobre o mundo e o modo ficcional. Ademais, ele não estabelece esse compromisso com a verdade, mas com o princípio de coerência com o universo criado. No entanto, isso não seria suficiente para se definir tal gênero, em que o uso de estratégias discursivas, que visam à credibilidade e à captação variam de filme para filme e imprimem ora um modo mais autenticante, ora um modo mais ficcional.

Como gênero do discurso, é importante definir que trata-se de “[...] uma montagem cinematográfica de imagens visuais e sonoras dadas como reais e não fictícias”. (AUMONT e MARIE, 2003, p. 86). Segundo Aumont e Marie (2003), esse gênero quase sempre apresenta um caráter didático ou informativo que tem como proposta restituir as aparências da realidade.

Ainda é importante salientar que o gênero aqui analisado pode ser interpretado como um fundamentalmente híbrido, uma vez que “é documentário até certo ponto, mas muitas vezes, sem que nos demos conta, já caímos do domínio da fabulação.” (MACHADO, 2011, p.6). Ele fica entre o registro e a criação, já que possui uma estrutura permeada pelo fazer artístico e, porque não dizer, pelo fazer jornalístico. Nesse sentido, mesmo que pensemos tal texto como a apresentação de uma visão da realidade com o uso de imagens e de falas, que foram capturadas em um espaço tido como real, a obra fílmica circula e pode assumir, inclusive, o espaço da ficção. Nesse sentido, Lucena (2012) o conceitua como:

a edição (ou não) de um conteúdo audiovisual captado por dispositivos variados e distintos (câmera, filmadora, celular)

que reflete a perspectiva pessoal do realizador – ou seja, nem tudo é verdade no documentário –, envolvendo informações colhidas no mundo histórico, ambientações quase sempre realistas e personagens na maioria das vezes autodeterminantes (que falam de si ou desse mundo), roteiro final definido e não necessariamente com fins comerciais, com o objetivo de atrair nossa atenção (LUCENA, 2012, p. 16).

No espaço do real, o gênero pode utilizar arquivos históricos, imagens, entrevistas com pessoas em situações de vida real. Diferentemente, no espaço de ficção, ele pode utilizar a narrativa e os recursos fílmicos, tais como os planos, a trilha sonora, a fotografia, entre outros. Assim, mesmo que o filme documental possua um roteiro e um planejamento, sua construção acontece de forma processual e criativa, o que corresponde, portanto, a uma visão em perspectiva não totalizante dessa realidade retratada. A priori, se há um “real” que é múltiplo, para construir as relações com esse real, é necessário que sejam utilizadas, também, estratégias múltiplas. A partir dessas reflexões, interrogamos, então: quais relações esse hibridismo mantém com as estratégias de credibilidade e de captação para que os efeitos de verdade, os efeitos de ficção e os efeitos de dramatização visados contribuam para a construção desse gênero?

BASTIDORES DRAMÁTICOS

Nesse contexto, a proposta deste artigo é analisar, por meio do filme/documentário *Éramos em bando*, produzido pelo Grupo Galpão, como se deu o processo de ressignificação de espaços e de temporalidades no fazer teatral em tempos de pandemia. Ao optar por fazer uso de plataformas virtuais para encenar e apresentar um espetáculo, alguns desafios foram lançados e alguns paradigmas quebrados. Logo, é nesse sentido que nos interessa analisar o referido filme.

O título da produção audiovisual *Éramos em bando* permite-nos interpretar que o ajuntamento de pessoas que existiam antes e que faziam parte do universo cênico não é possível naquele momento. Desse modo, a ideia que podemos considerar como ponto de partida é a de que a impossibilidade de os artistas se encontrarem fisicamente fez com que eles se reunissem mesmo que virtualmente para os ensaios necessários à execução da peça teatral.

Acresce ainda dizer que quando pensamos em uma apresentação teatral, são evocados os imaginários de aglomeração, de magia e de experiên-

cia sem mediação dos atores com o público. Essa interação pode provocar no espectador riso, choro e reflexões. Nesse aspecto, o elenco e a plateia são constituintes do espetáculo, um não existe sem o outro. Segundo Cordeiro (2012), "o ator tem ciência de que o espectador espera pela eficácia simbólica de sua apresentação cênica. Espera ser 'curado' da falta existencial geradora da dor da alma humana o que o leva, acredita-se, ao Teatro". (CORDEIRO, 2012, p.125)

Nessa perspectiva, é importante apontar que os imaginários, como afirma Charaudeau (2007), são o modo de apreensão do mundo, os quais nascem dos mecanismos das representações sociais, as quais transformam a realidade em real significante. Eles resultam de um processo de simbolização e de significação do mundo, de ordens afetivo-racional, por meio da intersubjetividade das relações humanas e se depositam na memória coletiva.

Ainda, é relevante citar que a arquitetura cênica, ou seja, toda a estruturação e a organização espacial interna que se relaciona mais diretamente com o espetáculo, como cenotécnica, iluminação cênica e relação palco-plateia foi modificada. A arquitetura cênica transformou-se e agora os artistas, no lugar do palco, têm o computador, a câmera e o áudio para interagirem dentro do grupo e com o público. Assim, a câmera do computador possibilitou a conexão dos artistas e, na tela, os espectadores puderam assistir a todos os profissionais em cena um ao lado do outro. Os quadros, delimitando cada artista, configuram-se como janelas abertas. As janelas são os lugares que nos permitem ver o que acontece do lado de fora de nossas casas, com os recursos tecnológicos, transformamos a tela do computador, ou do celular, em nossa janela para o mundo. As telejanelas representam uma possibilidade real de conexão e de agrupamento mesmo que virtual.

David-Silva e Coura-Sobrinho (2012) revelam que o cenário e a relação imagem-texto presentes no telejornal contribuem para a configuração e para a hipertextualidade. Dessa forma, essa encenação virtual de que tratamos, mesmo não sendo um telejornal, também apresenta elementos tipicamente usados em espaços audiovisuais." Nesse sentido, acreditamos que esses aspectos auxiliam no estudo da composição dos documentários.

Os autores tecem a discussão de cenografia no teatro desde a Grécia Antiga até os tempos modernos. Na Grécia Antiga, a cenografia era reduzida a pinturas de locais e de fachadas em tendas ou *skenes* (local onde os atores se trocavam). O palco era delimitado por um círculo no chão e o público ficava em torno do espetáculo. Todavia, na Idade Média, as igrejas eram os lugares das encenações e, posteriormente, as praças públicas (DAVID-SILVA; COURA-SOBRINHO, 2012).

O teatro clássico renascentista, a partir do italiano Bramante, passou a apresentar um cenário em terceira dimensão e a criar uma ilusão de real para o espectador. Com a chegada da luz elétrica, o cenário amplia sua importância. Antes, apenas decorativos, os elementos passam a expressar as ideias e as emoções com a cenografia moderna. O cinema também utilizou essa forma de representação, mas com a evolução cinematográfica, características próprias e técnicas diferentes são incorporadas. Hoje, conta-se também com a cenografia virtual (DAVID-SILVA; COURA-SOBRINHO, 2012).

O cenário, para David-Silva e Coura-Sobrinho (2012), seria, portanto, a ambientação e a porta de entrada para o mundo da informação telejornalística, a qual tem a função de passar credibilidade, por meio de um processo de referenciação, além de captar e seduzir o espectador. Desse modo, ele reflete o que o jornal é capaz de fazer em relação à tecnologia e às questões estéticas, com o intuito de valorizar ainda mais a informação a ser transmitida.

Semelhantemente à forma como os telejornais agenciam os elementos cênicos que constroem a ambientação, na criação do documentário que analisamos, é possível observar que cada ator do Grupo Galpão usa o espaço de sua casa e transforma sala, quarto, cozinha ou outro ambiente qualquer da moradia em cenário. A cenografia, que é o conjunto de elementos que estão postos no palco, também foi alterada. O ambiente do lar, que foi reconfigurado e transformado no palco para a apresentação e a representação de cada um, é o espaço cênico com limitações e particularidades. O enquadramento é limitado pelo ângulo permitido pelo tipo de instrumento de captação de imagens utilizado, seja a câmera de um notebook ou outra câmera agregada, o que ela consegue (ou será permite) que vejamos? O foco de cada visor de câmera é responsável por apresentar o ator ou a atriz em ação. Assim, o que escapa a isso se trata do campo de visão alcançado pelo enquadramento dessa câmera, que consegue captar e expor um guarda-roupas no fundo, um armário de cozinha, um quadro, uma cama, e um outro detalhe que denuncia o ambiente e que passam a compor o cenário no momento da gravação.

A luz da câmera se transforma em iluminação para os personagens em ação. As diferentes movimentações, intencionais ou não, na câmera, podem reconfigurar ângulos e planos. Isso permite uma outra composição no cenário e, conseqüentemente, no ato de mostrar-se e de ser mostrado. Assim, esse espaço interno e particular, antes privado, torna-se público, e é compartilhado, passando a fazer parte do espetáculo que vai se (re)deseñando na tela. Tais mudanças podem ser observadas na imagem a seguir.



Figura 1: Multitelas. Fonte: Éramos em bando (2020)

Os atores e as atrizes, responsáveis por "emprestarem" suas vozes, seus corpos e suas emoções em cena, tiveram que improvisar nesse novo formato. Muitas vezes, por questão de delimitação de espaço do alcance da câmera, nem sempre conseguiam transmitir as ações dramáticas como o texto pedia, então alguns "fechavam" suas janelas (tampando o visor da câmera) para dar destaque a um artista e/ou a seus movimentos corporais. Como apresentado, a mídia é transformada na possibilidade de composição dos cenários e reconfigura-se como se o palco fosse mudado a cada novo ato.

A atuação de cada ator/atriz, apesar de limitada, não perdeu a essência teatral, já que a intuição para dar vida aos personagens continuava presente em cada componente do grupo. Os artistas e os seus personagens são os mesmos, mas a forma de interpretação precisou ser reinventada e transfigurada com a pandemia. O (des)conhecimento dessas novas ferramentas tecnológicas, suas possibilidades e seus funcionamentos tornou o processo de adesão a esse jogo teatral uma encenação desses novos tempos e da necessidade de adequação a esse universo que não é dominado por todos.

Assim, o que se vê no filme/documentário é uma representação da realidade pela qual passamos. O que se mostra são os registros e os bastidores

de tentativas de ensaio da peça teatral, que vai compondo a história da qual todos somos sujeitos. Com a pandemia, todos nós precisamos nos adaptar às novas tecnologias, como o uso das ferramentas de trabalho, como no caso do home-office, das aulas remotas, das festas virtuais, das *lives* de artistas, das chamadas de vídeo entre familiares e amigos, e tantas outras formas de conexão entre as pessoas. Usar as tecnologias tornou-se um desafio para boa parte das pessoas, porque pressupõe um certo letramento digital, ou seja, é necessário conhecer os formatos e suas possibilidades. Logo, entender e lidar com a tecnologia tornou-se uma habilidade necessária nesses tempos de isolamento social.

A Companhia de Teatro, acostumada com o teatro de rua desde 1982, viu-se diante do computador para os ensaios. Nos bastidores desses momentos, é possível percebermos as dificuldades enfrentadas com a utilização dos recursos tecnológicos. A atriz Teuda Bara, uma das fundadoras do Grupo Galpão, chama o filho pedindo-lhe ajuda para redimensionar a câmera do computador, pois teve problemas em sua utilização. Em um universo que dispensa a formalidade, as personagens do documentário vivenciam o seu cotidiano, sem a preocupação com cabelos e roupas perfeitamente arrumadas, o que ressalta a espontaneidade das cenas.

Ao observarmos o documentário como um discurso, nós o vinculamos ao que Charaudeau (2013) postula como a “roteirização visual entre ficção e realidade” (CHARAUDEAU, 2013, p.244). Trata-se de uma problematização do universo teatral que visa construir e mostrar aspectos vivenciados pelos artistas em uma rotina de ensaios. Nesse momento, previsto pela nova forma de fazer e pela adaptação necessária, o artista mostra a que veio, ou seja, edita e assume o palco com a expertise que lhes são singulares. Cordeiro (2012) formula uma noção de *ethos* do ator de teatro a partir das imagens sucessivas de si criadas pelo ator ficcional na interação com o espectador. Para ele, “[...] o ator constrói seu *Ethos* forjado por meio de sua(s) competência(s) (saber-dizer + saber-fazer = saber encenar), apoiado na autoridade institucional, da cena de enunciação que o engendra, o teatro. Esta cena o valida e é por ele validada”. (CORDEIRO, 2012, p.102). Nesse sentido, a construção do *ethos* se dá somente no ato de encenar o discurso do ator pela lente da câmera, diante do olhar e da percepção do espectador, ainda que compreenda uma preparação (prévia).

A partir da conceituação de Maingueneau (2000, p. 59-60) sobre a prova pelo *ethos* que “consiste em causar boa impressão mediante a forma com que se constrói o discurso, em dar uma imagem de si capaz de convencer o auditório, ganhando sua confiança”, Cordeiro (2012) considera que,

no caso do ator, a “boa impressão, será determinada pela qualidade de sua presença que convencerá seu auditório de espectadores e fará com que estes lhe confirmem certa credibilidade e confirmem a legitimidade de seu desempenho no papel” (p. 26).

O pesquisador considera que a noção de *ethos* é aplicável ao trabalho do ator contemporâneo a partir da consciência de que ele e seus trabalhos são sempre feitos para alguém. Para Cordeiro (2012), durante todo o processo de construção de uma encenação, o ator fica diante do olhar ou da possibilidade de ser percebido mesmo quando ele aparentemente repousa ou se cala.

A articulação entre o inteligível e o sensível, pontuada por Cordeiro (2012), está relacionada à cena de enunciação em que o *ethos* é expresso. “A cena valida a construção das imagens de si que o sujeito falante encena, conforme o gênero do discurso em questão” (p. 98). As imagens projetadas do locutor estão diretamente ligadas ao gênero discursivo a que ele pertence. Segundo este autor, a ocorrência de um gênero discursivo engendra, dessa forma, um universo de expectativas a partir das imagens que serão encenadas.

Os efeitos de real e de ficção apontados pelo pesquisador alternam-se nas encenações cotidianas como também no teatro. A imagem teatral é construída por atores reais que estão atuando de fato, ou seja, é construída factualmente. Os efeitos de real e de ficção são considerados por Cordeiro (2012) sob a perspectiva da Semiolinguística de Patrick Charaudeau e tais efeitos nas Artes Cênicas se apoiam em três pilares: ação física, texto e atmosfera. “O mundo de ficção construído na cena é um mundo passível de ser compartilhado com o espectador. Nessa perspectiva, o mundo de ficção da apresentação cênica aciona saberes de crença e de conhecimento que, compartilhados, servem à construção simbólica do mundo possível da ficção”. (p.123)

Assim, “por meio do acionamento de certos saberes socialmente partilhados, oriundos do conhecimento científico e da crença de opinião, é que as representações teatrais apresentadas simbolizam (semiotizando) mundos possíveis da ficção”. (CORDEIRO, 2012, p. 123)

Se em um primeiro momento, os artistas tiveram a sensação de que o teatro não existiria mais, ou seja, “sensação que o teatro acabou”, conforme reflexão realizada por um dos artistas do grupo, durante um dos ensaios por videoconferência, essa hipótese não se confirmou. Ficou latente, portanto, que era possível fazer teatro virtualmente. A criatividade, a performance, o cenário, tudo isso era possibilitado pelo palco virtual. Era uma forma diferente de se fazer, mas poderia ser feito. Ao todo, 22 tomadas, de 15 de abril

a 5 de maio de 2020, fizeram parte do documentário. Ao possibilitar a existência desse formato, o Grupo Galpão deixa ver toda a sua potência como grupo de teatro que busca inovar, que transforma o experimento em arte e que faz arte no experimento.

Cada gênero de discurso, observa Maingueneau (2006), define o papel de seus participantes: o panfleto eleitoral implica um “candidato” dirigindo-se a “eleitores”, um curso implica um professor dirigindo-se a alunos, e em uma peça teatral, atores/personagens comunicam entre si e com a plateia no momento da encenação. As cenas englobante e genérica definem o espaço estável no interior do qual os enunciados ganham sentido. Em alguns casos, essas duas dimensões compõem a cena de enunciação; em outros, uma nova cena pode intervir, a cenografia, que não é imposta pelo tipo ou pelo gênero do discurso, mas pelo próprio discurso. A cena construída pelo documentário permite considerar um gênero que utiliza características do teatro, mas, ao mesmo tempo, traz a imagem e o áudio do cinema. Trata-se de um gênero híbrido, pois o teatro é absorvido no cinema e o cinema torna possível a representação e a apresentação teatral.

Os atores e atrizes, antes acostumados com a plateia física e os seus aplausos, precisaram cativar o público pela tela do computador. “É um híbrido de teatro e cinema. Um conceito da 'casa palco' e dessa coxia virtual, num trabalho que dura 55 minutos e no qual temos que ficar sempre atentos à hora em que a cena do outro está no ar para fazer nossa entrada. Ou seja, há todo o comportamento do teatro, toda a tensão do ao vivo, mas tudo sendo transmitido, distante do público”, explica Inês Peixoto, uma das integrantes do grupo. Nessa definição, pode ser inferida que a arte e o artista são dotados de uma plasticidade capaz de extrapolar a existência de um gênero discursivo pronto. Logo, há outras formas de fazer arte teatral que podem ser delineadas, absorvidas, transformadas e apresentadas como um produto artístico com o potencial de seduzir e afetar o público, mesmo que a distância.

Ao se observar o filme/documentário, é possível inferir a dimensão estética presente no formato do teatro na tela. Dessa forma, os recursos fílmicos permitem intensificar as representações com um efeito de multipalcos, de mudanças de cenários e de composição múltipla de palco. Além disso, recursos, como o de aproximação da imagem, são utilizados de forma a evidenciar a exploração estética desse formato fílmico. Assim, o zoom que é dado pela aproximação do corpo, ou de parte do corpo, compõe, de forma metonímica, um mosaico em que os detalhes, seja o olho, a boca, os pelos, a mão, que ficam evidenciados, despersonalizam o ator/personagem e são agora parte de um único corpo, que é a cena. A exposição do corpo em

partes, por diferentes pontos de vista, desconstrói, como em uma pintura cubista⁴, a referência real dos atores e lembra-nos de que estamos diante de uma obra de arte, cuja liberdade estética abre inúmeras possibilidades de produção de sentido.

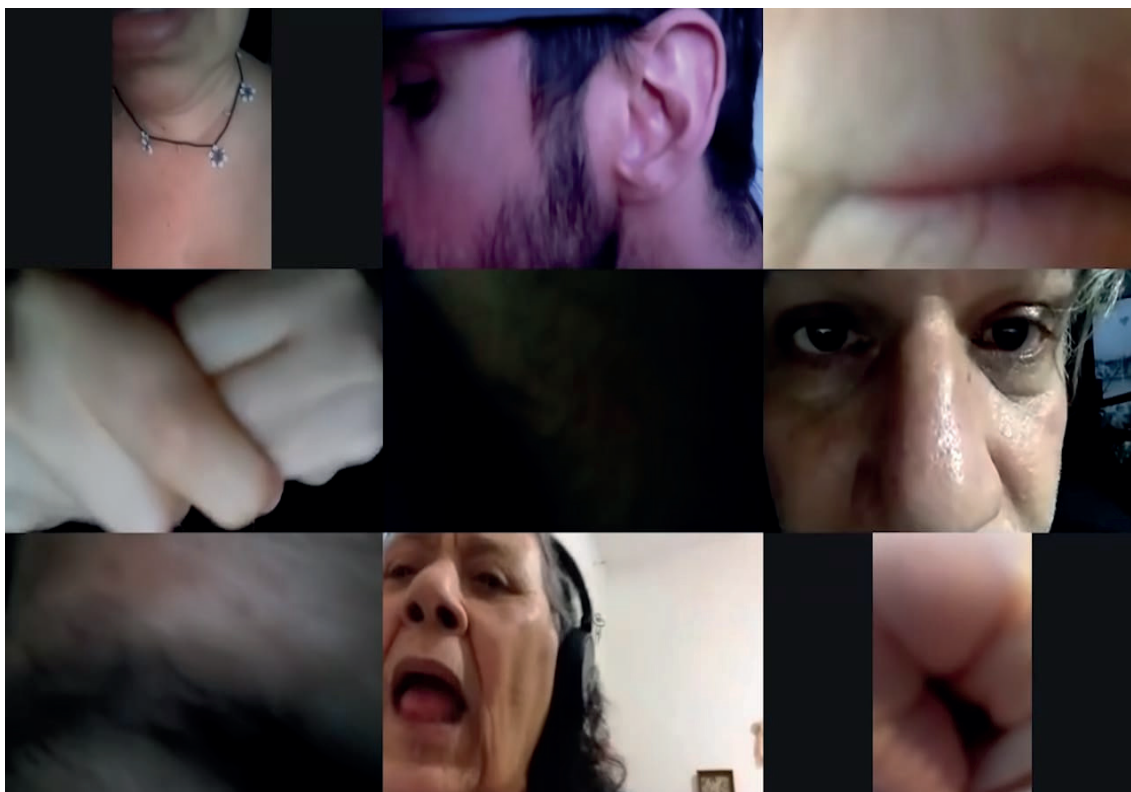


Figura 2: SEQ Figura * ARABIC 2: Multitelas 2. Fonte: Éramos em bando (2020)

Na apresentação/representação virtual, em alguns momentos, percebe-se o uso da câmera do computador como recurso estético para a composição da cena em um cadenciamento entre as telas. Em um momento, elas são encobertas por um véu em tons alaranjados; em outros são apagadas, o que nos remete ao fechar das cortinas e ao apagar das luzes no teatro. Tais características podem ser vistas a seguir.

⁴ A arte cubista está presente nas artes plásticas e na literatura; ela busca representar elementos da natureza por meio de formas geométricas. O Cubismo é um movimento artístico que surgiu na França no começo do século XX. A pintura cubista tem como característica o geometrismo, o antiacademicismo e a fragmentação.

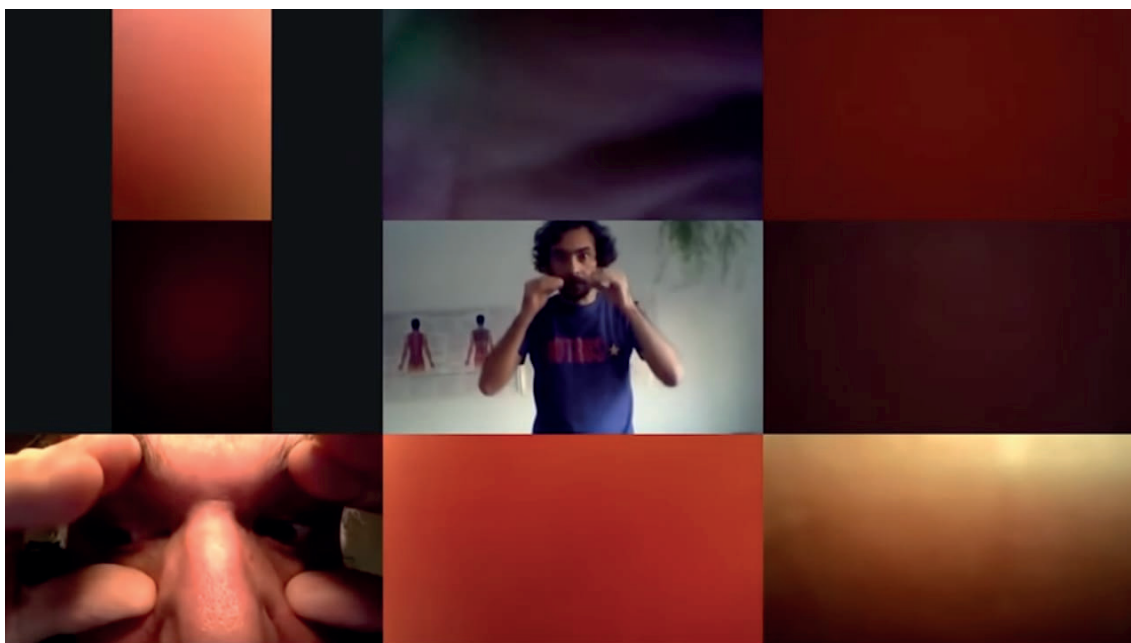


Figura 3: SEQ Figura * ARABIC 3: Multitelas 3. Fonte: Éramos em bando (2020)

CINETEATRO?

As possibilidades de se usar o recurso de multitelas, em uma nova forma de composição da narrativa teatral, permitiram um jogo de olhares multifacetados, ora sincronizados, ora ordenados, para provocar o efeito de movimento no palco. Cada artista cumpre a tarefa de representar o seu papel na tela e o de manusear o equipamento para conseguir produzir o efeito desejado em sua janela. Trata-se, portanto, de um artista que assume a sua cinegrafia inicial. Ao diretor, compete a orientação e os ajustes necessários para que se consiga, no conjunto das telas, todo o sincronismo e a espacialidade de um palco real em uma tela virtual.

Éramos em bando pode ser considerado um documentário que resgata os ensaios virtuais de um dos mais tradicionais grupos de teatro do país. Podemos classificá-lo como um "cineteatro"? Seria muito precipitado fazer essa afirmação, porém as narrativas permitiram-nos refletir sobre esse jogo de apresentações e de representações do ator social e de seu personagem em cena. O que se pretendia como ensaio se torna, desse modo, um filme que documenta e registra esses momentos com algumas das interferências assumidas como orientações. Assim, até os momentos de ajustes da nova tecnologia usada ou a necessidade de (re)conhecimento daquela se tornam parte do projeto de encenação e provocam um efeito de representação desse novo modo de fazer teatro em tela. Isso significa que a técnica de fazer incorpora

a representação, e a representação é incorporada por ela, ou seja, técnica e tecnologia se tornam elementos na composição das cenas, e as cenas e as representações são pensadas a partir dos recursos permitidos e possibilitadas por esse fazer diferente o teatro.

O que podemos afirmar, então, é que a pandemia transformou as formas e os formatos de comunicação, as relações e as interações de trabalho. Se para o Grupo Galpão, o cotidiano dos atores foi transformado, a encenação ganhou outros espaços para se apresentar e as telas representam esses espaços diferentes. Nesse sentido, “Éramos em bando” mostra-nos que a magia ainda está presente nos olhares dos artistas e reflete a vontade de produzir uma peça que atinja o coração das pessoas. Essa quebra da noção de teatro convencional, imposta pela mídia virtual, nos faz refletir sobre o objetivo do grupo e, sem dúvidas, nos faz perceber que resistir à solidão, ao isolamento e ao “fim do teatro” foram elementos motivadores para essa realização. Resistir é reexistir, existir de outra forma, mas não se deixar morrer. É permanecer no palco. E, no caso do grupo Galpão, é reinventar esse palco e a forma de estar nele. O que o grupo se propõe é aprender para permanecer. Aprender a lidar com a novidade e a fazer uso desses recursos, antes impensados, para ressignificar o teatro e a representação teatral.

A relação do indivíduo e do coletivo, do privado e do público entrelaçaram-se no documentário apresentado pelo Grupo Galpão. As conversas cotidianas, os erros do ensaio e as dificuldades de utilizar algumas ferramentas do computador também foram colocados em cena. Isso evidenciou sua proximidade com a realidade e incluiu essa necessidade de adaptação aos novos tempos e às novas tecnologias como forma de resistência, de luta pela manutenção e pela sobrevivência dos seres humanos em luta contra um vírus mortal e, nesse momento tão difícil, pela sobrevivência dos artistas e do teatro como forma de celebrar a vida por meio da arte.

Na multiplicidade de possibilidades de leituras e de interpretações, o filme mostra os artistas, como sujeitos na vida real, em momentos de preparação. Assim, mostram-se e são mostrados ora como atores representando, ora como sujeitos que tentam se adequar ao novo. Diretores são diretores, exercem seus papéis de diretores e se tornam atores em sua própria performance. Vida real e ficção se misturam. Ambiente privado se torna o palco, e o processo de idealização de uma possibilidade de ensaio e de representação teatral se torna o produto. Por fim, o filme/documentário é o resultado desses experimentos cênicos e se torna representativo do cotidiano vivido em tempos de pandemia.

REFERÊNCIAS

AUMONT, J; MARIE, M. *Dicionário teórico e crítico de cinema*. Tradução de Eloísa Araújo Ribeiro. Campinas, SP: Papirus, 2003.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução do russo Paulo Bezerra, 4ª edição, São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CHARAUDEAU, P. Les stéréotypes, c'est bien, les imaginaires, c'est mieux. In: BOYER, H. Stéréotypage, stereotypes: fonctionnements ordinaires et mises en scène. *Langue (s), discours*. Paris: Harmattan, 2007, v. 4. p. 49-63.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2013.

CORDEIRO, M. *A imagem do ator: a construção do ethos ficcional*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

DAVID-SILVA, G; COURA-SOBRINHO, J. A hipertextualidade constitutiva do discurso de informação televisiva. In: RIBEIRO, A.E et al. *Linguagem, tecnologia e educação*. São Paulo: Peirópolis, 2012. p. 40-52.

GRUPO GALPÃO DE TEATRO. *Éramos em bando*. Youtube. Disponível em: http://bit.ly/Éramos_filme. Acesso em: 05 abr. 2021.

JOST, F. *Introduction à l'analyse de la télévision*. Paris: Ellipses, 1999.

LUCENA, L.C. *Como fazer documentários: conceito, linguagem e prática de produção*. São Paulo: Summus Editorial, 2012.

MAINGUENEAU, D. Termos-chave da Análise do Discurso. Trad. Maria Emília Amarante T. Lima. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

MAINGUENEAU, D. *Discurso Literário*. São Paulo: Contexto, 2006.

EIXO 3

VOZES POLÍTICAS

DAS BLUSAS AMARELAS ÀS PANEIAS: MEMÓRIAS, IMAGINÁRIOS E POLÊMICAS NOS PROTESTOS EM TEMPOS DE PANDEMIA

ANTÔNIO AUGUSTO BRAIGHI¹
CLÁUDIO HUMBERTO LESSA²

Resumo: Neste capítulo, buscou-se descrever e analisar, a partir de um enfoque contrastivo, de que maneira os posicionamentos político-ideológicos em polêmica, expressos em manifestações políticas ocorridas no Brasil, nos primeiros meses da pandemia da Covid-19, buscaram se validar em memórias discursivas, a partir de agenciamentos sógnicos pertencentes aos planos verbal e não verbal. Para tanto, foram resgatados os conceitos de discurso, formação ideológica, formação discursiva e memória discursiva, desaguando na perspectiva das polêmicas discursivas. Tomando as intervenções públicas pró-Bolsonaro e protestos contra posicionamentos do governo federal como objeto, foram analisados agenciamentos sógnicos específicos ocorridos em cada manifestação. Por fim, a partir do desenvolvimento de análises contrastivas, articuladas à luz das noções de formações ideológica e discursiva, foram feitas assertivas acerca das memórias que se apresentam em cada ato, seus propósitos e a o que efetivamente servem. O exame dos diversos extratos semióticos parece sinalizar o confronto entre duas formações discursivo-ideológicas, uma em prol do governo e do ator político Bolsonaro; outra que poderíamos chamar de pró-Ciência e de pró-democracia.

Palavras-chave: Memória. Discurso. Polêmica. Protestos. Pandemia.

Abstract: In this chapter, we tried to describe and analyze, from a contrastive focus, how the political-ideological positions in controversy, expressed in political protests that took place in Brazil in the first months of the Covid-19 pandemic, tried to validate themselves in discursive memories, which are expressed by verbal and non-verbal signs. Therefore, the concepts of discourse, ideological formation, discursive formation, and discursive memory were revisited, leading to the perspective of discursive controversies. Taking both, pro-Bolsonaro public interventions and protests against federal government positions, as our object, specific signs that were used in each protest were analyzed here. Finally, developing contrastive analyses, articulated in the light of the notions of ideological and discursive formation, assertions were made about the memories that are presented in each act, their purposes and what they effectively serve to. The examination of the various semiotic extracts seems to show the confrontation between two discursive-ideological formations, one in favor of the government and the political actor Bolsonaro; another that could be called pro-Science and pro-democracy.

Keywords: Memory. Discourse. Polemic. Protests. Pandemic.

¹ Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG). e-mail: antonioaugustobraighi@gmail.com.

² Doutor em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG). e-mail: claudiohlessa@gmail.com.

AFLIÇÃO COM AS BLUSAS AMARELAS . . .

*Ando com minha cabeça já pelas tabelas
Claro que ninguém se toca com minha aflição
Quando vi todo mundo na rua de blusa amarela
Eu pensei que era ela puxando o cordão*
(Pelas Tabelas – Chico Buarque)

Abril de 1984: Chico Buarque nos apresenta um eu lírico que está cansado, fadigado, dir-se-ia *pelas tabelas*, na gíria popular, de tentar entender o fenômeno da época. O Brasil vivia a Ditadura Militar, mas, a despeito das limitações que os anos de chumbo assentavam, uma mobilização pedia eleições diretas; já! Naqueles idos, manifestações se davam com dezenas de pessoas trajando blusas amarelas com os dizeres: “Eu quero votar pra presidente”.

Abril de 2020: enquanto a Ciência bradava por distanciamento social como medida para contenção da disseminação da Covid-19, dezenas de brasileiros, muitos deles sem máscaras, vestiam suas camisas amarelas e formavam aglomerações nas vias do eixo monumental em Brasília-DF (igualmente em outras cidades). Isso se deu para, também com motes diversos, apoiar o governo federal, mais especificamente o presidente Jair Bolsonaro.

Enquanto o oitentista eu lírico buarquiano, marcado pela ausência de sua amada, via-se confundindo os sinais de seus tempos e tentando compreender seus próprios sentimentos, muitos outros personagens, no curso de produção deste estudo (abril de 2020 - abril de 2021), também se afligem com uma lacuna de compreensão sobre que idos são estes em que vivem. A angústia, como se vê, chega também aos pesquisadores, e, mesmo aqueles da seara discursiva parecem ter problemas para compreender o cenário atual.

Quando se poderia conceber que um político, quer seja chefe do Executivo ou outro, teria a seu favor uma manifestação pública em uma democracia? Quem diria que fosse possível a realização de mais de uma parada pública com tal propósito, no curso de uma séria pandemia, exigindo moderação nas atividades sociais? Eximindo aqui de se tratar da imagem pública um tanto quanto controversa do presidente da República, apenas as duas questões acima já justificariam pensar sobre o fenômeno em curso.

Ocorre que outros atos — ainda que menores e menos recorrentes — desta feita de protesto, também se deram durante o período em que a Covid-19 avançava sobre o Brasil. O mais recursivo, o de bater-panelas nas janelas, (sobretudo durante os pronunciamentos de Bolsonaro na televisão)

colocava em pauta a insatisfação da população frente a um presidente que, entre outras atitudes, insistentemente, desrespeitava as recomendações sanitárias de manter o isolamento social. Os autores desse tipo de ação de protesto, todavia, mantinham-se em distanciamento e manifestavam-se das janelas de casa, diferente de alguns grupos que foram às ruas para demonstrar desagrados.

O que se viu, então, foram ações que, de alguma maneira, também visavam dar resposta àquelas que se manifestavam favoráveis ao presidente (e, inclusive, até a uma intervenção militar — eis o assombro com o uso da malha amarela). Brasília, a cidade-cenário do Executivo nacional, foi o palco de algumas das mais representativas ações de militantes contra e pró-Bolsonaro. Lá, em um curto período de tempo, intervenções representativas de toda ordem servem de arquétipo para se pensar acerca do que bradam os sujeitos que, em meio a uma crise na saúde mundial, foram às ruas.

Dessarte, as manifestações pareciam sinalizar a emergência de sensibilidades políticas cujos discursos e atos resultam de posicionamentos políticos que podem ser caracterizados pelos seguintes traços: i) inscrição em uma polêmica discursiva marcada por uma forte dicotomização e disputa ideológica; ii) atualização de enunciados verbais e não verbais que, na história, já foram usados para sustentar e defender posicionamentos políticos, tanto de talhe conservador e ditatorial quanto libertário e de afirmação de direitos; iii) uso de estratégias típicas que têm sido empregadas pelo ativismo e em protestos recentes. Os ditos traços, segundo Maingueneau (2020), caracterizam-se, entre outros, por associarem o corpo do sujeito manifestante a um determinado enunciado. Tal questão concorre para que esse sujeito se torne sustentador de um certo posicionamento político coletivo do qual participa.

Assim, propõe-se, como objetivo geral deste capítulo, descrever e analisar, a partir de um enfoque contrastivo, de que maneira os posicionamentos político-ideológicos em polêmica, expressos nas recentes manifestações no Brasil, buscam se validar em memórias discursivas, a partir de agenciamentos sógnicos pertencentes aos planos verbal e não verbal. Para tanto, tem-se como passos específicos de desenvolvimento: i) representando a seção primeira deste estudo: resgatar os conceitos de discurso, de formação ideológica, de formação discursiva e de memória discursiva, desaguando na perspectiva das polêmicas discursivas, por vezes marcadas por forte teor de dicotomização — o que parece ser o caso do objeto em análise; ii) empreender uma apreciação crítica de manifestações pró-Bolsonaro e de protestos contra posicionamentos do governo federal com o intuito de identificar e de analisar agenciamentos sógnicos específicos ocorridos em cada ato; iii)

desenvolver análises contrastivas, articuladas à luz das noções de formação ideológica e discursiva, acerca das dimensões mobilizadas em cada protesto, a fim de, ao final, empreender assertivas em relação às memórias que se apresentam, seus propósitos e a que efetivamente servem.

FUNDAMENTOS DISCURSIVOS : PARA ENTENDER OS SINAIS

A Análise do Discurso (AD), fundada por Michel Pêcheux e pelo seu grupo interdisciplinar de pesquisadores, visou propor uma abordagem de estudos da língua/linguagem, dos sujeitos e dos sentidos. Tal abordagem deveria considerá-los como fenômenos determinados pelas suas condições de produção sócio-históricas e pelas formações ideológicas (FI)³ dominantes em uma determinada formação social e marcada pelas contradições de classe.

Pêcheux propôs os conceitos fundadores da AD a partir de: um exame crítico de algumas premissas da Linguística; da releitura do conceito de ideologia efetuada por Louis Althusser; de uma apropriação/ressignificação do conceito de formação discursiva, de Michel Foucault, e da noção de inconsciente, de Jacques Lacan. Logo, estamos nos referindo às noções de sujeito, de interpelação ideológica, de formação ideológica, de formação discursiva (FD) e de pré-construído.

Assim, Pêcheux (2009 [1975]; 2012 [1971]) lançou as bases para a fundação de uma semântica discursiva e propôs relacionar o estudo desse ramo da Linguística à Filosofia e à Teoria das Formações Sociais (o materialismo histórico). O filósofo sustenta que a Ciência Linguística formulou uma teoria geral que possibilitou o estudo dos fenômenos de qualquer língua nos níveis fonético/fonológico, morfológico e sintático. Porém, para se estudar o extrato semântico, seria necessário um diálogo com outros campos, tais como a Sociologia, a Psicologia, a História, uma vez que “(...) o laço que liga as ‘significações’ de um texto a suas condições sócio - históricas não é, de forma alguma, secundário, mas constitutivo das próprias significações (...)” (PÊCHEUX, 2012 [1971], p.124-125).

³ Segundo Brandão (2004), podem-se considerar as formações ideológicas como o conjunto de posicionamentos ideológicos que se confrontam em uma determinada formação social, em um estágio do desenvolvimento histórico. Tais posicionamentos remetem a comportamentos e representações que não são nem universais, nem individuais; relacionam-se, direta ou indiretamente, a posições de classe e são introjetados pelo indivíduo que é interpelado pela ideologia, levando-o a ocupar determinados lugares em um grupo ou classe social.

Dessa forma, esse autor propôs um método de inquirição para se investigarem os processos de produção e de interpretação dos sentidos que se associa à Linguística e à História a partir de uma visão marxista, cujo ponto de partida para a análise da sociedade e das relações econômica e ideológica propõe considerar que os sujeitos e os sentidos são determinados por relações contraditórias de classes. Para Pêcheux (2012 [1971]), a língua constitui a base sobre a qual se constroem os processos discursivos. Desse modo, o autor salienta que essa base linguística fornece mecanismos enunciativos que permitem ao sujeito se posicionar em relação às representações e às ideologias de que é suporte. Assim sendo, nessa abordagem, o sujeito é afetado, ao mesmo tempo, pelo real da língua e pela ideologia. A língua é considerada como materialidade que sinaliza ideologias.

Pêcheux (2009 [1975], p.145) cauciona-se nas reflexões de Althusser, que coloca em causa uma visão idealista da noção de sujeito como sendo a origem e a causa do dizer. Na visão althusseriana, a ideologia interpela o indivíduo em sujeito e fornece-lhe um “tecido de ‘evidências subjetivas’” que lhe permite identificar-se, reconhecer-se e posicionar-se em determinado papel social. Logo, os sujeitos vivem a evidência de uma ilusão que pode ser expressa em enunciados como: “eu sou realmente eu”; tenho “minhas ideias”, “minhas intenções”. Segundo o supracitado autor, toda formação social é formada por um todo complexo de formações ideológicas que constroem evidências quanto às maneiras de “compreender” e “de fazer, temer, esperar” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 148), fornecendo aos sujeitos “sua realidade”. Nesse sentido, elas fixam, normalizam e naturalizam os sentidos e são condições para a formação de um consenso intersubjetivo.

Nessa perspectiva, entende-se que os sentidos não existem em si, em sua literalidade significante, mas são determinados pelas formações ideológicas que interpelam os sujeitos e com as quais eles se identificam. Elas são materializadas/representadas na língua/linguagem por formações discursivas, definidas pelo filósofo como “(...) aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 147).

Esse mecanismo de interpelação/identificação do indivíduo em sujeito é chamado, na teoria althusseriana, de assujeitamento. Pêcheux (2009 [1975]) destaca que as formações ideológica e discursiva impõem e dissimulam o processo de assujeitamento sob a aparência de uma autonomia e instauram uma unidade imaginária que faz o sujeito crer que é a origem dos sentidos e que estes existem em sua literalidade. Dessa forma, o sujeito esquece-se de que é determinado pela exterioridade da língua, do simbólico e pelas ideologias. Nessa abordagem, o indivíduo é considerado, então, uma

forma-sujeito, ou seja, uma forma histórica que o indivíduo precisa assumir para se constituir como um agente de práticas sociodiscursivas. O filósofo refere-se a uma forma de *sujeito de direito*, que é assujeitado pelas relações sociais jurídico-ideológicas na formação social capitalista.

As FD são consideradas, assim, lugares de constituição de sentidos ou matrizes de boa formação semântica, como define Maingueneau (2005). Dessarte, os sentidos são formados a partir da relação que estabelecem com outros e em dependência “ao ‘todo complexo com dominante’ das FD, intrincado no complexo das formações ideológicas”, conforme diz Pêcheux (2009 [1975], p. 148-149). Por isso, os sentidos mudam segundo os posicionamentos do sujeito em relação às FD, as quais o constituem e com as quais ele se identifica; assim sendo, o sujeito é determinado por uma exterioridade que lhe é constitutiva.

Toda FD, explica Pêcheux (2009 [1975]), constitui um espaço de reformulação e de paráfrase, que determina o que é possível dizer, ou ainda, o dizer tolerável em relação a uma dada formação ideológica; é possível, assim, ao analista, a partir do exame de um determinado conjunto textual, identificar um conjunto de enunciados, de formas de dizer e de sentidos que são permitidos, autorizados, reatualizados, reformulados e outros que são negados, apagados, rasurados ou censurados. Essa relação entre os enunciados que obedecem às regras de uma mesma FD, Courtine, segundo Maingueneau (1997), chamaria, posteriormente, de *rede de formulações*, ou ainda, de “rede interdiscursiva” vertical. Este autor explica que Courtine mostrou que é possível, então, associar a toda FD uma memória discursiva. Maingueneau (2005) observa que, por intermédio dessas redes de formulações, os objetos do discurso e os sentidos estabilizam-se e constituem pré-construídos que representam o que Pêcheux (2009 [1975]) chama de uma *forma sujeito Universal* de uma FD, definida por ele como o lugar de onde é possível enunciar.

Maingueneau (2005), caucionando-se em Courtine e em Marandin, realiza uma crítica à noção de FD, considerada como um “bloco compacto”, que seria oposto a outros, como fora pensada nos primeiros estudos em AD. Esse estudioso reflete, então, sobre o que constitui a identidade de uma FD e reforça a tese de que é preciso considerar o nível constitutivo pelo qual toda FD relaciona-se ao seu “exterior”. O linguista observa que a FD deve ser entendida como um lugar de um trabalho incessante no interdiscurso; refere-se, pois, a um domínio aberto, instável, em constante reconfiguração. Apresenta-se, desse modo, como uma entidade heterogênea em si. Nesse sentido, pontua o analista, a individuação de uma FD resulta de um processo contraditório.

Essa consideração de uma FD cuja identidade resulta de sua relação constitutiva com outra(s) FD, com as quais estabelece relação de aliança ou de polêmica, leva o trabalho de análise a buscar hipotetizar e compreender não uma FD, mas o processo de interação entre elas. As polêmicas entre os discursos, dessa forma, ressalta Maingueneau (1997, p. 120), não surgem de um exterior, de forma contingencial, mas apresentam-se na forma de “um processo de delimitação recíproca”; assim, todo discurso tem origem a partir de sua relação com outro(s). À relação polêmica entre as FD, esse autor dá o nome de *processo de interincompreensão*, no qual e pelo qual uma FD traduz como inaceitáveis as unidades de sentido construídas por seu Outro. Assim, é possível pensar que toda FD opõe dois conjuntos de categorias semânticas: um, dito positivo, ao qual são associadas as categorias e os sentidos reivindicados, e outro, dito negativo, constituído por categorias e sentidos negados.

Maingueneau (1997, p.120) afirma que toda unidade de sentido de um discurso encontra-se inscrita em uma relação essencial com outra, “aquela do ou dos discursos em relação aos quais o discurso de que ela deriva define sua identidade”. Ressalta também que a polêmica pode manifestar-se por meio de várias formas, como, por exemplo, na materialidade da palavra, no léxico, nas projeções de imagens (*ethos*⁴), na intertextualidade, na dêixis, no processo de desqualificação do adversário. Além dessa noção de polêmica como processo de interincompreensão discursiva, consideramos, neste capítulo, as reflexões sobre tal conceito feitas mais recentemente nos estudos da Argumentação e do Discurso por Amossy (2017). Essa estudiosa mostra como a categoria de polêmica, nos estudos das Ciências Sociais e na mídia, sempre se apresentou e se apresenta como desvalorizada por oposição à noção de deliberação, considerada central nas democracias.

À polêmica, associaram-se representações negativas, como divisão violenta, desacordo profundo, discurso erístico (arte de vencer a qualquer custo). Contudo, Amossy (2017) resgata diversos estudos cujos autores valorizam a polêmica e defendem a hipótese de que o conflito pode ter caráter construtivo nas democracias. A autora argumenta que é preciso, então, pensar em uma retórica do dissenso. Nessa abordagem, tal conceito é entendido como forma de gerir conflitos de opinião sob a forma de uma dissidência e não de busca de um acordo. Amossy (2017) ressalta que se deve, contudo, examinar casos concretos, a fim de se interrogar sobre quais seriam as possíveis funções sociodiscursivas que a polêmica pode vir a exercer em uma

⁴ Ao lado do *logos* e do *pathos*, o *ethos* constitui uma das três provas retóricas pensadas pelo filósofo grego Aristóteles. O *ethos* refere-se à projeção, pelo orador, no e pelo discurso, de traços de seu caráter que visam levar o auditório a pensar que ele é digno de credibilidade.

conjuntura. Essa autora propõe considerar a polêmica como um tipo de modalidade argumentativa que emerge de assuntos de interesse público, em torno dos quais se colocam em causa princípios, posicionamentos político-ideológicos e visões de mundo, sustentados por grupos em disputa, os quais visam demonstrar uma tese e refutar a do adversário. Nesse sentido, a polêmica pode tornar-se um espetáculo, no espaço público, visando persuadir outrem.

Elencamos alguns traços da polêmica tal como a define Amossy (2017): i) a desqualificação do outro (visa-se consolidar a identidade do grupo designando o outro de forma negativa; uma das estratégias é a depreciação da imagem de outrem; pode-se difamar o adversário com o objetivo de desacreditar sua pessoa e seu ponto de vista); ii) dicotomização: expressa-se em posições antitéticas excludentes e marca-se por uma forte oposição, por um desacordo grave, o que contribui para uma radicalização do debate e pode levar ao afrontamento verbal; iii) polarização: caracteriza-se pelo agrupamento em campos sociais adversos, manifestando-se na cisão entre um “nós” versus “eles”; estrutura-se por um processo que resulta da união de grupos que se solidarizam e passam a defender uma posição opondo-se a outra; os atores sociais assumem o papel de actantes e identificam-se a um posicionamento ideológico. Contudo, a polêmica não se funda, necessariamente, na violência e nas paixões, mas no conflitual, na dicotomização e na desqualificação do outro (AMOSSY, 2017).

As coberturas que a mídia tem feito das manifestações, das ações e dos discursos governamentais, em 2020, permitem-nos identificar uma polêmica forte que se instaurou entre grupos e atores sociais, apoiadores do atual presidente, que manifestam posicionamentos em prol da volta de um possível governo de exceção, ditatorial, e aqueles que defendem o Estado de Direito, os valores democráticos e as liberdades civis. Devido ao contexto da pandemia, observa-se igualmente outra polêmica: de um lado estão aqueles que defendem uma política sanitária caucionada nas determinações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e na solidariedade para com as vítimas do novo Coronavírus, os profissionais da saúde e os demais cidadãos; de outro, os que, alinhando-se ao ponto de vista do presidente, manifestaram-se contra o isolamento social geral e chegaram até mesmo a minimizar os impactos da Covid-19. Na sequência, observamos, então, traços desses processos de dicotomização e de polarização que marcaram os protestos.

ANÁLISE: ENTRE O BATER PANELAS E USAR A BLUSA AMARELA

Nesta seção, procederemos à análise de manifestações públicas, de apoio e de protesto, que, entre outras, possivelmente realizadas no início da pandemia da Covid-19, foram destacadas para estudo. Por uma questão de metodologia, decidimos trabalhar aqui apenas com aquelas ocorridas em Brasília-DF. A seguir, relacionamos os objetos de análise, ainda que o intuito não seja empreender uma apreciação pormenorizada de sua dinâmica. Assim, destacam-se aspectos gerais, sobretudo aqueles ligados a uma recorrência de agenciamentos sógnicos⁵, que permitam dar um panorama de como se conformavam os protestos. Associadas a essas observações, desenvolvem-se reflexões articuladas à luz de teorias alusivas à memória discursiva, à formação discursiva e ideológica e a nuances da polêmica. Antes de tudo, porém, nos parece salutar apresentar⁶ elementos de contexto: a dinâmica dos eventos que precederam e se sucederam às manifestações e apareceram como possíveis causas – e até consequências – do desenrolar dos atos na vida política brasileira.

ALGUNS ELEMENTOS DE CONTEXTO

É difícil precisar quando começou a proliferação da Covid-19 no Brasil. No entanto, buscando um marco referencial para os propósitos deste trabalho, 06 de março de 2020 talvez seja uma baliza temporal importante. Nessa data, o país já passava da primeira dezena de casos confirmados da doença e foi nesse dia que o presidente Bolsonaro veio a público, em pronunciamento oficial, em cadeia nacional de rádio e de televisão, tratar do assunto em pauta.

Num tom aparentemente apaziguante, sua fala mais emblemática naquela noite foi: “não há motivo para pânico”. Ainda dizia que “seguir rigorosamente as recomendações dos especialistas” era “a melhor medida de prevenção”. No entanto, três dias depois, em discurso, nos Estados Unidos, afirmou que muitos estavam superdimensionando o “poder destruidor” da Covid-19, com fins meramente econômicos. Ainda vale dizer que muitos integrantes da comitiva dele contraíram o vírus nessa viagem e, inclusive,

⁵ Nossas considerações acerca da decomposição dos signos se dão por uma dinâmica ensaística, valendo-nos de bagagem teórica vinda do procedimento de leitura de imagens desenvolvido por Barthes (1984).

⁶ Bem grosso modo, dada a extensão dos capítulos de livro para este dossiê.

questionou-se, durante muito tempo, se o próprio Bolsonaro não estaria infectado — o que veio a ocorrer em meados de julho.

O posicionamento do presidente parecia, até ali, uma justificativa para o enfraquecimento da moeda brasileira. Segundo ele, o mundo todo estava “sofrendo”⁷ com a queda nas bolsas em razão da emergência do vírus. Contudo, pouco a pouco, sua argumentação, por vezes frágil e falaciosa, subvalorizava e até ridicularizava a seiva da Covid-19 cada vez mais, indo de encontro à preleção de especialistas que, inclusive, antes disso, o próprio Bolsonaro havia exaltado. O ponto alto do paradoxo trazido pelo posicionamento do presidente ocorrera, porém, na terceira semana de março de 2020. No dia 17 daquele mês, ele veio a público para questionar o que chamou de “certa histeria”, ao verbalizar: “alguns governadores [...] estão tomando medidas que vão prejudicar e muito a nossa economia”. Isso se deveu à necessidade do fechamento de serviços não essenciais como medida de contenção da proliferação do vírus. Naquela mesma noite, iniciaram-se, em várias capitais do Brasil, pанаeções contra Bolsonaro. Três dias depois, sua máxima mais emblemática do período deu o tom do comportamento que adotaria em diante: “Depois da facada, não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar”.

A partir daí, Bolsonaro foi visto várias vezes em público, contrariando as orientações da OMS e do seu próprio Ministério da Saúde. Houve conversas com apoiadores, na porta do Palácio da Alvorada, gerando aglomerações; vários passeios fortuitos no comércio de Brasília-DF; participação em roda pública de oração; presença em manifestações a seu favor. Enfim, tudo isso, em geral, sem utilizar máscara, estabelecendo contato corporal com as pessoas e, quando oportuno, reforçando verbalmente seu posicionamento, que ficava claro em suas atitudes.

Nesse ínterim, diversos acontecimentos se sucederam na vida política brasileira⁸. Durante a quarentena, dois ministros da saúde foram demitidos. O primeiro deles, Luis Henrique Mandetta, elogiado por especialistas pelo trabalho que empreendia, foi exonerado por Bolsonaro em 16 de abril. Menos de um mês depois, o substituto, Nelson Teich, também saiu do posto. No dia 24 de abril, outro ministro pediu demissão; dessa vez fora Sérgio Moro, da pasta da Justiça e Segurança Pública. Considerado nome forte na opinião pública, o ministro saiu dando indícios de que o presidente teria atitudes que visavam encobrir atos corruptos, alguns deles teriam sido cometidos, infere-se, pelos filhos de Bolsonaro.

⁷ A partir daqui, as falas do presidente são excertos do discurso direto dele em notícias de vários *media*.

⁸ Entre esses acontecimentos, destacamos a oposição de Rodrigo Maia, na Câmara dos Deputados, aos comportamentos de Bolsonaro. O deputado, por vezes, criticou a postura e as falas do presidente da República. Tal dinâmica parecia intensificar, cada vez mais, a crise entre o Congresso Nacional e o Executivo.

Moro não concordava com a tentativa de interferência do presidente na Polícia Federal. Segundo o então ministro, o registro de uma reunião ministerial provaria que estaria sofrendo pressão por parte de Bolsonaro para tomar atitudes que considerava inapropriadas. Depois de avaliação do Superior Tribunal Federal (STF), quase um mês depois, o vídeo⁹ da reunião foi liberado para a imprensa, o que talvez tenha deixado a relação daquela instituição ainda mais abalada com o Executivo Nacional¹⁰. Ao menos desde março de 2019, quando foi aberto inquérito para investigar *fake news* e ataques a ministros do STF, as trocas entre o presidente (e seus apoiadores) e a Corte não foram muito profícuas. Em maio¹¹ de 2020, o relator, ministro Alexandre de Moraes, deferiu buscas e apreensões junto a apoiadores de Bolsonaro. Na sequência do procedimento, em meados de junho, a Procuradoria Geral da República (PGR) já acusava quatro deputados do Partido Social Liberal (PSL), antiga legenda de Bolsonaro, de usarem verba pública (da cota parlamentar) para divulgar manifestações antidemocráticas. Quando essa última informação veio a público, coincidentemente houve um esvaziamento das manifestações bolsonaristas que ocorriam no período.

Toda essa complexa dinâmica política no Brasil serve de cenário para as manifestações no País. Todavia, na interseção do externo com a vida pública brasileira, nos Estados Unidos, a morte do jovem negro George Floyd, assassinado por asfixia por um policial branco em uma operação, causou comoção e revolta na maioria da população norte-americana e no mundo todo. Isso levou milhares de pessoas a saírem da quarentena, a fim de protestar contra o racismo, entoando o grito “*Black lives matter*”. As manifestações influenciaram ações no Brasil e impulsionaram, inclusive, protestos contra o presidente.

AS MANIFESTAÇÕES

Lançamos primeiro o olhar para ações públicas pró-Bolsonaro ocorridas durante o início da disseminação do novo coronavírus. Em 15 de março de 2020, os apoiadores de Bolsonaro ressignificaram a *hashtag* #Bolsona-

⁹ Além das falas de Bolsonaro que Moro visava virem a público, outras tantas chamaram a atenção: palavras de baixo calão proferidas pelo presidente; ofensas e ameaças do ministro da Educação (que, pouco tempo depois, viria a ser exonerado) aos membros do STF; as do comportamento oportunista do ministro do Meio Ambiente, que visava aproveitar o momento de pandemia para serem aprovadas pautas questionáveis; entre muitas outras.

¹⁰ Há ainda uma ação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a fim de investigar se a chapa de Bolsonaro se beneficiou do serviço de disparos de mensagens em massa para celulares.

¹¹ Ainda naquele mês, o Supremo, a contragosto do presidente, ratificou ainda a legitimidade das Unidades Federativas para deliberarem sobre as medidas de combate ao novo coronavírus.

roDay e se mobilizaram na *web* para um ato nas ruas. Era o início de uma campanha de manifestações a despeito de tudo o que já se sabia sobre a pandemia em curso. Foram ao menos 13 atos, ocorridos aos fins de semana, em Brasília-DF, num período de pouco mais de três meses, sem contar outras ações como carreatas e, claro, uma vez que não é objeto deste estudo, aquelas que se deram em outras cidades. As ações começaram a perder força no dia 07 de junho, quando o próprio Bolsonaro desaconselhou a participação de seus apoiadores, muito em função de protestos de grupos contrários a ele para o mesmo dia; a partir desse momento, os atos pró-Bolsonaro tornaram-se cada vez mais raros até o final daquele mês.

Fazendo uma soma arbitrária do conjunto de atos, a narrativa resultante das ações parece evidenciar o apoio a um sujeito, visto como herói para aquele grupo de manifestantes. A investida popular, repetida a cada domingo, que assinalava o aferro e a fidelidade militante, parecia advir no sentido de dar suporte ao objetivo do paladino: conseguir governar com eficiência o país em prol do povo. Ora, se não o consegue, é talvez porque tenha oponentes. Esses, então, por sua vez, são nomeados e desqualificados nas passeatas: STF, Congresso, Rodrigo Maia, os partidos de esquerda e seus integrantes e simpatizantes, veículos de comunicação (nomeadamente a *Rede Globo* e a *Folha de São Paulo*), entre outros, apontando dicotomizações e polarizações (condições que Amossy (2017) também prevê), muitas vezes inexistentes, mas baseadas na ideia de que o outro, por pensar diferente, é adversário.

Portanto, a parcela do povo que foi às ruas parecia querer sair do lugar de destinatário das ações de seu guardião, para o de sujeitos ativos no processo, o que beneficiaria, por sua vez, a Bolsonaro e estabeleceria um processo cíclico de mútuo apoio. Todo esse movimento parece formar, então, um broquel simbólico e discursivo, materializado na presença das pessoas nas ruas, sinalizando um posicionamento político-ideológico alinhado a uma formação discursiva de defesa dos valores/ideais direitistas – defendidos por Bolsonaro e seus seguidores.



Imagem 01: Montagem de fotos das manifestações pró-Bolsonaro.
Fonte: Ana Rayssa/CB/D.A. Press



Imagem 02: Montagem de fotos das manifestações pró-Bolsonaro. Fonte: Sérgio Lima

Uma das estratégias para fortalecer esse escudo-espada das manifestações são as sugestões contra os oponentes (aparecendo evidentemente como ameaças), tantas vezes registradas em cartazes e faixas: *intervenção militar*, *fechamento do Congresso*, *ingerência no STF*, entre outras. Esses movimentos mobilizam signos que retomam algumas ideias e enunciados que integram uma memória discursiva relacionada ao período ditatorial vivido no Brasil a partir de 1964. Muitas vezes, tais mensagens são pintadas com as cores verde e amarelo; as alusões aos principais matizes da bandeira nacional reivindicam o patriotismo. Em outras palavras, por um efeito de sentido, indica-se que, mais do que um apoio a Bolsonaro, impedirem-se as mencionadas medidas, ainda que estas sejam antidemocráticas, são ações em prol do Brasil.

As cores aparecem em tantos outros signos ao longo das manifestações, inclusive na própria bandeira do Brasil, à mão, às costas, por vezes até vestindo os militantes; se pudessem, os manifestantes talvez dissessem: “Visto a minha formação ideológica”. O que se vê, num apontamento semiológico, é a flâmula e seus valores relacionados ganhando vida, ou seja, o

corpo na rua (MAINGUENEAU, 2020). Mantendo-nos num nível de interpretação não muito complexo, não haveria como questionar o valor de um ato como esse, dado o seu valor aparentemente cívico. Entretanto, os signos não verbais parecem materializar uma formação discursivo-ideológica não apenas marcada por valores ligados ao patriotismo, mas também pelo apoio ao governo bolsonarista e ao que ele defende.

Sobre a blusa amarela, sabe-se que o Brasil é famoso mundialmente pelo futebol. Mas a malha áurea da seleção teria brilhado nos campos não apenas pelo talento de seus jogadores, mas pela garra, pela dedicação, pelo amor ao próprio país. O brasileiro que imposta tal camisa parece reivindicar, assim, não apenas o apreço pelo esporte bretão, mas uma espécie de consciência, na memória das Copas, de que seu país é reconhecido e valorizado e, logo, que se orgulha disso. Além disso, é uniforme de disputa, de batalha. Usar essa camisa em um protesto significaria, então, dizer: “Sou brasileiro e luto pelo meu país”.

Outro enunciado recorrente nos protestos pró-Bolsonaro que atualiza uma memória discursiva associada à prática esportiva do futebol e a seus simbolismos é o refrão: “Eu sou brasileiro, com muito orgulho e com muito amor!”. O que se ouve, com frequência, nas partidas da seleção brasileira, é, por vezes, cantado pelos manifestantes, entrecortado pelos gritos de “mito, mito” em alusão a Bolsonaro. Essa designação valorativa para referenciar a pessoa do presidente concorre para projetar traços éticos de Bolsonaro e que podem ser associados a uma figura olimpiana.

Entre as camisetas fulvas nas manifestações, viam-se as da seleção brasileira e, também, as da campanha para presidente em 2018. Algumas tinham a caricatura do líder político impressa; outras, a mensagem: “Meu partido é o Brasil” — enunciado que integra a rede de formulações associada à formação discursiva bolsonarista e que, com certa adaptação, retoma aquelas de 1980, citadas na introdução deste trabalho. Uma memória reconstruída, que nos remete a um período em que se visava acabar com a ditadura, com o presente reivindicando a sua volta — ou, ao menos, alguns de seus valores. De qualquer forma, o enunciado das camisetas, em leitura objetiva, reforça, mais uma vez, a perspectiva patriótica. No entanto, o engano proposital esconde que esse foi um dos temas usados por Jair Bolsonaro nas eleições¹².

No entanto, cabe dizer ainda que são vistas nas manifestações pró-Bolsonaro, em menor quantidade, mas de forma recorrente, bandeiras de

¹² Bolsonaro utilizava camisa análoga quando foi atingido por uma faca durante passeata de campanha eleitoral.

países como os Estados Unidos e Israel. Isso parece apontar uma vinculação ideológica, ligada aos poderes econômico e bélico, a despeito do nacionalismo tupiniquim ali clamado; processos complexos e contraditórios.

Por fim, cabem alguns destaques. Uma das manifestações trouxe uma intervenção teatral. No dia 09 de maio, data em que o Brasil ultrapassou o número de 10.000 mortos pela Covid-19, o esquete parecia menosprezar os alarmantes dados. Empreendendo jogo intertextual com o videoclipe “Thriller” de Michael Jackson, um caixão foi posto ao asfalto. Ao comando de um narrador, quatro pessoas simulavam ser abatidas por males, segundo a historieta, decorrentes da pandemia que ocorria: suicídio, fome, violência e doenças. Em seguida, a mencionada música começa a tocar e uma mulher, simulando um zumbi, sai dançando do ataúde. Com um toque, todos os demais actantes também ganham vida novamente. A cena chama a atenção, pois é deveras simbólica. Trata-se de um deboche que se nega a aceitar a realidade ou expõe a realidade que governa a mente (de parte) daqueles que participam de uma manifestação como essa e durante o período de franca expansão do novo coronavírus pelo país, o qual tem matado pessoas aos milhares. A alegoria apresenta um esquife no posto das mortes por Covid-19. Ele se destaca (na mídia, por exemplo), “mas é só um”, é o que parecem dizer os militantes, frente aos diversos outros desencarnes invisibilizados, causados não pela pandemia, mas pelas medidas de isolamento social adotadas pelos governos estaduais. Em uma palavra, dizem: “ações de contenção matam mais do que o próprio vírus”.

Nesse contexto, um signo em ausência constante indica um forte posicionamento: as máscaras de proteção em meio à pandemia de Covid-19. O rosto dos manifestantes, tantas vezes nu, indica coragem, valentia e, ao mesmo tempo, que o ídolo tem razão: não há do que ter medo. Audácia de cavaleiros da ordem bolsonarista, sem elmo, posto que não precisam, uma vez que estão com a armadura verde e amarela; é o que parece. Isso ocorreu pelo menos até a sétima manifestação, quando o próprio Bolsonaro passou a utilizar a máscara.

Enfim, a apoteose vem, quase sempre, com o surgimento da celebridade. Bolsonaro, em desconsideração à pandemia, não apenas acena de longe; mas, quase sempre, vai até aos seus, cumprimenta-os, abraça-os, toma crianças ao colo, aponta para os céus — o que demonstra ligação direta com o divino —, tira fotos e, claro, é clicado por diversos *media* que, no dia seguinte, farão exatamente o que ele espera: dar espaço em seus veículos, ressaltando o tamanho apoio que recebe do (de parte do) povo. Além disso, essas ações do presidente também buscam reafirmar a todos que, assim

como ele, não é necessário que essas pessoas tenham a Covid-19 e/ou façam isolamento social horizontal.

Todo esse conjunto de enunciados e de signos, pertencentes aos planos verbal e não verbal, sinalizam uma formação discursiva que parece mobilizar, de forma complexa, formações ideológicas distintas. Em primeiro lugar, é claro, não se pode sobredeterminar cada um dos integrantes por uma interpretação totalizante. No entanto, o que o sumo parece apontar é uma nostalgia por tempos de soberania nacional, de disciplina, de rumo, de uma pacificação. O que a memória busca e reivindica, mesmo que não se queira admitir, é o período de Ditadura Militar. Mas a rede de formulações, ao mesmo tempo, não pode(ria) se dizer a favor da tortura e da censura, da manutenção da união à bala. Tem-se, então, a saudade do que efetivamente nunca existiu e a utopia por uma democracia ditatorializada — ou uma ditadura democrática — aquela em que eu posso dizer o que penso, mas o outro polo não; ele deveria aderir ao meu pensamento. Na perspectiva de Pêcheux (2009 [1975]), não se deve esquecer também do aspecto econômico, veladamente justaposto no protesto: conjecturamos a demanda pelo fortalecimento de uma classe média, marcadamente representada nas ações, que vê em Bolsonaro o seu herói/salvador.

Não obstante, vale registrar que (ora de forma isolada, ora conjunta) as formações ideológicas vinculadas a essa espécie de formação discursiva macro, que tem como símbolo Bolsonaro, na figura do presidente-salvador da pátria, parecem ser manipuladas (mobilizadas e alimentadas), por aqueles que, por motivos diversos, almejam friccionar os sujeitos e impeli-los a saírem às ruas. Se considerarmos que as manifestações pró-governo são influenciadas por dinheiro de deputados apoiadores de Bolsonaro e por viralização de *fake news* na internet (as quais expressam as formações discursivo-ideológicas), teríamos muitos cidadãos em verdade assujeitados participando dos protestos. Assim sendo, podemos fazer a hipótese de que a maior parte dos apoiadores do presidente se encontrariam iludidos (ainda que, de alguma forma, se permitam a isso) pela ideia de autonomia em prol de algo que, em verdade, diferiria do que as ações realmente objetivam (ou do que muitos participantes acreditam ser o objetivo).

Além dos atos de apoio ao presidente, também teceremos considerações sobre algumas ações de protesto contra Bolsonaro, cujos enunciados mobilizados pelos atores sociais parecem permitir inferir outros posicionamentos políticos, baseados em formações discursivo-ideológicas diversas. A primeira delas, como já anunciado, o bater panelas. Caçarolas e frigideiras retiniram em relação ao presidente em 17 de março de 2020 pela primeira

vez. A cada aparição dele na televisão, novas ações ruidosas nas janelas. As ações continuaram, de forma esporádica ao longo do período de isolamento social, e elas aconteciam, sobretudo, quando alguma fala ou atitude menos feliz do presidente vinham à tona. Das sacadas, o grito agudo do alumínio projetava alhures a exclamação de inconformidade de boa parte dos brasileiros com o seu líder político. Aquém de um resgate mnemônico, o tilintar, que começava, às vezes, isolado e insistente por parte de um cidadão, servia como a sineta da fábrica a chamar os demais ao trabalho. O signo *panela* demonstrava que eram pessoas comuns, o povo, a reclamar. Amalgamado ao toque estridente, berros como “fora, Bolsonaro” sofriam pontual disputa com os de “mito!”, em apoio ao presidente; exemplo da disputa discursiva que ocorria também nas ruas.

As painelas que ecoavam em 1980 na vigília da votação da emenda que poderia devolver ao brasileiro o direito de escolher o presidente da República, no entanto, parece ser uma memória distante, frente àquelas que ressoaram contra a presidente Dilma há poucos anos. A individualização do ato de 2020 assemelha, assim, ser uma resposta mais ampla, um “eu avisei”, daqueles que não votaram em Bolsonaro e estão insatisfeitos com ele. Não sem motivos, contudo, os apoiadores do atual chefe do Executivo nacional tomam o ato como uma ação de “esquerdistas” e de “petistas”, como tantas vezes retrucam de suas janelas. A polêmica, no entanto, é reducionista e não parece permitir a este último sujeito, talvez, afetado pela seiva de sua formação ideológica, enxergar os motes mais abrangentes daquela ação de protesto – composta não apenas por quem fazia parte dos mencionados “grupos”.

Outras ações que ocorreram no início da pandemia do novo coronavírus foram realizadas justamente por aqueles que visavam combatê-lo: os profissionais da saúde. Destacam-se duas em especial. A primeira ocorreu na Praça dos Três Poderes em Brasília-DF. Cerca de 60 pessoas, trajando jalecos, mantinham-se de pé, com distanciamento entre si, de frente ao Palácio do Planalto, o qual abriga o gabinete do presidente da República. Enfermeiros e enfermeiras, em um ato (fomentado pelo sindicato brasileiro da categoria), o qual simbolizava o luto e sinalizava a tristeza por perderem colegas de profissão para a Covid-19, à mão direita portavam cruces negras e, na manga esquerda de todos, uma fita preta ainda reforçava a indicação. O protesto silencioso visava ser um alerta à população em favor do isolamento social. Não obstante, o ato, indicialmente, também se colocava contrário às ideias de Jair Bolsonaro. Semelhavam estar em posição de combate, em uma cruzada em favor da saúde de todos. Sua arma era ali a apresentação

das cruzes negras, representação simbólica das mortes que eram, naquele momento, colocadas na conta do líder político. Nada obstante, girando o corpo a cada fração de tempo, em 90°, ora lançavam suas queixas e a culpa ao Congresso, depois, ao Supremo Tribunal Federal e, por fim, à própria bandeira nacional.

Porém, o ato foi interrompido, quando um pequeno e ruidoso grupo contrário à ação interveio¹³. Inicialmente, uma faixa, em verde e amarelo, com os dizeres “Apoio Bolsonaro” foi posicionada nas cercas que separam o Palácio do Planalto da praça. Numa apreciação sígnica particular do gesto, via-se a justaposição de uma espécie de escudo (em defesa do presidente) por militantes que, logo em seguida, se imiscuíam, de forma mais efetiva, como mártires ufanistas. Com uma bandeira à mão direita e outra às costas, como a capa de uma heroína, uma mulher berrava ser patriota, entre ofensas dirigidas aos participantes da manifestação, que, por sua vez, permaneciam parados e sem responder; dessa mesma forma, fazia um homem, que vestia uma blusa amarela (com os dizeres: *Meu partido é o Brasil*) e portava um *smartphone* com o qual registrava a ação. A postura de ambos era intimidatória e a mulher tinha, por diversas vezes, praticamente colado o rosto (sem máscara, ao contrário dos manifestantes) ao de diversas enfermeiras para bradar ultrajes. Podem-se observar, então, nesse enfrentamento, posicionamentos político-ideológicos determinados por formações discursivas distintas. Isso demonstra o que pode e deve ser dito por cada parte: aos insultos dos bolsonaristas, os profissionais da saúde utilizam a estratégia discursiva do silêncio. Nas injúrias do casal, a simpatia por uma formação ideológica classista era notável. A arrogância de quem se acha melhor e superior, por pertencer a determinado nível econômico-social, por ter estudo e estudado em boas escolas, ressoava como uma tentativa de ataque aos enfermeiros e enfermeiras ali presentes.

A *mise-en-scène* dos pró-Bolsonaro evidencia uma polarização latente, num quadro caricato de parte destes personagens (mais uma vez, não tomemos o todo por esta parte). Pareciam querer levar a discussão às vias de fato, não pelo gozo da violência, mas para se fazerem de vítima, caso fossem retrucados fisicamente. Sua agressividade demonstra o ponto a que alguns chegam com a dicotomização à qual Amossy (2017) faz referência, demonstrando, aparentemente, que o diálogo é um projeto distante e que pode desaguar em agressão corporal.

Outros atos da saúde também se deram no eixo monumental em Brasília-DF. Pela manhã do dia 12 de maio (Dia Internacional da Enferma-

¹³ Vídeo do ato disponível em: <https://bitly.com/7jmK3> - Acesso em 28 mai. 2020.

gem), um pequeno grupo de enfermeiras posicionou-se à frente de um boneco inflável. Trajando jalecos brancos e utilizando máscaras de proteção, empunhavam uma faixa branca com uma frase atribuída ao dramaturgo Bertolt Brecht: “Os que lavam as mãos, o fazem numa bacia de sangue”. Os dizeres, marcados com cor vermelha densa, faziam remissão ao mesmo matiz que coloria as garras (unhas pontiagudas, lembrando as de um animal, ou as de um monstro) do boneco. Tem-se, indicialmente, a marca de sangue atribuída reciprocamente; é o boneco quem lava as mãos em uma bacia de sangue. A expressão “lavar as mãos” é rememorada discursivamente, todavia, no sentido mais direto atribuído ao personagem bíblico Pôncio Pilatos — não fazer algo a respeito de uma injustiça. A partir da mobilização desse interdiscurso, a enunciação construída no protesto valeu-se de uma estratégia discursiva baseada na metáfora e visou produzir um efeito de sentido que compara a paixão de Cristo ao sofrimento das famílias que perdiam seus entes queridos para a Covid-19 — incluindo, aí, os profissionais da saúde.

Mas quem o boneco representa? Alguns traços visuais da caricatura remetiam também àqueles do presidente Jair Bolsonaro. Não obstante, fora inserido um pequeno bigode, estabelecendo remissão icônica com Adolf Hitler. A expressão sisuda e as sobrancelhas arqueadas indicavam ira. Justapostos, tais elementos indicam que o presidente da República, por meio de atitudes coléricas, autoritárias, desumanas, logo, desconexas da realidade, é o responsável pelas mortes que vinham ocorrendo em razão da pandemia do novo coronavírus.



Imagem 03: Boneco inflável que faz remissão ao presidente Jair Bolsonaro.
Fonte: Twitter da Deputada Federal Joice Hasselmann (PSL) em 12 de maio de 2020.

Outros tantos elementos, contudo, são ainda aplicados à intervenção. O tronco do boneco se funde ao que parece ser uma montanha de lixo e forma um elemento só e complexo: um centauro de entulho. Na composição, são aplicados signos que estabelecem intertextualidade com o contexto político-social, como uma laranja (em alusão a testas de ferro, na relação possível com denúncias desse tipo atribuídas a Jair Bolsonaro) e árvores sendo destruídas (lembrando as queimadas da Amazônia ocorridas há pouco e que chamaram a atenção de todo o mundo¹⁴), misturando-se com baratas e fezes, entre muitos outros. Todos esses recursos icônicos constituem índices semiológicos que revelam uma polêmica, na qual os manifestantes, em um mesmo movimento enunciativo, evocam uma memória discursiva recente na trajetória política brasileira e questionam, direta ou indiretamente, os apoiadores de Bolsonaro; afinal, a formação ideológica conservadora não contempla o cuidado com o meio ambiente, por exemplo? E os cristãos, o que pensam disso?

A outra manifestação, ocorrida no mesmo dia e ao final da tarde, lembrava muito aquela que se deu anteriormente. 100 manifestantes, vestindo jalecos brancos e utilizando máscaras, portavam desta vez uma pequena vela à mão direita e, na esquerda, uma placa branca (enquanto outra, negra, fora afixada às costas) com o nome de profissionais da saúde que faleceram em decorrência de complicações causadas pela Covid-19. Uma homenagem na prática; mas, como intervenção, um verdadeiro velório em praça pública. Uma vigília por um genocídio, dado o número de mortos pela mesma causa. Realizando o ato no largo do Museu Nacional, os manifestantes posicionavam-se de frente para a Esplanada dos Ministérios (com a Praça dos Três Poderes como mirada), a apresentar, para o conjunto governamental, as alcunhas daqueles que haviam morrido em razão de uma possível desatenção dos políticos. Uma projeção visual/laser com os nomes das vítimas do preconizado descaso público, seguida da chamada oral deles, ocorria na parede externa do museu. Logo após, o manifestante que carregava o nome do que era lembrado deitava com os braços abertos; em verdade, numa interpretação particular, pareciam ser abatidos: a doença parece ser comparada a um tiro, rápido e fatal, tal como foram atingidos os seus colegas. O corpo depositado ao solo lembrava o do próprio Cristo crucificado; o cadáver do mártir desta feita era o da saúde, morto pela omissão. Porém, esses dois exemplos de atos nas ruas trouxeram mais de uma temática, como pode ser visto na imagem a seguir.

¹⁴ A Revista *Carta Capital* listou, em fevereiro de 2020, as principais violações ao meio ambiente feitas por Jair Bolsonaro. Disponível em: <https://bityli.com/jDILE> - Acesso em 25 mai. 2021.



Imagem 04: Ato no Dia Internacional da Enfermagem em Brasília-DF – 12 de maio de 2020. Fonte: Afonso Ferreira/G1

Respostas mais diretas aos manifestos pró-Bolsonaro começaram a ocorrer¹⁵, em algumas cidades do Brasil, por volta do mês de maio de 2020, o que alargou a agenda de reclames. A primeira intervenção ocorreu, então, em 20 de maio, e trouxe um grupo relativamente pequeno de ativistas que apresentavam palavras de ordem ligadas à união e ao amor, aplicando-as à bandeira do Brasil. Cartazes e faixas faziam ainda menções variadas e se referiam ao presidente como genocida e eugenista. Além disso, os materiais apresentados questionavam quem mandou matar a vereadora carioca Marielle Franco e demandavam a anulação da eleição de 2018 pelo TSE.

A marcação do vermelho sangue remonta, de forma direta, à associação com bandeiras de partidos de esquerda. Não sem motivos, o matiz é aplicado e, bom que se registre, havia mesmo a participação de partidos, como o da Causa Operária, PCO, no movimento em questão, até como articuladores principais. Próxima, no entanto, a cor preta marca grande parte das vestimentas e das placas que os manifestantes carregavam. É, de certo modo, uma sinalização de aparte dentro do grupo, pois a cor se apresenta como sinalizadora de uma FD e de formações ideológicas distintas. O preto parece querer neutralizar determinados integrantes no que concerne a uma possível vinculação político-partidária, ao mesmo tempo que sinaliza o luto — em luta.

A associação das palavras *ódio*, *eugenia* e *genocídio* lembram a postura de ditadores sanguinários, tais como o já mencionado Hitler. Em uma associação narrativa entre os protestos, infere-se que, nesse contexto, Bolsonaro é associado a tais características. Em uma linha um tanto borrada, porém,

¹⁵ Em alguns casos, como em Porto Alegre – RS, manifestantes contrários ao presidente chegaram a fechar ruas para impedir a passagem de carreatas verde-amarelas. As ações começaram a se multiplicar e a Avenida Paulista talvez tenha sido o cenário dos principais protestos denominados antifascistas e com pautas antirracistas; as últimas motivadas após o assassinato de George Floyd nos Estados Unidos. Em Brasília, o número de protestos contra Bolsonaro, porém, foi bem menor.

o questionamento sobre o assassinato da vereadora carioca Marielle Franco não parece sem motivo e insinua relações do presidente (e dos filhos dele) com o caso.

Uma presença é sentida no referido protesto: as máscaras de proteção. É interessante perceber como uma marca tão diminuta tem força discursiva tão destacável. Em manifestações cujos participantes assumiram um posicionamento político-ideológico pró-democracia e antirracista, tais como as que ocorreram em Brasília-DF, as máscaras estavam presentes à face dos militantes. O caráter heterogêneo das ações traz ainda duas outras particularidades: a participação de integrantes de torcidas organizadas de times de futebol e o envolvimento de partidos políticos, de entidades associativas e de movimentos sociais organizados.

Não obstante à presença das instituições, a cor preta é, novamente, uma marca do protesto, compondo faixas e roupas. A decodificação semiológica parece ser a mesma de outrora. Associa-se aqui, no entanto, outro signo. O punho cerrado e o braço erguido, reafiançando o apoio à luta contra o racismo, foi um gesto visto diversas vezes por vários manifestantes. Ao mesmo tempo, tornou-se um cumprimento (em tempos em que o toque deve ser evitado), a declaração de associação a um mesmo movimento, a asseveração da força, o registro imagético da união. Assim como no contexto brasileiro, é possível observar a emergência de enunciados que indiciam uma memória discursiva ligada a momentos históricos significativos, como, por exemplo, a luta pelos direitos dos afrodescendentes ao longo das décadas, tais como a efígie de Luther King, o símbolo de luta do movimento Black Panthers, retomados nesse contexto e apropriados para a realidade tupiniquim.

É possível observar índices da forte polêmica que se estabeleceu em toda essa conjuntura. Essas manifestações, diferentemente daquelas em favor do presidente, mobilizaram signos que sinalizam posicionamentos progressistas, geralmente em prol da liberdade de expressão, da defesa do conhecimento científico, do meio ambiente, da crítica à corrupção e a discursos fascistas e, também, da solidariedade em relação aos mortos.



Imagem 05. Montagem de fotos das manifestações contra Bolsonaro.
 Fonte: Sérgio Lima



Imagem 06. Montagem de fotos das manifestações contra Bolsonaro.
 Fonte: Sérgio Lima

No caso dos torcedores, especialmente aqueles do Corinthians, que capitaneavam o movimento em diversas cidades, a formação ideológica remonta à atuação do clube paulista em prol da democracia nos idos da década de 1980. Declarar-se corintiano, assim, parece produzir efeitos de sentido que sinalizam uma ratificação, também, da história da agremiação. No entanto, nada obstante ao alvinegro uniforme da equipe, os manifestantes, reforçados em Brasília-DF pela participação principalmente de vascaínos, os quais têm as mesmas cores na camisa, também tentam reterritorializar o amarelo, o azul e até o verde nos atos. Apesar de ali, como dissemos, utilizarem muito a cor preta como matiz principal — o que parece constituir um índice da polêmica entre os posicionamentos político-ideológicos — na relação com o discurso do outro, busca-se, desse modo, marcar a inscrição em uma FD a partir do contraste de ideias, ainda que no uso de um signo comum. Em uma palavra, os manifestantes contra Bolsonaro também se autoproclamam nacionalistas, ao utilizarem as cores da bandeira nacional, e, talvez, considerem-se ainda mais patriotas, por inscreverem-se em uma formação ideológica com a qual todos deveriam se identificar: a democracia e seus valores — a saber, principalmente, liberdade e igualdade.

RETICÊNCIAS À GUISA DE ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abril de 2021: Ainda vivemos uma pandemia, ainda vemos o desrespeito à Ciência, ainda vivenciamos o assombro diante de quem defende o que é questionável. O espanto, contudo, aos poucos semelha ir se naturalizando, e a voz que carregava o manto preto às ruas parece cansada e exausta de tentar explicar. Talvez, ela só esteja à espreita, aguardando a hora certa de voltar a ecoar. No entanto, essa cor, que pareceu sinalizar uma formação discursiva pró-democracia e pró-Ciência (e que é parecida, afinal, com um índice de uma FD pró-vida) se assim podemos chamar, amalgama a luta ao luto, e este último, hoje, parece soar mais forte (não sem motivos, pois já *somos* mais de seiscentos mil mortos no país; e contando)¹⁶.

Os atores sociais que se inscrevem nessa FD mobilizaram um campo semântico, cuja rede lexical foi composta por palavras e por imagens (quando não, silêncios), como vimos, que escancaravam a polêmica. O problema é que esse processo de referenciação concorreu para a projeção de imagens associadas a ditadores, atribuídas ao presidente da República, ao mesmo tempo, entrando em relação de oposição no que tange à FD pró-Bolsonaro. Tal FD movimenta um composto sógnico que conforma a imagem do político como uma figura mítica, quase mística, emaranhada na exaltação do patriotismo – este último um dos pilares da campanha de Bolsonaro e que, com financiamento, continua sustentando as atuais ações e discursos governamentais.

A esse conjunto, que conforma um verdadeiro consórcio discursivo, ainda se inclui a ideologia do conservadorismo, algumas perspectivas neopentecostais, o militarismo, entre outras frentes (muito estáveis), que parecem fornecer uma rede de enunciados que alimentam, sustentam e legitimam a formação discursiva pró-Bolsonaro. Ademais, essa FD, ainda que composta de enunciados que reivindicam a noção de mito, vê-se materializada num corpo, é tangível, representada pela figura pública que comanda o país e corresponde às expectativas de seus cativos. As FD pró-Ciência e pró-democracia, por outro lado, têm apenas a *frieza* dos números e a flexibilidade cada vez maior da história, já com “h” minúsculo, tornada estória, por assim dizer. Desse modo, os pró-vida argumentam, mas são con-

¹⁶ Nossas modalizações/relativizações ao longo deste parágrafo se dão, pois as ideias em torno de uma FD, em geral, são apostas do analista; são inferências que advêm do nosso modo de apreciar criticamente. Assim, se não ficou claro anteriormente, trazemos para as considerações finais a noção de que esta é *uma* perspectiva, nossa limitada contribuição (dado o espaço que um capítulo oferta) em torno do contexto examinado.

traditos; têm de mostrar os fatos, mas são questionados por interpretações e reterritorializações da memória. Bradam pelo bem comum, mas enfrentam, justamente, manipulações de valores, como o amor à pátria, manifestos em materialidades sígnicas, como a própria bandeira do Brasil e a blusa amarela, couraça do patriota tupiniquim. Como competir? Como mudar as mentalidades? Como dialogar com tais imaginários? Semelha desanimador...

Não se pode, porém, justificar a ausência de constância das forças contrárias apenas pela estafa, pela mágoa, pela tristeza, pela dor e pela lástima, quais sejam os sentimentos relacionados ao luto e à realidade diante de nós. Nesse sentido, talvez haja, precisamente e, porém, uma ausência de articulação/integração que auxilie na formação de relações de aliança. A FD pró-Ciência e a pró-democracia ganhariam voz, por essa ideia, justamente na união de esforços. Isso, como vimos nos protestos analisados, pode estar nas interseções dos discursos científicos sobre o fenômeno pandemia, dos discursos antirracistas, dos discursos em defesa dos direitos humanos, dos discursos, enfim, pela vida. Ademais, a emergência dos atos antirracistas, por exemplo, demonstra que o suporte às ações de protesto pode estar, exatamente, na afetação por acontecimentos sociais, como a morte de George Floyd. Nesse contexto, haveria condição evenemencial mais dolorosa do que a morte de mais de meio milhão de compatriotas?

REFERÊNCIAS

AMOSSY, R. *Apologia da polêmica*. São Paulo: Contexto, 2017.

BARTHES, R. Retórica da imagem. In: BARTHES, R. *O óbvio e o obscuro*. Lisboa: Edições 70, 1984.

BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à Análise do Discurso*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

MAINGUENEAU, D. Do discurso ao interdiscurso. In: *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Trad. Freda Indursky. Campinas, SP: Pontes, 1997.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.

MAINGUENEAU, D. *Variações sobre o ethos*. São Paulo: Parábola, 2020.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi *et al.* 4. ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, M. Língua, “Linguagens”, discurso. In: *Análise de discurso*: Michel Pêcheux. Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

O DISCURSO PRESIDENCIAL NA MANIFESTAÇÃO DO DIA DO EXÉRCITO: SENTIDOS DE LIBERDADE, DEMOCRACIA E POVO

FERNANDO MIRANDA ARRAZ¹

FAGNER RIBEIRO SENA²

Resumo: Este artigo tem como propósito trazer uma reflexão sobre os conceitos de Formação Discursiva e de Memória Discursiva, na perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa, (AD), por meio do discurso de Jair Messias Bolsonaro, presidente do Brasil. O objetivo deste trabalho consiste em analisar, através de uma abordagem discursiva, uma das manifestações, ocorrida no dia 19 de abril de 2020, o dia do Exército, na cidade de Brasília, e que contou com a participação do presidente Jair Bolsonaro que, diante de uma unidade militar do exército, fez um discurso aos manifestantes presentes. A proposta de análise terá como primeiro passo a descrição das condições de produção e da caracterização do acontecimento discursivo em questão. Pretendemos traçar um paralelo evidenciando os pontos semelhantes no discurso do período da ditadura militar e como esse discurso ecoa na fala do presidente atual, especificamente no acontecimento em análise. O pronunciamento do chefe de Estado, material linguístico a ser submetido à análise, não pode ser visto dissociado de um todo complexo de elementos políticos, sociais e discursivos. Sendo assim, constata-se que as duas funções enunciativas do sujeito do discurso presidencial, examinadas no decorrer desta pesquisa, sinalizam de modo inequívoco a natureza autoritária desse discurso que não hesita em silenciar o discurso-outro no mesmo movimento que simula sua representação.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Presidente. Memória discursiva. Formação Discursiva.

Abstract: This article aims to reflect on the concepts of Discursive Formation and Discursive Memory, from the perspective of Discourse Analysis of the French line, (AD), through the speech of Jair Messias Bolsonaro, president of Brazil. The objective This work consists in analyzing, through a discursive approach, one of the demonstrations, which took place on April 19, 2020, the Army day, in the city of Brasília, and which had the participation of President Jair Bolsonaro who, in front of a military unit of the army, made a speech to the present protesters. The analysis proposal will have as a first step the description of the production conditions and the characterization of the discursive event in question. We intend to draw a parallel showing similar points in the discourse of the military dictatorship period and how this discourse echoes in the speech of the current president, specifically in the event under analysis. The pronouncement of the Head of State, linguistic material to be analyzed, cannot be seen dissociated from a complex whole of political, social and discursive elements. Thus, it appears that the two enunciative functions of the subject of the presidential speech, examined in the course of this research, unequivocally signal the authoritarian nature of this speech that does not hesitate to silence the other-discourse in the same movement that simulates its representation.

Keywords: Discourse Analysis. President. Discursive memory. Discursive Formation.

¹ Doutor em Letras: Linguística e Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Analista Executivo/Pedagogo - Servidor Público da Secretaria Estadual de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (SEJUSP/MG). e-mail: fernandomarraz@gmail.com.

² Mestrando em Letras: Linguística e Língua Portuguesa na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). e-mail: fagner.sena65@gmail.com.

INTRODUÇÃO

(...) O processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando evoca tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as “deformações” que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido (...) (PÊCHEUX, 1990).

A proposta da referida pesquisa consiste em analisar uma das manifestações, ocorrida no dia 19 de abril de 2020, dia do Exército, na cidade de Brasília, e que contou com a participação do presidente Jair Bolsonaro que, diante de uma unidade militar do exército, pronunciou um discurso aos manifestantes presentes. As manifestações a favor do presidente foram caracterizadas por alguns veículos da imprensa como “antidemocráticas”, tendo em vista que defendem como bandeiras o fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Congresso Nacional e uma intervenção militar por meio de uma reedição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), editado em 1968, que marcou o endurecimento do regime da época.

Mesmo com as medidas de distanciamento social impostas pelas autoridades sanitárias decorrentes da Covid-19, os meses de abril e maio de 2020 foram marcados no Brasil por manifestações de rua a favor e contra o governo do presidente Jair Bolsonaro. Tornou-se comum o noticiário de vários fins de semana, especialmente a cada domingo, serem dedicados à cobertura, inicialmente, apenas das manifestações a favor do governo ocorridas em Brasília, muitas destas com a participação do titular do Palácio do Planalto. Em seguida, movimentos aparentemente reunidos por comando de torcidas organizadas de grandes times de futebol brasileiro passaram a se aglomerar em manifestações intituladas pelos próprios organizadores como antifascistas.

Esta pesquisa tem como propósito refletir sobre os conceitos de Formação Discursiva e de Memória Discursiva, na perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa, daqui por diante AD, por intermédio do discurso de Jair Messias Bolsonaro, presidente do Brasil, realizado na manifestação do dia do Exército. A AD tem como um dos principais teórico Michel Pêcheux, mas também vamos trazer à tona as perspectivas da AD brasileira, com contribuições das pesquisas de Eni Orlandi.

Conforme Orlandi (2005), a AD se estabelece como um estudo de entremeios, que faz o cruzamento entre as Ciências Humanas e a

Linguística. A língua passa a construir os seus múltiplos sentidos, que só pode ser interpretada e “entendida”, quando vista pela sua historicidade. Essa historicidade pode ser usada para pensar a própria AD, que surgiu na França na década de 1960, tendo em vista que essa vertente teórico-metodológica buscou opor-se à Análise de Conteúdos, que estava em voga nas Ciências Humanas. Sendo assim, para a AD, o discurso é um local imbricado e nebuloso, que deve ser ponderado.

O campo discursivo, para Pêcheux (1990), é edificado a partir dos conceitos: história, sujeito, língua, ideologia, sentido e discurso. Nessa perspectiva, a linguagem representa a materialização do discurso dentro de uma exterioridade, que é social. Nesta, cada sujeito está ocupado de uma posição não fixada, mas determinada por sua inscrição ideológica. O discurso tem a língua como o seu objeto, porém ele não se desvincula de sua materialidade (a ideologia). Dentro dessa materialidade, os sujeitos assumem várias posições de classe. Dessa forma, a AD vislumbra questões teóricas sobre o percurso que o sujeito realiza durante o discurso e busca compreender os sentidos que lhe são atribuídos conforme sua inscrição ideológica, que não está desconectada de sua historicidade. No quadro teórico da AD, entende-se que, na base das práticas discursivas de um sujeito, sempre se fazem presentes processos de retomada (INDURSKY, 2013).

Isso posto, compreendemos que o sentido está ligado à posição que o sujeito ocupa no discurso e na sua relação constitutiva com as formações discursivas³ que o constituem. Ele está construído a partir das condições sócio-históricas e ideológicas de sua produção. Logo, as palavras só farão sentido de acordo com as posições daqueles que as empregam, pois o sentido é determinado histórico e ideologicamente. A AD surge com o intuito de integrar aos estudos da linguagem aspectos como o sujeito e a história, relacionando língua e discurso.

A Análise do Discurso relaciona língua e discurso. Em seu quadro teórico, o discurso é visto como uma liberdade em ato, totalmente sem condicionantes linguísticos ou determinações históricas, nem a língua como totalmente fechada em si mesma, sem falhas ou equívocos (ORLANDI, 2007, p. 22).

³ A noção de Formação Discursiva (FD), tomada aqui na acepção de Michel Pêcheux, fundador da Análise do Discurso (AD), é entendida pelo autor como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada [...] determina o que pode e deve ser dito” (Pêcheux, 2009, p. 160). Já a ideologia “interpela os indivíduos em sujeitos [...] de seu discurso”, ou seja, “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina” (Pêcheux 2009, p. 162-163). E Pêcheux explica que “a instância ideológica existe sob a forma de formações ideológicas [...] que, ao mesmo tempo, possuem um caráter ‘regional’ e comportam posições de classe”. (PÊCHEUX, 2009, p. 146).

Na concepção pecheuxtiana, o discurso funciona, desse modo, a partir do sujeito falante, do mundo em que ele está inserido, tocando nas questões do modo social, envolvendo práticas culturais e de outras naturezas. Assim, o discurso se atrela a um sistema de representações de valores, de ideias e, principalmente, de práticas sustentados pelo sujeito falante. Na teoria do discurso pecheuxtiano, o discurso é percebido como opacidade. Segundo Orlandi (2005, p. 10), Pêcheux “concebe o discurso como um lugar particular em que esta relação ocorre e, pela análise do funcionamento discursivo, ele objetiva explicitar os mecanismos de determinação história dos processos de significação”.

Sendo assim, a AD não se fez em um campo de estudo homogêneo, uma vez que as construções teóricas pecheuxtianas e as suas reconstruções tiveram como base as relações teórico-metodológicas da Linguística e do materialismo histórico e, a partir dessas, foi cunhado o seu conceito de discurso. Isso ocorre naturalmente, mesmo que o falante não tenha sequer consciência dessa operação discursiva.

FORMAÇÃO DISCURSIVA

Para abordar a referida temática, vamos refletir sobre duas noções caras para a AD: Formação Discursiva (FD) e Memória Discursiva (MD), adotando uma posição pela apreciação da atualidade, arguindo o que nos parece evidente, cristalino e com uma possível demonstração no funcionamento político, para abranger as contradições do/no discurso. Sendo assim, além de trabalhar o conceito de FD pretendemos também analisar a operacionalização da categoria de MD.

O conceito de Formação Discursiva, daqui por diante FD, ainda não é um assunto pacífico entre os pesquisadores da AD. Desse modo — e para que fique bem elucidativo —, é possível que encontremos, em textos teóricos/metodológicos, diferentes saberes e exposições dentro de uma mesma FD.

Pêcheux (2009) utiliza a noção de FD para embasar seus desenvolvimentos na AD, por meio de processos de identificação e de assujeitamento, o que prolifera em quantidade a presença das Formações Discursivas. Sendo assim, ressaltamos que, neste artigo, vamos trabalhar com as noções de FD e de Memória Discursiva com contribuições de Pêcheux (2009) e de Orlandi (1999).

Nos moldes pecheuxtianos, a FD também tem um princípio regulador, mas sua característica principal é a heterogeneidade. Pêcheux (2009)

afirma que a FD é a materialização no discurso das formações ideológicas. E, como exposto, a FD é a ideologia que direciona os sentidos. Com isso, é possível asseverar que o sentido de uma palavra, expressão ou proposição não existe em si mesmo; mas, sim, que é determinado pela FD na qual se inscreve, pois uma FD é “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 2009, p. 147).

Desse modo, vale salientar que os sentidos são dados dentro das FDs. Logo, pode-se admitir que “as mesmas palavras, expressões e proposições mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a outra” (PÊCHEUX, 2009, p. 148). O lugar, portanto, onde os sentidos se constituem é na FD, e eles se constituem a partir de posições-sujeito dentro destas FDs. Assim, é neste lugar teórico em que se constituem as modalidades de desdobramento da forma-sujeito. Cabe destacar que uma FD é heterogênea a ela própria, uma vez que o seu fechamento se caracteriza pela ausência de estabilidade. Além disso, esse fechamento não é consistente em um limite traçado de forma categórica e se desloca em função de embates de luta ideológica.

A FD é responsável por estabelecer a identificação do indivíduo interpelado em sujeito, para que se torne sujeito do discurso (e da formação discursiva específica que o interpela). Por meio da noção de interdiscurso, as junções e as articulações de mais de uma formação discursiva são expostas; existindo, assim, a possibilidade de contraidentificação com seu Sujeito. A compreensão da noção de FD na AD pode contribuir significativamente para modificar algumas situações. Essa compreensão subentende o reconhecimento do discurso como efeito de sentidos entre locutores, o que também implica assumir a não transparência da linguagem e admitir a relevância das condições de produção na constituição do discurso; condições estas que são, ao mesmo tempo, materiais, sócio-históricas e imaginárias.

Ao falar em FD, Orlandi (1999) considera essa noção básica, mas também polêmica. A autora reforça a ideia de que o sentido não existe em si. Ele é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. A autora ainda acrescenta:

o discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro. Por aí podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso

as formações ideológicas. Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. (ORLANDI, 1999, p. 43).

Dessa forma, o fato de situarmos a FD de onde se originou determinado discurso pode vir a limitar os sentidos; facilitando, com isso, o direcionamento da interpretação. No entanto, a localização da FD não é, certamente, garantia de um sentido único para o que se diz ou escreve. E, para ampliarmos a conceituação dessa noção, lembramos também a importância das relações de poder que ela subentende na vertente da análise do discurso a que estamos nos referindo. Conforme contribuição de Orlandi *et al* (1994), as FDs não são regiões fechadas e estabilizadas. Elas são atravessadas por diferenças, contradições e movimento. No entanto, para a autora, também:

(...) são um princípio de organização para o analista e são parte da constituição dos discursos e dos sujeitos. As formações discursivas não são definidas a priori como evidências ou lugares estabilizados, mas como regiões de confronto de sentidos. Tem-se necessidade das formações discursivas como sítio de significância (na relação com a diferença), assim como se tem necessidade da noção de unidade, para a língua, apesar dos equívocos que a constituem. As formações estão em contínuo movimento, em constante processo de reconfiguração. Delimitam-se por aproximações e afastamentos. Mas em cada gesto de significação (de interpretação) elas estabelecem e determinam as relações de sentidos, mesmo que momentaneamente. (ORLANDI *et al*, 1994, p.11).

A noção de FD, logo, tem um trajeto específico como ferramenta de análise, já que serviu para Pêcheux (2009) como delimitação das práticas e como fortalecimento da noção de condições de produção do discurso. Assim sendo, para entender o efeito do Outro sobre o discurso, a FD é considerada peça-chave, conforme é possível observar, a seguir, por meio da noção de Memória Discursiva.

MEMÓRIA DISCURSIVA

Dentro dos postulados da AD, cada sujeito, na produção de um discurso, promove uma relação deste discurso em formulação com a memória discursiva, ou seja, com todos os dizeres que já foram, de fato, ditos. Pêcheux afirma que

a memória discursiva seria aquilo que (...), vem restabelecer os 'implícitos' (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 1999, p. 52).

A Memória Discursiva, daqui por diante MD, tem um papel delicado na AD, uma vez que Pêcheux(2009) analisa o acontecimento discursivo, as mudanças que ocorrem num discurso e as novas significações que um acontecimento histórico invoca por meio das novas séries de enunciados que se formam a partir da desestabilização do que é dito normalmente. A memória discursiva, ou interdiscurso, considera “(...) o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação dada”. (ORLANDI, 1999, p. 31).

O sujeito da AD é portador da certeza de ser origem do discurso. Nesse âmbito, o conceito de sentido é fruto do coletivo. Logo, ele é formado por uma rede de memória. Essa condição lhe dá uma noção de naturalidade, que esconde a opacidade das suas manifestações. A compreensão da MD diz respeito à repetição de enunciados, separando e elegendo aquilo que, de fato, dentro de uma contingência histórica específica, pode surgir sendo atualizado no discurso ou rejeitado em um novo contexto discursivo — essa ocorrência é capaz de produzir peculiares efeitos.

É justamente na MD em que nasce a possibilidade de toda FD produzir e operar formulações anteriores, que já foram feitas e enunciadas. Em outras palavras, a MD permitirá, na infinita rede de formulações (existente no intradiscurso⁴ de uma FD), o aparecimento, a rejeição ou a transformação de enunciados que pertencem às FDs posicionadas historicamente. Dessa forma, os sentidos são condicionados pelo modo com que os discursos se inscrevem na língua e na história; conseguindo, assim, significar. Ou seja, o discurso significa por sua inscrição e pertencimento a uma dada formação discursiva historicamente constituída e não pela vontade do enunciador. Prova disso é o fato de que, ao nascermos, o discurso já está em processo, e somos nós que entramos e nos ajustamos nesse processo. Portanto, podemos entender que a própria "incompletude" é condição e característica da linguagem. Os sujeitos, os sentidos e os discursos nunca estão prontos, nem muito menos acabados.

Já que um discurso é sustentado por outros e aponta para o futuro, os sentidos são produzidos a partir de posições. Nesse contexto, a MD presu-

⁴ Conforme Pêcheux (1997), a forma como a textualidade se deixa comprometer com esse tipo de hegemonia é localizada no que Pêcheux chama Intradiscurso, o discurso que opera sobre si próprio, que se caracteriza por possuir dois traços distintivos.

mida a partir de um momento sócio-histórico, fazendo que o sujeito "migre" de uma situação empírica para uma posição discursiva.

A MD transpõe sentidos presentes pelas ausências, e está sempre em jogo, sempre ativa e com sentidos deslizantes e mutáveis guiados pelo esquecimento. Assim, Pêcheux (1999) relata que a memória pode ser considerada uma estrutura de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética de repetição e de regularização. Logo, para o referido autor, a memória é móvel e inconstante. Por isso, a MD dentro do discurso assume duas funções, que operam de formas contrárias entre si, pois, se, por um lado, retoma o passado; por outro, elimina-o. Assim, formula-se a ideia de que os discursos não se apresentam prontos, nem acabados. É por meio da MD que os nossos saberes ganham sentido, mas esse sentido deve ser pensado como uma construção sócio-histórica datada e rememorada.

A MD pode ser considerado como um apoio semântico de um discurso, seu funcionamento se dá pela reprodução de enunciados, que forma uma "harmonia" discursiva. Esta, por sua vez, invoca significados por intermédio dos pré-construídos estabelecidos nas séries enunciativas. Dessa forma, pensar em MD supõe incluir o sujeito e o discurso nessa trama, pois, conforme relata Orlandi (2017), o sentido só se produz quando há sujeitos, e quando estes produzem discurso em determinada conjuntura histórica. Portanto, a memória reconstrói-se a partir de lacunas, que são preenchidas pelo imaginário, interiorizado pelo sujeito, por meio das vivências forjadas nessa experiência do comum. Essas vivências assumem sentido de veracidade, mas não possuem possibilidade de serem remontadas de forma completa, já que elas têm relações diretas com o esquecimento. O discurso sobre o passado se estabelece fragmentado e com necessidades de completude, preso a consensos formulados e impostos aos sujeitos que compartilham do mesmo tempo e discurso, portanto é forjado e moldado pela MD.

Assim, o conceito de MD está ligado a uma recorrência de enunciações, na qual ocorrem escolhas e elas são eleitas por aquele que o "eu" rememora, dentro de uma necessidade histórica, que é singular ao seu momento de rememoração. Tal discurso, ao mesmo tempo em que forja uma MD, impõe o esquecimento de outro discurso. Portanto, atende a uma necessidade, mas pode ser renegado em uma nova posição discursiva, pois tal fenômeno abre espaço para a produção de um número ímpar de peculiaridades de efeitos e de sentidos dentro do discurso.

Seguindo esse viés, a MD busca reconstruir enunciações, por meio de operações controladas que retomam sentidos e formas de difusão. Esses sentidos e formas de difusão impõem significados ao discurso, que são retomados pelas relações de choque e de convergência entre as MDs dos sujeitos, que enunciam o passado. O discurso só significa algo, porque está

inscrita e possui uma FD que é histórica e que não está presa aos desejos daquele que enuncia.

Conforme Indursky (2013), é a MD, na condição de categoria de análise, que permite acompanhar a trajetória de um enunciado, suas repetições, bem como suas transformações. E, certamente, tanto as retomadas como seus deslizamentos subjazem às práticas discursivas do sujeito. Ela constitui o lugar em que as “evidências” dos sentidos materializam o funcionamento da ideologia; tornando, assim, possível captar sua reprodução bem como seus deslocamentos. A referida autora relata que o sujeito, por sua vez, ao identificar-se com uma FD, também passa por um processo semelhante: identifica-se de forma inconsciente e fortemente lacunar com os saberes da MD, ou seja, sua identificação também é da ordem da incompletude. Essa memória não é individual nem plena. Courtine (2014), ao tratar da noção de FD e da MD que nela se constitui, considera que essa memória é lacunar, marcada por interditos, esquecimentos e recalcamientos.

Sendo assim, a FD, assim como a MD, constrói-se com base na sua historicidade e esta se relaciona com a interdiscursividade, que é formada por memórias sociais constituintes de uma FD. Essas memórias sociais são constituintes da MD e resultantes dos Aparelhos Ideológicos de Estado; acompanhadas do intradiscorso, elas são formadas pela atualidade do discurso e pelas suas relações com o presente.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

A proposta de análise terá como primeiro passo a descrição das condições de produção e da caracterização do acontecimento discursivo em questão. O pronunciamento do presidente, material linguístico a ser submetido à análise, não pode ser visto dissociado de um todo complexo de elementos tanto políticos quanto sociodiscursivos. A observação inicial aponta para FD semelhante ao que o trabalho de Indusky (2013) analisou sobre o período da ditadura militar brasileira. Pretendemos traçar um paralelo demonstrando, na medida do possível, os traços semelhantes no discurso daquele período e como esse discurso ecoa na fala do presidente atual, especificamente no acontecimento em análise.

Apresentamos, a seguir, o trecho do pronunciamento do discurso presidencial (que chamaremos de DP) proferido em 19 de abril de 2020 e que analisaremos a seguir.

P: **Nós⁵** não queremos negociar nada. Acabou, acabou a época da

⁵ Todas as expressões que estão em negritos são destaques dos autores, uma vez que as aspas já estão sendo

patifaria. É agora o **povo no**. Mais do que o direito, vocês têm a obrigação de **lutar pelo país de vocês**. Contem com o **seu presidente** para fazer tudo aquilo que for necessário para que **nós possamos** defender a **nossa democracia** e aquilo que há de mais sagrado entre nós que é a **nossa liberdade**. **Todos** têm que entender que estão submissos à vontade **do povo brasileiro**.

As palavras em negrito são os termos que chamaram a nossa atenção. Sendo assim, é a partir deles que pretendemos iniciar a análise. Recorremos a Indursky (2013), quando ela analisa o referente discursivo **NÓS** no discurso presidencial do período militar. A autora identifica cinco formas regulares do referente: 1) Chefe do Executivo; 2) sistema, regime, Estado e revolução; 3) governo, gestão, administração, conjunto de instâncias de governo; 4) a coletividade dos brasileiros; 5) o presidente e um segmento da sociedade (Forças Armadas, Partido, revolucionários, imprensa etc.). Nessa mesma linha, a autora mapeia a incidência da palavra **POVO** também com cinco sentidos possíveis: 1) classe média, classes produtoras, militares, revolucionários — os que apoiam a revolução; 2) classe trabalhadora; 3) coletividade dos brasileiros; 4) sociedade civil organizada; 5) massa de manobra política. A análise leva a autora a concluir que o **NÓS** político funciona como uma “não pessoa discursiva” e o **POVO** funciona como “o outro” do discurso. A questão que nos apresenta é averiguar em que medida essa formulação da autora pode ser deslocada e proceder à análise que propomos ou, por outro lado, se esse pode ser um caminho para descrevermos quais são os sujeitos e como caracterizá-los.

Para Orlandi (1999), no gesto analítico em AD, distinguem-se três etapas básicas: a primeira, a passagem da superfície linguística para o texto (discurso); a segunda, a passagem do objeto discursivo para a FD; e, por último, o que vai do processo discursivo às Formações Ideológicas (FI). Em “**Nós** não queremos negociar nada...”, a terceira pessoa funciona como um momento de fusão dos referentes 1, 2 e 5 acima descritos. Trata-se do chefe do Executivo, o sistema (regime ou revolução cultural bolsonarista) que o presidente representa e esse segmento que o apoia e que defende o fechamento do Congresso, do STF e uma intervenção militar ou um novo AI-5⁶. Nota-se, por outro lado, a clara exclusão dos referentes 3 e 4 no discurso presidencial. Ou seja, em vez de falar pela coletividade dos brasileiros e em nome das instituições, esse “**nós**” circunscreve e restringe essa parte que o presidente busca representar.

Em “É agora o **povo no poder**” nos remete ao que diz a Constituição “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio dos seus representantes

utilizadas para a análise em si.

⁶ A manifestação em análise foi marcada por cartazes, palavras de ordem como dizeres como “Intervenção Militar já!”, “Pela volta do AI-5”, “Fora Rodrigo Maia”, “Fora STF!”.

eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Se o poder emana do povo por meio dos seus representantes e, se os representantes são eleitos regularmente para o Congresso Nacional a cada quatro anos, o advérbio de tempo “agora” refere-se ao momento específico a partir daquela manifestação ou a partir da eleição de 2018? Cumpre ressaltar aqui que as manifestações pedem o fechamento do Congresso e do STF pelo fato de essas instituições terem tomado medidas que supostamente limitaram a ação do presidente em relação à condução das medidas de distanciamento social e econômicas na crise da Covid-19.

Em “Mais do que o direito, vocês têm a obrigação de **lutar pelo país de vocês**” aparece a contraposição direito *versus* obrigação; não se trata de deveres, mas de obrigações. Quem são esses vocês? São aqueles manifestantes que defendem o fechamento do Congresso e do STF? Se todos são iguais perante a lei, em direitos e deveres, seriam aqueles que manifestam e que apoiam o presidente providos de direitos outros não inscritos na lei?

Já em “Contem com o **seu presidente** para fazer tudo aquilo que for necessário para que **nós possamos** defender a **nossa democracia** e aquilo que há de mais sagrado entre nós que é a **nossa liberdade**. **Todos** têm que entender que estão submissos à vontade **do povo brasileiro**”. É importante destacar que o funcionamento dos pronomes possessivos “seu” e “nossa”, que se repetem como uma marca no discurso presidencial⁷ reforça a perspectiva de que Jair Bolsonaro busca construir, permanentemente, um processo de identificação com seus apoiadores e de desidentificação com as instituições que compõem os poderes constitucionais. O “todos”, por exemplo, não fala da coletividade dos brasileiros; mas, sim, de deputados, de senadores e de ministros do STF, como submissos à vontade de uma parte do povo, que é aquela a qual apoia o presidente. Quando o presidente fala “nós não queremos negociar nada” significa negar um dos fundamentos da democracia liberal, que é a negociação política entre os poderes instituídos. A negociação e a mediação estão na base do regime democrático. Em seguida, quando diz “agora é o povo no poder”, o chefe de Estado parece remeter à ideia de democracia direta, na qual o povo decide os rumos do Estado.

O processo discursivo, nesse contexto, é entendido como “sistema de relações de substituições, paráfrases, sinonímias etc., que funcionam entre elementos linguísticos ‘significantes’ em uma formação discursiva dada”

⁷ Uma radiografia do funcionamento dos possessivos no discurso do Presidente Jair Bolsonaro daria um bom objeto de observação, principalmente pela repetição. Na reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020, por exemplo, Bolsonaro fala em “mudar a segurança nossa no Rio”. Esse “nossa” talvez seja o ponto que instala a ambiguidade na fala.

(PÊCHEUX, 2014, p. 149) ⁸. É por meio dos processos discursivos—que o analista consegue demonstrar que o discurso sempre se refere a outros discursos. Na primeira etapa, cabe ao analista, em contato com o texto, ver nele a sua discursividade; desfazendo, dessa forma, a ilusão de que aquilo que foi dito somente poderia ter sido feito daquela maneira. É através desse exercício que é possível configurar e descrever relações entre diferentes FDs, o que é determinante para a nossa pesquisa. Em seguida, a partir do objeto discursivo, é necessário relacionar as distintas FDs identificadas na etapa anterior com as FIs às quais é possível perceber que elas se vinculam. É nesse procedimento que se chega aos processos discursivos, que são responsáveis pelos efeitos de sentido, segundo Orlandi (1999). A partir desse estágio, o processo analítico entra no seu momento mais complexo que, além dos mecanismos parafrásticos, incluem-se também os efeitos metafóricos, que são processos semânticos que operam transferências de sentidos.

Conforme Indursky (2013), o item lexical “povo” serve para examinar o modo como o sujeito do discurso, ao representar o outro, assume funções enunciativas específicas — de porta-voz e de mediador. É preciso salientar que, por meio dessas funções, povo é apenas mencionado, produzindo-se, por conseguinte, um discurso “sobre” o povo em substituição ao discurso “do” povo, pois este reflete fortemente as formações imaginárias que presidem o discurso em pauta. Cabe destacar que o discurso presidencial tem a intenção de construir um povo que referencia aqueles que se opuseram às diretrizes do governo anterior, organizando-se no sentido de derrubá-lo.

O termo “povo” constituiu em um verdadeiro instrumento político, pois seu sentido historicamente construído vem ao encontro do jogo ilusório que a enunciação desse discurso produz. Em que pese o exposto acima sobre a articulação entre os saberes materializados no discurso e aquilo que lhe é exterior e constitutivo, a partir de uma relação de memória, a qual — no âmbito da AD — implica um esquecimento que não é de origem cognitiva, mas social, consideramos pertinente trazer a formulação realizada por Indursky (2011) a esse respeito, no excerto a seguir.

Isso ajudará a compreender melhor a relação de sentidos a qual subjaz ao discurso em análise, bem como as relações de paráfrases as quais sustentam os efeitos de sentidos que emergem da articulação entre as formações discursivas e as ideológicas. Ao refletir sobre memória, a autora afirma que se há repetição é porque há retomada/regularização de sentidos que vão constituir uma memória que é social, mesmo que esta se apresente ao sujeito do discurso revestida da ordem do não-sabido. São os discursos

⁸ No livro *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*, Orlandi analisa um cartaz da eleição para Reitor da Unicamp e demonstra o processo discursivo palavra de ordem “VOTE SEM MEDO”.

em circulação, urdidos em linguagem e tramados pelo tecido sócio-histórico, que são retomados, repetidos, regularizados. (INDURSKY, 2011, p. 4).

A democracia está presente no discurso de todos os presidentes do período militar. A chamada revolução de 1964 deu-se para salvar o Brasil da ameaça comunista representada pelo governo João Goulart. Para Indursky (2013), o tema está tão presente na fala dos presidentes do período autoritário para, inclusive, forjar uma imagem do democrata, mesmo com ações abertamente autoritárias.

Terminamos a nossa análise destacando a discussão de um tema que tem pautado as discussões política e jurídica na atualidade e que está no centro do nosso trabalho. Trata-se da evocação do discurso em defesa da liberdade. São inúmeros episódios na atualidade que têm sido pautados por esta tão estimada liberdade. Tal discurso pode ser encontrado na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito-CPMI das *Fake news*⁹ em funcionamento no Congresso Nacional, no inquérito que investiga as ameaças aos Ministros do STF e, mais recentemente, nos embates entre poderes e entes federativos sobre as atribuições para determinar medidas de combate à Covid-19. Em todos esses episódios, o tema da liberdade foi pano de fundo: a defesa da liberdade de expressão que autoriza o cidadão a divulgar ou não notícias falsas, a liberdade de expressão como liberdade para atacar as instituições, a liberdade de ir e vir contra as medidas de distanciamento social.

Ao longo dos séculos, a liberdade mobilizou grupos e povos em torno de causas completamente antagônicas. Entendemos que essa pode ser a razão pela qual a palavra liberdade sempre é acompanhada de um complemento. Não existe liberdade em geral, uma vez que ela é sempre condicionada. Na Constituição Federal do Brasil, por exemplo, a liberdade de expressão, que é uma cláusula pétrea, é limitada pela vedação ao anonimato: “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”.

Do ponto de vista da Análise de Discurso, a defesa da liberdade ganha sentidos opostos de acordo com a FD. Segundo Orlandi (2007), nos movimentos de maio de 68 na França, a liberdade, por um lado, funciona, à esquerda, na perspectiva de construir uma sociedade fundada tanto nos valores sociais quanto nos valores políticos, democráticos e progressistas e, por outro, numa FD de direita, a liberdade fundava-se numa visão que ia do ne-

⁹ Com a inserção das redes sociais, por meio das interações, a imprensa internacional começou a usar com mais frequência o termo *fake news* durante a eleição de 2016 nos Estados Unidos, na qual Donald Trump tornou-se presidente. *Fake news* é um termo em inglês e é usado para referir-se a falsas informações divulgadas, principalmente, em redes sociais.

oliberalismo, pautado nos valores das livre iniciativas econômica e social, no individualismo até a defesa da liberdade para defender, filiar-se, organizar e difundir ideias nazistas. Segundo Amorim e Guimaraes (2013), apesar de a legislação brasileira estabelecer os limites da liberdade, a imprensa profissional trabalha e difunde uma concepção de liberdade fundada em valores filosóficos e políticos que buscam se aproximar do que é praticado nos EUA. Os autores contrapõem o que chamam de uma visão liberal de liberdade a uma visão republicana, na qual a liberdade está subordinada ao interesse da coletividade nacional.

GUISA FINALÍSTICA

Nesta pesquisa, podemos constatar que os discursos são manifestações socioculturais de um povo ou de um Estado, que levam, em sua constituição, os inúmeros sinais ideológicos por meio de suas marcas linguísticas.

A análise proposta foi realizada por meio dos acontecimentos políticos recentes no Brasil, que têm afetado uma questão de grande importância na atualidade: a qualidade da democracia ou a própria existência dela. Optamos por um acontecimento repleto de simbolismo e que remete às memórias histórica e discursiva do período da ditadura militar no Brasil. Ancoramos nossas reflexões nas pesquisas de Indursky (2013) acerca do discurso presidencial desse período. A partir de elementos linguísticos presentes no *corpus* analisado, foi possível constatar, através da MD, filiações de sentidos entre o discurso presidencial daquele período com o discurso presidencial atual. Tais filiações de sentido puderam também ser percebidas quando postas em análise o funcionamento discursivo de democracia e de liberdade, que mudam de sentido de acordo com a FD que os coloca em funcionamento. A ideia de liberdade e democracia na FD, que atualmente chamaríamos de autoritária, aproxima-se da que foi analisada por Orlandi (2007) e nas análises de Amorim e Guimarães (2013).

Nessas palavras de guisa finalística, as duas funções enunciativas do sujeito do discurso presidencial, examinadas no decorrer desta pesquisa, sinalizam, de modo inequívoco, a natureza autoritária desse discurso que não hesita em silenciar o discurso-outro no mesmo movimento em que simula sua representação.

REFERÊNCIAS

- AMORIN, A. P.; GUIMARÃES, J. *A corrupção da opinião pública - uma defesa republicana da liberdade de expressão*. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.
- COURTINE, J. J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: Edufscar, 2014.
- INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e outras vozes*. 2ª ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.
- INDURSKY, F. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.; MITTMANN, S. (orgs.). *Memória e história na/da análise do discurso*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.
- ORLANDI, E. P. *Eu, tu, ele: discurso e real da história*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.
- ORLANDI, E. P. Michel de Pêcheux e a Análise do Discurso. *Revista Estudos de Linguagem*, Vitória da Conquista, n° 1, p. 9-13, 2005.
- ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.
- ORLANDI, E. P. et al (orgs.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1994.
- PÊCHEUX, M. *Ousar pensar e ousar se revoltar*. Ideologia, marxismo, luta de classes. Décalogues. v. 1: Iss.4, 2014.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2009.
- PÊCHEUX, M. Papel da Memória. In: *Papel da Memória*. Pierre Achard et al. Tradução: José Horta Nunes. 1ª edição. Campinas, SP: Pontes, 1999, p. 49-50.
- PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: Orlandi, Eni P. (orgs.). *Gestos de Leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Caderno de Estudos Linguísticos*. Campinas, n. 19, p. 7-24, 1990.

ENTRE MESSIANISMOS E METÁFORAS O ENFRENTAMENTO DA COVID-19 NO DISCURSO DE POLÍTICOS MINEIROS

PAULA ROBERTA DA SILVA SOUZA¹
PRISCILA NESPOLO VANTI²

Resumo: Neste artigo, procurou-se investigar, sob a luz da Análise Crítica de Discurso (ACD), de que forma foram dispostos elementos para a construção de sentido nas elocuições de Romeu Zema, governador de Minas Gerais, e de Alexandre Kalil, prefeito de Belo Horizonte, em entrevistas ao jornal Estado de Minas sobre o enfrentamento à pandemia da Covid-19, assim como executar uma análise comparativa entre as estratégias discursivas empregadas por ambos em tais falas. O estudo emprega o Modelo Tridimensional da ACD, bem como conceitos de Ordens do Discurso de Michel Foucault para o entendimento das relações de poder e das relações entre o sujeito e a estrutura do Estado. Recorre-se ainda ao conceito de discurso político de Patrick Charaudeau para compor o arcabouço teórico da análise. Como *corpus*, foram utilizadas duas entrevistas concedidas ao veículo de imprensa entre o final de junho e o início de julho de 2020. Tal escolha se deu por se tratar de um momento em que o número de casos da doença aumentava na capital e no Estado, assim como se vislumbravam posicionamentos divergentes do prefeito e do governador em relação ao combate à epidemia. Ademais, via-se que, além de uma crise sanitária sem precedentes, o Brasil como um todo passava por uma crise política marcada por discursos contraditórios das autoridades em relação às determinações da Organização Mundial da Saúde (OMS) no contexto da pandemia. Por meio da análise, foi possível verificar discursos de aproximação ou de afastamento, de convergência ou de refração ao governo com relação ao posicionamento do presidente Jair Bolsonaro.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Minas Gerais. Covid-19. Romeu Zema. Alexandre Kalil

Abstract: This article investigates, according to the Critical Discourse Analysis (CDA), how elements were made for the construction of meaning in the utterances of the governor of Minas Gerais, Romeu Zema, and the mayor of Belo Horizonte, Alexandre Kalil, in interviews with the Estado de Minas newspaper about coping with the Covid-19 pandemic, as well as performing a comparative analysis between the discursive strategies employed by both in such statements. The study uses the CDA's three-dimensional model, and concepts from Michel Foucault's The Order of Discourse to understand the power relations and the relations between the subject and the state structure. Patrick Charaudeau's concept of political discourse is also used to stitch the theoretical framework of the analysis. As a corpus, we use two interviews with the press vehicle granted between the end of June and the beginning of July 2020. This choice was made because it is a time when the number of cases of the disease was increasing in the capital and in the State, as well as the divergent positions of the mayor and the governor in relation to combating the epidemic. Furthermore, it was seen that, in addition to an unprecedented health crisis, Brazil as a whole was experiencing a political crisis marked by contradictory speeches by the authorities in relation to the determinations of the World Health Organization (WHO) in the context of the pandemic. Through the analysis it was possible to verify speeches of approximation or removal, convergence or refraction to the government to the position of President Jair Bolsonaro.

Keywords: Discourse Analysis. Minas Gerais. Covid-19. Romeu Zema. Alexandre Kalil

¹ Mestre em Estudos de Linguagens pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG). e-mail: paularoberta@hotmail.co.uk.

² Doutoranda em Estudos de Linguagens pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG). e-mail: priscilavanti@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Dois mil e vinte estará para sempre marcado na história como aquele em que se vislumbrou a maior pandemia nos últimos cem anos. Decretada pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020, a pandemia da Covid-19 é ocasionada por uma doença respiratória causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2). Apenas naquele ano, a doença vitimou 1,8 milhão³ de pessoas em todo o mundo. Até meados de maio de 2021, o total de vítimas fatais era de 3,3 milhões; destes, quase 450 mil mortes apenas no Brasil.

A essa altura, o maior país da América do Sul se apresenta como um dos protagonistas no palco internacional do enfrentamento à pandemia. Com menos de 3% da população mundial, o Brasil conta com 10,3% do total de mortes. No Estado de Minas Gerais, os registros totais de óbitos em meados de maio de 2021 somam mais de 36 mil.

Charaudeau (2006) argumenta que a política se fundamenta em uma disputa simbólica em busca de poder, ou seja, o mundo político, segundo o autor, é determinado por imaginários e, portanto, a conquista e o exercício do poder não são possíveis sem o apoio de tais imaginários responsáveis por construir ideais societários. Tendo em vista que a retomada das condições de produção que deram origem a um discurso nos revela a atuação de atores sociais que alicerçam seus discursos em posicionamentos político-ideológicos e narrativas em disputa. Desse modo, voltar-se aos discursos envolvendo a condução do combate à Covid-19 se torna importante para o entendimento das relações de poder e das relações entre o sujeito e a estrutura do Estado expressas nas elocuições, assim como compreender como se constrói a história recente do Brasil no maior morticínio já registrado no país.

Como *corpus*, foram utilizadas duas entrevistas, uma do governador de Minas Gerais Romeu Zema e outra de Alexandre Kalil, prefeito da capital mineira, ambas concedidas ao jornal Estado de Minas acerca do enfrentamento à pandemia da Covid-19. As duas entrevistas se deram em um intervalo de dois dias, sendo que a de Zema⁴ foi publicada em 30 de junho de 2020 e a de Kalil em 02 de julho de 2020. Tal escolha se deu por se tratar de um momento em que o número de casos da doença se encontrava em curva ascendente na capital e no estado; em paralelo a esse cenário, vislum-

³ Todos os dados envolvendo o número de mortes por Covid-19 neste trabalho têm como fonte: <https://github.com/CSSEGISandData/COVID-19>. Acesso em: 13 maio 2021.

⁴ A entrevista de Romeu Zema ao jornal foi publicada no site do veículo em uma sequência de pequenos textos conforme foram sendo respondidas as perguntas. Para este trabalho, consideramos todos os textos em que o combate à pandemia foi citado, uma vez que fazem parte da mesma entrevista com o governador.

brava-se o prefeito e o governador posicionando-se de maneira divergente em relação à forma como o combate à epidemia deveria ser conduzido.

Não se pode, ainda, deixar de pontuar que se tratava de um momento único e inédito pelo qual o mundo passava, especialmente no Brasil, onde, em meio a uma crise sanitária sem precedentes, experienciou-se ainda uma crise política marcada por discursos contraditórios das autoridades em relação às determinações da Organização Mundial da Saúde (OMS) no contexto da pandemia. Nessa perspectiva, o entendimento das formas com que as ações e os pontos de vista em relação à Covid-19 foram expressos nas elocuções, por meio das entrevistas de seus governantes locais, apresenta-se como uma oportunidade para fomentar novas reflexões e problemáticas acerca do enfrentamento da pandemia pelos agentes públicos.

A análise dos textos conta como alicerce a Análise Crítica do Discurso (ACD). Sendo assim, o estudo emprega o Modelo Tridimensional da ACD, proposto por Norman Fairclough em 1989, bem como conceitos de Ordens do Discurso de Michel Foucault para o entendimento das relações de poder e das relações entre o sujeito e a estrutura do Estado expressas nas elocuções. Contudo, antes disso e já a partir do próximo tópico, recorreremos aos conceitos de discurso político de Patrick Charaudeau, assim como a algumas contribuições sobre o tema de Jean-Jacques Courtine e Carlos Piovezani, para constituição do arcabouço teórico para a análise.

DO DISCURSO POLÍTICO

No campo do discurso político, toda palavra pronunciada deve ser tomada por aquilo que diz e por aquilo que não diz. A palavra política, para Charaudeau (2006), assim como toda forma de discurso, deve ser compreendida na condição de resultado da articulação entre linguagem, ação, poder e verdade. Relata-nos o autor que os primeiros estudos envolvendo o Discurso Político na França coincidiram com a fundação de um novo paradigma por meio do qual se permitiu o estudo da língua não apenas como sistema, mas também como discurso. Isso implica a consideração de um contexto sócio-histórico, de suas condições de produção, dos valores e dos universos de pensamento veiculados na materialidade linguística.

Afirma Charaudeau (2017) que o fenômeno político se fundamenta em uma guerra simbólica visando ao poder, uma vez que, mesmo concebendo a política e o poder como questões relativas à ação, esta só se torna efetiva e tem validade se um discurso lhe atribuir sentido e a justificar. Dessa forma, o autor compreende o discurso político como um conjunto de enun-

ciados ou sequências discursivas que permitem a identificação de modos de ver e de dizer em determinado contexto social e histórico, destinados à identificação e à justificação de ações políticas.

A atenção da Análise do Discurso (AD), ainda conforme Charaudeau (2006), volta-se para a organização e as estratégias dos discursos que sustentam a ação política. Portanto, o foco de interesse da AD está nos atos de linguagem que circulam no mundo social e que testemunham, eles próprios, o que são os universos do pensamento e de valores dominantes num determinado momento da história.

O caráter político de um discurso estaria, desse modo, relacionado intrinsecamente à situação em que ele é produzido e esta tem mais valor do que seu conteúdo em si, forjando, com isso, o sentido em meio às interações e às identidades mobilizadas em sua produção. Assim, os discursos políticos circulam e são produzidos em diferentes grupos sociais e se transformam à medida que são difundidos em diferentes instâncias.

O discurso político, na condição de ato de comunicação, relaciona-se de forma direta a atores inseridos na cena política, objetivando influenciar opiniões de forma a obter adesão a propostas e legitimar o uso do poder. Charaudeau (2006) defende que “a ação política e o discurso político estão indissociavelmente ligados, o que justifica pelo mesmo raciocínio o estudo político pelo discurso” (CHARAUDEAU, 2011, p. 39). Sendo assim, a análise de tal gênero de discurso não deve se ater apenas ao conteúdo intrinsecamente político do texto, mas também deve envolver as estratégias lançadas para a elaboração do discurso, considerando a persuasão e a capacidade de exercer influência.

Importante destacar que diversos linguistas nos mostram que, na contemporaneidade, observa-se um deslocamento da política, considerada atividade de defesa de ideias, para aquela centrada na gestão do verbo, na espetacularização midiática, na persuasão/sedução, na projeção de imagens. Para Courtine (2003), o discurso político se encontra em crise nas sociedades ocidentais, pois a política-espetáculo estaria deformando o debate de ideias. Ainda conforme o autor, sob a égide do espetáculo político, estaríamos sob o reinado das formas breves e o comunicar em política passa a ser o uso de poucas palavras, em frases curtas, seguindo algumas fórmulas.

No mesmo vértice, encontra-se Piovezani (2007), para quem as novas formas do discurso político se manifestam na memória de curta duração, nas breves formulações sincréticas, “com seus efeitos dialógicos e desierarquizantes, nas modalidades enunciativas personalizadas e nos ritmos dinâmicos de sua circulação” (PIOVEZANI, 2007, p. 164). Ainda sob a

argumentação do autor, tal conjunção de fatores atesta o “estado líquido” das discursividades políticas contemporâneas, cujo funcionamento se fundamenta na efemeridade, na fluidez, na volatilidade, na fragmentação e no esquecimento, tão apropriados aos ritmos e aos movimentos velozes do mercado e do consumo. Com as múltiplas plataformas de divulgação dos discursos políticos, incessantemente atualizadas a partir da popularização do uso da Internet, tais características se intensificam ainda mais.

DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

A Análise Crítica de Discurso é uma das perspectivas teóricas na área da análise de discurso que tem foco nas relações dialéticas e no papel da semiose nos processos de mudança social, tomando como base os conhecimentos de Mikhail Bakhtin (1997), no âmbito do dialogismo; contribuições de Halliday (1987), na concepção de texto, bem como os conceitos de formação discursiva desenvolvidos por Foucault (2010) e de hegemonia por Gramsci (1971).

Segundo Fairclough (2001), a compreensão do discurso, no sentido do modo de agir historicamente localizado, ou seja, o uso da linguagem como ação relacionada e dependente do contexto social em que se dá, é a base para a admissão da mudança social a partir da irrupção de vozes dissonantes em ordens discursivas restritas; expondo, assim, contradições e inserindo novas possibilidades de construção de discursos para os sujeitos envolvidos.

O sujeito, por sua vez, para a ACD, é considerado como um ser ideologicamente interpelado, capaz de manifestar pensamentos político-ideológicos por meio do discurso, situando-se na dualidade de ser parte constitutiva e constituída de discursos. Dessa forma, o texto é definido como a materialidade do discurso, capaz de construir significados e de conectar formações textuais ao sistema cultural que as envolve; resultando, portanto, em um fenômeno social e linguístico.

Tais conceitos oferecem base para a compreensão do modelo tridimensional proposto por Fairclough (2001), em que analisamos o discurso “como texto, prática discursiva e prática social” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 89), ou seja, como forma capaz de posicionar o discurso historicamente, permitindo ao analista destacar as particularidades relacionadas à posição social em que está inserido.

O modelo tridimensional foi proposto por Fairclough em 1989 e descrito em 1992⁵ a partir das três dimensões do discurso destacadas. Em rela-

⁵ Livro “Discurso e Mudança Social”, Norman Fairclough, 1992.

ção ao texto, Fairclough (2001) defende a definição de texto, como proposto por Halliday (1994), relativa à linguagem em funcionamento, destacando a indissociabilidade das condições de produção e de interpretação, por serem fatores estruturantes. Dessa forma, elementos como o “vocabulário, a gramática, a coesão e a estrutura textual” (RESENDE; RAMALHO, 2010, p. 187) servem à dimensão como categorias para análise.

No âmbito da prática discursiva, parte-se dos processos de produção, de difusão e de consumo do texto para a compreensão da força, da coerência e do conteúdo intertextual do produto. Tais elementos são capazes de moldar o discurso conforme procedimentos, ordens e práticas particulares a contextos sociais específicos em que estão inseridos. No *corpus* analisado, difere-se, portanto, a voz do Prefeito — com as responsabilidades e poderes inerentes ao cargo —, da voz do Governador. Assim, a análise dos contextos parte da reunião de indícios contextuais: *há citações? Se sim, de quem? De onde partem os argumentos sustentados? A quem serve a discussão?* e de uma leitura da situação e dos sujeitos envolvidos.

Ademais, na terceira dimensão do discurso, a da prática social, são suscitados os aspectos ideológicos e componentes hegemônicos que compõem o texto. Segundo Althusser, “a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos” (ALTHUSSER, 1985, p. 93) e, portanto, o interpelamento ideológico produz duas evidências, a da existência do sujeito e a do sentido (ALTHUSSER, 1985), fazendo com o que os indivíduos se reconheçam como “concretos, individuais, inconfundíveis e obviamente insubstituíveis” (ALTHUSSER, 1985, p. 95) de forma sutil para que não seja identificável. Dessa compreensão, parte o entendimento de que discursos não são imunes à ideologia e carregam consigo elementos naturalizados em formas discursivas que podem ou não ser contestados conforme processos sociais intermediários à produção e à interpretação.

NA ARENA: DISCURSO NA MÍDIA

Os dois atores políticos envolvidos na discussão têm trajetórias bastante diferentes. Alexandre Kalil, eleito em 2016, no 2º turno, por 52,98%⁶ dos votos na capital pelo PHS, e reeleito em 1º turno em 2020 com 63,36%⁷ dos votos, dessa vez no PSD, já era amplamente conhecido por ter sido

⁶ Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Outubro/eleitores-de-belo-horizonte-mg-elegem-alexandre-kalil-para-a-prefeitura>. Acesso em: 26 maio 2021.

⁷ Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Novembro/belo-horizonte-mg-kalil-psd-e-reeleito-prefeito-da-cidade>. Acesso em: 26 maio 2021.

presidente do Clube Atlético Mineiro, time de futebol popular da capital, de 2008 a 2014. Alexandre Kalil é empresário e se destacou por um estilo “grosseiro” de se comunicar e com afirmações de que não era político; posicionamento que ele mudou na segunda eleição. O atual prefeito de Belo Horizonte sustentou a campanha de 2020, já na pandemia, com a ideia de que “não faz promessas”, mas tem trabalhado pela cidade. Pesquisas⁸ também apontaram que a gestão da pandemia da administração de Alexandre Kalil, responsável pelo fechamento do comércio, pela obrigatoriedade do uso de máscaras em espaços públicos e pela restrição do acesso a parques e praças, é mais bem avaliada que a postura dos governos estadual e federal. O prefeito critica⁹, com frequência, a gestão da pandemia pelo governador Romeu Zema e pelo presidente Bolsonaro, acusando ambos de omissão e de não realizarem repasses suficientes para a cidade de Belo Horizonte.

Por outro lado, o governador Romeu Zema seguiu um caminho diferente. Empresário de Araxá, cidade do Triângulo Mineiro, tem carreira como empresário e é proprietário de redes de lojas de varejo e de postos de combustíveis. Candidatou-se em 2018 contra nomes já conhecidos da política mineira, como o ex-governador e senador Antonio Anastasia (PSDB) e o candidato à reeleição Fernando Pimentel (PT). Pelo partido Novo, Romeu Zema aproveitou o sucesso eleitoral do presidente Jair Bolsonaro para se viabilizar e, por adesão, foi ao segundo turno contra Anastasia, defendendo o candidato Jair Bolsonaro e o liberalismo econômico. Foi eleito com 71,8%¹⁰ dos votos e se tornou o primeiro governador eleito pelo partido Novo no país. Na gestão da pandemia, Romeu Zema chegou a construir um hospital de campanha que nunca foi utilizado e até março de 2021¹¹, quando decretou a Onda Roxa¹², não havia apoiado qualquer medida de isolamento formalmente. O governador é frequentemente criticado por ter desmobilizado iniciativas de restrição de circulação de prefeitos mineiros, afirmando que o vírus “tem que viajar um pouco”¹³. Zema também já se posicionou

⁸ Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/11/28/interna_gerais,1215213/pbh-tem-melhor-avaliacao-combate-a-pandemia-do-que-estado-e-uniao.shtml. Acesso em: 26 maio 2021.

⁹ Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/04/08/interna_gerais,1254960/kalil-apos-critica-de-zema-a-ritmo-de-vacinacao-polemicas-sem-fundamento.shtml. Acesso em: 26 maio 2021.

¹⁰ Disponível em: <https://www.tre-mg.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/relatorio-2o-turno-eleicoes-2018>. Acesso em: 29 maio 2021.

¹¹ Disponível em: <http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/governador-romeu-zema-anuncia-onda-roxa-em-todo-o-estado>. Acesso em: 29 maio 2021.

¹² A Onda Roxa foi uma medida tomada pelo governo de Minas Gerais de restrições rígidas à circulação de pessoas e de abertura do comércio como forma de contenção da transmissão do coronavírus. Começou restrita a algumas regiões com situação mais crítica e foi ampliada em seguida para todo o estado.

¹³ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/04/11/zema-critica-prefeitos-e-diz-que-coronavirus-tem-que-viajar-um-pouco.htm>. Acesso em: 29 maio 2021.

favorável ao “tratamento precoce” da Covid-19, tese defendida pelo governo federal, que envolve a prescrição de remédios com ineficácia comprovada para a Covid-19.

No âmbito do *corpus*, em relação à análise textual, ambos os registros são entrevistas realizadas oralmente e transcritas. Dessa forma, registros da oralidade, frases incompletas ou gramaticalmente incorretas, são suprimidas ou corrigidas para adequação para a norma culta e também para o formato do texto a ser publicado no jornal. A entrevista do prefeito Alexandre Kalil foi publicada na íntegra no formato perguntas e respostas e são perceptíveis as intervenções em parênteses nas declarações de Kalil, quando o contexto da conversa permitia inferir a que o prefeito se refere, mas que poderia ficar nebuloso na leitura, por exemplo: “Nós vamos usar na saturação, porque, se der tempo de a gente abrir esses 209 leitos que estão programados (na rede pública), com recheio (profissionais da saúde), nós não precisaremos (da rede particular). Com o fechamento da cidade, deve cair a taxa de ocupação (dos leitos).” Ao longo da entrevista, o recurso é utilizado para dar sentido ao diálogo oral transcrito.

Nota-se também, ao longo da entrevista, o uso do “eu/meu” para abordar assuntos e ações relativas à Prefeitura. A frase “Deus me deu essa missão” usada por Kalil para definir o desafio de comandar o Executivo municipal durante uma pandemia pode ser representativa da relação pessoal de Alexandre Kalil com a Prefeitura e também do aspecto messiânico assumido por Kalil. Em muitos momentos, não é a Prefeitura ou a equipe a responsável por ações; mas, sim, o “eu”. Trechos como “Neguei o aumento para eles”, “tive que socorrer o transporte público”, “o que eu quero (dinheiro), ele (Zema) não tem para me dar” são exemplos dessa relação. As exceções se dão nas ações relativas à pandemia, que ganham um ar impessoal ou coletivo, com o uso de “a Prefeitura”, ou “nós”, como pode ser visto nos trechos “Não, está tendo é uma barreira sanitária feita pela prefeitura de Belo Horizonte.”, “Nós contratamos em três anos 13.500 profissionais da saúde de ponta”, “Em julho, nós vamos abrir mais 209 leitos de UTI e 263 de enfermaria”, visto que são decisões tomadas em consenso com o comitê de combate à pandemia, secretários e especialistas. Ainda em relação à entrevista do prefeito Alexandre Kalil, é possível notar a imbricação das narrativas com sua vida pessoal. Então, narrativas técnicas, como a relação da Prefeitura de Belo Horizonte com o governo de Minas Gerais, são interrompidas para menção de um aspecto pessoal, como exemplificado em “O governo de Minas está quebrado, está falido, está liquidado. Nós (eu e Zema) poderíamos sair para beber cerveja todo dia junto que o governo de Minas ia continuar a ficar sem dar um tostão para Belo Horizonte porque não tem mesmo”.

Por sua vez, a entrevista de Romeu Zema foi publicada pelo jornal Estado de Minas em um formato com intervenções mais severas, em que as matérias são entremeadas por trechos da entrevista. Dessa forma, pode-se supor que foram selecionados excertos específicos para responder às questões que o jornal desejava abordar. Apesar disso, as falas selecionadas não apresentam intervenções em parênteses como visto na entrevista do prefeito Alexandre Kalil e sinais de oralidade, como frases incompletas, não estão presentes no texto, provavelmente suprimidas na edição. Nas falas do governador, o uso do “nós” para representar o governo de Minas e as ações tomadas em âmbito estadual são constantes, mas não existe uma tomada de responsabilidade e a postura política é de condução correta da pandemia, como ele afirma no trecho a seguir.

Vejo que, até o momento, conduzimos adequadamente. Tanto é que só o estado do Mato Grosso do Sul tem menos óbitos por 100 mil habitantes que Minas Gerais. Mas nossa situação se agravou muito nos últimos 15 dias. Isso nos deixa bastante tensos, mas o povo mineiro tem contribuído e vai continuar contribuindo. O setor público tem que fazer a sua parte, e as pessoas também. Eu diria que temos caminhado bem. Se o mês de julho passar e conseguirmos tolerar essa carga, com certeza estamos preparados para isso, o pior vai ter ficado para trás e, a partir daí, nossa situação fica bem menos crítica. (ZEMA, 2020).

Os únicos momentos em que “a pessoa” Romeu Zema é suscitada são na afirmação de que a situação da pandemia é angustiante e quando afirma que o Governo Federal adquiriu anestésicos e relaxantes musculares: “Tive a satisfação de ver hoje cedo uma notícia que o Governo Federal conseguiu comprar um grande lote, porque essa falta não é exclusiva de Minas Gerais”. Apesar da supressão do “eu”, todas as falas do governador Romeu Zema representam opiniões pessoais. Para citar o momento da pandemia no estado, Zema fez uma metáfora com futebol. “Se fosse um jogo de futebol, eu diria que, como estamos agora indo para o ápice da curva, é como se estivéssemos jogando nos 30 minutos do primeiro tempo”. Sobre a possibilidade de *lockdown*¹⁴, apenas especulou uma situação de um surto regional — “Se numa cidade pequena, nós tivermos um surto enorme, porque ali um

¹⁴ *Lockdown* é uma palavra de origem inglesa que corresponde ao isolamento ou restrição de acesso imposto como uma medida de segurança, podendo se referir a qualquer bloqueio ou fechamento total de alguma coisa, especialmente um lugar. Ele resulta de uma imposição do governo e independe da vontade do cidadão, podendo haver multa ou penalização em razão do seu descumprimento. Disponível em <https://www.dicio.com.br/lockdown/>. Acesso em: 29 maio 2021.

grupo muito grande de pessoas se contaminou, talvez essa situação venha a ser necessária, mas pontualmente” — e descartou uma medida geral. Da mesma forma, ao comentar o retorno às aulas, deu sua opinião pessoal sobre o ensino remoto: “É uma preocupação nossa não voltar às aulas, porque o ensino não é tão bom quanto o presencial”. Pode-se notar que a forma de discutir o assunto é em tom especulativo, como se não houvesse dados à disposição do governador para a tomada de decisões, conforme exposto no excerto a seguir.

Se vemos que o número de casos, óbitos, só está caindo, que temos leitos suficientes para atender todo mineiro (sic), eu diria que é viável o retorno das aulas. Lógico, tomando todos os cuidados. Pelo que tenho acompanhado, vários estados estão tomando quase que medidas como revezamento, 30%, 40% dos alunos frequentando aulas. Mas com crianças é muito difícil. (ZEMA, 2020).

De resto, ao contrário do que vimos na entrevista de Alexandre Kalil, em que há menção direta ao governador, a crítica de Zema ao prefeito é feita de forma mais discreta e especulativa, sem menção a nomes, como no trecho “O que não é bom é o prefeito, ou gestor público, só mandar fechar e não fazer nada, ou só fazer propaganda que fechou e está protegendo a população”. Assim, a crítica ao fechamento do comércio, medida impopular adotada por prefeitos, justifica a ação do estado.

Entende a ACD, a partir de Bakhtin (1997), que não existe um discurso autofundado, completamente inédito; há, portanto, a constituição de um dizer a partir do que já foi dito. Ainda que mudadas as condições de produção e, conseqüentemente, o sentido, o discurso segue situado a partir de um lugar já ocupado por outros enunciados.

Essa reflexão nos conduz à noção do interdiscurso, que seria a relação constitutiva dos discursos entre si, dada pela dupla função estruturante, que permite ao discurso construir e concretizar novas configurações no interior de novos discursos. Tal processo é resultante da interação entre o discurso e a memória discursiva, quando formações discursivas incorporam elementos anteriores a ela em sua constituição; resignificando e realocando, desse modo, esses elementos.

Os discursos dos políticos mineiros em tela nos mostram uma constante mobilização de interdiscursos por parte de Alexandre Kalil, especialmente quando ele aborda elementos dos universos científico e futebolístico. O prefeito, durante a entrevista, cerca-se de discursos de médicos e de cientistas com frequência, de forma direta ou indireta, com o objetivo de

trazer legitimidade a suas falas e respaldo para as ações tomadas à frente da prefeitura, como podemos ver nos trechos abaixo.

“Alguém ouviu o presidente da OMS (Organização Mundial de Saúde) falando? O pior está por vir. É simples assim. Então, o que nós estamos fazendo? Socorrendo com cesta básica, kit de higiene, alimentação, acolhendo gente da rua, fazendo o que temos que fazer.” (KALIL, 2020, grifo nosso).

“Um pesquisador da UFMG sugeriu mexer na gestão do transporte público em Belo Horizonte.” (KALIL, 2020, grifo nosso).

“Você está na sala da sua casa — um virologista falou isso pra mim, você mora em uma casa, tá? Lá em frente ao Banco Mercantil. E o tiro está comendo, está tendo um assalto. E está na hora de você ir trabalhar. Você sai? Claro que não.” (KALIL, 2020, grifo nosso).

Outra forma que o prefeito da capital mineira utiliza para trazer o discurso médico para junto do seu é reafirmar diversas vezes a convivência familiar com profissionais dessa área, ou seja, o homem Kalil tem contato com médicos e leva esse “conhecimento” para as decisões do prefeito Kalil, conforme o exposto a seguir.

“Eu tenho um filho e duas noras médicos. Quer dizer, só dos seis casados lá em casa, a metade é médico. Um médico que tem mestrado, estudou nos Estados Unidos...” (KALIL, 2020).

“E eu entendo porque eu estudei, eu entendo porque participei (das reuniões), porque eu aprendi. Nunca passou pela minha cabeça, e eu não acredito que vocês saibam disso, que não existe virologia sem matemática. Eu aprendi — até porque o almoço da minha casa, de seis, três são médicos, e meu filho é cirurgião ortopédico...” (KALIL, 2020).

Kalil recorre ao interdiscurso ainda para fazer a contraposição entre o científico e o não científico, ancorando suas decisões sempre no primeiro grupo, como mostram os trechos a seguir.

“Agora, engenharia de obra pronta é astrologia, eu não sou astrólogo. Agora, matematicamente se prova que se a onda é de 14 dias, para a primeira morte, o primeiro caso, o vírus chegou

aqui provavelmente dia 1º e o carnaval já tinha acabado.” (KALIL, 2020, grifo nosso).

“Mas eu não sou astrólogo, então eu preciso dos números na mão.” (KALIL, 2020, grifo nosso).

“O meu filho não iria para a escola. Quando que volta é coisa de astrólogo. Vocês vão repetir a data até quando? Os números é que vão falar quando volta a escola. É a matemática, a ciência é que vai falar quando volta.” (KALIL, 2020, grifo nosso).

O segundo universo mobilizado por Kalil por meio de interdiscurso é o do futebol. Trata-se, no entanto, de uma ferramenta comum ao prefeito não apenas nesta entrevista, tendo em vista sua experiência como presidente de um dos maiores clubes de futebol do país. As metáforas com o tema são a principal forma de ilustração de ideias empregada por ele, como podemos ver nos trechos: “isso é chamado no futebol de engenharia de obra pronta” e “acho que nós podemos estar no primeiro minuto do primeiro tempo, como podemos estar nos 45 do segundo tempo”.

A comparação entre a prefeitura e o Atlético Mineiro e, por conseguinte, sua experiência na condição de gestor nos dois espaços, também é mobilizada em falas como: “Eu acho, sinceramente, como eu não gosto de placa, nunca pus uma placa no Atlético, nunca pus uma placa em nada aqui na prefeitura” e “Quem tem medo de buzina é cachorro distraído e 200 pessoas gritando aqui é para quem nunca foi presidente do Atlético. Quando saía do Mineirão tinha era 50 mil te esperando lá fora”.

Em contraste, não se viu na entrevista do governador Romeu Zema a busca pelo discurso científico como forma de sustentação e de legitimidade às suas falas. Pelo contrário, em nenhum momento ele se volta à ciência, sem alusões ou mesmo citações diretas a orientações das entidades médico-sanitárias ou mesmo ao método científico como diretriz para suas ações. Dessa forma, como apresentamos, Zema trata o combate à pandemia a partir de sua observação pessoal e como uma situação completamente alheia ao embasamento científico, como é possível verificar em trechos como: “Pelo que tenho acompanhado”, “Mas com crianças é muito difícil” e “Estamos lidando com algo que não é muito previsível”.

Mas, em relação ao universo futebolístico, o governador dialoga com um discurso que é comum ao prefeito da capital, com quem antagonizava naquele momento, ao menos no que concerne às medidas de combate à Covid-19. A principal metáfora construída por ele durante a entrevista para

ilustrar o trabalho do governo do estado é um interdiscurso futebolístico, exposto a seguir, que foi inclusive utilizada como título pelo jornal.

“Se fosse um jogo de futebol, eu diria que, como estamos agora indo para o ápice da curva, é como se estivéssemos jogando nos 30 minutos do primeiro tempo. Então, muitas pessoas encaram que o pior já ficou para trás, que já ganhamos esta batalha, esta guerra. Mas temos muito ainda pela frente. O mês de julho vai ser crucial. Vai ser como se fosse o intervalo do primeiro para o segundo tempo” (ZEMA, 2020, grifo nosso).

Na prática social, faz-se necessário remetermos ao cenário nacional para entender que o posicionamento do presidente Jair Bolsonaro, que defende o tratamento precoce, com um coquetel de remédios ineficazes contra a Covid-19, é contra as medidas de isolamento e o uso de máscaras, boicota as medidas de contenção da pandemia e divide o debate público entre os apoiadores, que o acompanham, e os opositores, que frequentemente defendem evidências científicas, como o uso de máscaras e o distanciamento. Sabemos que, na sociedade, a linha entre tais posicionamentos é nebulosa. Por essa razão, trata-se de uma dicotomia ineficiente para classificar cidadãos, no entanto, entre políticos essa divisão é válida, por ser reforçada pela reação à pandemia.

A partir disso, a postura de Alexandre Kalil é diametralmente oposta à de Jair Bolsonaro. A frequente menção a médicos, a virologistas, a equipes de saúde e a pesquisadores indica um apego às evidências produzidas pela ciência. Ao ser perguntado sobre a crítica de especialistas sobre a falta de testagem na capital, a resposta admite a necessidade dos testes acerca do abastecimento de anestésicos e relaxantes; afirma ter ouvido uma médica responsável por todo o sistema de Santas Casas a respeito da volta às aulas; cita o diretor-geral da Organização Mundial de Saúde e, ao especular sobre datas de reabertura da cidade, menciona índices de contaminação, ocupação de leitos de UTI e de enfermarias. Paralelamente à busca por legitimidade científica nas falas, Kalil atribui a si próprio uma condição de designado por Deus para cuidar da pandemia, citando também as chuvas que devastaram a cidade no início de 2020. Nesse ínterim, tanto a prefeitura quanto o próprio prefeito são colocados como responsáveis por combater a pandemia e cuidar da cidade, como é exposto nos trechos a seguir.

“Não, está tendo é uma barreira sanitária feita pela Prefeitura de Belo Horizonte. Que para todos os ônibus e tira a temperatura de todo mundo. Isso é que está havendo, é a única coisa que

consegui fazer porque isso eu tenho autoridade para fazer.” (KALIL, 2020).

“Olha, governar não é agradar. Não fui eleito aqui para agradar ninguém. Sou responsável por proteger, cuidar da população de Belo Horizonte.” (KALIL, 2020).

A oposição a Jair Bolsonaro também é reforçada na avaliação do governo federal. Alexandre Kalil procura reforçar, em palavras, atributos que considera importantes, como liderança, atitude, planejamento e aprendizado técnico. Ao mesmo tempo, afirma que Bolsonaro não os possui, conforme exposto a seguir.

“Se ele assumisse a liderança firme no país, talvez ele tivesse gasto a metade do que gastou, que está gastando e que vai gastar. É um erro duplo. [...] Então, o que eu acho que o presidente errou e que ele teve compromisso com o erro. [...] E eu entendo porque eu estudei, eu entendo porque participei (das reuniões), porque eu aprendi.” (KALIL, 2020).

O conjunto de informações ideológicas contido na entrevista de Alexandre Kalil aponta, portanto, para um entendimento da responsabilidade do gestor e do Executivo municipal em promover o combate à pandemia e oferecer condições para o tratamento de pessoas doentes. Assim, da mesma forma que a administração municipal tem responsabilidade na condução da pandemia — e há a tentativa de demonstrar que o trabalho vem sendo feito —, opta-se por responsabilizar também as instâncias estadual e federal, acusando-as de não cumprir integralmente suas atribuições.

Por sua vez, Romeu Zema demonstra adesão ao discurso defendido por Jair Bolsonaro, mesmo que de forma indireta. Nos trechos publicados pelo jornal, como mencionado, não há a sustentação dos argumentos em evidências científicas, nem em casos de sucesso ou de experiências relevantes de outros estados. A responsabilização da prefeitura e do próprio prefeito, em que o poder público é colocado em posição de agente capaz de prevenir novas infecções, inexistente a partir da perspectiva de Romeu Zema, que alterna posições entre um “comentarista externo” da pandemia a um mero colaborador em relação aos esforços do estado, como o exposto a seguir.

“Realmente, é uma situação angustiante, tensa. Não resta a menor dúvida que isso afeta o emocional de todos, mais ainda daqueles que tomam decisões, porque é um momento em que vidas estão em jogo.” (ZEMA, 2020).

“Isso nos deixa bastante tensos, mas o povo mineiro tem contribuído e vai continuar contribuindo. O setor público tem que fazer a sua parte, e as pessoas também.” (ZEMA, 2020).

“O que não podemos permitir é que o poder público não use o tempo em que está na fase de isolamento para estruturar o sistema de saúde.” (ZEMA, 2020).

Até mesmo em relação às políticas que terão de ser adotadas pelo Estado, há uma posição passiva diante das circunstâncias, a partir de uma admissão de que não existem medidas a serem tomadas diante do vírus, como em “Mas estamos planejando a melhor alternativa, e vai depender muito dessa curva agora no mês de julho que estaremos acompanhando.” (ZEMA, 2020).

Ao comentar a disparada do preço de medicamentos e a situação do estoque do governo estadual durante a pandemia, a passividade é novamente manifestada por meio da ação de “esperar que o mercado regularize logo”. Em seguida, o problema na baixa de estoques de remédios é minimizado a partir da afirmação de que não se trata de um problema exclusivo de Minas Gerais e do Brasil. Segundo Zema, “é uma falta que está ocorrendo no Brasil todo e, inclusive, também em outros países, devido ao aumento da demanda que adveio da pandemia. Espero que o medicamento chegue enquanto o estoque for suficiente.” (ZEMA, 2020).

Nota-se, portanto, que as falas do governador caminham no sentido da passividade, da impossibilidade da ação diante do vírus e das consequências da pandemia, posicionando, dessa forma, o estado como mero gerenciador de situações, mesmo como instância da Administração Pública com mais capacidade de agir do que as prefeituras, por ter um orçamento maior, gerenciar hospitais e poder coordenar ações regionais em maior escala.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de findar este estudo, é importante lembrarmos que o exercício do poder está inerentemente unido também ao uso da linguagem e de recursos para expressão de ideais e constituição de uma imagem pública capaz de convencer e de garantir legitimidade. Retomamos, portanto, Charaudeau (2006), para quem a palavra política, assim como toda forma de discurso, deve ser compreendida como o resultado da articulação entre linguagem, ação, poder e verdade.

Por meio da análise das duas entrevistas, foi possível verificar que o governador Romeu Zema — ao não se ancorar no discurso científico, ao usar sempre o “nós” ao falar do governo; excluindo, portanto, sua responsabilidade pessoal na condução do combate à pandemia e, especialmente, ao abordar o tema como opiniões pessoais — se aproxima do discurso negacionista do presidente Jair Bolsonaro. Dessa forma, ainda que o governo federal tenha sido apenas uma vez citado durante toda a entrevista, é possível apreender a convergência entre ambos os discursos.

Em posição diametralmente oposta encontramos, por sua vez, o prefeito Alexandre Kalil, pois este, mobilizando um discurso messiânico, de escolhido por Deus para estar à frente da prefeitura neste momento, se coloca em primeira pessoa, utiliza termos que legitimam sua autoridade e responsabilidade com o cuidado com as pessoas. No entanto, destaca-se, em sua fala, a ancoragem no discurso científico, já que são frequentes as menções a médicos, a virologistas, a equipes de saúde e a pesquisadores, o que indica um apego às evidências produzidas pela ciência. Sendo assim, mesmo tendo feito críticas aos governos federal e estadual, a quem acusa de não terem cumprido integralmente suas atribuições, é no contraste entre as falas e atitudes do prefeito com o governador (e, por consequência, o presidente) que se torna possível verificar o real contraste entre os discursos.

Por fim, a partir da compreensão de que o discurso político se apresenta como um conjunto de enunciados que permitem a identificação de modos de ver e de dizer em determinado contexto tanto social quanto histórico, com o objetivo de reconhecer e de justificar ações políticas, enxergamos a análise como um ponto de partida para uma compreensão mais aprofundada de como se deu o combate à pandemia em Minas Gerais e, de modo especial, em Belo Horizonte.

Nessa perspectiva, a partir do entendimento do que foi expresso nas elocuições analisadas, ou seja, das formas com que as ações e os pontos de vista em relação ao enfrentamento à Covid-19 se apresentam nas entrevistas, vislumbra-se uma nova oportunidade para fomentar outras reflexões e problemáticas acerca do combate à pandemia pelos agentes públicos.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, v. 2, 1985.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Martins Fontes, 1997.

CHARAUDEAU, P. O Discurso Político. In: EMEDIATO, W.; MACHADO, I. L.; MENEZES W. *Análise do discurso: gêneros, comunicação e sociedade*. Belo Horizonte: NAD/FALE-UFMG, 2006.

CHARAUDEAU, P. *Discurso Político*. 2 Ed. São Paulo: Contexto, 2017.

COURTINE, J. J. Os Deslizamentos do Espetáculo Político. In: GREGOLIN, M. (Org). *Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo*. São Paulo: Claraluz, 2003.

'ESTAMOS nos 30 minutos do 1º tempo', diz Zema sobre COVID-19 em Minas. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 30 jun. 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/06/30/interna_gerais,1161304/estamos-nos-30-minutos-do-1-tempo-diz-zema-sobre-covid-19-em-minas.shtml. Acesso em: 02 maio 2021.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 2001.

FAIRCLOUGH, N.; DE MELO, I F. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. *Linha d'Água*, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

GRAMSCI, A *et al. Selections from the prison notebooks*. Londres: Lawrence and Wishart, 1971.

HALLIDAY, M Language as social semiotic. *Language and literacy in social practice*, p. 23-43, 1994.

KALIL sobre a COVID-19: 'Estamos em guerra. Só que não tem bomba. A guerra é invisível'. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 02 jul. 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/07/02/interna_gerais,1161916/kalil-sobre-a-covid-19-estamos-em-guerra-so-que-nao-tem-bomba.shtml. Acesso em: 02 maio 2021.

'NÃO é bom o prefeito só mandar fechar e não fazer nada', diz Zema. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 30 jun. 2020. Disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/06/30/interna_gerais,1161308/nao-e-bom-o-prefeito-so-mandar-fechar-e-nao-fazer-nada-diz-zema.shtml. Acesso em: 02 maio 2021.

PIOVEZANI, C. Novas formas do discurso político: metamorfoses discursivas e atualizações disciplinares. In: *Verbo, corpo e voz: dispositivos de fala pública e produção da verdade no discurso político*. São Paulo: Edunesp, 2007.

RESENDE, V.; RAMALHO, V. C. V. S. *Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas*. Linguagemem (Dis) curso, v. 5, n. 1, p. 185-208, 2010.

ZEMA crê em volta às aulas somente com diminuição de casos de coronavírus em Minas. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 30 jun. 2020. Disponível em: <https://www.em.com.br>

br/app/noticia/gerais/2020/06/30/interna_gerais,1161337/zema-cre-em-volta-as-aulas-somente-com-diminuicao-de-casos-de-covid-19.shtml. Acesso em: 02 maio 2021.

ZEMA culpa preços altos por baixa no estoque de remédios: 'Absurdo ganhar dinheiro em cima da vida dos outros'. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 30 jun. 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/06/30/interna_gerais,1161316/zema-culpa-precos-altos-por-baixa-no-estoque-de-remedios-absurdo.shtml. Acesso em: 02 maio 2021.

ZEMA, sobre COVID-19: 'Situação crítica vai continuar por pelo menos 20, 30 dias'. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 30 jun. 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/06/30/interna_gerais,1161270/zema-situacao-critica-vai-continuar-por-pelo-menos-20-30-dias.shtml. Acesso em: 02 maio 2021.

A FÓRMULA DISCURSIVA “(RE)CONFINAMENTO” NO CONTEXTO FRANCÊS DA COVID-19

GLAUCIA MUNIZ PROENÇA LARA¹

TATIANA EMEDIATO CORRÊA²

Resumo: No início de 2020, o mundo foi surpreendido pelo surgimento e pela rápida propagação de uma nova doença: a Covid-19, que logo foi “alçada” à condição de pandemia pela OMS (Organização Mundial da Saúde). Esse acontecimento impactante fez com que os governos dos diferentes países se deparassem com enormes desafios nas áreas social, política e econômica, o que sempre esteve em pauta na discussão e na tomada de medidas restritivas para evitar a disseminação do vírus. Na França, ao longo de 2020, houve duas ondas da doença, o que resultou, entre outras medidas, no confinamento da população. Assim, um primeiro confinamento entrou em vigor no período de 17 de março a 11 de maio e um segundo (reconfinamento), de 30 de outubro a 15 de dezembro. Nessa perspectiva, o termo “(re)confinamento” (*(re)confinement*) ganhou amplo espaço nos discursos que circularam nos dois momentos considerados, levando-nos a associá-lo à noção de *fórmula discursiva* proposta por A. Krieg-Planque (2003; 2010; 2011) no escopo da análise do discurso francês. Segundo essa autora, as fórmulas têm quatro características principais: 1) sua cristalização; 2) seu funcionamento discursivo; 3) seu caráter de referência social; 4) sua dimensão polêmica. A apreensão e a comparação de falas de diferentes atores sociais (políticos, médicos, cientistas, jornalistas), disponibilizadas na internet no período compreendido entre março e novembro de 2020, permitiu-nos observar como se deu a circulação de *(re)confinement* em cada uma das ondas mencionadas, comprovando o seu caráter de fórmula discursiva.

Palavras-chave: pandemia; fórmula discursiva; *(re)confinement*; contexto francês.

Abstract: In the beginning of 2020, the world was surprised by the emergence and rapid spread of a new disease: Covid-19, which was soon “raised” to a pandemic condition by WHO (World Health Organization). This impacting event led the governments of different countries to face enormous challenges in social, political and economic areas, which has always been on the agenda in the discussion and in the taking of restrictive measures to prevent the spread of the virus. In France, during 2020, there were two waves of the disease, which resulted, among other measures, in the confinement of the population. Thus, a first confinement took effect from March, 17th to May, 11th and a second (*reconfinement*), from October 30th to December, 15th. In this way, the term “(re)confinement” (*(re)confinement*, in French) gained wide space in the speeches that circulated in the two moments considered, leading us to associate it with the notion of discursive formula proposed by A. Krieg-Planque (2003; 2010; 2011) within the scope of French Discourse Analysis. According to this author, formulas have four main characteristics: 1) their crystallization; 2) their discursive functioning; 3) their character of social referent; 4) their polemic dimension. The apprehension and comparison of the speeches of different social actors (politicians, doctors, scientists, journalists), made available on the internet in the period between March and November 2020, allowed us to observe the circulation of *(re)confinement* in each of the mentioned waves, proving its character as a discursive formula.

Keywords: pandemic; discursive formula; *(re)confinement*; French context.

¹ Doutora em Semiótica e Linguística Geral pela Universidade de São Paulo (USP). Professora titular na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). e-mail: gmplara@gmail.com.

² Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pós-doutoranda na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). e-mail: tatyemedcorrea@gmail.com.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O início de 2020 foi marcado pelo surgimento de uma doença respiratória até então desconhecida. Causada por um novo coronavírus (SARS-Cov-2), a Covid-19 — *COrona Virus Disease + 19* (do ano de 2019, quando os primeiros casos detectados em Wuhan, na China, foram divulgados publicamente) — disseminou-se, com rapidez, pelos cinco continentes; logo a OMS a classificou, no dia 11 de março, como uma pandemia³.

Na França, a primeira morte oficial — a de um turista chinês de 80 anos — ocorreu no dia 15 de fevereiro de 2020. Quinze dias antes, Paris e Bordeaux haviam registrado os quatro primeiros casos oficiais, todos originários da China ou com passagens por esse país. A acelerada expansão da Covid-19 na França, com a sobrecarga dos hospitais do Leste e da Região Parisiense (Île de France)⁴, passou a exigir medidas drásticas; colocando em cena, portanto, o poder público. Assim, a interdição de deslocamentos, logo batizada de “confinamento da população” ou “confinamento nacional”, entrou em vigor, pela primeira vez, no período de 17 de março a 11 de maio de 2020 e, pela segunda vez, de 30 de outubro a 15 de dezembro do mesmo ano.

Depois de uma campanha sanitária de recomendação de condutas higiênicas (uso de máscaras e de álcool gel) e de distanciamento social, o Presidente Emmanuel Macron anunciou no dia 16 de março de 2020, por meio de um pronunciamento à nação, a decisão do primeiro confinamento (*confinement*). Utilizando a metáfora “guerra” (contra um inimigo invisível), para se referir ao combate que se deveria empreender contra a doença, informou que o país se encontrava no “estágio 3” das medidas sanitárias governamentais e em plena expansão epidêmica. Nesse sentido, o confinamento nacional (no dito estágio 3) compreendeu medidas de restrição dos deslocamentos da população ao mínimo necessário, como compras de alimentos, cuidados médicos, deslocamentos profissionais (nas situações em que o trabalho remoto não era possível), além do fechamento das fronteiras do Espaço Schengen⁵. Com previsão de pagamento de multas em caso de

³ Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/pergunta/por-que-doenca-causada-pelo-novo-virus-recebeu-o-nome-de-covid-19>. Acesso em: 06 out. 2020.

⁴ Disponível em: <https://www.francebleu.fr/infos/societe/coronavirus-les-dates-cles-de-l-epidemie-en-france-1603646805>. Acesso em: 17 fev. 2021.

⁵ O Espaço Schengen resulta de um acordo entre países europeus sobre uma política de abertura das fronteiras e livre circulação de pessoas entre os países signatários: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Islândia, Itália, Letônia, Liechtenstein, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Noruega, Países-Baixos, Polônia, Portugal, República Tcheca, Eslováquia Eslovênia, Suécia e Suíça. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Acordo_de_Schengen. Acesso em: 17 fev. 2021.

infração e com a presença de 100.000 policiais nas ruas para controle da população, esse primeiro confinamento, como já foi dito, terminou em 11 de maio.

No entanto, sem melhoras significativas em relação à Covid-19 — em 23 de outubro de 2020, a França ultrapassou a barreira de um milhão de casos desde o início da epidemia e, no dia seguinte, bateu um novo recorde de contaminações (mais de 45.000 novos casos em 24 horas) —, Macron anunciou a entrada em vigor, a partir de 30 de outubro, de um novo confinamento (*reconfinement*), com final previsto para o dia 15 de dezembro, a depender da situação sanitária do país em relação às condições fixadas como favoráveis (ou seja, menos de 5.000 contaminações por dia). O presidente francês decretou, ainda, um toque de recolher das 21h às 6h e informou que a reabertura de restaurantes e bares não ocorreria antes de 20 de janeiro de 2021 (a depender também da evolução da doença). No entanto, o fechamento desses estabelecimentos — e de outros, como cinemas, teatros, museus e casas de *show* — foi prolongado *sine die*, assim como o toque de recolher em todo o território nacional⁶.

A partir do contexto da Covid-19 na França⁷, que apresentamos de forma rápida nas linhas precedentes, é possível constatar que o termo (*re*) *confinement* ganhou destaque nas mídias e em outras instâncias (política, científica etc.); merecendo, pois, ser “alçado” à posição de objeto de estudo nos discursos em que foi inserido, a exemplo do trabalho desenvolvido por Lara e Landim (2021) sobre a expressão “isolamento social” no cenário brasileiro. Nosso objetivo é, pois, o de examinar esse termo, à luz da Análise do Discurso francesa (ADF), para mostrar que ele atende às quatro características inerentes ao que A. Krieg-Planque (2003, 2010, 2011) chama de “fórmula discursiva”.

Logo, num primeiro momento, discorreremos sobre a noção de fórmula, buscando já associar suas características ao termo *confinement* (e sua

⁶ Disponível em: https://fr.wikipedia.org/wiki/Confinements_de_2020_en_France#:~:text=L'interdiction%20de%20d%C3%A9placement%20en,30%20octobre%202020%20au%2015. Acesso em: 17 fev. 2021.

⁷ Dados mais recentes mostram que o governo francês, dando continuidade à luta contra a disseminação do coronavírus, anunciou um terceiro confinamento (de que não nos ocuparemos aqui), a partir de 20 de março de 2021 (com a duração prevista de, no mínimo, quatro semanas), que se aplica a 16 departamentos (incluindo a região de Île de France) e não mais a todo o território nacional, como nos confinamentos anteriores. Isso se deve à alta taxa de contaminação, principalmente pela variante inglesa, uma nova cepa do vírus que chegou ao território francês em dezembro de 2020, fazendo com que o país se aproximasse da “terrível cifra de 100.000 mortos”, nas palavras do atual Primeiro-Ministro Jean Castex. Disponível em: https://www.lemonde.fr/politique/article/2021/03/19/confinement-contraint-d-annoncer-de-nouvelles-mesures-fortes-le-gouvernement-defend-sa-troisieme-voie_6073673_823448.html. Acesso em: 21 mar. 2021.

variante *reconfinement*)⁸, uma vez que, a nosso ver, esse termo, empregado com frequência em discursos relativos à Covid-19 no espaço público francês recentemente, preenche as condições necessárias para ganhar o *status* de fórmula, como buscaremos demonstrar. Em seguida, analisaremos e compararemos “falas” de atores políticos (Emmanuel Macron, outros membros do governo e também opositores), de especialistas (cientistas, profissionais da saúde) e de jornalistas que foram reproduzidas em notícias, reportagens e/ou artigos de opinião disponibilizados na internet, nos períodos de março a maio (*confinement*) e de outubro a dezembro de 2020 (*reconfinement*). Com isso, pretendemos verificar como se deu, mais concretamente, nesses “lugares discursivos” (KRIEG-PLANQUE, 2011), a circulação da fórmula em foco — seus contextos de uso, os sentidos gerados por ela, sua dimensão polêmica, seu caráter de referente social — nos dois momentos mencionados.

A NOÇÃO DE FÓRMULA DISCURSIVA E SEUS DESDOBRAMENTOS

Como afirma Maingueneau (2015, p. 36), a análise do discurso é “um sintoma de que uma sociedade participa de um certo mundo”. Assim, “da mesma forma que se poderia caracterizar a sociedade grega antiga como uma sociedade na qual existia a retórica, poder-se-ia definir a sociedade contemporânea como uma sociedade na qual se estuda o ‘discurso’”. Várias são as entradas possíveis para esse estudo. No presente artigo, como foi dito, elegemos a noção de “fórmula discursiva”, que o autor, ao abordar as unidades da análise do discurso, classifica como percurso, juntamente com as “pequenas frases”. Os percursos “reúnem materiais heterogêneos em torno de um *significante* de dimensão variável [...] para analisar uma circulação, para dar a medida de uma dispersão”. (MAINGUENEAU, 2015, p. 95; grifo do original).

Por fórmula, devemos entender, em sentido amplo, os *slogans*, os sintagmas e os termos que são tomados e retomados no fio do discurso em diferentes instâncias. Já em seu emprego especializado, “o termo *fórmula* designa uma expressão lexical, mais frequentemente, um sintagma nominal [...] que remete a uma noção tendo exercido, no plano ideológico, um pa-

⁸ Estamos considerando *reconfinement* como uma variante da fórmula *confinement* pelo caráter de repetição inscrito no prefixo -re. Segundo Fiala (2004, p. 245), a fórmula — até por ser fórmula — “dá lugar a um número significativo de transformações e de variações parafrásticas” (FIALA, 2004, p. 245), o que reforça a decisão que tomamos.

pel fundador e ativo em certa situação histórica”. Caracteriza-se, pois, “por seu uso maciço e repetitivo, sua circulação em um espaço público em uma conjuntura dada”, o que faz dela um objeto de conhecimentos amplamente partilhados, que podem ser observados, sobretudo, nos comentários meta-discursivos e polêmicos que, com frequência, acompanham a fórmula (FIALA, 2004, p. 244; grifo do original). Como exemplos de fórmulas, o autor cita “limiar de tolerância”, “efeito estufa”, “fratura social” etc..

Para autores como Amossy, Krieg-Planque e Paissa (2014), o estudo da fórmula, como unidade (inter)discursiva, permite o acesso às mudanças profundas que afetam as práticas políticas, sociais e midiáticas na contemporaneidade. É o caso da Covid-19 e dos vários termos que a cercam — distanciamento social, (re)confinamento, isolamento social, *lockdown*, quarentena — que vieram alterar profundamente todas essas práticas nos mais diversos países, a ponto de as pessoas se perguntarem como será o “novo normal” quando a pandemia for finalmente debelada.

Nessa perspectiva, o exame das fórmulas que circulam nos numerosos discursos constituídos e difundidos no espaço público pode ser um fator importante para a compreensão desse espaço — em constante modificação — por meio da apreensão dos diferentes posicionamentos tanto ideológicos quanto argumentativos dos sujeitos enunciativos que mobilizam uma dada fórmula numa determinada esfera discursiva, e até mesmo para o entendimento da forma como cada cultura se marca pela preferência dada a certos termos, em detrimento de outro(s). Lara e Landim (2021), por exemplo, demonstraram, em seu estudo relativo aos primeiros meses de ocorrência da pandemia (março/abril de 2020), a preferência dos brasileiros por “isolamento social”, quando, na França, a expressão mais utilizada foi “distanciamento social”⁹.

Nos estudos da linguagem, a noção de fórmula foi introduzida na análise do discurso político pelo filósofo Jean Pierre Faye, em 1972, para discutir a emergência e a circulação das expressões “Estado total” e “Estado totalitário”, nos discursos nazista e fascista dos anos 1920-1930, bem como seus efeitos nas políticas de extermínio. Por meio de sua análise, o filósofo mostrou que a propagação dessas fórmulas desempenhou um papel significativo na construção da ideologia nazista/fascista. A noção foi igualmente empregada, um pouco mais tarde, por Pierre Fiala e Marianne Ebel (1983), que estudaram campanhas eleitorais relativas à “superpopulação estrangei-

⁹ Essa constatação resultou de uma troca de e-mails entre as autoras e Alice Krieg-Planque, no final do mês de abril de 2020. Logo, um estudo que leve em conta a utilização intercultural das fórmulas, sobretudo aquelas lançadas em escala internacional, pode ser um instigante rumo de pesquisa, que não será contemplado aqui porque transcende nossos objetivos.

ra” na Suíça. Nos anos 1990, foi a vez de Alice Krieg-Planque (1996) propor um novo terreno de investigação: o midiático, ao examinar a circulação da fórmula “purificação étnica” (e variantes como “limpeza étnica” e “depuração étnica”) nas publicações de imprensa que trataram da guerra na Iugoslávia entre 1980 e 1994 (FIALA, 2004; SIMON, 2019).

Para Krieg-Planque (2003; 2010; 2011), uma fórmula se constitui de quatro dimensões que se entrelaçam e se complementam: 1) sua cristalização; 2) seu funcionamento discursivo; 3) seu caráter de referência social; 4) sua dimensão polêmica. Assim, como unidades lexicais simples ou complexas, linguisticamente descritíveis, as fórmulas “cristalizam temas socio-políticos e assumem funcionamento polêmico”. Em outras palavras: elas “significam alguma coisa, mas não a mesma coisa para todos, ao mesmo tempo” (KRIEG-PLANQUE, 2011, p. 15), ainda que seus significantes sejam relativamente estáveis, e “cristalizam” questões (que elas mesmas ajudam a construir), num dado momento histórico e num determinado espaço público.

É o caso de *(re)confinement*, no contexto francês. Trata-se de uma unidade lexical simples, constituída por um único substantivo, derivado do verbo *confiner*¹⁰ — acrescido, posteriormente, do prefixo *-re*, para indicar repetição —, cujo significante se mantém mais ou menos estável no período considerado (ou seja, nas duas primeiras ondas francesas da Covid-19), mas não os significados, que podem variar — e mesmo se mostrarem contraditórios — a depender dos discursos que integram, o que implica considerar, por exemplo, quem são os locutores, quais são seus posicionamentos político-ideológicos, a que situação de comunicação estão submetidos.

Isso implica que a fórmula “não existe sem os usos que a tornam uma fórmula” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 81). Nunca é demais lembrar que a fórmula não é um fato de língua, mas um fato de discurso. Assim, no caso de *(re)confinement*, o que importa é o seu caráter discursivo, ou seja, a forma como esse termo é posto em funcionamento nos discursos acerca da temática do coronavírus e da Covid-19 na França atual.

Ao circular no espaço público e tornar-se uma espécie de “passagem obrigatória” — as pessoas falam dela, seus lugares de emprego se diversificam, ela se torna um objeto partilhado de debate — a fórmula adquire um caráter de referência social (KRIEG-PLANQUE, 2011). De acordo com a autora, “como referente social, a fórmula é um signo que evoca alguma

¹⁰ Segundo o dicionário *Le Robert Pratique* (2012, p. 286), esse verbo, na acepção que nos interessa aqui, significa “forçar a ficar num espaço limitado” (“*forcer à rester dans un espace limité*”). É importante observar o caráter deontico dessa acepção de *confiner* — e dos substantivos que dele derivam — inscrito na obrigatoriedade (“forçar a”).

coisa para todos num dado momento. Consideremos o óbvio: para que esse signo evoque alguma coisa para todos, é necessário que ele seja conhecido por todos” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 92). Nunca é demais lembrar que a fórmula se caracteriza por seu uso maciço e repetitivo e por sua ampla circulação no espaço público (FIALA, 2004), podendo os locutores, porém, apoiá-la ou refutá-la.

Nesse viés, é possível presumir que a fórmula (*re*)*confinement* é amplamente conhecida da população francesa no momento atual, invocando alguma coisa para todos, mas não, necessariamente, a mesma coisa. Como já pontuamos, embora se refira a um mesmo evento (discursivo), cristalice questões políticas e também sociais (que, ao mesmo tempo, ela ajuda a construir — no caso, a situação que envolve a pandemia e seus desdobramentos) e disponha de um significante relativamente estabilizado, a fórmula, ao ser empregada por locutores diversos em seus discursos, pode produzir diferentes (efeitos de) sentidos, o que está relacionado ao seu caráter discursivo, aos usos que dela são feitos pelos diferentes atores sociais.

Essa indeterminação semântica da fórmula não deve, porém, ser vista como uma fraqueza, mas como uma “polivalência discursiva” (ELLIS, 2014), uma riqueza que lhe permite, ao apontar para diferentes significações, incarnar também distintas posições sociopolíticas. Daí, a dimensão polêmica da fórmula. Podemos pensar, por exemplo, que, para um determinado indivíduo, o ato de ser forçado a ficar em casa (*confinement*) seja associado a fatores positivos, tais como o de zelar pela sua saúde e o de contribuir para deter a disseminação do vírus; para outro, no entanto, pode significar o cerceamento da liberdade de ir e vir, o que, para ele, teria um impacto negativo.

A polêmica pode ser definida, *grosso modo*, como “o conjunto de intervenções antagonistas sobre uma questão dada, num momento dado [...]. Ela se constrói por meio de todas as trocas públicas ou semi públicas que tratam de uma questão social e se manifesta na circulação de discursos”¹¹ (AMOSSY, 2014, p. 74). Nesse sentido, palavras “ordinárias” são colocadas no centro de um acontecimento, tornando-se “objeto de comentário é motivo para a ação” (KRIEG- PLANQUE, 2010, p. 84).

Afinal, para a autora, “é porque constitui um problema, porque põe em jogo a existência das pessoas, porque é portadora de um valor de descrição dos fatos políticos e sociais, que a fórmula é objeto de polêmicas”. O caráter polêmico da fórmula é, pois, “indissociável do fato de que ela constitui um referente social: é porque há um denominador comum, um território partilhado, que há polêmica” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 100).

¹¹ Tradução livre de: “l’ensemble des interventions antagonistes sur une question donnée à un moment donné [...] Elle se construit à travers tous les échanges publics ou semi-publics qui traitent d’une question de société, et se manifeste dans la circulation des discours.”

É importante mencionar, finalmente, que um exame mais completo da fórmula demanda a observação do seu percurso nos mais variados domínios discursivos. Para Amossy, Krieg-Planque e Paissa (2014), é necessário que uma expressão ultrapasse o tipo particular de discurso que integra e se imponha na linguagem cotidiana para ascender plenamente à condição de fórmula. Ou seja, é preciso que ela ultrapasse um domínio específico e “se espraie” no corpo social.

Embora não nos seja possível traçar, detalhadamente, o percurso da fórmula *(re)confinement* — porque isso transcende nossos objetivos —, podemos ao menos pontuar que, a exemplo do que constataram Lara e Landim (2021) para “isolamento social” no contexto brasileiro, a fórmula em foco teve sua origem no domínio científico/sanitário, mas ganhou o espaço público, graças, sobretudo, ao trabalho das mídias; tornando-se, assim, uma “passagem obrigatória” nos discursos que falam da pandemia e do novo coronavírus no contexto francês atual. Isso mostra que, em sua intensa circulação de um discurso ao outro, as fórmulas “invalidam a ideia de que os discursos são fechados em si mesmos [...] Colocar a ênfase na circulação das fórmulas é sublinhar a abertura necessária de qualquer fala” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 54).

Empreendida a discussão sobre o que seria uma fórmula discursiva, retomamos as quatro dimensões apontadas anteriormente para complementá-las. Assim, uma fórmula se caracterizaria por: 1) sua cristalização, visto que ela se exprime por meio de unidades linguísticas descritivas e relativamente estabilizadas; 2) seu funcionamento discursivo, já que não se trata de um fato de língua, mas de um fato de discurso observável em *corpora* situados, contribuindo para as questões sociopolíticas; 3) seu caráter de referente social, uma vez que ela se torna uma “passagem obrigatória” quando se trata de um assunto determinado; 4) uma dimensão polêmica (manifestada, por exemplo, pelo fato de que a fórmula dá lugar a interpretações antagonistas), frequentemente acrescida de uma relativa indeterminação semântica que permite nela investir diferentes sentidos (AMOSSY; KRIEG-PLANQUE; PAISSA, 2014).

Dito isso, passemos à análise da fórmula *confinement* — e de sua variante *reconfinement* — nos discursos que circularam nas duas ondas da pandemia na França, no ano de 2020, mais especificamente, em falas de atores da esfera política e de outros domínios disponibilizadas em textos jornalísticos, veiculados pela internet.

Como foi dito na Introdução, pretendemos apreender, de forma mais palpável, os usos que são feitos desse termo no discurso francês atual, o que justificaria o estatuto de fórmula discursiva que lhe atribuímos. Em outras

palavras, o que queremos investigar é como textos que falam do mesmo evento (discursivo) — a pandemia do coronavírus — e empregam a mesma palavra: *(re)confinement*, que traz em seu núcleo sêmico¹² o ato de restringir(-se), obrigatoriamente, a um dado espaço (no caso, o espaço doméstico), acrescentam, no entanto, a esse núcleo sêmico, outros elementos contextuais que produzem novos sentidos.

ANALISANDO A FÓRMULA (RE)CONFINEMENT

Lembramos que os textos jornalísticos (notícias, reportagens e/ou artigos de opinião) que serão objeto de análise foram publicados on-line, entre os meses de março e de maio e entre os de outubro e de dezembro de 2020, períodos que compreendem, respectivamente, o primeiro e o segundo confinamentos, e dizem respeito a falas de atores sociais diversos sobre a pandemia e sobre as medidas a serem tomadas para sua prevenção e erradicação. As pesquisas, feitas por meio do motor de busca *Google Search* (Google Busca), priorizaram textos que traziam no título o termo *confinement* (ou sua variante *reconfinement*). Um segundo critério que nos guiou foi o de variar, na medida do possível, os atores envolvidos nas falas sobre os dois confinamentos, de modo a ter um *corpus* mais abrangente e representativo. É importante esclarecer, enfim, que não estamos propondo um estudo quantitativo, mas qualitativo e interpretativo.

Vejamos, então, um trecho (T1) da matéria publicada na *France-Info*, no dia 19 de março de 2020 (e atualizada no dia seguinte):

Coronavirus : Emmanuel Macron estime que le confinement sera “vraisemblablement” prolongé

En marge d’un déplacement à l’Institut Pasteur, le président de la République a regretté que les consignes ne soient pas strictement appliquées par les Français.

Emmanuel Macron encourage les entreprises et salariés à poursuivre leur activité mais estime qu’il faut encore “réduire les contacts” face à l’épidémie de coronavirus. “Est-ce qu’il faudra prolonger le confinement” ? “Vraisemblablement”. “Est-ce qu’il faudra y revenir à d’autres moments ?” “Sans doute. On ne sait pas combien de vagues on aura et comment le virus va se comporter”, a déclaré le président en marge d’une visite à l’Institut Pasteur, jeudi 19 mars. [...]

¹² Por “núcleo sêmico” de uma palavra entendemos, grosso modo, o conjunto de “traços” (semas) já reconhecidos nas definições de dicionário (cf. PIETROFORTE; LOPES, 2003, p. 121).

“Il faut déjà que tout le monde respecte les règles”, a poursuivi le chef de l’État. “Quand je vois des gens qui vont au parc, qui se rassemblent, qui vont à la plage ou qui se ruent sur les marchés ouverts, c’est qu’ils n’ont pas compris le message.” [...]

Nesse trecho, Emmanuel Macron associa o significante *confinement* à redução dos contatos entre as pessoas, sem que, com isso, a produção seja interrompida, visto que as empresas e os assalariados são encorajados a continuar trabalhando (mais adiante — ver T2 —, ele diz que não se deve parar tudo). Constatamos, já em T1, que o termo *confinement*, na sua qualidade de referente social, significa alguma coisa, mas não a mesma coisa para todos num dado momento (neste caso, a primeira onda da pandemia): a população parece ter uma “compreensão” divergente daquela apresentada pelo Presidente, pois, como ele mesmo observa, muitos não deixam de ir ao parque ou à praia; aglomeram-se e correm para as feiras livres, o que, evidentemente, não leva em conta a redução dos contatos instituída pelo governo como parte fundamental do confinamento. Isso já aponta para um viés polêmico, pois há “compreensões” antagônicas sobre a questão do confinamento no espaço público (e nos discursos que ali circulam), o que remete, por extensão, a diferentes usos do termo e de tudo o que ele implica. Podemos associar essa questão ao que Maingueneau (2005, p. 103) chama de “interincompreensão”, ou seja, a população francesa “traduz” o discurso de Macron segundo sua própria grade semântica — e não segundo a grade semântica do Presidente — e, assim, “não compreende” o sentido de confinamento instituído por ele (e vice-versa).

É intrigante observar que, no final dessa mesma matéria, há um trecho em que se pergunta ao Presidente por que ele não mencionou a palavra *confinement* no seu pronunciamento à nação do dia 16 de março (segunda-feira). Vejamos, em T2, o que ele responde:

[...] “Confinement est un mot que les gens ne comprennent pas. Ils ont l’impression qu’on va tout calfeutrer et qu’on ne peut plus sortir. Mais ce n’est pas vrai non plus. J’ai donc expliqué avec des mots simples la réalité de ce qu’on fait, les nouvelles règles. Tout ce dont on peut se passer en termes de contact social, on s’en passe. Je sais les sacrifices que ça demande. Mais ça ne veut pas dire de tout arrêter... [...] Il y a un chemin médian qu’on doit trouver.”

Em sua resposta (T2), Macron parece antecipar a “(inter)incompreensão” que a palavra *confinement* pode gerar e prefere, então, explicar “com

palavras simples”, como ele mesmo diz, quais são as “novas regras”. Dessa fala, podemos depreender uma certa complexidade atrelada à fórmula em questão, mas também, e principalmente, uma carga muito negativa (“fechar tudo”; “não poder mais sair [de casa]”, “parar tudo”), que o Presidente atribui à “leitura” que as pessoas em geral fazem da palavra *confinement*, o que, na sua opinião, é preciso evitar nesse primeiro momento. Daí ele ter discriminado as medidas necessárias (“os sacrifícios” demandados de todos), sem utilizar, uma única vez, a palavra que, de certa forma, as resumiria.

Já a presidente do partido *Rassemblement National* (RN) — antigo *Front National* —, Marine Le Pen, que é líder da extrema-direita francesa, e, portanto, opositora ao governo de Macron, entre muitas controvérsias,¹³ assim se pronunciou sobre o confinamento no *Le Point Politique*, em 17 de março (dia seguinte ao pronunciamento de Macron):

Pour Marine Le Pen, le confinement n’est pas suffisamment “strict”

Marine Le Pen a souhaité mardi que le gouvernement se conforme aux recommandations du Conseil scientifique d’un confinement “strict” de la population face à l’épidémie de coronavirus, estimant que les mesures annoncées lundi par Emmanuel Macron n’étaient pas suffisamment sévères.

“J’aurais aimé que ce qu’a réclamé notamment le Conseil scientifique, dont Emmanuel Macron nous a dit qu’il écoutait les consignes, soit respecté”, a déclaré sur Radio classique la présidente du Rassemblement national. “Eux souhaitaient un confinement strict. Or nous ne sommes pas aujourd’hui dans le cadre d’un confinement strict. J’espère que les règles aujourd’hui seront suffisantes pour juguler l’épidémie”.

Le Conseil scientifique installé par le gouvernement a recommandé lundi des mesures de confinement “à l’italienne” contre le coronavirus [...]

Em sua fala (T3), a deputada agrega ao significante *confinement* outros efeitos de sentido, ao propor medidas mais restritivas do que aquelas anunciadas por Macron em seu pronunciamento (e retomadas em sua fala de 19 de março, ou seja, em linhas gerais, a “redução de contatos”, sem interrupção da produção), em consonância com a orientação do Conselho Científico de um confinamento “à italiana” contra o coronavírus. Esse tipo de confinamento, de acordo com a notícia publicada pelo *Paris Match*

¹³ A esse respeito, ver o texto “La présidente du RN répète à l’envi que la France aurait dû se mettre en confinement en même temps que l’Italie. Problème : elle disait l’inverse fin février”. [“A presidente do RN repete à vontade que a França deveria ter se colocado em confinamento ao mesmo tempo que a Itália. Problema: ela dizia o inverso no final de fevereiro”], publicado no *Libération*, em 31 de março de 2020. Disponível em: https://oeilsurlefront.liberation.fr/les-intox/2020/03/31/le-gros-revirement-de-marine-le-pen-sur-le-confinement_1783679. Acesso em: 17 mar. 2021.

em 16 de março de 2020¹⁴, implicava evitar todo e qualquer deslocamento, mesmo profissional, a não ser que fosse “imperativo”, bem como proceder ao fechamento, por várias semanas, da maior parte dos lugares públicos e comerciais não essenciais, além de creches, escolas e universidades.

Vemos, assim, que, na contramão de Macron, que tenta suavizar as medidas inscritas na fórmula nesse primeiro momento, como vimos em T1 e T2, Le Pen radicaliza a compreensão de *confinement*, aumentando sua carga negativa, o que se traduz, evidentemente, como uma crítica ao governo, que, no seu entender, comete erros graves de apreciação e de tomada de decisões e age de forma burocrática e defensiva, em vez de adotar uma estratégia rápida e ofensiva¹⁵. Cristalizam-se, pois, questões políticas e sociais em torno de *confinement*, a partir de seu emprego por atores que falam de “lugares” (políticos) distintos, o que está relacionado não apenas aos usos discursivos da fórmula, mas também ao seu caráter de referente social e à sua dimensão polêmica.

Considerando que uma fórmula se torna uma “passagem obrigatória” nos discursos que circulam socialmente num dado momento histórico (embora seus usos possam variar, apontando, então, para diferentes sentidos, inclusive contraditórios), deixemos a esfera política e adentramos o domínio científico. Se, como vimos, tanto Emmanuel Macron quanto sua adversária política Marine Le Pen enunciam a fórmula *confinement*, atrelando-a, em menor ou maior grau, à prevenção e à erradicação da Covid-19, não é essa mesma leitura que faz Didier Raoult. O médico, professor e pesquisador da cidade de Marselha ficou mais conhecido, no contexto francês, por ser um fervoroso defensor do uso da hidroxicloroquina no tratamento da Covid-19, mesmo sem haver comprovação científica de sua eficácia. Vejamos o que ele diz em relação ao confinamento, numa notícia publicada no *Finantial Afrik*, em 15 de maio de 2020, logo depois do fim do primeiro confinamento:

Covid-19 : la stratégie du confinement mise en doute par Didier Raoult

Alors qu’une étude française menée par des épidémiologistes de l’Ecole des hautes études en santé publique (EHESP) révélée par Le Monde, montre que 60000 morts ont été évités dans les hôpitaux grâce au

¹⁴ Disponível em: <https://www.parismatch.com/Actu/Societe/Coronavirus-le-Conseil-scientifique-recommande-un-confinement-a-l-italienne-1678991>. Acesso em: 17 mar. 2021.

¹⁵ Ver a esse respeito a entrevista de Marine Le Pen, publicada no *La Croix Numérique*, em 08 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.la-croix.com/France/Politique/Coronavirus-Marine-Le-Pen-Nous-devons-jouer-role-lanceur-dalerte-2020-04-08-1201088508>. Acesso em: 17 mar. 2021.

confinement, voilà que le professeur Didier Raoult se pointe avec une étude espagnole disant tout le contraire. “Séroprévalence de 60 000 personnes en Espagne : parmi les travailleurs actifs, ceux qui exercent une profession essentielle et ont continué à sortir ont été moins contaminés par le COVID19 que ceux confinés. Cela doit amener à réfléchir sur le confinement” a tweeté le directeur de l’Institut hospitalo-universitaire Méditerranée de Marseille.

Aux antipodes de la voix officielle, le professeur, qui dit ne pas croire à une deuxième vague, estime que l’épidémie est entrain de finir : “Cet épisode est en train de se résoudre. Nulle part il n’y a de deuxième vague. C’est la courbe épidémique banale mais avec sûrement des cas sporadiques ici ou là avec un porteur du virus supercontagieux qui contaminera des personnes autour de lui. Mais tout ça ne traduit plus une dynamique épidémique” [...].

Na contramão dos atores políticos (Macron e Le Pen) e do estudo feito por epidemiologistas franceses da *École des hautes études en santé publique* (EHESP), a fórmula *confinement* passa a ser ressignificada, na fala de Didier Raoult (T4), como algo maléfico ou, no mínimo, inócuo, já que não foi capaz de conter a pandemia: as pessoas que ficaram em casa foram mais contaminadas pelo coronavírus do que aquelas que saíram para trabalhar, como se concluiu num “estudo espanhol” (sem maiores especificações) convocado pelo médico de Marselha para sustentar sua posição. Podemos dizer, então, que o discurso em foco polemiza com os discursos de outros atores no espaço público (inclusive com os daqueles que, assim como Raoult, se inserem no domínio científico/da saúde), a partir do uso que cada um faz de *confinement* (com suas diferentes — e mesmo contraditórias — “nuances” de sentido).

Lembremos que a fórmula não é um fato de língua, mas um fato de discurso, cujos sentidos são, pois, determinados no/pelo dizer. Logo, o que importa é o caráter discursivo de *confinement*, a maneira como essa fórmula é posta em funcionamento nos discursos que circulam no meio social. Aliás, as previsões feitas por Didier Raoult de que a doença estava em vias de terminar e de que não haveria uma segunda onda epidêmica mostraram-se completamente equivocadas, o que ressalta, ainda mais, a dimensão polêmica que se instaura em sua fala na disputa com a “voz oficial”.

Passando para a esfera jornalística, reproduzimos, a seguir, o trecho inicial de um artigo de opinião (T5), publicado em *Les Echos* em 14 de abril de 2020, de autoria do jornalista e produtor Didier Meillerand:

Tout le monde s'accorde à rappeler qu'il faut respecter strictement les consignes de confinement, prolongées jusqu'au 11 mai par Emmanuel Macron, afin de protéger sa santé et celle de tous afin d'entraver la propagation du coronavirus, propagation inéluctable sur l'ensemble du territoire. [...]

Se confiner sauve des vies, il faut donc tenir — psychiquement — pendant cette épreuve où chacun pourra se sentir déstabilisés. Qu'est-ce que ce confinement révèle-t-il de nous et quels enseignements nous livre-t-il ? [...]

Sem desconsiderar o conjunto de restrições — impostas pelo governo francês — que se inscrevem em *confinement* (1º. parágrafo) e chegando mesmo a ressaltar a importância dessas medidas diante da “propagação inevitável” do coronavírus em todo o país, o autor do T5 acrescenta, porém, à fórmula um “traço semântico” novo (2º. parágrafo): a saúde psíquica do indivíduo, que pode se sentir “desestabilizado” face à necessidade de ficar o tempo todo limitado ao espaço doméstico, o que Didier Meillerand vê como uma “provação” (*épreuve*). Ora, o já citado dicionário *Le Robert Pratique* (2012, p. 524) define *épreuve* como: “*Souffrance, malheur, danger qui atteint durement quelqu'un*” (“Sofrimento, infortúnio, perigo que atinge duramente alguém”), o que parece indicar que o indivíduo, quando privado de grande parte de seus afazeres e de seus contatos interpessoais do dia a dia, pode experimentar algum tipo de sofrimento que o afetaria psicologicamente.

Por outro lado, como revela a pergunta retórica final (“O que esse confinamento nos diz sobre nós mesmos e que lições ele nos ensina?”), T5 nos convida a refletir sobre a situação que vivenciamos na atualidade, a fim de que possamos nos conhecer melhor e aprender. De fato, outra definição possível do termo *épreuve*, no mesmo dicionário, é: “*ce qui permet de juger la valeur d'une idée, d'une qualité intellectuelle ou morale, d'une oeuvre, d'une personne*” (“o que permite julgar o valor de uma ideia, de uma qualidade intelectual ou moral, de uma obra, de uma pessoa”). Logo, o tempo da adversidade pode ser relido, por meio de um julgamento de valor, como uma oportunidade para o auto e o heteroconhecimento. Em suma: não se trata mais de pensar o confinamento na sua relação apenas com o corpo, com o físico, mas com a saúde mental. Vemos, assim, que novas “nuances” de sentido vêm-se inscrever no termo *confinement*, mostrando que, na sua qualidade de referente social, a fórmula é repetida por todos, sem que seus empregos sejam unívocos. Daí sua — relativa — indeterminação semântica, que permite nela investir diferentes sentidos, como já apontamos.

Passemos agora ao novo confinamento (*reconfinement*), iniciado em outubro de 2020, em função de um segundo pico da pandemia. Começamos pelo trecho inicial (T6) de uma reportagem publicada no *Huffpost (Politique)*, em 29 de outubro de 2020 (e atualizada no dia seguinte), que versa sobre uma coletiva de imprensa realizada pelo Primeiro-ministro Jean Castex sobre o reconfinamento (T6):

Reconfinement : Castex dévoile les dérogations et elles disent tout de sa politique

La culture est mise de côté, le travail permis “partout là où c’est possible” pendant ce confinement de novembre. [...]

Dès le début de son intervention, il a défini ses deux priorités avec cette formule : “nous avons appris de la première vague, nous voulons mieux préserver l’essentiel : le droit de travailler, de se former, de s’éduquer”. Un peu plus tard, il devenait plus explicite : “deux points essentiels restent ouverts : l’école et le travail” [...].

Em T6, a fórmula *reconfinement* se vê acrescida, prioritariamente, dos “traços”: direito ao trabalho e à educação, minimizados no pronunciamento de Emmanuel Macron (T1 e T2), que, como vimos, associou o termo *confinement*, principalmente, à redução de contatos entre as pessoas (mesmo que isso não implicasse a interrupção completa da produção). Não podemos perder de vista que Castex fala em nome do governo e — presumimos — conta com a aprovação de Macron.

De qualquer forma, com as escolas abertas (creches, colégios, liceus, laboratórios de pesquisa e bibliotecas universitárias, entre outros, desde que observados os protocolos sanitários) e várias empresas em funcionamento (fábricas, fazendas, empresas ligadas à construção civil e a serviços públicos, ainda que o trabalho remoto seja incentivado)¹⁶, o que se tem é uma “leitura” mais leve, mais flexível desse novo *confinement*, pelo menos em alguns setores. Isso, segundo o Primeiro-Ministro, resulta do aprendizado propiciado pela primeira onda (“aprendemos com a primeira onda, queremos preservar melhor o que é essencial”). Em outras palavras, embora não se perca de vista a redução de contatos (via limitação de deslocamentos), já prevista no primeiro confinamento e necessária à desaceleração da pandemia, o “essencial” passa a ser a preservação do “direito de trabalhar, de se formar, de se educar”, o que parece indicar uma espécie de mudança de prioridades inscritas (discursivamente) na fórmula.

¹⁶ Informações disponíveis em: <https://www.vie-publique.fr/en-bref/276947-covid-19-un-2e-confinement-national-compter-du-29-octobre-minuit>. Acesso em: 20 mar. 2021.

Nossa próxima análise é sobre o texto publicado no site ACTU, que se refere a uma entrevista com o especialista em saúde pública Philippe Amouyel, que fala em seu nome e no do colega Luc Dauchet, ambos do *Centre Hospitalier Universitaire* (CHU) de Lille. Nesse texto, do qual reproduzimos o trecho inicial em T7, vemos o adjetivo “écocompatible” (eco(nomia) + compatível) juntar-se à fórmula *(re)confinement* para qualificá-la. Ou seja, os especialistas entrevistados sugerem um novo confinamento “ecocompatível” para conter a segunda onda da pandemia no território francês. Trata-se de um confinamento — implicando um conjunto de medidas — que permitiria desacelerar a epidemia, mas preservando a economia. Vejamos:

Deuxième vague de Covid-19 : ces médecins appellent à “un confinement écocompatible”

Actu : Qu’est-ce qu’un “confinement écocompatible” et pourquoi le souhaitez-vous ?

Philippe Amouyel, professeur en santé publique : C’est un confinement qui permet de maintenir l’économie. Dans la situation que l’on connaît, il faut prendre des mesures plus strictes, le plus tôt possible. On s’est posé la question : peut-on reconfiner totalement les gens ? Je pense que c’est difficile, humainement et économiquement.

L’idée, c’est d’identifier les zones où l’on peut mettre en œuvre un confinement parce qu’il y a des endroits où on se contamine et des endroits où on ne se contamine pas. Je pense qu’on peut commencer par les départements les plus touchés, pendant une semaine ou quinze jours. L’objectif c’est de maintenir quand même l’activité économique pour que ce soit acceptable.[...]

“Il faut faire vite”

Defendendo prioritariamente a proteção à economia, os especialistas em saúde pública não propõem um confinamento aplicável à totalidade do país, como vimos na fala de outros atores sociais, mas apenas aos departamentos mais afetados, uma vez que há lugares mais propícios à contaminação do que outros. Desse modo, a fórmula é relida como um conjunto de medidas de aplicação parcial, entre as quais podemos citar: manutenção do

acesso a escolas, colégios e liceus, mas não ao ensino superior, que deverá ser realizado a distância; manutenção dos transportes públicos com horários programados e trajetos suplementares; manutenção das empresas abertas, mas com extensão do trabalho remoto; manutenção somente do comércio de produtos essenciais; anulação de todas as reuniões públicas e privadas; certificado sistemático de saída do domicílio; utilização do aplicativo Tou-AntiCovid; estratégias para identificação de casos assintomáticos por meio de repetidas campanhas de rastreamento sistemático, com testes rápidos na população em geral para todos os franceses maiores de 18 anos.

Como se pode constatar, embora as medidas inscritas na (nova) fórmula tenham algumas semelhanças com as medidas propostas pelo governo, a inserção de outras (a título de exemplo, estratégias de identificação de casos assintomáticos) fogem à realidade do contexto francês. Não podemos deixar de relatar que os centros de “dépistage” (ou seja, centros de testes rápidos), montados pelo governo em lugares estratégicos, têm como público-alvo aqueles que apresentam sintomas, não os assintomáticos. Além disso, nunca houve uma campanha efetiva para testagem, de modo a identificar zonas de foco da doença, que implicariam — elas apenas — medidas mais severas.

Por outro lado, Amouyel e Dauchet não sugerem uma interrupção total dos serviços, como, por exemplo, o fechamento completo das instituições educacionais, inclusive universidades (medida adotada no primeiro confinamento, em março de 2020). Categoricamente, os entrevistados afirmam que o conjunto de medidas apresentado seria a única forma de conter mais rapidamente a segunda onda (“é preciso fazer isso rápido”), mas — ressaltamos — distinguindo os lugares mais/menos afetados à contaminação, de modo a manter a economia funcionando, com restrições maiores apenas nas zonas mais afetadas. Percebemos, assim, que se instaura uma relação polêmica entre as medidas oficiais e aquelas propostas pelos médicos de Lille, as quais podem, grosso modo, ser resumidas no adjetivo “écocompatible”, que, como foi dito, se junta à fórmula *confinement*, para ressignificá-la, para parcializá-la, enfim.

Ainda na mesma entrevista, depois de atribuir a culpa da segunda onda da pandemia na França à esfera privada, ou seja, ao comportamento de pequenos grupos de pessoas (na família ou entre amigos), Philippe Amouyel reforça o argumento relativo à necessidade de implementação de uma campanha de teste em massa. Vejamos o trecho (T8):

Actu : C’est pour cela que vous prônez également avec Luc Dauchet une vraie campagne de dépistage de masse...

Philippe Amouyel : Tout à fait. Dans l'état actuel des choses, quand on teste, on détecte les gens qui sont à l'évidence potentiellement atteints, les symptomatiques ou cas contacts avérés ou éventuels. Pendant ce temps, les 50% de malades asymptomatiques continuent de diffuser l'épidémie.

Si l'on fait un dépistage de masse, avec les tests antigéniques par exemple qui donnent des résultats très rapides, cela permettrait d'avoir une vision plus précise de l'état réel de l'épidémie car pour l'heure, on n'a pas de mesure exacte de la diffusion.

En dépistant massivement, on peut ensuite faire un diagnostic précis et surtout, on pourra mieux isoler les malades.

Segundo defendem Amoyel e seu colega Dauchet, a partir do diagnóstico em massa, é possível isolar os doentes, principalmente os assintomáticos, o que permitiria um reconfinamento parcial, sem prejudicar a atividade econômica do país. Ou seja, novamente, atrela-se à fórmula *(re)confinement* um valor de parcialidade, na medida em que se atribui o isolamento a certos grupos (os doentes sintomáticos ou assintomáticos) e não a outros. Isso remete à questão levantada pelo próprio entrevistado no primeiro trecho (T7): “Pode-se reconfinar totalmente as pessoas?”, em relação à qual ele assume tratar-se de uma situação difícil do ponto de vista humano (além do econômico).

Mesmo que nesse momento final o entrevistado não volte a utilizar a expressão *confinement écocompatible*, por meio da qual ele busca marcar seu posicionamento acerca da fórmula *(re)confinement*, cristalizada nos discursos do governo, dos opositores, dos jornalistas, dos cientistas, dos profissionais da saúde e da própria população da França, perguntamo-nos: trata-se de uma mera variação ou transformação da fórmula primeira ou estamos diante da emergência de uma nova fórmula: *(re)confinement écocompatible*? Em outras palavras: quando propõem novas medidas atreladas à já conhecida fórmula *(re)confinement*, os especialistas parecem se apossar de um novo sentido, distante daquele que circulava na sociedade francesa até então. Temos, ao mesmo tempo, um “alargamento” da expressão — que passa de simples a composta (adjetivo + substantivo) — e uma restrição de sentido propiciada pela presença do adjetivo *écocompatible*.

Lembramos, no entanto, que, para ganhar o estatuto de fórmula, uma dada palavra ou expressão precisa ter um papel fundador e ativo, numa determinada situação histórica. Deve, além disso, ser objeto de conhecimentos amplamente partilhados e circular no espaço público, numa dada conjuntura, de forma maciça e repetitiva, conforme já havia assinalado Fiala (2004). Como, ao que tudo indica, trata-se de uma expressão inédita no contexto

francês, caberá ao tempo mostrar se ela pode (ou não) ser considerada uma nova fórmula discursiva, condição em que será repetida e ressignificada em seus usos nos diferentes discursos que se espriam no meio social mais amplo. Fica a questão em aberto para futuras investigações.

ALGUMAS PALAVRAS PARA CONCLUIR

Embora os textos mobilizados neste capítulo representem um pequeno recorte diante das inúmeras matérias já publicadas sobre o assunto, acreditamos ter confirmado, por meio de sua análise, que o termo *(re)confinement*, utilizado na França atual, preenche as condições necessárias para ser considerado uma fórmula discursiva.

Conforme vimos, trata-se de uma expressão que circula no amplo espaço público, não se limitando a um domínio específico. Além disso, a partir de um significante mais ou menos cristalizado, gera um conjunto de debates e polêmicas que se inscrevem num contexto partilhado: o da própria pandemia, pois a fórmula, como afirma Krieg-Planque (2010), remete ao mundo, designando “alguma coisa”, mas não evidentemente a “mesma coisa” para todos. Abre-se, então, para diferentes significações (inclusive, contraditórias) que decorrem de seus usos discursivos e de sua circulação em diferentes lugares, o que comprova seu caráter de referência social e sua dimensão polêmica no contexto sociopolítico e sanitário vivido pela França em 2020.

Logo, a fórmula *(re)confinement* contribui para a compreensão da “teia discursiva” que se constrói em torno da Covid-19 — aqui, especificamente, no contexto francês —, bem como dos posicionamentos políticos e ideológicos que são assumidos pelos diferentes atores sociais que falam dessa nova doença e de seus desdobramentos na atualidade.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. *Apologie de la polémique*. Paris: PUF, 2014.

AMOSSY, Ruth; KRIEG-PLANQUE, Alice; PAISSA, Paola. La formule en discours : perspectives argumentatives et culturelles. *Repères DoRiF*, Roma, n. 5, s/p, nov. 2014. Disponível em: http://www.dorif.it/ezine/ezine_articles.php?id=177. Acesso em: 06 maio.2020.

ELLIS, Nadia. La “délégitimation” d’Israël: usage du flou et positionnements stratégiques chez Obama, Abu Mazen et Netanyahu. *Repères DoRiF*, Roma, n. 5, s/p, nov. 2014.

Disponível em: http://www.dorif.it/ezine/ezine_articles.php?id=177. Acesso em: 06 maio.2020.

FIALA, Pierre. Fórmula. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique (eds.). *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

FIALA, Pierre; EBEL, Marianne. *Sous le consensus la xénophobie: paroles, arguments, contextes [1969-1981]*. Lausanne: Institut de Science Politique, Mémoires et Documents, 1983.

KRIEG-PLANQUE, Alice. *Purification ethnique. Une formule et son histoire*. Paris: CNRS Éditions, 2003.

KRIEG-PLANQUE, Alice. *A noção de “fórmula” em análise do discurso. Quadro teórico e metodológico*. São Paulo: Parábola, 2010.

KRIEG-PLANQUE, Alice. “Fórmulas” e “lugares discursivos”: propostas para a análise do discurso político. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (orgs.). *Fórmulas discursivas*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 11-39.

LARA, Gláucia M. P.; LANDIM, Alessandra F. M. “Isolamento social” em tempos de coronavírus: uma fórmula discursiva? In: POSSENTI, Sírio; OLIVEIRA, Hélio de (orgs.). *Fórmulas discursivas em análise*. [No prelo].

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. São Paulo: Parábola, 2015.

REY, Alain *et al.* *Le Robert pratique*. Dictionnaire d'apprentissage de la langue française. Paris: Dictionnaires Le Robert, 2012.

SIMON, Justine. Formule. *Publictionnaire*. Dictionnaire encyclopédique et critique des publics. Mis en ligne le 09 septembre 2015. Dernière modification le 19 décembre 2019. Disponível em: <http://publictionnaire.huma-num.fr/notice/formule>. Acesso em: 06 maio. 2020.

NARRATIVAS DE VIDAS DE INDÍGENAS EM TEMPOS DE PANDEMIA: UMA ANÁLISE RETÓRICO-DISCURSIVA NO SITE INUMERÁVEIS

ANA CAROLINA GONÇALVES REIS¹
POLLYANNA JÚNIA FERNANDES MAIA REIS²

Resumo: A pandemia do novo coronavírus fez com que determinadas práticas sociodiscursivas emergissem no contexto de crescente aumento do número de vítimas por contaminação da doença na sociedade brasileira. Buscando estudar a constituição de uma dessas práticas, o presente trabalho objetiva analisar a projeção das imagens, isto é, dos *ethé* de vítimas indígenas da Covid-19 em fragmentos de narrativas de vida contidos no site *Inumeráveis*. Partimos da hipótese de que a referida página virtual, configurada como do gênero epidítico, exaltaria virtudes *in memoriam* de acometidos por Coronavírus no Brasil. Como critério de seleção do objeto de estudo, elencamos quatro narrativas, considerando: 1) as que tratavam especificamente de indígenas; 2) entre tais indígenas, os/as com mais de 60 anos. Como método de análise, utilizamos conceitos propostos pela Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau. Para respaldar teoricamente nossas discussões, partimos dos pressupostos de autores sobre a constituição dos *ethé* na epidítica e sobre as narrativas de vida como produtos de escritura/narração. A partir da análise empreendida, foi possível identificarmos a recorrência de *ethé* que, além de enaltecer as vivências das pessoas falecidas, apontam para o estabelecimento de determinados valores com que se busca uma comunhão: a vida e a singularização das pessoas — em oposição a um número entre os mortos. Dito de outra forma, os efeitos de sentido decorrentes das narrativas acionam uma formação discursiva de certo modo responsiva a comportamentos e a virtudes observados no atual governo brasileiro.

Palavras-chave: Gênero epidítico. Narrativas de vida. *Ethos*. Inumeráveis.

Abstract: The Covid-19 pandemic has caused certain socio-discursive practices to emerge in the context of an increase in the number of victims due to contamination of coronavirus disease in Brazilian society. Seeking to study the constitution of one of these practices, the present work aims to analyze the projection of images, that is, the projection of the *ethé* of indigenous victims of Covid-19 in life narrative fragments displayed in the website *Innumerable*. We come from the hypothesis that the referred website, configured as being of the epidictic genre, would exalt virtues *in memoriam* of those affected by Coronavirus in Brazil. As a criterion for selecting the object of study, we list four narratives, considering: 1) those dealing specifically with indigenous people; 2) among such indigenous people, those over 60 years of age. As for method of analysis, we used concepts proposed by Patrick Charaudeau's Semiolinguistic Theory. In order to theoretically support our discussions, we start from authors' assumptions about the constitution of *ethé* in epidictic and about the narratives of life as products of writing/narration. From the undertaken analysis, it was possible to identify the recurrence of *ethé*, which, in addition to extolling the experiences of deceased people, points to the establishment of certain values with which communion is sought: the life and singularity of people - as opposed to a number among the dead. In other words, the effects of meaning resulting from the narratives trigger a discursive formation that is somewhat responsive to both behaviors and virtues observed in the current Brazilian government.

Keywords: Epidictic genre. Life narratives. *Ethos*. Innumerable.

¹ Doutora em Estudos Linguísticos. Docente do curso de Secretariado Executivo Trilíngue da Universidade Federal de Viçosa-MG (UFV). e-mail: carolinareis@ufv.br.

² Doutora em Estudos Linguísticos. Docente do Instituto Federal de Minas Gerais – Campus Congonhas. e-mail: pollyanna.fernandes@ifmg.edu.br.

INTRODUÇÃO

No atual contexto de pandemia pelo coronavírus, determinadas práticas sociodiscursivas emergiram em várias partes do mundo. No Brasil, destacamos, particularmente, a criação de uma plataforma virtual destinada a homenagear as vítimas da Covid-19 no país: o *Inumeráveis*.

Apresentado como um memorial dedicado a perenizar as narrativas de vida de pessoas que tiveram suas existências ceifadas em decorrência da pandemia, o site surge com o objetivo de celebrar a vida de cada ser humano que existiu e que ainda existe na memória dos seus entes queridos³. De acordo com os organizadores da página, muitos amigos e familiares não tiveram a oportunidade de se despedirem das vítimas, devido ao rígido controle sanitário imposto para combater a propagação do vírus; por esse motivo, o *Inumeráveis* se apresenta como um espaço alternativo dedicado a eternizar as inúmeras histórias de vida dos milhares de brasileiros mortos.

Ainda no que se refere à proposta de criação da página, seus idealizadores destacam o ensejo de não tomar as vítimas da Covid-19 como números, distanciando-se, assim, da política governamental brasileira voltada (apenas) para a contabilização das vítimas. Nesse viés, para tais idealizadores, a despeito da importância de estatísticas, são as palavras que cumprem o papel de resgatar e de recuperar o caráter singular dessas vidas perdidas, cuja relevância se inscreve nas histórias de uma dada família e de uma dada comunidade.

Tendo isso em vista, este trabalho se propõe a examinar os fragmentos de narrativas de vida de indígenas mortos em decorrência de complicações da Covid-19 contidos no site *Inumeráveis*. Nosso objetivo é, por meio da investigação do que se denomina de tributo, estudar a constituição desse espaço enunciativo no qual as narrativas foram escritas e circunscritas, de modo a identificar e a analisar as imagens, ou seja, os *ethé* construídos acerca das vítimas em questão.

Nessa perspectiva, consideramos que as narrativas contidas no site não se ateriam apenas a resgatar os percursos biográficos de determinados atores sociais; possibilitariam, também, compreender um dado fragmento da realidade sócio-histórica do país, dando a conhecer um relevante objeto social: o povo indígena.

A fim de subsidiar nossas discussões, partiremos dos pressupostos teórico-metodológicos da Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau, no intento de apreender os efeitos de sentido da materialidade linguagei-

³ Disponível em: <https://inumeraveis.com.br/sobre/> Acesso em: 26 out. 2020.

ra. Além disso, com vistas à investigação dos desdobramentos das histórias de vida na projeção das imagens (dos *ethé*) das vítimas pelo *Inumeráveis*, partiremos das contribuições de Amarante-Mendes (2016), Amossy (2008), Aristóteles (2000), Perelman & Olbrechts-Tyteca (1998) e Galinari (2012) — sobretudo no tocante à constituição dos *ethé* na epidítica (gênero em que inscreveriam as narrativas) —, assim como de Machado (2013, 2016) e Reis (2018) — em relação às narrativas de vida, tomadas, neste trabalho, como vozes sociais que passaram pelo processo de emolduramento; configurando-se, pois, como produtos de escritura/narração.

A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO SOCIODISCURSIVO DAS NARRATIVAS DE VIDA À LUZ DA TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA

Neste estudo, tomamos os relatos publicados no site *Inumeráveis* como fragmentos de narrativas de vida (MACHADO, 2016), organizados em um espaço dedicado a homenagear os percursos existenciais de vítimas da Covid-19 no Brasil. Para referir-se a esses percursos, a essas trajetórias existenciais, o sociólogo francês Daniel Bertaux (2003) lança mão do termo *récit de vie*, sintagma que, posteriormente, foi traduzido e ressignificado por Machado (2013) como narrativas de vida.

Atendo-nos, ainda, a Bertaux (2003), é preciso salientar que o processo de narrativização de uma existência não se atém a descrever “[...]somente a vida interior do sujeito e suas ações, mas também os contextos interpessoais e sociais”⁴. (BERTAUX, 2003, p. 3, tradução nossa). Isso significa dizer que uma narrativa de vida não tem como função apenas procurar compreender um dado indivíduo, mas um fragmento de uma realidade sócio-histórica, constituindo-se, portanto, em um relevante objeto social.

Também segundo Bertaux (2003, p. 32), há narrativa de vida quando um sujeito conta a outra pessoa (pesquisador ou não) um episódio de uma experiência vivida. Machado (2013) salienta que, embora as narrativas de vida sejam baseadas em fatos vividos por sujeitos/personagens, estas também apresentam traços de ficção e de representação, visto que o sujeito, ao reorganizar os fios da memória, reconstrói o passado por meio de palavras.

⁴ [...] *seulement la vie intérieure du sujet et ses actions, mais aussi les contextes interpersonnels et sociaux.*

Tendo em vista tal asserção, somos levados a reconhecer que as narrativas de vida resultam de recortes, de pontos de vista, de representações criadas discursivamente, sobretudo ao pensarmos na constituição de nosso objeto de estudo: as histórias de vida das vítimas indígenas atingidas pela Covid-19.

Atendo-nos, especificamente, para a configuração discursiva do site *Inumeráveis*, acreditamos que ele possa ser tratado como um espaço genealógico (REIS, 2018) na medida em que esse espaço não contemplaria apenas aquilo que se diz sobre o outro, já que poderia se referir à “possibilidade de resgatar e evidenciar as relações intertextuais e interdiscursivas, dando ao passado um local de destaque, ao mesmo tempo em que ressaltaria a necessidade de se conhecê-lo para que se possa compreender melhor o presente”. (REIS, 2018, p. 43).

Tomando as narrativas de vida em uma perspectiva psicossociointeracional, é possível entender sua produção/recepção discursiva a partir dos pressupostos da Teoria Semiociológica de Patrick Charaudeau. De acordo com o autor, em todo ato linguageiro, quatro sujeitos estão em interação na encenação discursiva: o EUc (Eu-comunicante, locutor empírico); EUE (Eu-enunciador, ser de palavra colocado em cena pelo EUc); TUi (Tu-interpretante, ator social que interpreta o projeto de fala do Euc); e TUD (Tu-destinatário, uma imagem de destinatário idealizado fabricada pelo EUc).

Desse modo, na instância de produção discursiva, teríamos como o EUc (Eu-comunicante) a instância compósita *Inumeráveis*, que abarcaria jornalistas, revisores, moderadores e proponentes das narrativas. Estas, pois, seriam frutos do processo de dizer de diferentes enunciadores que se colocam a contar sobre determinada trajetória existencial; assim, os EUE (Eu-enunciadores) seriam “aqueles-que-se-põem-a-narrar a vida de outrem”. No caso específico de nosso objeto de estudo, consideramos que os EUE são compostos por: i) aqueles — familiares e amigos — que, a partir dos papéis sociais que ocupam em relação à vida do “ser-sobre-quem-se-conta”, respondem a um questionário proposto pelo *Inumeráveis* e fornecem informações sobre a vida da vítima e ii) aqueles que se voluntariam — sejam jornalistas, sejam pessoas que se disponibilizam a escrever para o site — para elaborar um texto-tributo ou realizar entrevistas sobre indivíduos que foram acometidos pelo vírus da Covid-19 no Brasil.

No campo da recepção, podemos situar como destinatário ideal, TUD (Tu-destinatário), aquele internauta que leria as narrativas publicadas no site como relatos fidedignos sobre a história de vida das vítimas, tomando-os como tributos representativos da existência que foi narrativizada. O TUi (Tu-interpretante), por sua vez, seria o internauta que efetivamente lê o

texto-tributo, o qual, há que ressaltar, pode se encontrar ou não em sintonia⁵ com o TUD.

Para além desse delineamento dos sujeitos no caso do nosso objeto de estudo, é preciso considerarmos que o processo de produção dos relatos contidos no *Inumeráveis* é perpassado por filtros. Isso ocorre porque há uma série de perguntas, previamente estabelecidas pelo site, que devem ser respondidas no âmbito de preenchimento de um questionário por amigos e/ou familiares das vítimas para subsidiar a elaboração, por jornalistas e escritores voluntários, dos textos-tributo. Dessa forma, a plataforma, de certo modo, impõe condicionantes aos diferentes sujeitos-enunciadores que se colocam a contar sobre determinada trajetória existencial. Nesse sentido, os sujeitos-enunciadores aceitam uma espécie de contrato tácito, ao se submeterem aos filtros explícitos e implícitos contidos no site.

Remetendo-nos à perspectiva foucaultiana (2008), podemos dizer que os relatos, então, sofrem uma espécie de interdição discursiva no sentido de que se impõe “àqueles-que-narram” o que pode e deve ser dito. Nesse ínterim, convém assinalarmos que um memorial, como o *Inumeráveis*, pode vir a apresentar determinada tendência de projetar uma espécie de imagem (de *ethos*, podemos dizer) “desejável” em relação ao grupo sobre o qual se conta, em nosso caso, o das vítimas indígenas da Covid-19. Partimos desse entendimento em razão do fato de que na página de preenchimento do questionário existe uma seção dedicada ao possível pertencimento do “ser-sobre-o-qual-se-conta” a determinados agrupamentos⁶ considerados minoritários e/ou marginalizados em nossa sociedade. Calcadas nessa perspectiva, levantamos a hipótese de que a equipe de edição da página, ao estabelecer esses filtros, corre o risco de apresentar percursos existenciais de determinados grupos a partir de uns (e não de outros) imaginários sociodiscursivos circulantes.

Outro ponto que merece relevo no complexo processo que envolve a narrativização de uma vida diz respeito às estratégias discursivas de que se valem os sujeitos-enunciadores para tornarem as vidas das vítimas objetos de discursivização. Uma dessas estratégias, a nosso ver, relaciona-se ao fato

⁵ De acordo com Charaudeau (2008), para que houvesse um “entendimento perfeito” do discurso produzido (se assim pudéssemos dizer), seria necessária uma coincidência entre o TUD e o TUi, o que exigiria uma harmoniosa combinação entre o explícito e o implícito. Na acepção de Machado (2014), entretanto, tal coincidência seria impossível, o que levou a autora, inclusive, a sugerir a ideia de uma sintonia discursiva (afinal, todo ato linguageiro é uma aposta).

⁶ Embora não seja o objetivo deste trabalho tratar da particularização envolvendo os imaginários sociodiscursivos relacionados a cada um desses grupos, reproduzimos, a seguir, um item do questionário e as respectivas opções de resposta: “A sua pessoa querida pertencia a um ou mais destas comunidades: 1) LGBTQIA+, 2) Quilombola; 3) Indígena; 4) Negra; 5) Pessoa com deficiência e 6) Periférica.” Disponível em: <https://inumeraveis.com.br/enviar/familiar/>. Acesso em: 19 maio 2021.

de esses sujeitos-enunciadores, nesse caso, os amigos e/ou familiares das vítimas, valerem-se dos mais variados papéis sociais que assumiram ao longo da vida do “ser-sobre-o-qual-se-conta” para serem considerados instâncias legítimas e credíveis na narrativização de determinada trajetória.

De modo resumido, podemos dizer, a partir de Charaudeau (2009), que a legitimidade diz respeito ao reconhecimento de um sujeito por outros sujeitos em nome de um valor aceito por todos. Assim, a legitimidade depende de normas institucionais que regem cada domínio da prática social e que atribuem funções, lugares e papéis aos que são investidos por meio de tais normas. A credibilidade, a seu turno, seria um tipo de estratégia ligada à capacidade do indivíduo de dizer a verdade.

Em nossa compreensão, para além das estratégias de legitimidade e de credibilidade acionadas pelos papéis sociais dos sujeitos-enunciadores que se põem a narrar sobre determinada vida, a evidenciação de tais papéis, dispostos ao final de cada texto-tributo, tende a funcionar como uma estratégia adicional: a de captação. Charaudeau (2009) a caracteriza como um tipo de estratégia ligada ao fato de o sujeito procurar assegurar o interesse do interlocutor por aquilo que diz (o autor destaca o componente afetivo — efeito de *pathos* — que o locutor tenta mobilizar no seu interlocutor para atingir seus propósitos comunicativos).

Nesse sentido, consideramos que os papéis sociais dos sujeitos que compartilharam determinadas circunstâncias em relação à vida do “ser-sobre-o-qual-se-conta” constituem-se em uma espécie de fiança sociodiscursiva no memorial, com vistas a conferir legitimidade e credibilidade ao dito, assim como conquistar o interesse do interlocutor em relação àquilo que é dito.

PARTICULARIDADES COMPOSICIONAIS DAS NARRATIVAS DE VIDA NO MEMORIAL INUMERÁVEIS

Tendo em vista as especificidades acerca da configuração sociodiscursiva das narrativas de vida no site *Inumeráveis*, julgamos ser pertinente abordar alguns aspectos do questionário disponibilizado aos internautas amigos/familiares das vítimas, o qual norteia a construção dos textos-tributo pelos jornalistas/escritores.

Cumpre-nos, antes, esclarecer que o *Inumeráveis* oferece duas possibilidades de inserção de informações para elaboração dos relatos. A primei-

ra delas se dá quando os amigos/familiares respondem ao questionário sobre a vítima. Este é, então, direcionado para uma rede de voluntários do projeto que criarão um texto-tributo, baseado nos elementos fornecidos para compor o memorial. Outra forma de registrar a história é quando um jornalista ou escritor opta por entrevistar algum parente/amigo da vítima e, assim, escreve a narrativa de vida dessa pessoa. Cabe salientar que as duas formas de registro se submetem à aprovação da equipe de edição do memorial — revisores e moderadores — antes de serem publicadas.

O primeiro item contemplado no formulário é o componente nome próprio, que, a nosso ver, visa singularizar o indivíduo, particularizando-o como ser do mundo. De acordo com Lejeune (2008), o nome está ligado à condição e à marca de individualidade de cada ser humano, de modo que

[...] nunca nos é indiferente, quer o adoremos ou o detestemos, quer aceitemos o que nos foi dado ou que tenhamos preferido escolhê-lo nós mesmos: isso pode resultar num sistema generalizado de jogos ou fugas ou na maneira como se brinca com aquelas letras, nas quais cada um de nós acredita instintivamente que se depositou a essência de seu ser. (LEJEUNE, 2008, p. 41).

Dessa maneira, o nome próprio especifica o “ser-sobre-o-qual-se-conta” e pode se configurar, até mesmo, como elemento jurídico. De acordo com o autor, o nome próprio está ligado “[...] a uma convenção social e também ao compromisso de responsabilidade de uma pessoa real, ou seja, de uma pessoa cuja existência é atestada pelo registro em cartório, passível de ser verificável.” (LEJEUNE, 2008, p. 23).

Há, também, no espaço do questionário, uma seção dedicada a tratar de minúcias relativas à vida do homenageado. Entre essas minúcias, questiona-se, por exemplo, se a vítima possuía alguma história marcante relacionada ao seu nome ou a algum apelido. Nesse sentido, é curioso pontuarmos que o apelido se relaciona, a nosso ver, a um estatuto diferente, pois, mesmo em situações nas quais o próprio sujeito “sobre-quem-se-narra” tenha escolhido um epíteto para si, faz-se necessário que a figura de um não-eu, ou seja, a de um “outro” exterior o coloque em circulação; gerando, assim, um efeito de “cumplicidade” entre “aquele-que-é-nomeado” e “aquele-que-nomeia”, sobretudo, no contexto de produção de uma narrativa de vida em um memorial.

Ainda, é possível pensarmos que o uso de apelidos funcione como uma estratégia de captação de leitores — no nosso *corpus*, internautas — no espaço do memorial, reforçando, desse modo, uma ideia de proximidade

que tende a ser expressa nos contratos comunicativos de produção desses textos-tributo. Dito de outro modo, acreditamos que a adoção de alcunhas em narrativas de vida que se voltam à construção de homenagens tende a evidenciar as posições enunciativas dos sujeitos responsáveis por narrar, ou melhor dizendo, as relações estabelecidas entre esses sujeitos e as vítimas, que foram evocadas, ao se materializar discursivamente um percurso existencial.

Outro item que podemos destacar no questionário se refere ao lugar de nascimento que, segundo Reis (2018), visa designar o que a autora chama de lugar de origem. De acordo com a pesquisadora, esse lugar é tomado, muitas vezes, como um componente decisório e constituinte em uma história de vida; tornando-se, portanto, junto do nome próprio, um dos elementos fundadores da identidade sujeito “sobre-quem-se-narra”. Dessa forma, as perguntas que constituem o questionário abrangem dois dos quatro “pontos nodais de uma vida”⁷, considerados pela autora como fundamentais para a composição de uma narrativa de vida.

Outro componente que também se encontra presente em uma das seções do questionário diz respeito às profissões que o indivíduo exerceu ao longo de sua existência. Guadanini (2013) denomina de fundamento prático-profissão a forma designativa em que os praxemas se referem a categorias profissionais. Acreditamos que seja fundamental, em qualquer narrativa de vida, que a categoria profissão seja tratada, pois ela possibilita, em nossa concepção, entrever as habilidades socioculturais da pessoa, muitas vezes, imbricadas e arraigadas na trajetória pessoal desse ser.

No âmbito pessoal, são feitos questionamentos ligados à relação do ser homenageado com a família. Pergunta-se sobre o estado civil da vítima, se teve filhos e como era o convívio da pessoa com familiares e amigos. Também nesse âmbito, são colocadas questões sobre os *hobbies* das vítimas, sobre as atividades que gostavam de desenvolver nas horas livres, sobre alguma mania, sobre fatos curiosos e até mesmo sobre suas paixões.

Há, ainda, um espaço no qual a pessoa que responde ao questionário pode contar uma história especial, engraçada ou até mesmo memorável sobre o sujeito “sobre-quem-se-narra”. É possível, ademais, fazer uma apreciação das virtudes do homenageado e contar o que ele fez de mais especial em sua vida.

Outro ponto que merece relevo diz respeito à parte que trata da relação “daquele-que-counta” com o ser homenageado. Como podemos per-

⁷ Embora não seja o objetivo deste trabalho se aprofundar nos *pontos nodais* presentes em uma *narrativa de vida*, cumpre-nos listá-los: *nome próprio, lugar de origem, data de nascimento e filiação*. Para mais detalhes, conferir Reis (2018).

ceber, a partir do que é perguntado nesta seção, reiteramos nossa ideia de que os papéis sociais “daqueles-que-narram” funcionam como estratégias discursivas de legitimidade, de credibilidade e de captação, configurando-se, a nosso ver, como estratagemas de validação da tessitura narrativa dos textos-tributo produzidos.

Para pensarmos a mobilização dos estatutos social e discursivo daqueles que enunciam no espaço narrativo do *Inumeráveis*, apresentaremos, a seguir, uma adaptação do dispositivo da encenação narrativa⁸ proposto por Reis (2018). A autora assinala a existência de uma espécie de fusão do “autor” a partir do atravessamento dos papéis assumidos pelo “indivíduo” e pelo “escritor” no âmbito das trajetórias de vida. É imputada à porção “autor-indivíduo” a incumbência de dar testemunho de determinada história de vida, a partir das relações sociais que estabeleceu com o ser homenageado. Diferentemente, para o “autor-escritor” fica o encargo de materializar, discursivamente, o testemunho narrado por parte do indivíduo, transformando-o em “produto de narração”.

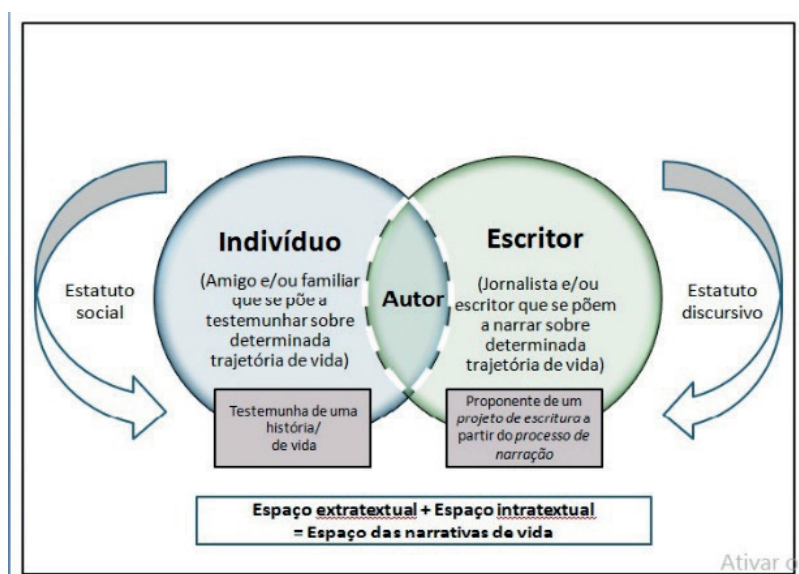


Figura 1: Configuração da instância autor a partir do indivíduo e do escritor nas narrativas de vida.

Fonte: REIS (2018, p. 136). Adaptado.

Partindo dessa configuração, acreditamos que uma particularidade bastante interessante que envolve a noção de autoria no âmbito do espaço do memorial diz respeito ao seu aspecto compósito. Trata-se, a nosso ver, de uma autoria heterogênea no sentido de que parece haver uma espécie

⁸ Dispositivo originalmente concebido por Charaudeau (2008) e adaptado por Reis (2018).

de semipermeabilidade — haja vista o atravessamento de vozes que ocorre entre a porção autor-indivíduo e autor-escritor — no espaço intratextual. Tal semipermeabilidade se caracterizaria: i) por uma voz que estaria ligada ao estatuto social daqueles sujeitos-enunciadores que se põem a testemunhar — amigos e/ou familiares do “ser-sobre-quem-se-conta” — e ii) por uma voz que estaria ligada ao estatuto discursivo dos sujeitos-enunciadores — jornalistas/escritores — que se dispõem a empreender um projeto de escritura voltado à narrativa de vida de outrem.

Isso posto, interessa-nos examinar, nas narrativas de vida que constituem nosso objeto de estudo, as imagens mobilizadas, isto é, os *ethé* construídos pelos sujeitos-enunciadores no processo de reconstituição dos percursos existenciais das vítimas indígenas que tiveram suas vidas ceifadas durante a pandemia do novo coronavírus no Brasil.

PENSANDO O ETHOS NA NARRATIVA DE VIDA

Partindo do entendimento de que, ao se narrar sobre uma vida, não só se evoca e se homenageia um determinado sujeito social, como também se constroem contornos, características e feições desse sujeito, podemos dizer que as narrativas de vida se configuram como discursos do gênero epidítico.

Conforme define Aristóteles (2000), esse gênero de discurso objetiva apresentar as imagens virtuosas ou viciosas de outrem: das pessoas elogiadas (encômio) ou das pessoas censuradas (inectiva). Dessa forma, por meio do gênero epidítico, delineiam-se, então, os *ethé* dos sujeitos tematizados discursivamente.

Termo da Retórica Clássica, o *ethos* — plural *ethé* — tradicionalmente concerne às imagens de si no discurso (AMOSSY, 2008), ao caráter moral do orador (AMARANTE MENDES, 2016). Contudo, para Galinari (2012, p. 66), o *ethos* pode ser entendido, no terreno da Análise do Discurso, como uma conceituação concernente

não apenas às imagens de si das instâncias de produção dos discursos abordados, mas também às imagens de seres/coisas ou instituições tematizados por esses mesmos discursos. O *ethos*, assim, não se resumiria, no plano teórico, ao conhecido jargão “imagens de si”, mas se estenderia também ao que poderíamos chamar de “imagens de outrem”.

Isso quer dizer que, no caso, por exemplo, do site *Inumeráveis*, em que se faz um tributo à existência de um sujeito social, os sujeitos-enunciadores arrolam um conjunto de imagens associadas a esse sujeito; configuradas, pois, como os *ethé* de outrem.

Segundo entende Dahlet (2017), o delineamento dos *ethé* se dá pelas escolhas linguísticas daquele que enuncia. Dito de outra forma, por meio das designações discursivas de que se valem, os sujeitos-enunciadores demonstrarão uma tomada de posição face ao seu objeto de discurso. Entre as categorias mobilizadas para a construção dos *ethé*, destacamos

as formas nominais, a prefixação, a sufixação, a determinação por flexões significativas (gênero e número, artigos e pronomes), as expressões adjetivas e adverbiais, a passivação, a genericidade/especificidade ou preposições impessoais, a singularização/agrupamento e a inclusão/exclusão. (DAHLET, 2017, s. p.).

Dessa maneira, os efeitos de sentido instaurados no tocante à projeção dos *ethé* consideram uma dinâmica linguístico-discursiva que orienta pontos de vista e posicionamentos. Assim, o processo de designação se assentará em saberes partilhados, relacionados a uma potencial construção, pela linguagem, de fatos (e de sujeitos) do mundo.

Cumpre-nos ressaltar que, no entendimento de Perelman & Olbrechts-Tyteca (1998), a finalidade última do gênero epidítico é o estabelecimento de determinados valores que se buscam enaltecer. Logo, tendo em vista aquilo que uma dada instância de produção discursiva crê interiorizada por seu público destinatário idealizado é que ela vai construir as imagens do ser tematizado em seu discurso, com vistas a uma comunhão de valores. Segundo explicam Perelman & Olbrechts-Tyteca (1998, p. 101), há uma hierarquia de valores socialmente estabelecida, a qual constitui premissas, de modo que, por exemplo, a qualidade: “redunda na valorização do único”. Sobre esse aspecto, tais autores ressaltam: “Considerar entes como permutáveis, não ver o que produz a especificidade de suas personalidades é desvalorizá-los”. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1998, p. 101).

Relacionando ao nosso objeto de estudo, interessa-nos investigar de que maneira as narrativas elencadas no site, objeto de investigação, mobilizam os elogios *in memoriam* de cada vítima da Covid-19 com vistas à singularização de cada vida, em oposição a uma quantificação como mais um número entre os mortos.

PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo se caracterizou como uma pesquisa de natureza qualitativa. Conforme entendem Marconi e Lakatos (2013, p. 269): “A metodologia qualitativa preocupase em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece a análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc..” Isso significa que a pesquisa qualitativa não opera com dados estatísticos e suas variáveis; ao contrário, propõe aprofundar análises sobre os detalhes das informações levantadas.

Para a realização do estudo proposto, inicialmente, procedemos a um levantamento bibliográfico de alguns estudos já realizados, para embasar teoricamente nossa investigação. Assim, adotamos as concepções de Amossy (2008), Aristóteles (2000), Perelman & Olbrechts-Tyteca (1998), Amarante-Mendes (2016), Galinari (2012) e Dahlet (2017), para pensarmos na constituição dos *ethé* na epidítica, assim como de Machado (2013, 2016) e Reis (2018), para compreendermos a configuração das narrativas de vida como produtos de escritura/narração.

Em seguida, procedemos à seleção de nosso *corpus*. Este se constituiu de quatro narrativas veiculadas no site *Inumeráveis*⁹, o memorial virtual dedicado às vítimas do coronavírus no Brasil, conforme descrito a seguir.

Através deste Memorial, familiares ou amigos respondem a um questionário sobre a vítima. Esse questionário é automaticamente direcionado para uma rede de jornalistas, todos voluntários deste projeto. Com base nas informações fornecidas, um dos jornalistas irá criar um Texto-tributo para cada vítima, que será então inserido em nosso Memorial.¹⁰

A plataforma objetiva, assim, homenagear pessoas que morreram em decorrência da Covid-19 no país, por meio de narrativas elaboradas por jornalistas, tendo em vista informações passadas por familiares ou amigos das vítimas.

Para efeito de recorte, consideramos as postagens feitas até o dia 26 de outubro de 2020. Como critério de seleção das narrativas, elencamos as que homenageavam pessoas indígenas acima de 60 anos, considerando a grande vulnerabilidade desse grupo à doença, sobretudo, nessa faixa etária: “os índios são mais vulneráveis a epidemias em função de condições socioeconômicas e de saúde piores do que as dos não índios, o que

⁹ Disponível em: <https://inumeraveis.com.br/>. Acesso em: 01 out. 2020.

¹⁰ Disponível em: <https://inumeraveis.com.br/>. Acesso em: 01 out. 2020.

amplifica o potencial de disseminação de agentes causadores de doenças.”¹¹

Após tal seleção, procedemos à análise. Como método de análise, partimos de pressupostos da Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau, que toma os atos linguageiros em uma dimensão psicossociolinguageira, produzidos por/para sujeitos inscritos em determinadas situações comunicativas. Nessa perspectiva, os discursos não são portadores de significados *a priori*; ao contrário, constituem lugares de potenciais construções de efeitos de sentido, nos quais realidades e identidades tomam corpo. Além disso, ancoramos nossas reflexões na retórica, para tratar da configuração do gênero epidítico e dos *ethé*. Inserindo nossa análise, assim, em uma perspectiva retórico-discursiva, buscamos investigar a projeção das imagens, isto é, dos *ethé* das vítimas indígenas da Covid-19 no site *Inumeráveis*.

No intento de definirmos as categorias de análise, consideramos: i) as perguntas apresentadas no questionário para preenchimento por parte dos familiares/amigos do “sobre-quem-se-conta”, as quais direcionam as informações das vítimas costuradas pelo memorial e ii) alguns atributos trabalhados no âmbito das narrativas de vida (LEJEUNE, 2008; REIS, 2018). Dessa maneira, chegamos às seguintes categorias:

I.	Apelido ou história marcante
II.	Profissão
III.	Relação do ser homenageado com família/amigos
Iç.	História memorável

Figura 2: Categorias de análise das narrativas de vida do *Inumeráveis*..

Fonte: Dados da pesquisa.

Partindo dessas categorias, procedemos à identificação e à análise dos *ethé* das vítimas indígenas da Covid-19 projetados nos textos-tributo do *Inumeráveis*. A conformação das imagens mobilizadas, a nosso ver, exaltarão a figura de cada homenageado e particularizarão a sua existência, notadamente, para o grupo de amigos/familiares do sujeito narrativizado.

ANALISANDO NARRATIVAS DE VIDAS NO INUMERÁVEIS: A CONSTRUÇÃO DOS ETHÉ DE VÍTIMAS INDÍGENAS

Passaremos, agora, à análise dos textos-tributo, considerados, por nós, como histórias de vida das vítimas brasileiras da Covid-19 no *Inumeráveis*.

¹¹ Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/se-coronavirus-entrar-nas-aldeias-e-possivel-que-aumento-de-casos-seja-explosivo-alerta-especialista>. Acesso em: 26 out. 2020.

Conforme explicamos, para este estudo, interessou-nos investigar as narrativas cujos “seres-sobre-quem-se-conta” eram indígenas. Essa escolha se deveu ao fato de, como já sinalizamos, pesquisas apontarem esses povos como os mais suscetíveis à contaminação do vírus, em pandemias, dadas as situações social, econômica e sanitária em que vivem. Além disso, consideramos a questão da idade das vítimas na seleção do *corpus* porque, também conforme as pesquisas amplamente divulgadas na mídia, a população acima de 60 anos é mais vulnerável à doença. Por fim, cumpre-nos ressaltar a importância da comunidade indígena para a sociedade brasileira, sobretudo em uma perspectiva histórico-cultural, já que é esse povo que conserva e mantém as tradições, os hábitos e os costumes dos povos primitivos do nosso país. Nesse aspecto, trabalhamos, inclusive, com a hipótese de que determinadas especificidades poderiam ser observadas na construção de *ethé* de indígenas por seus pares, considerando a particularidade de valores partilhados, comungados pelo conjunto de membros da coletividade indígena.

Para iniciarmos nossa análise, convém reiterarmos que partimos do entendimento de que os textos-tributo seriam a tessitura discursiva por meio da qual se narram aspectos da vida de seres homenageados, configurando-se como um memorial do *Inumeráveis*. Assim, por exaltarem virtudes *in memoriam* de vítimas do coronavírus no Brasil, tais textos se caracterizariam como discursos do gênero epidítico. Nesse gênero, os sujeitos-enunciadores projetam imagens associadas ao “ser-sobre-quem-se-conta”, configuradas, pois, como os *ethé* de outrem.

A primeira categoria que elencamos para análise é o *apelido*. A nosso ver, o apelido é uma das formas de individualizar, particularizar o ser homenageado para seus amigos/familiares, atribuindo-lhe uma valoração para o grupo de pessoas de seu convívio. Mas, além disso, segundo pontuamos, valer-se da designação pelo apelido para referir-se a alguém, pode gerar um efeito de “cumplicidade” entre “aquele-que-é-nomeado” e “aquele-que-nomeia”, especificamente, em uma narrativa de vida em um memorial.

Merece relevo, nesse aspecto, o fragmento do texto-tributo da indígena Alexandrina Diniz da Silva, de 79 anos, apresentada como “Dona Xande”. É interessante observar que o autor do tributo acresceu ao apelido o tratamento honorífico¹² “dona”, evidenciando um tom respeitoso e uma imagem (um *ethos*) de superioridade, conforme percebemos em nossas práticas sociais, do “ser-sobre-quem-se-conta”. Além de conferir um caráter distintivo em relação ao nome que o sucede, o referido pronome também

¹² Refere-se a uma designação originalmente empregada para se dirigir a mulheres pertencentes às famílias reais de Portugal e do Brasil. Em nossas práticas sociodiscursivas, contudo, estendeu-se como uma forma de tratamento para mulheres idosas. (SCALZILLI, 2016).

revela uma característica bastante comum no cenário sociocultural: o fato de ser utilizado como símbolo de apreço e cortesia para se referir às pessoas idosas, mesmo que, de modo informal. Nesse sentido, mobilizam-se os *ethé* de honradez e de deferência em relação à homenageada.

Além desse efeito de sentido, acreditamos que a utilização do honorífico contribua para a construção de atributos valorativos relacionados à imagem do “ser-sobre-o-qual-se-conta”, conforme podemos averiguar no seguinte relato: “Dona Xande, originária da etnia indígena Piratapuia, mulher sábia, que amava a família sem medidas. Seu nome indígena era Horôri-Pakko, que significa “Mãe da Flor”, palavras que lhe caem muito bem.” (INUMERÁVEIS, 2020). Nesse sentido, destacamos a menção à alcunha indígena Horôri-Pakko, cujo significado seria “Mãe da Flor”. Em nossa concepção, a referida alusão visa estabelecer uma ideia de pertença a um determinado povo e, desse modo, constituir uma imagem marcada por componentes ligados a uma identidade étnica. É possível dizermos, ainda, que a referência ao nome em língua indígena tende a gerar um efeito de valorização da cultura, da terra e da comunidade do “ser-sobre-quem-se-conta”.

Dessa forma, é preciso ressaltarmos o fato de que designar o homenageado a partir de seu nome indígena nos remete a uma concepção de resgate de imagens voltadas à caracterização da população nativa brasileira. Assim, acreditamos que esse tipo de estratégia utilizada no texto-tributo de Alexandrina assumira uma dimensão argumentativa de enaltecimento das origens nativas de parte da população do Brasil — os povos indígenas —, tão relegadas no cenário nacional, sobretudo em tempos pandêmicos.

Outro aspecto curioso no que tange ao nome da indígena é a significação mencionada: “Mãe da flor”. A nosso ver, tal significação projeta dois *ethé*: o primeiro relaciona-se a uma autoridade de Alexandrina dentro da comunidade na qual se insere (“mãe”), e o segundo remete a uma etnicidade, que, no contexto dos povos indígenas, passa pela relação estabelecida entre o homem e os elementos da natureza. Depreendemos, ainda, que o designativo “mãe”, na composição da narrativa de vida de Alexandrina, concorre para construção de um *ethos* de sabedoria. Sobre esse designativo, usualmente empregado para o ser pertencente a um núcleo familiar fechado, é interessante notar que, neste caso, que trata de um relato sobre a história de vida de uma indígena, haveria uma ampliação desse estatuto, tendo em vista o fato de as tribos geralmente estimarem figuras consideradas referenciais — a exemplo dos caciques — na comunidade, o que parece ter acontecido com Alexandrina.

É preciso que consideremos, por fim, que o texto-tributo construído em homenagem a Alexandrina foi escrito a partir do testemunho de sua neta¹³, que, neste caso, representa a perspectiva enunciativa de um autor-indivíduo que compartilhou minúcias de uma vida em relação à trajetória do “ser-sobre-o-qual-se-conta”. Dessa forma, podemos depreender que os *ethé* mobilizados remetem a um indivíduo que coloca em cena atributos voltados à amorosidade de uma vó e à fortaleza de uma mulher que se constitui como referência de liderança para um povo.

Outro texto-tributo que traz a designação do homenageado pelo apelido é o de Agostinho Rodrigues Samia conforme o exemplo: “Guardião da língua do seu povo, tinha o sonho de fazer um dicionário indígena Kokama. Vovô Ereú, como era conhecido por todos, gostava de plantar, de colher e depois fazer farinha.” (INUMERAVEIS, 2020).

Como é possível perceber, a designação “vovô” também se relaciona à ideia de pertencimento a um núcleo familiar em nossos imaginários sociodiscursivos. Acreditamos que o neto¹⁴ de Agostinho, o autor-indivíduo desse relato, pretendeu construir os *ethé* de figura paternal e afetuosa. Podemos entender, inclusive, que o emprego desse designativo também remeta a uma linguagem que se circunscreve na memória infantil, o que reforçaria uma relação carinhosa e protetora do “ser-sobre-quem-se-narra” com “aquele-que-narra”.

Tendo em vista os dois fragmentos de narrativas apresentados, observamos que a palavra “mãe”, retomando as considerações acerca do texto-tributo de Alexandrina, e “vovô”, remetendo a Agostinho, inscrevem-se no campo semântico comumente relacionado à esfera familiar, o que nos leva a depreender que os *ethé* acerca dessas vidas se ligam às percepções de laços afetivos e de consanguinidade, singularizando, desse modo, a relevância que a instituição família assume para a sua descendência e para o grupo social dos indígenas.

Outra narrativa de vida por nós analisada é a de Guilherme Padilha Samias. De acordo com seu filho¹⁵, Guilherme, o sujeito-enunciador do relato, também era designado por Wirimi na língua indígena Kokama. Segundo Ediney, seu pai ainda atendia pelo apelido de Buluka, sinalizando-nos uma

¹³ Tributo escrito a partir do testemunho concedido por Marianne Kaliny Ferreira da Silva, neta de Alexandrina. Este foi apurado e elaborado pela jornalista Bettina Turner, revisado por Gabriela Carneiro e moderado por Rayane Urani. Disponível em: <https://inumeraveis.com.br/>. Acesso em: 20 maio 2021.

¹⁴ Tributo escrito a partir do testemunho concedido por Ediney Samias, neto de Agostinho. Este foi apurado e elaborado pela jornalista Gabriela Veiga, revisado por Lígia Franzin e moderado por Gabriela Veiga. Disponível em: <https://inumeraveis.com.br/>. Acesso em: 20 maio 2021.

¹⁵ Tributo escrito a partir do testemunho concedido pelo filho de Wirimi, Ediney Samias. Este foi apurado e elaborado por Gabriela Veiga, revisado por Edson Pavoni e moderado por Edson Pavoni. Disponível em: <https://inumeraveis.com.br/>. Acesso em: 20 maio 2021.

relação marcada pelo afeto e pela convivência harmoniosa com os demais membros da tribo. Na história de vida de Guilherme, ainda é apontado que o indígena “era um homem cativante, amoroso, amigo” (INUMERÁVEIS, 2020), o que concorre para a construção de um *ethos* de pessoa afável.

Convém destacarmos que os apelidos apontados nas narrativas remetem a uma acepção axiológica positiva dos seres homenageados. Dito de outra forma, não foram evidenciadas, nos relatos por nós analisados, alcunhas que assumissem um caráter pejorativo, depreciativo em relação a tais indivíduos. A nosso ver, essa observação concorre para nossa ideia inicial de que o *Inumeráveis* enalteceria as virtudes dos “seres-sobre-quem-se-conta”, de modo a se destacar o caráter memorável (aquilo que vale a pena lembrar) das trajetórias de vida das vítimas.

Outro *ethos* projetado de Guilherme é o de pessoa forte: “quando precisava evocava a sua alma e seu corpo para ensinar os guerreiros Kokama” (INUMERÁVEIS, 2020). Embora pareçam *ethé* dicotômicos — afável e forte —, é interessante notarmos como o tributo às imagens consolida uma personalidade singular, que é, inclusive, autenticada por uma outra imagem: a de liderança. Tal afirmação pode ser corroborada a partir da alusão às palavras “corpo forte” e “preparado para proteger o seu povo”, o que nos leva a entender a constituição de mais *ethos* de Wirimi: o de defensor de sua comunidade/tribo indígena. Podemos dizer, ademais, que à sua imagem também se atrela uma vivência memorável, digna de ser eternizada, como expresso no excerto: “Agora, ele vive em cada Kokama, em cada criança, em cada mulher, cada homem, cada anciã, cada ancião do seu povo e em cada árvore do Alto Solimões.” (INUMERÁVEIS, 2020).

Ainda com relação a Guilherme, identificamos a atribuição do *ethos* de herói, já que é narrada uma história na qual o seu filho havia caído da canoa e Wirimi pulou no rio, achou-o e o trouxe de volta à vida, consoante o texto a seguir.

Era um bom conhecedor das águas. Certa vez, estava no rio pescando e seu filho caiu da canoa. Ele não viu, mas um amigo Tikuna o avisou e mesmo sem enxergar por conta das águas turvas, Wirimi mergulhou na escuridão, achou seu filho e o trouxe de volta à canoa. (INUMERÁVEIS, 2020).

Passemos agora a outra categoria por nós mobilizada, para compreender a construção das imagens dos homenageados: a de *profissão*. Sobre esta, merece destaque a forma como o exercício de uma atividade foi mobilizada na narrativa de vida de Guilherme. De acordo com seu filho, Wirimi sempre foi

admirado por suas artesanias, fazia um universo em um pedaço de madeira. Sempre levava as crianças para o mato e passava seus saberes de cuidado com a terra. As ensinava a plantar, deixar a terra fértil e cuidar das plantas para darem frutos. Era um bom conhecedor das águas. (INUMERÁVEIS, 2020).

Nesse fragmento, pode-se notar que os *ethé* construídos de Wirimi são de pessoa habilidosa e sábia, dado, inclusive, o emprego do verbo “ensinar”, que nos remete à competência de um “saber-fazer”. O “saber-fazer” também foi observado no trecho: “foi o primeiro professor Kokama do estado do Amazonas, em Sapotal.” (INUMERÁVEIS, 2020). É válido mencionarmos, ainda, que as alusões e mobilizações relacionadas à categoria *profissão* no âmbito da narrativa de vida de Guilherme podem acionar nos internautas leitores do *Inumeráveis* (a maior parte deles, inferimos, inseridos na cultura branca/colonizadora) uma referência à figura de José, um santo da fé cristã, esposo de Maria e pai de Jesus, conhecido pelo exercício da atividade de carpintaria. Assim, a imagem de destaque, o caráter “notável” da existência de Wirimi para a comunidade indígena são imbricados nesse possível resgate das imagens atribuídas a José.

No que concerne ao “saber-fazer”, compreendemos que, na cultura indígena, esse saber evoca uma noção de conhecimento caracterizado por uma transmissibilidade, posto que é apre(e)ndido pelas práticas socioculturais. É interessante observarmos que a descrição de determinadas habilidades dos homenageados no âmbito da narrativa de vida do indígena remonta a um possível efeito de exaltação de competências relacionadas a uma maestria do indivíduo “sobre-quem-se-conta” ao lidar com o domínio de elementos ligados à natureza e à própria subsistência.

Nesse sentido, é possível delinear a projeção de uma imagem relacionada a uma sabedoria, à detenção de um dote prodigioso, e a uma proeminência daquela figura para sua comunidade. Assim, é projetado o *ethos* de sábio, posto que o “sujeito-sobre-quem-se-conta” detém uma autoridade sobre saberes valorizados por seu povo. Dessa forma, os conhecimentos (repassados) acerca de agroecologia e da biodiversidade, prestimosos pela comunidade indígena, assumiriam a função argumentativa de tornar sublime (memorável) a existência de Guilherme.

Ainda abordando a categoria *profissão*, outra narrativa que trazemos para analisar é a de José Francisco dos Santos. Vejamos um excerto:

[...] era no contato com a natureza que ele buscava vigor para continuar trabalhando, mesmo após a aposentadoria, como

vendedor ambulante. O cacique aproveitava as horas vagas para visitar, na companhia da filha Angélica, a Cachoeira do Paraíso, em Guaiúba, no Ceará, seu ponto preferido de lazer. Outro passeio frequente era para a aldeia dos índios Jenipapo Kanindé, localizada em Aquiraz, no mesmo estado. (INUMERÁVEIS, 2020).

É possível depreendermos, nesse trecho, a construção do *ethos* de uma pessoa trabalhadora, uma vez que se faz alusão à informação de que José trabalhava como vendedor ambulante, mesmo após ter se aposentado. Essa ocupação evoca a imagem de alguém que, como tantos outros brasileiros, dedica-se a uma ocupação informal, a fim de prover o seu sustento e o de sua família. Mas, além desse *ethos*, constatamos um outro atribuído a José: o *ethos* de líder, já que o indígena era cacique de sua tribo. Alinhava-se, dessa forma, a imagem de uma figura de singular importância para sua comunidade, influente e experiente, que luta e zela pelo bem-estar de sua aldeia, assim como tutela seus costumes e sua cultura. Ao designarem José como uma representação de maior destaque perante seu povo, os sujeitos-enunciadores dele constroem, ainda, um *ethos* de autoridade. É importante destacarmos que o estatuto “cacique”, embora relacionado à liderança, não é tomado, neste trabalho, dentro da categoria que convencionamos chamar de *profissão*; contudo, entendemos a pertinência da abordagem pelo fato de o termo concorrer para a construção de uma imagem de liderança desse homenageado.

A última categoria que trataremos refere-se à *história memorável* acerca da vida do “ser-sobre-o-qual-se-se-conta”. No texto-tributo dedicado a Agostinho, por exemplo, é narrada a história de uma batalha do indígena com um animal selvagem: um jacaré de 5 metros. Como já ressaltamos, a narrativa de Agostinho foi escrita a partir do testemunho de seu neto, o que, a nosso ver, corrobora a construção de um relato de vida alicerçado a partir da apresentação de feitos denotados como grandiosos.

Dito de outra forma, ao afirmar que o avô “lutou com um jacaré de cinco metros”-(INUMERÁVEIS, 2020), o neto, de certo modo, amplifica e perpetua a imagem do “ser-sobre-o-qual-se-se-conta”, imagem, nesse caso, configurada como um *ethos* de corajoso. Paralelamente a essa imagem, é também mobilizada a de guardião da cultura e da memória de seu povo, pois destaca-se que Agostinho tinha “o sonho de fazer um dicionário indígena Kokama e vê-lo impresso e disseminado pelo mundo.” (INUMERÁVEIS, 2020). Delineia-se, nesse mesmo sentido, um *ethos* de certa erudição, em razão do domínio da linguagem nativa e, por conseguinte, dos traços de sua ancestralidade.

Ainda no que tange à apresentação de uma história memorável, convém resgatarmos uma parte do texto-tributo em que se homenageia Guilherme (Wirimi): “aquele-que-se-põe-a-narrar” dedica algumas linhas de seu texto a destacar um fato inesquecível acerca do “ser-sobre-quem-se-conta”. Assim, em “Wirimi mergulhou na escuridão, achou seu filho e o trouxe de volta à canoa.” (INUMERÁVEIS, 2020), faz-se referência ao salvamento do filho de um afogamento, assinalando a instituição de um *ethos* de pai extraordinário.

Uma história notável também é contada sobre José Francisco dos Santos. De acordo com o testemunho de sua filha, o pai e ela faziam questão de participar da festa do Marco Vivo, tradicional celebração que “simboliza a luta pela demarcação de terras tradicionalmente ocupadas por indígenas e pela garantia de seus direitos”¹⁶. A remissão à participação de uma comemoração como essa concorre para a projeção de um *ethos* de defensor dos interesses de seu povo.

Uma informação curiosa do relato da vida de José é a de que o indígena participava de missas de cura e de libertação com a família. É possível deprendermos, nesse aspecto, o delineamento de um *ethos* de uma pessoa ecumênica, que congrega diferentes credos religiosos. Esse mesmo *ethos* pode ser atribuído à Alexandrina no fragmento “era católica fervorosa, mas mantinha o orgulho de ser indígena e honrar as suas raízes.” (INUMERÁVEIS, 2020).

Para finalizarmos, trazemos a história memorável de Alexandrina. Ao que nos parece, o percurso existencial dessa homenageada é apresentado como “digno de ser contado”, haja vista o relato da vida difícil que a indígena levou: sua família a colocou em um internato quando tinha apenas dez anos de idade; aos 25 anos, casou-se e teve seis filhos, um deles, morto de maneira trágica aos 22 anos. Além dessas circunstâncias apontadas, o texto-tributo narra que Alexandrina também ficara viúva meses após a perda de seu primogênito. Nesse sentido, podemos depreender a construção de um *ethos* de uma mulher e de uma mãe sofrida, além de dedicada à criação dos filhos. Tal dedicação pode ser inferida a partir do seguinte trecho: “sua presença ficou materializada em cada um dos tapetes que fez especialmente para cada neto e cada filho” (INUMERÁVEIS, 2020), concorrendo para a construção de uma imagem relacionada às lembranças que denotam afetos memoráveis.

¹⁶ Disponível em: <https://www.cdphd.org.br/post/19festadomarcovivo>. Acesso: 21 maio 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar a constituição dos *ethé* de vítimas indígenas da Covid-19 em fragmentos de narrativas de vida do site *Inumeráveis*. Para tanto, elencamos como objeto de análise quatro textos-tributo, adotando como critério de recorte a idade dos homenageados: aqueles que tinham mais de 60 anos.

A partir da seleção dessas quatro narrativas, definimos quatro categorias de análise: *apelido*, *profissão*, *relação do ser homenageado com a família e história memorável*. Tais categorias foram delineadas tomando-se como base as informações que o próprio questionário do site apresenta para compor a tessitura narrativa do memorial.

No que se refere ao delineamento dos sujeitos-enunciadores dos textos-tributo, foi possível tecermos algumas considerações sobre a instância autor. Em nossa compreensão, o memorial é constituído por um atravessamento de vozes que envolvem a porção indivíduo e a porção escritor dos sujeitos enunciadores que se põem a narrar. Dito de outro modo, é como se a porção indivíduo (amigo e/ou familiar) atuasse de modo a atestar a verdade sobre a vida de outrem a partir da posição enunciativa que ocupa; a porção escritor (jornalistas e/ou escritores), por sua vez, empreende um projeto de escritura acerca de uma determinada vida.

Dessa forma, é a partir do estabelecimento desse imbricamento de vozes que as instâncias enunciativas irão projetar os *ethé* das vítimas, configurados, pois, como *ethé* de outrem. (GALINARI, 2012). Há que se ressaltar que a exaltação dos homenageados se caracteriza, na tradição retórica, como um discurso do gênero epidítico, por meio do qual, pois, intenta-se enaltecer as imagens de um determinado indivíduo. Sob essa perspectiva, podemos dizer que há uma espécie de busca de comunhão de valores que se desejam destacar, os quais, no caso de nosso objeto de estudo, procuram singularizar e valorizar as trajetórias das vidas indígenas vítimas da Covid-19.

Por meio da identificação e da análise dos *ethé* projetados, constatamos que o apelido assume nas narrativas um caráter argumentativo relacionado à construção de cumplicidade do “ser-que-narra” em relação ao “ser-sobre-o-qual-se-narra”. A profissão, por sua vez, apontou-nos para construção dos *ethé* de indivíduos trabalhadores e sábios. Um ponto que nos chamou à atenção foi a alusão a atividades profissionais que os indígenas desenvolvem para além das atribuições que, tradicionalmente, são relacionadas aos papéis que assumem em suas tribos.

No que diz respeito à relação do ser homenageado com a família, foi possível entrever que o autor-indivíduo é, em sua maioria, filho (a) ou neto (a) da vítima, o que, a nosso ver, pode ser relacionado ao delineamento de determinados *ethé* voltados ao campo familiar e aos laços de consanguinidade, tais como mãe e líder indígena de um povo, mulher e mãe sofrida, mãe dedicada à criação dos filhos, figura paternal e afetuosa, pai extraordinário.

Como última categoria de análise, investigamos as histórias memoráveis contidas nos relatos. Estas se relacionam, em nossa compreensão, a uma característica bastante comum no contexto das narrativas de vida: a justificativa de que uma história merece ser contada em razão do caráter singular da trajetória de determinados indivíduos, aproximando-se, desse modo, seus *ethé* a imagens de homens e de mulheres heroicos, fortes, líderes e defensores de sua comunidade.

No âmbito do *Inumeráveis*, é preciso salientarmos que a alusão feita à palavra memorável ao longo do texto nos remeteu à própria singularização pretendida pelo memorial, de modo que não se trataria, assim, de uma referência a um indivíduo que tenha feito algo que seja considerado grandioso para a humanidade: ao contrário, esse indivíduo ganha destaque/valor em razão de minúcias observadas nos vínculos estabelecidos em vida com familiares e amigos — “autores-indivíduos” que enunciam —, assim como com seu povo.

Dessa forma, também merece relevo o título do memorial, *Inumeráveis*, em decorrência do caráter particularizado de cada trajetória de vida que foi narrada no âmbito desse espaço. Embora exista no país uma política de contabilização das vítimas, podemos dizer que o memorial cumpre o seu papel na medida em que busca tornar memorável/inesquecível a existência de todos aqueles que se tornaram números para o governo brasileiro. Assim sendo, poderíamos dizer que, em oposição a esse tipo de política, o site se materializaria como uma espécie de contradiscurso por singularizar e eternizar as vidas de uma série de brasileiros acometidos pela Covid-19. Nessa ótica, convém esclarecermos que, ao se selecionar qualquer um dos textos-tributo para impressão, aparece, em primeiro plano, uma frase contendo o nome da vítima e o seguinte dizer: “Não é Um Número” — como em “José Francisco da Silva, Não é Um Número” (INUMERÁVEIS, 2020). O *Inumeráveis*, assim, coloca-se opostamente à contabilização ou quantificação de mortos, exaltando, desse modo, as trajetórias das vidas acometidas pela pandemia do novo Coronavírus no Brasil.

REFERÊNCIAS

- AMARANTE MENDES, E. *Apostila de Retórica para Iniciantes (Inédita)*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2016.
- AMOSSY, R. (org.) *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*, São Paulo, Contexto, 2008.
- ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2000. Disponível em: <https://sociologianomedio.files.wordpress.com/2014/03/aristoteles-retorica.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.
- BERTAUX, D. *Les récits de vie*. Paris: Nathan, 2003.
- CHARAUDEAU, P. *Linguagem e Discurso: Modos de Organização*. Tradução e organização de Aparecida Pauliukonis e Ida Lucia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.
- CHARAUDEAU, P. Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. In: PIETROLUONGO, M. (Org.) *O trabalho da tradução*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009. p. 309-326. Disponível em: http://www.patrick-charaudeau.com/spip.php?page=imprimir_articulo&id_article=243. Acesso em: 15 maio 2021.
- DAHLET, P. *Seminário de Tópicos Variáveis em Análise do Discurso: A nomeação nos discursos: práxis enunciativa e tensões sociais (Exemplier)*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2017. Notas de aula.
- GALINARI, M. M. Sobre *ethos* e AD: *tour* teórico, críticas, terminologias. *DELTA*, São Paulo, vol. 28, n. 1, p. 51-68, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502012000100003. Acesso em: 15 mar. 2017.
- GUADANINI, S. M. A construção da opinião e a designação nas revistas informativas. In: EMEDIATO, Wander (org.). *A Construção da Opinião na Mídia*. Belo Horizonte: FALE-UFMG, 2013, p. 137-155.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Tradução de Edmundo Cordeiro. São Paulo: Loyola, 2008.
- INUMERÁVEIS (2020). Disponível em: <https://inumeraveis.com.br/>. Acesso em: 20 maio 2021.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

LEJEUNE, P. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Jovita Maria Gerheim Noronha (org.). Tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

MACHADO, I. L. Práticas discursivas: construindo identidades na diversidade e na adversidade. In: GOMES, M. C. A.; MELO, M. S. S.; CATALDI, C. (org.). *Práticas discursivas: construindo identidades na diversidade*. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2009. p. 103-118.

MACHADO, I. L. Narrativas de vida na perspectiva da Análise do Discurso. In: *Jornada de Estudos (auto)biográficos e de narrativas de vida: as escritas de si e do outro*, 2013, São João del Rei. Notas de conferência. 2013.

MACHADO, I. L. A ironia como estratégia comunicativa e argumentativa. *Bakhtiniana*, São Paulo, n. 9, v. 1, p. 108-128, jan./jul. 2014.

MACHADO, I. L. *Reflexões sobre uma corrente da análise do discurso e sua aplicação em narrativas de vida*. Coimbra: Gracio Editor, 2016.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

REIS, P. J. F. M. *Sobre Paulo Freire: os contornos discursivos de uma vida*. 2018. 258 f. Tese (Doutorado em Linguística do Texto e do Discurso) Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SCALZILLI, G. de C. Dona Ruth e Dona Dilma: reflexões sobre as marcas do discurso machista nos usos de um pronome de tratamento. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 58, n. 2, p. 317-328, 2016. DOI: 10.20396/cel.v58i2.8647157. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8647157>. Acesso em: 20 maio 2021.

“NÃO É UM NÚMERO”:
UMA ANÁLISE DISCURSIVA DO MEMORIAL
INUMERÁVEIS E DAS HOMENAGENS
PRESTADAS ÀS VÍTIMAS DO NOVO
CORONAVÍRUS NO BRASIL

GISELLE LUZ¹
DANIELLE FULLAN²

Resumo: Diante da gravidade do quadro pandêmico global da Covid-19 e de discursos negacionistas e silenciadores dos relatos das vítimas do novo coronavírus, que conduzem a inúmeras formas de esquecimentos e apagamentos de subjetividades, surge o projeto Memorial *Inumeráveis* como uma forma de resistência. O presente artigo tem como objetivo analisar o projeto Memorial *Inumeráveis* a partir de suas publicações disponíveis no site, no Facebook e no Instagram. Pretendemos discutir o papel da iniciativa do referido memorial como um trabalho de construção de uma memória coletiva a partir da humanização dos indivíduos afetados pelo referido vírus. Para tanto, tomamos como base as contribuições de Paveau (2017), no que tange à análise do discurso digital; os estudos de Charaudeau (2009), em relação à identidade social e à identidade discursiva; as contribuições de Authier-Revuz (1982) sobre a heterogeneidade discursiva bem como o conceito de teor testemunhal proposto por Selligmann-Silva (2003). Por meio de nossas análises, observamos que o projeto propõe um convite para a ressignificação do olhar que lançamos às vítimas, somos interpelados a desenvolver a prática do olhar empático quanto ao que se passa ao nosso redor. Verificamos ainda que o projeto por meio da hashtag #nãoéumnúmero visa problematizar a forma como as vítimas pelo coronavírus no Brasil foram tratadas de forma despersonalizada, isto é, silenciando suas identidades sociais e também suas vivências, reduzidas apenas às estatísticas. Dessa maneira, ao recuperar essas memórias, o projeto também contribui para a restituição da trajetória e identidade discursiva e social daqueles que morreram.

Palavras-Chave: Tecnodiscurso. Testemunho. Memória. Identidade. Heterogeneidade.

Abstract: In view of the seriousness of the global pandemic situation of Covid-19 and the negationist attitudes that silenced the victims of the new coronavirus led to innumerable forms of forgetfulness and erasure of subjectivities. Therefore, the *Inumeráveis* Memorial emerges as a form of resistance. This article aims to analyze this project from the publications available on its website and its Facebook and Instagram accounts. We intend to discuss the role of the aforementioned memorial initiative as a work to build a collective memory based on the humanization of individuals affected by the coronavirus. For this, we built our theoretical framework based on Paveau's contributions (2017), regarding the analysis of digital discourse; Charaudeau's studies (2009), in relation to social and discursive identities; Authier-Revuz's (1982) works on discursive heterogeneity as well as the concept of testimonial content proposed by Selligmann-Silva (2003). Through our analyses, we verified that the project invites us to reframe the look we give to these victims. Beyond to the perspective of an increasingly individualistic society, we are called upon to develop the practice of empathetic looking at what is happening around us. We also verified that the project, using the hashtag # nãoéumnúmero, aims to problematize the way the victims of the coronavirus in Brazil were treated in a depersonalized way, that is, silencing their social identities and their experiences, being reduced only to statistics. By recovering these memories, the project also contributes to restoring the trajectory and discursive and social identity of those who died.

Keywords: Techno-discourse. Testimony. Memory. Identidade. Identity. Heterogeneity.

¹ Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). e-mail: giselle.luzz@gmail.com.

² Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutoranda em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (Bolsista Capes). e-mail: danifullan@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O dia 11 de março de 2020³ marcou a data em que a Organização Mundial de Saúde (OMS) passou a caracterizar como pandemia a doença causada pelo novo coronavírus, a Covid-19, sigla para a expressão inglesa *Coronavirus Disease*. Segundo a OMS, a condição pandêmica é utilizada nos casos em que uma nova doença afeta uma grande região geográfica e se espalha pelos continentes de pessoa para pessoa. À época desse comunicado, já era crescente a quantidade de países afetados, os níveis de contaminação eram considerados alarmantes, bem como o aumento do número de vítimas fatais. No Brasil, o primeiro caso de contaminação pelo novo coronavírus foi detectado em 26 de fevereiro de 2020, e a primeira morte registrada ocorreu em 12 de março de 2020. A partir daí, como previsto pela OMS, passamos a acompanhar o crescimento exponencial de contaminados e vítimas da doença no país. Para se ter uma ideia, dois meses depois do primeiro registro de Covid-19, em 26 de abril⁴, foram identificados 4346 novos casos, com 229 mortes diárias.

A curiosidade inicial para conhecer a identidade das pessoas contaminadas, que marcou o início da pandemia em território brasileiro, aos poucos, foi soterrada tanto pelos números crescentes de contaminação quanto pelas restrições de isolamento e distanciamento social aplicadas para diminuir o contágio e a transmissão do novo coronavírus. Assim, em vez de informações sobre aqueles que perderam suas vidas, passamos a ser bombardeados com os números e os gráficos dos telejornais. Ainda mais grave, foi o despreparo governamental para o enfrentamento da pandemia no país, acompanhado pelo constante desprezo demonstrado publicamente pelo atual presidente da República, Jair Bolsonaro, diante do quadro crítico de saúde nacional. Prova disso foram as frequentes manifestações públicas de negacionismo sobre as medidas recomendadas por cientistas e pela OMS, em que ele desencorajou o isolamento social⁵ e a vacinação⁶, por exemplo.

Todo esse contexto acabou contribuindo para o apagamento das histórias de vida por trás dos números de pessoas mortas. É preciso lembrar ainda que muitas dessas vítimas não tiveram o direito de participar de rituais

³ Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6120:oms-afirma-que-Covid-19-e-agora-caracterizada-como-pandemia&Itemid=812. Acesso em: 21 de fev. 2021.

⁴ Disponível em: <https://github.com/CSSEGISandData/Covid-19>. Acesso em: 21 fev. 2021.

⁵ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-volta-criticar-isolamento-social-contracoronavirus-24430964>. Acesso em: 20 abr. 2021.

⁶ Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/bolsonaro-desencorajou-vacinacao-em-ao-menos-20-ocasioes>. Acesso em: 20 abr. 2021

que fazem parte do processo de luto, como se despedir ou participar do funeral dos entes queridos. Na tentativa de elaborar um contradiscurso a esse apagamento das memórias das pessoas que se foram, surgiram algumas iniciativas⁷ no espaço virtual homenageando as vítimas do novo coronavírus.

Entre essas iniciativas destaca-se a plataforma virtual *Inumeráveis*⁸, idealizada e desenvolvida pelo artista paulistano Edson Pavoni e pelo empreendedor social Rogério Oliveira, que visa registrar as histórias de vida por trás desses números. Nesse ambiente virtual, pessoas podem prestar uma última homenagem aos parentes ou amigos que morreram em consequência da Covid-19, um ato que mistura testemunho e enlutamento, mas que indica, também, o uso das mídias digitais para a edificação de uma memória coletiva. Nosso trabalho tem como objetivo analisar esse projeto a partir de suas publicações disponíveis no site, no Facebook e no Instagram, espaços onde encontramos relatos sobre pessoas que morreram devido aos efeitos do novo coronavírus. Pretendemos discutir o papel da iniciativa do memorial *Inumeráveis* como um trabalho de construção de uma memória coletiva, a partir da humanização dos indivíduos afetados pela letalidade do referido vírus. Para tanto, construímos nosso arcabouço teórico tomando como base as contribuições de Paveau (2017), no que tange à análise do discurso digital; os estudos de Charaudeau (2009), em relação à identidade social e à identidade discursiva; o aporte de Authier-Revuz (1982) sobre a heterogeneidade discursiva bem como o conceito de teor testemunhal proposto por Seligmann-Silva (2003).

METODOLOGIA

Para este artigo, propomos uma abordagem qualitativa ancorada nas contribuições de Charaudeau (1996) e de Paveau (2017). Vamos nos pausar nas contribuições de Charaudeau (1996) no que diz respeito ao duplo caminho de análise, isto é, analisar do particular ao geral e do geral ao particular, realizando, assim, um levantamento empírico dos elementos que são constantes nos textos estudados e na investigação empírica das diferenças de tais textos. Dessa maneira, lança-se mão para a constituição de um *corpus* da “condição de contrastividade”. Em diálogo com o referido método, evocaremos os estudos de Paveau (2017) para a análise do discurso digital, que

⁷ Para mais informações sobre as iniciativas em homenagem às vítimas da Covid-19 consultar: *Inumeráveis*, poema de Bráulio Bessa, musicalizado por Chico César e o Projeto Relicário (@reliquia.rum), coordenado no Instagram por Débora Diniz e Ramon Navarro.

⁸ Disponível em: <https://inumeraveis.com.br/>. Acesso em: 21 fev. 2021

consiste na “descrição e análise do funcionamento das produções linguísticas nativas da Internet” (PAVEAU, 2017, p.27, tradução nossa). A estratégia proposta pela referida autora considera ainda que, no ambiente discursivo digital, os recursos linguísticos e não linguísticos (tecnológicos) contribuem igualmente para a produção *tecnodiscursiva*, por isso pretendemos realizar nossa análise a partir de dois eixos: um recorte temporal e temático contextual seguido por um estudo individual das páginas do Instagram e do Facebook.

Para a constituição de nosso *corpus* de estudo, o recorte temporal e temático-contextual tem como ponto de partida a data de 28 de abril de 2020, que se refere à primeira postagem realizada no Instagram, pouco mais de um mês da declaração do presidente da República Jair Bolsonaro que comparava a Covid-19 a uma “gripezinha”⁹, enquanto o primeiro testemunho apresentado foi publicado em 29 de abril¹⁰. Assim, seguimos com nossa seleção até as postagens de 8 de agosto de 2020, quando o projeto destaca o número de 100.000 mortos pelo coronavírus. No período de 28 de abril de 2020 a 8 de agosto de 2020, notamos que foram publicados 440 testemunhos no portal *Inumeráveis*, 439 postagens no Instagram e 447 postagens no Facebook.

Em seguida, buscamos realizar um estudo individual das páginas do Instagram e do Facebook, considerando as especificidades de cada rede social. Em tal etapa, observamos, nos testemunhos, os seguintes eixos centrais: relacionamentos (família, amigos, participação na comunidade), hobbies, profissão e fé (religiosidade). Após levantarmos os pontos observados em cada rede social, partimos para um estudo comparativo de tais postagens, no intuito de propor o levantamento de constantes e variáveis para o estabelecimento de nossos eixos de análise. Por fim, no terceiro momento, voltamo-nos para o estudo dos textos completos dos testemunhos selecionados no portal *Inumeráveis*. Considerando as 439 postagens analisadas do Instagram e as 447 postagens verificadas do Facebook através dos três eixos supramencionados, notamos que seria necessário propor um recorte para o presente estudo. Sendo assim, optamos pela análise do eixo relacionamentos por meio dos 97 testemunhos selecionados no período de 28 de abril de 2020 a 08 de agosto de 2020.

Tendo em vista os pontos que destacamos como caminhos de nosso estudo, gostaríamos de destacar que, a seguir, apresentaremos os elementos constitutivos das três mídias usadas pelo projeto: o site *Inumeráveis*, bem

⁹ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>. Acesso em: 21 fev. 2021.

¹⁰ Ao contrário dos outros dois canais utilizados pelo projeto, a postagem do primeiro testemunho no Facebook foi feita no dia 30 de abril de 2020.

como as contas da iniciativa no Instagram e no Facebook. Em seguida, concentramo-nos na análise discursiva dos testemunhos publicados entre a primeira postagem do projeto em 29 de abril de 2020 e o dia 8 de agosto de 2020, quando o Brasil atingiu a marca de 100 vítimas da Covid-19 e suas complicações.

QUADRO TEÓRICO DE REFERÊNCIA

Considerando que nosso objeto de estudo apresenta uma complexa e rica rede de articulações temáticas, buscamos uma fundamentação teórico-crítica interdisciplinar que contempla trabalhos no âmbito dos estudos discursivos e do testemunho, como poderá ser observado a seguir.

IDENTIDADE SOCIAL E IDENTIDADE DISCURSIVA

Charaudeau (2009), ao revisitar as contribuições da filosofia contemporânea, destaca que a identidade é vista como aquilo que tornaria possível ao sujeito conscientizar-se de que sua existência se daria por intermédio da tomada de consciência tanto de seu corpo quanto de seu saber e de seus julgamentos, assim como de suas ações. De que modo se daria tal tomada de consciência? Por meio da relação com o outro e com todas as diferentes visões e percepções de mundo que serão evocadas. Dessa maneira, através da alteridade, o sujeito tomaria uma consciência mais efetiva de sua própria identidade.

Ao considerar as múltiplas esferas envolvidas para a constituição da identidade do sujeito, Charaudeau (2009) salienta que parte da base de uma construção identitária é compósita, isto é, busca considerar os aspectos biológico, psicossocial e comportamental do sujeito. Para tanto, o referido analista do discurso, ao considerar que os dados biológicos estariam circunscritos aos grupos sociais e seriam perpassados por eles, propõe uma reflexão sobre a identidade por meio de dois eixos: identidade social e identidade discursiva.

A identidade social, de acordo com Charaudeau (2009), caracteriza-se como o elemento que concede o “direito à palavra” ao sujeito e funda, assim, sua legitimidade. Ainda segundo o autor, essa legitimidade pode ser atribuída a um “saber-fazer” e no reconhecimento de um membro da sociedade em determinada área, como um diretor de filmes, que se torna um crítico de cinema. Há também a possibilidade de uma legitimidade concedida àquele que pode falar a partir do local de testemunha de uma experiência

vivida no sentido de “aconteceu comigo” ou “eu estava lá”, “posso testemunhar” (CHARAUDEAU, 2009, p.04). Por sua vez, a identidade discursiva é construída pelo sujeito com a finalidade de responder à indagação “Eu estou aqui para falar como?”. Para responder a tal questão, Charaudeau (2009) afirma que o sujeito pode lançar mão de duas estratégias: de credibilidade e de captação.

De acordo com o referido autor, o sujeito falante faz uso das estratégias de credibilidade para convencer o interlocutor de que é digno de confiança. Além disso, esse sujeito vai defender uma imagem de si mesmo construída no discurso, lançando mão de atitudes discursivas que poderão auxiliá-lo neste processo, como: neutralidade, distanciamento, engajamento e atitude demonstrativa.

Como se daria a troca comunicativa entre o locutor e o interlocutor se o Sujeito comunicante não tivesse uma posição de autoridade em relação ao Sujeito interpretante? Nesse caso, Charaudeau (2009) apresenta a estratégia de captação, que atua no sentido de responder à questão: “como fazer para que o outro possa ‘ser tomado’ pelo que eu digo?” Assim, o locutor toma como base a visada do dever “fazer-criar” a seu interlocutor. Para tanto, ele busca persuadir ou seduzir seu interlocutor por meio de diversas atitudes discursivas, tais como: atitude polêmica, atitude de sedução e atitude de dramatização.

HETEROGENEIDADE DISCURSIVA

Um discurso raramente será homogêneo, como destaca Maingueneau (2008), pois ele tende a evocar outras vozes e muitas vezes misturar diferentes tipos de sequências textuais e ainda de gêneros de discurso, por exemplo. Nesse sentido, os estudos de Authier-Revuz (1982) nos auxiliam a compreender a presença de discursos “outros” em um mesmo discurso. Para tanto, a estudiosa propõe o conceito da heterogeneidade discursiva por meio da subdivisão da heterogeneidade mostrada (marcada e não marcada) e da heterogeneidade constitutiva.

A *heterogeneidade discursiva mostrada* diz respeito aos outros discursos que podem ser localizáveis em um discurso que pode se apresentar tanto de forma marcada como de forma não marcada. O interlocutor pode identificar as formas marcadas por intermédio da verificação da presença de aspas no texto, de uso do itálico, de uma entonação, ou ainda de qualquer comentário que evoque o discurso de um outro para o discurso de base. Em contrapartida, as formas não marcadas podem ser localizadas através de

discursos indiretos livres, da ironia, do pastiche, da alusão e da evocação de estereótipos.

Pautando-se nas contribuições tanto do Círculo de Bakhtin quanto da Psicanálise, Authier-Revuz (1982) elabora o conceito de heterogeneidade discursiva constitutiva que diria respeito à presença do discurso do outro perpassando o discurso de base, isto é, um discurso perpassado fortemente pelo interdiscurso. Dessa maneira, observa-se que o processo de interdiscursividade e de interlocução é constitutivo do discurso por meio da evocação da presença do outro, como destaca a supramencionada estudiosa.

DISCURSO DIGITAL

Paveau (2017) acredita que estamos vivendo uma “textualização da sociedade por meio da tecnologia digital” (PAVEAU, 2017, p.147, tradução nossa). Para a autora, a conversão da escrita para o espaço virtual permitiu que muitas práticas escriturais do espaço físico, como encontros e manifestações, transformassem-se em atividades escriturais em sites e redes sociais¹¹.

A referida autora utiliza o termo *tecnodiscursivo* para qualificar os textos produzidos dentro desses universos discursivos digitais, descartando a noção de mídia, que costuma qualificar os dispositivos conectados: “falar de mídia (a pedra para a inscrição, o papel para a escrita, o computador e o *software* para a fala nativa da Internet) implica pensar de forma dualista uma separação entre a ordem material de um lado e a ordem da linguagem do outro.” (PAVEAU, 2017, p.132, tradução nossa). Além disso, Paveau (2017) destaca a web como uma forma tecnológica de memória discursiva, que oferece ferramentas de coleta e de acesso às declarações comuns por meio das *tecnopalavras*, como as hashtags. (PAVEAU, 2017, p.255). Por meio desses recursos, é possível recuperar todos os textos que tratam determinado tema constituindo, assim, uma espécie de arquivo sobre aquele assunto.

TEOR TESTEMUNHAL

Analisando as narrativas testemunhais, Seligmann-Silva (2003) lembra que esses relatos são, ao mesmo tempo, marcados pela impossibilidade de “dar conta do real” e pela necessidade de narrar, sobrepondo seus limites éticos para representar um evento histórico de modo mais completo (SELIGMANN-SILVA, 2003, p.32). De acordo com o referido autor,

¹¹ Optamos por manter a tradução de *réseaux sociaux* por redes sociais para manter a relação conceitual estabelecida por Paveau (2017). Para a referida autora, uma rede social é qualquer serviço que permite a comunicação e a interação entre pessoas e organizações no ambiente digital.

mesmo que imprecisa, essa narrativa se apresenta como uma tentativa de lidar com outras vozes concorrentes que buscam narrar esse mesmo “real”, contribuindo assim para a elaboração de novas memórias sobre uma mesma experiência. Foi a partir dessa reflexão que Seligmann-Silva (2003) elaborou seu conceito de teor testemunhal.

Para o referido autor, o teor testemunhal é expresso em todas as narrativas que tratam de “temas-limite, de situações que marcam e ‘deformam’ tanto a nossa percepção como também nossa capacidade de expressão” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p.40). Um dos grandes trunfos desse conceito é que ele não está restrito às narrativas autobiográficas e pode ser estendido a qualquer produto cultural, ficcional ou não, independentemente do suporte tecnológico. Seligmann-Silva (2003) lembra que, nas obras de teor testemunhal, há uma equação sujeito-mundo que não se dá de modo simplista: sua balança pode pender tanto para a subjetividade — por meio da memória individual ou da autobiografia, por exemplo, quanto para a objetividade por meio da expressão de uma memória coletiva, que é utilizada para construir uma identidade que se negocia nos planos estético e político. Desse modo, podemos perceber as narrativas testemunhais atuando em dois planos: na esfera individual daquele que narra, como um meio que permite suprir a necessidade de elaborar uma experiência traumática e, também, no contexto de justiça histórica, como forma de trazer um testemunho que sirva para construir uma memória coletiva sobre determinado acontecimento.


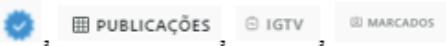

O referido autor propõe o uso de uma classificação da figura da testemunha que toma como base a proposição apresentada por Émile Benveniste (1969). Segundo ela, existem duas formas principais de testemunho de uma experiência-limite. A primeira estaria ligada à posição de um narrador primeiro, o *superstes*, aquele que sobreviveu para transmitir a experiência. A segunda forma se relaciona a um narrador terceiro, aquele que viu ou presenciou a ação, o *testis*.

ANÁLISE: UM ESTUDO TECNODISCURSIVO E DISCURSIVO DOS DISPOSITIVOS


SITE MEMORIAL INUMERÁVEIS


Antes de fazermos as análises propostas, apresentaremos um quadro com os ícones que são utilizados nas redes sociais do Projeto *Inumeráveis* e sobre os quais faremos reflexões a partir do conceito de tecnodiscurso.

QUADRO 1- ÍCONES OBSERVADOS NAS REDES SOCIAIS

<i>Site Inumeráveis</i>	
<i>Instagram</i>	
<i>Facebook</i>	

Fonte: (LUZ, FULLAN, 2021)

O site tem um design sóbrio e os nomes das vítimas são apresentados em ordem alfabética, sempre seguidos da idade e de uma frase que sintetiza o traço identitário mais característico de cada pessoa falecida. Ao clicar no nome do homenageado, somos direcionados à página que contém o texto. Na página correspondente, a identificação da vítima que recebe o tributo aparece em destaque com as datas de nascimento e de falecimento. Ainda no alto da página, à direita, há o símbolo () que indica a possibilidade de compartilhamento do *tecnodiscurso* dessa página para outras redes sociais, e o conteúdo pode ser enviado para o WhatsApp. Esse tipo de recurso característico do espaço *tecnodiscursivo* amplia a divulgação dessas narrativas para além dos espaços onde elas se encontram originalmente, podendo desse modo, chegar a outros usuários que desconhecem a plataforma.

Abaixo do símbolo de compartilhamento, seguem a narrativa e as referências das pessoas envolvidas na produção do testemunho e sua revisão. O nome da cidade aparece sublinhado, indicando a presença de uma *tecnopalavra*, que, ao ser clicada, permite o acesso a uma página que reúne todos os testemunhos de uma mesma cidade. Assim, como na página inicial, encontramos ainda o símbolo da lemniscata ou do infinito () , que ao ser acionado abre uma página para o envio de novas histórias. É interessante pontuarmos que esse símbolo é usado em diversas áreas do saber: i) ele representa uma certa quantidade numérica na Matemática; ii) refere-se a um sentimento na poesia e iii) simboliza um modo intrínseco de Deus, na mitologia medieval, de acordo com Montoito (2019). Acreditamos que o projeto tenha empregado o uso da lemniscata tanto como uma referência à vida divina e transcendental quanto uma alusão do símbolo do amor ilimitado e duradouro. Na figura 1, é possível observar como esses ícones são apresentados em uma das páginas com testemunhos.

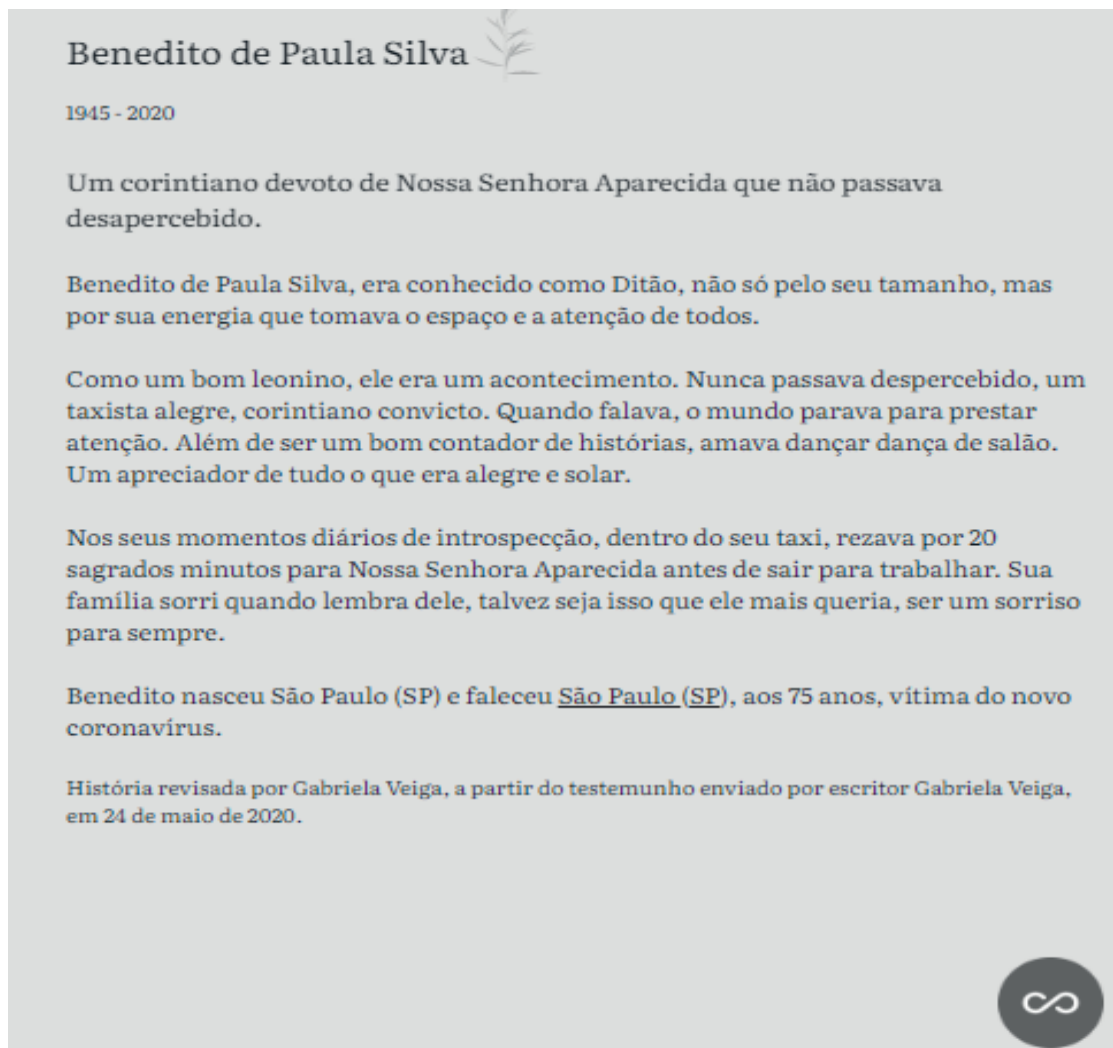


Figura 1: Disposição dos ícones presentes site *Inumeráveis*
Fonte: Memorial *Inumeráveis*¹²

No site, as histórias são organizadas em ordem alfabética, um posicionamento que não hierarquiza ou destaca alguma ou qualquer homenagem, o que confirma o intuito do projeto coletivo de ser democrático e inclusivo, tratando todas as vítimas com a mesma deferência. No entanto, essa organização não permitiu a identificação de qual foi a primeira narrativa postada na página. Além disso, observamos que alguns dos testemunhos foram revisados após sua publicação no Site, no Instagram e no Facebook conforme observados na publicação que homenageia Benedito de Paula na página do projeto, que será mostrada a seguir.

¹² Disponível em: <https://inumeraveis.com.br/ gloria-ferreira-mezes-da-silva/>. Acesso em: 17 mar. 2021.

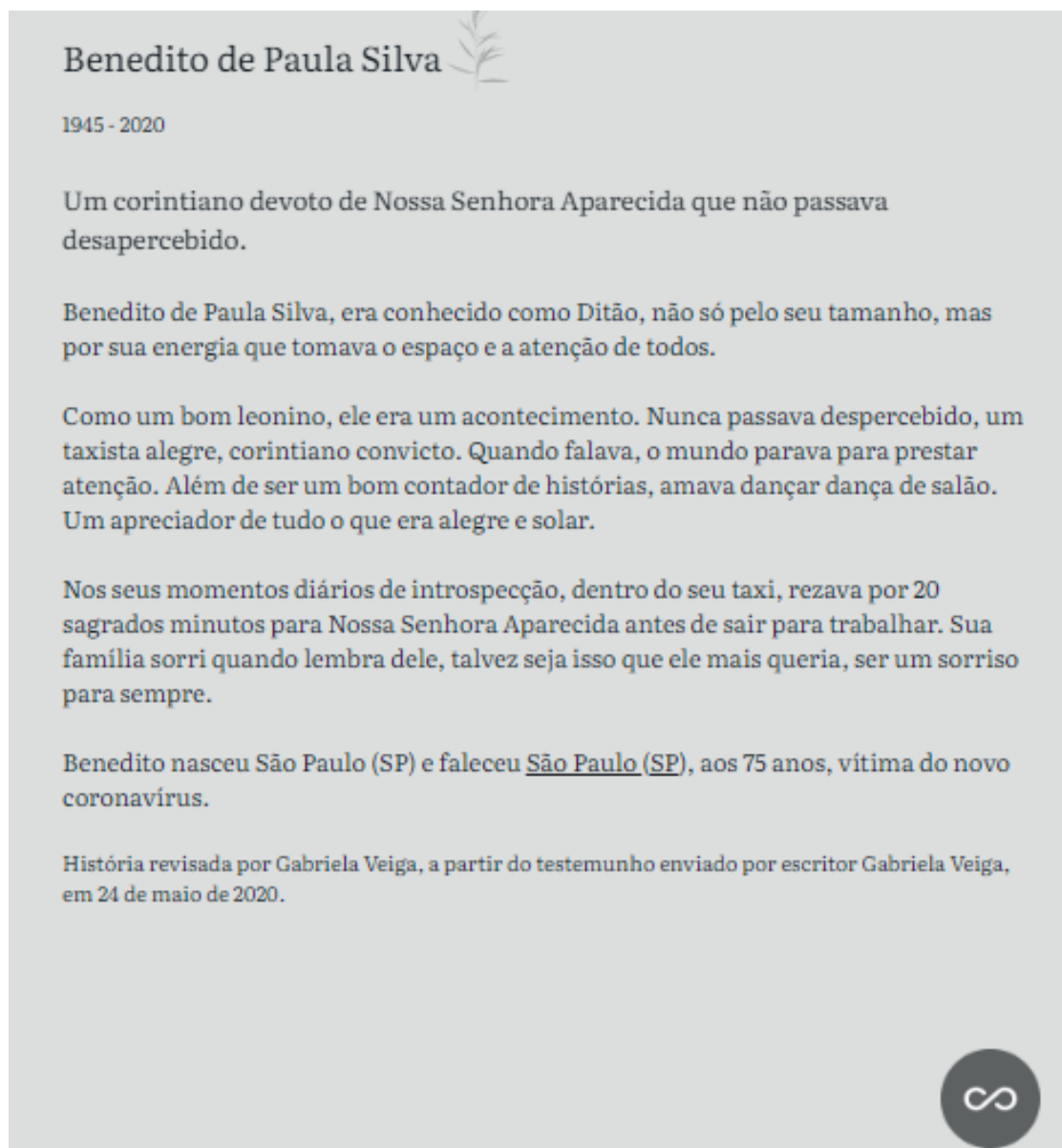


Figura 2: Homenagem a Benedito de Paula. Fonte: Site *Inumeráveis*

É importante ressaltar que, na postagem do Instagram do dia 29 de abril¹³, encontramos a informação de que o testemunho foi recolhido no dia 27 de abril de 2020. Ao acessarmos a publicação¹⁴, na página *Inumeráveis*, consta a informação de que o texto foi revisado em 24 de maio de 2020.

¹³ Disponível em: https://www.instagram.com/p/B_k_ByaJZyE/. Acesso em : 21 fev. 2021.

¹⁴ Disponível em: <https://inumeraveis.com.br/benedito-de-paula-silva/> . Acesso em : 21 fev. 2021.

PÁGINA INSTAGRAM

A primeira postagem no Instagram é do dia 28 de abril de 2020. Apresentamos, na figura 3, a imagem da conta do projeto no Instagram.

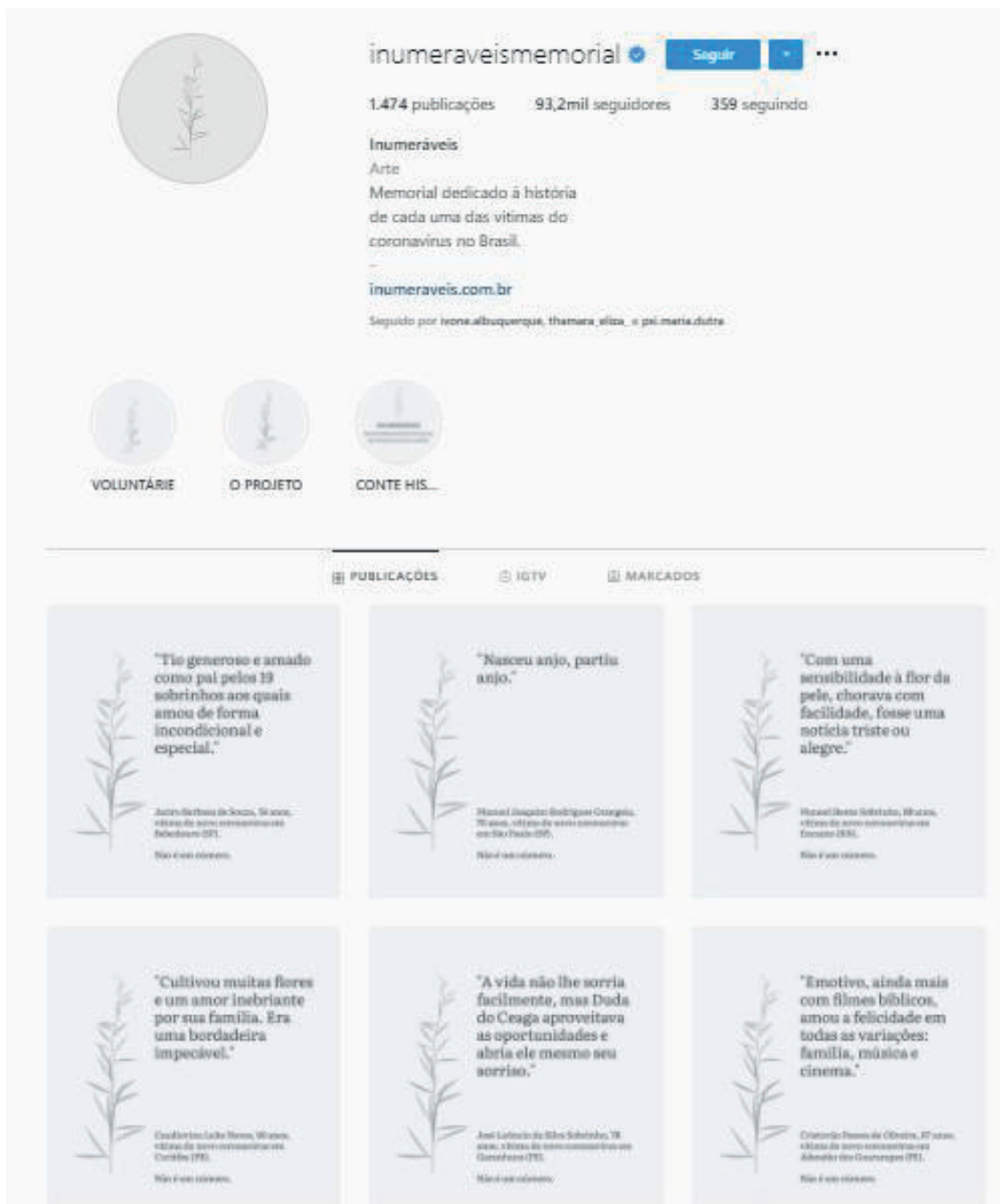




Figura 3: Página do projeto *Inumeráveis* no Instagram.

Fonte: Instagram @inumeraveismemorial

Em último acesso (no dia 19/03/2021), a página dispunha de mais de 90 mil seguidores, que receberam essas postagens em suas contas na rede social. Havia também 359 contas seguindo a conta do projeto no Instagram, marcando o interesse de receber as publicações em primeira mão. Na descrição do perfil, vimos a apresentação do projeto como “Arte”, seguido do texto: “Memorial dedicado à história de cada uma das vítimas do coronavírus no Brasil.”, bem como o endereço do site do memorial marcado como um hiperlink. Ao clicar nesse espaço, o usuário é direcionado para a página inicial do site do projeto.

A conta de *Inumeráveis* no Instagram possui um selo azul, indicado pelo símbolo . Esse recurso foi criado pela própria rede social como uma maneira de conferir maior credibilidade e identificar contas de celebridades, marcas e projetos. Para os usuários, o selo garante a autenticidade e a legitimidade desses perfis. A conta verificada faz ainda com que o perfil detentor do selo apareça no alto dos resultados de busca.

Além do espaço para postagens, essa rede social conta com a função conhecida como “Stories”. Com ela, os usuários podem publicar fotos ou pequenos vídeos, que saem do ar 24 horas depois da publicação. Caso o dono da conta deseje armazenar esses *stories*, ele pode fixá-los logo abaixo da descrição. A conta do projeto *Inumeráveis* deixou três stories publicados em destaque com os títulos: “Voluntarie”, que convida pessoas para colaborar com a redação e revisão dos testemunhos; “O projeto”, que descreve a iniciativa que levou à construção do Memorial *Inumeráveis* e “Conte história”, que convida as pessoas a enviarem as histórias sobre as vítimas do coronavírus.


Abaixo dos stories fixos, podemos identificar três abas. A primeira delas é a de publicações, representada pelo símbolo  PUBLICAÇÕES. Também conhecido como *feed*, este espaço mostra o fluxo de conteúdo atualizado do perfil e é a forma mais tradicional de divulgação e compartilhamento do *tecnodiscurso* característico do Instagram, baseado na publicação de uma imagem ou de um vídeo, acompanhada de descrição.

A conta *Inumeráveis* foge um pouco desse esquema, porque, em vez de fotografias, há a mesma frase de destaque sobre o homenageado, que é encontrada na página do *Inumeráveis*, seguida pelo nome da vítima homenageada, sua idade, e a cidade onde ela vivia. Abaixo, a frase “Não é um número” indica o caráter de resistência do projeto. No texto descritivo, essas informações se repetem, seguidas da apresentação do projeto e de *hashtags* como #nãoéumnúmero #inumeráveis, conforme apresentado na figura 4:




Figura 4: Exemplo de postagem das homenagens no Instagram do projeto *Inumeráveis*.
 Fonte: Instagram @inumeraveismemorial¹⁵


Observamos, ainda, que a publicação segue a mesma paleta sóbria do site, sugerindo, também, a ideia visual de uma lápide com seu epitáfio. A primeira postagem realizada na página trouxe a mensagem “Não há quem goste de ser um número, gente merece existir em prosa”. Contudo, o primeiro testemunho publicado foi a homenagem a Benedito Silva, de 75 anos. A última postagem, dentro do nosso recorte, trouxe a menção aos 100 mil mortos, usando como leiaute o branco sobre um fundo preto.

A segunda aba  dá acesso ao recurso IGTV, um aplicativo do Instagram que permite a elaboração de vídeos com até 60 minutos de duração. A ferramenta é muito utilizada para registrar as transmissões ao vivo realizadas no Instagram, as *lives*. Também é possível postar conteúdo de vídeo previamente editado ou oriundo de outras plataformas digitais. Até o dia 19 de março de 2021, a conta *Inumeráveis* havia publicado 95 vídeos no IGTV. Dentro dessas publicações, encontram-se *lives*, durante as quais os colaboradores do projeto se reúnem para a leitura das histórias enviadas e para a interação com as pessoas enlutadas. Também é possível acessar as histórias que foram apresentadas no Fantástico¹⁶.

¹⁵ Disponível em: [instagram.com/p/CMhOH_FHaa8/](https://www.instagram.com/p/CMhOH_FHaa8/). Acesso em: 20 abril 2021.


¹⁶ Entre os meses de maio e setembro, o programa dominical da Rede Globo reuniu atores do canal para

Tanto no arquivamento das transmissões ao vivo quanto na postagem dos vídeos disponíveis na página web do programa dominical, podemos observar um processo que Paveau (2017) chama de *tecnodiscurso relatado*, que consiste na transferência de uma fala de um espaço digital nativo de origem — em nosso caso, as *lives* e vídeos — para um espaço digital nativo de destino por meio do recurso de compartilhamento. A terceira aba, identificada pelo símbolo  serve para reunir todas as publicações realizadas em outras contas que mencionaram a conta do projeto em suas publicações.

Os seguidores da página podem interagir com o conteúdo a partir do botão curtir, cujo símbolo é um coração () , ou comentar em uma área abaixo do texto da postagem onde está escrito “Adicione um comentário”. O conteúdo também pode ser compartilhado nas contas pessoais dos usuários como publicação no feed ou na ferramenta stories. Diferentemente do site e do Facebook, as publicações realizadas no Instagram não podem ser compartilhadas para outros espaços *tecnodiscursivos* com os recursos oferecidos pelo próprio aplicativo.

PÁGINA FACEBOOK

A página do memorial no Facebook foi criada no dia 24 de abril de 2020. As primeiras postagens realizadas na página trazem a apresentação do projeto¹⁷ por intermédio da chamada “Não há quem goste de ser número, gente merece existir em prosa”. Há também o anúncio dos responsáveis pela coordenação do projeto colaborativo que faz uso da estratégia *Call to Action* (CTA), que busca engajar o público e atrair novos voluntários por meio da frase “Acesse [...] e faça sua homenagem¹⁸”. Assim como no Instagram, o primeiro testemunho postado na página do Facebook foi no dia 30 de abril de 2020, de Benedito Silva, de 75 anos. Tal relato serviu como ponto de partida para nossas análises.

Em nosso último acesso à conta, exposto na figura 5, a seguir, observamos que 10.522 curtiram a página e 10.987 seguiam a página do Facebook. Ao optar por curtir¹⁹  uma publicação, a pessoa demonstra que apoia

realizar a leitura de alguns dos testemunhos apresentados no portal *Inumeráveis*, adicionando a imagem dessas vítimas. Esse material pode ser consultado na página virtual do Fantástico.

Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8625556/>. Acesso em: 19 mar. 2021.

¹⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/inumeraveismemorial/photos/a.117127939978438/117127369978495>. Acesso em: 31 mar. 2021.

¹⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/inumeraveismemorial/photos/a.117127939978438/117128469978385>. Acesso em: 31 mar. 2021.

¹⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/help/171378103323792>. Acesso em: 01 abr. 2021.

a página e tem interesse de ver os conteúdos dela. Ao optar por seguir a página, o usuário salienta que gostaria de visualizar os conteúdos de tal página em seu feed de notícias. Cabe ainda destacar que, ao curtir uma página, a pessoa começa automaticamente a segui-la, e, também, é possível seguir uma página, sem clicar na opção curtir.

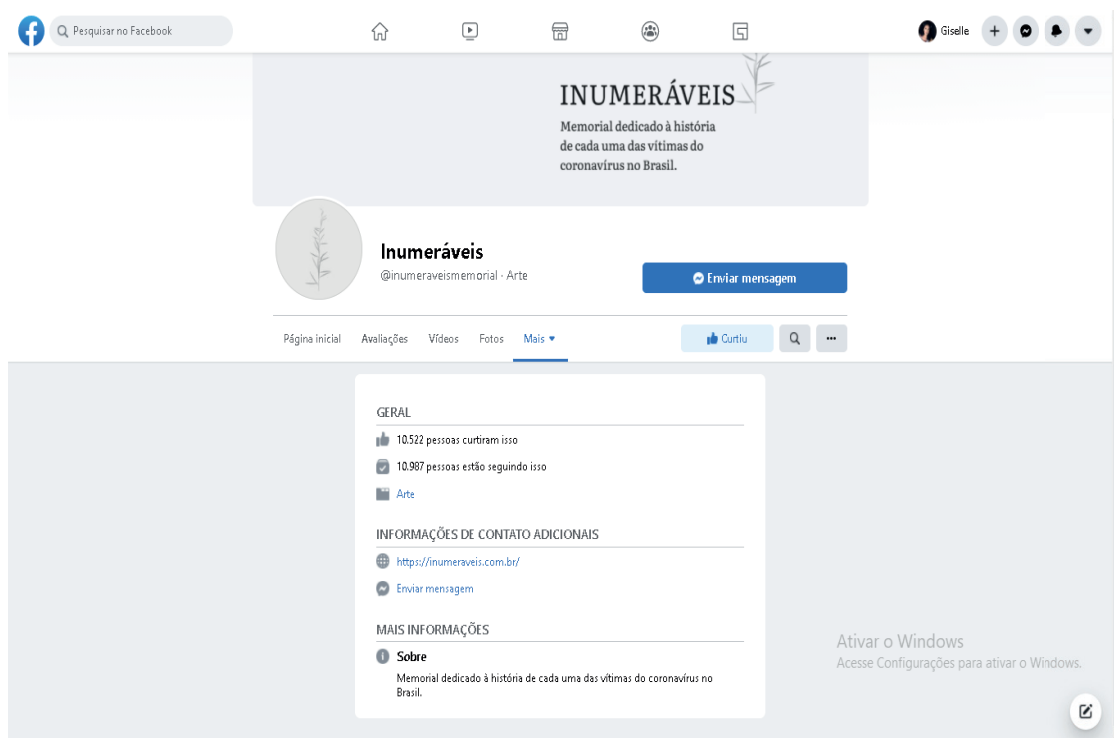


Figura 5: Página inicial do projeto no Facebook.

Fonte: Página Facebook Memorial *Inumeráveis*²⁰

Na figura 5, podemos observar que a foto de capa da página traz a apresentação do Memorial *Inumeráveis* e destaca sua finalidade de homenagear e humanizar os testemunhos das vítimas do coronavírus no Brasil.

A página do Facebook conta com a participação dos usuários por meio de vários procedimentos. Entre eles, ressaltamos os ícones *página inicial*, na qual as pessoas podem acessar as postagens; fazer *avaliações* sobre a relevância da página com a pontuação de 0 a 5. Por intermédio de tal avaliação, a pessoa faz a amostragem, destacando se recomenda tal página ou não. Há também *vídeos*, em que constam os testemunhos das vítimas apresentados no Fantástico; *fotos*, por meio das quais as pessoas podem acessar tanto os álbuns, as fotos da capa e as fotos do perfil como as demais, que foram pu-

²⁰ Disponível em: https://www.facebook.com/inumeraveismemorial/photos/?tab=album&ref=page_internal. Acesso em: 31 mar. 2021.

blicadas no feed. Por fim, o item *mais*, por intermédio do qual as pessoas podem acessar as opções *sobre*, com mais informações em relação à página e à *comunidade*, onde é possível ver as publicações em que a página é mencionada pelas pessoas.

UMA IMERSÃO DISCURSIVA NOS TESTEMUNHOS

IDENTIDADE SOCIAL, IDENTIDADE DISCURSIVA E HETEROGENEIDADE DISCURSIVA

Em meio aos discursos atuais, que tendem a buscar camuflar as subjetividades reduzindo as vítimas do novo coronavírus no Brasil a um número, observamos, no decorrer de nossas análises, que o Memorial *Inumeráveis* se propõe a revisitar os testemunhos das vítimas do novo coronavírus no país, no intuito de atribuir-lhes um rosto, uma história, uma identidade. Acreditamos que, assim como propõe Charaudeau (2009), as identidades das vítimas narradas são compósitas, isto é, marcadas tanto pelo viés social quanto pelo viés discursivo.

Ao nos debruçarmos sobre os noventa e sete testemunhos relativos ao eixo relacionamentos (família, amigos, participação na comunidade), notamos que a identidade social se constrói ao evocar o relato da pessoa que testemunha algo que ela efetivamente vivenciou, como seria o caso tanto das vítimas quanto dos familiares e amigos que, por sentirem o grande vazio que tal pessoa deixou, narram o significado desta para eles, como aponta o tributo deixado à Iracema Tuan Sterzza²¹: “Hoje, nós que aqui ficamos agradecemos pela imensa oportunidade de termos tido você como mãe, tia, avó e confidente, nessa breve jornada em nossas vidas”. Assim, observamos que a identidade social de tais tributos está ancorada em uma legitimidade do dizer, tendo em vista que são relatos de pessoas que têm o “direito à palavra” (Charaudeau, 2009), pois conviveram e conheceram de perto as referidas vítimas.

Considerando que os familiares e amigos demonstram ter legitimidade para realizar a homenagem a seus entes queridos, tais sujeitos lançam mão do discurso, em parceria com toda a equipe do memorial, para narrar

²¹ Disponível em: <https://inumeraveis.com.br/iracema-tuan-sterzza/>. Acesso em: 26 abr. 2021.

tanto os gostos musical e cinematográfico como no caso de Helena Conti Guimarães²², que amava cinema e bandas de rock, como Queen e Iron Maiden, quanto os gostos culinários, como os de Zélia Soares da Costa²³, que amava um café bem forte, um queijo e preparava uma macarronada com frango ou bife, que ficou na memória de seus netos. Evocar os *hobbies* de tais vítimas é uma forma de evocar as subjetividades e pluralidades de cada vítima, isto é, implica destacar seu papel e lugar social que, por meio de tais relatos, serão eternizados. Através de nossas análises, verificamos a recorrência de alguns temas, como a evocação da luta e da resiliência e, ainda, o legado deixado pelas vítimas a seus familiares e amigos. Notamos que, para revisitar os referidos temas, os locutores usam as estratégias de credibilidade e de captação (Charaudeau, 2009) para apresentarem os caminhos adotados em suas narrativas a seus leitores.

Os temas da luta e da resiliência aparecem como humanizadores das vítimas que passaram por diversos momentos desafiadores e que, em vez de desistirem, persistiram diante das dificuldades, como é caso de Luiz Reis Ferreira²⁴ “Homem de bom coração, cheio de fé e batalhador. Foi um lutador, mas a sua principal arma era o amor”, e de Sebastiana Conceição Pedroza de Vasconcelos²⁵ “Uma pernambucana que nunca se intimidou. A maternidade foi sua força para vencer as dificuldades da vida. Mulher negra e empoderada, sempre à frente do seu tempo”.

Por meio de tais relatos observamos o agenciamento das seguintes estratégias: i) de credibilidade, por meio da qual o enunciador busca construir a imagem de si como um sujeito convicto daquilo de que fala, tendo em vista seus conhecimentos e envolvimento com a vítima a qual apresenta; ii) de captação, por meio da encenação de uma atitude discursiva de dramatização, ao trazer elementos que evocam os dramas diários da vida e ao apoiar-se em valores de afeto, que são partilhados socialmente, como destaca Charaudeau (2009). Notamos tal atitude através da evocação das lutas travadas, diariamente, por Luiz, por meio de sua maior arma que era o amor, e ainda, através da garra e resiliência da pernambucana Sebastiana, que encontrou, na maternidade, forças para não se intimidar e ousou pedir o divórcio, em um tempo em que isso ainda era um tabu; como mãe solo, tomou a decisão de que não aceitaria violência de ordem.

²² Disponível em: <https://inumeraveis.com.br/helena-conti-guimaraes/>. Acesso em: 26 abr.2021.

²³ Disponível em: <https://inumeraveis.com.br/zelia-soares-da-costa/>. Acesso em: 26 abr. 2021.

²⁴ Disponível em: <https://inumeraveis.com.br/luiz-reis-ferreira/>. Acesso em: 26 abr.2021.

²⁵ Disponível em: <https://inumeraveis.com.br/sebastiana-conceicao-pedroza-de-vasconcelos/>. Acesso em: 26 abr.2021.

O tema do legado aparece nos testemunhos como uma forma de reconhecer as contribuições e os aprendizados deixados pelas vítimas a seus familiares, como podemos observar no caso de Afrodísia Pereira Gasparini²⁶, uma “matriarca de uma grande família. Será lembrada como exemplo de amor incondicional, força e humildade”, e Edileusa Gomes da Silva²⁷ “Foi professora e diretora de escola e, nas horas vagas, gostava de costurar e bordar. Sábia e generosa, dividiu também muitos ensinamentos com a família e os amigos”. Notamos que, para além de evocar um bem material, os familiares e os amigos buscam rememorar um legado simbólico deixado, relacionado ao amor que receberam, à força e à humildade que aprenderam, por meio da convivência diária, assim como a sabedoria, que ultrapassa os muros da escola e a generosidade, que não conhecia limites.

Observamos também que a construção discursiva de tal tema se embasou tanto na estratégia de credibilidade, por meio da atitude discursiva de engajamento, quanto através da estratégia discursiva de captação pela atitude discursiva de dramatização.

Por meio das referidas atitudes discursivas, compreendemos que, ao mesmo tempo que o sujeito que fala escolhe palavras de forma muito cuidadosa, com o intuito de mostrar-se credível e convicto do que enuncia, por ter conhecido de perto aquele a quem descreve, ele também busca apoiar-se em afetos partilhados socialmente, com o intuito de interpelar a seu interlocutor e convidá-lo a imergir em seu tributo a seu ente querido.

Ao enunciar os legados deixados, os familiares e amigos prestam uma homenagem às vítimas ressaltando que elas, de alguma maneira, seguem com eles por intermédio do que lhes ensinaram através de seus exemplos no dia a dia.

Outro recurso que observamos, no decorrer de nossas análises, que serviram de base para a construção da identidade social e da identidade discursiva das vítimas, foi o emprego da heterogeneidade discursiva mostrada marcada, por meio do uso dos discursos diretos e das aspas, como uma forma de retomar frases ditas pelas vítimas, como podemos notar nos casos de Eraldo José Fontes²⁸, por meio da citação direta da fala do sobrinho Thiago, “Era um grande escritor, não escrevia para o público, mas sim para o seu íntimo, desenhava cada letra, como se fosse um suspiro de seus pensamentos”; e de Marcos Antônio da Silva Frasão²⁹, através da citação direta da filha Silmara “Meu pai era um homem trabalhador, alegre, dedicado

²⁶ Disponível em: <https://inumeraveis.com.br/afrodisia-pereira-gasparini/>. Acesso em: 26 abr.2021.

²⁷ Disponível em: <https://inumeraveis.com.br/edileusa-gomes-da-silva/>. Acesso em: 26 abr.2021.

²⁸ Disponível em: <https://inumeraveis.com.br/eraldo-jose-fontes/>. Acesso em: 26 abr.2021.

²⁹ Disponível em: <https://inumeraveis.com.br/marcos-antonio-da-silva-frasao/>. Acesso em: 26 abr.2021.

e sonhador. Ele trocou a lavagem de carros, sua profissão até os 49 anos, pelo diploma em Direito. Sim, esse era o seu maior sonho, e foi realizado no ano passado”. Observamos, por tais excertos, que, ao trazer as vozes dos familiares, por meio do discurso direto, instala-se, no relato, uma outra forma peculiar de homenagear as vítimas do novo coronavírus no país. Dessa maneira, verificamos que os testemunhos são dotados de uma polifonia que lhes é peculiar, pois ao homenagear o senhor Eraldo e o senhor Marcos, por exemplo, realiza-se um movimento de resistência e de luta em defesa de inúmeras outras vozes que foram silenciadas e que, por meio do memorial, encontram espaço para ecoar e serem consideradas efetivamente.

TEOR TESTEMUNHAL

A partir dos pontos mencionados na introdução, podemos considerar que as condições que levaram à morte e à ausência de uma cerimônia tradicional de despedida das vítimas fatais do novo coronavírus foram uma experiência traumática também para as pessoas enlutadas. Por isso, acreditamos que os relatos presentes no projeto *Inumeráveis* apresentam o teor testemunhal proposto por Seligmann-Silva (2003).

Nas noventa e sete narrativas selecionadas, os familiares, amigos e voluntários que ajudaram a compor o memorial exercem, nessas homenagens, o papel de *testis*, observadores do evento traumático, que recuperam a memória daqueles que morreram. Desse total, vinte e quatro testemunhos não trazem qualquer citação; quinze deles trazem apenas citações diretas da vítima. Em sete narrativas, há a apresentação de citações da vítima e de um familiar ou amigo, compartilhando suas próprias memórias como um *superstes*; em cinquenta e um dos testemunhos, há apenas citação direta das pessoas enlutadas. Nos dois últimos casos, é possível inferir a presença de um voluntário externo que ouviu os relatos desses familiares e amigos, transformando essas histórias em um *tecnodiscurso* marcando mais uma vez o caráter colaborativo do projeto.

Em treze testemunhos, o uso dessas citações são referências à despedida das vítimas e das pessoas que prestaram as homenagens, como mostram os tributos a Ivor Demétrio Fossati³⁰: “Fiquem bem e cuidem das crianças’, amo vocês. Essa foi a última mensagem que recebi de meu pai” e à Iracymar Correia Ferreira³¹: “Mãe, você me fez a mulher que sou hoje. A mãe que sou. Obrigada por tudo. Todos nós te amaremos para sempre’, agradece a

³⁰ Disponível em: <https://inumeraveis.com.br/ivor-demetrio-fossatti/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

³¹ Disponível em: <https://inumeraveis.com.br/iracymar-correa-ferreira/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

filha Deuzima, orgulhosa dos feitos de sua amada mãezinha.”. Nos trechos selecionados, podemos observar a importância do ambiente digital e do *tecnodiscurso* durante a pandemia, que possibilitou, em alguns casos, uma breve despedida entre o doente e seus familiares. Do mesmo modo, a plataforma *Inumeráveis* apresenta-se como uma alternativa à ausência de uma cerimônia tradicional de despedida das vítimas fatais do novo coronavírus.

Dez testemunhos do nosso recorte fazem referência direta à Covid-19 e às situações que marcaram a pandemia: o distanciamento social, a dificuldade de identificar a origem da contaminação, o trabalho dos profissionais da saúde que arriscaram suas vidas salvando as pessoas doentes, bem como a falta de recursos para o tratamento adequado, a morte de membros de uma mesma família, a solidão durante a internação e a negação da doença. Esses quatro últimos casos estão presentes nos testemunhos sobre Aguinaldo Gomes Marinho³², Ismael Pires Costa Filho³³, Maria Aparecida Alves da Silva³⁴ e Adilson Torquato Guimarães³⁵, respectivamente: “[...] assim que começou a pandemia, ele disse: ‘Filha, se um dia eu pegar e eu precisar de um respirador, quero que ele seja passado para alguém mais novo. Eu ficarei feliz!’”; “Alma gêmea de sua esposa, se uniu a ela no céu. Ambos lutaram contra o coronavírus.”; “Doeu saber da solidão de alguém que sempre se fez presente.” e “Adilson não quis se despedir de verdade. Disse que estava bem e, mesmo internado, achava que não estava com a Covid-19. Só por teimosia.” (INUMERÁVEIS, 2020).

Nesses trechos, podemos observar a transição entre as esferas individual e coletiva, características das narrativas de teor testemunhal. Embora retratem as memórias pessoais de Aguinaldo, Ismael, Maria Aparecida e Adilson, apresentadas por seus parentes e amigos, esses testemunhos são representativos das experiências vividas por outros indivíduos durante a pandemia e ajudam a compor o complexo quadro histórico desse período.

CONCLUSÃO

Através do presente estudo, pudemos observar que as páginas do *site*, do Instagram e do Facebook foram atualizadas diariamente desde as primeiras publicações em abril de 2020. No entanto, não houve uma regularidade quanto ao número de postagens diárias. Acreditamos que isso seja consequência do processo colaborativo que sustenta o projeto e que depende, por

³² Disponível em: <https://inumeraveis.com.br/aguinaldo-gomes-marinho/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

³³ Disponível em: <https://inumeraveis.com.br/ismael-pires-costa-filho/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

³⁴ Disponível em: <https://inumeraveis.com.br/maria-aparecida-alves-da-silva/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

³⁵ Disponível em: <https://inumeraveis.com.br/adilson-torquato-guimaraes/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

um lado, de pessoas dispostas a testemunhar; por outro, necessita também dos voluntários para a produção ou para a revisão desse material.

No que diz respeito à escrita dos relatos no contexto da pandemia, Harari (2020) disse que essa experiência é uma tarefa do futuro: “Agora não é o momento de escrevê-la, mas de fazê-la”. Nesse sentido, pensamos que o projeto *Inumeráveis* já fez história. Acreditamos que muitas das narrativas sobre a pandemia produzidas agora serão superadas no futuro, mas os testemunhos presentes no projeto se tornarão ainda mais relevantes para entender os impactos da epidemia do novo coronavírus na sociedade brasileira.

O mérito do teor testemunhal desses relatos vai além do culto a esses mortos, atuando nas esferas do privado e da subjetividade. Ao lançar mão do ambiente digital e das ferramentas *tecnodiscursivas* de compartilhamento, essas memórias ultrapassam fronteiras. Verificamos que o uso das *hashtags* #nãoéum número e #inumeráveis permitiram a construção de um arquivo digital que homenageia as vítimas e, ao mesmo tempo, deixa rastros da memória desse período pandêmico. Além disso, consideramos que as frases postadas nos servem como uma espécie de epitáfio tanto no *site* quanto no Instagram e no Facebook, retomando a tradição da inscrição textual nas lápides. No espaço virtual, esse epitáfio também vai ajudar a lembrar a pessoa falecida, sempre que alguém visitar tais ambientes virtuais. Confirmamos também a observação de Paveau (2017) sobre a transformação de atividades do espaço físico, como o luto e os memoriais em uma atividade escritural *tecnodiscursiva*.

É importante destacar ainda que o trabalho coletivo dos parentes e dos amigos, somado ao dos voluntários para a escrita e a revisão, cumpre uma espécie de obrigação moral em relação a essas vítimas que ficaram ocultas atrás de números e estatísticas da pandemia, como lembra Fábio Silva da Rocha, homenageando a mãe Yandira Ferreira da Silva³⁶ “Ela não é um número na estatística desse país! Ela é nossa, nossa parte. Nossa vida. Cada vítima foi o amor de alguém!”.

A reivindicação do projeto *Inumeráveis* voltada à construção de uma memória coletiva, a partir de relatos individuais, é possível porque nenhum testemunho é constituído exclusivamente a partir de histórias pessoais, já que a própria identidade desses sujeitos que têm suas memórias narradas pelas pessoas enlutadas está atravessada pelas histórias e identidades de outros sujeitos. Além disso, ao servir de canal para grupos tradicionalmente excluídos das memórias históricas, de brasileiros “comuns”, a plataforma *Inumeráveis* confirma o potencial do discurso digital para o reordenamento conceitual e ideológico da sociedade e da nossa própria história.

³⁶ Disponível em: <https://inumeraveis.com.br/yandira-ferreira-da-silva/>. Acesso: 20 abr. 2021.

Maria(s), Francisco(s), Iracema(s), Agnaldo (s), Yandira(s)... eles não são apenas números, possuíram uma identidade social e também discursiva, foram o amor de seus amigos e familiares, lutaram por um mundo melhor, deixaram um legado para seus entes queridos, cada um deles se inscreveu na história de maneira singular.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. In: *DRLAV 26*. Paris: Centre de Recherches de l'Université de Paris III, 1982.

BENVENISTE, Émile. Vocabulaire des institutions indo-européennes: 2. *Pouvoir, droit, religion*. Paris: Les Editions de Minuit: 1969.

CHARAUDEAU, P. Para uma nova análise do discurso. In: Carneiro, Agostinho Dias (org.). *O discurso da mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1996.

CHARAUDEAU, P. Identité sociale et identité discursive. Un jeu de miroir fondateur de l'activité langagière, in: CHARAUDEAU, P. *Identités sociales et discursives du sujet parlant*, L'Harmattan, Paris, 2009.

HARARI, YUVAL Noah. *Notas Sobre a Pandemia*. Tradução: Odorico Leal. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MAINGUENEAU, Dominique. Heterogeneidade mostrada/constitutiva. In: CHARAUDEAU, P; MAINGUENEAU, M. *Dicionário de análise do discurso*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 261-262.

MONTOITO, Rafael. Entrelugares: pequeno inventário inventado sobre matemática e literatura. *Bolema: Boletim de Educação Matemática* [online]. 2019, v. 33, n. 64, pp. 892-915. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-4415v33n64a22>>. Acesso em: 27 de jul. 2021.

PAVEAU, Marie-Anne. *L'Analyse du discours numérique: dictionnaire des formes et des pratiques*. Hermann Éditeurs: Paris, 2017.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *História, memória, literatura: O testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2003.

EIXO 4

VOZES

(IN)VISIBILIZADAS

VOZES NEGADAS NA PANDEMIA: OS IMPACTOS DA SUSPENSÃO DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA PARA PESSOAS TRANS*¹

ANA PAULA ANDRADE²

IZABELLA RIZA ALVES³

Resumo: A pandemia da Covid-19 impactou nas vozes das pessoas trans através da suspensão das audiências de custódia. Em que pese os impactos da suspensão das audiências de custódia ainda serem imensuráveis, observamos que há um impacto diferencial em relação às pessoas trans. Isso ocorre porque percebemos que discursos e práticas que criminalizam as experiências trans são privilegiados nas decisões judiciais proferidas sem audiência de custódia, visto que os magistrados avaliam apenas as informações presentes no Auto de Prisão em Flagrante Delito (APFD), em que constam, primordialmente, as versões dos policiais que executaram a prisão. Logo, a pergunta que move o presente artigo consiste em compreender como as formas e as práticas jurídicas, especificamente a suspensão da audiência de custódia, são mobilizadas no contexto pandêmico para a manutenção de violências de gênero sobre pessoas trans. Com relação à metodologia, realizamos o estudo de caso de uma decisão de um processo que foi proferida sem audiência de custódia, em 2020, em Belo Horizonte (Minas Gerais, Brasil) em combinação com a análise das informações anotadas num diário de campo ao acompanharmos nove audiências ocorridas durante o ano de 2020, bem como de duas entrevistas semiestruturadas feitas com dois profissionais que atuam no âmbito das audiências de custódia.

Palavras-chave: Audiência de Custódia. Cissexismo. Pandemia Covid-19. Pessoas Trans*. Verdade Jurídica.

Abstract: The Covid-19 pandemic impacted the voices of trans people by suspending custody hearings. Although the impacts of the suspension of custody hearings are still immeasurable, we note that there is a differential impact with regard to trans people. We perceive that discourses and practices that criminalize trans experiences are privileged in judicial decisions produced without the hearing, because the magistrates evaluate only the information present in the "Auto de Prisão em Flagrante Delito (APFD)", which appears, primarily, in the versions of the police officers who carried out the arrest. Therefore, the question that moves this paper is to understand how the legal forms and practices, specifically the custody hearing, are mobilized in the pandemic context to maintain gender-based violence against trans people. We used as methodology the "case study" of a decision of a process that was rendered without a custody hearing in 2020, in Belo Horizonte, Minas Gerais, connecting this analysis with the information produced in the field diary of the monitoring of hearings wrote during 2020, as well as with two semi structured interviews with two professionals who work in custody hearings.

Keywords: Custody Hearings. Cissexism. Covid-19 Pandemic. Trans* people. Legal Truth.

¹ Adota-se o asterisco à palavra trans para demarcar “uma série de identidades não cisgêneras. De modo particular, as seguintes identidades estão contempladas no termo ‘trans*’: transexuais, mulheres transgêneras, homens transgêneros, transmaculines e pessoas não binárias.”. (NASCIMENTO, 2021, p. 18-19).

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG); PPGE FaE UEMG. e-mail: anapandrade@yahoo.com.br

³ Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Advogada no sistema socioeducativo pelo Instituto para Efetivação da Cidadania e Saúde. e-mail: izabellariza@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 impactou a vida de todo o mundo, todo o planeta, todas as pessoas. Em alguns países, o controle tem dado certo; em outros, por fatores diversos, nem tanto. Um desses países do último grupo é o Brasil, seja por causa do governo, da cultura, da história ou da onda conservadora que tem se abatido sobre certos países desde 2016. Esse quadro se agrava ainda mais para a população trans que, além de ser vítima de homicídios motivados pela transfobia⁴, é um grupo social exposto a condições de insegurança social em face da pandemia da Covid-19. Por exemplo, a população trans enfrenta uma maior exposição ao vírus, à fome, à pobreza e à subnotificação, conforme podemos observar nos dossiês apresentados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2021b):



Figura 1: Morte de pessoas trans pela COVID-19 disponível no Dossiê. Fonte: ANTRA, 2021b, p. 125.

Diante do quadro apresentado pela ANTRA (2021a) e do contexto da pandemia, o estado de crise se instaura para o mundo e, em excepcional, para as pessoas trans. Atualmente, temos observado discursos que afirmam que, nos momentos pré-pandemia, vivíamos sob uma normalidade dada.

⁴ É importante ressaltar que [...] a média anual dos anos considerados nesta pesquisa [da ANTRA] (2008 a 2020) é de 122,5 assassinatos/ano. O que dá em torno de 10,2 assassinatos por mês. Observamos que entre os 56 casos notificados em 2021, que representa uma média de 14 assassinatos/mês, esse número corresponde a 37% acima da média anual, denunciando a tendência de 2021 como mais um ano violento para a comunidade trans. (ANTRA, 2021a, p. 3).

Apesar de sabermos que mudanças sempre foram possíveis, há que se questionar a própria noção de normalidade. É como se as violações que determinadas populações experienciavam fossem algo normalizado. Seria o "novo normal", caracterizado pelo isolamento dos corpos, pelo silenciamento de algumas populações, pela privação e negação de direitos, tão normal assim? Como observa Santos (2020), o que estávamos vivendo era:

a normalidade da exceção. A actual pandemia não é uma situação de crise claramente contraposta a uma situação de normalidade. Desde a década de 1980 — à medida que o neoliberalismo se foi impondo como a versão dominante do capitalismo e este se foi sujeitando mais e mais à lógica do sector financeiro —, o mundo tem vivido em permanente estado de crise. Uma situação duplamente anómala. Por um lado, a ideia de crise permanente é um oxímoro, já que, no sentido etimológico, a crise é, por natureza, excepcional e passageira, e constitui a oportunidade para ser superada e dar origem a um melhor estado de coisas. Por outro lado, quando a crise é passageira, ela deve ser explicada pelos factores que a provocam. Mas quando se torna permanente, a crise transforma-se na causa que explica tudo o resto. (SANTOS, 2020, p. 05).

Considerando esta crítica, nós nos perguntamos como a violação de direitos em relação à população trans tem ocorrido durante a pandemia. Isto é, se na vida anterior à pandemia as instituições jurídicas, por exemplo, já eram mobilizadas para realizar violências de gênero diversas, tentamos entender como, na atualidade, isso vem ocorrendo. Logo, a questão que move o presente artigo consiste em compreender como as formas jurídicas, especificamente a audiência de custódia, são mobilizadas no contexto pandêmico para a manutenção de violências de gênero sobre pessoas trans. Assim, conjecturamos que essa violência ocorre, porque a versão dos fatos está intimamente conectada à produção de uma verdade jurídica pela fala policial, que silencia e nega as vozes das pessoas trans. Para compreendermos como as formas jurídicas produzem e legitimam violências de maneira diferencial, associando como o contexto pandêmico permite a produção de violências sob esses corpos, partimos do pressuposto de que a negação de uma devida defesa nos casos que geram a privação de liberdade é uma dessas violências.

Organizamos o artigo da seguinte forma: apresentamos o instituto das audiências de custódia no Brasil; após isso, explicamos a metodologia; os conceitos relativos às questões de gênero, para compreendermos de que forma as normas de gênero se articulam em nossa sociedade para promover violências e opressões em relação às experiências de sexualidade e de gênero

que se diferenciam da "ordem". Também explanamos a maneira pela qual o direito e as suas formas jurídicas se valem das ordens e das normas de gênero para a produção de uma verdade que orienta o manejo dos instrumentos e das instituições jurídicas. Por fim, articulamos este campo conceitual com a pesquisa de campo realizada, com o objetivo de entender como ele pode nos ajudar a compreender o impacto que a suspensão das audiências de custódia tem causado em relação às pessoas trans*.

AS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA

Devido à pandemia da Covid-19, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) decretaram a suspensão excepcional das audiências de custódia, orientando juízes a tomar as decisões de ofício, isto é, sem ocorrência de audiência. A audiência de custódia consiste na apresentação obrigatória, em até 24 horas, de toda pessoa presa em flagrante delito à autoridade judicial para que seja ouvida sobre as circunstâncias da prisão. A ideia é que, de imediato, a pessoa conduzida possa ser ouvida por um juiz, que decidirá sobre a legalidade da prisão, sobre a liberdade da pessoa, sobre a decretação ou não de uma prisão preventiva⁵ e de medidas cautelares⁶. É possível que o juiz identifique, também, se há situações de abuso policial. Um dos pressupostos das audiências de custódia é que a pessoa presa se apresente à frente do juiz de direito, para que este, teoricamente, possa avaliar indícios de tortura ou de violência que possam ter ocorrido durante a prisão. As 24 horas subsequentes à prisão em flagrante são fundamentais para que esta análise seja realizada, pois são decisivas para que a prevenção à tortura ocorra⁷. Precisamente por isso, Dias Toffoli, em julho de 2020, época em que se começou a discutir a virtualização das audiências de custódia por causa da pandemia, afirmou categoricamente que a realização de videoconferência não é capaz de se equiparar à apresentação física e imediata da pessoa presa⁸.

⁵ A prisão preventiva é uma modalidade de prisão que pode ser decretada durante o inquérito policial, ou seja, durante a investigação do caso. Ela está prevista no artigo 313 do Código de Processo Penal Brasileiro e só pode ser decretada por um magistrado. Ou seja, a prisão preventiva tem a finalidade de prender a pessoa investigada antes da sentença que poderá condená-la.

⁶ Medidas cautelares diversas da prisão são aquelas que podem ser definidas pelo magistrado na situação em que a pessoa investigada responde pelo processo em liberdade sob algumas condições, como, por exemplo, o uso de tornozeleira eletrônica.

⁷ Disponível em: <https://www.apr.ch/en/resources/publications/symposium-procedural-safeguards-first-hours-police-custody-event-report-2017?cat=63>. Acesso em 25 abr. 2021.

⁸ Ato Normativo 0004117-63.2020.2.00.0000. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/conselho-nacional-justica-proibe.pdf>. Acesso em 25 abr. 2021.

Entretanto, em novembro de 2020, o CNJ autorizou, por meio da Resolução 357/2020⁹, que a custódia fosse realizada por videoconferência e estabeleceu algumas recomendações de como esse ato deveria ser realizado. Isso significa que, caso o tribunal regional opte por suspender as audiências de custódia presenciais, alguns procedimentos, tais como as entrevistas entre o juiz, o promotor, o defensor e o acusado, bem como as entrevistas entre acusado e defensor, podem ser feitos por videoconferência. Porém, os limites e problemas da realização virtual da custódia são imensos. Se, presencialmente, elas já apresentavam uma série de problemas, como, por exemplo, a reiteração da lógica penal e a incerteza sobre se elas vêm impactando na diminuição dos presos provisórios, haja vista que a taxa de encarceramento só aumenta¹⁰, virtualmente, a precariedade de suas condições é certamente elevada. Vale observar que, entre a suspensão total das audiências de custódia que aconteceu em março de 2020, com a posterior vedação das videoconferências em julho do mesmo ano, e a autorização de que a audiência virtual pudesse acontecer (em novembro), as audiências de custódia não foram realizadas, de forma geral, em todo país. Porém, as prisões em flagrante continuaram, seguidas da prisão provisória, sendo que, como recomendado pelo CNJ, a decisão de prisão provisória deveria estar pautada na análise do Auto de Prisão em Flagrante e Delito (APFD) durante a audiência de custódia. Com efeito, no contexto da pandemia, podemos afirmar que a decisão dos juízes em relação à prisão provisória se baseia única e exclusivamente na palavra policial presente no APFD, visto que nem a pessoa acusada e nem a defesa têm sido ouvidas. Apesar de o CNJ ter definido expressamente, na Recomendação 62/2020, que o magistrado deveria realizar uma entrevista prévia (remota ou presencial) com o defensor e com o acusado para decidir sobre a prisão, não foi bem assim que aconteceu. Na capital mineira, por exemplo, houve uma certa confusão em relação aos procedimentos, o que fez com que a defesa e os acusados não fossem ouvidos em muitos casos. Assim, a decisão dos juízes aproximou-se muito mais de uma decisão de ofício do que uma decisão proferida mediante a manifestação das partes¹¹.

⁹ Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3595>>. Acesso em 25 abr. 2021.

¹⁰ Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/17/cnj-registra-pelo-menos-812-mil-presos-no-pais-415percent-nao-tem-condenacao.ghtml>>. Acesso em 27 abr. 2021.

¹¹ Fato este que ocasionou uma série de Habeas Corpus, impetrados pela Defensoria Pública. Isto porque, em Belo Horizonte foi implementado o sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJE), para que as partes pudessem se manifestar (defensor público ou privado e ministério público), como uma tentativa de simulação dos atos da audiência de custódia. Assim, teoricamente, os magistrados deveriam esperar a manifestação das partes para só assim, após, decidir. Porém, alegavam que o tempo para aguardar a manifestação das partes poderia extrapolar o prazo de 24 horas de prazo das audiências, passando, assim, a decidir de ofício. Assim, muitos defensores recorreram aos habeas corpus, para pedir pela liberdade provisória, visto a suspensão das audiências e as falhas nessas "novos procedimentos". Um exemplo pode ser visto em Brasil (2020): Supremo Tribunal Federal. Inteiro Teor do Acórdão.

Dessa maneira, optamos por analisar uma decisão de ofício sobre a prisão em flagrante proferida por um magistrado, à época do início da suspensão da custódia em Belo Horizonte, por percebermos que ela é representativa de casos desse tipo. Isso ocorre porque, na pandemia, em que pese os impactos da suspensão das audiências de custódia ainda serem imensuráveis, observamos que há um impacto diferencial em relação às pessoas trans, porque a palavra policial presente no APFD é considerada como a verdade sobre os fatos e apresenta, além de representar, uma série de preconceitos e estereótipos criminalizantes em relação a experiências de pessoas travestis e transexuais. Logo, tentamos compreender como as formas jurídicas, especificamente a audiência de custódia, são mobilizadas no contexto pandêmico para a manutenção de violências de gênero sobre pessoas trans. Para compreendermos como as formas jurídicas produzem e legitimam violências de maneira diferencial, utilizamos os conceitos foucaultianos de disciplina, de formas jurídicas e de produção de verdade. Além disso, utilizamos também autoras feministas e transfeministas para argumentar como o gênero pode ser mobilizado como um fator de criminalização.

METODOLOGIA

Os dados apresentados neste texto provêm de estudos de gênero e foucaultianos, como também de resultados parciais de uma pesquisa realizada nas audiências de custódia, em Belo Horizonte, ao longo dos anos de 2020 e 2021¹². Inicialmente, para a coleta de dados, pretendíamos acompanhar as audiências presencialmente. Entretanto, com o advento da pandemia do Covid-19 e a suspensão das audiências de custódia, esta fase da pesquisa de campo ficou interrompida. Nesse sentido, foi possível acompanhar cinco audiências de pessoas conduzidas que eram travestis ou transexuais e quatro audiências que tinham pessoas cisgêneras conduzidas. Em seguida, realizamos uma análise qualitativa dos dados coletados durante as audiências, por meio da escrita de um diário de campo, a fim de compreender o fluxo das audiências de custódia.

No início de 2020, recebemos, por parte da Central de Flagrantes (CEFLAG) do Fórum Lafayette de Belo Horizonte, cópia de um processo que teve decisão sobre a custódia das pessoas presas proferida de ofício pelo juízo, isto é, sem que houvesse a realização da audiência de custódia. As-

Habeas Corpus 186.490, Santa Catarina, 10 de out. de 2020. Disponível em: <<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=754177282>>. Acesso em: 28 mai. 2021.

¹²Trabalho aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) da UFMG nº CAAE: 33843520.5.0000.5149.

sim, para fins comparativos, utilizamos os dados do acompanhamento das audiências e os deste caso em específico, para realizar um estudo de caso que buscou compreender, mesmo que de forma limitada, os impactos da suspensão das audiências de custódia.

Para compreender como tem ocorrido o fluxo da custódia durante a pandemia do covid-19, bem como os impactos que a suspensão tem causado no sistema de justiça criminal, utilizamos duas entrevistas feitas com duas pessoas que trabalham na custódia em Belo Horizonte. Para preservarmos a identidade desses profissionais, considerando que o número de profissionais que trabalham na custódia é pequeno, principalmente o de mulheres cisgêneras, optamos por referir-nos a elas e ou a eles pelo pronome masculino. Em realidade, principalmente para as/os leitoras/es da educação e do campo do gênero, o número de pessoas que trabalham no setor é muito pequeno e assim é fácil as identificações. Então, com a escolha pelo masculino, esperamos preservar o anonimato e a vida dessas pessoas. Além disso, neste texto, optamos também por dar nomes fictícios às pessoas trans como uma forma de dar visibilidade, de dar existência às vozes negadas na e pela sociedade, vozes negadas na e pela pandemia.

É importante ressaltar uma limitação que este trabalho apresenta, que concerne à nossa capacidade de comparar as decisões feitas por juízes nas audiências de custódia com aquelas que foram proferidas por eles durante a pandemia e sem a audiência. De fato, apesar de observarmos que no termo de audiência de custódia que era produzido ao final da audiência, com o conteúdo da decisão, não há menção direta aos depoimentos do APFD, não podemos afirmar que os magistrados não consideravam esses dados no momento de ponderação das decisões. Assim, não desejamos realizar uma defesa romantizada e cega ao instituto da custódia, muito menos afirmar que os magistrados não reproduzem práticas e discursos de gênero violentos. A audiência de custódia é um ato inacabado, em constante disputa entre promover uma política criminal de desencarceramento e continuar reproduzindo e mascarando as funções ocultas do sistema penal brasileiro. Portanto, exatamente por este ser um instituto em constante disputa, precisamos compreender a sua importância como um instrumento tático para a defesa de direitos, principalmente da liberdade.

GÊNERO E CISSEXISMO PARA A PRODUÇÃO DE CRIMINALIZAÇÕES

Neste tópico, apresentamos o conceito de gênero aqui adotado. Partimos da concepção de que *gênero não é um substantivo* (BUTLER, 2016, p. 56), isto é, que ele não é um dado *a priori*, natural; mas, sim, fruto das relações sociais (FAUSTO-STERLING, 2000), uma construção social e histórica. Isso significa dizer que o gênero é constituído, relacionalmente, por meio das composições históricas, espaciais e temporais de cada sociedade, sendo que os sentidos que a nossa sociedade atribui a ele são frutos de posições morais, políticas e econômicas (FAUSTO-STERLING, 2000, p. 3-5). Para compreendermos como as concepções sobre o gênero assumem opressões, utilizamos os estudos transfeministas e o conceito de cissexismo. O transfeminismo é definido por Jaqueline Gomes de Jesus (2020) como:

[...] uma linha de pensamento e de prática feminista que rediscute a subordinação morfológica do gênero (como construção psicossocial) ao sexo (como biologia), condicionada por processos históricos, criticando-a como uma prática social que tem servido como justificativa para a opressão sobre quaisquer pessoas cujos corpos não estão conforme à norma binária homem/pênis e mulher/vagina [...]. (JESUS, 2020, p. 28).

Dessa forma, entendemos gênero em acordo com Letícia Carolina Pereira do Nascimento (2021, p. 24): “como um conceito em disputa que pode garantir a entrada de mulheres transexuais e travestis no feminismo.”. A autora discute o transfeminismo como sendo parte do feminismo e não como algo separado, conforme proposto a seguir.

Firmar mulheres trans, travestis, transexuais e transgêneras dentro do feminismo não é dispersão, tampouco divisão, mas reconhecer como o conceito de gênero propõe a diversidade de performances e experiências femininas ou estabelece negociações culturais estratégias e de representação política com as mulheridades. (NASCIMENTO, 2021, p. 41).

Tanto Jesus (2020) quanto Nascimento (2021) fazem críticas e adotam posicionamentos que, como o trabalho de cada uma, são fundamentais para pensarmos o gênero como uma categoria de opressão cissexista. Para

além disto, elas exigem “enfrentamentos à misoginia, ao sexismo e ao cis-heteropatriarcado, que insistem em demarcar as mulheridades e feminilidades como frágeis, submissas e matáveis.”. (NASCIMENTO, 2021, p. 179-180).

O *cissexismo*, de acordo com Jesus (2020), consiste em uma lógica binária baseada na crença de que o gênero deve corresponder ao sexo biológico, que, valendo-se de mecanismos legais e culturais de subordinação das pessoas cisgênero e transgênero, gera uma série de prejuízos às possibilidades de expressão de gênero das pessoas. Nesse sentido, o cissexismo invisibiliza e estigmatiza as práticas sociais e vivências das pessoas trans, visto que ele deslegitima possibilidades de ser *outras*, marginalizando as experiências de pessoas travestis e transexuais.

O cissexismo, nas palavras de Hailey Kaas (2012):

primeiramente é a desconsideração da existência das pessoas trans* na sociedade. O apagamento de pessoas trans* politicamente por meio da negação das necessidades específicas dessas pessoas. É a proibição de acesso aos banheiros públicos, a exigência de um laudo médico para as pessoas trans* existirem, ou seja, o gênero das pessoas trans* necessita de legitimação médica para existir. É a negação de status jurídico impossibilitando a existência civil-social em documentos oficiais. (KAAS, 2012, s.p.).

Isto é, utilizamos abordagens sobre a questão do gênero que entendem que os saberes e as subjetividades são produzidos a partir de uma matriz heterossexual e binária, capaz de definir o campo do inteligível, catalogando certos corpos e experiências como anormais ou abjetos. Compreendemos, a partir de Foucault, que as subjetividades são produzidas por saberes na gestão das condutas dos sujeitos: “[...] para Foucault, o sujeito é uma forma e não uma substância; uma forma criada e constituída historicamente.”. (ANDRADE, 2019, p. 126). O filósofo “sustenta que o sujeito ‘não é uma substância. É uma forma, e esta forma não é, sobretudo nem sempre, idêntica a si mesma’ [...]”, o que configura que “o problema do sujeito é, para Foucault, o problema da história da forma-sujeito.” (CASTRO, 2009, p. 407). Foucault, então, vai observar o sujeito por intermédio dos modos de subjetivação, mediante “[...] as formas da relação consigo mesmo, as técnicas e os procedimentos mediante os quais se elabora essa relação, os exercícios pelos quais o sujeito se constitui como objeto de conhecimento, as práticas que permitem ao sujeito transformar seu próprio ser [...]”. (CASTRO, 2009, p. 409).

Desse modo, “Foucault interessa-se particularmente pela relação entre as formas de governo de si e as formas de governo dos outros. Os mo-

dos de objetivação-subjetivação situam-se no entrecruzamento desses dois eixos.” (CASTRO, 2009, p. 190). Portanto, as práticas de subjetivação são também formas de objetivação “dos modos em que o sujeito foi objeto de saber e de poder, para si mesmo e para os outros.” (CASTRO, 2009, p. 189); ou seja, formas de objetivação das maneiras como as relações de poder e de saber entrecruzam as formas de governo dos outros e de governo de si.

O "*cistema*", que aqui estamos expondo, favorece as técnicas de governo e os modos de subjetivação e, assim, os processos de subjetivação e fabricação de sujeitos. Como sustenta Gallo (2013):

[...] quando falamos em subjetivação, não estamos nos referindo ao conceito moderno de sujeito, compreendido como categoria fundante, como identidade monolítica. O conceito de subjetivação pressupõe que o sujeito é algo produzido, fabricado, de acordo com determinadas categorias históricas e culturais. Algo que varia, portanto, no tempo e espaço. (GALLO, 2013, p. 202).

Entender como se constituem as tecnologias de subjetivação para entender os modos de subjetivação permite compreender como as práticas de constituição dos sujeitos são permeadas por relações de poder. Assim, para Foucault, há dois sentidos dos modos de subjetivação: (1) aquele em que são modos de objetivação do sujeito, ou seja, o sujeito aparece como objeto da relação entre conhecimento e poder, o que torna possível uma forma de saber; (2) o sentido das formas da relação do sujeito consigo mesmo, das técnicas e dos procedimentos que o sujeito se constitui como objeto de conhecimento e das práticas que permitem que o sujeito transforme seu próprio ser (CASTRO, 2009).

Nesses processos de subjetivação/objetivação do sujeito, as pessoas trans* e cisgêneras, por exemplo, vão se constituindo; contudo, se esbarram na organização social, ditada e orientada pela ideia de natural e natureza (BENTO, 2008, p. 31), que estabelece uma ordem cissexista em que confere privilégios às pessoas cissexuais, que são vistas como “normais” e “sadias”, enquanto confere às experiências trans* o *status* de “desvio” e de “anormalidade”. As experiências e corpos, considerados como anormais, são alvos de uma série de dispositivos capazes de produzir sobre essa população efeitos de poder diferenciais. Os dispositivos jurídicos estão incluídos nesse rol e representam instituições, leis, práticas judiciárias, a polícia, enfim, uma rede capaz de operar a "legalidade" de acordo com normas sociais nas quais as de gênero estão incluídas.

O GÊNERO E A VERDADE JURÍDICA

Neste tópico, temos como objetivo mostrar como as práticas jurídico-penais são mobilizadas para a manutenção e a produção de violências de gênero, principalmente, em relação às pessoas trans que têm a sua trajetória atravessada pelo sistema de justiça criminal. Entendemos que uma das formas como isso é feito é por meio da produção de "verdades" criminalizantes pela cisonormatividade, em relação às experiências de gênero de pessoas trans.

Primeiramente, para compreendermos a maneira pela qual os discursos atravessam o fazer jurídico e impactam a trajetória que as pessoas irão ter no decorrer do processo penal, é necessário compreendermos que a *verdade* sobre os fatos possui um papel econômico e político (FOUCAULT, 2005a, 2017). Isso significa dizer que a verdade é constituída a partir de relações de poder e que ela causa efeitos tanto materiais quanto discursivos. Ou seja, não existe uma verdade a priori, como algo imutável, de origem intocável; mas, sim, uma verdade constituída no decorrer das relações sociais. Nas palavras de Foucault, a *verdade* integra e atravessa as relações de poder:

Por “verdade” entender um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. **A verdade está circularmente ligada ao sistema de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a representam. “Regime” da verdade.**¹³ (FOUCAULT, 2017, p. 54).

Assim, a ideia de regime de verdade nos traz uma compreensão interessante, pois possibilita apreender os sentidos que constituem os discursos sobre os objetos, sobre as pessoas, sobre as experiências. Para Foucault (2005a), as formas jurídicas apresentam um lugar especial no qual os regimes de verdade são produzidos e a prática jurídico-penal é seu espaço de excelência. Um exemplo que o autor apresenta, para mostrar como as formas jurídicas representam uma forma de concepção e de apreensão do conhecimento na modernidade ocidental, é o modelo do inquérito. De acordo com o filósofo, o inquérito representa a pesquisa por uma verdade primeira, por meio da qual se procura, mediante técnicas jurídicas, descobrir quais foram as verdades dos fatos, que irão resumir os sujeitos envolvidos naquela investigação a posições fixas, como as de autor e vítima. A ideia do inquérito é investigar o que foi feito, as condições da ação, o momento, o lugar etc..

¹³ Grifo nosso.

Logo, para o filósofo, essa forma de investigação da verdade não se restringe apenas ao inquérito, mas ocorre também em toda ordem científica e da reflexão filosófica ocidental (FOUCAULT, 2005b).

Além disso, para Foucault (2005b, p. 12), essas formas jurídicas que buscam o "descobrimento de uma verdade" surgiram junto com uma série de controles tanto políticos quanto sociais, no momento de formação do capitalismo no século XIX. A justiça consiste apenas em um braço do controle penal punitivo, sendo que, em sua totalidade, ele é exercido por uma série de poderes que estão à margem da justiça, como, por exemplo, a atuação ostensiva da polícia militar; as redes de vigilância, como o projeto "Olho Vivo"¹⁴, em Belo Horizonte; as instituições que oferecem serviço de assistência psicossocial; os serviços de monitoramento eletrônico; os projetos de "ressocialização" etc.. A esse respeito, Foucault (2005a) afirma que essa rede de exercício de controle assume a função de corrigir as virtualidades dos indivíduos. Para este trabalho, é imprescindível compreender como a produção de uma verdade sobre as experiências de gênero se dá dentro dessas formas jurídicas, como uma representação dessa dimensão do controle.

Um dos pontos que observamos na pesquisa de campo realizada consiste no peso que a verdade policial exerce no sistema de justiça. "Há um papel privilegiado para os depoimentos policiais, pois, certas provas apresentam efeitos de poder, são consideradas mais valorizadas." (FOUCAULT, 2001, p. 13-14). Mais do que sobre o fato ocorrido, essa verdade policial fala sobre o *ser*, sobre como o delito está intimamente conectado com um certo *estado de generalidade* do indivíduo (FOUCAULT, 2001), que é considerado como um sujeito criminoso em si mesmo. Assim, o aparelho judiciário possui a função de, nada mais nada menos, confirmar uma verdade sobre uma suposta periculosidade natural. Nesse sentido, o processo objeto de estudo neste trabalho aponta para uma transposição dos discursos apresentados pelos policiais militares que efetuaram a prisão para a decisão de ofício proferida pelo juiz. O sistema de justiça brasileiro, de acordo com Maria Gorete Marques de Jesus (2020), tende a se orientar, majoritariamente, pelos documentos policiais que acabam por conduzir uma certa verdade para as audiências e decisões judiciais.

A figura do delinquente surge como uma figura útil para o exercício do controle penal, que seleciona sujeitos considerados como indesejáveis,

¹⁴ O projeto Olho Vivo, implementado em Belo Horizonte pela CDL/BH, em parceria com o governo do Estado de Minas Gerais e a Prefeitura de Belo Horizonte, consiste na presença ocular da polícia militar do Estado de Minas Gerais (PMMG) em pontos estratégicos dos locais de grande incidência criminal na região central de Belo Horizonte, por meio do monitoramento por câmeras de vídeo. Disponível em: https://www.cdllbh.com.br/porta1/353/Nossas_Conquistas/Olho_Vivo#:~:text=O%20projeto%20Olho%20Vivo%2C%20implementado,na%20regi%C3%A3o%20central%20de%20Belo. Acesso em: 06 abr. 2021.

sendo que a raça, a classe e o gênero constituem as marcas para esta seletividade. O sujeito delinquente, além de ser considerado como aquele que infringiu a lei jurídica, é aproximado da figura da anormalidade, como uma espécie de criminoso patológico (FOUCAULT, 2001, p. 115). Assim, a sociedade é dividida em "categorias de gente", de forma que a categoria da delinquência é considerada como um tipo a ser controlado, segregado ou, até, eliminado.

Como já mencionado, esse controle jurídico-penal é exercido sobre os corpos, por meio de suas experiências de gênero. De acordo com Júlia Vidal (2020), a criminalização das travestis se dá mediante a operacionalização das normas de gênero, que manipulam e coordenam uma série de elementos heterogêneos (como a migração, a prostituição, a patologização, a violência institucional, as medidas alternativas ao cárcere etc..) para a produção de uma categoria de gênero considerada como perigosa (VIDAL, 2020). Assim, percebemos que as experiências que atravessam as vidas travestis são materiais e, também, compõem a forma como o gênero opera em favor da criminalização.

Lamounier (2018), por sua vez, apresenta um trabalho sensível e denunciativo em relação ao sistema prisional mineiro e às questões de gênero. A autora afirma que a representação social associada à prostituição, à qual todas as pessoas trans e travestis são relacionadas, as coloca como figuras suspeitas e potenciais criminosas, o que impacta sua trajetória no contexto penal. As violências direcionadas a elas, necessariamente, passam pelo crivo dos estigmas do gênero.

Segundo Gustavo Ferreira (2014), o recrudescimento do punitivismo, aliado à seletividade penal, consiste em um dos fatores de aumento da repressão e da violação de direitos sobre determinadas parcelas da população, que possuem vidas consideradas como de menor valor, como as travestis. O autor afirma que, em geral, as instituições policiais atuam a partir do tripé da incriminação, moralização e patologização em relação às pessoas travestis. Desse modo, a violência institucional é naturalizada, por intermédio da interiorização da associação da travestilidade com a criminalidade. Exatamente por isso, Vitor Serra (2018) denuncia a existência de um processo estrutural de marginalização social de travestis, legitimado pela construção dos estereótipos de “desvio”, “doença”, “perigo” e “criminalidade”. Da análise dos acórdãos proferidos pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, o autor conclui que o judiciário compreende a travestilidade como sinônimo de prostituição, violência e crime (SERRA, 2018). Isto é, a identidade de gênero e a trajetória de vida travesti são entendidas como elementos que com-

põem a essência daquelas pessoas e que fazem elas serem consideradas, de acordo com as palavras de um desembargador paulista, como uma “pessoa afeita ao crime” (SERRA, 2018, p.65). Nesse sentido, opera-se o controle exercido sobre determinados corpos e populações com base nesses conhecimentos sobre gênero construídos pelas práticas jurídico-penais. Gênero e sexualidades consideradas como abjetas são categorias para a seletividade do sistema punitivo, e constitui, inclusive, uma marca do contexto da América Latina (FERREIRA, 2014). A criminalização de pessoas trans é reforçada pelas práticas e pelos discursos jurídicos que, culturalmente, buscam no sujeito as razões para argumentar a incriminação.

CUSTÓDIA SEM AUDIÊNCIA: OS IMPACTOS SOBRE AS PESSOAS TRANS*

Selecionamos um caso específico que nos foi enviado pela CEFLAG para realizar uma análise sobre os discursos, narrativas e práticas que se apresentam nele, com o intuito de compreender como a decisão de prisão provisória está intimamente vinculada aos elementos apresentados no APFD pela suposta vítima do crime e, também, pelos policiais militares que conduziram as pessoas presas.

No dia 02 de junho de 2020, três policiais militares prenderam e conduziram à delegacia de polícia três travestis por supostamente terem roubado e agredido um homem. A narrativa da vítima em relação aos fatos e a dos policiais que conduziram as presas são absolutamente parecidas. Como dito, a prisão foi realizada por três policiais, sendo que, no APFD, configuram como policial condutor um deles e os outros dois aparecem como testemunhas dos fatos e também condutores. Este é um fato muito comum no cotidiano do fluxo do sistema de justiça, em que os mesmos policiais que realizam uma prisão são aqueles que testemunham sobre o caso e fazem uso da cortina da “fé pública”, ou seja, suas palavras têm valor de verdade por serem representantes do Estado.

A narrativa apresentada pelos três policiais militares no APFD é simplesmente a mesma. O mesmo texto foi reproduzido nos três depoimentos e apresenta como base exclusivamente a versão da vítima. Este tipo de caso é corriqueiro nas delegacias de polícia, principalmente, porque os policiais militares, os escrivães e os agentes da polícia civil possuem uma alta demanda e acabam por, simplesmente, reproduzir a narrativa apresentada nos documentos. Este tipo de burocracia mostra uma marca que o direito apre-

sentada, que consiste em esconder as formas de violência, de preconceito e de opressão, isto é, em esconder as marcas das moralidades, atrás de justificativas burocráticas, da "alta demanda" e da "pouca quantidade de funcionários". Ou seja, os registros burocráticos que são feitos pelo próprio Estado apresentam muitas vezes as próprias moralidades dos operadores do direito (CASTILHO et. al, 2017).

No depoimento da suposta vítima do caso em questão, ela curiosamente afirma que foi abordada por travestis e que ela achava que "eles"[sic] "eram moças"; criando, assim, uma narrativa de que foi enganado e agredido por sujeitos que "se passavam" por algo que "não eram". Narrativa essa que é pejorativa e muito comum entre homens cisgêneros, que buscam por criminalizar a identidade de gênero de travestis, como pode ser observado no trecho do APFD abaixo.

Passou a Autoridade Policial a coletar as declarações da primeira VÍTIMA, [...]. Aos costumes, disse: Disse nada. Compromissada, na forma da Lei, sabendo ler e escrever e, inquirida sobre os fatos, respondeu QUE hoje, [...] de 2020, por volta [...] estava conduzindo sua motocicleta quando parou na esquina da rua [...]; QUE aproximaram três pessoas, aparentemente moças oferecendo a realização de programa sexual; QUE então percebeu que não se tratava de três moças e sim três travestis; QUE recusou o programa sexual com os travestis [sic] e então passou a ser agredido fisicamente pelos [sic] três; QUE para cessar as agressões ofereceu um cartão bancário para passar em um máquina de cartão que estava com um dos [sic] travestis; QUE ao abrir a carteira para retirar o cartão, um dos [sic] travestis reconhecido posteriormente como [...], usou de força física e subtraiu a quantia de R\$60,00 (sessenta reais) do declarante; QUE ainda segundo o declarante o travesti reconhecido [sic] posteriormente como [...], subtraiu o cartão de débito do INSS do declarante; QUE foi agredido por pontapés desferido pela travesti reconhecida posteriormente como [...]; QUE então passou a ser agredido também por [...] tendo abandonado a motocicleta e fugido a pé do local e acionou a polícia militar; QUE reconhece sem sombra de dúvidas os imputáveis [...] como autores [sic] do fato; QUE nessa Delegacia foi realizada a restituição de R\$79,00 (setenta e nove reais) em dinheiro; QUE o cartão bancário do INSS não foi localizado. Nada mais disse, nem lhe foi perguntado. Mandou a Autoridade Policial encerrar o presente termo, o qual, após lido e confirmado, assina com a VÍTIMA e comigo, Escrivã(o) que o digitei.¹⁵

¹⁵ Foram suprimidos nomes, datas e locais que pudessem ser identificados de alguma forma.

Apesar de as falas dos policiais serem idênticas àquelas que foram proferidas pela vítima, os depoimentos das conduzidas apresentam divergências substanciais em relação aos anteriores. Nos seus depoimentos, Pauliane¹⁶ e Michelle afirmam que o homem chegou ao local de motocicleta e combinou fazer um programa sexual com Michelle pelo valor de 30 (trinta) reais, mas ele tinha apenas 20 (vinte) reais em dinheiro. Assim, Michelle pegou emprestada uma máquina de cartão com Pauliane, para que ele fizesse o restante do pagamento. Ambas afirmam que o cartão foi negado na máquina e, por isso, elas o mandaram embora. Além disso, elas negam que agrediram o homem. O fato mais emblemático é que ambas afirmam que Mariana, uma das travestis que também foi conduzida, não estava presente no momento dos fatos. O depoimento de Mariana é similar nesse sentido, pois ela disse que tinha ido se encontrar com Pauliane e Michelle para irem embora para casa de carro, chamado pelo aplicativo, momento em que foram abordadas pelos policiais militares. Ela ainda afirmou que não presenciou o ocorrido e que foram Pauliane e Michelle que lhe disseram que tiveram um desentendimento com a suposta vítima, mas que não a machucaram.

Outro ponto importante para observarmos é que consta nos documentos policiais que foram apreendidos uma máquina digital e 48 reais com a Pauliane, 31 reais com a Michelle, uma adolescente de 17 anos, mas que nada foi encontrado com Mariana. Por outro lado, os depoimentos dos policiais e da suposta vítima afirmam que as conduzidas roubaram em torno de 60 reais. Entretanto, consta nos mesmos documentos que, na delegacia, foi restituído à vítima um valor de 79 reais, ou seja, todo o dinheiro que estava com as conduzidas e que constitui uma quantia superior à que a suposta vítima declarou que lhe havia sido roubado.

Importa, aqui, observarmos como as versões apresentadas pelas conduzidas e pela vítima são diferentes em diversos pontos, e percebermos como os policiais adotam como a verdade dos fatos a versão da vítima, um homem cisgênero que afirmava "ter sido enganado, agredido e roubado por travestis". Além disso, é perceptível como a fala da vítima é carregada de uma criminalização da experiência de gênero de travestis e transexuais, quando inferiu que foi enganado porque "elas não eram mulheres de verdade".

Após apresentarmos as narrativas que estão no APFD, bem como suas contradições, passaremos a analisar a decisão sobre a prisão provisória que foi proferida pelo juiz, de ofício, isto é, sem que ele ouvisse as partes (defesa e acusação) e sem audiência de custódia. Passemos, a seguir, à leitura de

¹⁶ Todos os nomes utilizados são fictícios para resguardar a identidade das pessoas, como mencionado na metodologia.

parte da decisão, em que omitimos, novamente, os nomes e as informações que pudessem indicar a identidade das pessoas, de forma a preservá-las:

Consta da narrativa do APFD, sobretudo pelas declarações prestadas pela vítima, que se encontrava conduzindo sua motocicleta e, ao parar em uma esquina, foi abordada por três travestis, que ofereceram programa sexual. Contudo, ao notar que não eram mulheres e sim travestis, diante da negativa da vítima, os autores passaram a agredir a vítima fisicamente. Para que as agressões físicas praticadas pelos autores [sic] cessassem, a vítima ofereceu seu cartão bancário para passar em uma máquina de cartão bancário que estava na posse de um dos [sic] travestis. Ao abrir a carteira para retirar o cartão bancário, o [sic] travesti de nome social [...] – identificado como sendo o autuado [...] – usou de força física contra a vítima e subtraiu a quantia de sessenta reais. A seu turno, declarou o ofendido que o travesti [sic] de nome social [...] – identificado como o adolescente infrator [...] – subtraiu o cartão de débito do INSS da vítima. Ressaltou a vítima que o travesti [sic] de nome social [...] – identificado como o autuado [...] – lhe agrediu com pontapés, de tal forma que o ofendido acabou abandonando sua motocicleta no local e fugiu a pé, para procurar a ajuda da Polícia Militar. A vítima reconheceu expressamente os autuados [...], além do adolescente [...] como os autores do roubo, denotando-se, portanto, a presença veemente de indícios da autoria e materialidade delitivas.

Ato contínuo, policiais durante patrulhamento, receberam notícias de um roubo praticado por três travestis, ocasião em que iniciaram rastreamento, quando se depararam com três travestis com características semelhantes às dos autores, oportunidade em que realizaram abordagem, sendo identificados como os autuados [...], [...] e o adolescente [...], de nomes sociais, [...], [...] e [...], respectivamente.

Cumprе ressaltar que durante buscas pessoais nos autuados, os policiais localizaram quantia em dinheiro e uma máquina de cartão.

É cediço que a pena máxima cominada pelo artigo 157, §2o, II é de quinze anos de reclusão, de tal forma que o decreto da prisão preventiva do autuado é medida imprescindível para a garantia da ordem pública e encontra supedâneo legal no artigo 313, I, do CPP.

A gravidade concreta dos fatos corrobora a necessidade da conversão da prisão em flagrante em preventiva, para a garantia da ordem pública e da instrução criminal.

Diante do exposto, **CONVERTO A PRISÃO EM FLAGRANTE EM PRISÃO PREVENTIVA DOS AUTUADOS [...]**. (MINAS GERAIS, 2020).

Percebemos que a decisão judicial simplesmente reproduz os fatos a partir do que a vítima e os policiais narraram, inclusive recortando e colando, quase que na literalidade, trechos do APFD. Assim, há um fluxo sobre a verdade dos fatos que atravessa a rua, que perpassa pela delegacia e é chancelada pelo judiciário, visto que o juiz que proferiu tal decisão se vale de tais estereótipos e discursos para confirmar a periculosidade das agentes, decretando uma prisão preventiva, inclusive, para uma pessoa sobre cuja presença no momento dos fatos não há tanta certeza. Além do mais, nos termos produzidos ao final das audiências de custódia, não é comum haver menção aos fatos. Costumam-se apresentar apenas as condições objetivas e subjetivas para a decisão sobre a prisão, situação muito diferente da que ocorreu na decisão acima. Ou seja, esse fluxo é o uso sistemático da mesma materialidade, no caso, a reprodução da narração feita, produzindo uma verdade.

Portanto, fica a pergunta: se neste caso tivesse ocorrido a audiência de custódia, o resultado teria sido o mesmo? Se as pessoas que foram presas e custodiadas tivessem sido ouvidas, as suas vozes teriam sido silenciadas? Se a defesa de Pauliane e Mariana tivessem tido a oportunidade de apresentar suas versões e seus pedidos, as chances de encarceramento teriam diminuído? Enfim, ficaremos com essas perguntas e impressões, tendo em mente que pouco se fala e se pesquisa sobre o tema, principalmente, no que concerne aos órgãos públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia do Covid-19 tem nos colocado frente a tantas coisas, minimamente a questão da vida e da morte. Para além disso, deparamo-nos com questões que atravessam a sociedade como um todo, como a fome, o desemprego etc.. Diante desse quadro, grupos que sempre sofreram nessas condições viram sua situação agravar-se na pandemia. Para a população

trans*, ainda mais. O caso que analisamos neste texto é um dos tipos de situação que as pessoas trans* vivem.

Na pandemia, em que pesem os impactos da suspensão das audiências de custódia ainda serem imensuráveis, observamos que há um impacto diferencial em relação às pessoas trans*. Isso ocorre porque os discursos e as práticas que criminalizam as experiências trans são privilegiados nas decisões judiciais, excepcionalmente, quando elas são tomadas de ofício. Sem a ocorrência das audiências, os magistrados avaliam apenas as informações presentes no Auto de Prisão em Flagrante Delito (APFD), que é redigido na delegacia de polícia e em que constam, primordialmente, as versões dos policiais que executaram a prisão. Nesse sentido, a versão dos fatos está intimamente conectada à produção de uma verdade jurídica que silencia e nega as vozes das pessoas trans*, ainda mais nesses tempos pandêmicos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ana Paula. *Subjetividades docentes no Brasil democrático: questões acerca do professor reflexivo crítico*. 2019. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

ANTRA. *Boletim nº 01/2021: assassinatos contra travestis e transexuais em 2021*. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/05/boletim-001-2021.pdf>. Acesso em: 07 de maio de 2021. 2021a.

ANTRA. *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 09 dezembro de 2021. 2021b.

BENTO, Berenice. *O que é transexualidade?* São Paulo: Brasiliense, 2008.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CASTILHO, S. R.; LIMA, A. C. de; TEIXEIRA, C. *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2017.

CASTRO, Edgardo. Governo, governar, governamentalidade. In: CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Trad. Ingrid Müller Xavier. Rev. tec. Walter Omar Kohan e Alfredo Veiga-Neto. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 188-193.

CASTRO, Edgardo. Subjetivação. In: CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Trad. Ingrid Müller Xavier. Rev. tec. Walter Omar Kohan e Alfredo Veiga-Neto. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 407-409.

FAUSTO-STERLING, Anne. *Sexing the body*. New York: Basic Books, 2000.

FERREIRA, Guilherme Gomes. *Travestis e prisões: a experiência social e a materialidade do sexo e do gênero sob o lusco-fusco do cárcere*. 2014. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais: curso no Collège de France 1974-1975*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005a.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005b.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 6. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

GALLO, Silvio. Do currículo como máquina de subjetivação. In: FERRAÇO, Carlos Eduardo; CARVALHO, Janete Magalhães (orgs.). *Currículos, pesquisas, conhecimentos e produção de subjetividades*. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Vitória, ES: Nupec/Ufes, 2013. p. 202-217.

JESUS, Maria Gorete Marques de. Verdade policial como verdade jurídica: narrativas do tráfico de drogas no sistema de justiça. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, n. 102, p. 1-15, 2020.

KAAS, Hailey. *O que é cissexismo?* 2012. Disponível em: <https://transfeminismo.com/o-que-e-cissexismo/> Acesso em: 25 maio 2021.

LAMOUNIER, Gab. *Gêneros encarcerados: uma análise transviada da política de Alas LGBT no Sistema Prisional de Minas Gerais*. 2018. Dissertação de Mestrado – Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

MINAS GERAIS. *Poder judiciário de Minas Gerais*. Decisão APFD n. 0024.20.046.062-4. Justiça de Primeira Instância. Belo Horizonte, Minas Gerais, 04 de junho de 2020.

NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira do. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaira, 2021. (Coleção Feminismos Plurais/ Coord. Djamilia Ribeiro)

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Almedina, 2020.

SERRA, Vitor. "*Pessoa afeita ao crime*": criminalização de travestis e o discurso judicial criminal paulista. Dissertação de mestrado. Franca: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2018.

VIDAL, Júlia Silva. *Criminalização operativa*: travestis e normas de gênero. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.

MASCULINIDADES HEGEMÔNICAS E O USO DE MÁSCARAS NA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS

VENAN LUCAS DE OLIVEIRA ALENCAR¹

Resumo: A pandemia do novo coronavírus suscitou debates em diferentes áreas do conhecimento. Neste trabalho, propomo-nos a apresentar como o uso de máscaras faciais, uma forma de proteção contra o vírus altamente difundida e recomendada pela Organização Mundial da Saúde, foi abordado pelo atual presidente do Brasil e pelo mais recente ex-presidente dos Estados Unidos. Apesar de tal recomendação, houve certa resistência em se utilizar a máscara. Partindo então de casos específicos, buscamos analisar duas falas do presidente do Brasil Jair Bolsonaro e duas do ex-presidente dos Estados Unidos Donald Trump. Ambos, em algum momento, se posicionaram abertamente contra o uso de máscaras. Nosso objetivo era investigar quais estratégias discursivas esses sujeitos utilizaram para sustentarem seus posicionamentos. Para ter acesso a essas falas, buscamos em portais de notícias as transcrições do que foi dito pelos dois presidentes, em ocasiões em que mencionaram o uso de máscaras, no ano de 2020 e, a partir daí, estabelecemos relações entre os Estudos da Linguagem, os estudos foucaultianos e os estudos de Gênero e Sexualidade. No campo teórico-metodológico, partimos de uma filiação à Teoria Semiolinguística, de Patrick Charaudeau (2006, 2010), na Análise do Discurso, assim como das considerações de autores como Courtine (2013), Halperin (1995), Matuschek *et al.* (2020) e Foucault (2013, 2013a), cujas contribuições permitem que entendamos melhor os modos como gerimos nossos corpos e saúde desde tempos mais antigos até os atuais. As estratégias identificadas se provaram semelhantes, mas complexas, pois houve uma mudança na abordagem do problema por parte dos sujeitos-enunciadores.

Palavras-chave: Masculinidades. Coronavírus. Análise do Discurso. Gênero e Sexualidade. Estratégias Discursivas.

Abstract: The Covid-19 pandemic has raised debates on different fields of knowledge. In this article, we aimed to illustrate how the use of face masks, a strongly widespread protection measure recommended by the World Health Organization, was portrayed by the president of Brazil and the newest former president of the United States. Despite such recommendations, there was some resistance to wearing face masks. Our goal was to analyze two speeches of each president, for both, at some point, have openly positioned themselves against that recommendation. By doing so, we were seeking the discursive strategies that those subjects used in order to bolster their opinions. To get hold of those speeches, we looked in news websites the transcripts of what both presidents have said on occasions when they discussed the use of face masks in 2020. From that point on, we related their discourse to Linguistics, foucauldian, and Gender Studies. In terms of methods, we chose the Semiolinguistic Theory of Patrick Charaudeau (2006, 2010) in Discourse Analysis, as well as the studies conducted by Courtine (2013), Halperin (1995), Matuschek *et al.* (2020), and Foucault (2013, 2013a). Their contributions help us better understand the ways we manage our bodies and health from ancient times to the present. The strategies we have identified proved to be similar but complex, for there was a slight change in the manner the speaking subjects approached the issue.

Key words: Masculinities. Covid-19. Discourse Analysis. Gender and Sexuality. Discursive Strategies.

¹ Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor na Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). e-mail: venan@unicentro.br.

INTRODUÇÃO

Este estudo se encontra na intersecção entre os Estudos da Linguagem e de Gênero e Sexualidade. Nosso questionamento inicial envolvia a compreensão de alguns posicionamentos do presidente do Brasil e do ex-presidente dos Estados Unidos, no ano de 2020, quando a pandemia do novo coronavírus teve início, sobretudo em relação a suas opiniões contrárias ao uso de máscaras. Para chegarmos a este entendimento, buscamos as estratégias discursivas que eles empregaram em dois momentos distintos de suas gestões, considerando que esses sujeitos enunciativos estão atravessados por ideologias, crenças, imaginários acerca do corpo, da saúde e das masculinidades.

A respeito desse último aspecto, partimos do entendimento de que as masculinidades performadas pelos sujeitos que analisamos são hegemônicas. Isso quer dizer que elas partem, nesse caso, de homens heterossexuais, cisgêneros e brancos, que ocupam uma hierarquia social desejável, não estigmatizada. Veremos mais adiante que o gênero pode prever, mas não determinar, uma tomada de atitude particular; pois, segundo Butler (1993), temos uma existência “gendrificada”, ou seja, baseada em gêneros. Nessa perspectiva, nossos corpos, submetidos a diversos esquemas regulatórios, são constrangidos, mas produtivos de saberes e de poder.

Nosso estudo se inicia por uma abordagem histórica a respeito do uso de máscaras até chegarmos a um cenário mais atual, como o da pandemia de Covid-19, precedida de outras como a de H1N1. Em seguida, discorreremos sobre a relação entre o corpo e o poder, numa perspectiva foucaultiana, convocando autores que também se filiam ao filósofo francês. Mais adiante, trazemos as estratégias discursivas concebidas por Charaudeau (2009, 2010) na Análise do Discurso. Assim, nas análises, identificamos como essas estratégias aparecem nas falas dos presidentes e quais relações essas falas travam com os estudos que levantamos neste trabalho.

Em relação à constituição do *corpus*, podemos dizer que o primeiro contato veio a partir do *site* de notícias *HuffPost Brasil*. Para termos acesso às demais frases proferidas pelo presidente brasileiro, utilizamos a ferramenta de busca do Google, inserindo os seguintes termos em Português: “coronavírus máscara Bolsonaro”. Encontramos as correspondências desejadas nos canais do *YouTube* da *Uol* e da *Jovem Pan News* (vide referências). Para encontrarmos as frases proferidas pelo presidente estadunidense, inserimos as seguintes palavras na ferramenta de busca, também do Google: “covid mask Donald Trump”. Encontramos correspondências nos *sites* *ABC News*, *The NY Times* e *The Washington Post* (vide referências).

Nas conclusões, ressaltamos os pontos de aproximação e de distanciamento entre os dois sujeitos enunciadore, ou seja, entre os dois presidentes, levando em conta tanto as estratégias discursivas mobilizadas por eles como as referências que faziam a fatores “externos”, como a conjuntura de cada país, órgãos sanitários e outras instâncias que mencionaram em suas falas.

ASPECTOS HISTÓRICOS (E ATUAIS)

Em um primeiro momento, interessa-nos descrever sucintamente algumas peculiaridades históricas sobre o uso de máscaras com propósito de proteção contra algo que ataque a saúde de alguém. Em seguida, propomo-nos a lançar, ainda, um olhar social sobre o fenômeno, ou seja, considerar também as implicações de um discurso médico, por exemplo, nas concepções sobre higiene e proteção, atrelados a ideais da masculinidade e de virilidade.

No início da Idade Moderna, máscaras eram utilizadas, no contexto da peste bubônica, por profissionais da saúde, que as preenchiam com ervas como canela e cravo. A imagem de médicos com capas pretas e máscaras em formato de um bico se popularizaram, mas de acordo com Matuschek *et al.* (2020), não há evidências concretas de que tal figura de fato existisse. Para os mesmos autores, o surgimento mais concreto de máscaras como forma de proteção veio apenas na virada do século vinte, com a gênese da tuberculose. Já nessa época, o sistema respiratório se tornou uma sorte de vilão, um transmissor potencial de germes, e as pessoas, por precaução, mantinham um distanciamento social. No entanto, foi só a partir de 1910 que se observou um uso mais constante de máscaras em hospitais, por médicos. Elas consistiam de apenas duas camadas de gaze cobriam sobretudo a boca.

Segundo Matuschek *et al.* (2020), até 1920, ainda não havia um consenso sobre o uso de máscaras por médicos em procedimentos cirúrgicos e seu uso era evitado em endoscopias e pequenas cirurgias na Alemanha. Nos Estados Unidos, o mesmo ocorria, a despeito de crescentes pesquisas, após a Primeira Guerra Mundial, sobre a necessidade do uso de coberturas faciais mais grossas em ambientes hospitalares. Foi apenas em meados dos anos 1960 que foi introduzido, de fato, o uso de máscaras descartáveis, feitas de material em papel ou em lã.

Ainda hoje, parece não haver um consenso na comunidade científica sobre a eficácia do uso de cobertura sobre a boca e o nariz. No entanto, essa medida foi largamente anunciada pela Organização Mundial da Saúde

como uma das únicas possíveis para se combater a epidemia de coronavírus iniciada em 2020. Fica evidente, portanto, que existe uma desconfiança histórica a respeito do uso desse equipamento de segurança individual, que, de certa forma, não se restringiu às comunidades médica e científica, mas atingiu a população em grande escala.

Barcelo e Capraro (2020) conduziram seus estudos em uma perspectiva interseccional com os estudos de gênero, o que nos interessa para esta pesquisa. De acordo com os autores, durante as pandemias de SARS e H1N1, constatou-se que era mais provável se observarem mulheres usando máscaras do que homens. Contudo, interessava aos pesquisadores compreender também os sentimentos autorrelatados por homens e mulheres ao utilizarem o equipamento de segurança. Eles observaram também que, quando se tratava de um país onde o uso de máscaras era obrigatório, havia diferenças mais marcantes em relação à adesão à prática por homens e mulheres. Assim, os homens se sentiriam mais afetados com a imposição do que as mulheres, segundo os resultados do estudo em questão.

Uma das questões levantadas por Barcelo e Capraro (2020) dizia respeito à percepção e à qualificação quanto ao uso de máscara em diferentes situações. A partir da leitura de algumas assertivas, os participantes deveriam atribuir-lhes notas de 0 a 10, sendo que quanto mais concordassem com elas, mais alta deveria ser essa nota. As assertivas eram: “Wearing a face covering is cool, Wearing a face covering is not cool, Wearing a face covering is shameful, Wearing a face covering is a sign of weakness, The stigma attached to wearing a face covering is preventing me from wearing one as often as I should (tradução nossa: *Usar uma cobertura facial é legal, Usar uma cobertura facial não é legal, Usar uma cobertura facial é vergonhoso, Usar uma cobertura facial é um sinal de fraqueza, O estigma atrelado ao uso de cobertura facial me impede de usar uma na frequência que eu deveria*). Toda a pesquisa foi conduzida nos Estados Unidos, com o total de 2459 participantes, nos meses de abril e de maio de 2020. Um dos resultados conclusivos apontou para uma predominância de sentimentos negativos nos homens em relação ao uso de qualquer tipo de cobertura facial. É justamente esse caráter que a pesquisa de Barcelo e Capraro sugere explorar em outros estudos, ou seja, as razões para esse sentimento baseado na diferença entre os gêneros.

Na tentativa de elucidar algumas dessas lacunas, apresentamos agora considerações a respeito das relações entre gênero, corpo e poder, em uma perspectiva foucaultiana.

AS RELAÇÕES ENTRE GÊNERO, CORPO E PODER

Os estudiosos de Foucault sabemos que, na perspectiva do filósofo, existe uma relação entre corpo e poder, de modo que o primeiro não deve ser exclusivamente visto como sujeito ao segundo. Isso quer dizer que Foucault (2013, 2013a), ao propor uma visão do poder como potência, ou seja, um poder *produtivo*, desloca as crenças vigentes à sua época para uma compreensão de formas não só mais dispersas do poder, mas também mais produtoras de controle e de vigilância menos institucionalizados.

Neste estudo, interessa-nos refletir sobre essas relações sob a perspectiva foucaultiana para elucidar as formas como dois presidentes podem, segundo essa teoria, produzir efeitos de autorização ou desautorização frente a uma prática de proteção à saúde. Vimos anteriormente que o uso de máscaras foi muito lentamente se difundindo na comunidade médica ocidental e observá-las em público, fora de um contexto hospitalar, não foi algo desejado, em um primeiro momento, pelos comandantes dos dois países de que estamos tratando aqui.

Compartilhamos com Le Breton (2006) a ideia de que nossa existência é corporal, ou seja, somos corpos que absorvem normas, percepções e gestos, que são codificados de modo mais ou menos particular. Isso quer dizer que nosso corpo é efeito e produtor de sentido, assim como efeito e produtor de técnicas de poder. Para Le Breton (2006, p. 09), “no interior de uma mesma comunidade social, todas as manifestações corporais do ator são virtualmente significadas aos olhos dos parceiros. Elas só têm sentido quando relacionadas ao conjunto de dados da simbologia própria do grupo social”. Digamos, portanto, que compartilhamos de algumas significações dos dois sujeitos de que trata o estudo relatado neste artigo, e elas adquirem sentidos específicos em um contexto de pandemia, como o em que vivemos. Esse dado é importante, porque é a partir dele que fundamos nossa análise a de um determinado contexto sócio-histórico em que os atores tomam determinadas atitudes frente ao período em que vivem.

Retomando a perspectiva de Foucault (2013a, p.45), entendemos as técnicas de poder “como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir”. É por isso que essas técnicas de poder produzem um saber sobre algo. É preciso lembrar, por exemplo, que foi por meio de um poder sobre o corpo que o conhecimento sobre a fisiologia e os desejos desviantes se instaurou na Europa do século dezoito. Tratamos, assim, de um poder que nomeia, categoriza, hierarquiza sujeitos, desejos e práticas sociais.

Na perspectiva de Le Breton (2006), o corpo é socialmente construído e, por isso, não deve ser entendido como uma materialidade evidente, senão como efeito de elaborações tanto sociais quanto culturais. Vejamos que é basicamente o que Foucault também afirmou e, a respeito disso, acrescentamos algumas considerações sobre nossa análise. Usar ou não usar máscaras, no contexto da pandemia de coronavírus no Brasil, implicou colocar em evidência elaborações socioculturais bastante peculiares, que travavam relações com o domínio político. No caso brasileiro, o presidente manifestou uma clara aversão ao uso da proteção facial, o que fez do seu corpo um veículo de propagação de informações, de poder e de saber acerca de um assunto. Maingueneau (2006) afirma que a corporalidade se manifesta no fato de simplesmente nos movermos no espaço social. Apoiados pelas corporalidades, as falas dos presidentes acompanhavam aquilo que seus corpos mostravam — um descrédito a qualquer relevância da máscara ou ao entendimento da gravidade da pandemia. Veremos mais adiante que, ao nos apoiarmos na questão da linguagem verbal, constatamos a consonância das informações que ele buscava defender.

Retomemos os estudos de Barcelo e Capraro (2020) para colocar em evidência a questão de gênero presente em seus estudos e possivelmente relatáveis neste trabalho também. Os corpos “masculinos”, quando observados sob a perspectiva da virilidade, conduzem potencialmente a um ideal de obsessão pela potência, conforme Courtine (2013, p. 568). Esse ideal é difundido por um conjunto de práticas e, portanto, estamos todos mais ou menos sujeitos a sermos interpelados por elas. Além disso, para o autor, existe um medo e um poder, ou ainda um “temor revertido em poder, uma obsessão negada nas formas, que podem ser brutais e agressivas, às vezes assassinas, de uma dominação”. Assim, a virilidade estaria endemicamente em crise — é preciso reafirmá-la constantemente, a fim de que seja lembrada a posição que ela ocupa nas hierarquias das sexualidades hegemônicas e dominantes.

Concordamos com Halperin (1995, p. 121), cuja abordagem foucaultiana se traduz e se faz pertinente no seguinte trecho: “ao tratar a sexualidade como o instrumento e o efeito de uma série de estratégias discursivas e políticas, Foucault transpassa o sexo do domínio da fantasia individual para o domínio do poder social e do conhecimento²”. Desde os empreendimentos do filósofo francês, temos tratado as questões sobre sexualidade não como uma instância privada, restrita, mas como técnicas e estratégias discursivas

² No original: “[...] by treating sexuality as the instrument and effect of a series of discursive and political strategies, Foucault translates sex from the realm of individual fantasy to the domain of social power and knowledge.” (HALPERIN, 1995, p. 121)

e políticas que emanam e dispersam poder e conhecimento. Isso quer dizer, então, que o corpo, enquanto veículo de linguagens (verbal e não verbal) tem a potencialidade de inibir, coibir, incentivar e promover determinadas atitudes. Por se tratar de um corpo “masculino”, as implicações sobre sexualidade esbarram, no caso do enunciador presidente, no contexto político e social — as características das masculinidades hegemônicas devem ser mantidas e reforçadas. Segundo Wang *et al.* (2006), adjetivos como *forte*, *destemido*, *equilibrado* e *independente* são alguns dos que estariam compreendidos no domínio das masculinidades hegemônicas. Buscaremos verificar se tais adjetivos são detectáveis nas falas dos presidentes na seção de análise.

Por fim, se o próprio corpo é veículo de informações, a linguagem verbal se faz igualmente importante em termos de análise para este estudo. A seguir, veremos como o uso de estratégias discursivas podem reafirmar aquilo que se mostra ou se deseja mostrar.

A LINGUAGEM: ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS

No domínio dos Estudos da Linguagem, convocamos Charaudeau e sua Teoria Semiolinguística, com a qual já viemos trabalhando há um tempo. Em termos gerais, a teoria do linguista francês pressupõe a existência de um sujeito-comunicante, psicossocial, complexo e atravessado por crenças, imaginários, que se tornam evidentes no momento em que ele os enuncia e “se torna” um sujeito-enunciador. Isso quer dizer que o sujeito, em sua dimensão social, também importa para sua análise e, por isso, traremos frequentemente noções acerca dos sujeitos cujas discursividades estamos evidenciando neste estudo — os presidentes do Brasil e dos Estados Unidos.

É na tentativa de se individuar que o sujeito mobiliza algumas estratégias discursivas, por ser mais ou menos consciente das constrações que a linguagem lhe impõe, na perspectiva charaudeana, consciente de que nós nos muniríamos de estratégias para que, de alguma forma, pudéssemos tornar nossa enunciação mais única, ou mais credível, mais verossímil ou menos comprometida, por exemplo. Esse pensamento do linguista francês se aproxima do de Foucault, se levarmos em conta que ambos consideram as constrações sociais implicadas na nossa agência na qualidade de sujeitos (de fala).

É, portanto, nesse território de manobras, nesse espaço que nos resta, que mobilizamos, mais ou menos conscientemente, as estratégias dis-

cursivas. Como havíamos mencionado, nosso objetivo aqui é observar as estratégias utilizadas pelos dois presidentes e aliá-las às considerações que expusemos neste breve artigo.

Na perspectiva de Charaudeau (2009, 2010), a estratégia de captação é mobilizada quando o sujeito-enunciador possui a intencionalidade de atingir algo no domínio afetivo de seu interlocutor, o que pode deixá-lo mais à mercê, digamos assim, daquilo que é enunciado. Criam-se efeitos de *pathos*, e é a partir disso que se intenta uma adesão às ideias do enunciador. Além disso, por não estar em uma posição de autoridade, é preciso que o enunciador se muna de mecanismos de “fazer crer”, para que seu interlocutor se coloque em uma posição de “dever crer”.

Por outro lado, na estratégia de credibilidade, o enunciador se mostra um sujeito ponderado, ou seja, hábil para medir os prós e os contras, os extremos, posicionando-se, portanto, como equilibrado e, assim, mais crível. É preciso que ele seja levado a sério e, para isso, pode adotar atitudes discursivas de *neutralidade*, de *distanciamento* ou de *engajamento*. Para demonstrar neutralidade, o enunciador tentará se desfazer de marcas que mostrem julgamentos e avaliação pessoais, como se estivesse simplesmente relatando o que viu. Para demonstrar distanciamento, o sujeito deve adotar uma postura de expertise, de conhecimento lógico, a que teria chegado graças a um raciocínio, a uma análise, e que agora os explica de forma fria. E para demonstrar engajamento, o enunciador tentará, de modo mais ou menos consciente, trazer em sua discursividade elementos que promovam uma convicção, por meio de uma modalização que inclui uma escolha de palavras, de argumentos favoráveis à sua tentativa de influência sobre o outro.

Na estratégia de legitimação, o sujeito, por não gozar de antemão de legitimidade, faz uso de mecanismos que mostrem seu conhecimento a respeito de um assunto. Trata-se de uma tentativa de provar ao outro que se tem o direito à palavra, pois a imagem prévia que se tem do interlocutor não é o suficiente para garanti-lo. Assim, tanto a fala como a forma de falar do interlocutor devem conferir-lhe uma posição de autoridade; esta, então, é produzida pela própria situação de comunicação na qual se encontram engajados os sujeitos comunicantes.

É, pois, com esses conceitos e dos demais já levantados neste trabalho que vamos sustentar nossas análises, no intuito de compreender melhor as questões de gênero sobre o corpo, o poder e a linguagem.

ANÁLISES

Para conduzir as análises, apresentamos a data em que cada fala foi feita e, em seguida, sua transcrição, exatamente como o veículo de imprensa em questão a publicou à época. Serão quatro falas: duas do presidente brasileiro e duas do presidente estadunidense.

Começamos com a de Jair Bolsonaro, em 3 de setembro de 2020. A fala foi resgatada por meio de um vídeo³, disponível no canal do *Uol* no *YouTube*, que mostra parte de uma transmissão ao vivo feita pelo presidente em uma rede social. O título escolhido para o vídeo no *YouTube* pela equipe da *Uol* foi: “Bolsonaro: ‘Se matar, não vai preso. Sem máscara, podem te prender’”. A seguir, a fala que escolhemos para a análise em si.

Se bem que tem muito médico dizendo já que essa máscara não protege bulhufas! Bulhufas! É outra farsa que tem pela frente.

Em primeiro lugar, é importante nos atentarmos ao título do vídeo, que, na verdade, é um trecho da fala de Bolsonaro durante a transmissão ao vivo em pauta. Existe uma clara analogia entre dois aspectos sociais: o encarceramento e o uso de máscaras. De um lado, há um fenômeno que já é conhecido pelos brasileiros, e do outro, algo novo, a que não estaríamos habituados (o uso de máscaras). Ora, o Brasil, de acordo com dados de 2020, concentra a terceira maior população carcerária do mundo⁴. Já é sabido que nossa nação é atravessada por injustiças, pelo crime organizado e pelo homicídio. Ao contrapor esse dado de conhecimento comum a uma prática nova, ao menos para os brasileiros, o presidente nos faz questionar a validade e a legitimidade da adoção de práticas de contenção da pandemia, pois as relaciona ao encarceramento, algo provavelmente temível pela maioria da população.

Em termos de estratégias discursivas, Bolsonaro ativa componentes patêmicos em sua recepção, como o medo e a insegurança, para se “fazer crer”. Trata-se de uma estratégia de captação que, apesar de o enunciador estar em posição de autoridade, por ser presidente, coloca seu interlocutor no domínio do “dever crer”. Ainda em relação à autoridade do enunciador, poderíamos questionar se era, de fato, necessário mobilizar essa estratégia,

³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tSngUjt6ocg>. Acesso em: 8 abr. 2021.

⁴ Dados do Departamento Penitenciário Nacional. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/596466-brasil-se-mantem-como-3-pais-com-maior-populacao-carceraria-do-mundo>. Acesso em: 10 maio 2021.

visto que ele já gozaria de uma posição social que lhe foi conferida, mas que, ainda assim, não teria sido suficiente para argumentar a seu favor. Parece-nos, por isso, que o próprio sujeito considera não possuir a credibilidade que sua posição social lhe conferiria e, por isso, mobiliza tal estratégia.

Se nos atemos à fala destacada acima em si, percebemos que ela se aproxima de um coloquialismo, sobretudo com o termo “bulhufas” e com a locução “se bem que”. Novamente, o enunciador faz uso de uma estratégia utilizada quando o sujeito não está em posição de autoridade: a estratégia de legitimação. Para se validar, o presidente faz referência aos médicos, outorgando a esses profissionais a responsabilidade de sua fala. Poderíamos ainda dizer que, ao trazer vocábulos coloquiais, o enunciador busca se aproximar de um público que não deseja ouvir termos rebuscados ou técnicos. Ativando componentes patêmicos e buscando se identificar com seu público, o presidente convoca médicos, termos informais e a ideia de uma mentira (“farsa”) ao mesmo tempo, em poucas palavras.

Vimos anteriormente que, historicamente, o uso de máscaras ou proteção fácil, mesmo no meio médico, é algo recente. Sobre isso, Barcelo e Capraro (2020) apontam para as dificuldades de um consenso a respeito do assunto, o que, de certo modo, dificulta que se assente a ideia de um hábito novo na cultura brasileira. Apoiado nessa incerteza, Bolsonaro traz à tona o discurso da dúvida, legitimado por médicos e, ao mesmo tempo, convoca a população média com seus coloquialismos para aderir às suas ideias.

Alguns meses mais tarde, no entanto, o tom muda. Em 27 de novembro de 2020, em outra transmissão ao vivo em uma mídia social, percebemos que, ainda questionando o uso de máscaras, o enunciador assume outra postura. O vídeo foi acessado pelo canal da *Jovem Pan News* no *YouTube*⁵, onde está publicado sob o seguinte título: “Bolsonaro volta a criticar isolamento social e o uso de máscaras contra COVID-19”.

Ainda vai ter um estudo sério sobre a efetividade da máscara, se ela protege cem por cento, oitenta, noventa, dez, quatro, um por cento. Não chegar esses estudos. Acho que falta apenas o último tabu a cair.

Percebamos como a estratégia de credibilidade se faz mais presente nessa fala. Agora, o enunciador se mostra mais ponderado, mais equilibrado, sem aquele apelo emocional evidente de outrora. Confere aos estudos, que ainda estão por vir, a tarefa de afirmar se as máscaras são eficientes ou não.

⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JoSl30IRISs>. Acesso em: 8 abr. 2021.

Por isso, não será mais ele quem afirma, confirma ou nega a informação, mas “os estudos”. Além disso, não há espaço, nesse momento, para coloquialismos, senão para algo que nos remeta aos domínios estatístico e científico. Mencionar as porcentagens de proteção das máscaras nos projeta a esse universo que o enunciador evoca. A própria escolha lexical aqui já nos faz perceber a mudança de tom: “efetividade”, “estudos”, “por cento” *versus* “farsa”, “bulhufas”, “se bem que”.

Assim como anteriormente, a responsabilidade sobre o uso de máscaras recai sobre outras instâncias: antes, eram alguns “médicos” que questionavam sua efetividade, agora são “estudos”, que estão por chegar, segundo o presidente. Observamos, pois, uma tentativa de se apagar, de não se comprometer muito. É nessa busca por uma neutralidade, segundo Charaudeau (2009), que o sujeito tenta se desfazer de marcas que denunciem suas avaliações pessoais. Fica evidente, assim, que, ainda que parta de um posicionamento desfavorável ao uso de máscaras, como vimos na fala anterior; nessa segunda fala existe uma ponderação, um questionamento mais sutil, menos patêmico e mais “neutro”, se possível.

Por fim, é preciso ainda retomar aquela noção de relação entre corpo e poder e as características das masculinidades hegemônicas. Por meio das falas analisadas, pudemos detectar os ideais de força, de falta de temor e de ponderamento no enunciador. O corpo que enuncia é também um corpo que dissemina, pulveriza informações acerca de comportamentos e opiniões desejáveis e indesejáveis. Por isso, é importante nos atentarmos a essas técnicas de poder produtivo e aos modos como eles são absorvidos e/ou rechaçados pela recepção.

Passamos agora para as falas do ex-presidente estadunidense Donald Trump, quem também se mostrou abertamente questionador do uso de proteção facial (*face covering*).

Em 3 de abril de 2020, em uma coletiva de imprensa na Casa Branca, Trump afirmou:

A C.D.C está aconselhando o uso de cobertura facial não médica como uma medida de saúde pública voluntária e adicional. Portanto, é voluntária. Você não precisa usar. Eles sugeriram por um período de tempo, mas é voluntário. Eu acho que não vou usar⁶.

⁶ No original: “The C.D.C. is advising the use of nonmedical cloth face covering as an additional voluntary public health measure. So it’s voluntary. You don’t have to do it. They suggested for a period of time, but this is voluntary. I don’t think I’m going to be doing it.” Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/10/02/us/politics/donald-trump-masks.html>. Acesso em: 8 abr. 2020.

De forma semelhante, Trump também outorga a outrem a responsabilidade de sua fala e de sua atitude antes de anunciar as medidas que irá tomar ante o que acaba de expor. A C.D.C que menciona é a agência reguladora que controla as vacinas aprovadas e não aprovadas durante a pandemia, além de outras funções sanitárias como controle de medicamentos. Note-mos como o enunciador mobiliza atitudes discursivas de distanciamento, de modo que, em um primeiro momento, ele apresenta dados provenientes de uma instituição já legitimada para, em seguida, assumir uma postura de expertise e de conhecimento lógico, como Charaudeau (2009) postula. Há uma sorte de progressão: apresenta-se o conhecimento (“A C.D.C está aconselhando...”), raciocina-se sobre ele e explica-se como se chegou a determinada conclusão (“Portanto, é voluntária”).

Atentemo-nos, contudo, para o fato de, após expor a explicação da C.D.C, o enunciador incluir o outro em seu discurso com uma atitude discursiva de engajamento, quando afirma “Você não precisa usar”. Depois, deixa claro qual atitude vai tomar frente a esse conhecimento, a esse distanciamento que ocorreu em um primeiro momento e que logo se tornou um engajamento: “Eu acho que não vou usar”. No original em inglês, as palavras exatas foram *You don't have to do it*, que denota uma sugestão e, em seguida, *I don't think I'm going to be doing it*, que sugere uma modalização da atitude que ele pretende tomar concernindo à adesão ou à não adesão ao uso de máscaras. O que nos chama à atenção, também é a repetição de *don't*, que remete à negação, assim como do termo *voluntary* (voluntário), usado duas vezes.

Acompanhando o fio da história, em julho de 2020, Trump apareceu publicamente usando máscara pela primeira vez. Em 13 de agosto do mesmo ano, discursou também na Casa Branca a respeito do uso do equipamento:

Minha gestão tem uma abordagem diferente: nós temos encorajado os americanos a usarem máscaras, e eu enfatizo que se trata de algo patriótico a se fazer. Talvez elas sejam ótimas, ou talvez elas só sejam boas. Talvez elas nem sejam tão boas⁷.

Dessa vez, o enunciador se inclui na instância de que fala: “minha gestão”. Não se trata mais de um órgão totalmente “externo”, senão de um

⁷ No original: “My administration has a different approach: We have urged Americans to wear masks, and I emphasized this is a patriotic thing to do. Maybe they're great, and maybe they're just good. Maybe they're not so good.” Disponível em: <https://abcnews.go.com/Politics/trump-downplaying-virus-mocked-wearing-masks-months/story?id=73392694>. Acesso em: 8 abr. 2021.

grupo de que ele faz parte. Agora eles “encorajam” o uso de máscaras, justificando-o a partir do uso do valor de patriotismo. Mas, em seguida, ainda que tenha se mostrado brevemente a favor do uso, questiona o ato ao ponderar sua eficácia. Essa fala se aproxima bastante daquela de Bolsonaro, que, em setembro do mesmo ano, ou seja, meses mais tarde, repete essa perspectiva questionadora (“se ela protege cem por cento, oitenta, noventa, dez, quatro, um por cento”).

Percebamos que o trecho em questão se mostra complexo, pois evidencia uma atitude discursiva de engajamento, quando o enunciador encoraja (*urge*) os estadunidenses a usarem máscaras como um ato patriótico. No entanto, esse engajamento é “quebrado”, digamos assim, ou posto em xeque, quando o enunciador, naquela mesma situação de comunicação, hesita em afirmar se as máscaras são realmente eficazes. Torna-se improvável, portanto, que esse comprometimento por parte do seu público se concretize, pois o “fazer crer” é instável, tornando o “dever crer” igualmente dúbio.

A ideia de algo duvidoso se faz evidente no termo *maybe*, repetido três vezes no curto trecho. Acompanhado dele, vem uma gradação conferida ao uso de máscaras, que parte de um valor mais positivo (*great*), passa por um intermediário (*just good*) e termina afirmando um valor menos positivo (*not so good*). É preciso chamar à atenção aqui, finalmente, para a gradação que Bolsonaro conferiu à eficácia das máscaras também, no trecho que analisamos anteriormente, quando, em vez de adjetivos, ele faz uso de número (cem por cento, oitenta, um por cento).

CONCLUSÕES

Nosso estudo se propôs a analisar as estratégias discursivas mobilizadas por dois sujeitos enunciadoreis distintos, mas que, de alguma forma, apresentaram atitudes discursivas semelhantes quando se tratou de discorrer acerca do uso de máscaras na pandemia de Covid-19. Em ambos os casos, observamos o uso de estratégias de captação, de legitimação e de credibilidade, que ocorreram de formas particulares e correspondentes aos propósitos comunicativos dos enunciadoreis.

Além disso, buscamos entender de que forma o questionamento sobre o uso de máscaras, anterior à atual pandemia, fez-se presente nas discursividades do presidente brasileiro e do ex-presidente estadunidense. Nos dois casos, observamos que o discurso que coloca a eficácia das máscaras em um território conotativo da dúvida ainda se fez presente. Apoiados nisso, os sujeitos analisados mobilizaram suas estratégias. Além disso, verificamos

que as falas apresentadas, por partirem de sujeitos cujos corpos fabricam produtivamente técnicas de poder, têm a potencialidade de permitir e ensejar determinados comportamentos na população, chegando a um ponto em que, pelo menos na conjuntura brasileira, usar ou não usar máscara sugeriu uma filiação política.

Curiosamente, tanto Bolsonaro como Trump, apesar de partirem de posições sociais de poder, apresentaram estratégias discursivas características de enunciadores que não estão em posição de legitimidade ou de credibilidade. Adicionalmente, como homens que representam masculinidades hegemônicas, projetaram ideais de força e de falta de temor. Isso nos prova que uma análise mais extensa, em diferentes momentos das gestões de ambos os dirigentes, seria interessante para se acompanharem as formas como a conjuntura mais ou menos determinou seus posicionamentos.

Em termos de aproximação, verificamos que ambos utilizaram órgãos ou instâncias outras para se apoiaram e se legitimarem, como a “C.D.C” e os “médicos”. De forma semelhante, recorreram a números (porcentagens) e a adjetivos para questionarem a eficácia do uso de máscaras. Por outro lado, Trump foi mais enfático ao afirmar que talvez não usaria máscaras, já que se tratava de algo “voluntário”, enquanto Bolsonaro afirmava aguardar “estudos” mais comprobatórios. Por fim, é interessante observar que, no caso do ex-presidente estadunidense, houve uma menção ao patriotismo, um ideal forte na cultura do país, enquanto aqui a menção foi ao problema carcerário, quando o presidente compara o ato de se ser preso por matar em contraposição ao de não se usar máscara.

REFERÊNCIAS

BARCELO, H.; CAPRARO, V. The effect of messaging and gender on intentions to wear a face covering to slow down COVID-19 transmission. 2020. Preprint DOI <https://doi.org/10.31234/osf.io/tg7vz>.

BUTLER, J. *Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”*. New York: Routledge, 1993.

CHARAUDEAU, P. Da ideologia aos imaginários sociodiscursivos. In.: *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, P. Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. In: PIETROLUONGO, Márcia. (Org.) *O trabalho da tradução*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009, p. 309-326.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2010.

COURTINE, J.J. Robustez na cultura: mito viril e potência muscular. In: *História da virilidade: a virilidade em crise?: o século XX e XXI*. Trad. Noeli Correia de Mello Sobrinho e Thiago de Abreu e Lima Florêncio – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 554-578.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: O nascimento da prisão*. Trad. Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2013.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 26ª ed. São Paulo: Graal, 2013a.

HALPERIN, D. M. *Saint Foucault: Towards a Gay Hagiography*. Oxford University Press. New York, NY, 1995.

LE BRETON, D. *A sociologia do corpo*. Trad. Sônia M. S. Fuhrmann. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. [1992]

MAINGUENEAU, D. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo, Contexto, 2008.

MATUSCHEK *et al.* The history and value of face masks. *European Journal of Medical Research*. 2020. <https://doi.org/10.1186/s40001-020-00423-4>

Site ABC News. Disponível em: <https://abcnews.go.com/Politics/trump-downplaying-virus-mocked-wearing-masks-months/story?id=73392694> . Acesso em: 8 abr. 2021.

Site Canal Jovem Pan News YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JoSl30IRISs> . Acesso em: 8 abr. 2021.

Site Canal Uol YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tSngUjt6ocg> . Acesso em: 8 abr. 2021.

Site The NY Times. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/10/02/us/politics/donald-trump-masks.html> Acesso em: 8 abr. 2021.

Site WAMU. Disponível em: <https://wamu.org/story/20/10/28/trump-has-weaponized-masculinity-as-president-heres-why-it-matters/> . Acesso em: 8 abr. 2021.

Site Washington Post. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/health/2020/10/07/trump-coronavirus-face-masks-world-leaders/> . Acesso em: 8 abr. 2021.

WANG, M-L.; JABLONSKI, B. *Identidades masculinas: limites e possibilidades. Psicologia em Revista*, São Paulo, v. 19, n. 12, p. 47-62, 13 jun. 2006.

RESSIGNIFICAÇÃO E AGÊNCIA: ANALISANDO A HASHTAG #COISADEVIADO

MARIA CARMEN AIRES GOMES¹
ALEXANDRA BITTENCOURT DE CARVALHO²

Resumo: Nosso objetivo neste texto é analisar discursiva e criticamente a maneira como o movimento LGBTQIA+ se apropriou do enunciado “Usar máscara é coisa de viado”, produzido pelo presidente do Brasil Jair Bolsonaro, em uma reunião, em início de dezembro de 2020, e ressignificou tal insulto na *hashtag* #CoisadeViado. A nossa tese é que essa ressignificação ocorre por meio de um agenciamento discursivo identitário, epistêmico e político (QUEIROZ, 2020), de modo mais afirmativo e subversivo, em resposta ao ato de zombar e insultar performatizado pelo presidente do Brasil. Para tanto, analiticamente, consideramos a *hashtag* como um tipo de dispositivo tecnolinguageiro (PAVEAU, 2017; 2015), e articulamos a ela o conceito de ressignificação proposto por Bachur (2021), dialogando com o conceito de agência de Archer (1996, 2003, 2004), e agenciamento discursivo (QUEIROZ, 2020). Para a analítica discursivo-crítica, operacionalizamos as categorias discursiva e linguística dos significados representacional e identificacional (FAIRCLOUGH, 2003) em articulação com a analítica da decolonialidade proposta por Maldonado-Torres (2018).

Palavras-chave: ADC. Ressignificação. Hashtag. Agência. LGBTQIA+.

Abstract: Our objective in this text is to discursive and critically analyze the way in which the LBTQI+ movement appropriated the statement "Wearing a mask is a fag thing", produced by the President of Brazil Jair Bolsonaro, in a meeting in early December 2020, and redefined this insult in the *hashtag* #CoisadeViado. Our thesis is that this resignification occurs through an identity, epistemic and political discursive agency (QUEIROZ, 2020), in a more affirmative and subversive way, in response to the act of mocking and insulting performed by the President of Brazil. Therefore, analytically, we will consider the *hashtag* as a type of techno-language device (PAVEAU, 2017; 2015), and we will articulate to it the concept of resignification proposed by Bachur (2021), in dialogue with Archer's concept of agency (1996, 2003, 2004), and discursive agency (QUEIROZ, 2020). For the discursive-critical analytics, we will operationalize the discursive and linguistic categories of representational and identificational meanings (FAIRCLOUGH, 2003) in conjunction with the analytics of decoloniality proposed by Maldonado-Torres (2018).

Keywords: CDA; Resignification; *hashtag*; Agency. LGBTQIA+.

¹ Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora Titular na Universidade de Brasília (UnB). e-mail: maria.carmen@unb.br

² Doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora do Ensino Básico de Linguagens. e-mail: alexandraportugues@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

Nosso objetivo neste texto é analisar discursiva e criticamente a maneira como o movimento LGBTQIA+ — que luta pelo direito das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queer, intersexo e assexuais — se apropriou do enunciado “Usar máscara é coisa de viado”, produzido pelo presidente do Brasil Jair Bolsonaro em uma reunião em início de dezembro de 2020, e ressignificou tal insulto na *hashtag* #CoisadeViado.

No contexto pandêmico brasileiro, atualmente com mais de 500.000 mortes, após declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS), em março de 2020, o presidente do Brasil politiza a doença, desinforma a população e deslegitima cientistas; gerando, assim, comportamento de risco ao defender o fim do isolamento e distanciamento sociais, por parte da população. Além disso, desacata a recomendação dos órgãos de saúde do seu próprio governo, participando de movimentos públicos antidemocráticos, sem se preocupar com o uso de máscara. Esse tipo de comportamento, para um chefe de Estado, é extremamente letal, uma vez que, ao negar e minimizar a doença, refutando as recomendações mundiais de saúde, em uma conjuntura mundial de muitas incertezas sobre o grau de letalidade da doença, bem como sobre seu tempo de sobrevivência em superfícies e no ar, o presidente coloca em risco toda a sociedade, promovendo o caos, o temor e o desespero social.

A construção de um *ethos* “Anti-herói Bolsonaro” se constitui pelas imagens de poder formuladas pela moral cristã conservadora do modo de ser-viver branco cisheteronormativo: força, potência e virilidade. Isso pode ser observado em certas falas: *não se acovardar; enfrentar como homem; vocês são bundões*. Valendo-se de um presumido corpo-militar, interseccionalizado pelo sistema de branquitude cisheteronormativo e de classe e com base na lógica moderno-colonial da estruturação do sistema-mundo (QUIJANO, 2000; BALLESTRIN, 2013; MALDONADO-TORRES, 2018), Jair Bolsonaro ironiza a doença, as medidas preventivas e orientações da OMS, bem como as pessoas indesejáveis para ele (GOMES, 2020; GOMES, VIEIRA³, no prelo).

Os saberes sobre a doença covid-19 são construídos pelo governo de maneira desqualificada e contraditória; gerando, portanto, interpretações vagas, confusas e desinformativas, o que resulta em uma forma de abuso de poder comunicativo, conforme discute Teun van Dijk (2008), em *Discurso e Poder*. A imagem combativa do presidente frente às informações divulgadas tanto

³ *Political Discourses and the denial of the COVID-19 pandemic: the public discourse on the crisis in the Brazilian context* Artigo submetido por Maria Carmen A. Gomes e Viviane Vieira, no periódico Diacrítica, em dezembro de 2020.

pelos órgãos científicos quanto pela imprensa pode ser apreciada (e o é) por aqueles que se identificam com o poder, a virilidade e a potência da maneira como ele opera, mas pode ser refutada (e o é) por aqueles que o identificam como um tipo de vilão, um obscurantista, negacionista. Os insultos, o uso de palavrões, as declarações grosseiras e irônicas, as gafes e o falar franco e direto constroem a imagem desse anti-herói “simples”, anti-intelectual, “realista”, conservador e LGBTQIA+fóbico. Não é raro que ele produza enunciados que insultam e zombam da comunidade LGBTQIA+, ao se manifestar contrário às medidas preventivas, como o uso da máscara e o isolamento social.

Considerando o contexto acima descrito, analisaremos como a *hashtag* #coisadeviado ressignifica os sentidos gerados pelo enunciado “usar máscara é coisa de viado”, dito por Jair Bolsonaro. A nossa tese é que essa ressignificação ocorre por meio de uma agência (ARCHER, 1996, 2003, 2004), que promove agenciamentos discursivos identitário, epistêmico e político (QUEIROZ, 2020), de modo mais afirmativo e subversivo, em resposta ao ato de zombar performatizado pelo presidente do Brasil. Para alcançar nosso objetivo, analiticamente, consideraremos a *hashtag* como um tipo de dispositivo tecnolinguageiro (PAVEAU, 2015;2017) e articularemos a ela o conceito de ressignificação, proposto por Bachur (2021), o qual será usado dialogicamente com o conceito de agência de Archer (1996, 2003, 2004) e o de agenciamento discursivo (QUEIROZ, 2020). Para a análise discursivo-crítica, operacionalizaremos⁴ as categorias discursivas e as linguísticas dos significados representacional e identificacional (FAIRCLOUGH, 2003) em articulação com a análise da decolonialidade, proposta por Maldonado-Torres (2018).

Na primeira seção, apresentaremos o fato e o contexto que ocasionaram a produção e a circulação da *hashtag* #coisadeviado. Em seguida, na segunda, discutiremos o conceito de ressignificação e sua articulação com o conceito de agência e o de agenciamento discursivo. Na terceira seção, analisaremos os dados extraídos do *Twitter* à luz tanto de ressignificação quanto de seu funcionamento no contexto em tela. Por fim, explanaremos criticamente em termos discursivo e decolonial a produção ressignificada da #coisadeviado.

FATO E SEU CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO E POLÍTICO DE PRODUÇÃO

Em 08 de julho de 2020, em meio à conjuntura sócio-histórica e política de uma das maiores crises sanitárias mundiais da contemporaneidade

⁴Operacionalização é termo usado por Chouliaraki e Fairclough (1999) para se referir ao “fazer prático” das construções teóricas discursivas.

— pandemia da covid-19, a Coluna da jornalista Mônica Bergamo, do jornal Folha de S. Paulo, chama a atenção para o fato de que o presidente Jair Bolsonaro, em suas reuniões tanto oficiais quanto pessoais, recusa-se a acatar as medidas e normas de proteção, principalmente o distanciamento social e o uso de máscara e inclusive incita visitantes e funcionários do Planalto a não usarem tal objeto, afirmando em tom de zombaria que “usar máscara é coisa de viado”.

Fato é que o presidente do Brasil tem um histórico de ofensas e insultos às pessoas da comunidade LGBTQIA+ por meio de um discurso homofóbico, transfóbico e machista. Em 29 de outubro de 2020, em visita ao estado do Maranhão, ele zomba da cor de um refrigerante local bastante conhecido: “É cor-de-rosa do Maranhão aí, ó. Quem toma esse guaraná aqui vira maranhense, hein?”, e não estava usando máscara de proteção contra covid-19.⁵ O ato de zombaria reforça a pedagogia do gênero a que se referem Louro (2000) e Gomes (2016), pedagogia segundo a qual há cores e comportamentos típicos de homens e mulheres. Além disso, esse caso produz um discurso homofóbico por meio de uma presunção valorativa de que, se um homem tomar o refrigerante de cor rosa, pode se tornar um homem gay.

Em 10 de novembro de 2020, ao discursar sobre o enfrentamento ao coronavírus, em um evento no Palácio do Planalto, o presidente declarou, em tom deôntico: “Tem que deixar de ser um país de maricas. [...] Temos que enfrentar de peito aberto, lutar”, declarou.⁶ Essa “declaração” circulou de maneira bastante negativa na imprensa internacional, como, por exemplo, o jornal francês *Le Parisien*, que definiu o Presidente como um “homofóbico assumido”⁷.

Por último, em 9 de dezembro de 2020, viralizou um vídeo que foi gravado em 27 de novembro do mesmo ano, em que o chefe do Executivo, em conversa com apoiadores, insinua, em tom de zombaria e de deboche, que o tratamento com ozônio⁸ por via retal estava sendo usado por alguns como desculpa: “Vou estar em Itajaí antes do Natal, mas não vou tomar ozônio lá não, tá? (risos). O prefeito de Itajaí – SC falou que cura Covid com aplicação

⁵ Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,virei-boiola-igual-maranhense-diz-bolsonaro-ao-fazer-piada-em-tom-homofobico,70003494176>. Acesso: Acesso em: 5 abr.2021.

⁶ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2020/11/11/com-pais-de-maricas-bolsonaro-mistura-homofobia-e-indecencia-diz-imprensa-internacional.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 5 abr.2021.

⁷ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2020/11/11/com-pais-de-maricas-bolsonaro-mistura-homofobia-e-indecencia-diz-imprensa-internacional.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso: 5 abr.2021.

⁸ De acordo com a Anvisa, o tratamento não é comprovado cientificamente contra qualquer doença, tampouco é aprovado no país.

de ozônio. Mas não pergunta onde é a aplicação, não (risos). Tinha muita gente indo pra lá tomar ozônio: ‘Estou com Covid’ (risos)”⁹ Trazemos apenas algumas situações em que o Presidente usa de piadas, insultos e zombarias de cunho homofóbico para contextualizar em que condições socioculturais e políticas foi produzido nosso objeto de estudo.

Essas palavras e atos de fala ofensivos são iteráveis, como observamos, nas situações citadas e, ao dizer isso, ao insultar essas pessoas, o chefe de Estado está agindo violentamente e reforçando padrões do sistema moderno-colonial. Sobre a iterabilidade, Butler (1997, p. 14) afirma que “o enunciado sempre pode exceder o momento que ocasiona”, ou seja, é “a ‘condensação’ dos significados passados, dos significados presentes e até mesmo de significados futuros e imprevisíveis” (SALIH, 2002, p.143). Tais insultos, ofensas e zombarias iteram crenças, valores, maneiras de se identificar e identificar as pessoas que não atendem ontologicamente ao sistema-mundo moderno cis-heteronormativo. Tais atos de fala reforçam padrões de masculinidade tóxica, do macho viril e da narrativa do conquistador, padrões estes que carregam atravessamentos culturais, históricos e políticos.

A circulação do texto produzido pela colunista Monica Bergano, referindo-se ao insulto produzido pelo Presidente: “usar máscara é coisa de viado”, provoca, na esfera pública, debates sobre homofobia e masculinidade tóxica; ocasionando, assim, a criação da *hashtag* #coisadeviado, na rede social *Twitter*. No dia 8 de julho de 2020, ela chega aos *trending topics* com milhares de declarações de orgulho sobre a sexualidade, em contraposição à fala do presidente do Brasil.

Para nosso estudo, foram coletados, no dia 10 de julho de 2020, textos usando o descritor #coisadeviado pela ferramenta de busca Google, que nos direcionou para a página do *Twitter*¹⁰. Nossa amostra discursiva se constitui de 10 tuítes. Foram selecionadas, para este estudo, as dez primeiras declarações.

Para além de ser considerado apenas um dispositivo operacional e indexável de busca, a *hashtag* (#) é um dispositivo discursivo colaborativo que reforça a cumplicidade, a conexão entre participantes acerca de um ponto de vista, uma ideia, uma opinião, um sentimento. Costa-Moura (2014, p. 146), em *Proliferação das #hashtags: lógica da ciência, discurso e movimentos sociais contemporâneos*, sobre a natureza combativa e de repúdio das *tags* online, afirma que estas são utilizadas “em lugar de cartazes, portanto, #hashtags”, marcam, desse modo, o deslocamento do ativismo das ruas para o ciberespaço.

⁹ Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/bolsonaro-cita-tratamento-com-ozonio-e-faz-piada-homofobica-sobre-covid-19>. Acesso em: 5 abr.2021.

¹⁰ Disponível em: <https://twitter.com/hashtag/coisadeviado: #coisadeviado hashtag on Twitter https://twitter.com > hashtag > coisadeviado>. Acesso: 5 abr.2021.

ço. Para Costa (2019, p. 1319), em *A mobilização da memória discursiva no movimento ciberfeminista: análise da hashtag #metoo*, em termos discursivos, as *hashtags* “são marcadores rastreáveis, isto é, ao publicar a hashtag, o sujeito se integra no debate mais amplo em relação à determinada pauta, que está encarnada na própria tecnopalavra”. Usando tal dispositivo, as pessoas demarcam “seu posicionamento ideológico em torno do tema por elas estabelecido, ao mesmo tempo em que assinala seu pertencimento à determinada formação discursiva” (COSTA, 2019, p. 1319).

Estamos considerando, então, a *hashtag* como um tipo de dispositivo tecnolinguageiro, ou seja, “uma tag clicável, inserida manualmente no Twitter que permite acessar um fio que reúne o conjunto dos enunciados que contém a hashtag [...]” (PAVEAU, 2017, p. 196). O aspecto reiterável da *hashtag* e sua mobilidade funcional permitem uma ampla difusão e circulação da mensagem ali produzida e sua potência acional e enunciativa.

A *#coisadeviado* circula como um tipo de dispositivo tecnodiscursivo dos agenciamentos político e epistêmico do ciberativismo, resignificando, assim, o insulto produzido por Jair Bolsonaro. Sobre a resignificação, Salih (2012, p.144) afirma que “as palavras podem, ao longo do tempo, se desvincular de seu poder de injuriar e ser recontextualizada de modos mais afirmativos”. É o que se observa nos exemplos abaixo:

- α. “Já que o Bolsonaro falou que usar máscara é *#coisadeviado* mantemos o protocolo com orgulho, porque imagina se fosse coisa de presidente ignorante”
- β. Seja viado, mas não seja burro. *#coisadeviado*
- χ. muito viadinho e responsável *#coisadeviado*
- δ. ESTE viado que vos tuíta muito se orgulha de ser viado e de respeitar a si e aos outros ao usar máscara e cumprir o isolamento social, regras de preservação a vida que infelizmente não aprendi com o presidente da República do meu país.

O uso das expressões e construções: “mantemos o protocolo com orgulho”, “seja viado, mas não seja burro”, “muito viadinho e responsável”, “muito se orgulha de ser viado e de respeitar a si e aos outros”, “regras de preservação da vida” informa as ações discursivas de resistência dos sujeitos ali engajados e posicionados sociopoliticamente. A *#coisadeviado* é um dispositivo tecnodiscursivo e decolonial que, a partir do lugar do condenado (cf. MALDONADO-TORRES, 2018) e de maneira ativista, criativa e questionadora, desconstrói as colonialidades do saber, do poder e do ser, pois, “[q]uando o condenado comunica as questões críticas que estão fundamentadas na experiência vivida do corpo aberto, temos a emergência de um outro discurso e de uma outra forma de pensar.” (MALDONADO-TORRES, 2018, p.29).



Figura 1- Resignificações Críticas e Decoloniais multimodais

Nessa esteira, os saberes sobre ser viado são ressignificados criticamente e de maneira positiva: responsável, inteligente (*não seja burro*), empático (*respeitar a si e aos outros*), cidadão (*cumprir isolamento e acatar as regras*). Essa atitude e essa agência engajada, para Maldonado-Torres (2018, p.27), em *Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas* são decoloniais e críticas, porque são uma luta “buscada com amor como atitude positiva do condenado — e raiva — como uma forma de negação que é inspirada e orientada pela atitude positiva do amor. Amor e raiva são expressões do ‘sim’ e do ‘não’”. É o que se observa nos textos, presentes nas figuras,

¹¹ Disponível em: <https://twitter.com/hashtag/coisadeviado>: #coisadeviado hashtag on Twitter <https://twitter.com/hashtag/coisadeviado>. Acesso em: 5 abr.2021.

a seguir, nos quais a sexualidade “viado” e a identidade de gênero “travesti” reafirmam a necessidade de se usar a máscara, incorporando não apenas os protocolos de segurança em: “não faz a bobinha, use máscara”, mas também um agenciamento discursivo-político de combate a um “presidente fascista”.

Os exemplos apontam, até o momento, que a esfera de produção, com agentes engajados, ressignifica as falas homofóbicas e transfóbicas do presidente da República, agenciando, discursivamente, uma luta contra a lógica de um sistema moderno-colonial baseado na cisheteronormatividade. A seção seguinte apresentará os conceitos de ressignificação e de agência, elementos importantes para nossa análise.

CONCEITO DE RESSIGNIFICAÇÃO E SUA ARTICULAÇÃO COM OS CONCEITOS DE AGÊNCIA E AGENCIAMENTO

A relação entre linguagem, poder e instituições, na proposta discursiva dialética-relacional, de caráter realista-crítico e transformacional (CHOU-LIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999), é materializada por meio do discurso, elemento que se articula a outros em momentos dinâmicos e internalizados (atividade material, fenômeno mental, relações sociais, corpo), na constituição de práticas sociais (GOMES, 2020). Se ressignificar é um processo que potencializa outros significados, que coloca sentidos em disputa, então trata-se de um processo semântico-discursivo, produzido em práticas sociais por corpos/sujeitos posicionados sociocultural e politicamente.

A partir dos estudos de Judith Butler (1997), Bachur (2021) propõe uma releitura crítica do conceito de ressignificação. Bachur (2021, p. 288), sob uma perspectiva sociológica, refuta a visão subjetivista de Butler (1997) e afirma que a “ressignificação não só ganha potencial crítico para descrever formas de contestação e de resistência, mas também de defesa e afirmação da sociedade vigente.” Para fins analíticos deste estudo, serão trazidas tais contribuições para fazermos uma articulação com o conceito de agência (ARCHER, 2004) e o de agenciamento discursivo (QUEIROZ, 2020) para compreendermos como a comunidade LGBTQIA+ ressignificou discursivamente o enunciado produzido por Jair Bolsonaro.

Para Bachur (2021, p. 269), ocorre o processo de ressignificação “quando um termo tradicionalmente usado em sentido pejorativo ou depreciativo é politicamente invertido por aqueles que dele fazem uso e que passam a lhe

atribuir um sentido positivo, tornando-o afirmativo.” Resignificar uma construção ou expressão linguística se caracteriza como um movimento semântico-discursivo com fins políticos para se fazer frente a algum tipo de discurso, colocando sentidos em disputa.

Sobre esse potencial político-discursivo do processo de resignificar, Butler (1997), em *Excitable Speech*, afirma ser uma excelente estratégia linguística de desapropriação da força injuriosa, da inversão de valores, e da resistência em face dos atos e práticas de violência, em especial aos da censura estatal. Para a filósofa, resignificar um ato de insulto, de injúria, discursivamente, é da ordem da ontologia, do reconhecimento do potencial transformador da agência: “a resignificação do discurso requer a abertura de novos contextos, falar de formas que ainda não foram legitimadas, produzindo daí legitimação em uma forma nova e ainda futura”. (BUTLER, 1997, p. 41 citada por BACHUR, 2021, p.270).

Embora reconheça o potencial teórico de Butler (1997) sobre a resignificação como um ato performativo político, Bachur (2021) critica não só a maneira excessivamente subjetiva da proposta da filósofa, mas também o fato de Butler (1997) não ter levado em consideração que não há um ato de fala ou discurso soberano. Nessa perspectiva, em termos sociais, Bachur (2021), considera que

[s]e nenhum ato de fala é soberano, isso vale para todas as narrativas hegemônicas, mas também para todas as tentativas de desestabilizá-las. É isso que Butler não considerou ao formular sua categoria da resignificação. Em segundo lugar, é preciso considerar que as narrativas dominantes poderão (e tenderão) a usar a força e a violência física para silenciar tentativas de resignificação. Se, de fato, o discurso se tornou uma arena aberta ao conflito, não há qualquer garantia de que o conflito discursivo seja processado de maneira exclusivamente discursiva, isto é, de que ele não seja silenciado com auxílio da violência física (estatal ou paraestatal) (BACHUR, 2021, p.276).

O processo de resignificação pode acontecer de maneira “conservadora e reacionária — ou não? — como categoria linguística, nada há que, de saída, lhe imponha um sentido político pré-determinado e necessariamente progressista ou emancipatório, por assim dizer.” (BACHUR, 2021, p. 269); trata-se, portanto, de uma prática discursiva aberta e ininterrupta. Bachur (2021, p. 278) aponta que

Butler desconsidera a necessária compreensão da resignificação como práxis social, i.e., como prática inserida socialmente e estruturada pelas instituições e convenções sociais. Butler não investiga o papel que as classes sociais ou as diferenças de capital (econômico, cultural e simbólico) exerceriam em uma luta por resignificação.

Por isso, neste estudo, alinhamo-nos à releitura que Bachur (2021, p.281) faz da resignificação, ao considerá-la uma práxis política e social capaz de:

(i) designar o campo semiótico do discurso como uma arena de conflito em que se disputa não apenas a interpretação do presente e do passado, mas também as possibilidades de sentido abertas para o futuro, pois é a interpretação do passado e do presente que abre ou fecha cursos de ação possíveis no futuro; (ii) designar essa luta como uma prática que, enquanto tal, funde aspectos sociais, políticos, institucionais e discursivos, colaborando assim para a construção de uma teoria material do discurso. [...] (BACHUR, 2021, p.281)

A proposta de Bachur sobre a resignificação como práxis política e social nos permite operacionalizá-la à discussão que Norman Fairclough empreende sobre a agência (cf. estudos de Margareth Archer, 2004, 2003, 1996) e as relações entre mudanças discursiva e social. Para Fairclough (2003), pessoas são constrangidas pelas estruturas, “mas também são capazes de agir criativamente no sentido de realizar suas próprias conexões entre as diversas práticas e ideologias a que são expostas e de reestruturar as práticas e as estruturas posicionadoras” (FAIRCLOUGH, 2003, p.121). Isso implica que pessoas posicionadas de maneira crítica e decolonial agem criativamente no sentido de transformar o sistema-mundo moderno e colonial (MALDONADO-TORRES, 2018; BALESTRINI, 2013), por meio de discernimento, deliberação e dedicação (ARCHER, 2004; 2003, 1996).

Para Archer (2003, p. 46), na condição de agentes, deliberamos reflexivamente, porque possuímos “poderes causais, isto é, poderes intrínsecos, que nos habilitam a monitorar e modificar a nós mesmos, e poderes extrínsecos, que permitem que mediemos e modifiquemos nossas sociedades”, o que gera outras condutas em relação a nossas preocupações (bem-estar físico/emoção, competência performativa, autoestima), a nossos compromissos e desejos, isto é, com o que de fato nos importa. Estamos sempre em conversações internas, que “são processos intra/intersubjetivos que envolvem discernimento (identificação das preocupações últimas), deliberação (resolução acerca das pre-

ocupações últimas) e dedicação (estabelecimento das preocupações últimas que integram projetos de vida do ator e da atriz)” (QUEIROZ, 2020, p. 131). Para Archer (2003), o curso pessoal de ação social depende da maneira como as pessoas refletem a partir de suas conversações internas, dedicação e deliberação acerca de suas preocupações e prioridades afetivas, cognitivas e sociais.

Ao criarem, portanto, a *hashtag* #coisadeviado, usuários da rede se posicionam criticamente e repudiam a fala do presidente do País, pois se preocupam não só com as medidas preventivas impostas pela OMS, mas também com a violência em relação à sexualidade e à identidade de gênero. Os agentes posicionados, engajados, de maneira crítica e decolonial, com discernimento, questionam e deliberam reflexivamente acerca das presunções valorativas de cunho moderno-colonial do ato de insulto executado por Jair Bolsonaro: “usar máscara é coisa de viado”, por meio do projeto de vida e amor #coisadeviado (MALDONADO-TORRES, 2018; ARCHER, 2004; 2003; BACHUR, 2021).

Queiroz, em sua tese *Educação crítica decolonial e agenciamentos: Um estudo etnográfico-discursivo sobre o Programa mulheres inspiradoras*, afirma que os “agenciamentos epistêmicos estão associados a processos de decolonização do saber: (ii) agenciamentos políticos, a processos de decolonização do poder; e (iii) agenciamentos identitários, associados a processos de decolonização do ser.” Para o autor, “os processos reflexivos de decolonização e agenciamentos se retroalimentam e se alteram mutuamente, de modo imbricado, intensificando a agência engajada.” (QUEIROZ 2020, p.256).

#COISADEVIADO: PROJETO DE AMOR E RAIVA TECNODISCURSIVO CRÍTICO E DECOLONIAL

O texto, nesta abordagem discursivo-crítica, é o material empírico resultante das relações entre estruturas sociais, as práticas sociais e os eventos, os quais “têm efeitos causais sobre as pessoas (crenças, atitudes), as ações, as relações sociais e o mundo material. Esses efeitos são mediados pela construção de significados” (FAIRCLOUGH, 2003, p.8). Magalhães (2017, p. 585), nessa mesma linha, define textos como agentes, porque têm “o poder de produzir significados e evocar lembranças; a portabilidade no tempo, no espaço e no contexto; a durabilidade e os efeitos causais, chamando à atenção para determinados aspectos do mundo social e construindo identidades”.

Os tuítes (textos agentes/protagonistas), com seu potencial acional e interacional, articulam não só determinados modos particulares de representar e ressignificar discursivamente os saberes sobre as medidas de prevenção contra a Covid-19 (significado representacional — discursos), mas também constituem identificações sobre quem está ressignificando o enunciado “usar

máscara é coisa de viado” e quem o produziu (significado identificacional — estilos).

Nesta seção, analisaremos a amostra discursiva a partir das categorias do significado representacional (interdiscursividade, sistema de transitividade, seleção lexical) e do significado identificacional (modalidades, avaliações, presunções valorativas), propostas por Fairclough (2003). A análise será dividida em duas categorias macrossemânticas de resignificação: a primeira, Ser viado e a Ciência; a segunda: Ser viado e a Política.

SER VIADO E A CIÊNCIA (PROTÓCOLOS DE SEGURANÇA CONTRA A COVID-19)

Em termos gerais, o combate à fala do presidente da República, e, portanto, sua resignificação, ocorre a partir de uma aproximação semântica entre o ser viado e obedecer aos protocolos de segurança. Essa resignificação mostra que os discursos produzidos e circulados na *hashtag* aliam-se aos discursos científicos acerca das medidas preventivas e orientações sobre a Covid-19, como se observa no tuíte a seguir.

- ε. Tem toda razão, presidente. Máscara é coisa de viado. De viado inteligente. De viado preocupado com segurança e a saúde do próximo. De viado que não acha que vai ser menos macho por seguir recomendações de saúde. Sejam todos viados e salvemos vidas! Pq o governo tá longe disso.

O processo de resignificação e o agenciamento discursivo-político são construídos a partir de atribuições sobre o que é “coisa de viado”, materializadas linguisticamente por processos relacionais atributivos cujo atributo “coisa de viado” é reconstruído de forma a, diferentemente da fala de Jair Bolsonaro, aliar a orientação sexual aos protocolos de segurança, promovendo, desse modo, uma representação afirmativa. Tal articulação é evidenciada pelo portador “máscara” que metonimiza tais protocolos.

O processo de (des)identificar-se obedece, assim, a um movimento que parte de uma colonialidade do “ser viado” (MALDONADO-TORRES, 2018), marcado negativamente por um sistema cisheteropatriarcal, para uma decolonialidade do ser, marcada positivamente pelas qualificações “inteligente”, “preocupado com segurança e a saúde do próximo” e “que não acha que vai ser menos macho por seguir recomendações de saúde”. Há, portanto, duas ordens do discurso que se encontram e se resignificam: uma que sai do campo da heteronormatividade para o campo dos agenciamentos identitário e político, que se conforma à segunda, dos discursos científicos sobre as medidas preventivas e orientações sobre a Covid-19.

Em outras palavras, o ser viado, com significação negativa, é ressignificado, de maneira positiva e afirmativa, pelo agenciamento político-identitário característico do ciberativismo, no qual poder (ativismo) e ser (criatividade/agência) são imbricados de forma a constituir uma identificação de si decolonial, baseada em um saber constituído entre sexualidade e Ciência/protocolos de segurança. Em “De viado que não acha que vai ser menos macho por seguir recomendações de saúde.”, há uma afirmativa avaliativa que coloca em xeque as masculinidades tóxicas e suas fragilidades (CONNEL, MESSERSCHMIDT, 2013) quando o autor do enunciado afirma que não será “menos macho”, caso siga as recomendações. Essa construção é bem curiosa, porque traz um pressuposto de que “você pode ser viado e macho”, em que se colocam em correlação a sexualidade e os possíveis atributos que constituem a estrutura discursiva da masculinidade tóxica: virilidade, potência etc.

Em “sejamos todos viados e salvemos vidas!”, há uma presunção valorativa positiva que identifica o “ser viado” e seu modo de viver que salva vidas, o que evidencia a posicionalidade discursiva de uma agência engajadamente cidadã. Por meio de uma ‘palavra de ordem’, de um discurso combativo, decoloniza-se o ser e os saberes a partir de um poder ciberativista que clama à sociedade para reiterar as ações a favor da vida e do ser viado.

Em “pq o governo tá longe disso”, o autor do tuíte explica explicitamente a ironia do seu primeiro enunciado “Tem toda razão, Presidente”. O fato de o governo estar longe de salvar vidas orienta o sentido para o presidente do Brasil não ter razão. A ironia, ao ecoar um enunciado anterior, cria uma “disparidade entre o significado a que eu estou dando voz” (FAIRCLOUGH, 2001[1992], p. 158), e o que foi dito. Essa disparidade representa lutas ideológicas e políticas, neste caso, o combate à fala do Presidente, produzindo discursivamente a decolonialidade do ser, do saber e do poder (MALDONADO-TORRES, 2018). Fairclough (2001[1992]) admite o poder de agenciamento da ironia, pois argumenta que a ironia retoma um enunciado anterior, ressignificando seu sentido na produção, ao mesmo tempo que gera potencial de sentidos para enunciados posteriores. Portanto, a ironia é um operador discursivo potente da ressignificação combativa e dos agenciamentos identitário-político e epistêmico decolonial.

A relação entre ser viado e a ciência é identificada, também, nos tuítes (tt), citados a seguir.

φ. Bolson4ro: "usar máscara é coisa de viado "
Prazer, viada..." #Coisadeviado

γ. A viada tá aqui no plantão se arriscando. #coisadeviado

O tt (f) é construído de maneira topicalizada e dialogada, trazendo inicialmente a representação discursiva explícita (FAIRCLOUGH, 2001[1992]) da voz do Presidente: “*Bolson4ro: ‘usar máscara é coisa de viado’*”, e, em seguida, um tipo de fórmula de apresentação: “Prazer, viada...”. A construção irônica em “prazer, viada” funciona discursivamente como um agenciamento discursivo-político-identitário e combativo em que o item lexical “viada”, marcado pela flexão de gênero, nomeia essa agência crítica e decolonial, também presente no tt (g). Nesse caso, o ator (viada) do processo material “se arriscando” nos comunica, a partir de uma presunção valorativa da circunstância (no plantão), que a pessoa trabalha na área da saúde e está colocando sua vida em risco, para salvar vidas, contrariamente ao chefe de Estado que nega a letalidade do vírus, se aglomera e se nega a usar máscara. Os dois tt (f, g) se opõem, portanto, ao discurso negacionista e reforçam a eficácia das medidas preventivas, em especial, o uso de máscara e o distanciamento social.

Outra questão observada nos tuítes, que mostra a relação entre a ressignificação, o agenciamento discursivo e a agência decolonial e crítica, é o ato de confrontar os discursos negacionistas:

η. #coisadeviado pq o viado aqui não é burro, tão pouco autoimune e presta serviço essencial, ao contrário de certos jegues que só prestam pra metralhar merda pela boca e tomar cloroquina de canudinho EsmalteFaiscas (emoji)

No excerto acima, a ressignificação é construída de maneira muito curiosa: a *hashtag* está em posição temática (#*coisadeviado*) e é sobre ela que se explicam e se justificam (*pq*) os motivos pelos quais há uma identificação crítica e combativa: “o viado *aqui não é burro*”. Essa construção marca as experiências dessa agência (*aqui não é*) em um tempo e espaço, com um senso de si e do mundo bastante distinto daquele que proferiu o insulto. O primeiro atributo “não é burro” marca explicitamente o confronto ideológico e político da *hashtag* pelo fato de a negação ser uma forma de identificação de si e dos outros (FAIRCLOUGH, 2003). A negação “aqui não é burro”, por meio da presunção valorativa, identifica o autor do tt como inteligente e o presidente da República como burro. A esse atributo somam-se “outros textos somente para contestá-los ou rejeitá-los” (FAIRCLOUGH, 2001 [1992], p. 157).

Em “tão pouco autoimune e presta serviço essencial” implica que não ser autoimune e prestar serviço essencial estão em correlação e tem uma coerência argumentativa dentro da narrativa pandêmica da covid-19. Embora pertençam a campos semânticos distintos, reiteram os agenciamentos político e epistêmico sobre a importância de acatar as medidas preventivas e as orientações sobre o coronavírus. Então, não ser burro, “tão pouco autoimune” e

“prestar serviço essencial” representam discursivamente o que Maldonado-Torres (2018, p.25) denomina atitude decolonial, ou seja, mesmo diante de um insulto à sua sexualidade e da negação dos protocolos da OMS por parte do presidente do Brasil, esses integrantes da comunidade LGBTQIA+ respondem criticamente e de maneira responsável.

São as avaliações que acarretam ações e também deliberações reflexivas na vida social, como, por exemplo, a informação “presta serviço essencial”: ela implica dizer que, embora uma das medidas preventivas seja o isolamento social, esse sujeito, nessa posicionalidade, não pode acatar a orientação, já que executa um serviço essencial. Cabe a ele agir, portanto, de maneira responsável.

O tuíte, ao usar “certos jegues”, identifica de forma metaforizada a figura não só do presidente do Brasil, mas também de seus apoiadores. O processo verbal “metralha” explicita a forma como Jair Bolsonaro discursa sobre os protocolos de segurança: o processo verbal instanciado a partir de um instrumento/arma — a metralhadora — insere o dizente dentro da “catástrofe metafísica” a que se refere Maldonado-Torres (2018): a concepção de que a colonização, ao transformar subontologicamente o EU/OUTRO em SENHOR/ESCRAVO, simboliza semioticamente as guerras que o ocidente promoveu na época das “descobertas” e naturaliza as violências cometidas aos grupos condenados de hoje.

A verbiagem (merda) e a circunstância (pela boca) potencializam negativamente tal fala. Isso coloca o sujeito em posição contrária à catástrofe e reitera a colonialidade do ser do presidente do Brasil. Por último, “tomar cloroquina de canudinho” demonstra o comportamento negacionista de Bolsonaro e constrói a oposição entre ser viado e ser contra Ciência, uma contraposição discursiva. A identificação do ser viado e os saberes sobre os protocolos de segurança, elaborados a partir de estudos científicos, carregam um agenciamento discursivo-político e epistêmico de combate ao governo, que será analisado na categoria macrossemântica que se segue.

SER VIADO E A POLÍTICA

Nesta subseção, a resignificação do enunciado “usar máscara é coisa de viado” é analisada a partir da relação entre ser viado e o modo como o governo federal brasileiro tem administrado e conduzido os protocolos para evitar e/ou controlar a crise sanitária. A seguir, analisaremos os seguintes tt.

- t. Máscara não é só coisa de VIADO não. Mas de TRAVESTI também!!!! Especialmente de quem se preocupa com a saúde pessoal e coletiva, ao contrário da incompetência do governo federal que temos visto frente à crise do COVID-19 no Brasil.
- φ. Coisa de viado consciente que se preocupa não só com a sua saúde, mas com a saúde de todos que estão ao seu redor. #CoisaDeViado

Em (i) “Máscara não é só coisa de VIADO¹² não. Mas de TRAVESTI também!!!!”, há uma afirmação avaliativa construída a partir de processo relacional atributivo-possessivo (não é **coisa de**) que ressignifica e expande o significado (viado), por meio da construção “não só de... mas também de”; introduzindo, assim, uma nova informação (travesti). Essa expansão coletiviza o movimento e reitera a posição política das travestis, que são também, de maneira pressuposta, avaliadas negativamente.

Em “Especialmente de quem se preocupa com a saúde pessoal e a saúde coletiva, ao contrário da incompetência do governo federal que temos visto frente à crise da Covid-19. no Brasil.”, a construção “ao contrário de” coloca dois posicionamentos em oposição: “quem se preocupa com a saúde pessoal e coletiva” e “incompetência do governo federal”. O primeiro posicionamento se manifesta por meio de uma afirmação afetiva, modalizada de forma epistêmica (especialmente), que demarca o discernimento da agência combativa das pessoas travestis, por meio do processo cognitivo (preocupa) e o fenômeno: “saúde pessoal e coletiva”. Isso demonstra uma agência engajada que tem discernimento, uma preocupação legítima que delibera reflexivamente a favor da saúde coletiva. Assim, podemos inferir que tanto o viado quanto as travestis são identificados de maneira positiva, uma vez que obedecem aos protocolos de saúde de maneira responsável.

As identificações avaliativa e afetiva sob perspectivas positiva e engajada, que as pessoas da comunidade LGBTQIA+ fazem de si, confrontam-se politicamente com a identificação negativa que fazem do governo: “incompetência do governo federal”. Nesse sentido, Fairclough (2003, p. 101), discutindo sobre equivalências e diferenças discursivas, afirma que “pessoas, em todas as práticas sociais, estão continuamente dividindo e combinando, produzindo (também reproduzindo) e subvertendo divisões e diferenças”. Isso implica dizer que o produtor do tt produz equivalências de sentido na coletivização das travestis e sentidos que subvertem a lógica colonial das falas do Presidente, assim como se diferenciam politicamente dele. A ressignificação caracteriza-se, em nosso objeto de análise, como uma prática discursiva de subversão das divisões e diferenças, reiterando os agenciamentos político, identitário e

¹² Estratégia (troca de i por l) usada pela comunidade LGBTQIA+ para evitar que a palavra seja identificada pelos algoritmos como um tipo de discurso de ódio.

epistêmico, já que promove novos saberes, explicações e definições sobre o sistema mundo moderno-colonial.

No tt a seguir, “ser consciente, defender nossos direitos e não ficar calado” são atributo e ações de uma agência engajada que manifestam uma atitude decolonial e crítica sobre a relação entre cidadania e direitos humanos. Essa posicionalidade discursiva produz agenciamentos político e identitário, produzindo a decolonialidade do ser, do saber e do poder. Em “defender nossos direitos”, há uma agência engajada e coletiva que conhece os seus direitos em relação à sociedade e seus direitos de existência digna em face das estruturas de poder coloniais.

κ. Coisa de viado é ser consciente!

Coisa de viado é defender nossos direitos!

Coisa de viado é não ficar calado diante de atrocidades, diante de um governo irresponsável!

Em “não ficar calado diante de atrocidades, diante de um governo irresponsável!”, a negação reforça uma atitude decolonial e crítica diante da identificação negativa do outro e de suas ações: “atrocidades” e “governo irresponsável”. Tais escolhas lexicais revelam a catástrofe metafísica que Maldonado-Torres (2018) problematiza.

A oposição ser viado versus a política é observada também na construção entre ser viado e a figura individual de Jair Bolsonaro. A identificação irônica do presidente do Brasil é observada por meio das marcas de interlocução explícitas, a saber, o uso do vocativo e dos pronomes de tratamento, mostrado, a seguir.

λ. Sabe o que é coisa de viado, presidente? É ter orgulho de ser quem a gente é. É ter coragem de seguir em frente. É amar, é construir família, é sobreviver com dignidade e alegria no coração, apesar de pessoas como o senhor.

A pergunta retórica se constrói por uma avaliação afetivo-cognitiva, por meio do processo mental “sabe”, que questiona e exige explicações do Presidente acerca dos saberes dele sobre o que seja “coisa de viado”. Trata-se de uma atitude decolonial e crítica, já que teoriza (MALDONADO-TORRES, 2018) novas formas de conhecimento sobre o ser viado; acarretando, portanto, novas formas de ser a partir da criatividade. Essas novas explicações (FARICLOUGH, 2003) são direcionadas particularmente pelo vocativo “presidente” em uma modalidade deôntica interrogativa, que articula respostas agenciadas discursivamente. Em “ter orgulho de ser quem é”, além de trazer uma posicionalidade política, o produtor do tt traz um agenciamento identitário com alto engajamento uma vez que decoloniza a experiência interior de

ser viado; emergindo, assim, novas formas de ser dentro do ciberativismo, já que faz uma referência explícita ao orgulho LGBTQIA+, pauta presente nas ações políticas dessa comunidade.

Os processos relacionais de posse — ter orgulho e ter coragem — levam a ações materiais — “seguir em frente”. Observamos que os processos — mentais, existenciais, verbais e comportamentais — são relacionados aos materiais, o que nos leva a pensar que categorias linguísticas estão atreladas sempre a um agenciamento, elemento fundamental dos discursos dos condenados. Esse funcionamento linguístico-discursivo leva à construção de uma atitude decolonial e crítica diante do sistema- mundo moderno e colonial (MALDONADO-TORRES, 2018).

Em “É amar, é construir família, é sobreviver com dignidade e alegria no coração”, o processo mental “amar” se opõe aqui aos relacionamentos afetivos coloniais cisheteropatriarcais; levando, desse modo, a um processo material criativo “construir famílias”. O item lexical “família” reitera a pluralidade das constituições familiares; rebatendo, dessa maneira, falas políticas de Bolsonaro e de seu governo que defendem a concepção mononuclear de família, muitas vezes reafirmadas pela Ministra Damares (GOMES, CARVALHO, no prelo). O processo material “sobreviver” nos orienta para as dificuldades de ser viado em um país com políticas públicas que minam os direitos das pessoas LGBTQIA+ (CARVALHO, 2020).

As circunstâncias “com dignidade e alegria no coração” promovem não só estilos, e, portanto, processos de identificação de si e de outro, mas também avaliações positivas para as pessoas LGBTQIA+. Tal identificação positiva se contrapõe à identificação negativa (indigno e triste) de Jair Bolsonaro explicitada em “apesar de pessoas como o senhor”.

Em “Hey viadinhos! Deixe aqui sua foto usando sua máscara #coisadeviado”, há um agenciamento estético, que insere outra esfera de interlocução: em vez de colocar o Presidente como alvo, o sujeito posicionado se dirige aos “viadinhos”. Assim como a marca de flexão de gênero feminino analisada anteriormente demarca, na nomeação, o combate ao Presidente, a marca de gênero neutro (viadinhos) também funciona como discurso combativo de oposição. A injunção “Deixe aqui sua foto usando máscara” é uma modalidade deôntica que reitera, semioticamente, a posicionalidade política contrária ao ato de insulto, mediante o uso de imagem; decolonizando, desse modo, o ser, o saber e o agir por meio dos agenciamentos discursivos identitário, epistêmico e político da *hashtag* #coisadeviado.

Em todos os tuítes, observamos a resignificação do ato de insulto em tom de deboche por intermédio de construções discursivas críticas e decoloniais que refutam a colonialidade do ser, saber e poder da lógica impetrada

do sistema mundo moderno-colonial (LUGONES, 2014; MALDONADO-TORRES, 2018). A maneira como o presidente do Brasil explica seus saberes sobre a pandemia, sempre se valendo de piadas e insultos à comunidade LGBTQIA+, demonstra a forma como ele identifica a si e aos outros e a sua relação com a cisheteronormatividade. Sobre isso, Segato (2016, p. 24) afirma que

a modernidade, com sua precondição colonial e sua esfera pública patriarcal, é uma máquina produtora de anomalias e executora de expurgos: ela positiva a norma, contabiliza punições, cataloga as doenças, patrimonializa a cultura, arquivava a experiência, monumentaliza a memória, fundamentaliza as identidades, reifica a vida, mercantiliza a terra, equaliza as temporalidades (SEGATO, 2016, p.24).

Diante disso, a comunidade LGBTQIA+ ressignifica o insulto por meio de agenciamentos político-identitário e epistêmico operados e executados de forma altamente engajada, ou seja, mostra que há uma agência engajada com uma posicionalidade discursiva que se refere a uma identidade politicamente assumida, crítica e decolonial.

REFERÊNCIAS

ARCHER, M. *Being human: the problem of agency*. United Kingdom: Cambridge University Press, 2004.

ARCHER, M. *Structure, agency and the internal conversation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

ARCHER, M. *Culture and Agency: the place of culture in social theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996 [1988].

BACHUR, J.P. Para uma sociologia da ressignificação. *Rev. Direito Práx.*, Rio de Janeiro, Vol. 12, N.01, 2021 p. 263-295. DOI: 10.1590/2179-8966/2019/37794| ISSN: 2179-8966. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/37794/30441>. Acesso em: 26 abr.2021.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, s/v, n. 1, p.89-117, maio/ago. 2013.

BUTLER, J. *Excitable Speech: A Politics of the Performative*. New York/London: Routledge, 1997.

CARVALHO, H.R. Os direitos da população LGBTI e a pandemia de Covid-19. In: *Direitos Humanos no Brasil*, São Paulo: Outras Expressões, 2020, p.231-238.

CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH. *Discourse in late modernity: Rethink critical discourse analyses: textual analysis for social research*. London, New York: Routledge, 1999.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013.

COSTA, J.L A mobilização da memória discursiva no movimento ciberfeminista: análise da hashtag #metoo. *Estudos Linguísticos* (São Paulo. 1978), v. 48, n. 3, p. 1307-1328, dez. 2019. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/2223-10079-2-PB.pdf. Acesso em: 26 abr. 2021.

COSTA-MOURA, F. Proliferação das #hashtags: lógica da ciência, discurso e movimentos sociais contemporâneos. *Ágora (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 17, n. spe, p. 141-158, Aug. 2014. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1516-14982014000300012>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982014000300012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 abr. 2021.

DIJK, T. A. van. *Discurso e poder*. Judith Hoffnagel, Karina Falkone (Org.). São Paulo: Contexto, 2008.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse*. Textual analysis for social research. Londres; Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora UnB, 2001[1992].

GOMES, M. C. A. Agência e poderes causais: analisando o debate sobre a inclusão de ideologia de gênero e orientação sexual no plano decenal de educação – Brasil. *Polifonia*, v. 23, nº 33, p. 89-109, jan-jun., 2016.

GOMES, M.C.A. Propondo uma abordagem de Análise de Discurso Crítica Generificada. In: Gomes, M. C. A.; Vieira, V. C.; Carvalho, A. B. (org.). *Práticas sociais, discurso, gênero social: explicações sobre a vida social*. Curitiba: Appris Editora. 2020, p. 77-100.

GOMES, M.C.A; CARVALHO, A.B. Pandemia COVID-19 e violência doméstica na conjuntura sociopolítica brasileira. *Revista Estudos Feministas*. No prelo.

GOMES, M. C.A.; VIEIRA, V. Estudos Discursivos Críticos: análise crítica de problemas sociais discursivamente manifestos In: EMEDIATO, W. MACHADO, I. L.; LARA, G.P. (Org.). *Teorias Discursivas - novas práticas e formas discursivas*. Campinas: Pontes, 2020, p. 173-200.

LOURO, G. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (Org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 22 v. 3, set.-dez., 2014.



MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, JOAZE; MALDONADO-TORRES,

NELSON; GROSGOQUEL, RAMÓN. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora (Coleção Cultura Negra e Identidades), v. 2, p. 27-53, 2018.

PAVEAU, M-A. *L'Analyse du discours numérique*. Dictionnaire des formes et des pratiques. Paris: Hermann, 2017.

PAVEAU, M-A. *Linguagem e Moral: uma ética das virtudes discursivas*. Tradução Ivone Benedetti. Campinas: Editora da UNICAMP, 2015.

QUEIROZ, A. Soares de. *Educação crítica decolonial e agenciamentos: um estudo etnográfico-discursivo sobre o Programa Mulheres Inspiradoras*. 2020. 292 f., il. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of world-systems research*, v. 11, n. 2, p. 342-386, 2000.

RAMALHO, V. C.; RESENDE, V. M. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes, 2011.

SALIH, S. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2012.

SEGATO, R.L. La estructura de género y el mandato de violación. In: GUZMÁN, A. S.; BORJA, E. C.; ORTUÑO, G. G. (Orgs.). *Mujeres intelectuales: feminismos y liberación em América Latina y el Caribe*. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2017. p. 299-332.

O RISO NA PANDEMIA: A HIPERTROFIA DO HUMOR NAS REDES SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO BRASILEIRO NO ENFRENTAMENTO DA COVID-19

RONY PETERSON GOMES DO VALE¹

Resumo: No fim de 2019, a humanidade se viu diante da Covid-19, doença transmitida pelo coronavírus e que, nos primeiros meses de 2020, já havia ceifado milhares de vida em todo mundo. No Brasil, o povo decidiu trocar da situação: em pesquisa da Fundação Getúlio Vargas sobre comportamento na internet, verificou-se que a grande maioria das publicações dos brasileiros nas redes sociais, nesse mesmo período, se materializava em textos com tons irônicos, de brincadeira ou zombaria. Diante desse fato, a mídia resolveu dar relevância a esse uso hipertrofiado do humor pelos brasileiros. Assim, o presente ensaio reflete teoricamente sobre esse fenômeno e analisa as manifestações do riso presentes nesses atos de comunicação on-line nos primeiros meses da pandemia de Covid-19, avaliando como essas produções humorísticas, expostas nas mídias sociais, contribuem para a construção da imagem do brasileiro na luta contra o coronavírus. Para isso, servimo-nos do aparato teórico-metodológico da Teoria Semiinguística, bem como das ideias de M. Bakhtin e D. Maingueneau. A reflexão aponta que o uso estratégico do humor na pandemia por diferentes grupos que atacam e que defendem pontos de vista contraditórios (a querela “religião *versus* ciência”) vai desde um uso terapêutico do riso — alívio da tensão criada pela disseminação de *Fake News* e pelo medo da contaminação — até a percepção dos limites do riso, indicando, assim, um discurso que constrói uma imagem — em termos de representações sociodiscursivas e um *ethos* — de bufonaria do brasileiro, atrelada a uma pseudofilosofia e facilitada pelo modo de produção “artesanal” e “industrial” de *memes*.

Palavras-chave: *Memes*. Gênero intermediário. Mídia. *Ethos* coletivo. Representações sociodiscursivas.

Abstract: At the end of 2019, humanity faced Covid-19, a disease transmitted by coronavirus and that in the first months of 2020 had already killed thousands of lives throughout the world. In Brazil, the population decided to mock the situation: in a research developed by Fundação Getúlio Vargas approaching the behavior in the internet, it was verified that the huge majority of Brazilians' publications in their social medias, in the same context, was materialized with ironic, playful and mockery tones. Therefore, the media decided to emphasize this hypertrophied humor used by Brazilians. Thus, the present essay reflects theoretically about this phenomenon and analyzes laughter manifestations in these online communication acts in the first months of Covid pandemic, evaluating how humorous productions in social medias contribute to the construction of Brazilian self-image against coronavirus. For this purpose, we are served by the theoretical-methodological frame from Semiologic theory, as well by M. Bakhtin and D. Maingueneau ideas. The reflection approaches the strategic use of humor during pandemic by different groups who attack and defend contradictory points of view (the quarrel “religion *versus* science”) that goes from a therapeutic laughter use — tension relief created by *Fake News* dissemination and contamination fear — to the laughter limits perception, indicating a discourse that builds an image — in sociodiscursive representations and *ethos* — of Brazilian buffoonery, attached to a pseudo philosophy and facilitated by the “artisanal” and “industrial” *meme* production.

Keywords: *Memes*. Intermediate genre. Media. Collective *ethos*. Sociodiscursive representations.

¹ Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor na Universidade Federal de Viçosa (UFV). e-mail: ronyvale@ufv.br.

INTRODUÇÃO

Outras pessoas [...] declaravam que, para tão imenso mal, eram remédios eficazes o beber abundantemente, o gozar com intensidade, o ir cantando de uma parte a outra, o divertir-se de todas as maneiras, o satisfazer o apetite fosse de que coisa fosse, e o rir e troçar do que acontecesse, ou pudesse suceder.
(BOCCACIO, 1971, p.15)

A epígrafe acima é um fragmento da introdução do *Decamerão*, de Giovanni Boccacio, escrito entre os anos de 1346 e 1353, no auge de uma pandemia que quase dizimou² a Europa: a Peste Negra³. Em seu relato, Boccacio narra os horrores causados pela doença: o aparecimento de bubos (inchaço dos gânglios, indício do estágio bubônico da Peste), das chagas e lacerações nos corpos das pessoas infectadas (indício do estágio septicêmico); o suplício das vítimas com o escarrar acompanhado de sangue (indícios do estágio pulmonar); as roupas dos doentes que infectavam o ar, a água e, por conseguinte, os animais; o cheiro de putrefação dos corpos que se amontoavam dentro e fora das casas, igrejas e cemitérios. Na pirâmide social, continua Boccacio, a doença e a morte não discriminavam cargo, *status* ou idade: as autoridades, a polícia, o exército, os médicos, os comerciantes, os senhores, os empregados, os padres, os ricos, a classe média, os pobres, os homens, as mulheres, os velhos, os jovens, as crianças... Todos sucumbiam à Peste.

Nesse caos, duas espécies de comportamento se destacavam: por um lado, o comportamento daqueles que “julgavam que o viver com moderação e o evitar qualquer superfluidade muito ajudavam para se resistir o mal”, que “recolhiam-se e trancavam-se em casas onde nenhum doente estivera” e que “não ficavam a palestrar com ninguém, nem queriam falar de nenhum caso de morte, ou de doença, daqueles que estavam do lado de fora da casa que habitavam” (BOCCACIO, 1971, p.15). Por outro, havia o comportamento daqueles “outros” que, embora reconhecessem os perigos da Peste, enveredavam pelos caminhos do vício (principalmente, do álcool) e “iam ora a uma tasca, ora a outra; bebiam imoderadamente e sem modo. E com mais desbragamento agiam na casa alheia, obrigando os donos a es-

² De acordo com Silva (2019), somando-se a crise alimentar do início do século XIV e as outras doenças que se seguiram à Peste, pode-se dizer que, em estimativa, quase um terço da população da Europa teria sido dizimada.

³ Oriunda do oriente e transmitida através da picada de pulgas que parasitam ratos, a Peste apresenta variação de denominação a depender do estágio da infecção na vítima, a saber: *negra* para o estágio inflamatório dos pulmões e *bubônica* para os estágios inflamatório dos gânglios e septicêmico dos tecidos.

cutar o que lhes desse na telha dizer” (BOCCACIO, 1971, p. 15), troçando de tudo, principalmente do medo da doença. Nesse sentido, o riso mudava, portanto, de *status*: de ato de brincadeira passava a instrumento de defesa (ou de ataque!):

[...] nesse “outono da Idade Média”, o riso amplifica-se, a ponto de cobrir o medo. Quando ouvimos esse riso, damos conta de que os dois fenômenos estão ligados. Não é mais o riso lúdico dos séculos XII e XIII: *é um riso desabrido, cacofônico, contestatório, amargo, infernal* – o riso dos alegres esqueletos da dança macabra. *Não se ri mais para brincar, e os ecos desse riso estão à altura dos medos experimentados.* (MINOIS, 2003, p. 242 – grifos nossos)

Com isso, as formas do riso se apresentavam até mesmo nos cortejos fúnebres, o lugar, por excelência, das lamentações e do choro: “Em vez de prantos e de lágrimas, passaram a usar-se, para a maior parte, os risos, as pi-lhérias, e as festas em boa parceria” (BOCCACIO, 1971, p. 17).

Lendo a descrição de Boccacio desses acontecimentos e comportamentos ocorridos há quase sete séculos, são surpreendentes as semelhanças dessa época com o período pandêmico que acomete esse início de século XXI. Convive-se atualmente com uma doença que tem como ente epidemiológico um vírus (Sars-cov 2 coronavírus): de caráter agressivo e fatal, a Covid-19 teve os primeiros casos notificados no oriente (China) e é transmitida pelo ar, pela água, pelos objetos manuseados pelas pessoas infectadas. Além disso, até o momento, sabe-se que tratamentos preventivos se mostraram ineficazes⁴, e as vacinas, em fase de desenvolvimento, demonstram diferentes graus de imunização. Com isso, a humanidade se encontra novamente diante de um quadro que aponta para o isolamento social como único e eficaz método de prevenção.

Contudo, mesmo se levando em conta que nossa sociedade há, aproximadamente 300 anos, vive sob o paradigma das Ciências, a implementação de tal isolamento social como método “extremo” de controle da doença pelas autoridades governamentais, à semelhança dos relatos de Boccacio, acarretou certos comportamentos sociais inesperados⁵, a saber: o negacionismo da doença; a resistência à utilização de equipamentos como máscaras e

⁴ Do diagnóstico à recuperação ou ao óbito, tudo depende da disponibilidade de UTI (Unidades de Tratamento Intensivo) com ventiladores mecânicos e oxigênio para a intubação de pacientes por um período que varia de 14 a 27 dias.

⁵ Tal afirmação poderia soar contraditória se considerássemos a história da humanidade como um contínuo temporal sem períodos demarcados a partir de critérios baseados na evolução científica e tecnológica da sociedade.

lentes faciais; o desrespeito às normas de segurança sanitária, com festas regadas a álcool e a drogas, e aglomerações em áreas comerciais como feiras e *shopping centers*; e, além disso, a crença em uma cura espiritual, concedida por representantes religiosos ora ingênuos ou incrédulos, ora inescrupulosos ou tendenciosos politicamente.

Como podemos ver, a Covid-19 exigiu uma mudança no comportamento humano, atingindo, em cheio, a organização social estabelecida pelo sistema capitalista: uma vez sendo necessário o isolamento social para se evitar a transmissão do vírus e, a posteriori, um inevitável colapso do sistema de saúde (com numerosas internações para os casos graves — vide nota 4), as aglomerações humanas de várias naturezas ficaram restringidas à manutenção dos serviços essenciais para subsistência da espécie, o que diminuiu substantivamente diversas atividades econômicas *in loco*, principalmente, em setores estratégicos como, por exemplo, o setor do comércio varejista, da prestação de serviços e do ensino/educação. Mesmo assim, em julho de 2020, as estimativas do número de infectados, devido à pandemia, chegaram a 15 milhões, com aproximadamente 620.000 mortos⁶.

Diante disso, os seres humanos, trabalhadores assalariados em sua grande maioria viram-se obrigados, nos moldes do primeiro grupo apontado por Boccacio, a se “exiliarem” em suas próprias casas. Entretanto, diferente do primeiro grupo de Boccacio, os “habitantes” do século XXI podem usufruir dos “benefícios” (ou dos “malefícios”!) da rede mundial de computadores: uma janela para o mundo, que nos permite ficar conectados virtualmente, desenvolvendo muitas de nossas práticas sociodiscursivas, entre elas, a conversação diária e a produção e recepção de tipos de discursos complexos como, por exemplo, o político, o midiático e o publicitário. Com efeito, podemos dizer que esse ambiente, de certo modo, propicia que certos grupos sociais, mesmo isolados em suas casas, assemelhem-se aos membros do segundo grupo descrito por Boccacio. E, de fato, para além do uso do álcool (e de outras formas de evasão psicotrópicas próprias do século XXI), o rir e o troçar da Covid-19 parecem estar em alta – pelo menos no que diz respeito aos brasileiros.

⁶ De acordo com a Universidade de John Hopkins, que monitora os dados globais referentes à Covid-19, no dia 22 de julho de 2020, cerca de 14,6 milhões de pessoas foram confirmadas com sintomas da Covid-19 e 616,985 teriam sucumbido pela doença. No Brasil, os números são de 2.159,625 infectados confirmados e 81.487 mortos por Covid-19. Fonte: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-22/ao-vivo-noticias-sobre-o-coronavirus-e-a-crise-politica-no-brasil.html>. Acesso em: 22 jul. 2020.

DA HIPERTROFIA DO HUMOR À IMAGEM DO BRASILEIRO NA PANDEMIA

DOENÇA — *A única forma de repouso para quem trabalha.*
(MASUCCI, 1958, p. 85)

“Cabeça vazia, oficina do Capeta!” — Parece que a ideia sintetizada nesse dito popular se aplica ao estado dos brasileiros na pandemia e na quarentena causadas pela Covid-19. Com o afastamento das atividades laborais, grande parte da sociedade brasileira, munida de smartphones e de outros dispositivos de comunicação semelhantes, gasta horas em navegação em ambiente virtual. Resultado: o que deveria ser um momento e um espaço únicos para o ócio e para a reflexão acabou transformando-se numa “fábrica de memes!” Expliquemos melhor.

Em meados de fevereiro de 2020, os primeiros casos da Covid-19 são confirmados no Brasil e, apesar de as mortes causadas pela doença, principalmente na Europa, já houvessem atingido números alarmantes e em ascensão (como, por exemplo, na Itália e na Espanha), a preocupação de parte da mídia brasileira se fixou *mais* em um diagnóstico realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) sobre o comportamento do brasileiro na internet *do que* nos perigos da doença em vias de assumir *status* de pandemia.

Divulgada no dia 28 de fevereiro de 2020, a pesquisa da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da FGV monitorou, nas mídias sociais (Twitter e Facebook), as menções, entre os dias 15 de janeiro e 27 de fevereiro de 2020, sobre a Covid-19 e o coronavírus no mundo e no Brasil. Das 15 milhões de menções sobre o tema no mundo, o Brasil foi o quarto país com mais interações sobre o tema, somando 3,3 milhões. Ainda segundo a pesquisa, no Brasil, dois grupos organizaram o debate: no primeiro grupo, com 34% das interações, o tema (Covid-19/coronavírus) foi tratado “de forma, sobretudo, irônica”, satirizando a doença ao relacioná-la ao carnaval e ao consumo de álcool e, principalmente, fazendo “piada sobre a resistência do brasileiro ao vírus”⁷. O segundo grupo, com 17% das interações, caracterizava-se por organizar o debate se fundamentando na imprensa oficial. Diante desses dados, uma análise ainda que superficial da exposição da pesquisa pela mídia nacional é reveladora de uma estreita relação entre a hipertrofia do humor e a imagem do brasileiro na pandemia de Covid-19.

⁷ Fonte: <https://observademocraciadigital.org/posts/coronavirus-primeiro-caso-confirmado-no-brasil-gera-nova-epidemia-de-debate-e-medo-nas-redes-sociais/>. Acesso em: 23 jul. 2020.

A MATERIALIZAÇÃO DISCURSIVA DO RISO NA PANDEMIA: OS MEMES

*As redes sociais sempre foram uma máquina de produzir memes, mas, em meio à pandemia do novo coronavírus, a fábrica parece estar cada vez mais afiada!*⁸

Como acabamos de ver, o período de janeiro a fevereiro de 2020 marcou os primeiros contatos do povo brasileiro com a Covid-19, tanto de modo direto, pela contaminação, quanto de modo indireto, pela informação. Nesse passo, o povo se conscientizou (ou não!) e, na internet, “pronunciou-se” sobre a doença por meio de *manifestações materiais*⁹ (linguísticas e semiológicas: orais, gráficas, icônicas, imagéticas, entre outras), isto é, *textos*, em sua maioria, portadores de tons irônicos ou de brincadeira/zombaria (cf. pesquisa da FGV). Diante desse fato, a mídia nacional aproveitou o ensejo e resolveu dar relevância a esse uso do riso e do humor na produção discursiva dos brasileiros nas mídias sociais. Com isso em mente, nas seções que se seguem, daremos ênfase, primeiramente, à reflexão sobre as materializações discursivas do riso na pandemia na forma dos *memes*, para, posteriormente, discutirmos como a representação do brasileiro pode ser aferida a partir desse gênero discursivo no período circunscrito.

OS MEMES NA PANDEMIA SEGUNDO A MÍDIA ON-LINE

Elaborar uma análise genérica minuciosa das produções discursivas não é função da mídia, mesmo quando os gêneros discursivos/textuais são o objeto e/ou tema de seus discursos. Todavia, essas descrições podem (nos) servir como porta de entrada para a compreensão de gêneros inovadores (como os *memes*), surgidos, principalmente, no ambiente da internet. Além disso, no caso específico aqui estudado, a mídia desempenhou um papel importante, uma vez que ela própria, ao evidenciar o aumento substancial da produção dos gêneros do riso do período inicial da pandemia, procurou

⁸ Cf. *Jornal Popular: Sorrir em meio ao caos*. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/magazine/sorrir-em-meio-ao-caos-quarentena-torna-se-uma-f%C3%A1brica-de-memes-nas-redes-sociais-1.2033174>. Acesso em: 29 jun. 2020.

⁹ Charaudeau (2008, p. 77-79 – grifos do autor) define “texto” como a “*manifestação material* [...] da encenação de um ato de comunicação, numa situação dada, para servir ao projeto de fala de um determinado locutor”.

explicar não só o acontecimento, mas também a natureza dos *memes*. Vejamos então como o “testemunho” da mídia brasileira pode contribuir para uma maior compreensão da natureza genérica dos *memes*¹⁰.

A MÍDIA EXPLICA (OU TENTA EXPLICAR) O QUE SÃO OS MEMES

Uma análise panorâmica do conjunto de publicações midiáticas ligado aos resultados da pesquisa da FGV no período em destaque¹¹ nos mostra que a percepção do riso na pandemia pela mídia também segue de perto o que Vale (2013) assume para o uso de termos relacionados à questão do *riso*: para o leigo não há muita diferença entre humor, comédia ou piada etc.. Todos esses termos (e ainda outros) estão, de certa forma, mais ou menos ligados ao *fazer-rir*. No caso em questão, a mídia, ao se referir ao *boom* de *memes*, elabora o seu discurso com termos e expressões descritivas do campo semântico do *riso*, a saber: “publicações irônicas”, “humor”, “coisa engraçada”, “comédia”, “troçar”, “riso”, “sorriso”, “conteúdo divertido”, “informativos”, “para passar o tempo” (em oposição a “sério”). Isso demonstra que a mídia busca se aproximar do seu público e, por isso, tende a não complicar as publicações com definições técnicas e/ou filosóficas sobre o problema, deixando os termos assumirem acepções amplas e fluidas, mais ou menos como faz, segundo Vale (2013), o *senso comum*.

No que se refere aos *memes*, a mídia também parece assumir o mesmo expediente: eles são “agrupados” (ou, melhor dizendo, categorizados) no rol das “brincadeiras” ou das “piadas”. Com efeito, o termo “*meme*” segue fluido e com significação aberta, isto é, um termo que se presta para nomear as mais diversas manifestações materiais do humor (ou melhor, do riso!) nas mídias sociais, como Facebook, Twitter, Instagram, Whatsapp. Apesar disso, é importante ressaltar que parece haver uma consciência da *generii-*

¹⁰ De acordo com Todorov (1980), aumentamos o conhecimento sobre determinado objeto, passando da extensão à intensão — e não seria diferente com os gêneros. Nesse processo, podemos nos basear em testemunhos sobre gêneros (procedendo a uma análise abstrata) ou descrever as propriedades discursivas codificadas nos textos (desenvolvendo, assim, uma análise empírica). No caso dos *memes*, em especial, sentimos que a imprecisão do termo e dos objetos que ele subsume (no sentido kantiano) nos obriga a passar de um a outro tipo de análise, na busca de sua compreensão.

¹¹ Para este ensaio, analisamos matérias sobre a pesquisa da FGV publicadas em 20 sites de notícias e de informação em geral on-line, no período que vai de fevereiro a maio de 2020, a saber: *Uol*; *Folha*; *O Globo*; *Extra*; *R7*; *A Gazeta*; *O Popular*; *Correio Brasiliense*; *Hoje em Dia*; *Canaltech*; *Catraca Livre*; *Uninter*; *Pais & Filhos*; *OCP News*; *Tek Sapo*; *Ciclovivo*; *Portal DI*; *Quero Bolsa*; *Midiamax*.

de¹² dos *memes*, como na manchete do Portal DI: “Brasileiros compartilham mais *memes* do que notícias do coronavírus”¹³. Não nos adiantaremos, neste momento, a uma análise minuciosa desse título. Aqui, simplesmente, evidenciaremos que, a partir da construção sintática “mais X (do) que Y” e do contraste que se estabelece entre os seres ou coisas comparados, pode-se afirmar que aos “*memes*” e às “notícias” — este último claramente um gênero textual do domínio do discurso midiático ou da situação jornalística (cf. CHARAUDEAU, 2004) — é aferida uma natureza genérica, ou seja, eles são considerados gêneros discursivos ou textuais com base em um dado critério, intuitivo ou técnico, do sujeito do discurso midiático. Nesse mesmo sentido, apresenta-se a manchete do site *Midiamix*: “Coronavírus: brasileiros postam mais *memes* do que mensagens de medo na web”¹⁴. Embora o termo “mensagens” não remeta a um gênero *plenamente instituído* como a “notícia”; mas, sim, a *gêneros conversacionais*¹⁵, a comparação ainda consegue estabelecer para os *memes* certa *genericidade*, ainda que esta possa — como acreditamos — apresentar dificuldades de compreensão, mesmo para os sujeitos do discurso de informação.

É importante ainda destacar como a mídia destaca as funções dos *memes* para além da sua relação com o riso e o humor. Como as matérias jornalísticas que selecionamos versavam sobre o mesmo tema, é natural perceber, principalmente no meio on-line, uma repetição de determinadas informações e construções frasais, e a reutilização das mesmas fontes primárias de informação, gerando, por conseguinte, uma espécie de circuito de *parafraseagem* entre os sites consultados. Isso, no entanto, não impediu que,

¹² Com base em Maingueneau (2006, p. 230 *et. seq.*), assumiremos que a *genericidade* diz respeito tanto à consciência da *doxa* (ou seja, tomar por “gênero” é “uma questão de embalagem” — catalogação/classificação — e, por isso, “um elemento periférico” às obras ou às produções discursivas em geral) quanto à percepção dos “gêneros” em Análise do Discurso, onde *gênero* é tido como uma “atividade social de um tipo particular” que “manifesta-se em circunstâncias apropriadas e com protagonistas qualificados”. Todavia, o analista do discurso, ainda conforme Maingueneau (2006, p. 233), deve estar sempre alerta e “distinguir as tipologias de gêneros que vêm dos usuários das que são elaboradas pelos pesquisadores”.

¹³ Disponível em: <https://www.diariodoiguacu.com.br/noticias/detalhes/brasileiros-compartilham-mais-memes-do-que-noticias-do-coronavirus-54277>. Acesso em: 11 jun. 2021.

¹⁴ Disponível em: <https://www.midiamax.com.br/midiamais/comportamento/2020/coronavirus-brasileiros-postam-mais-memes-do-que-mensagens-de-medo-na-web>. Acesso em: 30 jun. 2020.

¹⁵ Cf. Maingueneau (2006, p. 238 – grifos do autor), podemos definir os gêneros conversacionais como gêneros que “não têm ligação estreita com lugares institucionais, papéis nem roteiros relativamente estáveis. Sua composição e sua temática são em geral bastante instáveis e seu quadro se transforma incessantemente: trata-se de coerções *locais* e *horizontais*”, isto é, estratégias de ajuste e de negociação entre os interlocutores que a eles se impõem”. Embora, em seu trabalho, Maingueneau busque explicações para o discurso literário, uma vez que tais conversações invadem os diversos gêneros complexos desse tipo de discurso (como, por exemplo, o romance e o drama), admitiremos que as dificuldades impostas pelas dificuldades de dividir, intuitiva ou teoricamente, essas interações conversacionais em gêneros relativamente estáveis (e.g.: a detração, a mentira, a fofoca etc.) também, de certo modo, atingem “n” gêneros do dia a dia, principalmente no regime on-line ou no espaço cibernético da internet.

a partir da leitura das matérias, três principais funções dos *memes* pudessem ser identificadas: i) ensinar/educar sobre a doença, ou seja, informar sobre o coronavírus (e.g.: “Coronavírus: mitos, verdades e a enxurrada de *memes*”¹⁶); ii) aliviar a tensão do medo e da ansiedade provocada pelo isolamento social (e.g.: “Os brasileiros não aguentam mais ficar em casa”¹⁷); e iii) simplesmente passar o tempo (e.g.: “O povo brasileiro já mostrou que sabe fazer humor em qualquer circunstância”¹⁸). Ainda que essas três funções sejam as predominantes, a mídia não deixou de relacionar os *memes* com o problema das *fake news* no combate ao coronavírus, “ainda mais quando essas ‘brincadeiras’ espalham desinformação”¹⁹.

Pelo exposto até aqui, vemos que o Discurso Midiático tenta uma explicação do fato (a hipertrofia do humor na pandemia) e do gênero (os *memes*). Longe de desconstruirmos essa explicação, nosso objetivo, nas seções que se seguem, é verticalizar a análise e desvelar tanto no Discurso Midiático quanto nos próprios *memes*, como o riso se materializa discursivamente, procurando desvelar, também, a representação dos brasileiros nesse período.

GÊNEROS INTERMEDIÁRIOS: REAVALIANDO A NATUREZA GENÉRICA DOS MEMES

A exposição da tentativa de explicação pela mídia da natureza genérica (ou *genericidade*) dos *memes* mostra-nos que estes estão próximos, ao mesmo tempo, de *gêneros plenamente constituídos*, quando comparados com notícias e *fake news*, e de *gêneros da conversação*, quando identificados como “brincadeiras” e “mensagens”. Diante dessa aparente aporia, discutiremos, juntamente com Bakhtin (2010), duas vias para a interpretação da genericidade dos *memes*, tentando, ao final, vislumbrar uma terceira para essa questão.

Como sabemos, Bakhtin (2010, p. 263-266) apresenta, além de uma definição para os gêneros do discurso (“tipos de enunciados relativamente estáveis”), uma proposta teórica, que extrapola os limites do Discurso

¹⁶ Disponível em: <https://canaltech.com.br/saude/coronavirus-mitos-verdades-e-a-enxurrada-de-memes-159764/>. Acesso em: 11 jun. 2020.

¹⁷ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/03/26/memes-mostram-o-que-sera-dos-brasileiros-apos-quarentena-por-coronavirus.htm>. Acesso em: 11 jun. 2020.

¹⁸ Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/entretenimento/cultura/brasileiros-lidam-com-a-quarentena-fazendo-memes-na-web-veja-alguns-0320>. Acesso em: 12 jun. 2020.

¹⁹ Disponível em: <https://canaltech.com.br/saude/coronavirus-mitos-verdades-e-a-enxurrada-de-memes-159764/>. Acesso em: 11 jun. 2020.

Literário, para a natureza dos gêneros, na qual estes seriam definidos de acordo com o seu pertencimento às “esferas de atividade humana e da comunicação”; logo, “uma determinada função (científica, técnica, publicística, oficial, cotidiana) e determinadas condições de comunicação discursiva, específicas de cada campo, geram determinados gêneros”. Nessa mesma linha de pensamento, Bakhtin ainda nos diz que os gêneros do discurso podem se manifestar em *gêneros primários ou simples* (orais, menos rígidos por restrições formais e situacionais como, por exemplo, o diálogo no dia a dia, e ligados, desse modo, às atividades do cotidiano, ou seja, à vida imediata, familiar, íntima, o que não os impede de tratar de temas sociopolíticos e filosóficos) e *gêneros secundários ou complexos* (gêneros que incorporam e, por vezes, transformam ou reformulam os gêneros primários para atender às necessidades das esferas de atividades complexas como, por exemplo, a literatura, a política e a publicidade). Com efeito, os gêneros primários, uma vez incorporados pelos secundários, “perdem o vínculo imediato com a realidade concreta e os enunciados alheios reais” (BAKHTIN, 2010b, p. 263).

Como vemos, uma classificação com base em Bakhtin colocaria os *memes*, a princípio, como representantes dos gêneros secundários; todavia, a questão — como vimos — não é tão simples. Com a exceção de certas empresas que descobriram nos *memes* um modo de publicidade²⁰, a grande maioria dos textos que são identificados (intuitivamente pelos internautas) como *memes* é de origem individual, ou seja, são produções de sujeitos que se apoderam de ferramentas da internet e de programas de formatação de texto, imagem, som e vídeo, e que criam os seus próprios *memes* para, logo após, compartilhá-los nas mídias sociais. Assim, no caso específico dos *memes*, coloca-se em xeque o vínculo que deve se estabelecer entre um gênero secundário com uma esfera de atividade humana complexa, uma vez que os *memes* apresentam um vínculo (mais que) imediato com a vida diária dos sujeitos. É esta vida diária, por sua vez, que, também, é comunicada por estes mesmos sujeitos: é o dia a dia e as coisas da vida que são tratados nos *memes*; são os acontecimentos histórico, social, político, econômico, moral, cultural, que são abordados; é a busca pelas curtidas (atividade responsiva mais ambicionada no espaço das mídias sociais *on-line*) de outrem.

Devido a isso e levando-se em conta toda instabilidade de *forma* (com uma grande dificuldade em generalizar postulações sobre a construção com-

²⁰ Citemos como exemplo a agência “Mil Grau”, formada por publicitários de Goiânia, que elabora *memes* nos mesmos moldes de peças publicitárias; todavia, as semelhanças com os *memes* (“comuns”) são tantas que é difícil ver a diferença entre eles. Cf. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/magazine/sorrir-em-meio-ao-caos-quarentena-torna-se-uma-f%C3%A1brica-de-memes-nas-redes-sociais-1.2033174>. Acesso em: 29 jun. 2020.

posicional) e de *conteúdo* própria dos *memes*²¹, acreditamos ser mais viável estabelecer um espaço de transição entre os gêneros *primários* e os *secundários*, no qual se fixariam os *gêneros intermediários*, isto é, gêneros que, embora possam ser reconhecidos intuitivamente²² pela forma (mesmo que esta se apresente com grandes variações semiológicas), ainda, assim, mantêm um vínculo imediato com a vida cotidiana do sujeito, mesmo que a esse sujeito, do mesmo modo que o indivíduo criador da piada, não possa ser aferido um identificador ou um localizador espaço-temporal — na verdade, talvez nem seja isso uma prerrogativa necessária: basta saber que há um sujeito que, em algum momento, teve intencionalidade de criar e de compartilhar um *meme*.

Além de estruturalmente protofórmicos, diremos que os *gêneros intermediários* se apresentaram como espécies do discurso do cotidiano que tendem a ganhar uma amplificação em escalas mundiais: agora a voz do sujeito se projeta, por meio da internet e das mídias sociais, em direção a um auditório numericamente expandido — o que não quer dizer que o discurso esteja voltado especificamente para um *auditório particular ou universal* (cf. PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005). Dessarte, a tirada sagaz do Seu Zé da Silva, residente em Pequeninópolis, pode se fazer ouvir (e ver) pelo homem mais poderoso do mundo: basta que eles estejam conectados a uma mesma mídia social e compartilhem alguns códigos (ou pelo menos, um código) de comunicação comuns — a resposta desse homem, no entanto, é imprevisível: pode ser o silêncio, o riso de escárnio ou, quem sabe, somente uma curtida!

Aqui é necessário salientar que admitir os *gêneros intermediários* como uma terceira via entre os gêneros primários e os secundários não é tentar construir uma revisão dos postulados bakhtinianos. Pelo contrário. Estamos evidenciando — sem anacronismo — uma realidade comunicativa e sociodiscursiva que é própria do século XXI: as interações mediadas por dispositivos móveis e computadores e pela internet que criam, devido a coerções semiológicas mais afrouxadas, digamos assim, “cenografias convincentes no suporte material imposto” por determinados *hipergêneros* (cf. MAINGUENEAU, 2010, p. 132) como, por exemplo, as páginas dos aplicativos Facebook, Twitter, além dos blogs. Nesse passo, podemos dizer que os gêneros intermediários têm uma ligação direta com os avanços tecnoló-

²¹ O que não impede que essa instabilidade justifique a inclusão, no rol dos gêneros intermediários, de outros gêneros da internet.

²² “Até mesmo no bate-papo mais descontraído e livre nós moldamos o nosso discurso por determinadas formas de gênero, às vezes padronizadas, às vezes mais flexíveis, plásticas e criativas (a comunicação cotidiana também dispõe de gêneros criativos)”, conforme Bakhtin (2010b, p. 282).

gicos que possibilitam interações sociais discursivas muito diferentes das dos séculos anteriores. Por isso, diferentemente dos secundários, os gêneros intermediários, não necessariamente, passam pelo filtro do autor (no caso da literatura ou da filosofia) que reformula espécimes dos gêneros primários. E, também, diferentemente dos primários, os gêneros intermediários não estão tão restritos às situações imediatas do discurso do cotidiano; logo, prestam-se às críticas social, cultural, moral, estética.

A MECÂNICA DISCURSIVA DO HUMOR NOS MEMES

A complexidade dos *memes* deve-se, muitas vezes, à sua constituição que agrega vários elementos semiológicos diferentes (signos linguísticos, imagéticos, icônicos; vídeo, sons, etc.), o que pode levar a vários tipos de análise (ou níveis de análise) da materialidade discursiva, além, é claro, da imprevisibilidade de cenografias²³. Cientes disso, abordaremos, nesta seção, a questão do ponto de vista de uma análise global da enunciação, isto é, destacaremos o papel do sujeito que produz o objeto visado e os efeitos de sentido dos *memes*, admitindo a proximidade dos *memes* com gêneros do discurso humorístico como, por exemplo, as piadas, as charges e as tirinhas.

É importante notar, primeiramente, que os *memes* trazem uma ambiguidade (diríamos: dúvida) no que diz respeito a quem produz o discurso, o que se deve ao fato de podermos encontrar diferentes *status* para aquele que apresenta o *meme* em sua *timeline* (pensemos aqui no Facebook ou no Instagram). Assim, podemos ter:

- (1) o *sujeito produtor-criador*: na maioria das vezes, um cidadão ordinário (com toda ambiguidade do termo) que usa de recursos relativamente limitados de edição (o que não impede que surjam produções elaboradas de alto valor estético);
- (2) o *sujeito compartilhador*: esse sujeito não cria o *meme*, mas se identifica com o texto e compartilha, comenta, divulga, responde por meio do ícone “*like*”, podendo, às vezes, alterar a constituição do *meme* (se possuir a ferramenta de

²³ Admitiremos que, de modo semelhante aos gêneros do discurso publicitário, se há expectativas (mesmo que intuitivas) sobre os *memes*, deve haver coerções, o que não exclui a inovação e surpresa (semelhantemente às piadas). Por outro lado, isso pode indicar que o não acatamento (desvio, no sentido estilístico do termo) de todas as coerções impõe ao gênero *meme* uma inovação ininterrupta. Logo, para os *memes*, poderemos admitir que “saber que um dado texto é publicitário não permite prever através de qual cenografia ele vai ser enunciado. Naturalmente, muitas vezes adquirem-se hábitos [...], mas é da natureza desses gêneros incitar a inovação” (MAINGUENEAU, 2006, p. 241).

edição adequada), adaptando-o aos seus objetivos; o *sujeito produtora*²⁴: esse último sujeito se apresenta como uma instância compósita, nos moldes das agências de publicidade, possuindo recursos tecnológicos mais avançados para edição dos *memes* (todavia, como já vimos, devido a questões mercadológicas, esse sujeito pode desenvolver maior ou menor afinidade com esta ou aquela linha ideológica que circulam numa dada sociedade).

E nisso tudo, como fica a questão do humor?

De acordo com Charaudeau (2006), a enunciação humorística pode ser descrita como uma relação *triádica* entre um *locutor*, um *destinatário* e um *alvo*, na qual o locutor visa à convivência do destinatário contra o alvo; o destinatário pode se tornar um apoiador ou mesmo uma vítima (nesse caso, destinatário e alvo se fundem numa mesma instância); e o alvo pode ser um *tiers* (um “terceiro ausente-presente” na situação de comunicação) ou mesmo se consubstanciar com o próprio locutor (nesse caso, teríamos a autoironia). Como podemos ver, essa rápida revisão da mecânica enunciativa do humor não tem a pretensão de ser exaustiva. Ela serve, sobretudo, para mostrar que a categoria do alvo pode ser considerada uma instância discursiva cambiante e que o humor, nessa perspectiva, tem, quase sempre, um caráter negativo, voltado para o riso de derrisão ou de destruição.

A partir do exposto, podemos dizer que, nos *memes*, há três situações para o locutor. Na primeira, o sujeito *produtor-criador* está fundido com o locutor: nesse caso, estamos muito próximos do discurso dos sujeitos dos gêneros primários e dos intermediários, podendo aferir para o produtor-criador a imagem discursiva (*ethos*) de sujeito do riso como, por exemplo, a do cômico, a do bufão, a do bobo, a do humorista, a do risista²⁵ (cf. VALE, 2013). Na segunda, o sujeito *compartilhador* somente se “apresenta” como locutor, mas não se responsabiliza pela criação do *meme* (logo, pode se eximir da repercussão negativa que o *meme* possa vir a causar e, também, das penalidades legais em caso de difamação ou coisas do tipo: “Foi fulano quem criou; eu só compartilhei!”). Na terceira, o sujeito *produtora* assume para si o papel de locutor, porém pode camuflar, por detrás de uma aparente espontaneidade e simplicidade do gênero, um posicionamento ideológico (e mercadológico) “x” ou “y”.

Assim, remetendo ao momento pandêmico analisado, vemos que há uma alternância, na hipertrofia do humor pelos *memes*, entre o sujeito *pro-*

²⁴ Mesmo não sendo muito criativa, deixemos, provisoriamente, a categoria com essa denominação para destacar o papel, à parte, desse tipo de sujeito no conjunto dos produtores de *memes*.

²⁵ Aquele faz rir a qualquer custo.

dutor-criador e o *compartilhador*, com uma tendência maior para esse último (poucos são os casos de *memes* do sujeito *produtora*). Isso nos diz algo: a produção do humor exige o domínio de certas estratégias discursivas (como, por exemplo, a ironia, o sarcasmo, a paráfrase, o pastiche), além de estratégias linguísticas (como, por exemplo, o trocadilho, a analogia, a metáfora etc.). De fato, diremos que não é somente o domínio de ferramentas digitais de edição o que torna possível a produção do *meme*; é necessário dominar, apesar da simplicidade do gênero, toda uma complexa rede de estratégias tanto linguísticas quanto discursivas e semiológicas, para que um *meme* obtenha sucesso. Logo, é muito mais fácil compartilhá-los do que criá-los.

Ainda assim, mesmo compartilhados, os *memes* mostram que o *compartilhador* se identificou com o texto e, desse modo, que ele (além do compartilhamento do texto) compartilha da ideia, do discurso, e forma um “coro” como outros milhões (no caso analisado) de locutores que buscam a convivência de outrem em troca do prazer do riso, numa corrente de zombaria.

A REPRESENTAÇÃO DO BRASILEIRO NA PANDEMIA: A MÍDIA FALA, O POVO FALA

Costumo propor a análise das representações sociodiscursivas de três modos²⁶, a saber: i) pela descrição do *ser* representado; ii) pelo lugar ocupado pelo *ser* nos processos, ou seja, o *ser* agindo numa dada narrativa; e iii) pela enunciação: o *sujeito* enuncia e, desse modo, nos oferece uma imagem de si da qual se pode depreender a articulação de uma identidade social com uma identidade discursiva. Empreendendo a análise da representação dos brasileiros na pandemia, conforme (i) e (ii), já antecipamos aqui o papel da mídia em corroborar o imaginário sociodiscursivo no qual o brasileiro é capaz de fazer graça de tudo, com tudo e com todos (inclusive, consigo mesmo); porém, — é muito importante ressaltar — essa mesma mídia alerta (e julga ao mesmo tempo) para os perigos de se ultrapassarem os limites do uso do humor (e do riso):

²⁶ O que de modo algum exclui outros modos, como, por exemplo, a construção de uma representação ou imagem por meio da argumentação ou seleção e organização de argumentos por um dado orador. Todavia, se pensarmos que, de início, para trabalhar questões dialéticas, o sujeito-argumentante deve, de algum modo, seguir (ou fingir seguir) o filósofo (conceber “um ser”, dando um nome; dizer o que é esse “ser”, que será tratado como tema; e, logo em seguida, estabelecer um juízo sobre ele: o “ser é ou não”), então ou se descreve ou se define, melhor no último caso, o “ser”.

Junto às *fake news* o que mais têm circulado em grupos de amigos e nas redes sociais estão os inevitáveis *memes*. Já se diz que o melhor do Brasil é o brasileiro, mas qual é o limite desse humor? Essa é mais uma delicada questão que esse problema de saúde pública traz para a sociedade discutir, ainda mais quando essas “brincadeiras” espalham desinformação²⁷.

Como podemos notar, a questão dos limites do humor não somente gira nas próprias normatividades do uso do riso nos discursos (como, por exemplo: não utilizar o riso contra os miseráveis ou não dizer obscenidades, o que atentaria contra a *VRBANITAS*, lat. “urbanidade” (cf. VALE, 2013)), mas também nas preocupações da mídia quanto ao domínio da ética em geral, isto é, daquilo que seria considerado “certo” ou “errado”, e quanto ao domínio da verdade, uma vez que as *fake news*, para além da distorção da realidade, trazem, em seu escopo, informações de caráter político-partidário. Com efeito, podemos dizer que a mídia generaliza hiperbolicamente e aproxima a imagem do brasileiro que ri na pandemia através do *meme* à do mau caráter, à do irresponsável e à do “desinformador” (aquele que espalha desinformação com interesses escusos). Como a mídia não separa os sujeitos do discurso envolvidos e a pesquisa da FGV só consegue ver números e estatísticas, não podemos afirmar que a mídia se equivoca. Todavia, uma análise do processo enunciativo dos *memes* pode nos mostrar que, não necessariamente, o brasileiro que ri na pandemia segue as modalidades da pós-verdade comuns nesse início de século.

Nessa linha e ressaltando (iii), diremos que o processo de enunciação nos *memes* lança desafios a cada passo que avançamos na análise das representações sociais. De fato, primeiramente é necessário tentar encontrar, nos *memes*, a fonte da enunciação, isto é, o sujeito que elabora o *meme* e o disponibiliza na internet. Mas não é tão simples assim. Conforme mostramos anteriormente, esse sujeito falante indivíduo pode assumir alguns papéis (identidades discursivas: *sujeito produtor-criador*, *sujeito compartilhador* e *sujeito produtora*) que colocariam em xeque a imagem passível de ser inferida por aqueles que interagem com ele.

Desse modo, o sujeito falante *indivíduo*, que tem uma dada intencionalidade, assumindo alguma dessas identidades discursivas, diz/mostra para o seu interlocutor, por exemplo, (a) se ele é responsável ou não pelo *meme*, ou mesmo, (b) se ele emite (narrando ou descrevendo) um juízo de valor sobre aquilo que o *meme* veicula como tema — nesse último caso, podendo

²⁷ Disponível em: <https://canaltech.com.br/saude/coronavirus-mitos-verdades-e-a-enxurrada-de-memes-159764/>. Acesso em: 11 jun. 2020.

ainda explicar o conteúdo do *meme*²⁸. Nos dois casos, embora a contribuição seja individual, não é a “voz” de um indivíduo que faz vibrar o riso e transparecer representações; mas, sim, o conjunto dos enunciados e seus sujeitos em bloco, que nos dizem como é o comportamento discursivo do brasileiro e, por conseguinte, a sua representação daí advinda. Nisso, apoiamo-nos em Maingueneau (2015, p. 76), quando nos diz que “agentes situados em determinados lugares vão converter em ‘obras’ textos recolhidos em diversos tipos e gêneros de discurso”. Em outras palavras, não que os *produtores-criadores* ou *compartilhadores* de *memes* vão ter seus *memes* convertidos em “obras” (no sentido literário do termo); mas, sim, que esses textos e gêneros, uma vez agrupados, nos abrem a possibilidade de estudar o comportamento discursivo de uma dada coletividade²⁹.

Com efeito, ao analisar os *memes* na pandemia, evidencia-se um retrato do brasileiro que muito se assemelha à do *bufão*, cujo discurso assume ares de pseudofilosofia, com tons moralizantes, permeada de grosserias e absurdos, mas que, ao mesmo tempo, tem o potencial de vigiar e punir (cf. VALE, 2013). E, assim como os bufões da Grécia Clássica, que adquiriram certo “poder” a ponto de se tornarem referência nas decisões da *polis* (cf. BREMER, 2000), podemos dizer que o discurso dos brasileiros nos *memes*, na condição de originário de uma fonte coletiva, demonstra um caráter mais complexo do que simplesmente a ideia de um povo que se diverte com tudo e com todos, como a pesquisa da FGV alega e a mídia reproduz.

Portanto, diremos que o brasileiro não se apresenta nem como um humorista, uma vez que este compreende seu papel de tentar, com o riso, desvelar uma verdade por detrás de questões opacas aos olhos do leigo; nem mesmo como um risista, que não atende aos princípios que regem e regulamentam o uso do riso nos discursos, ou seja, um sujeito sem *VRBANITAS*. Ele,

²⁸ Esse tipo de recurso nos lembra o conceito de *ancoragem*, de Barthes, no qual a “função denominativa corresponde bem a uma ancoragem de todos os sentidos possíveis (denotados) do objeto, pelo recurso de uma nomenclatura; [...] ela me permite de acomodar não somente minha observação, mas também minha interpretação” (BARTHES, [s.n]: 44 – tradução livre). No original: « La fonction dénominative corresponde bien à un ancrage de tous les sens possibles (dénotés) de l’objet, par le recours à une nomenclature ; [...] elle me permet d’accommoder non seulement mon regard, mais encore mon intellection ».

²⁹ Mais especificamente, certas fontes enunciativas, conforme Maingueneau (2020, p. 25; 158-159), favorecem o tipo de *ethos* que elas manifestam: o *ethos pessoal* (individual) advém, por exemplo, da identificação de um “caráter”, de um “tom” e de uma imagem do “fador” de um texto – na maioria das vezes, daqueles modelos de textos que se assemelham, mesmo na internet, aos textos impressos; já o “*ethos* coletivo (um partido, uma associação, um sindicato...) conserva certo número de traços do indivíduo, nas três dimensões do *ethos*”, a saber: i) categorial – papéis discursivos e extradiscursivos; ii) experiencial – caracterizações sociopsicológicas estereotipadas; e iii) ideológica – remissão aos posicionamentos. E, nesse último caso, estamos falando de *ethos* ou de *ethé* passíveis de serem depreendidos de textos alocados em gêneros e hipergêneros próprios da internet, onde “múltiplos participantes dão sua contribuição num quadro preestabelecido; é o caso, por exemplo, dos sites de notícias ou das redes sociais”.

o brasileiro, teme a doença, mas constrói ilogismos, confunde e mistura as atividades humanas (religiosas, científicas, legais etc.) relacionadas a uma possível solução do problema e, nesse passo, ridiculariza (e, ao mesmo tempo, afronta), com a sua pseudofilosofia, a sorte, as leis, o medo da morte, e até mesmo Deus:

“mas será q já tentaram fazer uma lei proibindo o coronavírus no brasil (sic)”³⁰

E, ainda como bufão...

Final de semana passada: “gente acho que vai ser passageiro logo esse vírus some”

Eu hoje: “Deus em ti confio a minha vida miserável mas saiba q (sic) quero viver muito mas tá nas suas mãos”³¹

Nessa mesma linha, destacamos um *meme* em que há uma adulteração da imagem central da Capela Sistina, de Michelangelo³². Em três quadros consecutivos, seguindo a imagem original, Deus fornece álcool em gel para o Homem. Não há ancoragem linguística. Entretanto, a imagem fala por si: até Deus está do lado da ciência; não seja tolo, ó Homem. Interdiscurso e intertextualidade são movidos para gerar os efeitos de sentido do texto: política, religião e ciência se digladiam na arena semiológica. Mas o senso de humor do brasileiro acarreta a reflexão e propicia um riso, podemos dizer, intelectualizado — mesmo que o *produtor-criador* não tenha vislumbrado isso quando da elaboração do *meme*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos nossa trajetória mostrando como a situação do século XIV e do século XXI apresentam certas semelhanças no que diz respeito ao riso, à peste e ao comportamento social diante de uma situação de pandemia. Vimos também como dois grupos se destacaram: os que riem de tudo e de todos, e os outros, que se isolam do mundo. No caso brasileiro do século XXI,

³⁰ Disponível em: <https://www.diariodoiguacu.com.br/noticias/detalhes/brasileiros-compartilham-mais-memes-do-que-noticias-do-coronavirus-54277>. Acesso em: 11 jun. 2020.

³¹ Disponível em: <https://www.diariodoiguacu.com.br/noticias/detalhes/brasileiros-compartilham-mais-memes-do-que-noticias-do-coronavirus-54277>. Acesso em: 11 jun. 2020.

³² Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/coronavirus/coronavirus-cai-na-rede-memes-sobre-pandemia-podem-ser-educativos-24309742.html>. Acesso em: 11 jun. 2020.

o isolamento não impediu que o riso e suas formas (mais especificamente, o humor) ficassem circunscritos a contextos sociais mais restritos (como, por exemplo, a família). Isso se deve ao fato de a internet e as mídias sociais, em nosso tempo, permitirem manter o contato entre os sujeitos do discurso, propiciando que os discursos e certas atividades ainda aconteçam, mesmo que em ambiente virtual. Nesse ambiente on-line, no entanto, vimos o brasileiro levar a “brincadeira” (entenda-se, o riso e o humor) à hipertrofia, fazendo a mídia se pronunciar sobre o fato.

Sobre as explicações da mídia da natureza dos *memes*, ela é marcada por imprecisões, principalmente, devido à instabilidade formal dos *memes*: i) ausência de definição; ii) definição de *meme* como humor; iii) não verticalização da questão, devido à limitação de tempo/espaço nas publicações jornalísticas on-line. Todavia, essas explicações superficiais, por vezes, contribuem para a construção de juízos de valor em relação às representações sociodiscursivas e aos perfis *ethóticos* do brasileiro que produz, compartilha e consome *memes*.

Em relação ao comportamento discursivo do povo na pandemia (na internet), é preciso ressaltar que, se o objetivo tem sido vislumbrar as representações e o *ethos* do brasileiro, nada melhor do que ter acesso a gêneros nos quais (ou por meio dos quais) o brasileiro possa “falar”. Com efeito, embora a instabilidade formal dos *memes* (confundidos, por vezes, com as postagens no Facebook, no Instagram e, principalmente, no Twitter), eles se apresentam como fontes, se não primárias, pelo menos intermediárias dessa “fala dos brasileiros”. Aqui, a semelhança com as piadas é interessante: como aquelas, o *meme* é criado por um sujeito que compartilha (socializa e distribui) o seu dizer no meio eletrônico; porém, caso o *meme* viralize, esse sujeito “criador”, mesmo que seu nome esteja presente no material semiológico, tem sua presença e autoria relativizada, devido à frequência do uso do *meme*, ou seja, mais interessa o uso e o *meme* em si do que quem o criou. Todavia, é importante ressaltar que a “autoria relativizada” não deve ultrapassar os limites do riso (ou seja, a *VRBANITAS*). Caso isso aconteça, as coerções do politicamente correto e do ordenamento jurídico podem ser acionadas sobre o *produtor-criador* do *meme* ou mesmo sobre o *compartilhador*.

Por fim, lembramos aqui o que muitos afirmam: “vai passar!” Seria isso uma ironia? Seria um sarcasmo? Seria uma piada, mostrando ao mundo a *hybris* (a arrogância contra os Deuses, contra o Destino... contra a Ciência?) do povo brasileiro diante do desconhecido? Ou simplesmente uma troca, apoiada no argumento negacionista da Covid-19, que, do mesmo modo como são tratadas a AIDS, a tuberculose, a febre tifoide entre outras, não

existe ou não se deve levar muito a sério? Ou seja, seria a Covid-19 somente mais um motivo para descaso, despreocupação e “zoeira”? Tomara que as “nuvens” consigam armazenar os rastros desse discurso e, quem sabe, numa perspectiva realista, nos próximos setecentos, alguém consiga resgatar a história de um povo que, mesmo morrendo devido a uma peste, morria de rir da situação!

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010b.
- BARTHES, R. *Rhétorique de l'image*. Paris : École Pratique de Hautes Études, s/d, p. 40-51.
- BOCCACCIO, G. *Decamerão*. São Paulo: Editora Abril, 1971.
- BREMMER, J. Piadas, comediógrafos e livros de piadas na cultura grega antiga. In:
- BREMMER, J.; ROODENBURG, H. (orgs) *Uma história cultural do humor*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 27-50.
- CHARAUDEAU, P. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I. L. & MELLO, R. (orgs) *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004, p. 13-41.
- CHARAUDEAU, P. Des catégories pour l'humour. *Questions de Communication: humour et média*. Définitions, genres et cultures. Nancy: Presses Universitaires de Nancy, n. 10, 2006, p. 27-43.
- CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: os modos de organização do discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MAINGUENEAU, D. *Discurso literário*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MAINGUENEAU, D. *Doze conceitos em análise do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- MAINGUENEAU, D. *Discurso e análise do discurso*. São Paulo: Parábola Editora, 2015.
- MAINGUENEAU, D. *Variações sobre o ethos*. São Paulo: Parábola Editora, 2020.
- MASUCCI, F. *Dicionário humorístico*. 2 ed. São Paulo: Editora Leya, 1958.
- MINOIS, G. *História do riso e do escárnio*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

PERELMAN; C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SILVA, M. C. *História medieval*. São Paulo: Contexto, 2019.

TODOROV, T. A origem dos gêneros. In: TODOROV, T. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Martins fontes, 1980, p. 43-58.

VALE, R. P. G. *O discurso humorístico: um percurso de análise pela linguagem do riso*. 2013. 279f. Tese (doutorado) – Faculdade de Letras, POSLIN, UFMG, Belo Horizonte.

A PANDEMIA, AS CIDADES E OS EFEITOS DE NARRATIVAS DE VIDA: A RECONSTRUÇÃO DO SUJEITO

LETÍCIA SANTANA GOMES¹

LEILANE TOLENTINO STAUFFER²

Resumo: Neste artigo, propomos a reflexão sobre três publicações presentes na seção “Esquina”, da revista mensal brasileira piauí. Os conteúdos, disponibilizados no site da revista: “A cidade irreal”, “Aflições de uma diretora” e “O sorveteiro e o prefeito” acolhem diferentes propostas narrativas presentes no jornalismo literário (PENA, 2006) a partir de um aspecto central: a pandemia do novo coronavírus no Brasil e os registros sobre as relações sociais entre cidadãos nesse período. Os materiais foram publicados nos meses de abril, maio e julho de 2020, recorte temporal em que a doença se alastrava e os registros de mortes aumentavam no país. Devido a um contexto enunciativo específico, os materiais suscitam questionamentos por diversas razões, entre elas a inscrição de narrativas de vida (MACHADO, 2016) a partir de uma abordagem dessemelhante às veiculadas nas mídias televisivas e impressas, que ressaltam uma visada informativa e descritiva (CHARAUDEAU, 2004) da pandemia. Em formatos de reportagem e de crônica, com valor à subjetividade, os registros reforçam o viés literário. O questionamento central que move este trabalho se concentra em identificar quais recursos são mobilizados nas narrativas dos sujeitos da enunciação diante de uma pandemia. Os textos abrangem as memórias discursivas (COURTINE, 1994), diferentes biografemas (BARTHES, 2003) e traços da crise sanitária em diferentes cidades — a saber, Belo Horizonte (MG), Maceió (AL), São José do Divino (PI). Embora com traços distintos, em diferentes contextos socioeconômicos e simbólicos dessas diversas regiões do Brasil, os enunciadores compartilham práticas discursivas patêmicas da produção de efeitos de narrativas de vida (MACHADO, 2016) e de práticas sociais que sugerem a construção de uma memória coletiva.

Palavras-chave: Jornalismo literário. Pandemia. Biografemas. Narrativas de vida.

Abstract: In this article, we propose a reflection on three publications presented in “Esquina”, section of the Brazilian monthly magazine piauí. The contents, available in the magazine’s website, “A cidade irreal”, “Aflições de uma diretora” and “O sorveteiro e o prefeito”, presente different narrative proposals in literary journalism (PENA, 2006) from a central aspect: the pandemic of the new coronavirus in Brazil and the records on social relations between citizens in this period. The materials were published in April, May and July 2020, period in which the disease was spreading and the number of deaths increased in the country. Due to a specific enunciative context, the materials raise questions for several reasons, including the registration of narratives of life (MACHADO, 2016) from an approach dissimilar to those conveyed in television and print media, which emphasize an informative and descriptive view (CHARAUDEAU, 2004) of the pandemic. In reportage and chronicle formats, with a value on subjectivity, the records reinforce the literary bias. The central questioning that moves this work focuses on identifying which resources are mobilized in the narratives of the subjects of enunciation in the face of a pandemic. The texts encompass discursive memories (COURTINE, 1994), different biographies (BARTHES, 2003) and traces of the sanitary crisis in different cities - namely, Belo Horizonte (MG), Maceió (AL), São José do Divino (PI). The texts encompass discursive memories (COURTINE, 1994), different biographies (BARTHES, 2003) and traces of the sanitary crisis in different cities: Belo Horizonte (MG), Maceió (AL), São José do Divino (PI). Although with distinct traces, in different socioeconomic and symbolic contexts of these various regions of Brazil, the enunciators share patemic discursive practices of the production of effects of narratives of life (MACHADO, 2016) and social practices that suggest the construction of a collective memory.

Keywords: Literary journalism. Pandemic. Biographemes. Life narratives.

¹ Doutoranda e mestre em Estudos de Linguagens pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais CEFET-MG). leticiasantanag@gmail.com.

² Mestre em Estudos de Linguagens pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). leilanetstauffer@gmail.com.

O JORNALISMO LITERÁRIO COMO ACOLHIMENTO DE SUBJETIVIDADES

Escrevemos a História e estamos inscritos nela. Os registros desenvolvidos durante uma crise sanitária reforçam essa premissa. Pela linguagem, o “eu” se inscreve, as circunstâncias são mapeadas, a memória é construída. Com esses contornos, dedicamos nosso olhar, neste artigo, a três discursos presentes na revista *piauí*.

Publicados nos primeiros meses da incidência do novo coronavírus no Brasil, durante o primeiro semestre de 2020, os textos se ambientam em diferentes espaços geográficos do país e nos convidam a olhar para a reconstrução do sujeito a partir dos eixos pandemia e narrativas de vida. Para isso, consideramos importante analisar alguns aspectos sobre o jornalismo literário presente na revista.

Desde 2006, a publicação mensal brasileira *piauí* se apresenta como uma revista independente³. Na própria página de apresentação, disponível na internet, é possível observar o esclarecimento de que o conteúdo está hospedado no site da Folha, por meio de uma parceria editorial, e que o sistema de assinaturas da revista impressa é gerenciado pela Editora Abril. Com essa descrição, podemos notar o interesse da publicação de transmitir uma imagem dissociada e distante de vínculos ideológicos já existentes.

A *piauí* nasceu com o propósito de contar boas histórias, como o próprio fundador João Moreira Salles compartilha. Em um modelo híbrido, a revista se apresenta em formato que reúne gêneros, como grandes reportagens, crônicas, perfis e diários. Todos com a essência do jornalismo literário e com linguagens e formatos aderentes ao jornalismo de revista.

A respeito desse último, os autores Tavares e Schwaab (2013) chamam à atenção para o regime de produção estendida que caracteriza a produção de um conteúdo de revista. Além do tempo de produção ser mais estendido, a perenidade do conteúdo também se diferencia dos conteúdos presentes, por exemplo, no jornalismo diário, em telejornais e em jornais impressos, com viés noticioso. A exploração de recursos cronológicos, aliados à criatividade, constrói o jornalismo de revista, que, na visão dos autores, “existe em consonância com uma noção de longevidade, que marcará também a presença da publicação e de seus temas no próprio cotidiano da sociedade.” (TAVARES; SCHWAAB, 2013, p. 35).

³ Sabemos do sentido polifônico em torno do signo independente no campo editorial. No entanto, considera-se, aqui, a própria significação atribuída pela revista.

De acordo com João Moreira Salles, editor da publicação mensal com alcance em todo o território brasileiro, os conteúdos são construídos com o objetivo de ser interessantes e bem escritos; promovendo, desse modo, a repercussão de temas de impacto no país. Contudo, acreditamos que outras características além dessas aproximam a revista piauí — e, conseqüentemente, o nosso *corpus* — do conceito de jornalismo literário. Entendemos que o jornalismo literário se relaciona, antes de tudo, com a história do Jornalismo a partir do desejo humano de se comunicar. Pena (2007) associa esse desejo a um sentimento inicial e provocador, que é o medo, conforme apresentado a seguir.

O medo do desconhecido, que leva o homem a querer exatamente o contrário, ou seja, conhecer. E assim, ele acredita que pode administrar sua vida de forma mais estável e coerente, sentindo-se um pouco mais seguro para enfrentar o cotidiano aterrorizante de seu meio ambiente. Mas, para isso, é preciso transpor limites, superar barreiras, ousar. (PENA, 2007, p. 44).

A superação de barreiras e a ousadia, às quais o autor se refere, são construídas e descobertas a partir da narrativa. É curioso observar que o jornalismo literário se destaca e se distingue especialmente pela linguagem. O conceito vai além da publicação de literatura nas páginas dos jornais, por exemplo, como iniciou o movimento. Ao defender essa ampliação do conceito, Pena (2007) sugere a alocação de subgêneros — como o romance-reportagem, a biografia, o *new journalism* americano e o jornalismo gonzo — que se estabeleceram ao longo do século XX e que se aproximaram por meio de características fundadoras do jornalismo literário.

Na visão de Pena (2007, p. 48), o conceito está intimamente ligado ao que pode potencializar os recursos do jornalismo; ultrapassando, assim, os acontecimentos cotidianos, ampliando visões da realidade e rompendo com as normatizações do primeiro parágrafo das notícias. E, principalmente, garantindo a perenidade e a profundidade aos relatos.

Observamos esse rompimento das normatizações do primeiro parágrafo nos três relatos que integram nosso *corpus*, que detalharemos adiante. Na abertura da crônica “A cidade irreal”, por exemplo, é possível notar o caminho empreendido pela autora Maria Esther Maciel de marcar o tempo, de modo a explorar descrições, a localizar geograficamente sua fala e se colocar na narrativa, com o primeiro verbo do parágrafo na primeira pessoa do singular.

No momento em que começo a escrever este relato, 55 casos da doença já foram confirmados em Minas Gerais, enquanto na Itália o número de mortes, em apenas um dia, chegou a quase oitocentos. As ruas de Belo Horizonte estão ermas. A chuva intermitente insiste, e o silêncio lá fora é quase assustador. Não há lojas abertas, e pela janela da sala de meu apartamento — que fica no 13º andar — vejo poucos carros cruzando as vias úmidas do entorno. Nunca tinha presenciado um sábado assim, tão desolador como este. E o pior é que tudo está apenas começando. (MACIEL, 2020, online).

Entre as pontas descritas responsáveis por levantar as características norteadoras do jornalismo literário, Pena (2007) pontua o espaço à subjetividade, mais declarado no jornalismo literário e nos conteúdos presentes nas revistas. Associados à criatividade e ao estilo, as narrativas acolhem registros em primeira pessoa e, fugindo do que o autor chama de “pasteurização dos textos”, abre espaço para a aplicação de técnicas mais leves, autorais e que permitem ao enunciador se apresentar de forma mais explícita e declarada.

[...] defino jornalismo literário como linguagem musical de transformação expressiva e informacional. Ao juntar os elementos presentes em dois gêneros diferentes, transforma-os permanentemente em seus domínios específicos, além de formar um terceiro gênero, que também segue pelo inevitável caminho da infinita metamorfose. Não se trata da dicotomia ficção ou verdade, mas sim de uma verossimilhança possível. Não se trata da oposição entre informar ou entreter, mas sim de uma atitude narrativa em que ambos estão misturados. Não se trata nem de jornalismo, nem de literatura, mas sim de melodia. (PENA, 2007, p. 56).

Aproximando das abordagens discursivas, relacionamos o jornalismo literário com a expansão das visadas informativa e descritiva que Charaudeau (2004) caracteriza. Como abordarmos, é possível afirmar que os relatos presentes em revistas e ancorados no jornalismo literário tratam as informações com valor para a interpretação e para a qualificação da mensagem.

A formatação, o suporte, a periodicidade e a variedade temática, de acordo com Tavares e Schwaab (2013), são alguns aspectos responsáveis por essa diferenciação. É possível sugerir também a construção de narrativas que inscrevem imagens de um tempo que, de alguma maneira, registra a história da sociedade. Um ponto interessante levantado por Pena (2007), que se conecta com o nosso *corpus*, é a ampliação desse tempo, no qual se

registram experiências e se constroem narrativas que não se esgotam logo após o acontecimento, de maneira efêmera ou superficial, conforme exposto neste seguinte trecho.

Diferentemente das reportagens do cotidiano, que, em sua maioria, caem no esquecimento no dia seguinte, o objetivo aqui é a permanência. Um bom livro permanece por gerações, influenciando o imaginário coletivo e individual em diferentes contextos históricos. Para isso, é preciso fazer uma construção sistêmica do enredo, levando em conta que a realidade é multifacetada, fruto de infinitas relações, articulada em teias de complexidade e indeterminação. (PENA, 2007, p. 50).

No contexto de uma crise sanitária mundial, observamos como os relatos presentes na revista *piauí* se configuram como registros históricos de uma época e acionam sentidos que, em alguma medida, serão responsáveis por construir uma memória coletiva, que abordaremos à frente. A seção *Esquina*, na qual os relatos que integram nosso *corpus* estão presentes, é marcada pela apresentação de histórias curiosas e carrega o modelo investigativo da revista.

Em nosso *corpus*, em especial três relatos acolhem visões em momentos próximos e em diferentes localidades do Brasil. As publicações foram divulgadas nas edições de abril, maio e julho de 2020 da *piauí*. O relato “A cidade irreal”⁴, de Maria Esther Maciel, tem como localização a cidade de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais. A publicação de Luigi Mazza “O sorveteiro e o prefeito”⁵ apresenta o contexto interiorano de São José do Divino, no Norte do Piauí. E “Aflições de uma diretora”⁶, registrado por Luiza Ferraz, marca o cenário de uma escola localizada em um bairro de Maceió, capital de Alagoas.

Em consonância à potência literária e à de aprofundamento suscitada pelos textos vinculados à revista, chama à atenção o fato de que outros efeitos de sentidos também são acionados ao trazer, simbolicamente, ilustrações acerca do tema proposto. Em nosso *corpus*, três ilustrações, uma em cada matéria, assinadas pelo artista gráfico Andrés Sandoval, que, desde 2006 ilustra a seção *Esquina*, são apresentadas logo após o título e o bigode⁷

⁴ Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-cidade-irreal/>>. Acesso em: 20 maio 2021.

⁵ Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-sorveteiro-e-o-prefeito/>>. Acesso em: 20 maio 2021.

⁶ Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/aflicoes-de-uma-diretora/>>. Acesso em: 20 maio 2021.

⁷ Recurso gráfico que marca a separação visual entre texto e ilustração.

dos conteúdos. As imagens, junto com os títulos e os bigodes, ambientam a temática presente nos textos e, ao mesmo tempo, sinalizam possíveis mensagens que serão desenvolvidas ao longo do conteúdo. Existe, portanto, uma potência semiótica mobilizada que reforça o gênero utilizado na revista como fator de outras significações.

Antes de situarmos os textos selecionados como *corpus* desta pesquisa, apontamos a questão central deste artigo, buscando responder em que medida os sujeitos da enunciação se reconstroem diante de uma pandemia e o que suscitam essas memórias discursivas (COURTINE, 1994), já que esse é um acontecimento que tem perturbado as estruturas globais em diferentes dimensões. Para isso, trouxemos alguns conceitos teórico-metodológicos que perpassam as discussões deste artigo: a memória discursiva e os biografemas.

A MEMÓRIA DISCURSIVA QUE CONSTITUI O SIGNO PANDEMIA

“Que outros lugares de memória para as palavras senão as próprias palavras?” (COURTINE, p. 9, 2006). É por meio desse questionamento do historiador francês Pierre Nora, que o analista do discurso Jean-Jacques Courtine desenvolve suas concepções sobre a memória discursiva. Em seu texto para o editorial da revista *Langage*, Courtine (2006) sustenta um panorama em torno da relação entre linguagem, história e memória. Para isso, afirma que “a linguagem é o tecido da memória” (COURTINE, 2006, p. 9), cuja palavra apreendida se acompanha de outras, e a linguagem é o sistema que nos permite a cada instante reconstruir nosso passado.

Dessa forma, damos continuidade a essa afirmação, sustentada por Pêcheux (2007), que tem, em sua concepção sobre memória discursiva, o suporte semântico de um discurso. Nesse sentido, o seu funcionamento na linguagem ocorre por meio da repetição de enunciados, os quais formam uma “regularidade discursiva”. Esta, por sua vez, invoca significados por meio dos pré-construídos (implícitos) estabelecidos nas séries discursivas. Assim, consegue-se uma tentativa de “estabilizar” um discurso, mas essa é uma estabilização frágil, que pode ser quebrada a cada novo acontecimento discursivo⁸ (PÊCHEUX, 2007). Esse acontecimento ocorre no “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 2015, p. 17) em que se formula o discurso pelo sujeito.

⁸ A essa noção de acontecimento discursivo, suscitada por Pêcheux (2007), o sentido é de deslocar e “transformar a rede de filiações históricas que afetam os processos de constituição de sentido e do sujeito”. (ZOPPI-FONTANA, 2020, on-line). Dessa forma, existe a possibilidade de o enunciado vir a ser outro; dar lugar aos deslocamentos nos processos de sentido.

Dando continuidade a essa postulação, tal como retrata Pêcheux (2007), a regularização dos implícitos⁹ não funcionaria para os acontecimentos, já que ela poderia ruir com o aparecimento de um acontecimento novo e, assim, desregular e deslocar os implícitos associados discursivamente. Ao mesmo tempo que a repetição tem o efeito de estabilidade, ela pode caracterizar uma divisão da identidade de uma palavra ou de um enunciado; gerando, por conseguinte, o jogo da metáfora. A divisão entre a paráfrase e a metáfora é tratada por Pêcheux (2007) como “efeito de opacidade” e marca o momento em que os implícitos não podem ser mais reconstruídos. É por isso que o analista precisa se distanciar das evidências e das estabilidades parafrásticas. Essa memória, logo, irá se aproximar da Análise do Discurso (AD) sob um viés diferente: não mais uma imagem legível e transparente, mas uma imagem opaca e muda, uma memória que perdeu seu trajeto, pois nunca chegou a tê-lo. Portanto, a memória discursiva não pode ser concebida como uma esfera plana, com conteúdos transparentes e cumulativos. “É, na verdade, um espaço de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos” (PÊCHEUX, 2007, p. 56).

É nessa esteira que podemos apontar os conceitos pré-construídos em torno do signo pandemia, que mobilizam o medo, a insegurança, a disseminação do vírus, voltando-se às lembranças e ao passado histórico de outras ocorrências pandêmicas — a saber, memória da Gripe Espanhola (1918), da Gripe Russa (1889) e da Peste Bubônica (1353)¹⁰. Percebem-se, ainda, novas memórias em torno da pandemia da Covid-19. Como exemplificado no *corpus* escolhido, será possível apontar novos sentidos e significados em torno do signo “pandemia” no contexto atual, que passa a ser um “acontecimento discursivo novo”, isto é, faz emergir uma nova discursividade, múltipla e polifônica.

Nessa perspectiva, situamos essa memória discursiva da pandemia como um movimento das paráfrases, que permite uma leitura do *corpus* às interpretações diversas do enunciado, organizando, dessa forma, uma série de reformulações, de deslocamentos e de rupturas. Tal como afirma Orlandi (2020), em torno da realidade pandêmica, as “palavras se encharcam de sentidos de pandemia e as nossas interpretações se espalham inquietas, sentidos fogem.” (ORLANDI, 2020, s/p.).

⁹ Tal como propõe Pêcheux, os implícitos poderiam ser descritos, “mais tecnicamente, como os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.” (PÊCHEUX, 2007, p. 51).

¹⁰ Pandemias na História: o que há de semelhante e de novo na Covid-19. Disponível em: <https://www.sanarmed.com/pandemias-na-historia-comparando-com-a-covid-19>. Acesso em: 31 maio 2021.

Dessa forma, nosso entendimento é de que a pandemia é um acontecimento discursivo novo, que domina as nossas discursividades e “esse pode ser um ponto de partida, a metaforização da pandemia atravessando fronteiras na linguagem e distinguindo sentidos, irrompendo em palavras que surgem de qualquer parte.” (ORLANDI, 2020, s/p.).

Antes de apontarmos quais são essas memórias discursivas deslocadas e até mesmo ressignificadas em nosso *corpus*, passaremos à noção de biografemas, cujo conceito parece-nos uma ferramenta importante para pensarmos em textos (auto)biográficos que permitem ecoar diferentes manifestações da vida e dos imaginários; perpetuando, assim, novos sentidos às cidades e ao enfrentamento da pandemia.

BIOGRAFEMAS: FORMAS DE SE NARRAR UMA VIDA

Como o nosso *corpus* é composto de textos que unem narrativas de vida (MACHADO, 2016) dos enunciadores ou das personagens e experiências do cotidiano, foi necessário pensarmos como, discursivamente, poderíamos denominar esses fragmentos de vida narrados. Por isso, utilizamos o neologismo *biografema*, cunhado por Barthes (2003, 2005, 1984), que aparece em três obras do autor, com a característica de ser um termo que pode ser utilizado para explicitar o caráter fragmentário e incompleto de uma vida narrada ou (auto)biografada. Tal conceituação, proposta por Barthes (2003), seria uma espécie de “anamnese factícia”, ou uma representação dos fragmentos de uma vida. Espécie de invenção pautada num modelo real-imaginário que visa completar ou garantir contornos específicos a uma biografia.

No livro *Sade, Fourier, Loiola*, Barthes (2005) evidencia a noção de biografemas no seguinte trecho:

se eu fosse escritor, já morto, como gostaria que a minha vida se reduzisse, pelos cuidados de um biógrafo amigo e desenvolto, a alguns pormenores, a alguns gostos, a algumas inflexões, digamos: ‘biografemas’, cuja distinção e mobilidade poderiam viajar fora de qualquer destino e vir tocar, à maneira dos átomos epicurianos, algum corpo futuro, prometido à mesma dispersão; uma vida esburacada, em suma, como [...] um filme à moda antiga, de que está ausente toda palavra e cuja vaga de imagens [...] é entrecortada, à moda de soluções salutares, pelo negro apenas escrito no intertítulo, pela irrupção desenvolva de outro significante. (BARTHES, 2005, p. 17).

Poderíamos associar essa pretensão de Barthes de ser biografado por alguém com quem ou por quem ele tivesse uma afetividade, que é traço comum entre biógrafos-biografados e, claramente, estaria mais próximo de se encontrarem e de se descreverem os biografemas de sua vida. Há também recorrência do neologismo biografema na obra *A câmara clara*, quando o estudioso afirma: “Gosto de certos traços biográficos que, na vida de um escritor, me encantam tanto quanto certas fotografias; chamei esses traços de ‘biografemas’; a Fotografia tem com a História a mesma relação que o biografema com a biografia” (BARTHES, 1984, p. 51). Essa associação de se fazer um biografema pode ser também uma metáfora se fazer um retrato da vida de alguém.

Por fim, na obra *Roland Barthes por Roland Barthes*, o autor ressalta os biografemas como “traços miúdos reunidos em cenas fugidias” (BARTHES, 2003, p. 78).

Chamo de *anamnese* a ação — mistura de gozo e de esforço — que leva o sujeito a reencontrar, *sem aplicar nem o fazer vibrar*, uma tenuidade de lembrança: é o próprio haicai. O *biografema* nada mais é do que uma *anamnese factícia*: aquela que eu atribuo ao autor que amo. (BARTHES, 2003, p. 126).

Dessa forma, a associação do biografema ligado à afetividade é recorrente e, nesse trecho específico, está ligado ao haicai, muitas vezes breve e unido ao cotidiano, tal como o biografema.

Com o intuito de destacar esses momentos autobiográficos nos textos, essas vivências em formas de fragmentos narrativos, optamos por categorizar os biografemas observados em cada relato do nosso *corpus*. Como havia sido destacado por Leonor Arfuch (2010) — pesquisadora e analista do discurso argentina, que realizou uma extensa pesquisa (auto)biográfica —, é recorrente, ao se narrar a própria vida, o fato de os enunciadores trazerem momentos específicos.

Para o nosso *corpus* em questão, denominamos por “marcações afetivas” os biografemas que dizem muito de si, que sustentam inúmeras passagens das narrativas (auto)biográficas, com detalhes ilustrativos; que contemplam a profissão, e a “*vocação* como fatores do devir humano, com espaço privilegiado na narrativa; e, sobretudo, identificamos essas marcações como traços afetivos do balanço da própria vida e da exibição pública mais efetiva sobre ela. Essas marcações afetivas, sustentadas fortemente pelo valor vocacional e pela marcação geográfica, demonstram os “efeitos de narrativas de vida” (MACHADO, 2016). Para fins mais assertivos em termos analíticos, ressaltamos, também, o biografema “pandemia” como marcador enuncia-

tivo e discursivo, que apresenta os efeitos de sentidos desse momento desafiador que afetou as vivências cotidianas de pessoas de diferentes partes do país — e do mundo.

Dessa forma, no texto “Aflições de uma diretora: um colégio no bairro com maior número de mortes por Covid-19 em Maceió”, a jornalista Luiza Ferraz descreve a personagem Elisete Martins Oliveira relacionando-a em seus papéis social e vocacional: diretora e fundadora de uma escola privada. A marcação biográfica que mais se sustenta nessa personagem é esse valor da vocação, que a desafia diariamente.

A partir desse contexto, há a ênfase para a marcação do biografema pandemia. Tal como a enunciativa relata: “ ‘Sabe aquilo que você só entende quando acontece com você?’ , disse. ‘Todo mundo falava do novo coronavírus. Achamos que ia ser coisa rápida, mas não foi.’ ” (FERRAZ, 2020, online). Assim, a enunciativa destaca, pela voz da personagem, fundadora e diretora do Colégio Fantástico, o papel de ruptura que a pandemia gerou nos hábitos: nova estrutura a ser montada na escola, replanejamento, redistribuição de funcionário, adequação ao ambiente digital. A vida mudou e, com ela, um novo discurso foi surgindo. Nele, encontramos o acionamento de traços afetivos, com afirmações como: “não podemos desistir”, ao projetar o desafio do retorno às aulas para crianças e adolescentes, e “Ver cada criança e jovem chegar e recebê-los na escola é algo que não tem preço”, relacionando os valores de vocação e de afetividade os quais Arfuch (2010) aborda.

Todavia, no texto “A cidade irreal: depois que a pandemia acabar, tudo o que for será outra coisa”, a marcação do biografema pandemia está atrelada a uma vivência desoladora da cidade: “Nunca tinha presenciado um sábado assim, tão desolador como este.” (MACIEL, 2020, online). Maria Esther Maciel, que assina a crônica da seção, é escritora e professora. A mesa de trabalho da enunciativa revela o ambiente com “pilha de livros”, a seleção dos livros de poesia e os filmes que podem acompanhá-la nas “noites solitárias”. A descrição, logo na abertura do relato, sinaliza que o tempo que a autora parece ter levado para escrever o relato foi somado à angústia de saber que, a cada instante, mais uma pessoa era atingida pelo vírus, ou se tornava um número fatal.

Diferentemente dos outros dois registros do nosso *corpus*, observamos, de maneira mais declarada, o tom autoral da escrita de Maria Esther Maciel, quase em formato de diário. Somamos a essa característica, a construção narrativa do discurso, com a subjetividade marcada pelos períodos na primeira pessoa do singular, em que enunciativador e personagem se concentram na voz da autora.

Em relação aos biografemas desse relato, eles estão ligados à afetividade, os quais se sobressaem aos olhos de uma poeta enunciativa. A relação da vocação está associada ao seu eu escritor, que enxerga a pandemia a partir de uma ruptura sobre a cidade de Belo Horizonte. Com o olhar marcado pela afetividade, a enunciativa observa e destaca as relações na cidade: o contexto social que atinge inúmeras populações carentes em situação de rua, e as livrarias de ruas que precisam ser ressignificadas diante do contexto de distanciamento físico causado pela crise sanitária.

Por fim, a narrativa “O sorveteiro e o prefeito: a pandemia numa cidade onde todo mundo se conhece”, de Luigi Mazza, conecta o personagem principal, dono da Sorveteria 2 Irmãos, Almir Pedro Cardoso, com a figura do prefeito da cidade de São José do Divino, no Piauí, Antônio Felícia. O político foi a primeira vítima para a Covid-19 no município.

Após esse fato, por ser um município muito pequeno, a quarentena foi decretada. Em formato do gênero perfil, a narrativa é construída ao redor da figura do comerciante Almir. A pandemia o afetou de diversas formas. De maneira mais direta, observamos a abordagem a respeito do choque financeiro, com o destaque à afirmação: “Não sei como vai ser, porque o dinheiro que eu tinha guardado já tô gastando tudinho”.

Nesse texto, especificamente, algumas relações distintas se imbricam sobre o novo coronavírus. Em alguns casos, o desconhecido gera medo; em outros, a relação é de desconfiança e de negação: “Falam que é muito contagioso, mas ninguém que era próximo do prefeito foi contaminado. O pessoal tá exagerando.” (MAZZA, 2020, online). Percebemos, dessa forma, que os enunciados buscam representar uma diversidade de visões. Eles correspondem a processos de significação que deslocam os sentidos e a organização social, tal como nesta passagem em que uma mulher se dizia secretária da prefeitura: “Eu peguei dinheiro da mão dele e até hoje estou bem. Isso aí tem falcatrua”.

No relato construído por Mazza (2020), é possível perceber que essa diversidade converge para apresentar um cenário micro que integra um cenário macro; permeando, assim, grande parte dos municípios brasileiros: as notícias falsas e o ceticismo em relação aos riscos provocados pelo vírus.

Diante de um acontecimento que é ruptura, os deslocamentos de sentido em torno do novo são diversos. Por isso, é importante relacionar o papel das cidades como espaços simbólicos na constituição desses sentidos. A respeito desse ponto, dedicaremos atenção a seguir.

O ESPAÇO URBANO COMO CARTOGRAFIA DE SENTIDOS

Em nosso *corpus*, as cidades constroem histórias, ambientam cenografias e enfatizam novos contornos sobre a vida, marcada pelo apelo do distanciamento físico e de novas ocupações dos espaços coletivos em meio a uma crise sanitária.

Em “O sorveteiro e o prefeito”, por exemplo, Mazza (2020) apresenta, inicialmente, São José do Divino, no interior do estado do Piauí, pela tradição de uma competição que premia os melhores leiteiros da região, conforme exposto a seguir.

São José do Divino é uma cidadezinha do Norte do Piauí onde o maior acontecimento do ano costuma ser a Festa do Leite — uma competição que dura um fim de semana e premia os melhores leiteiros da região nas categorias “vaca”, “novilha” e “cabra”. Os donos dos animais mais produtivos recebem um cheque e um banho de leite. O município fica a três horas de carro de Teresina. Tem uma igreja, uma churrascaria, uma lotérica e 5 mil habitantes — tanta gente quanto a que se estima morar no edifício Copan, no Centro de São Paulo. Ainda assim, foi em São José do Divino que se registrou a primeira morte por Covid-19 no Piauí, no final de março. E a vítima foi o prefeito Antônio Felícia (PT), de 57 anos. (MAZZA, 2020, on-line).

No entanto, é possível perceber que a abertura sobre a cidade direciona para dois pontos: a contaminação do prefeito e o número de contaminados no município. Proporcionalmente, a cidade estava com mais infectados do que no município do Rio de Janeiro. Descrições sobre o comércio local, do qual a sorveteria do personagem Almir faz parte, também marcam a narrativa.

Por sua vez, no conteúdo “Afições de uma diretora”, a cidade alagoana de Maceió se apresenta a partir da localização do colégio Fantástico, “em Benedito Bentes, o bairro mais populoso (cerca de 110 mil habitantes) e um dos mais violentos da capital alagoana.” (FERRAZ, 2020, online). Essa caracterização se associa à defesa de que o retorno às aulas não será fácil, diante da região cuja incidência de óbitos se alastrava.

No contexto do Sudeste, Maciel (2020) relata como “ermas” as ruas de Belo Horizonte, com o comércio fechado e poucos carros nas ruas. A enunciadora também reflete sobre a notícia de que a população da cidade, à

época, seguia as recomendações de isolamento. A ponderação é responsável por também oferecer sentidos, com a afirmação, por exemplo: “[...] traz um certo alento, mesclado à incerteza.” (MACIEL, 2020, online).

Dessa forma, por um lado, as cidades do Nordeste representam o espaço simbólico de maior incidência e de reconfiguração do cenário, que, a princípio, parecia tranquilo. Por outro, na cidade mineira em que parecia existir certo alento, na visão da enunciadora e personagem, o clima de instabilidade ressoava. Percebemos, assim, que, em todas as cidades, as significações foram perturbadas por outros efeitos de sentidos, aguçados com a insegurança, em um espaço simbólico que ganhou outras dimensões sociais: o uso de máscaras, de distanciamentos físico e social, além das ruas vazias. Por isso, a ordem do discurso também se modificou. É nesse sentido que os desfechos da pandemia da Covid-19, em um viés (auto)biográfico, reconfiguraram os sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esses aspectos mencionados ao longo deste capítulo, sobretudo pelo viés literário dos textos publicados na revista mensal piauí, atrelado aos biografemas de uma vida, puderam nos trazer algumas considerações pontuais, entre elas ressaltamos o fato de que o acontecimento discursivo da pandemia da Covid-19 trouxe um marco autobiográfico que ressignificou os sentidos de uma crise sanitária. Esses sentidos foram acionados por vivências incomuns, que ganharam novas dimensões. No *corpus* que selecionamos, especialmente, essas dimensões surgiram também pelo acontecimento discursivo construído por um viés tanto literário quanto biográfico.

Podemos apontar que essas especificidades proporcionaram o surgimento de traços afetivos às memórias, trazidas de forma particular em cada um dos enunciadores. Elas foram responsáveis por construir registros subjetivos, bem como oferecer imagens local e nacional em um contexto pandêmico, que ficará marcado na memória da humanidade. Em virtude do caráter histórico do momento, é válido salientar que os relatos apresentam não só memórias discursivas, mas também coletivas. Eles transpassam vivências compartilhadas, claramente, em diferentes circunstâncias tanto socioeconômicas quanto geopolíticas. Além disso, expostas de diferentes formas, as incidências dessas narrativas deslocam sentidos, marcam o tempo e apresentam configurações decisivas ao futuro.

REFERÊNCIAS

- ARFUCH, L. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.
- BARTHES, R. *A câmara clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BARTHES, R. *Roland Barthes por Roland Barthes*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.
- BARTHES, R. *Sade, Fourier, Loyola*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CHARAUDEAU, P. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I.; MELLO, R. *Gêneros reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: Nad/Fale-UFMG, 2004.
- COURTINE, J.-J. O tecido da memória: algumas perspectivas de trabalho histórico nas Ciências da Linguagem. *Polifonia*, Cuiabá, v. 12 n. 12, out. 2006. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/issue/view/119>. Acesso em: 28 maio 2021.
- COURTINE, J.-J. Le tissu de la mémoire: quelques perspectives de travail historique dans les sciences du langage. *Langage*, 1994. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_1994_num_28_114_1673. Acesso em: 17 nov. 2021.
- FERRAZ, L. Aflições de uma diretora: um colégio no bairro com maior número de mortes por Covid-19 em Maceió. *Revista Piauí*, São Paulo, jul. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/aflicoes-de-uma-diretora/>. Acesso em: 21 maio 2021.
- MACHADO, I. L. *Reflexões sobre uma corrente de Análise do Discurso e sua aplicação em narrativas de vida*. Coimbra: Grácio Editor, 2016.
- MACIEL, M. A cidade irreal: depois que a pandemia acabar, tudo o que for será outra coisa. *Revista Piauí*, São Paulo, abr. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-cidade-irreal/>. Acesso em: 21 maio 2021.
- MAZZA, L. O sorveteiro e o prefeito: a pandemia numa cidade onde todo mundo se conhece. *Revista Piauí*, São Paulo, maio 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-sorveteiro-e-o-prefeito/>. Acesso em: 21 maio 2021.
- ORLANDI, E. P. *Volatilidade da interpretação: política, imaginário e fantasia*. 2020. (1h55m08s). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=MjCsJxfiXtg>. Acesso em: 10 ago. 2020.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. *et al. Papel da memória*. Tradução e introdução José Horta Nunes. 2. ed. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, M. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução por Eni P. Orlandi. 7. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PENA, F. *Jornalismo Literário*/ Felipe Pena. São Paulo: Contexto, 2006.

PENA, F. de M. O jornalismo Literário como gênero e conceito. *Contracampo*, Niterói, n. 17. 2007. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17241/10879>. Acesso em: 23 maio 2021.

TAVARES, F. de M. B.; SCHWAAB, R. Revista e comunicação: percursos, lógicas e circuitos. In: TAVARES, Frederico de Mello B.; SCHWAAB, Reges (orgs). *A revista e seu jornalismo*. Porto Alegre: Penso, 2013.

ZOPPI-FONTANA, M. *Acontecimento discursivo*. 2020. (9m34s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=exCWhsW3hug>. Acesso em: 2 abr. 2021.

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)

Diretor-Geral

Prof. Flávio Antônio dos Santos

Vice-Diretora

Profa. Maria Celeste Monteiro de Souza Costa

Chefe de Gabinete

Profa. Carla Simone Chamon

Diretor de Educação Profissional e Tecnológica

Prof. Sérgio Roberto Gomide Filho

Diretora de Graduação

Profa. Danielle Marra de Freitas Silva Azevedo

Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Conrado de Souza Rodrigues

Diretor de Planejamento e Gestão

Prof. Moacir Felizardo de França Filho

Diretor de Extensão e Desenvolvimento Comunitário

Prof. Flávio Luis Cardeal Pádua

Diretor de Governança e Desenvolvimento Institucional

Prof. Henrique Elias Borges

Diretor de Tecnologia da Informação

Prof. Gray Faria Moita

Bacharelado em Letras - Tecnologias de Edição

Coordenadora

Profa. Joelma Rezende Xavier

Coordenador Adjunto

Prof. José de Souza Muniz Jr.

LED é a editora-laboratório do Bacharelado em Letras – Tecnologias de Edição do CEFET-MG. Seu objetivo é proporcionar ao corpo discente um espaço permanente de reflexão e experiência para a prática profissional com a edição de diversos materiais. Tem como princípios fundadores: a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a integração entre formação teórica e formação prática; e a valorização do aprendizado horizontal e autônomo.

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Av. Amazonas, 5.253, Nova Suíça
Campus Nova Suíça, sala 242
Belo Horizonte, MG, Brasil, CEP 30.421-169
Telefone: +55 (31) 3319-7140

Coordenadora

Profa. Dra. Elaine Amélia Martins

Vice-coordenador

Prof. Dr. José de Souza Muniz Jr.

Comissão Editorial

Profa. Dra. Ana Elisa Ribeiro
Profa. Dra. Elaine Amélia Martins
Prof. Dr. José de Souza Muniz Jr.
Prof. Dr. Luiz Henrique Silva de Oliveira
Profa. Dra. Maria do Rosário Alves Pereira
Prof. Dr. Rogério Silva Barbosa
Prof. Dr. Wagner Moreira

Conselho Editorial

Profa. Dra. Ana Cláudia Gruszynski (UFRGS, Brasil)
Profa. Dra. Andréa Borges Leão (UFC, Brasil)
Prof. Dr. Cleber Araújo Cabral
Profa. Dra. Daniela Szpilbarg (CIS-IDES-CONICET, Argentina)
Profa. Dra. Isabel Travancas (UFRJ, Brasil)
Profa. Dra. Luciana Salazar Salgado (UFSCar, Brasil)
Prof. Dr. Luis Alberto Ferreira Brandão Santos (UFMG, Brasil)
Profa. Dra. Marília de Araújo Barcellos (UFSM, Brasil)
Prof. Dr. Mário Alex Rosa (UNI-BH, Brasil)

Projeto Vozes na Pandemia

Supervisão do projeto

Elaine Amélia Martins
José de Souza Muniz Jr.

Preparação de originais

Diogo Frank Souza Moreira
Eric Fellipe Pereira Lima
Felipe Aloisio Oliveira
Gustavo Batista Dias
Isabelle Teotonio Campos
Johnata Marlon Pinheiro da Silva
Julia Ferraz Araujo
Julia Stephanie Antonio
Lucas Rafael Assis de Melo
Marcelo de Almeida Pereira Junior
Mariane Sousa Oliveira
Pedro Henrique Meireles Pereira
Rosângela Maria da Silva
Vinicius Amaral Fernandes

Projeto gráfico, diagramação e foto da capa

Letícia Santana Gomes

Conselho Científico

Glaucia M. Lara (UFMG)
Hugo Mari (PUC-MG)
João Benvindo (UFPI)
Mariana Procópio (UFV)
Mônica S. Melo (UFV)
Paulo H. Mendes (UFOP)
Ruth Amossy (Univ. Tel Aviv – Israel)
Simone Santos (UFVJM)
Wander Emediato (UFMG)
William Menezes (UFOP)

Coordenação da equipe de revisão

Dilma Campello Rio Verde

Equipe de revisão

Gbènoukpo Gérard Nouatin
Denise de Souza Assis
Mateus Esteves de Oliveira

Tradução do prefácio

Nina Layotte

V977

Vozes na pandemia/ Antônio Augusto Braighi, Cláudio Humberto Lessa, Luciana Azeredo (Org.). Belo Horizonte: LED, 2022.

432 p.

ISBN: 978-65-87948-25-6

1. Análise do discurso. 2. COVID-19 - Pandemia, 2020- . I. Título.

CDD: 401.41

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária

Bibliotecário: Wagner Moreira de Souza – CRB/6-2623

Este e-book foi feito com as tipografias
Electra LT Std e IMPACT LABEL REVERSED.
Projeto editorial realizado por estudantes de Letras do
CEFET-MG em 2021 e 2022.

Este e-book faz ecoar vozes engendradas pela/na pandemia de Covid-19 e fomenta reflexões, a partir de diversas abordagens em Análise do Discurso (AD), sobre práticas sociodiscursivas do/no período (2020-2021). Acreditamos que as análises de discursos, cada uma a partir de seu viés teórico-metodológico, puderam contribuir para uma tentativa de interpretar a complexidade das relações entre discursos e condições de produção vivenciadas em nossa formação socioideológica, a partir do exame de diversos *corpora* e suportes e dos diversos estratos semióticos que estruturam a linguagem. A coletânea é composta por 20 capítulos, divididos em 4 eixos, que se imbricam e se complementam. O primeiro eixo *Vozes da Ciência* visa dar voz ao discurso da/sobre a Ciência, campo que tem assistido ao aumento de sua desvalorização e descrédito durante a pandemia. O segundo eixo *Vozes da Educação e da Cultura* aborda questões antigas, mas escancaradas no momento sócio-histórico que vivemos, como as imensas desigualdades sociais e a precarização do trabalho docente. No terceiro eixo, levantam-se as *Vozes Políticas*, algumas delas exacerbadas durante a pandemia e, por último, as *Vozes (In)Visibilizadas*, vozes de resistência.